

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	6

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições Não Contábeis	8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	11
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	12
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	16
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	17
3.7 - Nível de Endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras Informações Relevantes	20

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	21
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	85
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	90
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	112
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	114
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	115
4.7 - Outras Contingências Relevantes	116
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	122

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	123
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	129
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	137
5.4 - Programa de Integridade	141
5.5 - Alterações significativas	149
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	151

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	155
6.3 - Breve Histórico	156
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	162
6.6 - Outras Informações Relevantes	163

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	164
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	165
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	166
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	168
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	193
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	194
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	201
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	203
7.8 - Políticas Socioambientais	204
7.9 - Outras Informações Relevantes	207

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	208
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	209
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	210

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	211
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	212
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	465
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	466
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	467
9.2 - Outras Informações Relevantes	473
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	474
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	491
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	505
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	508
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	510
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	516
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	517
10.8 - Plano de Negócios	518
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	522
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	523
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	524
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	525
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	541
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	547
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	552
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	553
12.7/8 - Composição Dos Comitês	570

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	577
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	578
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	602
12.12 - Outras informações relevantes	606

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	610
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	616
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	620
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	624
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	629
13.6 - Opções em Aberto	630
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	631
13.8 - Precificação Das Ações/opções	632
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	633
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	635
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	636
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	638
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	639
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	640
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	641
13.16 - Outras Informações Relevantes	642

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	644
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	646
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	647

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	648
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	649

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária	650
15.3 - Distribuição de Capital	658
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	659
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	661
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	666
15.7 - Principais Operações Societárias	667
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	669

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	670
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	672
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	685
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	686

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social	691
17.2 - Aumentos do Capital Social	693
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	694
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	695
17.5 - Outras Informações Relevantes	696

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações	697
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	700
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	701

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	702
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	704
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	705
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	706
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	707
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	709
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	710
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	711
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	712
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	713

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	741
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	742
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	744

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	745
20.2 - Outras Informações Relevantes	746

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	749
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	751
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	755
21.4 - Outras Informações Relevantes	756

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Roberto Lopes Pontes Simões

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Versão: 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário Roberto Lopes Pontes Simões
Cargo do Responsável Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- (a)** Reviu o formulário de referência.
- (b)** Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- (c)** O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeira, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Roberto Lopes Pontes Simões
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

Versão: 1

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores**Nome do responsável pelo conteúdo do
Formulário**Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas
Diretor de Relações com Investidores**Cargo do Responsável**O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- (a)** Reviu o formulário de referência.
- (b)** Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- (c)** O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeira, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas
Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Data Início	01/03/2015		
Descrição do serviço contratado	Os serviços prestados pelos auditores independentes envolvem: (i) revisão das informações trimestrais (ITR) e emissão de relatório de revisão especial referentes aos períodos encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019; (ii) auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emissão de relatórios sobre as respectivas demonstrações financeiras; e (iii) outros serviços relacionados à: revisão das informações de sustentabilidade apresentadas no relatório anual e inventário de Gás Efeito Estufa e revisão de conformidade no levantamento e apuração de créditos fiscais, imposto de renda e preço de transferência de controlada no exterior, pesquisa e desenvolvimento e expatriados.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o montante total da remuneração dos auditores independentes foi de: (i) R\$ 12,7 milhões com auditoria; (ii) 2,1 milhões com taxas relacionadas à auditoria por serviços prestados em conexão com ofertas anteriores de dívidas; (iii) R\$ 1,9 milhão com consultoria e revisão de impostos; e (iv) R\$ 0,2 milhões com outras taxas adicionais.		
Justificativa da substituição	A KPMG substituiu a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes em 28/02/2015, tendo em vista o disposto no Art. 31 da Instrução CVM nº 308/99, que determina a rotatividade dos auditores externos.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável		
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
ANSELMO NEVES MACEDO	01/03/2015	033.169.788-28	Rua Arq. Olavo Redig de Campos, nº 105, Torre A, 8º andar, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 09711-904, Telefone (11) 39401500, Fax (11) 39401501, e-mail: amacedo@kpmg.com.br
ANSELMO NEVES MACEDO	28/03/2018	033.169.788-28	Rua Arq. Olavo Redig de Campos, nº 105, Torre A, 8º andar, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 09711-904, Telefone (11) 39401500, Fax (11) 39401501, e-mail: amacedo@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Grant Thorton Auditores Independentes
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Data Início	01/01/2020
Descrição do serviço contratado	Os serviços prestados pelos auditores independentes contemplam: (i) revisão das informações trimestrais (ITR) e emissão de relatório de revisão especial referentes aos períodos encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020 e 2021; (ii) auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2020 e 2021, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emissão de relatórios sobre as respectivas demonstrações financeiras.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Montante total da remuneração dos auditores independentes: R\$ 2.671.851 por ano
Justificativa da substituição	Substituição em cumprimento à Instrução CVM nº 308/99 Artigo 31, que exige a rotatividade dos auditores independentes
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
DANIEL GOMES MARANHÃO JÚNIOR	01/01/2020	070.962.868-45	AV. ENG. LUIZ CARLOS BERRINI, 105 CJS. 121 E 122, TORRE 4, CIDADE MONÇÕES, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-010, e-mail: daniel.maranhao@br.gt.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras Informações Relevantes

A partir de 2020 a 2021, os serviços de auditoria completa das demonstrações financeiras e revisão especial das informações trimestrais, serão executados pela Grant Thornton Auditores Independentes, em cumprimento ao artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99, que prevê a rotatividade do auditor independente.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	4.885.298.000,00	6.787.645.000,00	6.517.851.000,00
Ativo Total	68.129.037.000,00	59.193.982.000,00	53.341.550.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	52.323.525.000,00	57.999.866.000,00	49.260.594.000,00
Resultado Bruto	6.644.022.000,00	11.446.993,00	12.859.846.000,00
Resultado Líquido	-2.896.973.000,00	2.907.210.000,00	4.124.445.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	795.991.955	795.983.796	796.022.846
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	6,137371	8,527366	8,188020
Resultado Básico por Ação	3,514580	3,652348	5,181315

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições Não Contábeis

Consistente com práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”). A Administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para investidores terem melhor entendimento da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

As informações incluídas neste item 3.2 foram preparadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso site (www.braskem-ri.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e EBITDA ajustado

O EBITDA (*Earning before interest, taxes depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras. A Companhia define EBITDA como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro (imposto de renda/contribuição social sobre o lucro), do resultado financeiro e das depreciações, amortizações e exaustões.

Adicionalmente, a Companhia opta por apresentar o EBITDA ajustado, excluindo ou adicionando outros itens da demonstração de resultado que contribuam para uma melhor informação sobre o seu potencial de geração bruta de caixa.

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração da Companhia, mas não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como um substituto para o lucro líquido, nem tampouco como indicador de liquidez. A Companhia acredita que o EBITDA, além de medida de desempenho operacional, permite uma comparação com outras empresas. Entretanto, ressalta-se que o EBITDA não é uma medida estabelecida de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) e está apresentado de acordo com a Instrução CVM 527.

3.2 - Medições Não Contábeis

(a) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Valores em R\$ mil	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.896.974)	2.907.210	4.133.321
(=Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos)	(1.905.997)	745.291	1.292.268
Resultado financeiro	4.746.391	4.651.442	3.942.349
Depreciação, amortização e exaustão	3.632.265	2.990.576	2.928.857
EBITDA básico do exercício	3.575.686	11.294.517	12.296.795
Provisão (reversão) para perdas de ativos de longa duração ⁽¹⁾	215.772	20.015	77.158
Resultado de participações societárias ⁽²⁾	(10.218)	888	(39.956)
Resultado com operações descontinuadas ⁽³⁾			
Acordo de Leniência ⁽⁴⁾			
Perda de dividendos			
Provisão para indenização de danos Alagoas	3.383.067		
Outros	675.711		
EBITDA ajustado do exercício	7.840.018	11.315.422	12.333.997
<p>(1) Representa as constituições ou estornos de provisões para perdas na recuperação dos ativos de longa duração (investimentos, imobilizado e intangível) que foram ajustados para formação do EBITDA pelo fato de não haver expectativa de realização financeira e, se houver, será capturada nas devidas contas da demonstração do resultado;</p> <p>(2) Corresponde a equivalência patrimonial dos investimentos em empresas coligadas e controladas em conjunto;</p> <p>(3) Corresponde aos resultados da quantiQ e IQAG, conforme apresentado nos itens 6 e 10 abaixo;</p> <p>(4) Representa a provisão do Acordo Global, conforme explicado nos itens 3 e 10 abaixo.</p>			

3.2 - Medições Não Contábeis

As tabelas abaixo apresentam o EBITDA apresentado pela Companhia nos três últimos exercícios sociais:

Valores em R\$ mil	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
EBITDA ajustado do exercício ⁽¹⁾	7.840.018	11.315.422	12.333.997
Depreciação, amortização e exaustão	(3.632.265)	(2.990.576)	(2.928.857)
Resultado de participações societárias	10.218	(888)	39.956
Provisão (reversão) para perdas de ativos de longa duração⁽²⁾	(215.772)	(20.015)	(77.158)
Resultado com operações descontinuadas			(8.876)
Acordo de leniência			
Perda de dividendos			
Provisão para indenização de danos Alagoas	(3.383.067)		
Outros	(675.711)		
Lucro operacional antes do resultado financeiro ⁽³⁾	(56.582)	8.303.943	9.359.062

(1) Medição não contábil apresentado pela Companhia;

(2) Alocado na rubrica de "outras receitas (despesas), líquidas";

(3) Medição contábil divulgada nas Demonstrações dos Resultados consolidados.

(b) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA e o EBITDA ajustado como indicadores financeiros pois acredita que estes indicadores são medidas práticas dos cálculos do desempenho operacional da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, além de itens não recorrentes e demais impactos que não alteram o seu fluxo de caixa. Adicionalmente, o EBITDA e o EBITDA ajustado permitem uma comparação com outras companhias do mesmo segmento de atuação ainda que estas possam calcular tal indicador de forma distinta.

Vale ressaltar que o EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados pois não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas normas contábeis internacionais (IFRS), e está apresentado de acordo com a Instrução CVM 527.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

As informações prestadas neste item se referem a eventos posteriores às últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pela Companhia.

"(a) Conforme divulgado na Nota 26.1(i) das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em janeiro de 2020 houve o desbloqueio de R\$3,7 bilhões anteriormente bloqueados do caixa da Companhia, e Nota 26.1(ii), em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou um termo de acordo com o Ministério Público do Trabalho - MPT, no montante de R\$40 milhões, para implementação de Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais aos moradores e trabalhadores dos bairros afetados pelo fenômeno geológico. Tal programa consiste no apoio à construção de creches e escolas e realização de cursos de capacitação profissional, bem como apoio à Defesa Civil na contratação de pessoal qualificado para a continuidade do processo de monitoramento das áreas de risco dos bairros afetados.

(b) A CVM emitiu o Ofício Circular 02/2020 orientando as companhias abertas efetuarem avaliação dos efeitos econômico-financeiros decorrentes do COVID-19 em seus negócios, e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas dessa análise.

Com base nas melhores informações internas e de fontes externas disponíveis, a Companhia não vislumbra impacto na continuidade dos negócios, nas estimativas contábeis registradas para realização de ativos ou relacionadas à provisão de obrigações em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia segue reavaliando continuamente seu nível ideal de produção, considerando indicações de clientes sobre reduções de compra e o nível de abastecimento de insumos junto a fornecedores. Diante deste cenário, a Companhia também está atenta a medidas eventualmente necessárias no sentido de manter a higidez financeira e liquidez durante a crise, o que inclui o saque em 1º de abril de 2020 da linha de crédito "stand-by" disponível, no valor de US\$1 bilhão. Também foram iniciadas uma série de ações protetivas e preventivas em suas operações para cooperação com a prevenção da propagação do COVID-19. A análise de sensibilidade da taxa de câmbio dólar-real, apresentada na Nota 20.6(c.1), considera cenários de elevação do dólar em 25% e 50% em relação à taxa de 4,08. De acordo com o relatório Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil no dia 23 de março de 2020, o dólar se manterá próximo a R\$4,50 ao final do ano, portanto, está contemplado nos cenários da análise da Companhia. Adicionalmente, dada a rápida evolução do cenário, a Braskem não consegue prever, até este momento, o impacto potencial do surto de COVID-19 na economia global e, consequentemente na demanda por seus produtos e impactos em suas operações."

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma reserva estatutária, conforme faculta o artigo 194 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").	O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma reserva estatutária, conforme faculta o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.	O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma reserva estatutária, conforme faculta o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.
a. Regras sobre retenção de lucros	Contudo, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar sobre a constituição de outras reservas, bem como retenção de lucros, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.	Contudo, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar sobre a constituição de outras reservas, bem como retenção de lucros, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.	Contudo, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar sobre a constituição de outras reservas, bem como retenção de lucros, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
a.i. Valores das retenções de lucros (em R\$ mil)	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou prejuízo.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro atribuível aos acionistas da Companhia foi de R\$2.867 milhões, contudo em razão de decisão judicial proferida em 15/4/2019, no processo 0802005-67.2019.8.02.0000, pelo Desembargador Relator Alcides Gusmão da Silva, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas, no âmbito do recurso apresentado pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, ambos do Estado do Alagoas, foi determinada a suspensão da deliberação a respeito da distribuição do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2018. Em 12/6/2019, tal decisão judicial foi revertida pelo Superior Tribunal de Justiça, que permitiu a deliberação de distribuição de dividendos, condicionada à efetiva apresentação de seguro-garantia, o qual veio a ser apresentado, pela Companhia, em 14/6/2019. Conforme deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 3/10/2019, foi aprovada a distribuição do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, no valor de R\$2.867 milhões, conforme mencionado acima, sendo que R\$143,3 milhões foram destinados à reserva legal e R\$2.002 milhões foram retidos com base em orçamento de capital.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro atribuível aos acionistas da Companhia foi de R\$4.083 milhões, sendo que R\$204,2 milhões foram destinados à reserva legal e R\$1.335 milhões foram retidos com base em orçamento de capital.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável.	Reserva legal: 5,0% Reserva de retenção de lucros: 69,8%	Reserva legal: 5,0% Reserva de retenção de lucros: 32,7%

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
b. Regras sobre a distribuição de dividendos	Dividendo mínimo		
	De acordo com Estatuto Social da Companhia, 25% do lucro líquido do exercício será destinado para o pagamento de dividendos obrigatórios, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais Classe "A" e "B".	De acordo com Estatuto Social da Companhia, 25% do lucro líquido do exercício será destinado para o pagamento de dividendos obrigatórios, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais Classe "A" e "B".	De acordo com Estatuto Social da Companhia, 25% do lucro líquido do exercício será destinado para o pagamento de dividendos obrigatórios, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais Classe "A" e "B".
	Dividendo prioritário		
	As ações preferenciais classes "A" e "B" terão igual prioridade na distribuição em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% sobre seu valor unitário (obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação), de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. As ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais.	As ações preferenciais classes "A" e "B" terão igual prioridade na distribuição em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% sobre seu valor unitário (obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação), de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. As ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais.	As ações preferenciais classes "A" e "B" terão igual prioridade na distribuição em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% sobre seu valor unitário (obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação), de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. As ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais.
	Depois de cumprido o disposto no parágrafo anterior e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, as ações preferenciais classe "A" concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe "B" não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido anteriormente.	Depois de cumprido o disposto no parágrafo anterior e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, as ações preferenciais classe "A" concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe "B" não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido anteriormente.	Depois de cumprido o disposto no parágrafo anterior e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, as ações preferenciais classe "A" concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe "B" não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido anteriormente.
	Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais		
	Classe "A" e "B" for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; e se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o	Classe "A" e "B" for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; e se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o	Classe "A" e "B" for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; e se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	mesmo dividendo.	mesmo dividendo.	mesmo dividendo.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2019, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia determinar o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais para distribuição de dividendos, observada as disposições de lei. Poderá haver distribuição de dividendos antecipados, por deliberação prévia do Conselho de Administração, vedada a distribuição "ad-referendum" da Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 4º do artigo 46 do Estatuto Social.	Em 31 de dezembro de 2018, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia determinar o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais para distribuição de dividendos, observada as disposições de lei. Poderá haver distribuição de dividendos antecipados, por deliberação prévia do Conselho de Administração, vedada a distribuição "ad-referendum" da Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 4º do artigo 46 do Estatuto Social.	Em 31 de dezembro de 2017, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia determinar o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais para distribuição de dividendos, observada as disposições de lei. Poderá haver distribuição de dividendos antecipados, por deliberação prévia do Conselho de Administração, vedada a distribuição "ad-referendum" da Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 4º do artigo 46 do Estatuto Social.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Conforme descrito no item 3.4. a.i., acima, razão de decisão judicial proferida em 15/4/2019, no processo 0802005-67.2019.8.02.0000, pelo Desembargador Relator Alcides Gusmão da Silva, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas, a distribuição de dividendos relativos ao exercício findo em 31/12/2018 foi retirada da pauta da AGOE de 16/04/2019. Em 12/6/2019, tal decisão judicial foi revertida pelo Superior Tribunal de Justiça, que permitiu a deliberação de distribuição de dividendos, condicionada à efetiva apresentação de seguro-garantia, o qual veio a ser apresentado, pela Companhia, em 14/6/2019. Desse modo, salvo pelo disposto acima, na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o	A Companhia possui uma Política de Dividendos, aprovada em 20/06/2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual encontra-se disponível nos <i>websites</i> da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), estabelecendo as atribuições e responsabilidades relacionadas à distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em	Em 20/06/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Dividendos, que encontra-se disponível nos <i>websites</i> da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), estabelecendo as atribuições e responsabilidades relacionadas à distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em conformidade ou em	Em 2017, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
documento pode ser consultado	conformidade ou em complemento ao previsto na legislação e regulamentação aplicáveis.	complemento ao previsto na legislação e regulamentação aplicáveis.	

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	-2.896.973.000,00	2.669.674.000,00	4.133.321.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	25,000000	61,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	10,000000	63,000000
Dividendo distribuído total	0,00	667.418.571,58	2.500.074.000,00
Lucro líquido retido	0,00	2.002.255.714,72	1.335.388.000,00
Data da aprovação da retenção		03/10/2019	30/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00					
Dividendo Obrigatório						
Ordinária			378.778.377,51	30/12/2019	567.620.000,00	12/12/2017
Preferencial	Preferencial Classe A		288.336.915,05	30/12/2019	432.029.000,00	12/12/2017
Preferencial	Preferencial Classe B		303.279,02	30/12/2019		
Ordinária			0,00	30/12/2019		
Preferencial	Preferencial Classe A		0,00	30/12/2019		
Preferencial	Preferencial Classe B		0,00	30/12/2019		
Preferencial	Preferencial Classe B				351.000,00	12/12/2017
Ordinária					851.729.000,00	10/05/2018
Preferencial	Preferencial Classe A				648.345.000,00	10/05/2018
Preferencial	Preferencial Classe B				0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

<i>Valores em R\$ mil</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Dividendo Declarado a Conta de Lucros Retidos	-	-(1)	1.500.000

(1) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro atribuível aos acionistas da Companhia foi de R\$2.867 milhões, contudo, em razão de decisão judicial proferida em 15/4/2019, no processo 0802005–67.2019.8.02.0000, pelo Desembargador Relator Alcides Gusmão da Silva, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas, no âmbito do recurso apresentado pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, ambos do Estado do Alagoas, foi determinada a suspensão da deliberação a respeito da distribuição do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2018. Em 12/6/2019, tal decisão judicial foi revertida pelo Superior Tribunal de Justiça, que permitiu a deliberação de distribuição de dividendos, condicionada à efetiva apresentação de seguro-garantia, o qual veio a ser apresentado, pela Companhia, em 14/6/2019. Conforme deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 3/10/2019, foi aprovada a distribuição do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, no valor de R\$2.867 milhões, conforme mencionado acima, sendo que R\$143,3 milhões foram destinados à reserva legal e R\$2.002 milhões foram retidos com base em orçamento de capital.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	64.184.331.000,00	Índice de Endividamento	13,10000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo	Garantia Real		151,00	86,00	0,00	0,00	237,00
Financiamento	Garantia Real		34.685,00	1.614,00	0,00	0,00	36.299,00
Empréstimo	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo	Quirografárias		36.375,00	63.493,00	1.265.663,00	0,00	1.365.531,00
Financiamento	Quirografárias		342.181,00	799.268,00	804.217,00	1.518.761,00	3.464.427,00
Títulos de dívida	Quirografárias		414.603,00	1.165.940,00	3.856.957,00	19.145.825,00	24.583.325,00
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Fiança bancária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	Outras garantias ou privilégio	Fiança bancária	20.466,00	37.349,00	9.376,00	1.191,00	68.382,00
Títulos de dívida	Outras garantias ou privilégio	Fiança bancária	46.910,00	104.604,00	104.604,00	19.477,00	275.595,00
Total			895.371,00	2.172.354,00	6.040.817,00	20.685.254,00	29.793.796,00
Observação							
As informações acima se referem às demonstrações financeiras [individuais/consolidadas] da Companhia.							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras Informações Relevantes

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía em vigor restrições em relação a limites para determinados indicadores ligados a capacidade de endividamento e de pagamento de juros. Entretanto, alguns dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia contêm outras obrigações que restringem, dentre outras coisas, a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias de assumir garantias ou passar por processo de incorporação ou fusão com outras entidades, alterar seu controle acionário e alienar de outra forma seus ativos. As restrições pactuadas, quando não dispensadas formalmente pelos credores, não ensejaram a aceleração de nenhum dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Fatores de risco

(a) Riscos relativos à Companhia

4.1.1 Enfrentamos concorrência de produtores de polietileno, polipropileno, PVC e outros produtos petroquímicos.

Enfrentamos forte concorrência em todos os produtos petroquímicos oferecidos. Nossas operações nos Estados Unidos enfrentam concorrência naquele país de outros produtores norte-americanos de polipropileno e demais produtores internacionais de polipropileno que atendem o mercado dos Estados Unidos. Nossas operações na Alemanha enfrentam concorrência na Europa e nos outros mercados de exportação que atende por parte de produtores europeus e de outros países de polipropileno. As operações da Companhia no México enfrentam a concorrência de produtores de polietileno dos Estados Unidos. Empresas concorrentes da América do Sul podem exportar para o Brasil com baixas taxas ou até sem taxas de importação. Adicionalmente, produtores e quase todos os continentes realizam vendas regulares ou pontuais para empresas de trading e clientes diretos no Brasil para produtos petroquímicos e resinas.

Em geral, os preços de nossos produtos de segunda geração vendidos no Brasil são fixados tomando por referência os preços cobrados por produtores estrangeiros nos mercados internacionais. Geralmente determinamos os preços de nossos produtos de segunda geração exportados do Brasil com base nos preços praticados no mercado à vista internacional. Os preços do polipropileno comercializado nos Estados Unidos e na Europa são determinados com base na precificação do mercado regional. O preço do polietileno no México é definido com base nos preços do polímero na região da Costa do Golfo dos Estados Unidos.

Como resultado do recente comissionamento da capacidade de produção de eteno a partir de gás natural, somado à competitividade de preço do etano como matéria-prima para a produção de petroquímicos, a administração prevê que poderemos enfrentar concorrência mais intensa de produtores de resinas termoplásticas, especialmente norte-americanos, chineses e do oriente médio, nos mercados nos quais ela vende esses produtos.

Adicionalmente, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano pode aumentar a competitividade do preço de produtos importados em reais, o que pode causar um aumento na concorrência no Brasil por parte de outros produtores de produtos de segunda geração. Alguns dos concorrentes estrangeiros são empresas substancialmente maiores, que contam com recursos financeiros, produtivos, tecnológicos e/ou de marketing superiores aos da Companhia. Ainda, a valorização do euro em relação ao dólar norte-americano pode aumentar a competitividade do preço de produtos importados e denominados em euro e, como consequência, aumentar a concorrência de importações.

4.1.2 A Companhia poderá enfrentar a concorrência de produtores de substitutos dos seus produtos como resultado da evolução tecnológica, tendências e preferências de consumo e setoriais, além de mudanças regulatórias.

A Companhia compete em um mercado que depende da inovação tecnológica e da habilidade de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

se adaptar a tendências de consumo e setoriais que estão em constante evolução. Seus produtos petroquímicos e outros produtos produzidos a partir deles, tais como bens de consumo feitos de plástico, estão sujeitos a mudanças nas tendências, demandas e preferências dos consumidores e indústrias, bem como a exigências regulatórias e ambientais rigorosas. Portanto, produtos que antes desfrutavam de preferência podem, ao longo do tempo, perder a preferência entre consumidores e indústrias ou deixar de ser percebidos como a melhor opção, o que pode prejudicar o resultado operacional e a posição financeira da Companhia.

Além disso, a gestão, descarte e reciclagem de resíduos plásticos tornou-se uma preocupação ambiental global e tem recebido tanta atenção quanto outros temas ambientais, tais como o aquecimento global, de grande parte da população, governos nacionais e locais, empresas do setor privado, formadores de tendências e consumidores do mundo todo. Há uma crescente tendência de se afastar da utilização de produtos plásticos, o que tem sido apoiado por iniciativas governamentais e legislações, além de investimentos em sistemas de reciclagem de plásticos por empresas do setor público e privado, bem como por governos nacionais e locais. Em novembro de 2018, a Companhia emitiu um posicionamento apoiando o desenvolvimento de certas iniciativas para a promoção da "economia circular" (reutilização e readequação de recursos dentro da economia), entre elas: (i) parcerias para o desenvolvimento de novos produtos e aplicações que melhorem a eficiência e promovam a reciclagem e reutilização (design circular); (ii) investimento no desenvolvimento de novos produtos renováveis a fim de apoiar a economia circular no início da cadeia de valor; (iii) apoio e desenvolvimento de novas tecnologias, modelos de negócios e sistemas de reciclagem e melhora das cadeias de reciclagem e recuperação de materiais; (iv) engajamento de consumidores em programas de reciclagem e recuperação, principalmente através de programas educacionais de consumo consciente para aumentar o conhecimento sobre o valor dos resíduos plásticos para a economia; (v) apoio e utilização de ferramentas de avaliação de ciclo de vida para escolher a opção mais sustentável, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais do plástico; (vi) apoio à mensuração e comunicação de índices de reciclagem e recuperação de materiais de embalagens plásticas; (vii) envolvimento em parcerias para a compreensão, prevenção e solução de questões associadas à má administração de resíduos de plástico, especificamente lixo nos oceanos; e (viii) apoio a políticas públicas para melhorar a gestão de resíduos sólidos e cadeias de reciclagem, especificamente de resíduos de plástico.

Apesar destas e de outras iniciativas realizadas no setor em que atua a Companhia, pode não ser possível aumentar as taxas de reciclagem de resíduos plásticos pós-consumo, o que poderia levar à diminuição do interesse por seus produtos por parte dos clientes e consumidores, além de impactar os resultados das suas operações e a sua condição financeira.

Em 2018, a União Europeia adotou uma estratégia para descarte de produtos de plásticos em uma economia circular que tem por objetivo aumentar significativamente a reciclagem e tem como foco os produtos de plásticos normalmente mais encontrados em praias e no mar. Além disso, o governo local e estadual, como por exemplo na China e no Brasil, propuseram ou implementaram, cada vez mais, proibições a produtos de plástico, como sacolas e canudos de plástico descartáveis, bem como outras embalagens de plástico para alimentos. Ademais, o uso de produtos de plástico uma única vez têm sido visto com críticas pelo público. A maior regulamentação, ou proibição, do uso de produtos de plástico poderia aumentar os custos incorridos pelos clientes da Companhia para usar esses produtos ou de outro modo limitar o uso

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desses produtos, e poderia levar a uma diminuição na demanda por PE, PP e outros produtos produzidos pela Companhia. Essa diminuição na demanda poderia afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

O contínuo sucesso da Companhia depende da sua habilidade de continuar a se diferenciar e aos seus produtos, bem como de reagir a tais mudanças de tendências. Entre os fatores que podem afetar a percepção dos consumidores sobre os seus produtos, ou sobre os bens de consumo produzidos a partir dos seus produtos, estão tendências de saúde e a percepção de produtos substitutos como sendo mais ambientalmente amigáveis. Por exemplo, nos últimos anos, temos visto uma mudança na preferência dos consumidores em relação aos canudos plásticos, favorecendo a utilização de canudos fabricados a partir de outros materiais e compostos, tais como papel e outros. A ineficácia em reagir a tendências similares no futuro pode permitir que concorrentes cresçam e conquistem participação de mercado antes que a Companhia tenha chance de responder.

Além disso, podem ser alteradas ou promulgadas regulações no futuro que dificultem o apelo aos seus clientes, consumidores finais ou a alavancagem dos produtos produzidos pela Companhia. Por exemplo, o descumprimento das políticas aplicáveis, que poderia levar a uma diminuição na demanda pelos produtos da Companhia, proibição de produtos plásticos sem permitir a busca por alternativas por meio de soluções eficientes, incluindo as resinas produzidas pela Braskem, poderia ter um efeito adverso relevante sobre o negócio, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia. Ademais, ainda que a Companhia seja capaz de destacar seus produtos, não é possível garantir que seus concorrentes (inclusive fabricantes de produtos substitutos) não tenham sucesso em persuadir os consumidores dos produtos da Companhia a migrarem para os seus próprios produtos. Alguns dos concorrentes podem ter mais acesso a recursos que a Companhia, o que poderia melhor posicioná-los para reagir e se adaptar à evolução das tendências e preferências e a mudanças regulatórias. Qualquer perda de interesse pelos seus produtos ou por bens de consumo produzidos a partir dos seus produtos pode causar um efeito material adverso nos negócios, resultados das operações e condições financeiras da Companhia.

4.1.3 Custos mais altos da matéria-prima podem aumentar o custo de produtos vendidos e diminuir a margem bruta, afetando negativamente nosso resultado financeiro total.

A nafta, um derivado do petróleo bruto, é a principal matéria-prima utilizada por nossa Unidade de Químicos (antes conhecida como Petroquímicos Básicos) e, indiretamente, por nossas outras unidades de negócios no Brasil. Em 2019, a nafta respondeu, direta e indiretamente, por 40,7% dos custos consolidados de produtos vendidos, comparado a 41,8% em 2018.

Etano e propano são as principais matérias-primas utilizadas pela Companhia na produção de petroquímicos básicos em nosso complexo petroquímico instalado em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, ou Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, e representam o principal custo de produção e operacional desse Complexo. Etano e propano corresponderam juntos, direta e indiretamente, a 0,5% e 1,0%, respectivamente, do custo dos produtos vendidos consolidado em 2019, comparado a 0,6% e 1,2%, respectivamente, do custo dos produtos vendidos consolidado em 2018.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Já o propeno, principal matéria-prima consumida na produção de polipropileno nos Estados Unidos e na Europa, representa o principal custo de produção e operacional da Unidade EUA e Europa. A Companhia também adquire propeno no mercado brasileiro para algumas de suas plantas de polipropileno. O propeno correspondeu, direta e indiretamente, a 20,1% e 21,7% do custo dos produtos vendidos consolidado em 2019 e 2018, respectivamente.

O etano é a principal matéria-prima utilizada na produção de eteno no Complexo Petroquímico do México e representa o principal custo de produção e operacional do Complexo do México. Etano correspondeu, direta e indiretamente, a 1,3% e 1,0% do custo dos produtos vendidos consolidado em 2019 e 2018, respectivamente.

No Brasil, a Companhia adquire nafta utilizada pela Unidade de Químicos a preços baseados nos preços da nafta do mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia, ou preço de referência ARA, e etano e propano precificados com base no mercado Mont Belvieu. A Companhia adquire o etano utilizado na Unidade do México a preços baseados no etano puro de Mont Belvieu. A Companhia adquire o propeno utilizado nas plantas do Brasil e dos EUA a preços baseados na referência do Golfo dos EUA (preço USG). A Companhia adquire o propeno utilizado nas plantas da Europa conforme o informado pela ICIS-LOR com base em um preço de contrato mensal para o propeno da Europa. A Companhia adquire gás de refinaria a preços referenciados no preço do gás natural importado.

O preço de referência ARA oscila principalmente de acordo com variações no preço em dólares do petróleo bruto Brent na Bolsa Intercontinental de Londres. Em 2019, o preço ARA da nafta diminuiu 16,0%, de US\$ 601,30 por tonelada em 2018, para US\$ 505,30 por tonelada em 2019, em virtude da queda nos preços do petróleo, bem como pelo uso de matérias-primas mais competitivas para a produção de etileno em centrais petroquímicas flexíveis, principalmente nos Estados Unidos.

Em 2019, o preço médio do etano, referência Mont Belvieu, foi de 21,6 ¢/gal ou US\$ 160,5/ton, uma queda de 34,0% em relação a 2018, devido à maior oferta associada: (i) à inicialização de novas fracionadoras de gás e dutos para transporte; e (ii) a atrasos na inicialização de novas centrais petroquímicas.

Em 2019, o preço USG médio do propeno foi de US\$820,30 por tonelada, 31,0% menor do que em 2018, devido à maior disponibilidade do monômero em virtude das maiores taxas de utilização de plantas de PDH e do aumento no uso de líquidos de gás natural em centrais petroquímicas.

O preço europeu médio de referência para o propeno foi de US\$1.024,70 por tonelada em 2019, ou 12,4% menor do que em 2018, devido à normalização das restrições logísticas sobre o propeno na Europa, que afetaram a região no ano anterior devido aos baixos níveis dos rios.

Os preços da nafta, do etano, propano e propeno em dólares têm sido e podem se manter voláteis. Além disso, futuras variações no preço do dólar norte-americano podem efetivamente causar um aumento dos custos da nafta, etano, propano e propileno em reais. Um aumento nos preços da nafta, do etano, propano ou propeno reduziria a margem bruta da Companhia e afetaria negativamente seu resultado financeiro total, na impossibilidade de repasse desse aumento de custos aos clientes, e poderia reduzir o volume de vendas de nossos produtos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1.4 Não fazemos hedge contra variações no preço de nossas principais matérias-primas, ficando expostos a flutuações no preço destas.

Atualmente, a Companhia não faz hedge contra a exposição aos preços de suas matérias-primas. A Companhia acredita que a indústria petroquímica possui um hedge natural, principalmente pela alta correlação histórica entre a nafta, que é a matéria-prima principal usada por um produtor marginal, e seus produtos finais (polietileno, polipropileno, PVC, entre outros). Historicamente, as variações no preço da nafta precederam variações correspondentes dos produtos petroquímicos de primeira e segunda geração. Qualquer hedge apenas sobre o preço da nafta poderia interromper essa proteção natural, muito provavelmente acarretando o aumento da volatilidade dos resultados da Companhia. No entanto, considerando o processo em curso na Braskem de diversificação das matérias-primas, com o etano, propano e propeno passando a representar uma parcela mais significativa dos custos variáveis, o hedge natural descrito acima se enfraqueceu. Isso se deve à correlação significativamente menor do etano e do propano com o preço dos produtos finais da Companhia, em comparação à nafta e ao propeno. Como resultado, e mais do que em anos anteriores, na hipótese de variação do preço do etano ou do propano, a Companhia pode não ser capaz de repassar todos os custos correspondentes com insumos aos seus clientes finais.

4.1.5 Os negócios e operações da Companhia estão sujeitos a perigos ambientais, de saúde e segurança. Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e outros.

Como participante do setor petroquímico, as operações e negócios da Companhia, operados por ela ou por terceiros, envolvem a geração, utilização, manuseio, armazenagem, transporte de produtos (principalmente por duto, rodovia, ferrovia, rio e mar) tratamento, eliminação e descarte de substâncias perigosas e resíduos no meio ambiente. Não obstante as normas, políticas e controles da Companhia para questões ambientais, de saúde e segurança, suas operações permanecem sujeitas a incidentes ou acidentes que poderiam afetar negativamente os seus negócios e a sua reputação. O setor em que opera a Companhia está, de maneira geral, sujeito a riscos e perigos significativos, tais como incêndios, explosões, vazamentos de produtos, contaminação do solo e da água, derramamento de poluentes, resíduos e outros materiais perigosos, emissões de fumaça, falhas de estruturas operacionais e logísticas e incidentes envolvendo equipamentos móveis, veículos ou maquinário, associados ou não à produção de produtos petroquímicos e à armazenagem e ao transporte de matérias-primas e de produtos petroquímicos.

Tais eventos podem resultar de falhas técnicas, erro humano ou eventos naturais, entre outros fatores, e poderiam causar impactos ambientais e sociais significativos, danos ou destruição de unidades industriais ou comunidades ou ao patrimônio público e privado, perdas de produção, interrupção ou impacto significativo no negócio, perdas financeiras, danos pessoais, doença ou morte de funcionários, terceiros ou membros da comunidade do entorno das operações ou dos dutos e rotas logísticas, danos ambientais, atrasos na produção e, em determinadas circunstâncias, ensejar responsabilidade em processos civis, trabalhistas, criminais e administrativos, despesas com reparação ou remediação, dificuldades para a obtenção ou manutenção de licenças de operação, prejuízos à reputação da companhia, dentre outras consequências.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, a Braskem mantém provisão para reparação de danos ambientais relacionados a algumas das suas plantas industriais ou aos seus negócios e o valor provisionado corresponde à melhor estimativa de gastos necessários para a reparação dos danos. O saldo total registrado ao final do exercício social de 2019 foi de R\$ 365,2 milhões.

Mudanças nas leis aplicáveis podem impor mudanças nas normas já implementadas pela Companhia, podendo levar tempo para revisar e atualizá-las. Por exemplo, estamos realizando estudos relacionados a barragens em determinadas localidades industriais em virtude de uma mudança na legislação brasileira, que agora exige que todas as barragens de água e rejeito tenham um plano de segurança para tais estruturas. A Companhia já classificou todas as suas barragens em termos de risco e danos em potencial associados. No momento, a Companhia está preparando os planos de segurança de barragens, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2020, tendo sido comunicado às autoridades públicas. Todas as barragens da Companhia são pequenas em termos de volume e avaliações preliminares não indicaram riscos significativos em suas estruturas. Alguns estudos ambientais contratados pela Companhia indicaram casos de contaminação ambiental em algumas de nossas plantas. Se as leis e os regulamentos aplicáveis a planos de segurança e riscos mudarem, a Companhia pode ter que revisar os estudos realizados ou tomar medidas adicionais para retificar possíveis problemas que não precisariam ser tratados de acordo com as leis e regulamentos atuais. Ademais, a Companhia e alguns de seus diretores receberam determinadas notificações referentes a violações ambientais de menor gravidade e estão ou estiveram sujeitos a investigações ou procedimentos judiciais em razão de certas alegadas violações ambientais. Essas questões ambientais e quaisquer questões ambientais futuras que possam surgir podem nos sujeitar a multas ou outras sanções civis ou criminais impostas pelas autoridades brasileiras.

Além disso, as leis e regulamentos ambientais federais e estaduais brasileiras requerem a obtenção de licenças e alvarás de funcionamento para nossas unidades industriais. Se qualquer de nossas licenças ou alvarás ambientais expirar ou deixar de ser renovada, ou se não obtivermos as licenças ou alvarás ambientais necessários, estaremos sujeitos a multas que variam de R\$ 500 a R\$ 50,0 milhões, podendo o governo brasileiro suspender, parcial ou totalmente, nossas atividades e nos impor outras sanções civis e criminais.

Além disso, os processos de produção e logística da Companhia estão sujeitos a riscos de segurança inerentes, o que poderia levar à morte ou invalidez dos seus funcionários ou outros indivíduos envolvidos em tais processos. Tais riscos não podem ser inteiramente eliminados ou mitigados apesar do cumprimento estrito da Companhia com todas as medidas de segurança disponíveis ou exigências legais e regulamentares aplicáveis. Apesar de todos os esforços de monitoramento, a Companhia poderia sofrer um impacto negativo na sua imagem e reputação, bem como em seus negócios, condição financeira e resultado operacional.

Um acidente de grandes proporções em uma de nossas plantas ou instalações de armazenamento equipamentos de logística ou dutos pode nos obrigar a suspender temporariamente nossas operações, resultando em altos custos de reparação e perda de receita líquida. Apesar da cobertura de seguros em relação a danos causados por incêndio e lucros cessantes em razão de paradas ocasionadas por incêndio, explosão ou avarias elétricas, os recursos de seguros de tais apólices de seguros podem não estar disponíveis em tempo hábil ou ser insuficientes para cobrir todos os prejuízos em caso de sinistro, o que poderia causar um efeito material adverso em nosso

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desempenho financeiro.

No estado de Alagoas, no Brasil, as atividades da Companhia de mineração de sal-gema, uma matéria-prima utilizada na produção de determinados produtos na Unidade de Vinílicos, também estão sujeitas a riscos e perigos similares. Por exemplo, em alguns bairros da cidade de Maceió localizados próximos à área geológica das minas de sal-gema da Companhia, houve alegações de que a superfície teria cedido como resultado das atividades realizadas pela Companhia nessas minas, afetando propriedades públicas e privadas na região. Determinados processos foram ajuizados no estado de Alagoas com relação a esse incidente.

As operações de mineração na mina de sal da Companhia em Alagoas foram interrompidas em maio de 2019. Embora o risco de formação de cratera seja improvável, ele não pode ser totalmente desconsiderado. Foi designada uma área de segurança abrangendo 15 dos 35 poços no local da mina de sal da Companhia e toda a área de mineração foi monitorada. Em outubro de 2019, um projeto conceitual foi lançado para iniciar o preenchimento de alguns poços que perderam sal, que é uma condição para formação de cratera. A Companhia espera que esses poços sejam estabilizados o mais rápido possível com início em 2020. No entanto, essas ações são parte de uma operação maior que, após esforços de engenharia razoáveis, pode levar alguns anos para ser concluída. Outras cavernas que são comparativamente mais estáveis serão monitoradas de perto. Com base nos resultados de rotinas de monitoramento e estudos adicionais relacionados a simulações numéricas, que fornecem dados para monitorar a estabilidade das cavernas, pode surgir a necessidade de estabilização e preenchimento adicional.

Em 3 de janeiro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública da União para dar suporte à realocação e à indenização de residentes das áreas de risco localizadas nos bairros de Mutange, Bom Parto, Pinheiro e Bebedouro na cidade de Maceió, no estado de Alagoas, conforme previsto no acordo, que foi homologado pelo Juiz Federal da 3ª Vara do estado de Alagoas. A Companhia estima que o suporte para realocação previsto no acordo e nas áreas adjacentes envolverá aproximadamente 4.500 edifícios e 17.000 pessoas durante os próximos dois anos.

Em 31 de dezembro de 2019, com base na sua avaliação e na de consultores jurídicos externos, e considerando as informações existentes às quais teve acesso, as discussões conduzidas com autoridades e as estimativas de despesas com diversas medidas de segurança em benefício de residentes, a Companhia registrou uma provisão de R\$ 3.383,1 milhões, dos quais R\$ 1.450,5 milhões ficou sob a rubrica de passivos circulantes e R\$ 1.932,6 milhões sob a rubrica de passivos não circulantes. Devido às mudanças inerentes nas presunções relacionadas às provisões decorrentes de novos fatos e circunstâncias, prazo de execução e extensão dos planos de ação, as constatações de estudos futuros conduzidos por especialistas e o resultado de processos judiciais pendentes, pode haver ajuste da provisão para contemplar esses novos acontecimentos.

No dia 17 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou um termo de acordo com o Ministério Público do Trabalho no valor de R\$40 milhões, segundo o qual a Companhia concordou em implementar um programa para recuperação de negócios e promoção de atividades educacionais (o "Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais") para benefício dos residentes e trabalhadores nos bairros de Mutange, Bom Parto, Pinheiro e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Bebedouro na cidade de Maceió, no estado do Alagoas, Brasil. O programa consiste na construção de creches e escolas, implementação de programas de treinamento vocacional e fornecimento de suporte a autoridades da defesa civil no tocante à contratação de pessoal qualificado para continuar o processo de monitoramento das áreas de risco nesses bairros. Nos termos do acordo, o Ministério Público do Trabalho concordou em retirar a ação que ele havia ajuizado contra a Companhia, incluindo a solicitação de bloqueio de recursos feita na referida ação, em conformidade com os comunicados ao mercado divulgados pela Companhia no dia 25 de julho e 10 de outubro de 2019.

Adicionalmente, a Companhia poderia enfrentar dificuldades em obter e manter licenças operacionais, além de sofrer danos à sua reputação após a ocorrência de tal evento. Os produtores petroquímicos estão algumas vezes sujeitos a percepções de mercado desfavoráveis devido ao impacto ambiental de seus negócios, o que pode ocasionar um efeito adverso nos resultados de suas operações.

Além disso, a Companhia, assim como outras produtoras petroquímicas brasileiras, está sujeita a rigorosas leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e locais relacionados à saúde humana, ao manejo, armazenamento, transporte, tratamento, eliminação e descarte de resíduos e substâncias perigosas no meio ambiente. As operações da Companhia no Brasil, inclusive aquelas das controladas Cetrel e DAC, que são responsáveis por prestar serviços ambientais, tratamento de águas residuais e fornecimento de água para o Complexo Petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia, por exemplo, estão sujeitas a diversas leis, regulamentos, regras e despachos federais, estaduais e municipais relativos à poluição, proteção do meio ambiente e geração, armazenagem, gestão, transporte, tratamento e descarte e remediação de substâncias perigosas e resíduos. O governo brasileiro promulgou em 1998 a Lei de Crimes Ambientais, que impõe sanções criminais a empresas e indivíduos causadores de danos ambientais. Empresas condenadas por poluição podem ser multadas em até R\$ 50,0 milhões, ter suas operações suspensas, ser proibidas de prestar serviços para o governo, ter de reparar os danos causados e perder determinados benefícios e incentivos fiscais. Diretores, conselheiros e outros indivíduos podem ser sujeitos a até cinco anos de prisão por crimes ambientais.

As operações da Companhia nos Estados Unidos, na Alemanha, na Europa e no México estão sujeitas a um grande número de leis, regulamentos, normas e portarias federais, estaduais e locais daqueles países relativas a poluição, proteção do meio ambiente e geração, armazenamento, manuseio, transporte, tratamento, descarte e reparação de substâncias e resíduos perigosos. As leis e regulamentos ambientais dos Estados Unidos podem responsabilizar a Companhia pela conduta de terceiros ou por atos que, quando praticados, cumpriam os requisitos então aplicáveis, a despeito de negligência ou falha. São de particular importância nesse sentido (1) os programas reguladores a serem estabelecidos para implementar normas de qualidade do ar de acordo com as Normas Nacionais para a Qualidade do Ar Ambiente no tocante a ozônio e partículas finas, promulgadas pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos e (2) várias medidas legislativas e reguladoras atualmente em fase de análise, discussão ou implementação nos Estados Unidos que versam sobre as emissões de gases do efeito estufa. No México, a Companhia aderiu ao programa de responsabilidade integral promovido pela Associação Nacional de Indústria Química do país (ANIQ), que se baseia na norma de atuação responsável utilizada nos Estados Unidos e no Canadá. A Companhia é a ainda signatária do programa de Tratamento Responsável nos Estados Unidos e no Brasil, que foi lançado por

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

determinadas empresas do setor mundial da indústria química.

O cumprimento de tais rigorosas regulações ambientais e de outro tipo exigem investimentos significativos. A Companhia registrou gastos anuais consolidados com controles ambientais nos valores de R\$ 369,8 milhões em 2019, R\$ 329,3 milhões em 2018 e R\$ 330,1 milhões em 2017, incluindo investimentos, tratamento de resíduos e efluentes, gestão de emissões, licenças ambientais, passivo ambiental e outros gastos ambientais. Adicionalmente, exigências reguladoras em evolução poderiam exigir dispêndios significativos de capital adicional dependendo da época da adoção e entrada em vigor das correspondentes normas específicas. Ademais, mudanças nos regulamentos ambientais poderiam inibir ou interromper as operações da Companhia ou exigir modificações em suas instalações. Desta forma, questões ambientais, de saúde ou segurança podem resultar em custos ou passivos significativos e não previstos.

A Companhia pode ainda, eventualmente, envolver-se em reclamações, disputas ou litígios relacionados a riscos e passivos ambientais, relacionados a saúde e segurança, entre outros.

4.1.6 A Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas no Estado de Alagoas em decorrência de fenômeno geológico ocorrido em bairros próximos à área de extração de salgema pela Companhia em Maceió. Determinadas medidas judiciais desfavoráveis à Companhia, podem afetar material e adversamente os seus resultados financeiros

Um acidente de grandes proporções em uma de nossas plantas ou instalações de armazenamento equipamentos de logística ou dutos pode nos obrigar a suspender temporariamente nossas operações, resultando em altos custos de reparação e perda de receita líquida. Apesar da cobertura de seguros em relação a danos causados por incêndio e lucros cessantes em razão de paradas ocasionadas por incêndio, explosão ou avarias elétricas, os recursos de seguros de tais apólices de seguros podem não estar disponíveis em tempo hábil ou ser insuficientes para cobrir todos os prejuízos em caso de sinistro, o que poderia causar um efeito material adverso em nosso desempenho financeiro.

No estado de Alagoas, as atividades da Companhia de mineração de sal-gema, uma matéria-prima utilizada na produção de determinados produtos na Unidade de Vinílicos, também estão sujeitas a riscos e perigos similares. Por exemplo, em alguns bairros da cidade de Maceió localizados próximos à área das minas de sal-gema da Companhia, após a ocorrência de tremores de terra em março de 2018 e o aparecimento de danos e fissuras em imóveis e equipamentos públicos, houve alegações de que a superfície teria cedido como resultado das atividades realizadas pela Companhia nessas minas, afetando propriedades públicas e privadas na região. Determinados processos foram ajuizados no estado de Alagoas em face da Companhia com relação a esse incidente.

Independente de tais processos, ao tomar conhecimento, em 08 de maio de 2019, do Relatório nº 1, elaborado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais do Ministério de Minas e Energia do Brasil (CPRM), sobre os eventos geológicos ocorridos na cidade de Maceió, preventivamente, a Braskem suspendeu no dia seguinte todas as atividades de extração de salgema e, conseqüentemente, as operações das plantas de cloro-soda e dicloroetano localizadas no distrito de Pontal da Barra, em Maceió, Estado de Alagoas. Tal relatório indicava a atividade de mineração de salgema como possível causa dos eventos geológicos, apontando a ocorrência

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de: (i) desestabilização das cavernas, como resultado da extração de cloreto de sódio, ou sal-gema, criando uma situação dinâmica que reativou estruturas e deformações geológicas pré-existentes nos distritos de Pinheiro, Mutange e Bebedouro; e (ii) instabilidade no distrito de Pinheiro, agravada pelos efeitos erosivos causados por um aumento na infiltração da água de chuva nas fraturas pré-existentes em um solo extremamente erosivo, e acelerada pela falta de uma rede de drenagem da água de chuva e de saneamento básico adequado, entre outros fatores.

A Companhia realizou e vem realizando, com o apoio de instituições independentes e especialistas renomados nacional e internacionalmente, estudos focados (i) no entendimento das causas do fenômeno geológico e (ii) na análise da situação dos poços. Referidos estudos vêm sendo compartilhados com a Agência Nacional de Mineração (ANM) e demais autoridades competentes, com quem a Companhia mantém constantes diálogos.

Em 14 de novembro de 2019, a Companhia apresentou à ANM medidas para encerramento definitivo das atividades de extração de sal em Maceió, com o fechamento dos seus poços e propôs a criação de uma área de resguardo no entorno de determinados poços como medidas de precaução e proteção às pessoas. Essas medidas são baseadas em estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG) da Alemanha, referência internacional em geomecânica de poços de sal, que identificou para esses poços objeto da área de resguardo um risco que, embora improvável, não pode ser descartado de evolução das referidas cavidades para a superfície, resultando na formação de um *sinkhole*. A Companhia vem realizando as medidas de apoio à desocupação dos moradores da área para criação da área de resguardo em coordenação com a Defesa Civil e demais autoridades.

Adicionalmente, no dia 03 de janeiro de 2020, a Companhia assinou acordo com órgãos públicos (Ministério Público Federal – MPF, Ministério Público Estadual – MPE, Defensoria Pública da União – DPU e Defensoria Pública do Estado – DPE; em conjunto “Autoridades”) para extinguir parcialmente ação civil pública ajuizada pelas Autoridades em face da Companhia visando à indenização dos moradores dos bairros afetados pelos eventos geológicos. Referido acordo prevê medidas de apoio à realocação, bem como a realização das correspondentes compensações financeiras dos moradores e proprietários de imóveis das áreas de risco com recomendação de desocupação pela Defesa Civil, conforme delimitadas no acordo a partir do Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias publicado pela Defesa Civil em junho de 2019. Referido acordo foi homologado pela Justiça Federal.

No dia 17 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou acordo com o Ministério Público do Trabalho no valor de R\$40 milhões, segundo o qual a Companhia concordou em implementar um programa para recuperação de negócios e promoção de atividades educacionais (o “Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais”) para benefício dos residentes e trabalhadores nos bairros de Mutange, Bom Parto, Pinheiro e Bebedouro na cidade de Maceió, no estado do Alagoas, Brasil. O programa consiste na construção de creches e escolas, implementação de programas de treinamento vocacional e fornecimento de suporte a autoridades da defesa civil no tocante à contratação de pessoal qualificado para continuar o processo de monitoramento das áreas de risco nesses bairros. Nos termos do acordo, o Ministério Público do Trabalho concordou em retirar a ação civil pública que havia ajuizado contra a Companhia, incluindo a solicitação de bloqueio de recursos feita na referida ação, em conformidade com os comunicados ao mercado divulgados pela Companhia no dia 25 de julho e 10 de outubro de 2019.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 17 de junho de 2020, a Companhia recebeu ofício conjunto das Autoridades informando da atualização do Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias por parte da Defesa Civil de Maceió, em junho de 2020, com a extensão da recomendação de desocupação para outros 1.918 imóveis nos bairros Mutange, Bom Parto, Pinheiro e Bebedouro, em Maceió. Em 15 de julho de 2020, a Companhia concluiu as tratativas com as Autoridades com relação às medidas de apoio a serem adotadas, de comum acordo, visando à desocupação dos referidos imóveis, o que foi formalizado mediante aditivo ao acordo de 03 de janeiro de 2020. Referido aditivo foi submetido à homologação da Justiça Federal em Alagoas.

Em 30 de junho de 2020, o total da provisão é de R\$ 4.583.530, sendo R\$ 2.615.939 no passivo circulante e R\$ 1.967.591 no passivo não circulante. Devido à inerente mudança de premissas relacionadas às provisões decorrente de novos fatos e circunstâncias, do tempo de execução e extensão dos planos de ação, dos resultados de estudos futuros dos especialistas e desfecho de ações judiciais em curso, a provisão pode sofrer atualizações ao longo do tempo para refletir o desenvolvimento do tema.

Como resultado da suspensão das atividades de mineração de sal-gema, a Companhia implementou um modelo de negócios não integrado para importação de: (i) soda cáustica para suprir o mercado brasileiro utilizando sua estrutura de logística e terminais ao longo da costa brasileira; (ii) dicloroetano (EDC) para continuar operando suas plantas de PVC em Alagoas e na Bahia; e (iii) sal marinho para abastecimento da planta de Cloro-Soda na Bahia. A Braskem não tem expectativa de retorno das operações na mina de sal-gema existente em Maceió.

Além das ações civis públicas aqui descritas, diversas ações judiciais indenizatórias foram propostas em face da Companhia por pessoas alegadamente afetadas pelos eventos geológicos. Essas ações estão em estágio inicial e o seu prognóstico é possível, segundo a avaliação dos advogados externos da Companhia, não sendo possível no momento indicar o seu resultado nem se serão propostas novas ações no futuro, seja em decorrência de fatos existentes ou de novos desdobramentos. A Braskem também tem incorrido em custos operacionais significativos referentes à investigação das causas dos eventos, às condições operacionais e de segurança de suas minas e a determinadas atividades de remediação nos bairros afetados. Além disso, devido às mudanças descritas acima que a Companhia teve de fazer em sua estrutura e operações logísticas, a taxa média de operação das plantas de PVC se manteve em 65% durante o segundo semestre de 2019 e 59% durante o primeiro semestre de 2020, o que prejudicou e deve continuar prejudicando as margens de lucro operacional desse negócio.

Não é possível garantir que a Companhia não será impactada por efeito adverso significativo de desenvolvimentos futuros relacionados aos eventos geológicos em Maceió, que estão sujeitos a uma série de fatores fora do controle da Braskem. Outras autoridades competentes poderão iniciar investigações adicionais ou ações judiciais buscando impor sanções, penalidades ou multas à Companhia. Terceiros também poderão pleitear indenização em face da Braskem, em decorrência dos danos causados pelos fatos descritos acima. Os estudos e investigações, processos judiciais e outros novos desenvolvimentos resultaram e poderão resultar no futuro em conclusões, decisões (inclusive mediante recursos) e medidas desfavoráveis à Companhia e que podem afetar negativamente os negócios e operações da Braskem. A Companhia já desembolsou valores significativos e pode vir a ter de desembolsar valores adicionais, registrar provisões futuras ou ser alvo de bloqueio de bens ou pagamentos ou depósitos obrigatórios em dinheiro adicionais. A Braskem incorreu e poderá incorrer no futuro em custos operacionais significativos adicionais referentes a atividades de remediação, ações para mitigação de riscos e indenização das pessoas afetadas pelo evento. Poderá também decidir, como já decidiu, a qualquer tempo,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

voluntariamente ou não, tomar medidas de remediação que podem ter efeitos recorrentes ou não recorrentes em seu negócio.

Embora a Braskem esteja cooperando continuamente com as autoridades competentes e as comunidades do entorno, a Companhia avaliou e avalia ativamente planos de contingência e remediação que abordam as questões descritas acima, que resultaram no fechamento permanente de alguns dos poços com a realocação de um número significativo de pessoas, envolvendo custos adicionais relevantes e outros efeitos adversos para a Companhia. Além disso, a Braskem poderá decidir ou ser compelida a fazer mudanças adicionais em seu modelo de negócio.

4.1.7 A Companhia está exposta a comportamentos de funcionários e não funcionários que podem ser incompatíveis com os seus padrões éticos e de conformidade. Caso não sejam prevenidos, detectados ou remediados a tempo, tais comportamentos e/ou vulnerabilidades de processos poderiam impactar material e negativamente os resultados das operações e a situação financeira da Companhia.

Os negócios da Companhia, inclusive o seu relacionamento com terceiros, são orientados por princípios éticos. A Braskem adotou um Código de Conduta, um Política Global de Conformidade, uma Política Anticorrupção e diversas políticas internas criadas para orientar seus administradores, funcionários e terceiros e reforçar seus princípios e normas de comportamento ético e conduta profissional. A Companhia mantém ainda um canal de denúncia (chamado "Canal de Ética"), disponível para funcionários e não funcionários (inclusive terceiros). Todas as denúncias são investigadas e encaminhadas para avaliação do Comitê de Ética.

A Companhia está sujeita ao risco de os seus funcionários, terceiros ou contrapartes em negócios se envolverem em atividades fraudulentas, atos de corrupção ou suborno, contornarem ou anularem os seus controles e procedimentos internos, ou se apropriarem indevidamente ou manipularem ativos da companhia para fins de obtenção de vantagem pessoal ou empresarial. Caso a Companhia acredite ou tenha motivos para acreditar que os seus funcionários ou agentes tenham ou possam ter violado qualquer legislação anticorrupção aplicável, inclusive a FCPA, a Companhia poderá ter de investigar ou contratar uma investigação independente dos fatos e circunstâncias relevantes, o que pode ter um alto custo e exigir tempo e atenção substanciais dos seus altos executivos. A Companhia possui um robusto Programa de Conformidade e Combate à Corrupção em processo de implementação nas suas diversas áreas, que inclui diversos processos para identificar, monitorar e mitigar tais riscos, porém tal programa pode não ser totalmente eficaz.

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre divulgação financeira, conforme definidos nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act de 1934 dos EUA. Durante a avaliação dos controles internos de divulgação financeira em 31 de dezembro de 2019, a Companhia identificou algumas deficiências relevantes. Identificou ainda deficiências relevante nos controles internos de divulgação financeira em 31 de dezembro de 2018, algumas das quais ainda existiam em 31 de dezembro de 2019. Uma deficiência relevante é definida como uma deficiência, ou uma combinação de deficiências, nos controles internos de divulgação financeira que resulte na possibilidade razoável de não ser possível prevenir ou detectar a tempo um erro material nas demonstrações financeiras consolidadas anuais ou intermediárias da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Devido à exigência de que a Companhia conduzisse procedimentos e análises adicionais com relação aos seus processos e controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foi possível concluir as demonstrações financeiras auditadas referentes àquele exercício e, conseqüentemente, arquivar o relatório anual em Formulário 20-F referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A Companhia obteve da SEC extensões do prazo para arquivamento do relatório anual em Formulário 20-F referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 até o dia 16 de maio de 2019. Como não foi possível arquivar o Formulário 20-F da Companhia até a data permitida pela SEC, não sendo possível a concessão de nenhuma extensão adicional do prazo conforme a Seção 802.01E do Manual de Listagem da NYSE, em 13 de maio de 2019, a Companhia foi comunicada pela NYSE da suspensão das negociações e início do processo deslistagem das suas ADSs. As negociações das ADSs da Companhia foram retomadas após o arquivamento dos seus relatórios anuais no Formulário 20-F referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, em 8 de outubro de 2019 e 17 de outubro de 2019, respectivamente.

No futuro, a Companhia pode ter de realizar procedimentos e análises adicionais com relação aos seus processos e controles internos que venham a causar atraso na conclusão das demonstrações financeiras auditadas, vindo a impedi-la de arquivar relatórios anuais futuros dentro dos respectivos prazos. O atraso em arquivar relatórios anuais no futuro pode causar impactos adversos nos negócios da Companhia.

4.1.8 - O desfecho desfavorável de processos em curso pode diminuir nossa liquidez e afetar negativamente nosso desempenho e nossa situação financeira.

A Companhia é e pode voltar a ser no futuro parte em numerosas disputas tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo, entre outros aspectos, reivindicações monetárias. Se forem proferidas decisões desfavoráveis em um ou mais desses processos, a Companhia poderá ter de pagar quantias substanciais. Para alguns desses processos, não foi constituída provisão no balanço patrimonial, ou foram constituídas provisões para parte dos montantes em questão, com base na avaliação da administração e no parecer dos advogados quanto à probabilidade de perda nesses processos.

Em julho de 2015, duas ações coletivas foram movidas contra a Companhia e alguns dos seus, então, atuais e ex-diretores e conselheiros (Réus) no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, ou Tribunal dos EUA. Nestas ações, que foram consolidadas posteriormente sob o nome de In re Braskem, S.A. Securities Litigation, No 15-cv-5132, o Autor Líder, Boilermaker-Blacksmith National Pension Trust, alega que os Réus realizaram declarações falsas ou omissões, causando o aumento do preço das ações da Braskem S.A., em violação à legislação de títulos e valores mobiliários dos EUA.

Após ser proferida decisão sobre o pedido de motion to dismiss apresentado pela Companhia, acolhendo parcialmente os seus argumentos, a Companhia e o Autor Líder assinaram proposta de acordo de resolução ("Acordo Proposto"), o qual foi homologado pelo Tribunal competente, que proferiu decisão final encerrando as demandas de todos os membros da classe de Investidores. A proposta de acordo não representa a admissão, por parte da Companhia, de qualquer ato ilícito ou responsabilidade.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nos termos do Acordo Proposto, a Braskem pagou US\$ 10,0 milhões (R\$31,7 milhões) para resolver todas as demandas oriundas ou relacionadas ao objeto da ação coletiva dentro de uma classe de acordo composta por adquirentes ou aqueles que tenham adquirido propriedade legal ou efetiva de American Depositary Receipts da Braskem no período de 15 de julho de 2010 até 11 de março de 2015, inclusive. O valor do acordo foi depositado pela Braskem na conta designada pelo juízo ("Escrow Account") em 2 de outubro de 2017.

Em 21 de fevereiro de 2018, foi realizada audiência, na qual foi proferida a decisão de homologação final do acordo em relação a toda classe de investidores e a extinção da ação. Tal decisão já foi objeto de trânsito em julgado. A individualização do valor do acordo cabe ao administrador da Escrow Account, conforme determinação do Tribunal e nos termos do plano de alocação homologado. O Acordo Proposto foi assinado com o objetivo exclusivo de evitar riscos, incertezas e custos associados à continuidade dessa disputa e não constitui qualquer admissão pela Braskem de práticas ilícitas ou assunção de responsabilidade.

Em abril de 2019, o Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas protocolaram uma ação pleiteando o bloqueio de bens da Companhia no valor de até R\$ 6,7 bilhões, com o intuito de garantir eventual remediação e indenização por danos ambientais, pessoais e patrimoniais potencialmente causados por esse evento geológico relacionado às atividades de mineração da Companhia na cidade de Maceió. Uma decisão liminar determinou o bloqueio de R\$ 100 milhões nas contas bancárias da Braskem.

Além disso, o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas determinou a suspensão da distribuição de dividendos referentes ao exercício fiscal de 2018 que haviam sido propostos, no valor de R\$ 2,7 bilhões, ou, alternativamente, o bloqueio de bens no mesmo valor da distribuição de dividendos proposta. Essa decisão foi em seguida reformada por uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que autorizou a distribuição de dividendos mediante depósito judicial no mesmo valor. O Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas alteraram a demanda inicial para excluir o pedido de indenização por supostos danos ambientais e reduzir o valor dos bens a serem bloqueados para R\$ 3,7 bilhões, valor esse que, de acordo com as alegações desses órgãos, seria equivalente aos danos efetivos causados aos residentes dos bairros afetados pelo evento geológico. Em 26 de junho de 2019, o juiz presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas proferiu uma decisão determinando o bloqueio de R\$ 3,7 bilhões. Essa decisão também foi subsequentemente revertida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou o desbloqueio de R\$ 3,7 bilhões nas contas da Companhia após mais um depósito judicial em valor equivalente.

Em 25 de julho de 2019, a Companhia foi informada de uma outra ação civil protocolada pelo Ministério Público do Trabalho do Estado de Alagoas (MPT-AL) pleiteando medida cautelar para bloqueio no valor de R\$ 2,5 bilhões, em garantia ao pagamento de possíveis danos sofridos pelos trabalhadores afetados pelo evento geológico. Nesse processo, o MPT-AL também pleiteou, entre outras coisas, pagamento de indenização aos trabalhadores por danos morais. Em 10 de outubro de 2019, o tribunal de primeira instância indeferiu a medida cautelar.

Em 19 de agosto de 2019, a Braskem tomou ciência de outra ação civil protocolada pelo Ministério Público Federal em face da Companhia e de outras partes, buscando as seguintes medidas cautelares: (i) constituição de um fundo no valor de R\$ 3,1 bilhões em prol de programas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

socioambientais e medidas emergenciais a serem tomadas, além da manutenção em tal fundo de capital de giro no valor mínimo de R\$ 2,0 bilhões ou, após a aprovação de um cronograma financeiro para tal fundo, do valor equivalente a 100% das despesas esperadas para os 12 meses subsequentes; (ii) garantia do juízo no valor de R\$ 20,5 bilhões; (iii) vedação à oneração ou alienação de bens do ativo fixo da Companhia e à distribuição de lucros, seja na forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou de qualquer outra forma; (iv) bloqueio de qualquer lucro ainda não distribuído; e (v) suspensão do recebimento de financiamento público e de incentivos públicos, além da aceleração da dívida atual com o BNDES (banco federal de desenvolvimento).

Em 3 de janeiro de 2020, os autores concordaram em: (i) liberar o valor de R\$ 3,7 bilhões que havia sido bloqueado, dos quais R\$ 1,7 bilhão deveria ser transferido a uma conta bancária da Braskem especificamente para o financiamento do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, que deve manter um saldo mínimo de R\$ 100 milhões, sujeito a auditoria por um auditor externo; e (ii) substituir os seguros-fiança que tinham sido apresentados pela Braskem no valor total aproximado de R\$ 6,4 bilhões por dois novos seguros-fianças no valor total aproximado de R\$ 3,0 bilhões para garantir a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Alagoas e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas e a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal.

4.1.9 Agitações trabalhistas podem afetar nossas operações significativa e negativamente.

Agitações trabalhistas em nossas plantas e instalações podem produzir um efeito negativo relevante em nossa condição financeira ou resultados operacionais. Por exemplo, em agosto de 2010, funcionários sindicalizados em nossa planta de Neal, West Virginia, entraram em greve. Durante esse período, a planta foi operada sob a supervisão da administração até maio de 2011, quando a Braskem America assinou um novo acordo coletivo. Embora a Companhia acredite que mantenha um bom relacionamento com seus funcionários, ações trabalhistas futuras, inclusive greves, podem ter um impacto negativo substancial em seu desempenho financeiro.

4.1.10 Desastres naturais, condições climáticas extremas e gerais ou epidemias podem afetar nossos os negócios da Braskem significativa e negativamente.

Algumas das instalações da Companhia estão localizadas em regiões que podem ser afetadas por desastres naturais, tais como inundações, terremotos, furacões, tornados e outros, o que poderia causar a interrupção de suas operações ou das operações de seus clientes, além de prejudicar ou destruir a infraestrutura necessária para transportar os produtos da Companhia como parte da cadeia de fornecimento. Além disso, outros problemas não previstos como epidemias ou pandemias, inclusive a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) que se iniciou na China e se espalhou para o restante do mundo, também poderiam causar interrupções operacionais de duração variada. Tais eventos poderiam exigir a realização de paradas de manutenção, causar atraso nas entregas do estoque existente ou resultar em reparos custosos, substituição de equipamento ou outros custos, todos os quais poderiam produzir um impacto negativo e material no desempenho financeiro da Companhia.

Embora a política de riscos relativos à energia da Braskem prevê a compra antecipada de energia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a preços fixos por meio de contratos de longo prazo, a maior parte da capacidade instalada de geração de energia do Brasil é fornecida por usinas hidrelétricas de geração. Se a quantidade de água disponível para produtores de energia passar a ser escassa, devido à estiagem ou a desvios para outras aplicações, o custo da energia poderia sofrer um aumento. Além disso, se a quantidade de água disponível para instalações industriais tornar-se escassa, pode haver a necessidade de reduzir a produção nos locais afetados. Essas condições teriam um efeito adverso significativo sobre nossas vendas e margens.

4.1.11 A Companhia poderia ser impactada materialmente por violações ao Foreign Corrupt Practices Act nos EUA, à Lei Anticorrupção no Brasil e leis anticorrupção similares.

A Companhia, suas controladas e coligadas estão sujeitas a diversas leis anticorrupção, entre elas a Lei no. 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção no Brasil, que entrou em vigor em 28 de janeiro de 2014, e o FCPA, ou Lei de Combate a Práticas de Corrupção dos EUA, além de diversas outras leis anticorrupção e de combate a práticas de suborno em outras jurisdições.

A FCPA, a Lei Brasileira Anticorrupção e outras legislações similares de combate à prática de suborno em outras jurisdições proíbem companhias e seus agentes de realizar pagamentos indevidos a agentes públicos ou outras pessoas para fins de obtenção ou manutenção de negócios. Qualquer violação a tais leis poderá resultar em sanções criminais ou cíveis, comprometimento de negócios atuais ou futuros com parceiros de negócios, medidas cautelares contra condutas futuras, comprometimento de lucros, proibição de participação direta ou indireta em determinados tipos de negócios, perda de licenças ou outras restrições que poderiam causar um impacto material adverso nos negócios, situação financeira, resultado das operações ou liquidez da Companhia. Por exemplo, vide “—A Companhia poderá ser negativamente impactada pelos efeitos do Acordo Global” para saber mais sobre os impactos das alegações contra a Companhia por pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato.

4.1.12 A Companhia poderá ser negativamente impactada pelos efeitos do Acordo Global.

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, a Companhia contratou escritórios independentes especializados para conduzir uma investigação sobre essas alegações (“Investigação”) e relatar os seus resultados. A Companhia tem cooperado com autoridades públicas de diversas jurisdições, inclusive com o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC), o Ministério Público Federal do Brasil (MPF) e a Procuradoria Geral da Suíça (OAG). Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou um acordo de leniência com o MPF (Acordo de Leniência), que foi homologado pela justiça brasileira em 6 de junho de 2017. Em 21 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou um acordo de leniência com o Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Leste de Nova York, assumindo a culpa por uma denúncia única que acusava a companhia de conspiração para descumprir com as disposições de combate ao suborno do U.S. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA). Na mesma data, a Companhia consentiu a homologação de uma decisão final em uma ação civil ajuizada pela SEC com base em violações civis das disposições antissuborno, de livros e registros e de controles contábeis internos da FCPA. Os tribunais federais competentes dos Estados Unidos homologaram as decisões do DoJ e da SEC em 26 de janeiro de 2017 e em 28

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de fevereiro de 2017, respectivamente. Adicionalmente, em 21 de dezembro de 2016, a OAG concluiu suas investigações sobre os temas. Nos referimos a estas ações como Acordo Global. Nos termos do Acordo Global, a Companhia concordou em pagar às autoridades de tais jurisdições o valor total de US\$ 957 milhões (equivalente a R\$ 3,1 bilhões), com base na taxa de câmbio de R\$ 3,27 por dólar norte-americano, aplicável na época da negociação.

O MPF distribuirá a maior parte dos valores recebidos como restituição para terceiros por danos decorrentes dos atos ilícitos. No âmbito do Acordo Global, o MPF comprometeu-se a empreender gestões perante outras autoridades ou órgãos públicos, bem como empresas públicas e sociedades de economia mista com as quais a Braskem venha a iniciar tratativas relativas aos fatos abordados pelo Acordo Global, com o objetivo de evitar o ressarcimento em duplicidade. Nesse sentido, conforme comunicado ao mercado em 10 de julho de 2018, e anunciado via fato relevante em 27 de maio de 2019, a Braskem cooperou e deu início a tratativas com o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) e a Advocacia Geral da União (AGU), no Brasil, e o seu Conselho de Administração aprovou a celebração de um acordo de leniência similar com a CGU e a AGU ("Acordo CGU/AGU").

O Acordo CGU/AGU, no valor de R\$ 2,9 bilhões, a ser atualizado pela taxa SELIC, trata dos mesmos fatos tratados no Acordo Global celebrado em dezembro de 2016 com o Ministério Público Federal (MPF), o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC) e a Procuradoria Geral da Suíça ("Acordo Global"). Desse valor, R\$ 2,5 bilhões serão compensados pelo valor que a Companhia já tinha se comprometido a pagar nos termos do escopo do Acordo Global, resultando em um desembolso adicional de R\$410 milhões.

Na data deste relatório anual, a Companhia havia pago R\$ 2,3 bilhões da multa total estabelecida no Acordo Global, conforme abaixo:

- US\$ 94,9 milhões (R\$ 296,6 milhões) para o DoJ em 8 de fevereiro de 2017;
- US\$ 65,0 milhões (R\$ 206,5 milhões) para a SEC em 27 de abril de 2017;
- CHF 30,2 milhões (R\$ 104,3 milhões) para a OAG em 27 de junho de 2017;
- R\$ 736,4 milhões para o MPF em 6 de julho de 2017;
- R\$ 267,9 milhões para o MPF em 30 de janeiro de 2018;
- CHF 16,1 milhões (R\$ 62 milhões) para a OAG em 28 de junho de 2018;
- R\$ 278 milhões para o MPF em 30 de janeiro de 2019; e
- CHF 16,1 milhões (R\$ 58 milhões) para a OAG em 27 de junho de 2019;

O restante, no valor de R\$ 1,5 bilhão, relacionado ao Acordo Global e também ao Acordo com a CGU/AGU, em aberto será pago conforme abaixo:

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- CHF 32,1 milhões à OAG relacionado às duas parcelas anuais restantes de CHF 16,1 milhões em 30 de junho de cada ano a partir de 2020; e
- R\$ 900 milhões ao MPF em quatro parcelas anuais restantes com vencimento em 30 de janeiro de cada ano a partir de 2021. Como garantia pelo pagamento das parcelas futuras, Braskem ofereceu como garantia itens de seu ativo imobilizado suficientes para cobrir uma parcela anual; e
- R\$409,9 milhões no âmbito do Acordo CGU/AGU a ser pago em duas parcelas anuais com vencimento em 30 de janeiro de 2024 e 2025.

O Acordo Global não exime a Braskem de responder a qualquer terceiro com interesse legítimo que busque indenização por danos causados pela Braskem relativos aos fatos abordados pelo Acordo Global. Portanto, não é possível assegurar que o montante total desembolsado para ressarcimento nos termos do acordo será suficiente para a reparação integral de todas as vítimas. A Companhia pode ser obrigada a realizar desembolsos adicionais para cobrir tais demandas.

Outras autoridades com jurisdição sobre a Braskem podem vir a buscar a aplicação de novas sanções pecuniárias ou multas ou a instauração de novas investigações sobre a Companhia. Como resultado da celebração do Acordo Global, a Braskem pode ser impedida de firmar determinados acordos com entidades governamentais e estar sujeita ao aumento dos seus custos operacionais em decorrência de obrigações de aperfeiçoar suas práticas de governança e de combate à corrupção e demais procedimentos, incluindo o custo do monitoramento externo.

Nos termos do Acordo Global, a Companhia foi solicitada a cooperar com tais autoridades públicas e implementando melhorias em suas práticas de conformidade e combate à corrupção. A Companhia esteve sujeita ainda a monitoramento externo por um período de três anos a partir de 2017, período que se encerrou em março de 2020, no qual o monitor verificou o cumprimento do Acordo Global, inclusive a eficácia de controles, políticas e procedimentos internos para redução do risco de descumprimento de leis anticorrupção.

Em 13 de maio de 2020, o MPF, o DoJ e a SEC confirmaram a conclusão da monitoria de conformidade independente na Braskem, que foi estabelecida nos acordos celebrados pela Braskem, o DoJ e a SEC em 21 de dezembro de 2016. A decisão do DoJ e da SEC foi baseada em um relatório final de monitores independentes que certificaram que a Companhia implementou todas as recomendações com relação à estrutura e execução de seu programa de conformidade e concluiu que a Companhia cumpriu com as normas estabelecidas nos acordos celebrados com o DoJ e a SEC. Após o fim do período de monitoria independente e a certificação pelo MPF, pelo DoJ e pela SEC, a Companhia cumpriu com suas obrigações estabelecida nos acordos celebrados com essas autoridades e concluiu, de forma bem-sucedida, o monitoramento de três anos.

A Braskem acredita estar cumprindo integralmente suas obrigações sob o Acordo Global.

4.1.13 A Companhia está sujeita a eventuais tentativas de aquisição do seu controle, o que poderia levar a mudanças significativas na administração, nas estratégias atuais, ou nas atuais práticas de governança corporativa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a eventuais tentativas de aquisição do seu controle. A alteração do controle da Companhia poderia levar a uma mudança significativa na administração, nas estratégias atuais, ou nas atuais práticas de governança corporativa.

Por exemplo, em junho de 2018, a Companhia foi informada pela Odebrecht S.A., ou Odebrecht, sobre discussões entre a Odebrecht e a LyondellBasell Industries N.V., ou LyondellBasell, a respeito de uma potencial operação envolvendo a transferência de toda a participação da Odebrecht na Companhia para a LyondellBasell. Em junho de 2019, a Companhia foi informada pela Odebrecht de que tais discussões relativas à transferência do controle com a LyondellBasell haviam se encerrado. Não é possível garantir que tais negociações não sejam retomadas, ou que a Odebrecht não inicie discussões com outras partes com relação à transferência do controle no futuro.

Além disso, embora a Companhia não faça parte de qualquer processo de falência ou recuperação judicial pendente no Brasil ou em outro país, ela encontra-se exposta a alguns riscos relacionados ao Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht (conforme definição abaixo), incluindo riscos relacionados à alteração do seu controle corporativo resultante de decisões tomadas ou acordadas em tais procedimentos e as suas consequências. A Companhia não tem controle sobre o Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht e não pode fornecer nenhuma garantia com relação ao resultado do Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht ou dos seus efeitos sobre a Companhia.

4.1.14 As condições econômicas, políticas e empresariais do país, bem como as políticas econômicas e outras políticas do governo brasileiro, podem afetar negativamente a demanda por nossos produtos, nossa receita líquida e desempenho financeiro em geral.

A economia brasileira tem sido caracterizada por intervenção frequente e por vezes ampla do governo brasileiro, bem como por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro, com frequência, altera as políticas monetária, tributária, creditícia, tarifária e outras com o fim de influenciar o curso da economia do Brasil. As medidas tomadas pelo governo brasileiro visando controlar a inflação e implementar outras políticas já incluíram controles de salários e preços, bloqueio do acesso a contas bancárias, imposição de controles de capital e limitações às importações.

Nossos resultados operacionais e nossa situação financeira e patrimonial podem ser negativamente afetados por fatores tais como:

- expansão ou contração da economia brasileira, medida pelas taxas de crescimento do PIB, sendo que se espera que haja uma contração significativa em 2020;
- flutuações nas taxas de câmbio;
- políticas de controle cambial;
- taxas de juros;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- inflação;
- políticas tributárias;
- liquidez nos mercados financeiros e creditícios internos e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais, econômicos e empresariais ou Brasil ou que afetem o país.

Os mercados brasileiros vêm enfrentando elevada volatilidade em decorrência das incertezas oriundas das investigações sobre corrupção das operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield, Eficiência e outras, conduzidas pelo Ministério Público Federal, e seus impactos sobre a economia e o ambiente político brasileiro. Alguns membros e ex-membros do governo brasileiro e do poder legislativo, bem como altos executivos da empresa estatal, e nossa acionista, Petrobras, estão sendo acusados de corrupção política. Alega-se que tais autoridades públicas e ex-altos executivos tenham aceitado propina por meio de comissões sobre contratos entre a Petrobras e diversas companhias dos setores de infraestrutura, petróleo e gás e construção civil, incluindo o acionista controlador da Companhia, Odebrecht. Atualmente, não é possível prever o impacto da Operação Lava Jato e investigações relacionadas, e de quaisquer decisões e ações futuras das autoridades em relação aos acionistas sobre a Companhia. Os lucros dessas comissões podem ter financiado campanhas de partidos políticos do governo federal, estadual e municipal através de doações não contabilizadas ou não divulgadas publicamente, além de ter causado o enriquecimento pessoal dos receptores do esquema de propina. Como resultado da Operação Lava Jato em curso, vários políticos e ex-políticos que ocupam altos cargos, incluindo deputados e senadores, e executivos das maiores empresas estatais no Brasil renunciaram ou foram presos. Autoridades eleitas do alto escalão e outras autoridades públicas no Brasil estão sendo investigados por alegações de conduta antiética e ilegal identificada durante a Operação Lava Jato.

O desfecho possível de tais investigações é incerto, mas eles têm afetado de forma negativa e devem continuar afetando o mercado brasileiro e os preços dos valores mobiliários de emissores brasileiros. A Companhia não pode prever se as alegações levarão a mais instabilidade política e econômica ou se surgirão no futuro novas alegações contra autoridades públicas ou outras empresas no Brasil. Além disso, a Companhia não pode prever o resultado de tais alegações nem seus efeitos na economia brasileira. O desenvolvimento destes casos de conduta antiética pode ter um efeito adverso material sobre a Companhia.

Além disso, o cenário político no Brasil tem se caracterizado pela forte instabilidade nos últimos anos. A condenação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os potenciais recursos jurídicos contínuos podem intensificar ainda mais a instabilidade político-econômica. Além disso, após uma acirrada disputa presidencial, o ex-deputado Jair Bolsonaro tornou-se o presidente do Brasil a partir de 1º de janeiro de 2019. Não está claro se e por quanto tempo a divisão política no Brasil surgida antes das eleições continuará sob a presidência de Jair Bolsonaro e os efeitos de tal divisão sobre a capacidade do Presidente Bolsonaro governar o Brasil e implementar reformas. Qualquer continuação de tal divisão poderia resultar na paralisação do Congresso, incerteza política e protestos e/ou greves que poderiam afetar material e negativamente as operações da Companhia. Incertezas relativas à implementação pelo novo governo de mudanças relacionadas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a políticas monetárias, fiscais e previdenciárias, bem como à respectiva legislação, podem contribuir para a instabilidade econômica. Tais incertezas e medidas adotadas pelo novo governo podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos e valores mobiliários brasileiros emitidos no exterior.

Ademais, as importações de PVC em suspensão dos Estados Unidos e do México estão sujeitas a tarifas antidumping de respectivamente 16,0% e 18,0% impostas pela Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CAMEX). Desde 2008, as importações de PVC em suspensão da China também estão sujeitas à tributação de 21,6%, enquanto as importações de suspensão de PVC da Coreia do Sul estão sujeitas a tributos que variam entre 0% e 18,9%, dependendo do produtor, em virtude da imposição de tributos antidumping pela CAMEX. Os impostos e taxas cobrados sobre importações dos Estados Unidos e México têm vencimento em 2021. Embora os impostos e taxas cobrados sobre importações da China e Coreia do Sul tenham vencido em 2019, eles estão atualmente passando por uma revisão. Assim, eles serão mantidos vigentes até o término do processo de revisão, esperado para acontecer em agosto de 2020.

Adicionalmente, em dezembro de 2010, a CAMEX impôs um tributo antidumping de 10,6% sobre as importações de polipropileno dos Estados Unidos, prorrogado em novembro de 2016. A partir de agosto de 2014, o governo brasileiro passou a aplicar tarifas antidumping sobre importações de polipropileno da África do Sul, Índia e Coreia do Sul, de 16,0%, 6,4% a 9,9%, e 2,4% a 6,3%, respectivamente. Os impostos e taxas cobrados sobre importações de polipropileno dos Estados Unidos têm vencimento em 2021. Embora os impostos e taxas cobrados sobre importações da África do Sul, Índia e Coreia do Sul tenham vencido em 2019, eles estão atualmente passando por uma revisão. Assim, eles serão mantidos vigentes até o término do processo de revisão, esperado para acontecer em agosto de 2020.

Em 2019, cerca de 31% das resinas de polietileno, polipropileno e PVC brasileiras foram importadas, o que representou um aumento anual de 8,5% no volume de resinas importadas.

Em 2018, cerca de 25% das resinas de polietileno, polipropileno e PVC brasileiras foram importadas, o que representou um aumento anual de 12,3% no volume de resinas importadas, devido à maior disponibilidade de produtos das plantas que recentemente entraram em operação.

4.1.15 O eventual rebaixamento na classificação de risco do Brasil, da Companhia ou de seus títulos de dívida provavelmente resultaria em aumentos das taxas de juros e de outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida, podendo reduzir sua liquidez.

Atualmente, a Standard & Poor's Ratings Group, uma divisão da McGraw Hill, Inc. ou Standard and Poor's, e a Fitch Ratings Ltd. ou Fitch, atribuem classificações à Companhia em escala nacional e global. A Moody's Investors Service, Inc. (Moody's) apenas atribuiu classificação à Companhia em escala global. Em escala global, a Companhia possui a seguinte classificação de risco: (i) Standard & Poor's de BB+ com perspectiva estável; (ii) Fitch Ratings de BB+ com perspectiva estável; e (iii) Moody's, a classificação da Companhia é Ba1 com uma perspectiva negativa. Os ratings da Companhia são superiores ao rating soberano brasileiro de acordo com as três principais agências. Em escala nacional, a Companhia mantém seu grau de investimento

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

conforme segue: (i) Standard & Poor's de brAAA com perspectiva negativa; e (ii) Fitch Ratings de AAA com perspectiva negativa.

A classificação de crédito da Companhia é sensível a qualquer variação da nota de crédito soberana do Brasil. A classificação de crédito do governo federal brasileiro foi rebaixada em janeiro de 2018, e não conta com o grau de investimento pelas principais agências há vários anos. Qualquer decisão dessas agências de classificação de rebaixar as classificações do governo federal brasileiro da Companhia e seus títulos de dívida no futuro teria como provável resultado o aumento das taxas de juros e outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida, e a inclusão de compromissos financeiros nos instrumentos que regulem novas dívidas, podendo reduzir expressivamente a capacidade de captação de recursos da Companhia em condições satisfatórias ou nos valores necessários para assegurar sua liquidez, bem como obrigar a Companhia a emitir garantia em dinheiro em decorrência de suas obrigações, ou de letras de crédito para lastrear garantias dadas pela Companhia no âmbito do Complexo do México.

Em 2020, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) causou um impacto significativo nos mercados e nas atividades econômicas no mundo, e sua gravidade, magnitude e duração são altamente incertas, mudam rapidamente e são difíceis de prever. Impactos efetivos e em potencial do novo coronavírus (COVID-19) na economia global, nas economias de alguns países e em determinadas empresas levou as agências de classificação de crédito a rebaixarem a classificação de títulos da dívida pública e emissoras de títulos em todo o mundo. Recentemente, a Fitch Ratings revisou a perspectiva do crédito soberano do Brasil de negativo para estável. *Um possível rebaixamento adicional na classificação de risco do Brasil, da Companhia ou de seus títulos de dívida poderia resultar em aumentos das taxas de juros e de outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida, podendo reduzir sua liquidez e capacidade de obter financiamento adicional nos termos e condições desejados.*

4.1.16 Decisões de tribunais brasileiros que exijam que os pagamentos das obrigações relativas a títulos ou garantias da Braskem sejam exigidas exclusivamente em reais.

Caso sejam instaurados processos em tribunais brasileiros buscando exigir que a Companhia cumpra as obrigações assumidas com relação às suas ações, ADSs ou garantias relativas às notas ou outro tipo de endividamento da Companhia, poderia ser exigido que a Braskem pague suas obrigações em outras moedas que não o Real. Qualquer decisão obtida contra a Companhia em tribunais brasileiros com relação ao pagamento de obrigações relativas às ações, ADSs, garantias ou outras dívidas seria expressa em Reais. Não é possível garantir que o respectivo valor em Reais seja suficiente para cobrir plenamente os valores devidos aos detentores de ações, ADSs, notas ou outras dívidas exigidos em tal litígio.

4.1.17 Uma vez que a Braskem Finance Limited e a Braskem Netherlands Finance B.V. não possuem operações próprias, os detentores das notas em aberto emitidas pela Braskem Finance Limited ou Braskem Netherlands Finance B.V. dependem que a Braskem forneça à Braskem Finance Limited ou Braskem Netherlands Finance B.V., respectivamente, recursos suficientes para os pagamentos devidos no âmbito de tais notas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As operações da Braskem Finance Limited, subsidiária integral da Braskem constituída nas Ilhas Cayman, e Braskem Netherlands Finance B.V., ou Braskem Netherlands Finance, subsidiária integral indireta da Braskem constituída sob as leis da Holanda, consistem exclusivamente na emissão e realização de pagamentos das respectivas notas e outras dívidas, e na utilização dos recursos obtidos com tais emissões, conforme permitido pelos acordos que regem tais emissões, inclusive a realização de empréstimo dos recursos obtidos com as notas e outras dívidas incorridas pela Braskem Finance Limited e Braskem Netherlands Finance à Braskem e suas controladas. Com isso, a capacidade da Braskem Finance Limited e da Braskem Netherlands Finance de pagamento do principal, juros e outros valores devidos pelas notas em aberto de suas emissões e outras dívidas dependerá das condições financeiras e resultados operacionais da Braskem e suas controladas, que são credoras da Braskem Finance Limited ou da Braskem Netherlands Finance, respectivamente. Na hipótese de uma eventual piora da condição financeira ou resultados operacionais da Braskem e suas controladas que são credoras da Braskem Finance Limited ou da Braskem Netherlands Finance, tais entidades podem não ser capazes de cumprir suas obrigações com relação à dívida perante a Braskem Finance Limited ou Braskem Netherlands Finance, conforme o caso, o que levaria a Braskem Finance Limited ou Braskem Netherlands Finance, conforme o caso a não dispor de recursos suficientes para repagar todos os valores devidos pelas ou com relação às respectivas notas em aberto.

4.1.18 Os pagamentos das garantias da Braskem serão subordinados às obrigações de dívida com garantia da Braskem e subordinadas efetivamente às obrigações de dívidas das controladas e coligadas da Braskem.

As notas em aberto serão plenamente garantidas pela Braskem sem garantia física (unsecured). As garantias da Braskem compreenderão obrigações sênior sem garantia física (senior unsecured obligations) da Braskem. As garantias farão jus aos mesmos direitos de pagamento que qualquer outra dívida sênior sem garantia física atual ou futura da Braskem. Embora as garantias garantam aos detentores das notas o direito direto, porém sem garantia física, sobre os ativos e patrimônio da Braskem, o pagamento das garantias será subordinado às dívidas com garantia (secured) da Braskem com relação aos ativos e patrimônio oferecidos em garantia para esta dívida.

Na hipótese de liquidação ou reestruturação societária da Braskem, quaisquer direitos dos detentores das notas sênior, através da execução das garantias, (i) com relação aos ativos da Braskem, inclusive o capital social das controladas e coligadas, estarão sujeitos ao direito prioritário dos credores com garantia (secured) da Braskem e, (ii) com relação aos ativos das controladas e coligadas, estarão sujeitos aos direitos prioritários dos credores de tais controladas e coligadas. A escritura das notas em aberto inclui uma cláusula que limita a capacidade da Braskem e das suas controladas de criar ou constituir gravames, embora tal limitação esteja sujeita a substanciais exceções.

O Complexo Petroquímico do México foi financiado através de uma estrutura de project finance, na qual o financiamento da construção deverá ser pago exclusivamente através do caixa gerado pela própria companhia e com oferecimento de garantias limitadas pelos acionistas. Dessa forma, tal estrutura de financiamento inclui garantias típicas para transações desse tipo, tais como ativos, recebíveis, geração de caixa e outros direitos da Braskem Idesa.

Em 31 de dezembro de 2019, a Braskem possuía (1) dívida corporativa consolidada, líquida de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

custos de transação, de R\$ 29.291,5 milhões (US\$ 7.267,1 milhões) e (2) dívida consolidada da Braskem Idesa associada ao Complexo Petroquímico do México de R\$ 9.981,7 milhões (US\$ 2.476,4 milhões). Da dívida corporativa consolidada, R\$ 1.992,4 milhões (US\$ 494,3 milhões) correspondem à dívida não garantida pela Braskem S.A., R\$ 36,0 milhões (US\$ 8,9 milhões) à dívida garantida pela Braskem S.A., R\$ 27.262,7 milhões (US\$ 6.763,8 milhões) à dívida não garantida das controladas e sociedades de propósito específico da Braskem (que não a Braskem Idesa S.A.P.I.), e R\$ 0,6 milhões (US\$ 0,1 milhão) em dívida garantida das controladas e sociedades de propósito específico da Braskem (que não a Braskem Idesa S.A.P.I.).

A Braskem realiza parte das suas operações de negócio através de controladas e coligadas. Ao realizar os pagamentos das garantias das notas em aberto, a Braskem dependerá, parcialmente, do fluxo de caixa de tais controladas e coligadas, principalmente na forma de pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio. A capacidade de tais controladas e coligadas de realizar o pagamento de dividendos à Braskem será afetada, entre outros fatores, por suas obrigações perante credores, exigências da legislação societária brasileira e de outras leis, e restrições impostas por acordos celebrados por ou relacionados a tais empresas. Caso tais controladas e coligadas não consigam realizar pagamentos de dividendos à Braskem devido à insuficiência de fluxo de caixa, a Braskem poderá ter de utilizar o seu próprio fluxo de caixa para realizar os pagamentos. Ademais, se essas controladas e coligadas não puderem pagar suas dívidas, elas podem ser objeto de processos de falência ou insolvência. Processos de falência ou insolvência dessas controladas e coligadas podem ter um efeito material negativo nas condições financeiras e resultados das operações da Companhia.

4.1.19 As obrigações da Braskem com relação às garantias das notas em aberto são subordinadas a determinadas preferências legais.

Segundo a legislação brasileira, as obrigações da Braskem com relação às garantias das notas em aberto são subordinadas a determinadas preferências previstas em lei. No caso de liquidação, declaração de falência ou pedido de recuperação judicial da Braskem, tais preferências legais, inclusive ações pós-pedido de falência, ações de exigência de salários, remuneração, seguridade social, tributos e custas legais e direitos garantidos por bens, entre outros, terão preferência sobre demais ações, inclusive ações instauradas por quaisquer investidores com relação às garantias. Neste caso, a execução das garantias poderá não ocorrer, e os detentores das notas em aberto poderão não conseguir receber os valores devidos com relação às notas em aberto.

4.1.20 Flutuações ou alterações ou substituições das taxas de juros poderiam elevar o custo do serviço de nossa dívida ou reduzir a receita financeira da Companhia, prejudicar o seu desempenho financeiro como um todo.

Nossas despesas financeiras são afetadas por mudanças das taxas de juros que incidem sobre a dívida com taxas variáveis. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrava, entre outras obrigações:

- R\$ 0,3 milhão de empréstimos, financiamentos e debêntures remunerados pela TLP (anteriormente referenciados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), relacionadas a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

contratos anteriores a 1º de janeiro de 2019);

- R\$ 1.031,5 milhões de empréstimos e financiamentos remunerados pela taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário);

R\$479.1 milhões de empréstimos e financiamentos remunerados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e

- R\$ 7.794,9 milhões de empréstimos e financiamentos remunerados pela taxa LIBOR (London Interbank Offered Rate).

A TLP incorpora um fator de inflação, sendo fixada trimestralmente pelo Banco Central. A TLP, a taxa CDI e a taxa SELIC apresentaram expressivas oscilações no passado, em função da expansão ou contração da economia brasileira, inflação, políticas do governo brasileiro e outros fatores. Um aumento significativo de qualquer uma dessas taxas de juros poderia afetar negativamente nossas despesas financeiras e nossos resultados financeiros como um todo.

Além disso, como resultado de preocupações com relação à precisão do cálculo da LIBOR, diversos bancos membros da British Bankers' Association, ou BBA, celebraram acordos com órgãos reguladores e autoridades responsáveis pela execução das leis com relação à suposta manipulação ou sub-divulgação da LIBOR. Ações tomadas pela BBA, reguladores e autoridades responsáveis pela execução das leis resultantes destes ou de futuros eventos podem alterar a forma de cálculo da LIBOR. Mudanças potenciais, ou incertezas com relação a tais mudanças potenciais, podem impactar adversamente o mercado de dívidas e/ou investimentos baseados na taxa LIBOR. Além disso, mudanças ou reformas na forma como a LIBOR é calculada ou monitorada podem resultar em aumentos ou quedas repentinas ou prolongadas da LIBOR publicada, o que poderia causar um impacto negativo no mercado de dívidas e/ou investimentos baseados na taxa LIBOR.

Em julho de 2017, o chefe da Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (*United Kingdom Financial Conduct Authority*) anunciou o desejo de deixar de utilizar a LIBOR gradativamente até o final de 2021, permanecendo indefinido se a LIBOR deixará de existir ou se serão criados novos métodos de cálculo da LIBOR. Se a LIBOR deixar de existir ou se os métodos de cálculo da LIBOR deixarem de ser como são atualmente, as taxas de juros sobre dívidas futuras podem ser adversamente afetadas ou a Companhia poderá ter que negociar os termos das linhas de crédito existentes para substituir a LIBOR pelo novo método então estabelecido, se houver, ou fazer acordos com credores, agentes fiduciários ou agentes, conforme aplicável, sobre uma nova forma de calcular juros. Neste momento, não é possível prever os efeitos de tais mudanças, qualquer utilização de taxas referenciais alternativas ou qualquer reforma da LIBOR que possa ser implementada no Reino Unido ou em outros países. A eliminação da LIBOR ou quaisquer mudanças ou reformas na forma em que a LIBOR é calculada ou monitorada poderiam causar um efeito material e adverso nas despesas financeiras e/ou receitas financeiras da Companhia e um efeito material e adverso no desempenho financeiro geral da Companhia.

4.1.21 Flutuações da taxa de câmbio real/dólar podem aumentar a inflação no Brasil e aumentar o custo de serviço da dívida da Companhia expressa em moeda estrangeira, podendo, ainda, afetar negativamente seu desempenho financeiro como

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

um todo.

A taxa de câmbio entre o real e o dólar e as taxas relativas de depreciação e valorização do real afetaram os resultados das operações da Companhia e podem continuar a fazê-lo.

A moeda brasileira, o real, sofreu desvalorizações em diversas ocasiões. Nas últimas décadas, o governo brasileiro introduziu vários planos econômicos e várias políticas cambiais, entre as quais desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a periodicidade de ajustes variou de diária a mensal), controles cambiais, mercado de câmbio duplo e regime de câmbio flutuante. Ocorreram oscilações expressivas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar e outras moedas. Na média, em relação ao dólar norte-americano, o real registrou desvalorização de 47,0% em 2015, valorização de 16,5% em 2016 e de 8,5% em 2017, desvalorização de 14,5% em 2018, e de 7,9% em 2019.

A desvalorização do real em relação ao dólar também poderia resultar em pressões inflacionárias adicionais no Brasil em razão do aumento geral do preço de produtos e serviços importados. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar poderá levar à deterioração da conta corrente e do balanço de pagamentos do país, podendo, também, reprimir o crescimento proveniente das exportações.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total da dívida da Companhia em moeda estrangeira, exclusivamente em dólares norte-americanos, somava R\$ 37.633,2 milhões (US\$ 9.336,6 milhões) em 31 de dezembro de 2019 (incluindo um valor total em aberto de R\$ 9.981,7 milhões (US\$ 2.476,4 milhões) em 31 de dezembro de 2019 relacionado à dívida garantida da Companhia referente ao Complexo Petroquímico do México), representando 96,0% do endividamento total, líquido de custos de operação. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía o saldo de R\$ 6.803,9 milhões (US\$ 1.688,0 milhões) de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira, além do montante total de R\$ 1.017,2 milhões (US\$ 252,4 milhões) de caixa e equivalentes de caixa da Braskem Idesa.

Uma desvalorização expressiva do real em relação ao dólar ou a outras moedas poderia aumentar as despesas financeiras em função de prejuízos cambiais que seriam incorridas pela Companhia e poderia reduzir sua capacidade de honrar o serviço da dívida em moeda estrangeira. A fim de conseguir gerenciar de forma mais eficiente os efeitos das variações na taxa de câmbio sobre seus resultados, em 2013 a Companhia decidiu designar parte de seu passivo denominado em dólar norte-americano como hedge para suas exportações futuras.

Os preços da nafta, a mais importante matéria-prima da Companhia, e de algumas outras matérias-primas, são expressos em dólares ou atrelados ao dólar. Em 2019, a nafta representou, direta e indiretamente, 40,7% do custo consolidado de produtos vendidos. Quando o real se deprecia em relação ao dólar, o custo em reais das matérias-primas indexadas e denominadas em dólares aumenta, e a receita operacional em reais pode diminuir, na medida em que a Companhia não consegue repassar o custo de tais aumentos a seus clientes.

Portanto, com o objetivo de mitigar parcialmente o risco de câmbio no longo prazo, em setembro de 2016, a Companhia passou a contratar derivativos financeiros para estabelecer um programa de hedge cambial de longo prazo. O programa tem por objetivo mitigar os contratos de opções

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de compra e venda de dólar ao fazer o hedge de fluxos de caixa esperados em um período de 24 meses.

4.1.22 As medidas de combate à inflação tomadas pelo governo brasileiro poderão contribuir de forma significativa para a incerteza econômica no Brasil e poderão reduzir a demanda dos produtos da Companhia.

Historicamente, o Brasil apresentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, acarretou efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, especialmente antes de 1995. A taxa de inflação medida pelo Índice Geral de Preços—Disponibilidade Interna (IGP-DI) alcançou 2.708% em 1993. Embora as taxas de inflação tenham sido substancialmente menores a partir de 1995 do que em exercícios anteriores, as pressões inflacionárias persistem. As taxas de inflação foram de 10,7% em 2015, 7,2% em 2016, 0,4% negativo em 2017, 7,1 % em 2018 e 7,3% em 2019, conforme a variação do índice IGP-DI. As medidas de combate à inflação, adotadas pelo governo brasileiro, muitas vezes incluíram a manutenção de uma política monetária rigorosa com altas taxas de juros, causando restrição à disponibilidade de crédito e redução na taxa de crescimento econômico. A inflação, as medidas para combatê-la e a especulação pública acerca de possíveis medidas futuras também podem contribuir de forma relevante para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários.

O Brasil poderá voltar a apresentar níveis elevados de inflação. Fatores como a elevação dos preços do petróleo, a depreciação do real e medidas governamentais futuras, buscando a manutenção do valor do real em relação ao dólar, poderão acarretar aumento da inflação brasileira. Períodos de inflação mais alta poderão fazer diminuir a taxa de crescimento da economia brasileira, o que levaria a uma redução da demanda dos produtos da Companhia no Brasil e de suas receitas líquidas. Também é provável que a inflação aumente alguns dos custos e despesas da Companhia, que talvez não possam ser repassados aos consumidores, o que resultaria em diminuição da margem de lucro e do lucro líquido. Ademais, inflação alta, em geral, acarreta taxas de juros internas mais elevadas, e em consequência, os custos do serviço da dívida da Companhia em reais poderão aumentar, causando a redução do lucro líquido. A inflação e seu efeito sobre as taxas de juros internas podem, além disso, levar à redução da liquidez nos mercados internos de capitais e crédito, o que poderia prejudicar a capacidade da Companhia de refinar sua dívida nesses mercados. A eventual diminuição da receita líquida ou do lucro líquido da Companhia ou a eventual deterioração de sua situação financeira provavelmente acarretariam a diminuição do preço de mercado de seus valores mobiliários, incluindo as ações preferenciais classe A e ADSs.

4.1.23 A Companhia poderá buscar oportunidades em aquisições ou investimentos. Caso uma aquisição ou investimento não produza os resultados esperados, ou caso a Companhia não seja capaz de integrar completamente a empresa adquirida, seus negócios poderiam ser afetados negativamente.

A Companhia pode, eventualmente, adquirir ou investir em empresas e negócios complementares. O sucesso de uma aquisição ou investimento dependerá da sua habilidade de realizar estimativas precisas com relação à avaliação, operações, potencial de crescimento, integração e outros fatores relacionados a tal negócio. Não é possível garantir que tais aquisições

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ou investimentos produzam os resultados esperados à época da celebração ou conclusão de uma operação. Além disso, as aquisições podem resultar em dificuldades de integração das empresas adquiridas, e resultar na dispersão do capital da Companhia da atenção da sua administração em relação a outras questões e oportunidades de negócios. A Companhia pode não ser capaz de integrar com sucesso as operações adquiridas, inclusive seu pessoal, sistemas financeiros, de distribuição ou procedimentos operacionais. Caso não seja possível integrar aquisições com sucesso, os negócios da Companhia poderiam ser afetados. Além disso, as despesas com a integração de qualquer negócio adquirido e seus resultados operacionais podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Determinadas aquisições, parcerias e joint ventures podem vir a impedir a Companhia de concorrer por certos clientes ou em determinadas linhas de negócio, levando à perda de clientes. A Companhia pode vir a gastar tempo e dinheiro em projetos que não aumentem a sua receita. Caso a Companhia pague o preço de compra à vista, isso reduziria suas reservas de caixa, e caso o preço de compra seja pago em ações, isso diluiria a participação dos seus acionistas. Caso a Companhia pague o preço de compra com recursos provenientes de novas dívidas, isso aumentaria o seu endividamento e poderia afetar negativamente a sua liquidez e restringir suas operações. Os concorrentes da Companhia podem estar dispostos ou ser capazes de pagar mais que a Companhia por aquisições, o que poderia fazer com que a Companhia perdesse oportunidades de aquisição. Não é possível garantir que qualquer aquisição, parceria ou joint venture não cause um efeito material negativo nos negócios, condições financeiras e resultados das operações da Companhia.

4.1.24 Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com as restrições e cláusulas dos seus contratos de dívida, ela poderia vir a descumprir tais contratos, levando à antecipação do pagamento dos valores emprestados, com impacto na capacidade da Companhia de realizar o pagamento do principal e juros das suas obrigações de dívida.

Qualquer descumprimento dos contratos que regem as dívidas da Companhia que não seja remediado ou dispensado pelo credor do empréstimo ou titulares de notas poderia resultar na antecipação da obrigação de pagamento de valores em aberto devidos aos detentores de tais dívidas, o que poderia tornar a Companhia incapaz de realizar o pagamento do principal e juros sobre estas e outras obrigações de dívida. Caso a Companhia seja incapaz de gerar fluxo de caixa suficiente e, portanto, incapaz de obter os recursos necessários para realizar os pagamentos de principal e juros sobre suas dívidas, ou deixe de cumprir com qualquer cláusula restritiva prevista nos contratos que regem suas dívidas, a Companhia correria o risco de descumprir tais contratos. Em caso de tal descumprimento:

- os detentores de tais dívidas poderiam optar por declarar imediatamente devidos os valores de tais empréstimos, além de quaisquer juros acumulados e não pagos;
- os credores dos empréstimos ou detentores de notas nos termos de tais acordos poderiam rescindir tais contratos e deixar de realizar empréstimos no futuro; e
- a aceleração de tais dívidas poderia ensejar a aceleração-cruzada de disposições de outros contratos de financiamento celebrados pela Companhia; e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- a Companhia poderia ser forçada a declarar falência ou ser liquidada.

Além disso, alguns dos acordos contratuais da Companhia, incluindo obrigações de dívida, contêm disposições acerca da mudança de controle que garantem às suas contrapartes o direito de rescisão ou de aceleração do vencimento das dívidas da Companhia com elas em caso de mudança no controle da Companhia sem o consentimento destas contrapartes. Tais disposições tornar-se-iam executáveis caso a Odebrecht deixasse de deter, direta ou indiretamente, capital social representando mais de 50% do capital votante da Companhia. Em consequência, caso a Odebrecht deixe de deter o controle ou, em alguns casos, de deter uma determinada porcentagem das ações ordinárias da Companhia, seja por consequência do Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht, uma venda alternativa, liquidação por credores, reorganização, reestruturação ou outra circunstância parecida no âmbito do Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht ou outro processo, caso não sejam obtidos os devidos consentimentos ou renúncias, tais contrapartes poderiam rescindir tais contratos ou acelerar o vencimento das respectivas obrigações de financiamento. A rescisão de qualquer acordo contratual ou aceleração do vencimento de qualquer acordo financeiro poderia causar um efeito material adverso nos negócios, condições financeiras, resultados das operações e fluxos de caixa da Companhia e, finalmente, resultar na aceleração cruzada de todo o seu endividamento.

Adicionalmente, de acordo com as escrituras das Notas com juros de 5,375% e vencimento em 2022, Notas com juros de 3,50% e vencimento em 2023, Notas com juros de 6,45% e vencimento em 2024, Notas com juros de 4,50% e vencimento em 2028, Notas com juros de 4,500% e vencimento em 2030, Notas com juros de 7,125% e vencimento em 2041, Notas com juros de 5,875% e vencimento em 2050 e Títulos de Dívida Perpétua com juros de 7,375%, uma alteração do controle com rebaixamento da nota de crédito iria exigir a recompra de todas as Notas em aberto, além do pagamento dos juros acumulados e não pagos, se houver, até a data da recompra.

No futuro, a Companhia poderá ter de obter dispensa de outras obrigações de dívida para evitar estar em descumprimento. Caso a Companhia descumpra quaisquer cláusulas restritivas dos seus instrumentos de dívida e busque dispensa de tais obrigações, ela pode não ser capaz de obter tal dispensa dos respectivos credores. Caso isso ocorra, a Companhia estaria em descumprimento de outros contratos, os credores poderiam exercer seus direitos e exigir remediação, conforme descrito acima, e a Companhia poderia ser forçada a declarar falência ou ser liquidada.

4.1.25 A divulgação não autorizada, ou perda de propriedade intelectual, segredos comerciais, outras informações comerciais ou pessoais sensíveis ou comprometimento da integridade de tecnologia da informação causados por ataques cibernéticos, bem como a não conformidade com leis e regulamentos futuros relacionados à privacidade de dados e à segurança de dados podem sujeitar a Companhia a relevantes penalidades ou responsabilidade e impactar negativamente suas operações, reputação e resultados financeiros.

A Companhia obtém, armazena, processa e utiliza determinadas informações confidenciais e outros dados de usuários no âmbito das suas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação de dados sob responsabilidade da Companhia seja realizada de acordo com as leis de proteção de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dados e privacidade aplicáveis. A proteção dos dados de clientes, funcionários e empresas é fundamental para a Companhia. A Companhia depende de sistemas, softwares, ferramentas e monitoramento disponíveis comercialmente para garantir o processamento, transmissão e armazenagem de informações confidenciais, tais como as informações de clientes, funcionários, empresas e outras informações pessoais.

As leis de proteção e privacidade de dados estão sendo ajustadas para incluir as mudanças nas atitudes culturais e consumidoras em relação à proteção de dados pessoais. Por exemplo, em 14 de agosto de 2018, o Brasil promulgou a Lei nº 13.709/2018 (a Lei Geral de Proteção de Dados, ou LGPD), uma lei de proteção de dados abrangente que estabelece as premissas e obrigações gerais que se aplicam em múltiplos setores econômicos e relações contratuais. A LGPD estabelece as regras detalhadas para coleta, uso, processamento e armazenamento de dados pessoais e afetará todos os setores econômicos, incluindo o relacionamento entre clientes e fornecedores de bens e serviços, empregadores e funcionários, e outros relacionamentos nos quais dados pessoais são coletados, tanto de forma digital quanto física. Esperava-se que a LGPD entrasse em vigor em agosto de 2020, porém sua data de vigência foi adiada para 2021, no mínimo. De acordo com a lei, todas as entidades sujeitas a ela, incluindo a Companhia deverão adaptar suas atividades de processamento de dados às novas regras. Quaisquer leis ou regulamentações de privacidade adicionais promulgadas ou aprovadas no Brasil ou em outras jurisdições nas quais a Companhia possui operações poderiam afetar de forma significativa os negócios da Companhia, sua condição financeira e os resultados de suas operações. Em 25 de maio de 2018, a Regulamentação No. 2016/279 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, sobre a proteção de dados pessoais (Regulamentação de Proteção de Dados Gerais, ou GDPR) passou a ser aplicável diretamente a todos os estados-membro da União Europeia. A GDPR introduziu novas obrigações relacionadas à privacidade de dados, controle e retenção, incluindo, entre outros: (i) requisitos de prestação de contas e transparência; (ii) requisitos aprimorados de consentimento de dados; (iii) as obrigações em considerar a privacidade de dados como qualquer novo produto ou serviço são abordadas e limitam o montante de informações coletadas, processadas e armazenadas e a acessibilidade a elas; (iv) restrições sobre o uso de dados para fazer o perfil dos sujeitos dos dados; (v) disponibilização aos sujeitos dos dados de suas informações pessoais em um formato que possa ser utilizado e eliminação de informações pessoais em determinadas circunstâncias; e (vi) relatórios de descumprimentos sem atraso indevido.

Como a Companhia tem a intenção de expandir seus negócios e operações, espera-se que ela se torne cada vez mais sujeita às leis e regulamentações relacionadas à coleta, uso, retenção, segurança e transferência de informações, incluindo informações identificáveis de forma pessoal de seus funcionários e clientes. Essas leis e regulamentações podem ser interpretadas e aplicadas de forma diferente ao longo do tempo, dependendo da jurisdição, e é possível que elas sejam interpretadas e aplicadas de formas que causem um efeito significativo e adverso nos negócios da Companhia. Qualquer falha, real ou percebida, da parte da Companhia em cumprir com os requisitos ou ordens regulatórias ou outras leis e regulamentações municipais, estaduais, federais e internacionais relacionadas a privacidade ou proteção ao consumidor poderia diminuir o acesso dos clientes aos produtos e serviços da Companhia e afetar de forma significativa e adversa os negócios da Companhia. A implementação da GDPR e da LGPD, bem como de quaisquer outras leis e regulamentações existente e futuras relacionadas à privacidade de dados, devem prever a revisão dos procedimentos e políticas e recursos de implementação materiais. Não é possível

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

garantir que a Companhia terá recursos financeiros suficientes para cumprir com quaisquer novas regulações ou competir de forma bem-sucedida no contexto de um ambiente regulatório em mudança. Além disso, existe o risco de que as medidas não possam ser implementadas de forma correta ou que podem não estar de acordo com os novos procedimentos. Em caso de qualquer descumprimento das obrigações oriundas da GDPR ou da LGPD, ou de outras leis e regulamentações de privacidade de dados, conforme o caso, a Companhia poderia enfrentar sanções administrativas e monetárias, bem como danos à sua reputação, o que poderia causar um efeito negativo significativo em suas operações, condição financeira e perspectivas.

Além disso, apesar das medidas de segurança implementadas, as instalações e sistemas da Companhia, bem como aqueles de terceiros, podem estar vulneráveis a falhas de segurança, cyber-ataques, atos de vandalismo, vírus de computadores, extravio ou perda de dados, erros de programação ou humanos ou eventos similares. Qualquer incidente de segurança ou falha percebida envolvendo a apropriação indébita, perda ou divulgação não autorizada de informações confidenciais, bem como qualquer falha ou falha percebida no cumprimento de leis, políticas, obrigações legais ou normas setoriais relativas a privacidade e proteção de dados, pela Companhia ou por seus fornecedores, poderia prejudicar a sua reputação, expor a Companhia ao risco e responsabilidade de discussões judiciais, sujeita-la a publicidade negativa, afetar suas operações e prejudicar os seus negócios.

Por exemplo, no segundo semestre de 2018, um dos prestadores de serviço de tecnologia da informação da Companhia enfrentou um incidente de cibersegurança no Brasil, no qual credenciais específicas de acesso a certas contas de armazenamento em nuvem mantidas por tal prestador de serviços foram divulgadas online a terceiros não autorizados. A Companhia não foi impactada por tal incidente de segurança, pois não estava entre os clientes de tal prestador de serviço cujas credenciais foram divulgadas. Contudo, não é possível garantir que as medidas de segurança da Companhia, ou aquelas de seus fornecedores, sejam suficientes para prevenir falhas de segurança futuras, o que poderia afetar, direta ou indiretamente, a Companhia, ou que a incapacidade de prevenção de tais falhas não cause um efeito material adverso sobre os negócios, resultados das operações ou condição financeira da Companhia.

Ataques cibernéticos ou violações de segurança poderiam comprometer informações confidenciais e críticas dos negócios, causar interferência nas operações da Companhia ou prejudicar a reputação da Companhia, uma vez que suas operações são altamente dependentes de recursos de tecnologia da informação e sistemas e serviços e telecomunicação. Ativos de informação, entre eles propriedade intelectual, segredos comerciais, informações pessoais e outras informações confidenciais e críticas do negócio representam ativos atraentes para criminosos digitais, ciberterroristas ou outros agentes externos. Embora a Companhia mantenha um amplo programa de cibersegurança que é revisado, administrado e atualizado constantemente, um ataque cibernético relevante, erro humano, inclusive por nossos funcionários e terceiros, ou obsolescência da tecnologia poderiam resultar na perda de informações críticas dos negócios e/ou impactar negativamente as operações, o que poderia prejudicar os resultados financeiros da Companhia.

4.1.26 Pode levar muitos anos para concluir projetos de capital e as condições de mercado poderiam deteriorar significativamente entre a data de aprovação do projeto e a data de início do projeto, impactando negativamente os retornos do projeto. Se a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia não conseguir concluir os projetos de capital de acordo com seu custo esperado e de forma tempestiva, ou se as condições de mercado presumidas como base para as informações econômicas do projeto da Companhia deteriorarem, o negócio, a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser impactados de forma relevante e adversa.

Atrasos ou aumentos nos custos relacionados a programas de gastos de capital envolvendo engenharia, compras e a construção de instalações poderiam afetar adversamente a capacidade da Companhia de atingir as taxas de retorno internas e resultados operacionais previstos. Atrasos na realização das mudanças ou modernizações necessárias nas instalações da Companhia poderiam sujeitá-la a multas ou penalidades, bem como afetar sua capacidade de celebrar contratos com clientes e fornecer determinados produtos produzidos por ela.

Esses atrasos ou aumentos nos custos podem surgir em virtude de fatores imprevisíveis, muitos dos quais estão fora do controle da Companhia, incluindo, entre outros:

- recusa ou atraso no recebimento das aprovações e/ou licenças regulatórias necessárias;
- aumentos não planejados no custo de materiais de construção e mão de obra;
- interrupções no transporte de componentes ou materiais de construção;
- mudança nas condições de mercado presumidas como base para as informações econômicas do projeto da Companhia;
- condições meteorológicas adversas, desastres naturais, epidemias, pandemias ou outros eventos (como mal funcionamento de equipamentos, explosões, incêndios ou derramamentos) que afetem as instalações da Companhia ou de vendedores ou fornecedores;
- escassez de mão de obra qualificada ou divergências trabalhistas que resultem em interrupções de trabalho não planejadas; e
- descumprimento ou controvérsias com vendedores, fornecedores, contratados ou subcontratados. Qualquer um ou mais desses fatores poderia ter um impacto significativo sobre os projetos de capital em curso da Companhia.

Se a Companhia não for capaz de compensar os atrasos associados a esses fatores ou de recuperar os custos relacionados, ou se as condições de mercado mudarem, isso poderia afetar de forma relevante e adversa o negócio, a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia.

4.1.27 O nível de endividamento da Companhia poderia afetar adversamente a sua capacidade de levantar capital adicional para financiar suas operações, limitar a capacidade de reagir a mudanças na economia ou em seu setor e impedir que a Companhia cumpra suas obrigações nos termos dos seus contratos de financiamento.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O nível de endividamento da Companhia e sua alavancagem, juntamente com as mudanças na classificação de risco da Companhia e dos seus títulos de dívida pelas principais agências de classificação de crédito poderiam ter consequências relevantes para a Companhia, incluindo o seguinte:

- limite da capacidade de obtenção de financiamento adicional para fins de capital de giro, acréscimos a ativos fixos, desenvolvimento de produto, exigências de serviço da dívida, aquisições e fins corporativos no geral, entre outros;
- limite da capacidade de pagar dividendos;
- alocação de uma parte do fluxo de caixa das operações para pagamento de juros sobre dívidas existentes, ficando indisponível para outras finalidades, incluindo operações, acréscimos a ativos fixos e futuras oportunidades comerciais;
- limite da capacidade de se ajustar às mudanças nas condições de mercado, colocando a Companhia em desvantagem competitiva em comparação aos concorrentes com menos dívidas;
- possibilidade de vulnerabilidade em caso de desaceleração nas condições econômicas gerais; e
- possibilidade de exigência de ajuste nos níveis de recursos disponíveis para acréscimos a ativos fixos.

Em virtude dos fatores elencados acima, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

(b) Riscos relativos aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

4.1.28 Alguns dos acionistas da Companhia podem determinar o resultado de atos ou decisões societárias, o que pode afetar os detentores de ações preferenciais classe A e ADSs da Companhia.

A Odebrecht, direta ou indiretamente, através de sua subsidiária integral OSP Investimentos S.A. (OSP Inv) detém 38,3% do capital social em circulação da Companhia, incluindo 50,1% do capital votante, e a Petrobras detém 36,1% do capital circulante da Companhia, incluindo 47,0% de seu capital votante. Pessoas indicadas pela Odebrecht constituem a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia. De acordo com o acordo de acionistas, do qual a Odebrecht e a Petrobras são partes, aqui designado como Acordo de Acionistas da Braskem S.A. a Companhia pode somente se comprometer a praticar determinados atos após a Odebrecht e a Petrobras chegarem a um consenso com relação a eles. No entanto, a Odebrecht terá o poder exclusivo de aprovar o plano de negócios da Companhia, por meio de conselho de administração, conforme descrito no "Item 7. Principais acionistas e operações com partes relacionadas—Principais acionistas—Acordos de acionistas". Desta forma, a Odebrecht tem a possibilidade de determinar o resultado da maioria dos atos e decisões societários que requerem a aprovação dos acionistas ou do conselho de administração – em alguns casos, com a anuência da Petrobras — o que

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

poderia afetar os detentores de ações preferenciais classe A e American Depositary Shares, ou ADSs.

Adicionalmente, em 17 de junho de 2019, a Odebrecht, juntamente com algumas de suas controladoras e controladas, protocolou um pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, no Brasil, buscando uma recuperação judicial voluntária e recurso emergencial de suspensão de determinadas ações de execução por seus credores ("Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht"). O Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht não inclui a Companhia.

Embora a Companhia não faça parte de qualquer processo de falência ou recuperação judicial pendente no Brasil ou em outro país, ela encontra-se exposta a alguns riscos relacionados ao Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht, tais como os riscos relacionados à alteração do seu controle corporativo resultante de decisões tomadas e/ou acordadas em tais procedimentos e as suas consequências, inclusive, mas não limitado a, mudanças significativas na sua administração e na estratégia a ser adotada por qualquer novo acionista controlador que resulte da conclusão de tais processos. A Companhia não tem controle sobre o Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht e não pode fornecer nenhuma garantia com relação ao resultado do Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht ou dos seus efeitos sobre a Companhia.

4.1.29 Todas as ações emitidas pela Braskem e detidas pela OSP Investimentos S.A. foram oferecidas em garantia de acordos de financiamento celebrados pelo Grupo Odebrecht.

Nos termos de um acordo de alienação fiduciária em garantia celebrado entre o Grupo Odebrecht em 27 de novembro de 2013, alterado em 13 de maio de 2016, 19 de julho de 2016, 24 de abril de 2017 e 23 de maio de 2018, todas as ações ordinárias emitidas pela Braskem e detidas pela OSP Investimentos S.A. foram oferecidas em garantia no âmbito de certos contratos de financiamento celebrados pela Odebrecht S.A. e algumas das suas controladas. Caso o Grupo Odebrecht descumpra tais contratos de financiamento, ou em caso de vencimento antecipado de tais contratos e a consequente transferência da garantia ao credor (considerando que a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras não exerça seu direito de preferência na aquisição de tais ações), a Companhia poderá estar sujeita à alteração do controle após as formalidades estatutárias e os procedimentos previstos em seu acordo de acionistas. Uma alteração do controle em tais circunstâncias pode afetar adversamente a Companhia.

A liquidação ou venda das ações da Companhia detidas pela OSP Investimentos S.A. – seja dentro ou fora do Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht – pode resultar na mudança de controle. Como a Companhia não é capaz de consentir ou influenciar de qualquer forma ou controlar o Processo de Recuperação Judicial da Odebrecht ou o adquirente das ações em relação à tal liquidação, é possível que haja mudança no controle corporativo da Companhia no futuro próximo.

(c) Riscos relativos aos acionistas da Companhia

4.1.30 Os acionistas preferenciais classe A podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Conforme permitido na Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição aos acionistas de 25% do seu lucro líquido ajustado de cada exercício na forma de dividendos obrigatórios, ou Dividendo Mínimo Obrigatório. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classe A e classe B fazem jus a um dividendo preferencial mínimo anual não cumulativo, ou Dividendo Preferencial Mínimo, equivalente a 6% da sua participação pro rata no capital antes do pagamento de dividendos aos acionistas ordinários. A Lei das Sociedades por Ações permite que uma empresa de capital aberta como a nossa suspenda a Distribuição Obrigatória de Dividendos em qualquer exercício particular caso nosso Conselho de Administração informe a nossos acionistas que tais distribuições seriam desaconselháveis em vista de nossa condição financeira ou disponibilidade de caixa, desde que tal suspensão não afete o pagamento do Dividendo Mínimo Obrigatório, que ainda deverá ser pago aos acionistas preferenciais. Contudo, os acionistas, inclusive os detentores de ações preferenciais classe A ou ADSs podem não receber nenhum dividendo ou juros sobre o capital próprio em qualquer exercício, se a Companhia não registrar lucro.

4.1.31 Nossas ações preferenciais classe A e os ADSs têm direitos de voto limitados e não têm direito a votar na aprovação de operações societárias, incluindo incorporações ou fusões da Companhia com outras empresas, ou na declaração de dividendos.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social, os detentores de ações preferenciais classe A e, por conseguinte, das ADSs subjacentes a essas ações, não têm direito a votar em assembleias de acionistas, salvo em circunstâncias muito limitadas. Essas circunstâncias limitadas relacionam-se diretamente a direitos essenciais dos detentores de ações preferenciais classe A, tais como a modificação de termos básicos das ações preferenciais classe A ou a criação de nova classe de ações preferenciais com direitos superiores. Os detentores de ações preferenciais sem direito a voto podem eleger um membro e o respectivo suplente para nosso conselho de administração e nosso conselho fiscal, dependendo de requisitos específicos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Os detentores de ações preferenciais classe A e ADSs não têm direito a votar na aprovação de operações societárias, inclusive incorporações ou fusões da Companhia com outras empresas, ou na declaração de dividendos. No entanto, caso a Companhia deixe de pagar dividendos por três anos consecutivos, será concedido direito a voto aos detentores de ações preferenciais classe A e ADSs.

4.1.32 Vendas reais ou potenciais de um número significativo de ações preferenciais classe A podem reduzir o preço de mercado de nossas ações preferenciais classe A e ADSs.

A venda de uma quantidade substancial de nossas ações preferenciais classe A poderia exercer um efeito negativo sobre o preço de mercado das referidas ações e das ADSs. Caso sejam realizadas vendas significativas de ações preferenciais classe A pelos nossos acionistas controladores ou outro acionista através dos mercados de valores mobiliários, o preço de mercado das ações preferenciais classe A da Companhia e, por extensão, das ADSs poderá cair significativamente. Consequentemente, os detentores de ADSs podem não conseguir vender tais ADSs por preço igual ou superior ao de sua compra.

4.1.33 Detentores de ADSs ou de ações preferenciais classe A nos Estados Unidos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

podem não ter os mesmos direitos de preferência que os acionistas brasileiros possuem, de acordo com a legislação brasileira, na subscrição de ações resultantes de aumentos de capital realizados por nós.

Segundo a lei brasileira, se emitirmos novas ações em troca de caixa ou ativos como parte de um aumento de capital, com algumas exceções, devemos conceder a nossos acionistas direitos de preferência na ocasião da subscrição das ações correspondentes a suas respectivas participações em nosso capital social, de modo a permitir-lhes manter suas porcentagens existentes. Podemos não ter a permissão legal para garantir que os detentores de ADSs ou ações preferenciais classe A nos Estados Unidos possam exercer seus direitos de preferência em futuros aumentos de capital, a não ser que (1) protocolemos um termo de registro para uma oferta de ações resultantes do aumento de capital junto à U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), ou (2) a oferta de ações resultantes do aumento de capital se qualifique para obter a isenção das exigências de registro do Securities Act. Na ocasião de eventuais futuros aumentos de capital, iremos avaliar os custos e as potenciais obrigações associadas ao protocolo de um termo de registro para uma oferta de ações junto à SEC e quaisquer outros fatores que consideremos importantes para determinar se iremos ou não protocolar tal termo de registro. Não podemos garantir aos detentores de ADSs ou ações preferenciais classe A nos Estados Unidos que iremos protocolar um termo de registro junto à SEC de modo a lhes permitir participar de nossos eventuais aumentos de capital. Consequentemente, a participação desses detentores na Companhia pode ser diluída.

4.1.34 A volatilidade e liquidez relativas dos mercados de valores brasileiros podem afetar negativamente os detentores de nossas ações preferenciais classe A e ADSs.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários dos Estados Unidos e outras jurisdições, e pode ser regulamentado de forma diferente do que os investidores dos EUA estão acostumados. Fatores que podem afetar especificamente os mercados de ações brasileiros podem limitar a capacidade dos detentores de ADSs de vender ações preferenciais classe A objeto de ADSs pelo preço e no momento que desejarem, podendo gerar um impacto negativo sobre o preço de mercado das próprias ADSs.

4.1.35 Os detentores de ADSs podem ter dificuldade para exercer até mesmo seus direitos de voto limitados nas assembleias gerais.

Segundo a lei brasileira, apenas os acionistas registrados como tal em nossos registros societários podem participar de nossas assembleias de acionistas. Todas as ações preferenciais classe A subjacentes às ADSs são registradas no nome do depositário. Os detentores de ADSs poderão exercer seus direitos de voto limitados em relação às ações preferenciais classe A representadas pelas ADSs apenas em conformidade com o acordo de depósito relativo às ADSs, que determina que os direitos a voto estão disponíveis apenas aos detentores de ADSs, a nosso critério. Há limitações práticas à capacidade de detentores de ADSs de exercer seus direitos de voto devido às etapas adicionais envolvidas na comunicação com detentores de ADSs. Por exemplo, a Companhia é obrigada a publicar um edital de convocação para assembleias gerais em determinados jornais do Brasil. Na medida em que os detentores das ações preferenciais classe A façam jus a votar em uma assembleia geral, eles poderão exercer esses direitos de voto através

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

do comparecimento à assembleia, pessoalmente, votando através de representante ou remotamente, se aplicável. Em contrapartida, os detentores de ADS serão notificados por carta da realização da assembleia geral após notificação feita ao depositário de American Depositary Receipt (ADS), solicitando que seja enviado um aviso aos detentores de ADS. Para exercerem seus direitos de voto, os detentores de ADSs precisam instruir o depositário em tempo hábil. O procedimento de notificação levará mais tempo no caso dos detentores de ADSs do que no caso dos detentores das ações preferenciais classe A. Caso o depositário não receba instruções em tempo hábil em relação à totalidade ou a parte das ADSs, ele concluirá que os detentores das referidas ADSs estão o instruindo a outorgar uma procuração discricionária a uma pessoa indicada pela Companhia para votar em nome das ADSs, exceto em circunstâncias limitadas.

Nas circunstâncias limitadas nas quais os detentores das ADSs têm direitos de voto, eles podem não receber o material relativo ao voto a tempo de instruir o depositário a votar em relação às ações preferenciais classe A correspondentes a suas ADSs. Além disso, o depositário e seus agentes não serão responsabilizados se deixarem de cumprir as instruções de voto dadas pelos detentores das ADSs ou pela maneira pela qual tais instruções forem cumpridas. Da mesma forma, os detentores das ADSs podem não conseguir exercer seus direitos de voto, não lhes cabendo qualquer direito de regresso caso as ações preferenciais classe A correspondentes a suas ADSs não sejam votadas como solicitado.

4.1.36 Caso detentores de ADSs as troquem por ações preferencias classe A, podem estar arriscados a perder temporariamente a capacidade de remeter moedas estrangeiras ao exterior ou ter essa capacidade restringida, além de perder o direito a certas vantagens fiscais brasileiras.

O custodiante brasileiro para as ações preferenciais subjacentes às ADSs deve obter um número de registro eletrônico junto ao Banco Central de modo a permitir que o depositário remeta dólares ao exterior. Os detentores de ADSs beneficiam-se do certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro do Banco Central obtido pelo custodiante para o depositário, que o permite converter dividendos e outras distribuições com relação às ações preferenciais classe A em dólares e remeter a quantia resultante dessa conversão ao exterior. Caso detentores de ADSs decidam a trocá-las pelas ações preferenciais subjacentes, eles somente poderão contar com o certificado de registro do custodiante no Banco Central por cinco dias úteis após a data da troca. A partir dessa data, não poderão mais remeter dólares ao exterior a não ser que obtenham um novo certificado de registro de capital estrangeiro em relação às ações preferenciais, o que pode resultar em despesas e causar atrasos no recebimento de distribuições.

Adicionalmente, caso os detentores de ADSs que as trocarem por nossas ações preferenciais classe A não se qualifiquem segundo as normas que regem os investimentos estrangeiros, ficarão normalmente sujeitos a um tratamento fiscal menos favorável dos dividendos e das distribuições relativas a nossas ações preferenciais, bem como dos rendimentos da venda dessas ações.

4.1.37 Os detentores de ADSs podem enfrentar dificuldades para proteger seus interesses porque, como empresa brasileira, a Companhia está sujeita a diferentes regras e regulamentos, e os acionistas podem contar com menos direitos ou com direitos pouco definidos do que os previstos em leis de outras jurisdições, inclusive nos Estados Unidos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os detentores das ADSs não são acionistas diretos da Companhia, não podendo assim fazer valer os direitos de acionistas conferidos pelo estatuto da Companhia e pela Lei das Sociedades por Ações.

Os assuntos societários da Companhia são regidos por seu estatuto e pela Lei das Sociedades por Ações, que diferem dos princípios legais que se aplicariam se a Companhia tivesse sido constituída em uma jurisdição dos Estados Unidos, como o estado de Delaware ou de Nova York, ou em outro lugar fora do Brasil. Mesmo que o detentor de ADSs converta suas ADSs e passe a ser um acionista direto, seus direitos como detentor de ações preferenciais classe A correspondentes às ADSs nos termos da Lei das Sociedades por Ações, no sentido de proteger seus interesses com relação a atos do conselho de administração, podem ser em menor número e menos bem definidos do que seriam de acordo com a legislação de outras jurisdições.

Embora a negociação com informações privilegiadas (insider trading) e a manipulação de preços sejam crimes previstos na legislação brasileira e estejam sujeitas a regulamentos em constante evolução promulgados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os mercados de valores no Brasil não são tão regulamentados e nem tão bem supervisionados como os mercados de valores norte-americanos ou em outras jurisdições. Ademais, regras e políticas contra self-dealing ou atinentes à preservação dos interesses dos acionistas podem ser menos bem definidas e menos executadas no Brasil do que nos Estados Unidos da América e em alguns outros países, o que pode colocar os detentores das nossas ações preferenciais classe A e das ADSs em uma situação de potencial desvantagem, em comparação com acionistas de sociedades constituídas em outras jurisdições. Relatórios sobre informações corporativas podem ser, ademais, menos completos ou informativos do que no caso de companhias abertas nos Estados Unidos da América ou em alguns outros países.

4.1.38 Os detentores de ADSs poderão enfrentar dificuldades em instaurar processos ou aplicar decisões judiciais contra a Companhia e outras pessoas

A Companhia é uma sociedade por ações organizada segundo as leis do Brasil, e todos os seus conselheiros e diretores, além dos auditores externos, residem ou estão localizados no Brasil. A maior parte dos ativos da Companhia e destas pessoas está localizada no Brasil. Com isso, os detentores de ADSs podem não conseguir apresentar citação contra a Companhia ou contra estas pessoas dentro dos Estados Unidos, ou em outras jurisdições fora do Brasil, ou executar contra a Companhia ou estas pessoas decisões judiciais obtidas nos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil. Além disso, uma vez que uma parcela substancial dos ativos da Companhia e todos os seus conselheiros e diretores estão localizados fora dos Estados Unidos, quaisquer decisões judiciais obtidas naquele país contra a Companhia, seus conselheiros ou diretores, pode não ser executável dentro dos Estados Unidos. Uma vez que as decisões de tribunais norte-americanos sobre responsabilidade civil com base na lei federal de títulos e valores mobiliários dos EUA só poderão ser executadas no Brasil observando determinadas condições, os detentores poderão enfrentar maiores dificuldades para proteger seus interesses no caso de processos contra a Companhia e seus conselheiros e diretores do que enfrentariam os acionistas de uma sociedade por ações norte-americana.

4.1.39 Os acontecimentos econômicos e as percepções dos investidores sobre o risco em outros países, sejam eles desenvolvidos ou emergentes, podem afetar de forma

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

significativa o preço de negociação de títulos brasileiros, incluindo as ações ordinárias e ADSs da Companhia, bem como os títulos de dívida em aberto.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado em vários níveis pelas condições econômicas e mercadológicas de outros países, tanto de países desenvolvidos, como os Estados Unidos e algumas nações europeias, quanto de emergentes. Embora as condições econômicas em tais países possam ser significativamente diferentes das condições econômicas no Brasil, a reação dos investidores a tais acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso no valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros. O preço das ações negociadas no mercado de capitais brasileiro, por exemplo, tem estado sujeito historicamente à flutuação das taxas de juros nos Estados Unidos e à variação das principais bolsas de valores dos Estados Unidos. Além disso, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse de investidores por títulos de emissores brasileiros, incluindo as ações ordinárias, ADSs e títulos de dívida da Companhia. Isso poderia afetar de forma adversa o preço de mercado das ações ordinárias, ADSs e títulos de dívida em aberto da Companhia e ainda dificultar o acesso pela Companhia ao mercado de capitais, afetando sua capacidade de financiar suas operações em condições aceitáveis.

Recentemente, a acentuada volatilidade no mercado brasileiro deveu-se, entre outros fatores, às incertezas relacionadas a ajustes das implicações das políticas do atual governo dos Estados Unidos, da política monetária dos EUA, do processo de saída do Reino Unido da União Europeia, também chamado de Brexit, e suas consequências nos mercados financeiros internacionais, à maior aversão ao risco em países emergentes, e às incertezas sobre as condições macroeconômicas e políticas. A Companhia não possui controle ou pode prever os efeitos da administração, ações ou políticas do governo de Donald Trump. Ademais, a Companhia não possui controle sobre e nem pode prever os efeitos da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit). Além disso, a Companhia está exposta à interrupção e volatilidade dos mercados financeiros globais devido a seus efeitos no ambiente econômico e financeiro, especialmente no Brasil, tais como a desaceleração econômica, aumento da taxa de desemprego, deterioração do poder de compra dos consumidores e indisponibilidade de crédito.

Tais interrupções e volatilidade nos mercados financeiros globais podem aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o ambiente econômico e financeiro brasileiro, afetando adversamente a Companhia.

(d) Riscos relativos às controladas e coligadas da Companhia

4.1.40 Pode haver conflitos de interesses nas operações com partes relacionadas.

A Companhia tem contas a receber de clientes e contas a pagar correntes e de longo prazo com algumas de suas afiliadas e outras partes relacionadas, entre elas a Petrobras, sua fornecedora interna de nafta e de outros insumos básicos como propeno, etano, propano e gás de refinaria. Os referidos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são provenientes, sobretudo, da compra e venda de bens, a preços e em condições equivalentes às condições e preços médios pagos das operações que realizamos com terceiros. Essas e outras operações entre a Companhia e suas afiliadas poderiam dar margem a conflitos de interesses.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1.41 A Companhia pode enfrentar dificuldades não previstas na operação do Complexo Petroquímico do México, de forma que tal unidade de negócio poderia deixar de proporcionar os benefícios esperados para a Companhia.

Durante o primeiro semestre de 2016, a Companhia concluiu a construção de um complexo de olefinas, o Complexo México, localizado no estado mexicano de Veracruz.

A Braskem Idesa, precisou realizar significativos investimentos de capital para o desenvolvimento do Complexo Petroquímico do México e incorrer em dívidas significativas. A possibilidade de a Companhia atingir seus objetivos estratégicos em relação a essa unidade de negócio dependerá principalmente do sucesso de sua operação. Estes são fatores que poderiam afetar tal unidade de negócio:

- condições econômicas, políticas e empresariais gerais no México e demanda global por polietileno;
- ocorrência de dificuldades técnicas e mecânicas imprevistas, que possam interromper a produção ou resultar em tempo de parada inesperado das plantas do Complexo Petroquímico do México;
- qualquer inadimplemento relevante pela Pemex TRI nos termos do contrato de fornecimento de etano;
- a capacidade de pagar a dívida nos termos da linha de project finance;
- a capacidade dos acionistas da Braskem Idesa de cumprir com a obrigação de garantir que determinadas contribuições contingentes de capital cubram os valores adicionais necessários para concluir o projeto, conforme acordado no contrato de suporte dos acionistas relativo à linha de crédito de project finance. Para mais informações, consulte "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Investimentos de capital—Projetos de Joint Ventures—Complexo Petroquímico do México—Contrato de Suporte dos Acionistas Relacionado ao Complexo Petroquímico do México."
- fornecimento não estável e não contínuo de etano e gás natural no longo prazo; e
- aumento da concorrência por parte de empresas locais ou estrangeiras e/ou surgimento de novos concorrentes locais ou estrangeiros.

Não se pode assegurar que o Complexo Petroquímico do México trará os benefícios esperados para a Companhia, mesmo depois de três anos completos de operações. Eventuais interrupções significativas poderiam prejudicar ou impedir a implantação do plano de negócios da Companhia em sua versão original e resultar em receitas e lucro líquido abaixo do esperado. Além disso, qualquer efeito adverso relevante sobre a situação financeira ou resultados operacionais do Complexo Petroquímico do México pode impactar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Vide "—Dependência do etano fornecido pela Pemex TRI no México".

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1.42 Se a Companhia não desenvolver uma fonte alternativa de etano, isso pode ter um impacto negativo sobre o seu negócio, porque a Companhia não pode operar no Complexo do México com plena capacidade.

Para aumentar a taxa operacional do Complexo do México, a Companhia precisa obter quantidades adicionais de etano para compensar a quantidade insuficiente de etano fornecida pela Pemex TRI nos termos do contrato de fornecimento do etano. Na data deste relatório anual, o Complexo Petroquímico do México importa suprimentos adicionais de etano por meio de um terminal privado em Coatzacoalcos e os transporta para o complexo da Companhia por meio de uma solução logística (Solução Fast Track). No futuro, a Companhia pode considerar o desenvolvimento e a construção de um novo terminal (Terminação de Importação de Etano). No entanto, a Companhia não pode garantir que a possível construção do Terminal de Importação de Etano será concluída ou que o Solução Fast Track conseguirá aumentar sua produção até o nível de produção esperado. Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá importar etano nos preços atuais de mercado, o que também poderia afetar adversamente seu negócio, resultados operacionais e condição financeira.

O desenvolvimento e a construção do Terminal de Importação de Etano e o estabelecimento da Solução Fast Track para a importação de etano podem envolver incertezas e riscos significativos, como:

- não obtenção ou manutenção da aprovação necessária das entidades governamentais e reguladoras aplicáveis;
- negociação de contratos de engenharia, compras e construção satisfatórios;
- negociação de contratos de operações e manutenção satisfatórios;
- não atingimento dos resultados esperados;
- não obtenção de direitos de passagem necessários para a construção do Terminal de Importação de Etano;
- negociação com comunidades locais e grupos minoritários;
- atrasos na construção e início das operações do Terminal de Importação de Etano;
- passivos não previstos;
- obtenção do financiamento necessário para a construção do Terminal de Importação de Etano; ou
- descumprimento de contratos de construção pelo contratado ou subcontratado.

A disseminação do novo coronavírus (COVID-19) fez com que a Companhia alterasse algumas de suas práticas comerciais, e ela ainda pode tomar medidas adicionais que venham a ser exigidas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pelas autoridades governamentais, inclusive fechamento de portos, ou determinadas pela Companhia como sendo do melhor interesse de seus funcionários, clientes, parceiros e fornecedores. Essas ações poderiam impactar o desenvolvimento e a construção do Terminal de Importação de Etano e o estabelecimento da Solução Fast Track para a importação de etano. Atualmente, a Companhia antecipa que o fornecimento insuficiente de etano pela Pemex TRI continuará.

(e) Riscos relativos aos fornecedores da Companhia

4.1.43 A Companhia depende da Petrobras para o fornecimento de uma parcela significativa de suas necessidades de nafta, etano e propano.

A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, ou Petrobras, é a única fornecedora de nafta no Brasil, e tem historicamente fornecido até 70% da nafta consumida por nossa Unidade de Químicos. Em 2019, a Petrobras forneceu 36,5% da nafta consumida pela Unidade de Químicos. Atualmente, a Petrobras é a principal fornecedora de etano, propano e o gás de refinaria e fornece o etano, propano e gás de refinaria consumido pelo Polo Petroquímico localizado no Rio de Janeiro e o polo petroquímico localizado em Capuava, em São Paulo, ou Polo Petroquímico de São Paulo.

A Companhia é parte de diversos contratos de propeno com refinarias da Petrobras, responsável historicamente por 40% do fornecimento das demandas necessárias de propeno para produção de polipropileno no Brasil. Devido à infraestrutura limitada do Brasil para permitir a importação de grandes quantidades de propeno e os custos substanciais associados a armazenagem e transporte do produto, a Companhia depende de maneira substancialmente do propeno fornecido pela Petrobras.

Os contratos de fornecimento de etano e propano com a Petrobras têm vencimento em janeiro de 2021 e o contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras tem vencimento em dezembro de 2020. Alguns de nossos contratos de propeno com a Petrobras vencem em 2021 e outros vencem entre 2028 e 2029. Na data deste relatório anual, não é possível garantir que tais acordos sejam renovados e, caso sejam, se a Companhia será capaz de manter os mesmos termos e condições em vigor atualmente, inclusive com relação à precificação, volume, acesso a dutos e a outras infraestruturas. Em junho de 2020, a Companhia celebrou novos contratos com a Petrobras para fornecimento de nafta petroquímica para as suas unidades industriais na Bahia e no Rio Grande do Sul. Os contratos ficarão vigentes por cinco anos após o vencimento do contrato atual com a Petrobras em dezembro de 2020.

A Petrobras controla uma parcela substancial da infraestrutura de dutos utilizados no transporte de nafta pelo Brasil, sendo o nosso principal fornecedor de nafta, etano, propano e propeno. A não renovação ou extensão dos contratos atuais para fornecimento de matérias-primas ou utilização da infraestrutura de dutos, ou a rescisão de tais contratos com a Petrobras, poderia levar a dificuldades de acesso à infraestrutura de dutos da Petrobras. Alternativamente, a Companhia poderia acessar a infraestrutura de dutos através da Agência Nacional de Petróleo, ou ANP, o que garantiria acesso à tal estrutura a um custo definido pela ANP.

Portanto, nosso volume de produção e nossas receitas de vendas provavelmente cairiam, enquanto nossos custos provavelmente aumentariam, e impactariam negativamente o nosso

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desempenho financeiro, no caso da ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- danos significativos à estrutura de fornecimento da Petrobras por meio das quais a Petrobras e a Braskem importam nafta, ou a quaisquer dos dutos que ligam a Companhia às instalações da Petrobras, seja em consequência de acidente, desastre natural, incêndio ou por outro motivo qualquer;
- a rescisão, pela Petrobras, dos contratos de fornecimento de nafta, etano, propano ou propeno à Companhia, que dispõem que a Petrobras pode rescindir o por determinadas razões descritas no "Item 4. Informações sobre a Companhia";
- considerando que a Petrobras (e/ou suas controladas) controla uma parcela significativa da infraestrutura logística da matéria-prima da Companhia no Brasil e os acordos em vigor para utilização dos seus ativos e a sua operação acerca de determinados ativos da Braskem, a Companhia poderia presumir que enfrentaria dificuldades para importar e garantir o acesso a matérias-primas para as suas centrais petroquímicas em um cenário de rescisão de tais acordos pela Petrobras (e/ou suas controladas) causando, portanto, um impacto significativo na estrutura acessada atualmente pela Companhia; ou
- a não renovação ou prorrogação dos contratos existentes da Companhia para o fornecimento de matérias-primas ou uso da infraestrutura de dutos, considerando que a Petrobras está conduzindo um plano de desinvestimento de seus ativos, o que também inclui algumas refinarias que fornecem nafta à Companhia e alguns ativos de infraestrutura logística.

Além disso, apesar de alterações regulatórias terem extinguido o monopólio da Petrobras no mercado brasileiro de nafta, o que permitiu à Companhia importar nafta, eventuais restrições impostas à importação de nafta pelo Brasil podem aumentar os custos de produção. Para uma análise dos riscos adicionais relacionados a fornecedores únicos, vide "—A Companhia depende de um número limitado ou de um único fornecedor para obtenção das suas matérias-primas".

4.1.44 A Companhia depende do propeno fornecido por terceiros nos Estados Unidos e na Europa

A confiança depositada pela Companhia em fornecedores representa riscos significativos aos seus resultados operacionais, negócios e perspectivas. A Companhia adquire propeno de terceiros para abastecimento das suas plantas. A Companhia adquire propeno para as plantas de polipropileno nos Estados Unidos através de uma série de contratos de fornecimento de longo-prazo e no mercado spot. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha quinze contratos de fornecimento de longo prazo com diversos fornecedores. As fórmulas de precificação do propeno nos termos desses contratos de fornecimento são geralmente baseadas em preços de mercado. Na data deste relatório anual, não é possível garantir que tais acordos sejam renovados e, caso sejam, se a Companhia será capaz de manter os mesmos termos e condições em vigor atualmente, inclusive com relação à precificação, volume, acesso a dutos e a outras infraestruturas.

A Companhia adquire propeno para as plantas de polipropileno na Alemanha através de um contrato de fornecimento de longo prazo que prevê o fornecimento de 84% do propeno

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

necessário nessas plantas. A Companhia possui dois principais contratos na Alemanha. Um deles tem vencimento em setembro de 2021 e é renovável automaticamente por períodos adicionais de um ano, salvo se rescindido por uma das partes. Já o outro contrato tem vencimento em dezembro de 2023. A Companhia celebrou um terceiro contrato com vencimento no final de 2020, aumentando o fornecimento das suas plantas para 87% das necessidades de propeno. A fórmula de precificação do propeno nos termos desses contratos de fornecimento é baseada em preços de mercado. Na data deste relatório anual, não é possível garantir que tais acordos sejam renovados e, caso sejam, se a Companhia será capaz de manter os mesmos termos e condições em vigor atualmente, inclusive com relação à precificação, volume, acesso a dutos e a outras infraestruturas.

Atrasos na disponibilidade de propeno de qualidade aceitável, ou a incapacidade da Companhia de obter tal propeno aceitável nas quantidades necessárias em relação ao contratado, ou em qualquer quantidade, poderão impactar negativamente suas receitas e resultados operacionais.

4.1.45 A Companhia depende do etano fornecido pela Pemex TRI no México.

A Companhia atualmente compra a maior parte de seu suprimento de etano, que é a principal matéria-prima usada no processo de produção de polietileno da Companhia, da Pemex Transformación Industrial (Pemex TRI), uma empresa estatal mexicana que é controlada da Petróleos Mexicanos (Pemex), a empresa estatal de petróleo e gás do México, de acordo com um contrato de fornecimento de etano (o “contrato de fornecimento de etano”), celebrado pela Braskem Idesa S.A.P.I. (Braskem Idesa), que é a joint venture da Companhia com o Grupo Idesa, S.A. de C.V., (Idesa), com a Pemex TRI de acordo com condições comerciais competitivas a preços que fazem referência: (i) ao preço do etano puro Mont Belvieu; e (ii) ao preço Henry Hub, ambos os quais são preços internacionais de referência em dólares. Como resultado, o volume de produção, receitas de vendas e margens de lucro da Companhia provavelmente cairiam e impactariam negativamente e de forma relevante o desempenho financeiro geral da Companhia, caso ocorra um ou mais dos seguintes eventos:

- danos significativos aos centros de processamento de gás da Pemex TRI ou a quaisquer dos dutos conectando o complexo da Companhia às instalações da Pemex TRI, seja em consequência de acidente, desastre natural, incêndio ou por outro motivo qualquer;
- qualquer diminuição posterior no valor do etano atualmente entregue pela Pemex TRI no complexo petroquímico da Companhia;
- qualquer controvérsia com a Pemex TRI relacionada ao contrato de fornecimento de etano, incluindo o não pagamento de quaisquer danos compensatórios;
- qualquer inadimplemento relevante por parte da Companhia ou pela Pemex TRI com relação ao fornecimento de etano nos volumes ou quantidades acordados contratualmente no contrato de fornecimento de etano;
- qualquer rejeição ou rescisão, pela Pemex TRI ou pela Companhia, do contrato de fornecimento de etano; ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- atrasos na disponibilidade de etano de qualidade aceitável ou a incapacidade da Companhia de obter etano aceitável nas quantidades e qualidade necessárias, ou de obtê-lo de qualquer forma, ou a preços razoáveis.

No tocante aos danos compensatórios devidos nos termos do contrato de fornecimento de etano, durante o quarto trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2020, a Pemex deveria ter entregue títulos de crédito relativos ao: (i) primeiro trimestre de 2019, no valor de aproximadamente US\$ 26 milhões, após o segundo e o terceiro trimestre de 2019, término do período de remediação contratual para fornecimento de volumes atrasados; e (ii) segundo trimestre de 2019, no valor de aproximadamente US\$ 13 milhões, após o terceiro e o quarto trimestre de 2019, término do período de remediação contratual para fornecimento de volumes atrasados. Na data deste relatório anual, a Pemex ainda precisa fornecer os títulos de crédito e, portanto, não cumpriu sua obrigação contratual em tempo hábil.

A Companhia está atualmente envolvida em discussões contínuas com a Pemex TRI para experimentar e abordar as questões relacionadas ao fato de que o fornecimento de etano pela Pemex está aquém dos volumes contratados e que a Pemex não pagou os danos compensatórios devidos nos termos do contrato de fornecimento de etano. A Companhia não pode dar garantias acerca do resultado dessas discussões e, a qualquer tempo, poderia tomar medidas legais contra a Pemex por seu inadimplemento do contrato de fornecimento de etano, como por exemplo instaurar um processo arbitral contra a Pemex após o inadimplemento e notificações enviadas em decorrência disso.

Além disso, o contrato de fornecimento de etano pode ser modificado por meios regulatórios, rescindido ou prejudicado pela Pemex TRI como resultado de pressão política para não cumprir com as condições do contrato, iniciar medidas de expropriação adotadas pelo governo mexicano ou uma mudança na legislação.

Uma rescisão do contrato de fornecimento de etano pela Pemex TRI ou uma modificação do contrato de fornecimento de etano em virtude de pressão política poderia ter um efeito adverso relevante sobre o negócio, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia. As disposições sobre rescisão antecipada pela Pemex TRI incluem: (i) falta de pagamento pela Companhia por mais de seis meses após a notificação; ou (ii) parada emergencial das operações ou evento de força maior, em virtude dos quais as seguradoras da Companhia consideram o complexo como sendo uma perda total, ou após os quais a Companhia não consiga retomar ou não retome as operações por 48 meses.

Se a Pemex TRI (i) entregar menos que 70%, em média, dos 66.000 barris de etano por dia durante um período de seis meses, (ii) atingir o limite anual com relação a danos compensatórios devidos pela Pemex TRI à Companhia e esse limite não for renunciado pela Pemex TRI, ou (iii) violar de maneira relevante qualquer uma de suas obrigações com relação ao fornecimento de etano nos termos do referido instrumento e essa violação persistir por mais de seis meses após a notificação, a Braskem Idesa tem o direito de rescindir o contrato de fornecimento de etano e exigir que a Pemex TRI faça a amortização de determinadas dívidas em aberto e compense a Braskem e a Idesa em conformidade com uma fórmula de avaliação acordada, incluindo a amortização de determinadas dívidas da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer rescisão, cancelamento ou modificação do contrato de fornecimento de etano ou redução no valor dos danos compensatórios devidos à Companhia pela Pemex TRI por qualquer outro motivo poderia ter um efeito adverso sobre os resultados operacionais e posição financeira da Companhia.

Para uma análise dos riscos adicionais relacionados a fornecedores únicos, vide “—A Companhia depende de um número limitado ou de um único fornecedor para obtenção das suas matérias-primas”.

4.1.46 A Companhia não tem controle sobre as decisões ou atos societários da Pemex TRI, seu principal fornecedor de etano, uma empresa estatal mexicana.

O governo do México exerceu, e continua a exercer, influência significativa sobre a economia do México. Dessa forma, as medidas governamentais do México a respeito da economia mexicana e de empresas estatais poderiam ter um impacto significativo sobre as empresas do setor privado do México, de forma geral e sobre as operações da Companhia especificamente. Não é possível prever o impacto que as condições políticas terão sobre a economia do México. A Companhia não pode dar garantias de que as políticas do governo federal do México não irão afetar de forma adversa o negócio, a situação financeira, os resultados operacionais e perspectivas da Companhia. A Companhia, atualmente, não possui e nem pretende contratar um seguro de riscos políticos.

Seu principal fornecedor de etano, a Pemex TRI, é controlada pela Pemex, empresa estatal do México, sendo, portanto, controlada pelo governo mexicano, assim como o seu orçamento, que é aprovado pelo Congresso Mexicano. O governo mexicano pode cortar gastos no futuro. Esses cortes podem afetar o orçamento anual da Pemex de maneira adversa, bem como sua capacidade de fornecer à Companhia o etano contrato.

A Companhia está sujeita ao U.S. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), às leis nacionais de combate a suborno dos EUA e a outras leis de combate à corrupção e lavagem de dinheiro nos países nos quais a Companhia conduz atividades, incluindo o México. A Companhia pode ter interações diretas ou indiretas com representantes e funcionários de agências governamentais ou empresas estatais ou afiliadas no México, como a Pemex TRI. A Companhia poderia ser responsabilizada por atividades corruptas ou ilícitas praticadas por seus funcionários, representantes, contratados, parceiros e agentes, mesmo se ela, de forma explícita, não autorizar essas atividades. Detectar, investigar e solucionar violações, reais ou alegadas, das leis anticorrupção pode exigir que sejam dedicados uma significativa quantidade de tempo, recursos e atenção da alta administração. Além disso, o descumprimento de leis anticorrupção, antissuborno ou antilavagem de dinheiro poderia sujeitar a Companhia a reivindicações de whistleblower, investigações, processos, ações de execução, sanções, acordos, multas, indenizações, outras penalidades ou liminares de natureza cível ou penal, suspensão ou proibição de contratar com determinadas pessoas, prejuízo à reputação, cobertura negativa pela mídia e outras consequências colaterais. Se investigações forem iniciadas ou intimações enviadas, ou outras sanções governamentais forem impostas, ou se a Companhia não for vitoriosa em qualquer processo civil ou penal que tenha sido instaurado contra ela, pode haver prejuízo para o seu negócio, situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, alegações foram divulgadas na mídia brasileira e mexicana sobre corrupção na Pemex envolvendo processos de compras no geral. A Companhia não pode garantir que essas alegações não serão estendidas ao processo de compras relacionado ao contrato de fornecimento de etano.

A produção da Pemex, sobre a qual a Companhia não possui controle, e nem sobre outra ação ou decisão corporativa, vem caindo nos últimos anos de acordo com divulgação ao público pela Pemex. Como consequência, isso acarretou uma diminuição significativa na produção de petróleo e na produção associada de gás natural, que, por sua vez, é a matéria-prima utilizada pela Pemex na produção do etano. Qualquer diminuição posterior na quantidade de etano atualmente entregue pela Pemex TRI na unidade petroquímica da Companhia de acordo com os termos do contrato de fornecimento de etano ou qualquer redução ou total falha pela Pemex TRI em pagar à Companhia os danos compensatórios devidos nos termos do contrato de fornecimento de etano poderia ter um efeito adverso sobre a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

4.1.47 A Companhia pode interpretar determinadas cláusulas do contrato de fornecimento de etano de maneira diferente do que a interpretada por sua contraparte, a Pemex TRI.

Na data deste relatório anual, a Companhia compra substancialmente todo o etano para a produção de polietileno no seu Complexo Petroquímico do México da Pemex TRI, nos termos do contrato de fornecimento de longo prazo de aquisição obrigatória (take-or-pay) firmado com a Pemex TRI. O contrato de fornecimento de etano é um contrato complexo e pode ser que a Companhia interprete algumas de suas cláusulas de maneira diferente do que a interpretada pela Pemex TRI. Por exemplo, se a Pemex TRI não fornecer um determinado percentual de etano especificado contratualmente no contrato de fornecimento de etano por seis meses consecutivos, a Companhia terá o direito de rescindir o contrato de fornecimento de etano e exigir que a Pemex TRI pague às demais partes envolvidas no projeto um valor equivalente ao da rescisão desse projeto (cujo valor é determinado de acordo com o contrato e leva em consideração, entre outros fatores, a dívida em aberto do projeto e o valor investido no projeto à época). Uma diferença de interpretação entre a Companhia e a Pemex TRI sobre determinadas cláusulas do contrato de fornecimento de etano, incluindo as disposições relacionadas ao cálculo do valor de rescisão, poderia acarretar um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais e situação financeira da Companhia. Vide “— A Companhia não tem controle sobre as decisões ou atos societários da Pemex TRI, seu principal fornecedor de etano, uma empresa estatal mexicana.”

4.1.48 A Companhia depende de um número limitado ou de um único fornecedor para obtenção das suas matérias-primas, suprimentos e eletricidade.

A Companhia depende da Petrobras para o fornecimento da maior parte do seu consumo de etano, propano, gás de refinaria e propeno no Brasil, de algumas empresas para grande parte do fornecimento de propeno à Unidade EUA e Europa, e da Pemex TRI para o fornecimento da maior parte de etano no México. Para o fornecimento de nafta ao Brasil, a Companhia conta com vários fornecedores internacionais para a maioria das compras para as centrais petroquímicas nos estados da Bahia e do Rio Grande do Sul, e conta com a Petrobras para a maior parte do fornecimento apenas para a central petroquímica localizada no estado de São Paulo. Ademais, a Companhia está sujeita a riscos substanciais por contar com esses e outros fornecedores que

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

podem ter limitações ou serem os únicos a fornecer matéria-prima, suprimentos e eletricidade. Alguns exemplos desses riscos são:

- caso um fornecedor deixe de fornecer nafta, etano, propano, gás de refinaria, propileno, suprimentos ou eletricidade, conforme o caso, que atenda as especificações determinadas por ele ou pela Companhia em quantidades suficientes e com desempenho ou qualidade aceitáveis entregue pontualmente ou quando solicitado, as vendas, produção, entrega, dos produtos da Companhia aos seus clientes oportunamente e o resultados das plantas podem sofrer um impacto negativo;
- caso a relação da Companhia com um fornecedor-chave mude ou seja afetada de forma adversa, em decorrência de pressões competitivas (ou conflitos de interesses), por exemplo, a companhia pode não ser capaz de obter nafta, etano, propano ou propeno, conforme o caso, sem recorrer a termos financeiros satisfatórios;
- caso ocorra a interrupção do fornecimento de nafta, etano, propano, gás de refinaria, propileno, outros suprimentos ou eletricidade, conforme o caso, porque o fornecedor alterou seu roadmap tecnológico, sofreu danos em suas instalações de produção, decidiu deixar de fornecer tais produtos ou serviços, aumentou o preço de tais produtos ou serviços de forma significativa ou impôs restrições às quantidades entregues aos seus clientes, a Companhia poderá levar um tempo considerável para identificar e qualificar fornecedores alternativos;
- alguns dos principais fornecedores da Companhia são pequenas empresas com limitados recursos, financeiros e de outra natureza, que estão mais sujeitas a passar por dificuldades financeiras e operacionais do que empresas maiores e mais bem estabelecidas, o que aumenta o risco de não conseguirem entregar os produtos conforme as necessidades da Companhia; e
- caso um fornecedor-chave seja adquirido ou passe por uma mudança significativa em seu negócio, a produção e a venda dos sistemas e serviços da Companhia poderão sofrer atrasos ou ser afetados de negativamente, ou os programas de desenvolvimento da Companhia poderão sofrer atrasos ou não ser concluídos.

Atrasos na disponibilidade de nafta, etano, propano, gás de refinaria ou propeno de qualidade aceitável, ou a incapacidade da Companhia de obter tal nafta, etano, propano ou propeno aceitável nas quantidades necessárias ou em qualquer quantidade, poderão afetar suas receitas e resultados operacionais de forma adversa.

4.1.49 As Unidades de Poliolefinas e de Vinílicos dependem de nossas plantas de Químicos para o fornecimento de suas necessidades de eteno e propeno. Além disso, as plantas da Companhia localizadas no Complexo de Camaçari, no estado da Bahia, dependem de determinados prestadores de serviços ambientais para o tratamento de efluentes, resíduos industriais e fornecimento de água para uso industrial.

A Unidade de Químicos é a única fornecedora de eteno à Unidade de Vinílicos, a única fornecedora de eteno às plantas de polietileno, e a principal fornecedora de propeno às plantas de polipropileno de nossa Unidade de Poliolefinas. Como o custo de armazenamento e transporte de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

eteno é significativo e não existe no Brasil infraestrutura adequada que possibilite a importação de grandes volumes de eteno e propeno, nossa Unidade de Poliolefinas no Brasil e nossa Unidade de Vinílicos dependem grandemente do fornecimento desses produtos por nossas plantas de Químicos. Consequentemente, nossos volumes de produção e receita líquida proveniente das vendas de produtos Vinílicos e de Poliolefinas diminuiriam e seu desempenho financeiro como um todo seria negativamente afetado nas seguintes hipóteses:

- eventuais danos significativos às instalações de nossa Unidade de Químicos por meio das quais é produzido eteno ou propeno, ou ao duto ou outras instalações que conectam nossas plantas de vinílicos e poliolefinas às nossas plantas de Químicos, seja em consequência de acidente, desastre natural, incêndio ou outro motivo;
- eventuais reduções significativas do fornecimento de nafta à Unidade de Químicos, tendo em vista que a nafta é a principal matéria-prima utilizada por nossa Unidade de Químicos na produção de eteno e propeno; ou
- eventuais reduções significativas no fornecimento de etano ou propano à unidade de petroquímicos básicos no Rio de Janeiro, tendo em vista que o etano e o propano são as principais matérias-primas usadas pela RioPol na produção de eteno e propeno.

Ademais, nossos volumes de produção e receita líquida proveniente das vendas de produtos da Unidade de Químicos poderiam diminuir e seu desempenho financeiro como um todo seria negativamente afetado na hipótese de qualquer dano significativo às instalações das Unidade de Poliolefinas e Vinílicos por meio das quais o eteno é consumido.

As plantas da Companhia localizadas no Polo de Camaçari, no estado da Bahia, dependem das controladas Cetrel S.A. ("Cetrel"), Água de Camaçari ("DAC") e Distribuidora de Água Triunfo ("DAT")) para: (i) o tratamento de efluentes e resíduos industriais; (ii) o fornecimento de água de reuso; (iii) o fornecimento de água desmineralizada, clarificada e potável; e (iv) a administração dos reservatórios de água. A interrupção das operações da Cetrel, da DAC ou da DAT poderiam resultar na parada de todas as plantas da Companhia no Polo de Camaçari e no Polo do Rio Grande do Sul, e no aumento dos riscos ambientais, o que poderia levar à parada de todo o complexo petroquímico da Companhia. Na ocorrência de tal parada, os volumes de produção e a receita líquida de vendas da Companhia a partir das plantas localizadas no Polo de Camaçari e no Polo do Rio Grande do Sul diminuiriam, e o desempenho financeiro e resultado das operações da Companhia seriam afetados negativamente.

4.1.50 - A Companhia poderá ser afetada adversamente, caso suas operações de transporte, armazenagem e distribuição sofram interrupções e tenham custos maiores que o esperado.

As operações da Companhia dependem da continuidade das operações de transporte, armazenagem e distribuição dos seus produtos. O transporte, armazenagem e distribuição dos seus produtos poderá ser parcial ou totalmente, temporária ou permanentemente interrompida como resultado de diversas circunstâncias que não estão sob o seu controle, tais como:

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- eventos catastróficos;
- greves ou outras dificuldades trabalhistas; e
- problemas diversos com meios de transporte.

Por exemplo, em maio de 2018, o Brasil passou por uma greve nacional de caminhoneiros que impactou materialmente as operações de logística de muitas empresas em todo o país, inclusive a entrega das matérias-primas, produtos e outros bens da Companhia. Em resposta a tal greve, a Companhia reduziu gradualmente a taxa de utilização da capacidade dos seus polos petroquímicos no Brasil, que operaram a 50% da sua capacidade nominal em maio de 2018. Após a greve, o Brasil introduziu uma agenda nacional de custos de frete que estabelece preços mínimos para serviços de transporte prestados por caminhoneiros e transportadoras em todo o país, o que poderia ter um impacto de longo prazo nos preços do transporte de cargas no Brasil e levar a aumentos constantes no custo do transporte no futuro no âmbito das operações da Companhia.

Qualquer interrupção significativa das unidades de distribuição da Companhia, incapacidade de transportar seus produtos de ou para tais unidades, ou de ou para seus clientes ou fornecedores internos ou estrangeiros, ou aumento nos custos do transporte, por qualquer motivo, causariam um impacto material adverso na Companhia.

Além disso, a International Maritime Organization (IMO) estabeleceu um limite para enxofre em óleo combustível em navios de 0,50% m/m (massa por massa), aplicável a partir de janeiro de 2020, visando à redução significativa da quantidade de emissões de óxido de enxofre por navios do percentual anterior de 3,50% ,/m (massa por massa), o que poderia aumentar os custos de envio da Companhia e, por conseguinte,, reduzir a sua margem bruta.

4.1.51 A Companhia depende do acesso a tecnologias licenciadas por terceiros e da correspondente propriedade intelectual, principalmente no contexto do processo de fabricação de determinados produtos seus. Caso tal tecnologia licenciada e propriedade intelectual de terceiros utilizadas pela Companhia deixem de estar disponíveis em termos comercialmente razoáveis, ou em quaisquer termos, e caso qualquer um de tais terceiros deixe de prestar assistência técnica nos termos dos acordos de licenciamento ou atendimento técnico celebrados com eles de forma a permitir que a Companhia opere satisfatoriamente determinadas instalações produtivas, seus resultados operacionais e condição financeira poderão ser negativamente impactados.

A Companhia utiliza tecnologia e propriedade intelectual licenciada de terceiros na operação regular dos seus negócios, principalmente na operação de determinadas máquinas e equipamentos necessários para a produção de determinados produtos, tais como seus produtos de primeira e segunda geração, sendo que a Companhia poderá continuar a depender do acesso a tecnologias e propriedade intelectual de terceiros no futuro.

Não é possível garantir que a Companhia seja capaz de continuar a obter ou renovar qualquer

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

tecnologia ou as licenças necessárias em termos aceitáveis, ou em quaisquer termos. A não obtenção ou não renovação dos direitos de uso de tecnologias ou propriedade intelectual de terceiros em termos comercialmente razoáveis, ou de manutenção do acesso a assistência técnica satisfatória, poderia levar a paradas em seus processos produtivos e impedir que a Companhia comercialize determinados produtos, o que poderia causar um impacto material e adverso sobre os seus resultados operacionais e condição financeira.

Adicionalmente, caso a Companhia não consiga manter o acesso atual a tecnologias, licenças e assistência técnica de terceiros em termos comercialmente razoáveis, ou em quaisquer termos, ou obter as tecnologias, licenças ou assistência técnica adicional necessárias para a fabricação dos produtos atuais ou para o desenvolvimento de novos produtos, poderia ser necessário obter tecnologias ou licenças alternativas a custos maiores ou de menor qualidade ou nível de desempenho, ou exigir que a Companhia realize paradas não programadas de suas unidades produtivas. Quaisquer circunstâncias como estas poderiam prejudicar as condições financeiras e os resultados das operações da Companhia. Não é possível garantir que a Companhia seja capaz de substituir oportunamente tais tecnologias, propriedade intelectual ou assistência técnica de terceiros por qualquer tecnologia, propriedade intelectual ou assistência técnica adequada a fim de evitar a parada não programada dos seus processos ou unidades de produção, ou que possa fazê-lo de uma maneira eficiente em termos de custo.

(f) Riscos relativos aos clientes da Companhia

4.1.52 A Companhia recebe um montante significativo de receitas de determinados clientes, e os riscos de crédito associados a esses clientes podem afetar de forma adversa os resultados de suas operações.

A Companhia mantém diversas operações nas quais o risco de crédito da contraparte é um fator relevante, incluindo operações com determinados clientes e empresas com as quais trabalha para a prestação de serviços, entre outros. Esses riscos dependem de condições de mercado e da viabilidade real e estimada da contraparte. O não-cumprimento de obrigações por quaisquer das contrapartes ou sua vulnerabilidade avaliada podem expor a Companhia a riscos de perda em determinadas situações. A Companhia recebe um montante significativo de receitas de determinados clientes, e os riscos de crédito associados a esses clientes podem afetar de forma adversa os resultados de suas operações. Alguns contratos e acordos firmados entre a Companhia e contrapartes podem conter cláusulas de indenização que a protegem de perdas financeiras. Havendo deterioração da qualidade de crédito desses clientes ou caso eles busquem proteção contra falência, a capacidade da Companhia de cobrar os seus recebíveis e, portanto, os resultados de suas operações, podem ser afetados de maneira adversa. Além disso, atrasos em ciclos de pagamento por clientes relevantes podem afetar de maneira adversa a liquidez e o capital de giro.

4.1.53 Os resultados divulgados da Companhia podem ser afetados negativamente pelos aumentos das perdas de crédito esperadas.

A Companhia possui um saldo significativo de contas a receber e, por isso, constitui uma provisão para cobrir a parcela desse montante que não seja recebida devido à inadimplência de clientes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso a viabilidade do negócio de certos clientes se deteriore ou as políticas de crédito da Companhia se mostrem ineficazes na redução da sua exposição ao risco de crédito relacionado a esses clientes, podem ser necessários aumentos adicionais nas perdas de crédito esperadas, o que poderia resultar em um efeito adverso sobre o fluxo de caixa ou os resultados das operações da Companhia. A Companhia registra perdas de crédito esperadas em valor considerado suficiente para cobrir perdas estimadas na realização dos recebíveis, levando em conta o histórico de perdas da Companhia e a idade das contas a receber, embora a Companhia não possa garantir que estes valores sejam suficientes para cobrir eventuais perdas. Além disso, atrasos em ciclos de pagamento por clientes relevantes podem afetar de maneira adversa a liquidez e o capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2019, o total de contas a receber de clientes, líquido de perdas de crédito esperadas (R\$ 229,3 milhões), era de R\$ 2.306,7 milhões.

4.1.54 A Companhia pode não ser capaz de especificar em detalhes as especificações técnicas exigidas por seus clientes ou atualizar mecanismos para atender prontamente a exigências regulatórias, e pode estar sujeita a prejuízos com base em demandas perpetradas contra ela por seus clientes como resultado da insuficiência das especificações dos seus produtos.

As especificações de produtos da Companhia podem não atender a determinadas exigências técnicas ou regulatórias, especificações ou padrões. Além disso, seus clientes poderiam impor exigências mais rigorosas aos seus produtos, ou governos poderiam aprovar regras mais rigorosas para a distribuição, comercialização ou utilização dos seus produtos. O não atendimento a tais níveis de exigência poderia afetar material e negativamente os seus negócios, condição financeira e os resultados das suas operações, caso a Companhia não seja capaz de vender os seus produtos em um ou mais mercados ou para clientes importantes em tais mercados.

Assim como acontece em qualquer sistema de controle de qualidade, qualquer dificuldade ou deterioração dos seus sistemas de controle de qualidade poderia resultar em defeitos em seus produtos, o que, por sua vez, poderia sujeitar a Companhia a reclamações contratuais, regulatórias, relacionadas a responsabilidade por produtos e de outro tipo, as quais poderiam causar um efeito material adverso na sua reputação, negócios, condição financeira e resultado operacional.

(g) Riscos relativos ao setor

4.1.55 A natureza cíclica do setor petroquímico pode reduzir nossa receita líquida e nossa margem bruta.

A indústria petroquímica, incluindo os mercados globais em que atuamos, é cíclica e sensível a mudanças globais em oferta e demanda. Essa natureza cíclica pode reduzir nossa receita líquida, aumentar nossos custos e diminuir nossa margem bruta, inclusive pelas seguintes razões:

- desaquecimentos nos negócios e na atividade econômica em geral podem causar diminuição da demanda por nossos produtos;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- a queda global da demanda pode gerar pressões competitivas para menores preços;
- aumento dos preços das principais matérias-primas utilizadas, principalmente a nafta, o etano e o propeno; e
- se decidirmos ampliar nossas fábricas ou construir novas instalações, podemos fazê-lo com base na estimativa de uma demanda futura que talvez não se concretize ou se concretize em níveis abaixo do previsto.

Historicamente, os mercados internacionais de produtos petroquímicos passaram por períodos alternados de oferta limitada, o que acarretou aumento dos preços e margens de lucro, seguidos por expansão na capacidade de produção, resultando em excesso de oferta e diminuição dos preços e margens de lucro. Os preços no setor petroquímico seguem o setor petroquímico mundial e os preços de nossos produtos vendidos no Brasil, em outros países da América Latina, nos Estados Unidos e ao redor do mundo são fixados tomando por referência os preços dos mercados internacionais. Portanto, nossa receita líquida, custos com matéria-prima e nossa margem bruta estão cada vez mais vinculadas a condições da indústria global, sobre as quais não temos controle, e que podem afetar negativamente os resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

4.1.56 Condições adversas no setor petroquímico que podem afetar adversamente a demanda pelos produtos da Companhia.

As vendas dos produtos petroquímicos da Companhia estão atreladas à demanda e níveis de produção globais, que podem ser afetados por fatores macroeconômicos, como taxas de juros, preço do petróleo, mudanças para produtos alternativos, confiança do consumidor, tendências de emprego, exigências de fiscalização regulatória e legislativa, acordos comerciais, bem como interrupções regionais, desastres naturais, epidemias, pandemias ou outros eventos globais. Por exemplo, a persistência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) poderia afetar negativamente as cadeias de suprimento no mundo inteiro e a demanda pelos produtos da Companhia. A extensão do impacto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) sobre os resultados da Companhia dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, inclusive a gravidade da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), as ações para contê-la ou tratar o seu impacto, entre outros.

(h) Riscos relativos à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

4.1.57 - Reajustes de tarifas sobre importações que concorrem com nossos produtos poderiam forçar uma baixa em nossos preços.

Atualmente, a Companhia, bem como seus clientes de segunda e terceira geração, se beneficia de tarifas de importação impostas pelo países-membros do Mercosul que lhe permitem cobrar preços internos de poliolefinas e vinílicos que incluem um fator baseado nas tarifas incidentes sobre importação de produtos comparáveis. No entanto, em outras ocasiões, o governo brasileiro já usou tarifas de importação e exportação como instrumento de políticas econômicas, resultando na variação dos níveis das tarifas. Em setembro de 2012, por exemplo, o governo brasileiro

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

aumentou as taxas de importação de 100 produtos relacionados a diversos setores, inclusive a taxa de importação do polietileno. Em outubro de 2012, houve aumento da tarifa de importação do polietileno de 14% para 20%, e em outubro de 2013 reestabeleceu a tarifa de importação de polietileno para o nível anterior de 14%. A tarifa atual permanece em 14%. Reajustes de tarifas poderiam causar um aumento na concorrência por parte de importados e levar a Companhia a baixar seus preços no mercado interno e impactar a demanda por seus produtos, o que provavelmente resultaria em diminuição da receita líquida e poderia afetar negativamente o desempenho financeiro como um todo. Adicionalmente, os produtos exportados aos Estados Unidos e na Europa estão sujeitos a tarifas de 6,5% em cada jurisdição, sujeito a determinadas preferências. Essas tarifas costumam favorecer os produtos da Companhia produzidos localmente, e qualquer ajuste futuro a essas estruturas tarifárias poderá afetar negativamente as vendas da Companhia nessas jurisdições. Futuros acordos comerciais firmados entre o Brasil, o Mercosul, os Estados Unidos ou a União Europeia poderão também levar a um aumento da concorrência por parte de importados e à queda dos preços no mercado interno. Recentemente, o governo Trump impôs uma tarifa de 25% sobre uma variedade de importações da China e, posteriormente, instituiu tarifas sobre outros produtos chineses.

4.1.58 Mudanças futuras na política industrial e ações relacionadas por parte do governo brasileiro podem produzir um impacto negativo e material na demanda por nossos produtos, bem como em nossa receita líquida e desempenho financeiro em geral.

Atualmente nos beneficiamos de algumas políticas industriais e ações relacionadas por parte do governo brasileiro, que visam fortalecer a economia interna e determinadas industriais locais. Algumas dessas políticas e ações incluíram recentemente reduções em encargos trabalhistas para a indústria transformadora de plástico, um programa de incentivo à competitividade de produtores brasileiros em mercados de exportação através do refinanciamento de impostos federais sobre exportações, intervenção do governo federal visando reduzir incentivos a importações em portos locais, aumento dos encargos de importação sobre certos produtos, entre eles o polietileno, e redução nas taxas do Programa de Integração Social (PIS), imposto federal de valor agregado, e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), impostos sobre aquisições de matéria-prima por produtores petroquímicos de primeira e segunda geração.

Tais impostos sobre a aquisição de matéria-prima possuíam alíquota de 5,6% para nafta e 9,25% para outras matérias-primas antes de junho de 2013. Após setembro 2013, a alíquota da nafta e de outras matérias-primas foi reduzida para 1% em 2015, acrescida para 3% em 2016, para 5% em 2017 e novamente para 5,6% em 2018. Em 30 de maio de 2018, o governo brasileiro promulgou a Medida Provisória nº 836/18, que revogou a restituição fiscal de contribuições sociais, PIS e COFINS a partir de 1º de setembro de 2018. Ainda, no início de outubro de 2018, não houve conversão em lei do regime especial da indústria química (REIQ), que mantinha as alíquotas de PIS/COFINS sobre a aquisição de matérias-primas nacionais e importadas fixada em 5,6%.

Não é possível para a Companhia prever ou controlar quais políticas serão renovadas ou descontinuadas e se haverá propostas ou implantação de alterações futuras à política industrial brasileira. Caso se encerrem as políticas industriais que beneficiam a Companhia, ou sejam

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

implementadas políticas que a prejudique, seus negócios, resultados operacionais e condições financeiras podem ser afetados negativamente.

4.1.59 Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que pode reduzir a margem bruta da Companhia, afetando negativamente seu desempenho financeiro em geral.

O governo brasileiro introduz ocasionalmente mudanças do regime fiscal que podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes. Tais mudanças incluem alterações de alíquotas e, às vezes, a criação de tributos temporários, cuja receita é vinculada a finalidades governamentais específicas. Não se pode prever as mudanças da legislação tributária brasileira que poderão ser propostas e aprovadas no futuro, especificamente considerando a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). No entanto, futuras mudanças dessa legislação poderão resultar em elevação da carga tributária total da Companhia, o que poderia reduzir sua margem bruta e afetar negativamente seu desempenho financeiro como um todo.

4.1.60 Restrições à movimentação de capital para fora do Brasil podem prejudicar a capacidade dos detentores das ações, ADSs ou títulos de dívida da Companhia de receberem pagamentos pelas suas respectivas obrigações ou garantias e podem restringir a capacidade da Companhia de realizar pagamentos em dólares norte-americanos.

No passado, a economia brasileira passou por períodos de déficit do balanço de pagamentos e escassez de reservas cambiais, e o governo reagiu restringindo a conversão de reais em moedas estrangeiras por pessoas brasileiras ou estrangeiras. O governo pode instituir uma política de controle cambial restritiva no futuro. Qualquer política de controle cambial poderia impedir ou restringir o acesso da Companhia a dólares norte-americanos e, conseqüentemente, a sua capacidade de cumprir com suas obrigações em dólares norte-americanos relativas às suas ações, ADSs e notas em aberto, bem como causar um efeito adverso significativo em seus negócios, situação financeira e resultados das suas operações. Não é possível prever o impacto de tais medidas na economia brasileira.

4.1.61 A política cambial brasileira pode afetar a capacidade da Braskem de realizar remessas de valores para fora do Brasil para o cumprimento de obrigações relativas a títulos e valores mobiliários e de dívidas.

Segundo a regulamentação vigente no Brasil, não é necessário que empresas brasileiras obtenham autorização do Banco Central para a realização de pagamentos de garantias em favor de estrangeiros, tais como os detentores de ações, ADSs ou notas em aberto da Companhia. Não é possível garantir que tais regras continuarão vigentes à época em que a Braskem tiver de realizar pagamentos das obrigações referentes às suas ações, ADSs ou garantias nos termos das notas em aberto da Companhia. Caso tais regras ou sua interpretação sejam alteradas e a autorização do Banco Central passe a ser exigida, a Braskem poderá ter de solicitar autorização ao Banco Central para transferir os valores das obrigações para fora do Brasil, ou ainda realizar tais pagamentos com valores mantidos pela Braskem no exterior. Não é possível garantir que tal autorização seria obtida ou que tais recursos estariam disponíveis. Caso tal autorização não seja obtida, a Companhia pode não ser capaz de realizar os pagamentos aos detentores das ações,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ADSs ou notas em dólares. Caso não seja possível obter as autorizações necessárias, conforme exigidas para o pagamento de valores devidos pela Braskem através da remessa de valores do Brasil, a empresa poderá buscar outras formas legais de realizar os pagamentos dos valores devidos no âmbito das ações, ADSs ou notas. No entanto, não é possível garantir a disponibilidade futura de mecanismos de remessa de valores e, mesmo que tais mecanismos estejam disponíveis no futuro, não é possível garantir a possibilidade de realização dos pagamentos devidos em relação às notas em aberto através de tais mecanismos.

4.1.62 As políticas de controle cambial podem aumentar o custo do serviço de nossa dívida em moeda estrangeira, afetar nossa capacidade de efetuar pagamentos referentes a essa dívida e afetar nossa liquidez.

No Brasil, a compra e a venda de moeda estrangeira estão sujeitas a controle governamental. As leis e regulamentos atuais que regem o sistema cambial brasileiro permitem a compra e venda de moeda estrangeira e a transferência internacional de reais por qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente do valor, sujeito a determinados procedimentos regulatórios. Muitos fatores poderiam levar o governo brasileiro a instituir políticas mais restritivas de controle cambial, incluindo o volume das reservas cambiais do Brasil, a disponibilidade de câmbio suficiente na data de vencimento de pagamentos no exterior, o volume de encargos de serviço da dívida do Brasil em relação à economia como um todo, a política do Brasil no tocante ao FMI e restrições políticas às quais o Brasil porventura esteja sujeito. Uma política mais restritiva poderia aumentar o custo de serviço, as dívidas da Companhia e outros passivos expressos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia representava no total 96,0% da sua dívida consolidada em 31 de dezembro de 2019, incluindo os custos de operações e a Braskem Idesa Financing. Se a Companhia deixar de efetuar pagamentos no âmbito de qualquer uma dessas obrigações, ficará caracterizada a inadimplência, o que poderia reduzir sua liquidez, bem como o preço de mercado de seus valores mobiliários, incluindo as ações preferenciais classe A e ADSs.

4.1.63 As leis fiscais brasileiras podem produzir um efeito adverso nos tributos aplicáveis à alienação de nossas ADSs e ações preferenciais.

Segundo a Lei no. 10.833, promulgada em 29 de dezembro de 2003, se um investidor não residente no Brasil vender seus ativos localizados no Brasil, a operação estará sujeita a tributação no Brasil, mesmo se tal alienação ocorrer fora do Brasil ou for realizada a outro investidor não residente. Alienações de nossas ADSs entre não residentes, entretanto, não estão atualmente sujeitas a tributação no Brasil. Ainda assim, caso o conceito de "alienação de ativos" seja interpretado como incluindo a alienação entre investidores não residentes de ativos localizados fora do Brasil, essa lei poderia resultar na incidência de impostos retidos na fonte em casos de alienação de ADSs efetuada entre investidores não residentes no Brasil. Em função do fato de que, na data deste relatório anual, a Lei no. 10.833/2003 não possui orientação judicial quanto a sua aplicação, não somos capazes de prever se uma interpretação que aplique tais leis fiscais a alienações de nossas ADSs entre não residentes poderia prevalecer nos tribunais brasileiros.

4.1.64 A lei de falências brasileira pode ser menos favorável aos detentores das ações, ADSs e notas em aberto da Companhia que as leis de falência ou insolvência de outras jurisdições.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso não seja capaz de pagar sua dívida, inclusive suas obrigações com relação às ações, ADSs e garantias das notas em aberto, a Companhia poderia ficar sujeita aos procedimentos de falência no Brasil. A lei de falência brasileira em vigor é substancialmente diferente, e pode ser menos favorável aos credores, se comparada às leis de outras jurisdições. Por exemplo, os detentores dos títulos de dívida em aberto poderão ter direito a voto limitado nas assembleias de credores em um contexto de recuperação judicial. Além disso, qualquer decisão judicial obtida contra a Companhia em tribunais brasileiros com relação ao pagamento de obrigações das garantias seria geralmente expressa em Reais equivalentes ao valor em dólar convertido pela taxa de câmbio em vigor (1) na data do pagamento efetivo, (2) na data em que a decisão judicial for proferida, ou (3) na data em que tiveram início os procedimentos de cobrança ou execução contra a Companhia. Consequentemente, no caso da falência da Companhia, todas as suas obrigações relacionadas a dívidas denominadas em moedas estrangeiras, inclusive as garantias, seriam convertidas em Reais pela taxa de câmbio em vigor na data da declaração da falência pelo tribunal. Não é possível garantir que tal taxa de câmbio corresponderá à remuneração total devida pelo montante investido nos títulos de dívida em aberto acrescida de juros acumulados.

4.1.65 Pandemias e epidemias regionais ou globais, incluindo a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), podem impactar negativamente o negócio, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

O negócio, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser negativamente impactados pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), cuja origem, segundo informações, se deu na China em dezembro de 2019 e se espalhou para o restante do mundo, ou por outra pandemia ou epidemia de natureza similar. Em 2020, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) causou um impacto significativo nos mercados e nas atividades econômicas no mundo, e sua gravidade, magnitude e duração são altamente incertas, mudam rapidamente e são difíceis de prever. Neste momento, a administração da Companhia não pode prever com certeza os efeitos que a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) terá sobre o negócio, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia e nem se tais efeitos serão relevantes. A disseminação do novo coronavírus (COVID-19) fez com que a Companhia alterasse algumas de suas práticas comerciais, e ela ainda pode tomar medidas adicionais que venham a ser exigidas pelas autoridades governamentais ou determinadas pela Companhia como sendo do melhor interesse de seus funcionários, clientes, parceiros e fornecedores. Com base nos dados operacionais preliminares da Companhia para maio de 2020 e no impacto esperado, divulgado publicamente, sobre determinados setores que são clientes dos produtos da Companhia (como o setor de construção e o automotivo), a Companhia acredita que o novo coronavírus (COVID-19) tem afetado o seu negócio de diversas formas, incluindo, entre outros, com a redução da sua produção, volumes de vendas e receita líquida, aumento de alguns de seus custos e redução da sua margem bruta.

A Companhia está monitorando de perto o impacto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) sobre todos os aspectos do seu negócio e localidades, incluindo como isso pode impactar os seus clientes, sua equipe, fornecedores, parceiros comerciais e canais de distribuição. Neste momento, a Companhia não é capaz de prever integralmente o impacto que a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) terá sobre a sua situação financeira e resultados operacionais devido a inúmeras incertezas que ela não pode prever ou controlar, como a gravidade do vírus, a duração do surto, medidas governamentais, comerciais ou outras ações que poderiam limitar as suas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

operações ou obrigá-la a fornecer produtos ou serviços, impactos sobre suas cadeias de fornecimento, efeito sobre a demanda do consumidor, fechamento de plantas ou mudanças em suas operações. Não é possível prever o impacto que a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) terá sobre seus clientes, fornecedores e outros parceiros comerciais, sendo que qualquer efeito relevante sobre eles poderia impactar a Companhia de maneira negativa. Os efeitos sobre a saúde dos funcionários e sobre a capacidade da Companhia de atender às necessidades dos funcionários em suas plantas, instalações de distribuição, operações de venda e outras funções críticas não podem ser previstos. Além disso, os impactos da piora esperada das condições da economia global e as contínuas mudanças e volatilidade nos mercados financeiros e de crédito, gastos de consumidores e corporativos, bem como outras consequências não previstas permanecem desconhecidos. A pandemia acarretou, e pode continuar a acarretar, mudanças significativas nos mercados financeiros globais, o que pode reduzir a capacidade da Companhia de acessar capital ou a capacidade de seus clientes de fazer os pagamentos por compras passadas ou futuras, podendo gerar um impacto negativo sobre a sua liquidez.

Embora a Companhia esteja administrando ativamente a sua resposta a possíveis impactos, ela pode não conseguir responder a todos impactos em tempo hábil para impedir efeitos negativos sobre o negócio, a situação financeira e os resultados operacionais.

(i) Riscos relativos aos países estrangeiros em que a Companhia atua

4.1.66 Fatores macroeconômicos globais têm produzido, e podem continuar a produzir, efeitos negativos sobre as margens que colocamos em nossos produtos.

Nosso resultado operacional pode ser materialmente afetado por condições adversas nos mercados financeiros e condições econômicas negativas em geral. Pioras no ambiente econômico de determinadas regiões geográficas e jurisdições onde comercializamos nossos produtos podem reduzir substancialmente a demanda por nossos produtos e resultar na queda do volume de vendas. Ambientes de recessão econômica podem afetar negativamente nosso negócio, em função da redução da demanda por nossos produtos.

Segundo o FMI, o PIB mundial cresceu 2,9% em 2019, uma redução de 0,7 pontos percentuais em relação ao PIB mundial de 2018. Em 2019, o PIB brasileiro cresceu 1,1% ante crescimento de 1,3% em 2018 e de 1,0% em 2017, e retrações de 3,5% em 2016.

Segundo o FMI,, o PIB dos EUA cresceu 2,3% em 2019, ante crescimentos de 2,9% em 2018, 2,3% em 2017 e 1,5% em 2016. Além disso, segundo o FMI, em 2019 o PIB da Europa cresceu 1,2% e o PIB do México ficou estagnado.

De acordo com o FMI, por conta dos efeitos adversos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) sobre a economia de diversos países, espera-se que o PIB mundial e o PIB do Brasil dos Estados Unidos, da Europa e do México sofra uma redução significativa em 2020, levando a uma contração da economia e recessão nesses países ou regiões.

Nossa capacidade de exportar para outros países depende do nível de crescimento econômico nesses países e outras condições econômicas, incluindo taxas de inflação e juros vigentes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, quebras no equilíbrio global entre demanda e oferta podem prejudicar nossa habilidade de exportar nossos produtos em razão de uma queda na demanda interna por esses produtos. Períodos de prolongada volatilidade da atividade econômica em nossos principais mercados de exportação, tais como América do Sul, Europa e Ásia podem continuar a reduzir a demanda por alguns de nossos produtos e levar a maiores pressões de preços por importadores brasileiros, o que pode afetar negativamente nossos resultados operacionais.

4.1.67 Mudanças nas políticas comerciais norte-americanas e globais e outros fatores que estão fora do controle da Companhia podem impactar negativamente os seus negócios, condições financeiras e resultados operacionais.

O ambiente internacional em que opera a Companhia é afetado por acordos comerciais e tarifas estabelecidas entre países. Como resultado da recente alteração das políticas administrativas dos Estados Unidos, foram realizadas, e poderão ser realizadas ainda, alterações a acordos comerciais existentes, aumento da restrição ao livre comércio e aumentos significativos nas tarifas de bens importados pelos Estados Unidos, principalmente aqueles fabricados na China, México e Canadá. Ações futuras do governo norte-americano e de outros governos estrangeiros, inclusive a China, com relação a tarifas ou acordos comerciais e políticas internacionais não estão claras no momento.

A intensificação da guerra comercial, tarifas, tarifas de retaliação e outras restrições comerciais sobre produtos e materiais exportados pela Companhia à China ou matérias-primas importadas pela Companhia da China ou de outros países pode comprometer a capacidade da Companhia de fornecer os seus produtos para clientes na China ou em outras localidades afetadas. Isso resultaria na redução da demanda por seus produtos, além de atrasos no recebimento de pagamentos de clientes. Adicionalmente, outras ações governamentais relacionadas a tarifas ou acordos comerciais internacionais, mudanças nas condições sociais, políticas, regulatórias e econômicas dos Estados Unidos, ou em leis e políticas relacionadas ao comércio internacional, indústria, desenvolvimento e investimentos em territórios e países onde se encontram os clientes da Companhia poderiam levar a um reequilíbrio dos fluxos globais de exportação e a um aumento da concorrência global, o que, por sua vez, poderia impactar negativamente os negócios, as condições financeiras, resultados das operações e fluxo de caixa da Companhia.

4.1.68 A Companhia pode ser impactada pela instabilidade da economia global e turbulência financeira.

A instabilidade dos mercados globais e do ambiente geopolítico em diversas partes do mundo, além de outras dificuldades, podem continuar pressionando as condições econômicas globais. Caso as condições econômicas e mercadológicas globais, ou as condições econômicas nos principais mercados, permaneçam incertas ou se deteriore, os negócios, resultados das operações e condição financeira da Companhia poderiam ser materialmente impactados.

4.1.69 Eventos políticos no México poderiam afetar a política econômica mexicana e o negócio, as condições financeiras e o resultado operacional da Companhia.

As últimas eleições presidenciais e do congresso mexicano ocorreram em julho de 2018. Andrés Manuel López Obrador, candidato à presidência pelo partido *Movimiento de Regeneración*

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nacional (Morena), foi eleito Presidente do México e tomou posse em 1º de dezembro de 2018. Além disso, as eleições para o congresso mexicano ocorreram em julho de 2018, resultando no controle efetivo da Câmara dos Deputados (*Cámara de Diputados*) pelo partido Morena e em uma influência significativa no Senado mexicano (*Senado de la República*), obtendo a maioria absoluta histórica e reduzindo as demais forças políticas a um nível de influência marginal. A próxima eleição legislativa federal do México será em julho de 2021.

Durante a campanha presidencial, os candidatos à presidência e a cargos legislativos federais apresentaram diversas propostas para, entre outras coisas, modificar ou encerrar determinadas reformas estruturais introduzidas na administração anterior, com a finalidade de reduzir a participação de investimento privado em setores como o de energia. Por conseguinte, como ocorre historicamente em qualquer mudança de administração ou congresso, o governo mexicano poderia implementar mudanças significativas em leis, políticas e regulamentos e poderia reduzir ou eliminar a independência de organizações ou de dependências descentralizadas ou semiautônomas, o que poderia afetar a situação econômica e política no México. A Companhia não pode prever se a atual administração implementará mudanças substanciais na lei, política e regulamentos do México, o que poderia afetar o negócio, resultados operacionais ou a condição financeira da Companhia.

O controle do Morena sobre o Congresso Mexicano, conforme descrito acima, poderia resultar em reformas adicionais e legislação secundária de setores-chave da economia mexicana. A coalizão política governante liderada pelo Morena foi fortalecida pelo apoio fragmentado do Partido Verde Ecológico do México (*Partido Verde Ecológico*), do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e de uma organização deficiente de grupos políticos dissidentes. Em virtude disso, nas eleições estaduais de 2019, o Morena expandiu sua influência nas entidades adquirindo controle de 21 de 32 congressos locais. A Companhia não pode afirmar se, e em qual medida, essas políticas podem afetar seu negócio, resultados operacionais e condição financeira ou a estrutura legal na qual opera.

Além disso, a nova administração cancelou o projeto do Novo Aeroporto da Cidade do México (*Nuevo Aeropuerto Internacional de la Ciudad de México*) e anunciou o lançamento dos principais projetos de infraestrutura que foram prometidos durante a campanha (incluindo uma nova refinaria em Dos Bocas, o “trem Maia” e a construção de um novo aeroporto em Santa Lucía). Vários investidores e agências de classificação de crédito ainda são cautelosos sobre as políticas da nova administração, o que poderia contribuir para a diminuição da resiliência da economia mexicana em caso de recessão econômica global. O controle da coalizão liderada pelo Morena no Congresso e em vários Congressos locais é o bastante para implementar reformas significativas sem a aprovação dos demais partidos políticos mexicanos, inclusive alterações à Constituição mexicana. Essa concentração de poder e qualquer instabilidade na política mexicana ou na economia mexicana em virtude do exposto acima pode ter um impacto negativo sobre o negócio, a condição financeira ou os resultados operacionais da Companhia. Não é possível prever com precisão a extensão desse impacto.

4.1.70 As condições políticas e econômicas e as políticas governamentais do México e de outros países podem ter um impacto significativo nas operações da Companhia.

Uma possível deterioração da situação econômica mexicana, instabilidade social, agitação política

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ou outros acontecimentos sociais adversos no México poderiam afetar os negócios e as condições financeiras da Companhia. Tais eventos poderiam também levar ao aumento da volatilidade dos mercados financeiros, afetando assim a capacidade da Companhia de manter sua liquidez financeira e cumprir com obrigações de dívida. Além disso, cortes de gastos relacionados à Pemex ou outras despesas públicas, ou falta de investimentos em gás natural e recuperação de etano, poderiam afetar negativamente a Pemex, a capacidade da Pemex de produzir e recuperar etano, a economia mexicana e, conseqüentemente, os resultados e perspectivas relativos a negócios, condições financeiras e operações da Companhia.

No passado, o México passou por diversos períodos de crescimento econômico baixo ou negativo, inflação alta, taxas de juros altas, desvalorização cambial e outros problemas econômicos. Tais problemas poderiam se agravar ou retornar, conforme o caso, no futuro e afetar de forma adversa os negócios da Companhia e sua capacidade de cumprir com obrigações de dívida. Uma piora das condições financeiras ou econômicas internacionais, tais como uma desaceleração no crescimento ou recessão nos parceiros comerciais do México, entre eles os Estados Unidos, ou o surgimento de uma nova crise financeira, poderiam produzir efeitos adversos na economia mexicana, bem como nas condições financeiras da Companhia e em sua capacidade de cumprir com obrigações de dívida.

Além disso, o contrato de longo prazo que prevê a compra de etano pela Companhia da Pemex TRI, uma empresa mexicana, pode ser modificado por meios regulatórios, rescindido ou prejudicado pela estatal como resultado de pressão política para não cumprir com as condições do contrato, medidas de expropriação adotadas pelo governo mexicano ou mudanças na legislação. Qualquer descumprimento, alteração, rescisão ou interrupção deste contrato de fornecimento poderia afetar de forma material e adversa os resultados das operações ou a situação financeira da Companhia.

4.1.71 O México passou por condições econômicas adversas, que podem afetar adversamente o negócio da Companhia.

O México historicamente passou por períodos irregulares de crescimento econômico. Em 2017, o PIB do México aumentou apenas 2,1%, enquanto a inflação aumentou para 6,8%. No final de 2017, a taxa de inflação do México atingiu o valor mais alto em 17 anos, principalmente devido ao Peso mais fraco em comparação ao dólar e o término dos controles governamentais sobre a gasolina e outros combustíveis. Em 2018, a economia do México se recuperou ligeiramente da alta taxa de inflação anterior, diminuindo para 4,8%. A inflação permaneceu acima da meta do índice de preços ao consumidor de 3%, e o crescimento do PIB do México apresentou uma ligeira queda em 2018, de 2,1% em 2017 para 2,0%. Em 2019, o PIB do México não evoluiu em comparação a 2018. De acordo com o FMI, por conta dos efeitos adversos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), espera-se que o PIB do México sofra uma redução significativa em 2020, levando a uma contração da economia e recessão no país.

Diminuições na taxa de crescimento da economia mexicana, períodos de crescimento negativo ou reduções da renda disponível podem resultar em uma menor demanda pelos produtos da Companhia. O governo mexicano recentemente cortou os gastos em resposta a uma política de austeridade e uma tendência de diminuição nos preços internacionais de petróleo cru e pode cortar ainda mais gastos no futuro. Esses cortes poderiam afetar a economia mexicana e,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

consequentemente, o negócio, a condições financeiras, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia. Além disso, não existem garantias de que o recente rebaixamento na classificação da dívida soberana do México não irá afetar de forma adversa o negócio, a situação financeira, os resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

As receitas da Companhia estão sujeitas ao risco de perda decorrente de acontecimentos políticos e diplomáticos, instabilidade social e mudanças em políticas governamentais, incluindo legislação de propriedade internacional, expropriação, nacionalização, limites de taxas de juros e políticas tributárias. Em virtude disso, as ações do governo mexicano a respeito da economia e de regulamentação de determinados setores poderia ter um efeito significativo sobre as entidades do setor privado mexicano, incluindo a Companhia, e sobre as condições de mercado, preços e retornos sobre valores mobiliários Mexicanos, inclusive os valores mobiliários da Companhia.

4.1.72 Uma renegociação de tratados comerciais ou mudanças na política externa entre México, Canadá e Estados Unidos podem afetar negativamente o negócio, a condição financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia.

Nos últimos anos, as condições econômicas no México se tornaram cada vez mais correlacionadas às condições econômicas dos Estados Unidos, como resultado do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que aumentou a atividade econômica entre os dois países. Condições econômicas adversas nos Estados Unidos ou outros eventos relacionados poderiam ter um efeito adverso significativo sobre a economia mexicana, o que poderia afetar adversamente o negócio da Companhia. Em virtude de conversas para renegociação do NAFTA, no dia 30 de novembro de 2018, os Estados Unidos, o Canadá e o México assinaram o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA). Embora o USMCA tenha por objetivo substituir o NAFTA, o USMCA ainda não está em vigor e pode não ser aprovado e nem implementado. Se esses eventos ocorrerem, eles poderiam impactar adversamente o negócio e as operações da Companhia. Desde 2003, exportações de produtos petroquímicos do México para os Estados Unidos têm tarifa zero nos termos do NAFTA. Qualquer ação tomada pelas atuais administrações dos EUA ou do México, inclusive alterações ao NAFTA ou ao USMCA que aumentariam a tarifa entre os países, poderia ter um impacto negativo sobre a economia mexicana, como reduções nos níveis de remessas, atividade comercial ou comércio bilateral reduzidos, ou diminuição de investimento direto estrangeiro no México. Além disso, um maior ou a impressão de um maior protecionismo econômico nos Estados Unidos e em outros países poderia levar a níveis inferiores de comércio e investimento e crescimento econômico, o que poderia ter um impacto similarmente negativo sobre a economia mexicana. Essas consequências econômicas e políticas poderiam afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

A eleição presidencial dos EUA em 2016 e a mudança na administração dos EUA tiveram um impacto na economia mundial e no México. As atuais políticas governamentais dos EUA com relação ao México criaram instabilidade, incertezas e podem afetar adversamente a economia mexicana. Por exemplo, o Presidente Donald Trump instituiu tarifas de importação sobre uma quantidade limitada de produtos importados do México e fez valer medidas voltadas para o controle da imigração ilegal proveniente do México, o que criou atrito entre os governos dos EUA e do México e pode reduzir a atividade econômica entre esses países. Além disso, em junho de 2019, a administração Trump anunciou planos para impor uma série de tarifas maiores sobre o México, a menos que o governo mexicano promulgasse determinadas alterações de políticas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Embora os governos mexicano e dos EUA tenham conseguido chegar a um acordo, a Companhia não pode garantir ao investidor que o governo dos EUA não imporá tarifas maiores ou outras tarifas sobre o México e que a Companhia não será afetada de forma adversa e relevante pelas tarifas no futuro.

A lucratividade da Companhia é afetada por inúmeros fatores, incluindo a demanda pelos produtos que fornece. A demanda pelos produtos da Companhia no México, América Central e América do Sul, Caribe, Europa, EUA e em outros países nos quais opera pode ser afetada adversamente pela retração de mercados de créditos e recessões econômicas. Como uma empresa global, a Companhia depende da demanda dos clientes no México, nos EUA e em outros países nos quais opera, e um menor gasto dos clientes abaixo das projeções da Companhia poderia afetar adversamente seu negócio, resultados operacionais e condição financeira.

4.1.73 Os acontecimentos em outros países podem afetar de maneira adversa a economia mexicana, bem como o desempenho financeiro da Companhia e o preço das suas ações.

A economia mexicana e o valor de mercado das empresas mexicanas podem, em diversos níveis, ser afetados pelas condições econômicas e mercadológicas globais, além das condições econômicas e mercadológicas em outros países emergentes e nos maiores parceiros comerciais, especialmente nos Estados Unidos. Nos últimos anos, as condições econômicas no México se tornaram cada vez mais correlacionadas às condições econômicas dos Estados Unidos, como resultado do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que aumentou a atividade econômica entre os dois países, e a remessa de fundos dos imigrantes mexicanos que trabalham nos Estados Unidos para residentes mexicanos. Por isso, condições econômicas adversas nos Estados Unidos, a extinção ou modificação do NAFTA ou o seu tratado sucessor, o USMCA, bem como outros temas relacionados, inclusive disputas comerciais e instabilidade globais, podem afetar de forma adversa e significativa a economia mexicana. A Companhia não pode garantir que acontecimentos em outros mercados de países emergentes, nos Estados Unidos, ou em qualquer outro lugar não afetarão de forma adversa o seu desempenho financeiro.

4.1.74 O México passou por um período de crescente atividade criminal, incluindo violência associada ao tráfico de drogas e ao crime organizado, e essas atividades poderiam afetar adversamente os custos de financiamento e a exposição aos clientes e contrapartes da Companhia.

Nos últimos anos, o México passou por um período de crescente atividade criminal e violência, principalmente em decorrência do crime organizado. Essa violência ocorreu por todo o México, inclusive no Estado de Veracruz, onde está localizado o Complexo da Companhia no México. Apesar dos esforços do governo mexicano para aumentar as medidas de segurança fortalecendo suas forças militar e policial, a violência e crime relacionados a drogas continuam a ameaçar a economia mexicana e a paz e segurança de determinadas regiões, resultando em incertezas e instabilidade econômica e política no México. A atividade criminal sistemática e eventos criminosos isolados poderiam interromper as operações da Companhia, afetar sua capacidade de gerar receita e aumentar o custo de suas operações. A violência contínua poderia resultar na adoção pelo governo mexicano de medidas de segurança adicionais, como restrições de transporte, proibição do trânsito de mercadorias e pessoas em determinados horários e comércio

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

entre fronteiras. A Companhia não consegue garantir ao investidor que essas atividades, seu aumento e a violência associada a elas, sobre os quais a Companhia não tem controle, poderiam ter um impacto negativo sobre o ambiente de negócios no qual opera e, portanto, sobre os seus resultados operacionais e situação financeira.

(j) Riscos relativos às questões socioambientais

Vide "Item4.1.5 - Os negócios da Companhia estão sujeitos a perigos ambientais, de saúde e segurança. Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e outros."

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

O risco de mercado é definido como a perda potencial decorrente de variações adversas de taxas e preços de mercado. Estamos expostos a uma série de riscos de mercado em decorrência de nossas atividades comerciais normais. Tais riscos não estão sob nosso controle e envolvem principalmente a possibilidade de que as variações das taxas de juros, taxas de câmbio ou dos preços de commodities prejudiquem o valor de nossos ativos e passivos financeiros ou dos fluxos de caixa e lucros futuros.

Para mitigar os riscos de mercado aos quais estamos expostos, usamos e podemos usar instrumentos derivativos de moeda estrangeira, taxa de juros e *commodities*, além de caixa e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2019, como parte de seu programa de *hedge* cambial, a Companhia mantinha uma posição comprada de opções de moedas no valor referencial total de US\$ 1.928,8 milhões em opções de venda e vendida em US\$ 1.402,8 milhões em opções de compra, sob a forma de um *zero-cost collar*. Além disso, possui *swaps* de taxas de juros relacionado ao Projeto Etileno XXI no valor referencial total de US\$ 703,7 milhões. Esses *swaps* de taxas de juros em moedas cruzadas estão casados com nossas obrigações de dívida.

A Companhia apura o impacto potencial e consolidado de riscos de mercado e busca mitigar os riscos apurados de acordo com a nossa política de gerenciamento de risco.

A Política Financeira da Braskem cobre o gerenciamento de fluxo e liquidez de caixa, investimento de caixa e disponibilidades, atividades de financiamento e garantias e gerenciamento de riscos de câmbio e commodities. Essa política reflete nossos procedimentos conservadores relativos a práticas financeiras e gestão de riscos. Seu objetivo é gerenciar e mitigar os riscos com base na avaliação contínua de vários elementos-chave, incluindo a saúde financeira da Companhia em geral, quaisquer operações que tenhamos com partes associadas, nossos *ratings*, riscos de contraparte e efetividade das estratégias de *hedging* adotadas. Além disso, a política visa assegurar o alinhamento dos objetivos das equipes financeiras com os objetivos gerais da Braskem.

Não realizamos, e somos proibidos pela Política Financeira, de executar operações com derivativos para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos R\$ 4.722,8 milhões em disponibilidades e investimentos financeiros em moedas estrangeiras, que podem compensar parcialmente os efeitos de uma desvalorização do real frente a moedas estrangeiras sobre nossa capacidade de pagar o serviço da dívida em moedas estrangeiras, até o limite dessas disponibilidades e outros investimentos.

Risco de Taxa de Juros

Nossa exposição a taxas de juros está sujeita principalmente às variações da LIBOR para empréstimos e variações das taxas TLP, CDI e IPCA para aplicações de curto prazo em reais.

Com relação às taxas de juros brasileiras:

- a taxa CDI de curto prazo diminuiu para 4,40% ao ano em 31 de dezembro de 2019, de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2018 e 6,89% ao ano em 31 de dezembro de 2017; e
- a TLP diminuiu para 5,09% ao ano em 31 de dezembro de 2019, de 7,06% ao ano em 31 de dezembro de 2018 e 7% ao ano em 31 de dezembro de 2017.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A tabela a seguir fornece informações sobre nossos instrumentos mais significativamente sensíveis à taxas de juros:

	Cronograma de pagamentos – Composição por tipo de taxa de juros							
	Em 31 de dezembro de 2019 - Data prevista de vencimento							
	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total	Valor justo ⁽¹⁾
	(em milhões de reais, exceto quando indicado)							
Passivo:								
Empréstimos e financiamentos (exclui debêntures):								
Taxa fixa, em dólares	417,1	-	1.165,9	833,9	3.426,1	19.145,8	24.988,9	25.714,8
Taxa de juros média	5,8%	-	5,4%	3,5%	6,1%	5,4%		
Taxa variável, em dólares	332,8	368,9	369,5	370,2	370,9	1.349,4	3.161,8	2.894,5
Taxa de juros média (acima da LIBOR)	0,8%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%		
Taxa fixa do Project Finance do Projeto Etileno XXI, denominada em dólares	279,7	287,0	210,3	308,3	324,0	1.048,9	2.458,2	2.265,7
Taxa de juros média	4,9%	4,8%	4,8%	4,8%	4,8%	4,7%		
Taxa fixa do Bond da Braskem Idesa, denominada em dólares	21,0	-	-	-	-	3.619,4	3.640,4	3.870,5
Taxa de juros média	7,5%	-	-	-	-	7,5%		
Taxa variável do Project Finance do Projeto Etileno XXI, denominada em dólares	485,2	553,8	527,3	621,2	689,5	1.350,6	4.227,5	3.928,2
Taxa de juros média	3,5%	3,5%	3,4%	3,5%	3,5%	3,7%		
Taxa fixa, em reais	59,5	26,2	20,8	12,4	5,0	7,3	131,2	121,8
Taxa de juros média	4,6%	4,1%	4,0%	4,6%	6,5%	6,5%		
Taxa variável, em reais	46,5	42,7	45,8	246,8	640,8	9,4	1.032,0	867,9
Taxa de juros média (% do CDI)	4,7%	4,7%	4,7%	4,5%	4,4%	5,6%		
Taxa variável, em reais	0,2	0,1	-	-	-	-	0,3	0,3
Taxa de juros média (acima da TLP)	6,0%	6,0%	-	-	-	-		
Taxa variável, em reais	39,1	65,1	67,4	67,4	67,4	173,3	479,7	397,6
Taxa de juros média (acima do IPCA)	5,9%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%		
Total de empréstimos e Financiamentos	1.681,3	1.343,7	2.407,0	2.460,1	5.523,7	26.704,1	40.119,9	40.061,2
Ativo:								
Caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos:								
Taxa fixa, em moedas estrangeiras	4.722,8	-	-	-	-	-	4.722,8	4.722,8

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Taxa variável, em reais	3.778,3	-	-	-	-	-	3.778,3	3.778,3
Total de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos	8.501,1	-	-	-	-	-	8.501,1	8.501,1

(1) Representa o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros das obrigações convertidos em reais pelo valor de justo em 31 de dezembro de 2019.

Na hipótese da taxa de juros média aplicável a nossos ativos financeiros e endividamento em 2020 ser 1 ponto percentual maior do que a taxa de juros média em 2019, nossas receitas financeiras aumentariam em R\$ 85,0 milhões e as despesas financeiras em R\$ 401,2 milhões.

Risco Cambial

Nossos passivos expostos a risco cambial são primordialmente denominados em dólares norte-americanos. Para compensar parcialmente o risco de desvalorização do real em relação do dólar dos Estados Unidos, mantemos atualmente ativos líquidos disponíveis denominados em dólares norte-americanos e contratamos instrumentos derivativos. Além disso, visando representar melhor o real risco cambial relacionado a exportações futuras, a Companhia designou parte dos seus passivos denominados em dólares norte-americanos como instrumentos de *hedge* através de *hedge accounting* em 1º de maio de 2013. Uma vez que tomamos empréstimos nos mercados internacionais para dar suporte às nossas operações e investimentos, ficamos expostos aos riscos de mercado decorrentes das variações das taxas de câmbio e de juros.

A tabela a seguir fornece informações sobre nossa exposição cambial significativa:

Cronograma de ativos e passivos – Composição por moeda								
Em 31 de dezembro de 2019 - Data prevista de vencimento								
	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total	Valor justo ⁽¹⁾
	(em milhões de reais)							
Passivo:								
Empréstimos e financiamentos e fornecedores								
Empréstimos e financiamentos denominados em dólares	1.535,8	1.209,6	2.273,1	2.133,6	4.810,5	26.514,1	38.476,7	38.673,7
Contas a pagar denominadas em dólares	6.946,8	-	-	-	-	-	6.946,8	6.946,8
Total de empréstimos, financiamentos e fornecedores	8.482,7	1.209,6	2.273,1	2.133,6	4.810,5	26.514,1	45.423,6	45.620,6
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos denominados em moeda estrangeira	4.722,8	-	-	-	-	-	4.722,8	4.722,8
Total de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos	4.722,8	-	-	-	-	-	4.722,8	4.722,8
Hedge accounting								

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Exportações/Vendas designadas para hedge accounting	3.643,7	2.196,3	738,8	1.737,1	3.791,8	19.941,4	32.049,1	32.049,1
---	---------	---------	-------	---------	---------	----------	----------	----------

(1) Representa o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros das obrigações convertidos em reais pelo valor de justo em 31 de dezembro de 2019.

A nossa exposição cambial enseja riscos de mercado associados a variações cambiais do real frente ao dólar dos Estados Unidos. Os passivos denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019 eram compostos principalmente de dívida expressa em dólares. Nossa dívida em dólares, inclusive dívida de curto prazo e a parcela corrente da dívida de longo prazo, era de R\$ 38.476,7 milhões (US\$ 9.545,9 milhões) e R\$ 35.102,8 milhões (US\$ 9.059,3 milhões) em 31 de dezembro de 2018. Essa exposição cambial é representada por dívida sob a forma de notas, linhas de crédito para pagamento antecipado de exportação e empréstimos de capital de giro.

O nosso caixa e fundos disponíveis em dólares norte-americanos nos protegem parcialmente contra a exposição decorrente da dívida denominada em dólares norte-americanos. Da mesma forma, receitas de vendas e exportações futuras parcialmente compensam tal exposição cambial da dívida denominada em Dólar, sendo que a Companhia adotou o tratamento de *hedge accounting* para melhor representar sua real exposição. Desde 2016, a Braskem passou a reconhecer a variação cambial, mantida no item "Outros Resultados Abrangentes", no Balanço Patrimonial, conforme o cronograma de designação de vendas e exportações futuras (para mais informações, vide nota 17 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia).

Na hipótese de depreciação de 10% do real em relação ao dólar durante 2019, em comparação com a taxa de câmbio real/dólar dos Estados Unidos em 31 de dezembro de 2018, nossas despesas financeiras indexadas em dólar em 2019 aumentariam em R\$ 3.847,7 milhões e as receitas financeiras aumentariam em R\$ 472,3 milhões.

Risco de Preços de commodities

Embora realizemos *swaps* de *commodities* relativos a transações específicas, atualmente não fazemos *hedge* de nossa principal exposição a variações dos preços da nafta, nossa principal matéria-prima, que estão atrelados a preços do mercado internacional, expressos em dólares no caso da nafta e outros derivados de petróleo. Não fazemos *hedge* dessa principal exposição em parte porque uma parcela de nossas vendas são exportações a pagar em moedas estrangeiras e atreladas aos preços internacionais de mercado dessas *commodities* expressos em dólares e em parte porque os preços dos produtos de polietileno, polipropileno e PVC vendidos no mercado brasileiro em geral refletem os preços do mercado internacional desses produtos expressos em dólares e convertidos em reais. Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio real/dólar dos Estados Unidos, há frequentemente uma defasagem entre o momento em que o dólar dos Estados Unidos se valoriza e o momento em que podemos efetivamente repassar os aumentos de preços resultantes em reais a nossos clientes no Brasil. Desta forma, se o preço em dólares da nafta aumentar ou se o real se desvalorizar abruptamente em relação ao dólar no futuro, podemos não ser capazes de repassar imediatamente os correspondentes aumentos dos custos da nafta a nossos clientes no Brasil, o que poderia exercer um efeito negativo relevante sobre o resultado de nossas operações e nossa situação financeira.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de inflação

No passado, o Brasil registrou altos índices de inflação comparados a economias desenvolvidas. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinadas com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Nos anos mais recentes, mudanças substanciais na política e regulamentação econômica têm ocorrido com frequência. Apesar da flexibilização recente da política monetária e de quedas das taxas de juros, ainda existe grande incerteza em relação à capacidade da economia brasileira em conviver com uma política monetária menos austera. Futuras medidas do Banco Central, incluindo a manutenção da redução das taxas de juros por períodos longos, intervenção no mercado de câmbio e medidas para administrar ou fixar o valor do Real poderão desencadear um aumento na inflação.

Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar seus efeitos sobre a estrutura de custos, o que poderá resultar numa redução da margem bruta. Ademais, inflação alta, em geral, acarreta taxas de juros internas mais elevadas, e em consequência, os custos do serviço da dívida da Companhia em reais poderão aumentar, causando a redução da margem líquida. A inflação e seu efeito sobre as taxas de juros internas podem, além disso, levar à redução da liquidez nos mercados brasileiros de capital e crédito, o que poderia prejudicar a capacidade da Companhia de refinar sua dívida nesses mercados. A eventual diminuição da receita líquida de vendas ou do lucro líquido da Companhia ou a eventual deterioração de sua situação financeira provavelmente acarretariam na diminuição do preço de mercado de suas ações. Vide "Item 4.1. Descrição dos fatores de risco".

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos e Relevantes

Para os fins deste item, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$ 50 milhões¹; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2019, figuravam como parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, societária, fiscal-tributária, previdenciária-tributária, trabalhista e regulatória, com chance de perda provável e possível. O total das nossas contingências somavam aproximadamente R\$ 43.282 milhões, dos quais: (i) R\$ 958 milhões correspondentes a processos trabalhistas da Companhia e de suas controladas, cujo valor total provisionado é de aproximadamente R\$ 316 milhões; (ii) R\$ 35.453 milhões correspondentes a processos cíveis, societários e outros, cujo valor total provisionado é de aproximadamente R\$ 164 milhões; e (iii) R\$ 6.871 milhões correspondentes a processos tributários e previdenciários-tributários, cujo valor total provisionado é de aproximadamente R\$ 672 milhões.

A Administração da Braskem, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos assessores jurídicos da Companhia;

processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa, acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e

demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da expectativa de perda, conforme análise da Administração da Companhia, baseado em relatórios de assessores jurídicos externos.

Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, ressalvados os casos derivados de combinação de negócios, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância (Nota 23.2). Nas operações de combinação de negócios, atendendo ao disposto no CPC 15 e IFRS 3, a Companhia registra o valor justo dos processos com essa avaliação de perda. O valor provisionado corresponde ao valor da causa, acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic, multiplicado pelo percentual de probabilidade de perda, definida por assessores jurídicos externos. Abaixo, segue a descrição das ações judiciais e administrativas relevantes da Companhia e suas controladas atualmente em curso, tendo em vista os critérios acima descritos.

¹ A Companhia decidiu alterar esse valor de R\$ 30 mi para R\$ 50 mi em 2018, devido a uma revisão interna do critério de relevância para processos judiciais.

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos de natureza Tributária e Previdenciária-Tributária

AÇÃO ANULATÓRIA n.º 1043333-98.2015.8.26.0053/ EXECUÇÃO FISCAL n.º 1500021-30.2016.8.26.0554/ EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL n.º 1019908-57.2016.8.26.0554/ AÇÃO ANULATÓRIA N.º 1037868-11.2015.8.26.0053	
a. Juízo	7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo/SP e 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Santo André/SP
b. Instância	1ª instância judicial, 1ª instância judicial, 1ª instância judicial e 2ª instância judicial
c. Data de instauração	23/10/2015, 29/06/2016, 24/08/2016 e 21/09/2015
d. Partes no processo	Autor: Braskem S.A. (sucessora por incorporação da Braskem QPar S.A.) Ré: Estado de São Paulo (Fazenda Estadual)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$ 435 milhões Objeto da causa (direito discutido): Trata-se de Ações Anulatórias, Execução Fiscal e Embargos à Execução Fiscal que discutem a cobrança oriunda do Auto de Infração n.º 3.110.477-0 lavrado para cobrança de débitos de ICMS, referentes ao período de fevereiro de 2004 a agosto de 2005, novembro de 2005 a fevereiro de 2006 e setembro de 2006 a janeiro de 2008, e, do Auto de Infração n.º 3.125.876-1 lavrado para cobrança de débitos de ICMS, referentes ao período de dezembro de 2004 a agosto de 2005 e agosto de 2004 a novembro de 2005.
f. Principais fatos	<p><u>Síntese dos fatos:</u> Os Autos de Infração nº 3.110.477-0 e nº 3.125.876-1 foram lavrados contra a incorporada Quattor Químicos Básicos para cobrança de débitos de ICMS, respectivamente, referentes ao período de fevereiro de 2004 a agosto de 2005, novembro de 2005 a fevereiro de 2006 e setembro de 2006 a janeiro de 2008, e, de dezembro de 2004 a agosto de 2005 e agosto de 2004 a novembro de 2005, pelo aproveitamento supostamente indevido de créditos do imposto decorrentes de operações de aquisição de mercadorias de contribuinte localizado no Estado da Bahia e que foram exportadas pela Companhia. A Companhia alega ter havido decadência do direito do Fisco constituir parte do crédito tributário, relativa a fevereiro e março de 2004 e a dezembro de 2004, bem como violação ao princípio da não-cumulatividade e à legislação estadual que lhe assegura o direito de se creditar do imposto pago na operação anterior, e, ainda, a improcedência das multas punitivas por falta de legitimidade passiva na qualidade de sucessora por incorporação e a inconstitucionalidade dos juros de mora aplicados pelo Estado de São Paulo.</p> <p><u>Relevância para a Quattor Química:</u> Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão dos valores envolvidos.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> Foi encerrada a esfera administrativa, tendo sido reduzido o valor do débito em aproximadamente 55% do montante envolvido. O débito remanescente está sendo discutido na esfera judicial e, em um processo a Fazenda Paulista retificou o valor da dívida para aplicar juros moratórios e correção monetária limitados à taxa SELIC, reduzindo o débito em 20%, e, no outro caso, foi suspensa a exigibilidade do crédito tributário.</p> <p>Em ambos foram aceitos seguros garantias.</p> <p>A Ação Anulatória nº 1037868-11.2015.8.26.0053 foi julgada parcialmente procedente e, atualmente, pendem de apreciação as apelações interpostas pelas partes.</p>
g. Chance de perda	Remota em relação a R\$ 129 milhões Possível em relação à R\$ 306 milhões
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 435 milhões

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 13502.721146/2013-14; 13502.721354/2013-13; 13502.721043/2014-27; 13502.721091/2017-68 e 13502.722355/2017-09	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas – BA
b. Instância	Instância Especial administrativa, Instância Especial administrativa, Instância Especial administrativa, 2ª instância administrativa, 2ª instância administrativa.
c. Data de instauração	06/11/2013, 26/12/2013, 18/09/2014, 18/07/2017 e 19/12/2017
d. Partes no processo	<u>Autora</u> : Receita Federal do Brasil <u>Ré</u> : Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<u>Valor envolvido</u> : R\$ 1 bilhão <u>Objeto da causa (direito discutido)</u> : Processos Administrativos decorrentes de Autos de Infração lavrados para a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL referente aos anos de 2007 a 2013.
f. Principais fatos	<u>Síntese dos fatos</u> : Autos de Infração lavrados em 06/11/2013; 26/12/2013, 18/09/2014, 18/07/2017 e 19/12/2017 através dos quais o Fisco Federal exige o pagamento do IRPJ e da CSLL em virtude da inclusão, na base de cálculo do IR e da CSLL, de despesas decorrentes do aproveitamento fiscal, nos anos de 2007 a 2013, de encargos de amortização de ágios originados das aquisições de participações societárias, em 2002, quando da formação da Braskem S/A e de juros oriundos da emissão de debêntures efetuada no ano de 2002 e convertida em ações em 2007. A Companhia alega, preliminarmente, o decurso do prazo decadencial que o Fisco dispunha para efetuar os lançamentos, tendo em vista que a compra de ações que originou o ágio ocorreu em 2002 e o seu aproveitamento fiscal ocorreu desde 2003 ou 2004 e, no mérito, que houve efetivo propósito comercial na aquisição dos ativos petroquímicos e teve a participação de partes independentes. <u>Relevância para a Companhia</u> : Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão dos valores envolvidos. <u>Situação atual do processo</u> : As Impugnações apresentadas pela empresa nos Autos de Infração 13502.721354/2013-13, 13502.721146/2013-14, 13502.721091/2017-68 e 13502.722355/2017-09 foram julgadas improcedentes e a impugnação referente ao Auto de Infração 13502.721043/2014-27 foi julgada parcialmente procedente para reduzir a multa isolada em razão do reconhecimento de erros no seu cálculo. Os Recursos Voluntários interpostos nos Autos de Infração 13502.721146/2013-14, 13502.721043/2014-27 e 13502.721354/2013-13 foram julgados parcialmente procedentes, enquanto que os dos Autos de Infração, 13502.721091/2017-68 e 13502.722355/2017-09 aguardam julgamento. Pendem de julgamento, ainda, os Embargos de Declaração da Companhia e o Recurso Especial fazendário interpostos no Autos de Infração 13502.721146/2013-14 e 13502.721354/2013-13, bem como o Agravo contra a inadmissão do Recurso Especial interposto pela Companhia no Auto de Infração 13502.721043/2014-27.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 1 bilhão

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13502.720411/2017-62 / MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5012850-19.2017.4.03.6100	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas – BA e 25ª Vara Cível Federal da Subseção Judiciária de São Paulo
b. Instância	Instância Especial administrativa e 2ª instância judicial
c. Data de instauração	21/03/2017 e 22/08/2017

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13502.720411/2017-62 / MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5012850-19.2017.4.03.6100	
d. Partes no processo	<p>No processo administrativo: <u>Autora:</u> Receita Federal do Brasil <u>Ré:</u> Braskem S/A</p> <p>No processo judicial: <u>Impetrante:</u> Braskem S/A (sucessora por incorporação da Braskem Petroquímica LTDA.) <u>Impetrado:</u> Delegado da Delegacia Especial de Administração Tributária em SP e Procurador da Procuradoria–Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região</p>
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 348 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Processo Administrativo e Judicial decorrentes de Autos de Infração lavrados para a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL compensados sem observância do limite de 30% do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSLL em decorrência de eventos de incorporação ocorridos em agosto de 2013 e novembro de 2017.</p>
f. Principais fatos	<p><u>Síntese dos fatos:</u> O Auto de Infração foi lavrado em 21/03/2017 e nele o Fisco Federal exige o pagamento do IRPJ e da CSLL compensados sem observância do limite de 30% do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSLL, na declaração de encerramento das atividades da Ipiranga Petroquímica S/A por ocasião de incorporação ocorrida em 30/08/2013. Mandado de Segurança impetrado em 22/08/2017 para questionar a legalidade da cobrança veiculada no Auto de Infração 19515.005507/2009-24, que visa a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL, do exercício de 2007, relativos à incorporação da SPQ Investimentos e Participações LTDA. A Companhia alega, preliminarmente, o decurso do prazo decadencial que o Fisco dispunha para efetuar o lançamento com fundamento em precedentes favoráveis do CARF. Alega ainda não existir limitação de compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL no caso de incorporação de pessoa jurídica.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão dos valores envolvidos.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> A Impugnação apresentada pela empresa no processo administrativo foi julgada improcedente. Por sua vez, o Recurso Voluntário teve provimento negado e o subsequente Recurso Especial também não encontrou melhor sorte. A Companhia está em prazo para apresentação de recurso. O Mandado de Segurança 5012850–19.2017.4.03.6100 foi julgado procedente para anular os débitos constituídos por meio do processo administrativo 19515.005507/2009-24, estando pendente de apreciação a apelação fazendária.</p> <p>O Auto de Infração 13502.721126/2013–35 que compunha esse tema foi arquivado definitivamente, com decisão final favorável à Companhia, o que ocasionou a redução do valor envolvido.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 348 milhões

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13502.721223/2014-17	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas – BA
b. Instância	Instância Especial administrativa
c. Data de instauração	30/10/2014

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13502.721223/2014-17	
d. Partes no processo	<u>Autora:</u> Receita Federal do Brasil <u>Ré:</u> Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 883 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Processo administrativo decorrente de Auto de Infração lavrado em razão da não tributação pelo PIS e COFINS dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL utilizados para amortização dos débitos consolidados no âmbito da MP 470. O Fisco também entendeu que as reduções de multa e juros decorrentes do referido parcelamento geraram receitas tributáveis pelo PIS e pela COFINS.</p>
f. Principais fatos	<p><u>Síntese dos fatos:</u> Auto de Infração lavrado em 30/10/2014, através do qual o Fisco Federal exige o pagamento do PIS e COFINS incidentes sobre os saldos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL utilizados para amortização dos débitos consolidados no parcelamento da MP n.º 470/09 e, ainda, PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da exoneração de multa e juros no âmbito da moratória. A Companhia alega, em resumo, que os saldos de Prejuízo Fiscal e Base de cálculo negativa de CSLL não constituem receita bruta tributável pelo PIS e pela COFINS. Da mesma forma, defende que a exoneração de multa e juros não constitui receita tributável.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Este processo é considerado relevante para a Companhia em razão do valor envolvido.</p> <p><u>Situação atual dos processos:</u> A Impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente. Em fevereiro de 2019, parte do débito, relativo à multa de ofício foi desmembrada para julgamento apartado no PAF n.º 13502-720.592/2019-99. O Recurso Voluntário protocolado no PAF n.º 13502-720.592/2019-99 foi provido em caráter definitivo e o Recurso Voluntário protocolado no PAF n.º 13502.721223/2014-17 foi provido, mas ainda pende de julgamento Recurso Especial fazendário.</p> <p>Sobre este tema também havia sido lavrado o Auto de Infração nº 13502.720796/2014-15 que visava a cobrança de débito de IRPJ e CSLL, que encerrou-se, definitivamente, em 2018, com desfecho foi favorável à Companhia, o que implicou na redução da contingência.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 883 milhões

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13502.720458/2015-64/ EXECUÇÃO FISCAL N.º 0039579-32.2010.4.01.3300/ EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL N.º 0023176-75.2016.4.01.3300	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas– BA e 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia
b. Instância	Instância Especial administrativa e 2ª instância judicial
c. Data de instauração	23/11/2015, 14/10/2010 e 25/07/2016
d. Partes no processo	<p><u>No processo administrativo:</u> Autora: Receita Federal do Brasil <u>Ré:</u> Braskem S/A (sucessora por incorporação da Braskem QPar)</p> <p><u>Na Execução Fiscal:</u> Exequente: União Executada: Braskem S/A</p> <p><u>Nos Embargos à Execução Fiscal:</u> Autora: Braskem S/A Ré: União</p>
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 167 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Processo Administrativo decorrente de Auto de Infração lavrado para a cobrança de débito de IOF incidente sobre operações de Antecipação para Futuro Aumento e Execução Fiscal para a cobrança de débito de IOF/crédito sobre remessa e recebimento de</p>

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13502.720458/2015-64/ EXECUÇÃO FISCAL N.º 0039579-32.2010.4.01.3300/ EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL N.º 0023176-75.2016.4.01.3300	
	recursos realizados entre a Companhia e CPN Incorporated por meio de contrato de conta corrente e de gestão única de caixa referente aos meses de maio de 2002 a abril de 2004. Embargos à Execução voltados a desconstituir o título executivo da cobrança perpretada pela Execução Fiscal mencionada.
f. Principais fatos	<p><u>Síntese dos fatos:</u> Auto de Infração lavrado em 23/11/2015, através do qual o Fisco Federal exige o pagamento do IOF, apurado de abril a dezembro de 2010, em face da caracterização como mútuo de operações de AFAC, notas de débito e conta corrente. Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional para exigência de débitos de IOF referentes aos períodos de fevereiro de 2002 a março de 2004, em decorrência de suposta operação de mútuo de recursos financeiros verificada a partir da constatação de remessas para o exterior e recebimentos de recursos do exterior, pelo mecanismo de transferência de reais em conta-corrente.</p> <p>A Companhia alega que estas operações não caracterizam empréstimos ao abrigo da legislação brasileira e, como tal, não estão sujeitas ao IOF.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão dos valores envolvidos.</p> <p><u>Situação atual dos processos:</u> No processo administrativo, a Impugnação apresentada pela Companhia no Autos de Infração foi julgada parcialmente procedente para reduzir o débito em 99% e o Recurso Voluntário e o Recurso de Ofício interpostos contra essa decisão foram improvidos por maioria, estando pendente de apreciação o Recurso Especial fazendário. No âmbito judicial, a Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, os quais foram julgados parcialmente procedentes para determinar a redução da multa de ofício de 75% para 20%, cobrada na CDA objeto da execução fiscal embargada. Aguarda julgamento dos Recursos de Apelação interpostos pelas partes.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 167 milhões

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 70.65105-001 (15000347952017) / TUTELA CAUTELAR Nº 0721865-43.2019.8.02.0001	
a. Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas e 19ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Maceió/AL
b. Instância	Instância Especial administrativa e 1ª instância judicial
c. Data de instauração	01/09/2017 e 14/08/2019
d. Partes no processo	<p><u>No processo administrativo:</u> Autor: Estado de Alagoas Ré: Braskem S/A</p> <p><u>No processo judicial:</u> Autora: Braskem S/A Ré: Estado de Alagoas</p>
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 47 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Processo Administrativo decorrente de Auto de Infração lavrado com o propósito de exigir suposto crédito tributário a título de ICMS, no período entre agosto/2012 e abril/2016, em razão da Companhia ter realizado pagamento mínimo do referido tributo, em patamar inferior ao previsto no art. 9º do Decreto nº 38.394/2000 – PRODESIN. Tutela Cautelar para antecipar a garantia em relação à futura execução fiscal e viabilizar a emissão da certidão de regularidade fiscal e impedir inscrição do débito no CADIN.</p>
f. Principais fatos	<u>Síntese dos fatos:</u> Auto de Infração lavrado em 01/09/2017 em virtude de

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>ter a Companhia, beneficiária do PRODESIN, supostamente recolhido o ICMS, referente ao período de agosto/2012 a abril/2016, em patamar inferior ao que determinava a legislação. A Companhia alega, em resumo, que o pagamento mínimo do ICMS, nos moldes em que autuado pela fiscalização, desrespeitou o critério legalmente estabelecido na legislação de regência do PRODESIN, considerando que a fiscalização promoveu a revisão do cálculo do pagamento mínimo do ICMS, após a partida da expansão em abril de 2012, com base em valores extraídos no Projeto Econômico, cuja observância dependia expressamente da implementação da efetiva geração dos saldos devedores de ICMS projetados, o que não ocorreu. Após o término da esfera administrativa, a empresa ajuizou Tutela Cautelar para antecipar a garantia e viabilizar a emissão de CPD-EN.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão do valor envolvido.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> A Impugnação apresentada pela empresa foi julgada improcedente, o que ensejou a interposição de Recurso Voluntário que também foi improvido. O Recurso Especial interposto pela Companhia não foi conhecido. Aguarda ajuizamento de ação de cobrança. A Tutela Cautelar teve liminar concedida e está aguardando decisão em primeira instância.</p>
g. Chance de perda	Possível em relação a R\$ 20 milhões e Provável em relação a R\$ 27 milhões
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 47 milhões

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13896.722669/2017-17	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas – BA
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	13/12/2017
d. Partes no processo	<u>Autor:</u> Receita Federal do Brasil <u>Ré:</u> Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 133 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Auto de infração lavrado em razão de ter sido promovido a (i) glosa de despesas com comissão pagas pela Braskem S/A em 2011, (ii) glosa de despesas com comissão pagas pela Braskem Incorporated em 2013/2014 (impacto na tributação de lucros auferidos no exterior), (iii) exigência de IRRF sobre os pagamentos referidos no item anterior; e (iv) glosa de despesas com publicidade incorridas em 2013.</p>
f. Principais fatos	<p><u>Síntese dos fatos:</u> Auto de Infração lavrado em 13/12/2017, através do qual o Fisco Federal exige o pagamento do IRRF, IR e CSL decorrente de glosas sobre comissões pagas pela Companhia, bem como glosa de despesas com publicidade. A Companhia alega a decadência de parte dos débitos lançados; que as despesas incorridas pela Braskem INC já foram regularizadas pela própria Companhia e implicou apenas na redução de seus estoques de prejuízo fiscal, sem a necessidade de recolhimento de tributos; que o IRRF arguido pelo Fisco visa alcançar fonte pagadora situada no exterior, o que escapa à aplicação da legislação tributária brasileira; e que as despesas de publicidade glosadas possuem relação com as atividades da Companhia.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Este processo é considerado relevante para a Companhia em razão do valor envolvido.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> A Impugnação apresentada pela empresa foi julgada improcedente, o que ensejou a interposição de Recurso Voluntário que está pendente de julgamento.</p>

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13896.722669/2017-17	
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 133 milhões

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13502.722223/2017-79	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas – BA
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	04/12/2017
d. Partes no processo	<u>Autor:</u> Receita Federal do Brasil <u>Ré:</u> Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 103 milhões relativos ao impacto econômico pela redução dos prejuízos fiscais acumulados e da base negativa de CSLL. Não há tributo lançado.</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Auto de Infração lavrado em decorrência de glosa de despesas de Variações Cambiais entre a data de vencimento das faturas comerciais e o efetivo pagamento de obrigações referentes à importação de nafta envolvendo a INC.</p>
f. Principais fatos	<p>Síntese dos fatos: Auto de Infração lavrado em 04/12/2017, através do qual o Fisco Federal exige o pagamento do IRPJ e CSLL decorrente de glosa de despesas de Variações Cambiais, incorridas no ano–calendário de 2012, entre a data de vencimento das faturas comerciais e o efetivo pagamento de obrigações referentes à importação de nafta envolvendo a INC, por terem sido consideradas desnecessárias ocasionando ajuste do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL, acumulados pela empresa. A Companhia alega preliminarmente, a nulidade do lançamento por vício de incompetência dos agentes fiscais por se tratar do terceiro exame da regularidade da apuração do IRPJ e da CSLL de 2012, e, no mérito, a dedutibilidade das variações passivas, considerando que se a obrigação original é necessária, pois corresponde à própria importação de nafta petroquímica, principal insumo da Braskem, a variação cambial dela decorrente é acessória e dedutível.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Este processo é considerado relevante para a Companhia em razão do valor envolvido.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> A Impugnação apresentada pela empresa foi julgada improcedente e o Recurso Voluntário interposto está pendente de julgamento.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 103 milhões

NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO Nº 18050.005185/2008-84	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas– BA
b. Instância	Instância Especial administrativa
c. Data de instauração	04/06/2005
d. Partes no processo	<u>Autor:</u> Instituto Nacional do Seguro Social – INSS <u>Ré:</u> Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 53 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Notificação fiscal de lançamento de débito nº 35.690.750–3 de contribuições previdenciárias por suposta ausência de retenção previdenciária no percentual de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo referentes a serviços executados</p>

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO Nº 18050.005185/2008-84	
	mediante cessão de mão-de-obra, no período de fevereiro de 1999 a junho de 2002.
f. Principais fatos	<p><u>Síntese dos fatos:</u> Notificação de lançamentos de débito de contribuições previdenciárias lavrada em 04/09/2005, através da qual o INSS exige o pagamento das contribuições previdenciárias referentes à ausência de retenções no percentual de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo referentes a serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, no período de fevereiro de 1999 a junho de 2002. A Companhia alega a decadência de parte dos débitos lançados, a incompatibilidade do serviço prestado com a substituição tributária imposta pelo art. 31 da Lei n.º 8.212/1991, e, a ausência dos requisitos para configuração da cessão de mão-de-obra e outras questões de fato passíveis de comprovação mediante a realização de diligência fiscal.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Este processo é considerado relevante para a Companhia em razão do valor envolvido.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> A Impugnação apresentada pela Companhia foi julgada parcialmente procedente. Recurso de ofício improvido e Recurso Voluntário da Companhia provido em parte. Aguarda julgamento do Recurso Especial interposto pela Companhia.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 53 milhões

EXECUÇÃO FISCAL Nº 1010851-46.2019.4.01.3300 / EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL Nº 1017185-96.2019.4.01.3300	
a. Juízo	18ª Vara de Execuções Fiscais da Seção Judiciária da Bahia
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	15/10/2019 e 03/12/2019
d. Partes no processo	<p><u>Na Execução Fiscal:</u> Exequente: União Executada: Braskem S/A;</p> <p><u>Nos Embargos à Execução Fiscal:</u> Autora: Braskem S/A Ré: União</p>
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 82 milhões.</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Execução Fiscal e Embargos à Execução Fiscal nos quais se discute a exigência de débitos decorrentes do Auto de Infração nº 11080.012707/2002-11, voltado à cobrança de II e IPI em decorrência da suposta importação de duas plantas industriais em remessas fracionadas.</p>
f. Principais fatos	<p><u>Síntese dos fatos:</u> A Execução Fiscal tem por objeto a cobrança de II e IPI supostamente recolhidos a menor em função da contratação, pelo Ipiranga Petroquímica, de duas empresas distintas para prestar assistência técnica, quando da construção de duas plantas industriais no Rio Grande do Sul, o que, no entender do órgão fazendário, teria sido feito para reduzir o preço das peças e da tecnologia utilizadas. Em sede de Embargos à Execução Fiscal, a Companhia alega, em síntese, que a importação sob enfoque não teve por objeto plantas petroquímicas prontas, mas parte das máquinas e equipamentos destinados à sua construção, sendo incabível a tributação dos valores pagos a título de serviços de engenharia e tecnologia.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão do valor envolvido.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> A Execução Fiscal e os correlatos Embargos à Execução Fiscal aguardam julgamento em primeira instância.</p>
g. Chance de perda	Possível

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

EXECUÇÃO FISCAL Nº 1010851-46.2019.4.01.3300 / EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL Nº 1017185-96.2019.4.01.3300	
h. Análise do impacto em caso de perda em caso em caso	R\$ 82 milhões

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 10552.000327/2007-73, Nº 10552.000312/2007-13, Nº 10580.726589/2017-04, EXECUÇÃO FISCAL N.º 0009849-29.2017.4.01.3300 E EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL N.º 0024178-46.2017.4.01.3300	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas– BA e 19ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
b. Instância	1ª e 2ª instância administrativas e 2ª instância judicial
c. Data de instauração	24/08/2007, 11/08/2007, 22/08/2017, 28/03/2017 e 17/07/2017
d. Partes no processo	Nos processos administrativos: Autor: União Federal Ré: Braskem S/A Nos processos judiciais: Exequente/Embargado: União Federal Executado/Embargante: Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$ 47 milhões Objeto da causa (direito discutido): Processos Administrativos e Judiciais decorrentes de Notificação de lançamento de débito e de Autos de Infração lavrados para a cobrança do adicional do Risco de Acidente de Trabalho ("RAT") para o custeio de aposentadoria especial em razão da suposta exposição de seus trabalhadores a agentes nocivos.
f. Principais fatos	Síntese dos fatos: Processos Administrativos autuados: em 22/08/2007 e 24/08/2007, através dos quais se exige o pagamento das contribuições previdenciárias para financiamento de aposentadoria especial, decorrentes da suposta exposição de funcionários da empresa a ruído excessivo e benzeno, relativas a fatos geradores pretensamente ocorridos entre abril de 1999 e fevereiro de 2006, bem como de multa pela sua não informação, em GFIP; e, em 15/08/2017, buscando a cobrança do adicional do Risco de Acidente de Trabalho ("RAT") para o custeio da aposentadoria especial em razão da suposta exposição dos seus trabalhadores a agentes nocivos no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015. Processo judicial: Execução Fiscal ajuizada em 09/05/2017, com vistas a exigir o mencionado adicional do Risco de Acidente de Trabalho ("RAT") em razão da suposta exposição dos seus trabalhadores a agentes nocivos no período de novembro de 2000 a janeiro de 2001 e novembro de 2001 a junho de 2002, apurados no período de dezembro de 2000 a junho de 2002, combatidos nos Embargos à Execução Fiscal opostos em 17/07/2017. Como argumentos de defesa, a Companhia alega nos processos administrativos: (a) aos processos administrativos de 2007, contesta as premissas adotadas pela Fiscalização quanto ao gerenciamento ineficaz das condições de trabalho, juntando Parecer Técnico do IPT, e alega a decadência parcial do crédito lançado, inconstitucionalidade e ilegalidade do adicional e a incoerência da sua cobrança, uma vez que o INSS, à época, reiteradamente indeferia o pedido de aposentadoria especial aos funcionários da Companhia. Em relação ao auto de aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória, além de reiterar a matéria de fundo e alegações fáticas relacionadas à obrigação principal, defende a redução da penalidade aplicada em face da aplicação retroativa de lei mais benéfica (a fim de reduzir a penalidade para R\$ 20,00 a cada grupo de 10 informações incorretas ou omitidas em GFIP); e,

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 10552.000327/2007-73, Nº 10552.000312/2007-13, Nº 10580.726589/2017-04, EXECUÇÃO FISCAL N.º 0009849-29.2017.4.01.3300 E EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL N.º 0024178-46.2017.4.01.3300	
	<p>(b) ao processo administrativo de 2017, contesta ponto a ponto o procedimento adotado pela fiscalização, alega a nulidade do lançamento pela falta de busca pela verdade material, a inaplicabilidade do instituto de arbitramento por aferição indireta e aponta os erros incorridos na apuração da base de cálculo por arbitramento. Argui ainda a inexistência de trabalho exercido em condições especiais no período de 2013 a 2015, a inobservância das normas baixadas pela própria Receita Federal do Brasil, as quais, alinhadas às disposições da Lei n.º 8.213/91, demandam a comprovação dos requisitos de permanência e a efetiva exposição do trabalhador aos agentes nocivos, para que a sua atividade seja considerada especial, a inaplicabilidade de multa qualificada (150%) em face da inexistência de evidente intuito de sonegação dolosa por parte da empresa e a indevida imputação de responsabilidade solidária aos diretores (pessoas físicas) no caso concreto.</p> <p>Como argumentos de defesa, a Companhia alega no processo judicial a consumação da prescrição do crédito tributário e a nulidade da inscrição em dívida ativa do débito.</p> <p>Relevância para a Companhia: Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão do valor envolvido.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> Notificação Fiscal de Lançamento de Débito n.º 37.018.919-1, objeto do PAF nº 10552.000327/2007-73, foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância para excluir a parcela do débito extinta por decadência, tendo o julgamento do Recurso Voluntário da empresa sido convertido em diligência.</p> <p>O Auto de Infração n.º 37.018.922-1, objeto do PAF nº 10552.000312/2007-13 foi julgado parcialmente procedente em 1ª instância, também para reconhecimento da decadência parcial, tendo o julgamento do Recurso Voluntário sido convertido em diligência para apensamento ao PAF nº 10552.000327/2007-73.</p> <p>A Impugnação apresentada pela empresa contra o Auto de Infração nº 10580.726589/2017-04 foi acolhida pela DRJ, sendo reconhecida a nulidade do lançamento fiscal realizado por arbitramento, caracterizando vício formal insanável. O Acórdão foi objeto de recurso voluntário objetivando o reconhecimento de vício material e de recurso de ofício, pendentes de julgamento. A Execução Fiscal está suspensa em virtude dos Embargos à Execução Fiscal, os quais foram julgados improcedentes por decisão de primeira instância, contra a qual foi interposto Recurso de Apelação pela empresa, pendente de julgamento.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 47 milhões

EXECUÇÃO FISCAL N.º 0015318-61.2014.4.01.3300 / EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL Nº 0027856-74.2014.4.01.3300 / EXECUÇÃO FISCAL Nº 0032403-21.2018.4.01.3300 / EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL Nº 0006985-47.2019.4.01.3300	
a. Juízo	19ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia e 8ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	07/05/2014, 29/07/2014, 21/09/2018, 27/02/2019
d. Partes no processo	Nas Execuções Fiscais: Exequente: União Executado: Braskem S/A

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

EXECUÇÃO FISCAL N.º 0015318-61.2014.4.01.3300 / EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL N.º 0027856-74.2014.4.01.3300 / EXECUÇÃO FISCAL N.º 0032403-21.2018.4.01.3300 / EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL N.º 0006985-47.2019.4.01.3300	
	Nos Embargos à Execução Fiscal: Autor: Braskem S/A Ré: União
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 144 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Trata-se de Execuções Fiscais e Embargos à Execução Fiscal nas quais se discute a cobrança de débitos de PIS e COFINS, oriundos dos Autos de Infração nº 13502.000308/2004-88 e 13502.000309/2004-22, compensados com créditos de Cide-Combustíveis, conforme autorizado pela Lei nº 10.336/2001.</p>
f. Principais fatos	<p><u>Síntese dos fatos:</u> Os Autos de Infração nº 13502.000308/2004-88 e 13502.000309/2004-22 foram lavrados contra a Companhia para cobrança de débitos de PIS e COFINS, respectivamente, referentes ao período de janeiro de 2000 a agosto de 2003, dentre outras razões, por ter a RFB identificado divergências entre os Demonstrativos de Apuração da Base de Cálculo da Contribuição para o PIS e COFINS e os débitos de PIS declarados pela Companhia nas DCTFs do período de maio de 2001 a novembro de 2002. Encerradas as discussões no âmbito administrativo e não tendo sido afastadas as cobranças, a RFB migrou os débitos de PIS e COFINS, respectivamente, para controle nos PAFs nº 13502.720403/2014-73 e 13502.722108/2017-02 e encaminhou-os para cobrança via Execução Fiscal. Na Execução Fiscal nº 0015318-61.2014.4.01.3300, onde estão sendo cobrados débitos de PIS, a Companhia se antecipou à citação e ofereceu em garantia ao juízo, valendo-se, na sequência, de defesa, via Embargos à Execução Fiscal nº 0027856-74.2014.4.01.3300, onde aduz e comprova a extinção dos débitos em comento, uma vez que foram devidamente compensados à época. Por sua vez, devidamente citada da Execução Fiscal de nº 0032403-21.2018.4.01.3300, onde estão sendo cobrados os débitos de COFINS, a Companhia apresentou garantia ao juízo e defendeu-se via Embargos à Execução Fiscal tombados sob o nº 0006985-47.2019.4.01.3300, alegando a extinção destes débitos com base na mesma argumentação.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão dos valores envolvidos.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> As Execuções Fiscais estão suspensas em virtude dos Embargos à Execução Fiscal que, por sua vez, aguardam julgamento em primeira instância.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 144 milhões

AUTO DE INFRAÇÃO N.º 10314.720766/2018-61 / AUTO DE INFRAÇÃO N.º 10314.720782/2018-54	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas – BA
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	21/11/2018 e 19/11/2018
d. Partes no processo	<u>Autor:</u> Receita Federal do Brasil <u>Ré:</u> Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 75 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Autos de infração lavrados para cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência de operações de exportações realizadas pela Braskem Qpar S/A à Braskem Incorporated Limited, bem como exigência de multa por omissão de receitas.</p>
f. Principais fatos	<u>Síntese dos fatos:</u> Autos de Infração lavrados em 21/11/2018 e

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 10314.720766/2018-61 / AUTO DE INFRAÇÃO Nº 10314.720782/2018-54	
	<p>19/11/2018, através dos quais o Fisco Federal exige o pagamento do IRPJ e CSLL em decorrência de operações de exportações realizadas pela Braskem Qpar S/A à Braskem Incorporated Limited, tendo essa última revendido produtos ao exterior. De acordo com o entendimento da Receita Federal, a Braskem Incorporated Limited teria omitido receita ao efetuar vendas a clientes no exterior em valor superior ao registrado contabilmente. Essa receita supostamente omitida foi atribuída diretamente à Companhia, na qualidade de sucessora por incorporação da Braskem Qpar. Ato contínuo, partindo da premissa de omissão de receita, em decorrência de subfaturamento realizado pela Braskem Incorporated Limited, a fiscalização aplicou multa por interposição fraudulenta na exportação.</p> <p>Em relação ao Auto de Infração 10314.720766/2018-61, como argumentos de defesa, a Companhia alega a invalidade da documentação que embasou a conclusão pela omissão de receita pela fiscalização, devido a erro grosseiro reconhecido pelo importador estrangeiro, bem como a ilegalidade do arbitramento realizado pela fiscalização. Aduziu, ainda, a regularidade do formato de exportação realizado e a ausência de qualquer simulação vinculada à operação. No que diz respeito ao Auto de Infração nº 10314.720782/2018-54, além de ter afastado também qualquer indício de simulação, sustentou a ilegalidade da pena de perdimento por suposta ocultação do adquirente no exterior, assim como, que não houve, no caso, subfaturamento na operação, de modo que não há elementos que caracterizem como fraudulenta a atuação da empresa.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão dos valores envolvidos.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> A impugnação apresentada no PAF 10314.720766/2018-61 foi julgada procedente, estando pendente de julgamento Recurso de Ofício. A impugnação apresentada no PAF 10314.720782/2018-54 foi julgada improcedente, estando pendente de julgamento Recurso Voluntário.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 75 milhões

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos de natureza Cível

AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 321122220124013400	
a. Juízo	13ª Vara Federal do Distrito Federal
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	29/06/2012
d. Partes no processo	<u>Autor</u> : Ministério Público Federal do DF <u>Ré</u> : Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<u>Valor envolvido</u> : R\$ 61 milhões <u>Objeto da causa (direito discutido)</u> : Danos materiais e danos morais causados pelo tráfego de cargas com excesso de peso, além de multa judicial por cada nova infração cometida pela empresa.
f. Principais fatos	<u>Síntese dos fatos</u> : O MPF ajuizou Ação Civil Pública que foi, depois de apresentadas todas as provas pelas partes, julgada improcedente em primeira e segunda instância. O recurso especial do MPF não foi admitido, dando origem à interposição de AREsp, distribuído no STJ o nº 1.614.987/DF.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 61 milhões

AÇÕES INDENIZATÓRIAS CÍVEIS nº 01456309420088050001 e 01302261320028050001	
a. Juízo	16ª e 24ª Varas Cíveis de Salvador
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	16/04/1997 e 14/05/1997
d. Partes no processo	<u>Autores</u> : Manoel Marcone Borges Pereira; e Cloro Soda Transportes Ltda, Tropical Transportes Ltda, Titan Transportes Ltda. <u>Ré</u> : Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<u>Valor envolvido</u> : R\$ 202 milhões <u>Objeto da causa (direito discutido)</u> : Condenação da Braskem a indenizar as autoras por danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da aquisição de terreno em zona portuária, bem como de frota de veículos utilizados no transporte da soda cáustica, frustrada pela rescisão do contrato de distribuição com a empresa MB Pereira, do mesmo grupo econômico das autoras.
f. Principais fatos	<u>Síntese dos fatos</u> : A empresa MB Pereira era revendedora de produtos da Salgema, empresa sucedida pela Braskem. A revendedora teve sua falência decretada e busca responsabilizar a Braskem. As ações foram propostas em 1997 e, após análise da exceção de incompetência, foram redistribuídas sob os números aqui indicados. A ação de nº 01302261320028050001 foi julgada extinta em 1º grau em razão da ilegitimidade passiva do Autor, o que foi confirmado em 2º grau. A ação de nº 01456309420088050001 ainda não tiveram julgamento em 1ª instância.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 202 milhões

AÇÃO INDENIZATÓRIA CÍVEL 00262318420168160001	
a. Juízo	7º Vara Cível de Curitiba

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AÇÃO INDENIZATÓRIA CÍVEL 00262318420168160001	
b. Instância	1ª
c. Data de instauração	26/09/2016
d. Partes no processo	Resibril Química S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 204 milhões
f. Principais fatos	Em janeiro de 2017 a Companhia foi citada para apresentar defesa em uma ação cível movida pelo antigo revendedor de solventes, por suposta violação de um contrato tácito de distribuição. Atualmente, aguarda-se a prolação de sentença em 1ª instância.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 204 milhões

AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 1013000-13.2018.8.26.0554	
a. Juízo	02º Vara Cível do Foro da Comarca de Santo André/SP
b. Instância	01ª instância
c. Data de distribuição	06/06/2018
d. Partes no processo	<p><u>Autor:</u> Ministério Público do Estado de São Paulo</p> <p><u>Réus:</u> Braskem S.A. – Unidade Pe7; Braskem S/A – Unidade Q3; Unipar Comercial e Distribuidora S A; Oxitenno Ind. e Com. S.A; White Martins Gases Industriais Ltda.; Vitopel do Brasil Ltda.; Oxitenno S/A Indústria e Comércio; Petroleo Brasileiro S A Petrobras; Oxicap Indústria de Gases Ltda.; Chevron Oronite Brasil Ltda.; e Cabot Brasil Indústria e Comércio Ltda.</p>
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 124 milhões – Valor pleiteado pelo Ministério Público, a título de indenização por dano moral coletivo, em 31 dezembro de 2019.</p> <p><u>Objeto da causa:</u> Trata-se de Ação Civil Pública movida pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Santo André do Ministério Público do Estado de São Paulo, em face das empresas Braskem S/A, Unipar Comercial e Distribuidora S.A., Oxitenno Ind. e Com. SA, White Martins Gases Industriais Ltda., Vitopel do Brasil Ltda., Oxitenno S/A Indústria e Comércio – Divisão Química, Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás, Oxicap Indústria de Gases Ltda., Chevron Oronite Brasil Ltda. e Cabot Brasil Indústria e Comércio Ltda., em razão da verificação do alto índice de pessoas portadoras de Tireoidite de Hashimoto, moradoras da região vizinha ao Polo Petroquímico de Capuava, objetivando condenar as empresas Ré: (i) à obrigação de fazer, consistente na reparação e/ou remediação de todos os danos ambientais decorrentes da emissão de poluentes no ar atmosférico, bem como no que for determinado pela perícia a ser realizada, observado o prazo assinalado na sentença; (ii) à obrigação de fazer, consistente na tomada de todas as medidas preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias que se fizerem necessárias à otimização de seus processos produtivos, relativas à prevenção de danos ambientais oriundos e com vistas à eliminação de poluentes lançados no ar</p>

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 1013000-13.2018.8.26.0554	
	atmosférico; (iii) a procederem à elaboração e à execução de medidas compensatórias em relação aos danos ambientais que não comportarem reparação ou remediação, ou ao pagamento de indenizações correspondentes e proporcionais aos referidos danos, cujos respectivos valores deverão ser oportunamente apurados em perícia, revertendo-se os para o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID (Lei Estadual nº 13.555, de 9 de junho de 2009); (iv) ao pagamento de indenização por dano moral ambiental, no importe de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (v) ao pagamento de multa diária no importe de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em caso de descumprimento de qualquer das demais obrigações impostas
f. Principais fatos	<u>Síntese dos fatos</u> : Aguarda-se a expedição de novo Mandado de Citação à Unipar sendo que, com a posterior juntada do referido mandado, iniciaremos a contagem do prazo para apresentação de Contestação nos autos.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	Considerando a natureza jurídica da responsabilidade civil por dano ambiental, pode a reparação ser exigida de todos e de qualquer um dos responsáveis segundo as regras da solidariedade. Todavia, aquele que pagar pela integralidade do dano caberá ação de regresso contra os demais corresponsáveis, pela via da responsabilização subjetiva, procedimento este em que se poderá discutir a parcela de responsabilidade de cada um. Portanto, em caso de perda, sem prejuízo de ação de regresso futura, a Braskem poderá arcar sozinha com a eventual condenação de obrigação de fazer, consistente na reparação e/ou remediação de todos os danos ambientais decorrentes da emissão de poluentes no ar atmosférico, bem como no que for determinado pela perícia a ser realizada. Se não comportarem tais medidas de reparação e/ou remediação, poderá ser exigido pagamento de indenizações correspondentes e proporcionais aos referidos danos. Além disso, a Braskem poderá arcar sozinha com a eventual indenização a título de indenização por dano moral coletivo, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a ser corrigido.

AÇÃO 0017033-90.2008.8.05.0039	
a. Juízo	1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais – Camaçari
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	26/12/2008
d. Partes no processo	<u>Autor</u> : ZURICH INSURANCE PUBLIC LIMITED COMPANY, Assicurazioni Generali S.p.a., Hdi – Gerling Industrie Versicherung Ag e XI Insurance Company Limited <u>Ré</u> : Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<u>Valor envolvido</u> : R\$ 77 milhões <u>Objeto da causa</u> : Trata-se de ação de indenização movida pelas Autoras para que a Braskem seja condenada ao pagamento de indenização no montante de R\$18.228.793,75, equivalente ao pagamento que as Autoras teriam realizado à Mossi na forma prevista no contrato de seguro. Para tanto, as Autoras alegam: (i) problemas ocorridos em máquinas da planta industrial da Braskem em 27.12.2005 e 16.01.2006, que teriam interrompido o fornecimento de para-xileno ("PX") utilizado nas atividades de empresas localizadas

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AÇÃO 0017033-90.2008.8.05.0039	
	em Paulínia, Cabo e Poços; (ii) que esses problemas teriam ocorrido em razão da qualidade do solvente que a Braskem utiliza na produção do PX; (iii) que a Braskem deveria ter zelado pela qualidade do solvente utilizado em suas operações; (iv) que alterações na composição do solvente utilizado no processo da Braskem não configura hipótese de caso fortuito ou força maior; (v) que a Braskem teria agido com negligência ao supostamente deixar de controlar a qualidade do solvente que utiliza; e (vi) que teria sido apurada falha no equipamento da Braskem por equipe de peritos italianos que vieram ao Brasil para analisar a causa desses problemas.
f. Principais fatos	A ação foi distribuída em 26.12.2008. A Braskem apresentou contestação e as Autoras apresentaram réplica. Em 19.2.2019, foi juntada petição das Autoras requerendo (i) a retificação do polo ativo para passar a constar Zurich Insurance Public Limited; (ii) declarar saneado todos os vícios formais de representação em relação às autoras; (iii) deferir a produção de prova; e (iv) manifestar na designação de eventual audiência de conciliação. Aguarda-se, ainda, a apreciação do pedido de produção de provas.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 77,3 milhões

AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 0000648-42.2019.5.19.0007	
a. Juízo	7ª Vara do Trabalho do Maceió
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	19/07/2019
d. Partes no processo	<u>Autor</u> : Ministério Público do Trabalho em Alagoas – MPT-AL <u>Ré</u> : Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<u>Valor envolvido</u> : R\$ 3.625.600.000,00 (três bilhões, seiscentos e vinte e cinco milhões e seiscentos mil reais). <u>Objeto da causa (direito discutido)</u> : Danos materiais aos trabalhadores afetados pelo fenômeno geológico de Alagoas
f. Principais fatos	<u>Síntese dos fatos</u> : Ação Civil Pública com pedido liminar de bloqueio no valor de R\$ 2,5 bilhões para garantir eventuais indenizações por danos materiais aos trabalhadores afetados pelo fenômeno geológico. Na referida ação, o MPT-AL pleiteia ainda a reparação aos trabalhadores a título de danos morais no valor de R\$ 1 bilhão e outras obrigações no valor de R\$ 125 milhões, totalizando R\$ 3,6 bilhões. Em 10 de outubro de 2019, o juiz titular da ação negou a liminar pretendida pelo MPT-AL. Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou um termo de acordo com o Ministério Público do Trabalho - MPT, no montante de R\$ 40 milhões, para implementação de Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais aos moradores e trabalhadores dos bairros afetados pelo fenômeno geológico. Tal programa consiste no apoio à construção de creches e escolas e realização de cursos de capacitação profissional, bem como apoio à Defesa Civil na contratação de pessoal qualificado para a continuidade do processo de monitoramento das áreas de risco dos bairros afetados. Em Com o acordo, o MPT concordou com o encerramento da ação civil pública, dando quitação a todos os pedidos, após o depósito dos R\$ 40 milhões pela Braskem em juízo. Em 03 de Maro de 2020 as Partes realizaram uma audiência de justificação

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 0000648-42.2019.5.19.0007	
	com para revisão dos principais tópicos e termos do acordo apresentados para fins de homologação judicial, que foi homologado pelo juízo da 7ª Vara do Trabalho de Maceió. Em 16 de Março de 2020 a Braskem efetuou o pagamento na integralidade do valor do acordo, fazendo assim coisa julgada ao acordo e finalizando sua obrigação processual.
g. Chance de perda	Não se aplica considerando a composição entre as Partes
h. Análise do impacto em caso de perda	Não se aplica considerando a composição entre as Partes
AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 0803836-61.2019.4.05.8000	
a. Juízo	3ª Vara Federal de Maceió - Estado de Alagoas
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	02/04/2019
d. Partes no processo	<u>Autor</u> : Ministério Público Estadual (MPE) e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE) <u>Ré</u> : Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	\$4,15 bilhões, já reduzido os valores provisionados pela Companhia para fazer frente às despesas do acordo (R\$1,7 Bilhões) e seu respectivo aditivo (provisionamento de R\$ 850 Milhões). <u>Objeto da causa (direito discutido)</u> : Indisponibilidade de ativos financeiros da Braskem, no valor de R\$ 6,7 bilhões, bem como bloqueio das ações da companhia, negociadas em bolsa, para garantir eventual e futura indenização pelos alegados danos, materiais e morais, causados às edificações e aos moradores no bairro do Pinheiro e adjacências, na cidade de Maceió.
f. Principais fatos	<u>Síntese dos fatos</u> : Esta ACP havia requerido o bloqueio liminar de R\$3,7 bilhões e a condenação da Companhia a indenizar os prejuízos causados aos moradores de Pinheiro, Mutange e Bebedouro, estimados pelos Autores em R\$6,7 bilhões. Em 3 de janeiro de 2020, foi homologado Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco ("Termo"), firmado pela Braskem em conjunto com o Ministério Público Estadual ("MPE"), Defensoria Pública Estadual ("DPE"), Ministério Público Federal ("MPF") e Defensoria Pública da União ("DPU"). A homologação foi feita pelo Juiz Federal da 3ª Vara do Estado de Alagoas, tendo tido os seguintes efeitos: (i) desbloqueio de R\$ 3,7 bilhões anteriormente bloqueados do caixa da Braskem no contexto da ACP; (ii) substituição dos seguros-garantia já apresentados pela Companhia ao Juízo no montante aproximado de R\$ 6,4 bilhões por dois seguros-garantia no montante total aproximado de R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões para garantia da Ação Civil Pública proposta pela DPE e pelo MPE e R\$ 1 bilhão para garantia da Ação Civil Pública proposta pelo MPF; (iii) afastamento do risco de novos bloqueios na Ação Civil Pública; (iv) Extinção parcial da ação em relação aos moradores da área do Termo de Acordo que optarem por firmar acordos individuais com a Companhia para recebimento de compensação financeira pela desocupação da área. O Termo tem como objeto a regulamentação de ações cooperativas para a desocupação das áreas de risco e garantia da segurança das pessoas sem assunção de culpa ou nexo de causalidade do fenômeno geológico com as atividades da Companhia. A área do acordo compreende cerca de 4.500 imóveis e 17.000 moradores, que serão atendidos pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação ("Programa"), anteriormente implantado pela Braskem para atender somente os moradores afetados pela implementação da área de resguardo. Em 15 de julho de 2020 a Companhia e as Autoridades firmaram um aditivo ao

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 0803836-61.2019.4.05.8000	
	<p>Termo para incorporar ao Programa a atualização do Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias por parte da Defesa Civil de Maceió, o qual incluiu 1.918 imóveis na área de risco. Em 09 de julho de 2020 a Companhia já havia comunicado ao mercado que estimava gastos adicionais na ordem de R\$ 850 milhões com as medidas de apoio aos moradores das novas áreas.</p> <p>O Programa prevê auxílio à desocupação, auxílio aluguel, transportadora, custos com imobiliária, custos de depósito para móveis, apoio psicológico e de assistentes sociais. Para tal, foi criada a Central do Morador com estrutura exclusiva ao atendimento e apoio aos moradores dos bairros dentro da área de risco.</p> <p>Também foram assinados 3 Instrumentos de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Maceió e a Defesa Civil tendo como objeto estabelecer a mútua cooperação entre as partes para a realização de atividades que têm por objetivo a mitigação de riscos e a segurança da comunidade. Estes acordos contemplam a execução de estudos para entendimento do fenômeno (sísmica de alta resolução, sondagem e sísmica da lagoa, aerogravimetria, etc), estrutura da rede de monitoramento nos bairros e na região dos poços de sal, instalação de uma estação meteorológica, doação de equipamentos para a Defesa Civil Municipal, entre outros.</p> <p>Para fazer frente às ações previstas no Termo de Acordo, a Companhia se comprometeu a manter R\$ 1,7 bilhão em conta corrente, com capital de giro mínimo no valor de R\$ 100 milhões, cuja movimentação será verificada por empresa de auditoria externa.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 4,15 bilhões

AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 0806577-74.2019.4.05.8000	
a. Juízo	3ª Vara Federal de Maceió – Estado de Alagoas
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	16.8.2019
d. Partes no processo	<u>Autor:</u> Ministério Público Federal em Alagoas – MPF-AL <u>Ré:</u> Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p>Valor envolvido: R\$27.290.000.000,00 (vinte e sete bilhões, duzentos e noventa milhões de reais) já considerando a provisão realizada para fechamento dos poços de sal.</p> <p>Objeto da causa (direito discutido): a responsabilização solidária de todos os integrantes do polo passivo no ressarcimento integral dos afetados e, ainda, medidas socioambientais, apresentação de planos de segurança, alteração de práticas de compliance da BRASKEM e suspensão de benefícios governamentais à companhia</p>
f. Principais fatos	<p>Se pleiteia condenação no valor de aproximadamente R\$ 28,2 bilhões, referentes aos danos socioambientais e patrimoniais, além de diversas outras medidas reparatórias, de compliance ambiental, planos de segurança e suspensão de benefícios governamentais da Companhia.</p> <p>Em sede de liminar, foram feitos os seguintes pedidos principais: (i) constituição de fundo privado próprio no valor inicial de R\$ 3,1 bilhões para execução de programas socioambientais e medidas emergenciais, bem como a manutenção de capital de giro em referido fundo no valor de R\$ 2 bilhões ou, após aprovado o cronograma financeiro, o valor equivalente a 100% das despesas previstas para os 12 meses subsequentes; (ii) apresentação de garantias idôneas no valor de R\$ 20,5 bilhões; (iii) vedação à oneração ou alienação de bens do ativo fixo da Companhia e à distribuição de lucros; (iv) bloqueio judicial dos valores</p>

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 0806577-74.2019.4.05.8000	
	<p>provenientes dos lucros que não foram distribuídos até a presente data; e (v) suspensão de financiamentos com o BNDES e incentivos governamentais, além do vencimento antecipado das operações financeiras com o BNDES.</p> <p>Em janeiro 2020, o juiz da 3ª Vara Federal de Alagoas negou os pedidos liminares do Ministério Público Federal de Alagoas contra a Companhia acima expostos. A Companhia está em constante diálogo com o Ministério Público Federal de Alagoas visando a celebração de potencial acordo para encerramento desta ação. O acordo potencial ainda é incerto e está sujeito à conclusão de tratativas em andamento e à aprovação pela Companhia e pelas autoridades competentes.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 27,2 bilhões

AÇÃO INDENIZATÓRIA nº 0717049-18.2019.8.02.0001	
a. Juízo	9ª Vara Cível da Capital – Foro de Maceió
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	29.7.2019
d. Partes no processo	<u>Autor</u> : Construtora H. Lobo (em recuperação judicial) <u>Ré</u> : Braskem S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	<p><u>Valor envolvido</u>: R\$146 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido)</u>: Danos e lucros cessantes em razão de compromisso de compra e venda de um terreno da Braskem no Bairro do Pinheiro</p>
f. Principais fatos	<u>Síntese dos fatos</u> : Ação Indenizatória ajuizada pela Construtora H. Lobo (em recuperação judicial), alegando haver suportado danos e lucros cessantes em razão de compromisso de compra e venda de um terreno da Braskem no Bairro do Pinheiro. Referido contrato foi rescindido pela Braskem por falta de pagamento pela Construtora. Apesar disso, a Construtora alega que a Braskem teria ocultado a informação da existência de problemas estruturais em poços de extração de sal desativados, localizados no terreno em questão.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 146 milhões

AUTOS DE INFRAÇÃO E DECLARAÇÕES DE COMPENSAÇÃO	
a. Chance de perda / Valores envolvidos	Possível, em relação à aproximadamente R\$ 1,2 bilhões. Provável, em relação à aproximadamente R\$ 193 milhões.
b. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência	Utilização pela Companhia e suas incorporadas dos créditos de PIS e COFINS na sistemática não cumulativa relativos aos gastos que configurem custos de produção nos períodos compreendidos entre os exercícios de 2006 e 2016.

DECLARAÇÕES DE COMPENSAÇÃO	
a. Chance de perda / Valores envolvidos	Possível, em relação a R\$ 289 milhões.
b. Prática da Companhia ou de sua controlada que	Compensação de créditos de PIS/COFINS não cumulativos, Saldo Negativo de IR/CSLL, REINTEGRA, dentre outros, com tributos federais não

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

causou tal contingência	homologadas pela Receita Federal.
--------------------------------	-----------------------------------

AUTOS DE INFRAÇÃO E EXECUÇÕES FISCAIS	
a. Chance de perda / Valores	Possível, em relação à aproximadamente R\$ 740 milhões.
b. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência	Utilização pela Companhia e suas incorporadas de créditos de ICMS na aquisição de bens (i) considerados pelo Fisco como sendo de uso e consumo, e, (ii) destinados ao ativo imobilizado, considerados pelo Fisco como não vinculados à atividade produtiva, tais como equipamentos de laboratório, materiais para construção de galpões, equipamentos de segurança; transferência interna de produtos acabados por valor inferior ao do custo de produção; omissão de entrada ou de saída de mercadorias em face de levantamento quantitativo de estoque; falta de comprovação de que a Companhia exportou mercadorias, de modo que a saída se presume tributada para o mercado interno; não recolhimento de ICMS na venda de produtos sujeitos à substituição tributária e creditamento decorrente de aquisições de produtos sujeitos à substituição tributária; multas por falta de registro de notas fiscais; não recolhimento de ICMS sobre os encargos relacionados com a utilização dos sistemas de transmissão de energia elétrica em operações realizadas no Ambiente de Contratação Livre (ACL) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); e utilização de base de cálculo de ICMS inferior à prevista na legislação nas transferências internas de Dicloretano Bruto no Estado de Alagoas.

AUTOS DE INFRAÇÃO E EXECUÇÕES FISCAIS	
a. Chance de perda / Valores envolvidos	Possível, em relação à aproximadamente R\$ 61,2 milhões. Remota, em relação à aproximadamente R\$ 30,7 milhões.
b. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência	Insuficiência de recolhimento de COFINS relativo aos períodos de março de 1999 a dezembro de 2000, fevereiro de 2001 a março de 2002, maio a julho de 2002 e setembro de 2002, em razão de supostos erros de cálculo e não atendimento do alargamento de base de cálculo e da majoração da alíquota da contribuição, previstos na Lei nº 9.718/98; utilização pela Companhia de créditos decorrentes do adicional de 1% da COFINS para compensação de débitos desse mesmo tributo; utilização pela Companhia de créditos de PIS Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, apurados entre junho de 1990 e outubro de 1995, para compensação de débitos de PIS e COFINS, relativos ao período de fevereiro a abril de 2002, após o suposto transcurso do prazo prescricional para aproveitamento dos referidos créditos; e ausência de tributação de receitas com variações cambiais auferidas em razão de sucessivas reduções do capital de sociedade ligada.

AUTOS DE INFRAÇÃO, EXECUÇÕES FISCAIS E DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO	
a. Chance de perda / Valores envolvidos	Possível, em relação à aproximadamente R\$ 148 milhões.
b. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência	Utilização pela Companhia de créditos resultantes de processos administrativos e judiciais, dentre eles: (i) antecipações de IR; (ii) FINSOCIAL; (iii) imposto sobre o lucro líquido; (iv) PIS-Decretos; e (v) COFINS decorrente de pagamento indevido ou a maior, bem como a incidência de COFINS sobre Juros sobre Capital Próprio.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO	
a. Chance de perda / Valores envolvidos	Possível, em relação à aproximadamente R\$ 196 milhões.
b. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência	Compensações de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL com tributos federais indeferidas pela Receita Federal do Brasil.

4.3.1. Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos no desenvolvimento normal de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R\$ 42.255 milhões dos quais aproximadamente R\$ 220 milhões foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável, bem como para os processos com chance de perda possível, nos casos decorrentes da combinação de negócios.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

PROCESSO Nº 0700615-89.2015.8.05.0039	
a. Juízo	2ª Vara Cível de Camaçari, Bahia
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	25/03/2015
d. Partes no processo	<u>Autores</u> : Comércio e Indústria Refiate Ltda. e outros <u>Ré</u> : Companhia (sucessora da Polialden Petroquímica S/A)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 185,1 milhões
f. Principais fatos	Incidente de liquidação de sentença referente à ação que foi julgada procedente e determinou à Braskem que efetuasse a redistribuições dos lucros remanescentes da Polialden também aos acionistas preferenciais. O processo encontra-se em fase de realização da perícia contábil.
g. Chance de perda	Provável.
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 15,3 milhões

PROCESSO 001.91.002686-9	
a. Juízo	5ª Vara Cível Maceió
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	20/3/1991
d. Partes no processo	<u>Autor</u> : Banco do Brasil S/A <u>Ré</u> : Companhia (sucessora da Salgema Indústrias Químicas SA.)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 59,6 milhões
f. Principais fatos	<p><u>Objeto</u>: Trata-se de ação judicial por meio da qual o Autor requer (i) declaração do direito do Banco do Brasil, como titular de ações preferenciais classe A, às bonificações resultantes da capitalização de lucros e outras receitas e à participação nos lucros remanescentes, (ii) condenação da Braskem a adaptar o seu Estatuto Social no tocante às restrições impostas às ações preferenciais classe A, bem como a indenizar o Banco do Brasil na diferença entre os valores pagos e os legalmente devidos a título de dividendos e bonificações a partir da data de aquisição das suas ações.</p> <p><u>Andamento processual</u>: Foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados pelo Banco do Brasil, confirmada em sede de apelação, transitada em julgado. Iniciada a fase de liquidação foi reconhecida a prescrição dos pedidos com relação aos dividendos e bonificações referentes ao período entre 1987 e 1989. O Banco do Brasil interpôs Agravo de Instrumento contra a referida decisão, ao qual foi dado provimento. Em razão desse julgamento, foi interposto Recurso Especial pela Braskem em 14.04.2016, o qual foi admitido parcialmente pelo Tribunal de Justiça de Alagoas. Foram opostos embargos de declaração para corrigir premissa equivocada da decisão, o qual ainda aguarda julgamento. Em 16.10.18, foi proferida decisão acolhendo os embargos de declaração opostos pela Braskem para corrigir premissa equivocada e determinar a remessa do Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça. Em 28.02.2019, o Recurso Especial foi</p>

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

PROCESSO 001.91.002686-9	
	autuado no Superior Tribunal de Justiça sob o nº 1801244.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 59,6 milhões

4.4.1. Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R\$ 245 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 75 milhões foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável, bem como para os processos com chance de perda possível, nos casos decorrentes da combinação de negócios.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas Controladas não figuravam como parte em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas Controladas não figuravam como parte em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas Controladas não figuravam como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Versão: 1

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Acordo de Leniência

(a) Acordo Global com as autoridades

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, a Companhia contratou especialistas em investigação interna para conduzirem uma investigação independente de tais alegações ("Investigação") e reportarem os seus resultados. A Companhia cooperou e segue cooperando com autoridades públicas de diversas jurisdições, inclusive com o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC), o Ministério Público Federal do Brasil (MPF) e a Procuradoria Geral da Suíça (OAG).

Em dezembro de 2016, a Companhia celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal ("Acordo MPF") e com as autoridades dos Estados Unidos e Suíça ("Acordo Global"), no valor aproximado de US\$957 milhões (aproximadamente R\$3,1 bilhões à época), os quais tiveram sua homologação definitiva da seguinte forma:

1. No Brasil, o Acordo MPF foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 15 de dezembro de 2016 e, em 6 de junho de 2017, pela 13ª Vara Federal de Curitiba.
2. O acordo com o Department of Justice dos Estados Unidos ("DoJ") foi confirmado por sentença pela justiça americana em 26 de janeiro de 2017 ("*Plea Agreement*")
3. A confirmação do acordo com a *Securities and Exchange Commission* ("SEC") ocorreu em 28 de fevereiro de 2017.
4. O acordo com as autoridades suíças não dependeu de homologação para produção dos seus efeitos, tendo a OAG, em 21 de dezembro de 2016, concluído as suas investigações e emitido uma ordem de encerramento do caso com base na colaboração da Companhia.

Do montante total do Acordo Global, a Companhia já pagou aproximadamente R\$2,3 bilhões, da seguinte forma:

1. US\$94.894 (R\$296.591) ao DoJ, pagos em 8 de fevereiro de 2017;
2. US\$65.000 (R\$206.460) à SEC, pagos em 27 de abril de 2017;
3. CHF30.240 (R\$104.307) à Procuradoria-Geral da Suíça, pagos em 27 de junho de 2017;
4. R\$736.445 ao MPF, pagos em 6 de julho de 2017;
5. R\$267.985 ao MPF, referente à primeira das seis parcelas anuais devidas até 2023, paga em 30 de janeiro de 2018;

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

6. CHF16.065 (R\$62.021) à Procuradoria-Geral da Suíça, referente à primeira das quatro parcelas anuais devidas até 2021, paga em 28 de junho de 2018;
7. R\$278.034 ao MPF, referente à segunda das seis parcelas anuais devidas até 2023, paga em 30 de janeiro de 2019;
8. CHF16.065 (R\$58.034) à Procuradoria-Geral da Suíça, referente à segunda das quatro parcelas anuais devidas até 2021, paga em 27 de junho de 2019;
9. R\$257.256 pagos em 30 de janeiro de 2020 à União Federal referente à parcela anual dos acordos de leniência firmados com o MPF e com a CGU e a AGU, conforme abaixo; e
10. CHF16.065 à Procuradoria-Geral da Suíça, referente à terceira das quatro parcelas anuais devidas até 2021, paga em 30 de junho de 2020.

Conforme comunicado ao mercado em 10 de julho de 2018 e fato relevante em 27 de maio de 2019, a Companhia se engajou em processo de cooperação e negociação com o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União ("CGU") e a Advocacia Geral da União ("AGU"), que culminou com a assinatura de acordo de leniência com referidas autoridades em 31 de maio de 2019 ("Acordo CGU/AGU" e, em conjunto com o Acordo Global, simplesmente "Acordos").

O Acordo CGU/AGU trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global firmado em dezembro de 2016 e prevê um desembolso adicional de aproximadamente R\$410 milhões, em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU e a AGU. Atendendo à solicitação da Companhia e do MPF, a Justiça Federal homologou a destinação de recursos do Acordo MPF para pagamento do Acordo CGU/AGU. As parcelas vincendas do Acordo MPF aproveitarão ao Acordo CGU/AGU e passarão a serem corrigidas pela taxa SELIC, a partir da assinatura do Acordo CGU/AGU. O desembolso adicional de aproximadamente R\$410 milhões será pago em duas parcelas anuais ao final do cronograma de pagamentos do Acordo MPF, nos anos de 2024 e 2025.

AGU, CGU e MPF concordaram em destinar a maior parte dos valores recebidos com base nos Acordos para a reparação das vítimas dos atos ilícitos, inclusive outras autoridades e entes públicos, e a empreender gestões perante esses terceiros com os quais a Braskem venha a iniciar tratativas em relação aos fatos objetos dos Acordos com o objetivo de evitar o ressarcimento em duplicidade.

O valor das parcelas vincendas, desde a celebração do Acordo CGU/AGU, descontado o valor da parcela paga em 30 de janeiro de 2020, é de aproximadamente R\$1,5 bilhão e será pago da seguinte forma:

1. CHF16.065 à Procuradoria-Geral da Suíça, referente última parcela anual remanescente, com vencimento em 30 de junho de 2021;
2. Aproximadamente R\$900 milhões em decorrência ao Acordo MPF e Acordo CGU/AGU em três parcelas anuais, iguais e sucessivas corrigidas pela variação da SELIC devidas em 30 de janeiro de cada ano a partir de 2021. Como garantia da realização dos pagamentos

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

dessas parcelas vincendas, a Braskem ofereceu bens do ativo imobilizado em valor correspondente a uma parcela anual;

3. R\$409.876 em decorrência do Acordo CGU/AGU, corrigidos pela variação da SELIC desde a data da celebração daquele acordo, sendo a primeira parcela no valor de R\$284.665 devida em 30 de janeiro de 2024 e a segunda parcela no valor de R\$125.211 devida em 30 de janeiro de 2025.

Adicionalmente, em 2019, a Companhia realizou tratativas com o Ministério Público da Bahia, que também aderiu ao Acordo MPF, bem como com o Ministério Público do Rio Grande do Sul, que também aderiu ao Acordo MPF. Não houve previsão de qualquer pagamento adicional por parte da Companhia em relação a ambos.

Os Acordos não eximem a Companhia de responder a outros terceiros com interesse legítimo que busquem indenização por danos causados em relação aos fatos cobertos pelos Acordos, inclusive outras autoridades que busquem aplicar novas sanções pecuniárias ou multas ou instaurar novas investigações sobre a Companhia. Portanto, ainda que a Companhia não antecipe a necessidade de qualquer pagamento adicional, não é possível assegurar que o montante total acordado será suficiente para a reparação integral de eventuais prejudicados.

A Companhia seguirá cooperando com as autoridades públicas competentes e implementando melhorias em suas práticas de conformidade e combate à corrupção. Durante os últimos três anos, a Companhia esteve sujeita a monitoramento independente como resultado dos Acordos. Coube aos monitores verificar o cumprimento do Acordo Global, bem como a eficácia dos controles, políticas e procedimentos internos da Companhia para redução do risco de descumprimento das leis anticorrupção.

Em março de 2020, com base no relatório de certificação emitido pelos monitores independentes, o MPF confirmou o fim do monitoramento, a efetividade do programa de conformidade da Companhia e o cumprimento das obrigações do Acordo MPF. Posteriormente, em 13 de maio de 2020, DoJ e SEC confirmaram o término da monitoria prevista nos acordos firmados em 21 de dezembro de 2016 ("Acordos") com aquelas autoridades. Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia na oportunidade, "a decisão do DoJ e da SEC se baseou no relatório final dos monitores independentes que atestaram a implementação, pela Companhia, de todas as recomendações relativas à estruturação e funcionamento do seu programa de conformidade e concluiriam que o referido programa atende aos padrões estabelecidos nos referidos Acordos".

A Companhia está em dia com todas as suas obrigações decorrentes dos Acordos.

(b) Deficiências de controle e Programa de Conformidade

Com o processo investigativo ocorrido em 2016 e a confirmação dos atos ilícitos, a Companhia identificou deficiências materiais de controles.

No mesmo ano, deu-se início a um amplo Programa de Conformidade na Braskem, visando a mitigação de riscos de processos e prover melhorias significantes no ambiente geral de controle

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

da Braskem. O Programa também apresenta ações que têm sido realizadas no decorrer de 2017, 2018 e 2019.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, uma série de iniciativas de Conformidade foram implementadas e/ou aprimoradas pela Companhia:

1. Aumento do quadro de integrantes da área de Conformidade;
2. Designação e contratação dos monitores independentes junto ao DoJ e MPF, e realização de análises de processos e documentos da Companhia pelos monitores;
3. Aprovações e/ou revisões de documentações orientadoras relevantes: Política Global Anticorrupção; Política Global do Sistema de Conformidade; Código de Conduta; Código de Conduta de Terceiros; Política Global de Gestão de Riscos; Diretriz Global de Compras, Diretriz Global de Vendas, Diretriz de Controles Internos, Diretriz de Auditoria Interna; Diretriz de Cartão de Crédito Corporativo; Diretriz de Alçadas de Aprovação; Diretriz de Due Diligence de Terceiros; Diretriz de Conflitos de Interesse; Procedimento de Pagamento de Comissões a Agentes; Diretriz de Doações e Patrocínio, Diretriz de Viagens, Diretriz e do Procedimento de Relacionamento com Agentes Públicos; Protocolos de Investigação Linha de Ética, entre outros;
4. Aprovação do Procedimento de Linha de Ética, considerando o processo formal de tratativa de denúncias e protocolos de investigação; Continuidade do programa de treinamento, com foco no Sistema de Conformidade, legislações aplicáveis e sensibilização de Integrantes;
5. Definição da meta corporativa relacionada a Conformidade para todos os líderes da Companhia;
6. Participação formal e efetiva nos grupos de trabalho: Anticorrupção da ONU e Integridade do ETHOS;
7. Melhoria nos processos de cadastro e homologação de fornecedores com implementação de avaliação de risco e integridade de terceiros;
8. Desenvolvimento e aplicação do Plano de Comunicação, disseminando o compromisso da Companhia em conduzir o Negócio com Ética, Integridade e Transparência;
9. Continuação de atuação do Canal de Denúncias e melhoria continua da ferramenta e tratamento do recebimento de alegações;
10. Mapeamentos de riscos e controles e avaliações de efetividade dos controles para os processos corporativos mais relevantes das companhias com negócios no Brasil, EUA, México, Holanda e Alemanha;
11. Uso de cláusulas anticorrupção nos contratos com terceiros;

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

12. Implementação de melhorias nos controles internos, de modo a remediar deficiências identificadas nos processos internos (principalmente as deficiências materiais e significativas) e prevenir contra vulnerabilidades no futuro;
13. Mapeamento dos riscos e controles de Anticorrupção e Antissuborno e aprimoramento do ERM em relação à esses temas;
14. Definição e revisão de metodologia corporativa de Gestão de Riscos a ser aplicada no Brasil, EUA, México, Holanda e Alemanha;
15. Implantação e aprimoramentos de ferramentas e sistemas de Compliance, Controles Internos, Gestão de Riscos e Auditoria Interna;
16. Inclusão de Riscos de Anticorrupção e Antissuborno no escopo dos trabalhos de Auditoria Interna;
17. Realização de trabalhos de Auditoria Interna, com endereçamento das fragilidades e recomendações de melhorias às áreas envolvidas nos processos avaliados.
18. Trabalhos de comunicação para conscientização sobre o tema de Integridade.
19. Criação e divulgação de treinamentos sobre temas de Integridade relacionados ao Código de Conduta e Combate a Corrupção;

Em, 11 de março de 2020 o MPF, e em 13 de maio de 2020 o DoJ e a SEC confirmaram a conclusão da monitoria de conformidade independente na Braskem, que foi estabelecida nos acordos celebrados pela Braskem, o DoJ e a SEC em 21 de dezembro de 2016. A decisão do DoJ e da SEC foi baseada em um relatório final de monitores independentes que certificaram que a Companhia implementou todas as recomendações com relação à estrutura e execução de seu programa de conformidade e concluiu que a Companhia cumpriu com as normas estabelecidas nos acordos celebrados com o DoJ e a SEC. Após o fim do período de monitoria independente e a certificação pelo MPF, pelo DoJ e pela SEC, a Companhia cumpriu com suas obrigações estabelecida nos acordos celebrados com essas autoridades e concluiu, de forma bem-sucedida, o monitoramento de três anos.

Fenômeno geológico – Alagoas

A Companhia operou, até maio de 2019, poços de extração de sal-gema localizados na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, com o objetivo de prover matéria-prima à sua unidade de produção de cloro-soda e dicloreto. Logo após um tremor de terra ocorrido na região em março de 2018, a Companhia iniciou estudos através de instituições especialistas independentes com o objetivo de identificar as causas do fenômeno geológico e medidas a serem tomadas.

Em maio de 2019, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais do Ministério de Minas e Energia do Brasil ("CPRM") divulgou relatório sobre o evento, indicando que as suas causas estariam relacionadas às atividades de exploração de sal-gema pela Braskem. Esse fenômeno

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

geológico de causa desconhecida está sendo investigado e para tal necessita de uma série de estudos. Diante da instabilidade ocorrida nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto e risco aos moradores da região, em 9 de maio de 2019, a Braskem decidiu paralisar a atividades de extração de sal-gema e a operação da fábrica de cloro-soda e dicloreto.

A Companhia realizou e vem realizando, com o apoio de instituições independentes e especialistas renomados nacional e internacionalmente, estudos focados: (i) no entendimento das causas do fenômeno geológico; e (ii) na análise da situação dos poços. Referidos estudos vêm sendo compartilhados com a Agência Nacional de Mineração ("ANM"), com quem a Companhia mantém constantes diálogos.

Em 14 de novembro de 2019, a Braskem apresentou à ANM medidas para encerramento definitivo das atividades de extração de sal em Maceió, com o fechamento dos seus poços e propôs a criação de uma área de resguardo no entorno de determinados poços como medidas de precaução e proteção às pessoas. Essas medidas são baseadas em estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG) da Alemanha, referência internacional em geomecânica de poços de sal, e estão sendo realizadas em coordenação com a Defesa Civil e demais autoridades.

Em 31 de dezembro de 2019, com base em sua avaliação e dos seus assessores externos, levando em consideração as informações existentes, diálogo com autoridades e melhor estimativa dos gastos para as diversas medidas de segurança aos moradores, a Companhia registrou provisão no montante de R\$ 3.383.067 mil, sendo R\$ 1.450.476 mil no passivo circulante e R\$ 1.932.591 mil no passivo não circulante. Devido à inerente mudança de premissas relacionadas às provisões decorrente de novos fatos e circunstâncias, do tempo de execução e extensão dos planos de ação, dos resultados de estudos futuros dos especialistas e desfecho de ações judiciais em curso, a provisão pode sofrer atualizações ao longo do tempo para refletir o desenvolvimento do tema.

Em 9 de julho de 2020, após a atualização do Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias por parte da Defesa Civil de Maceió, o qual incluiu 1.918 imóveis para desocupação nos bairros Mutange, Bom Parto, Pinheiro e Bebedouro, em Maceió, Alagoas, a Companhia provisionou o montante de R\$ 850 milhões referente a potenciais medidas de apoio aos moradores das novas áreas e o montante de R\$ 750 milhões referente a gastos adicionais previstos com medidas para encerramento definitivo das atividades de extração de sal em Maceió, gestão da operação, realocação de imóveis incluídos via perícia técnica, dentre outros.

(a) Ações judiciais em curso

No contexto deste evento, foram propostas as seguintes ações contra a Companhia: (i) Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPE) e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE) – Reparação aos moradores; (ii) Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em Alagoas – MPT-AL – Reparação aos trabalhadores; (iii) Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em Alagoas – MPF-AL - Reparação socioambiental; (iv) Ação indenizatória - Imóvel Bairro Pinheiro; (v) Inquérito Civil – Danos Urbanísticos. Para mais informações sobre estas ações, favor verificar o item 4.3 deste Formulário de Referência.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

(i) Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, uma vez que a Companhia é uma emissora nacional.

(ii) Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, uma vez que a Companhia é uma emissora nacional.

(iii) Hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, uma vez que a Companhia é uma emissora nacional.

(iv) Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, uma vez que a Companhia é uma emissora nacional.

(v) Outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, uma vez que a Companhia é uma emissora nacional.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia, como parte de seu programa de Conformidade, aprovou junto ao Conselho de Administração, em 25 de abril de 2018, a Política Global de Gestão de Riscos, com base nas boas práticas de mercado preconizadas pela ISO 31000, pelo COSO ERM e pelo IBGC.

A Política Global de Gestão de Riscos está disponível nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política Global de Gestão de Riscos tem o objetivo de estabelecer um processo de gestão cíclico e contínuo para identificar, entender, avaliar, priorizar, tratar, comunicar, monitorar e responder aos riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos estabelecidos, buscando reduzir os níveis de exposição a perdas pela Companhia. Também, visa assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais a Companhia está exposta, aumentando a probabilidade de alcançar seus objetivos e reduzir os riscos a níveis aceitáveis. Busca também preservar o patrimônio tangível e intangível dos acionistas, a segurança das pessoas e a integridade do meio ambiente e comunidades, por meio da melhoria dos processos de tomada de decisões, bem como do tratamento adequado dos riscos e impactos negativos decorrentes de sua materialização.

A Companhia entende que a redução da imprevisibilidade de eventos que podem colocar seus negócios em risco, favorece a atuação ética com integridade e transparência na condução de seus negócios, sendo essencial para sua sobrevivência, crescimento e perpetuidade.

A partir dos resultados obtidos da análise e interpretação dos riscos, considerando os respectivos impactos ao negócio e a sua probabilidade de materialização, a Companhia está sempre aprimorando seu ambiente de controles e processos internos.

(i) *Riscos para os quais se busca proteção*

Na Política Global de Gestão de Riscos, os riscos são definidos como “possibilidade de um evento ocorrer e afetar negativamente a Companhia, causando desvio em relação ao esperado (de forma positiva ou negativa) e incerteza na realização dos objetivos da Braskem”.

Após a identificação dos riscos, pelos procedimentos descritos no item (ii).2 abaixo, estes são classificados em quatro categorias: (i) Riscos Estratégicos, conjunto de riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente; (ii) Riscos Financeiros, conjunto de riscos associados às decisões financeiras decorrentes do mercado financeiro (ex. taxa de juros), crédito (ex. contraparte) e liquidez para honrar compromissos (ex. descasamento entre ativos e passivos); (iii) Riscos Operacionais, conjunto de riscos decorrentes da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia; e (iv) Riscos Regulatórios, conjunto de riscos decorrentes de descumprimentos de leis, desvios de conduta e da documentação orientadora.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia avalia os riscos classificados conforme estabelecido na Política Global de Gestão de Riscos bem como estabelece a priorização para definição de planos de mitigação alinhados com objetivos estratégicos.

Os riscos identificados, classificados e priorizados nos termos da Política Global de Gestão de Riscos encontram-se descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) ***Instrumentos utilizados para proteção***

O processo de gestão de riscos da Companhia abrange as seguintes etapas:

1. Estabelecimento do contexto: (i) entendimento da Companhia e seu contexto externo (ambiente financeiro, econômico, regulatório, relações com stakeholders etc.) e interno (modelo de governança, macroestrutura, objetivos estratégicos, estrutura de capital, acesso ao crédito etc.) com base no estudo dos materiais corporativos, em entrevistas com os gestores e fontes de informações externas; e (ii) definição do Apetite ao Risco da Companhia (nível máximo ao qual a Companhia está disposta a se expor em relação ao(s) risco(s) para cumprir seus objetivos e agregar valor aos stakeholders. Riscos que a Companhia está preparada para buscar, manter ou assumir), a qual utiliza os parâmetros da escala de Impacto dos Riscos da Braskem (avaliação qualitativa e/ou quantitativa do efeito ou consequência na Companhia da materialização do risco a que a Braskem possa estar exposta ou desprotegida);
2. Identificação e mapeamento de riscos: a etapa de identificação se inicia a partir de uma lista preliminar sugerida pela área de Gestão de Riscos Corporativa, denominada Dicionário de Riscos Corporativos, que considera diferentes fontes de informação tanto internas como externas à Companhia. A partir de reuniões e entrevistas com as diferentes áreas de negócio, novos riscos podem ser identificados pelas áreas de negócio, atualizando o Dicionário Corporativo de Riscos.;
3. Análise e avaliação de riscos: apreciação das causas e das fontes de risco, suas consequências positivas e negativas, e a Probabilidade (é a avaliação qualitativa e/ou quantitativa da possibilidade de ocorrência do evento em determinado horizonte de tempo. Pode ser feita com base em um histórico da materialização do risco e/ou percepção do *Risk Owner*) de que essas consequências possam acontecer, medidos a partir de uma matriz de risco ou *heatmap*. A área de Gestão de Riscos Corporativa é responsável por auxiliar e conduzir o projeto que permite que os diferentes Líderes de negócio do Grupo Braskem realizem as avaliações dos riscos relacionados à Companhia;
4. Priorização dos riscos: com finalidade de auxiliar na tomada de decisões da Administração sobre o direcionamento e priorização das iniciativas necessárias para responder às principais ameaças a que a Companhia está exposta;
5. Tratamento de riscos: envolve a seleção de uma ou mais opções para mitigar os riscos e a priorização no cronograma de implementação. Pode ser necessário que a Companhia decida implementar medidas ou controles compensatórios, até ser implementada uma solução definitiva. Uma vez implementadas as medidas, o tratamento do risco fornece novos controles ou modifica os existentes, gerando um ambiente mais robusto e transparente. As alternativas para tratamentos dos riscos são:
 - Evitar risco: possível mediante a eliminação do processo ou ação que gera o evento de risco;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Reduzir risco: requer a criação de controles que minimizem a potencial exposição ao evento de risco, seja reduzindo o impacto do risco no negócio e/ou a probabilidade de ocorrência;
- Transferir risco: permite continuar com uma operação de um processo de risco, com a garantia de que, caso se materialize, a responsabilidade financeira ou de resposta aos danos será de terceiros; e
- Aceitar risco: permite continuar operando com a atual estrutura de controles existente, ou aceitar a materialização potencial do risco caso não existam controles adicionais ou sua implementação não seja viável sob o ponto de vista econômico.

6. Comunicação e consulta: implantação de processos contínuos e interativos que permitem fornecer, compartilhar ou obter informações, além de envolver a Braskem no diálogo com as partes interessadas sobre a situação geral de riscos e as medidas tomadas pela Companhia. Seu objetivo é tornar efetivas as ações de prevenção, detecção e remediação. Adicionalmente, o Líder de Negócios da Braskem (CEO) deve manter a comunicação com o Conselho de Administração de forma a garantir a atualização, participação e alinhamento do processo de Gestão dos Riscos, observando a governança da Companhia; e

7. Monitoramento e análise crítica: tem como objetivo avaliar a efetividade do processo de Gestão de Riscos e dos controles internos, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes. Busca também assegurar o correto funcionamento e identificar oportunidades de aprimoramento. Consiste na verificação, supervisão e observação crítica executadas de forma contínua, a fim de identificar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado.

Os resultados da avaliação de riscos, assim como a priorização realizada são reportados periodicamente ao Conselho de Administração. A efetividade desse processo é fundamental para o aprimoramento do desempenho empresarial e eficácia do Sistema de Conformidade da Braskem.

Além disto, o Sistema de Conformidade da Braskem estabelece um conjunto de medidas para prevenir, detectar e remediar os riscos mencionados acima, conforme descritos no item 5.4 deste Formulário de Referência.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

• O processo de gestão de risco da Companhia envolve as seguintes estruturas organizacionais:

- I. Conselho de Administração, responsável por:
 - Aprovar a Política Global de Gestão de Riscos;
 - Aprovar proposta de Appetite ao Risco da Companhia;
 - Aprovar a Matriz de Riscos e o planejamento de trabalho de Gestão de Riscos;
 - Aprovar os Planos de Mitigação e de Contingência propostos para responder aos Riscos; e
 - Acompanhar periodicamente a Matriz de Riscos e os Planos de Mitigação e de Contingência.
- II. Comitê de Conformidade, responsável por:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Avaliar e submeter à aprovação do CA a proposta da Política Global de Gestão de Riscos;
- Avaliar e submeter à aprovação do CA as propostas de Appetite ao Risco e da Matriz de Risco da Companhia;
- Avaliar e submeter à aprovação CA o planejamento de trabalho de Gestão de Riscos; e
- Avaliar e manter atualizada a documentação orientadora de Gestão de Riscos (governança, metodologia, processos, sistemas, entre outros).
- III. Líder de Negócio Braskem ("LN-Braskem"), responsável por:
 - Garantir a participação do negócio na execução dos processos e da metodologia de Gestão de Riscos;
 - Incorporar as prioridades e metas relacionadas à Gestão de Riscos no seu programa de ação;
 - Propor ao CA, após a análise e revisão pelo Grupo de Gestão de Riscos e avaliação pelo CC, os critérios de avaliação de Impacto do Risco e Probabilidade, o Appetite a Risco, a Matriz de Riscos e os Planos de Mitigação e de Contingência; e
 - Apresentar ao CA o acompanhamento dos Riscos prioritários.
- IV. Grupo de Gestão de Riscos, responsável por:
 - Revisar a proposta de Appetite ao Risco, incluindo os critérios de Impacto de Risco e Probabilidade;
 - Analisar as propostas de avaliação e priorização feitas por cada Responsável por Risco para definição da Matriz de Riscos Corporativa; e
 - Analisar as propostas de tratamento de cada Risco para definição dos Planos de Mitigação e de Contingência.
- V. Área de Gestão de Riscos Corporativa (Conformidade), responsável por:
 - Submeter à avaliação do CC e ao LN-Braskem a documentação orientadora relativa à Gestão de Riscos da Companhia, que deverá conter, no mínimo, a metodologia, os processos e os sistemas inerentes, bem como mantê-la atualizadas;
 - Propor ao LN-Braskem os critérios de Appetite a Risco;
 - Conhecer e transmitir conhecimento sobre Riscos e Gestão de Riscos aos Integrantes, de modo a difundir a cultura de Risco na Braskem;
 - Elaborar e revisar o plano de trabalho de Gestão de Riscos; e
 - Executar e coordenar o processo de Gestão de Riscos da Braskem, assegurando a aplicação da metodologia de Gestão de Riscos.
- VI. Áreas de Negócio ou Apoio, responsáveis por:
 - Gerenciar os Riscos Transacionais sob sua responsabilidade;
 - Propor para a área de Gestão de Riscos os critérios de Appetite a Risco aceitável no processo;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Manter a área de Gestão de Riscos Corporativa atualizada acerca dos Riscos prioritários; e
- Propor para a área de Gestão de Riscos Corporativa o tratamento dos Riscos sob sua responsabilidade e assegurar a elaboração e execução de Planos de Mitigação e Contingência.

As três linhas de defesa, conforme o COSO ERM 2017:

Conforme detalhado acima, a gestão de risco é de responsabilidade primordial das Áreas de Negócios e Administração da Companhia, de modo que, o processo de identificação, avaliação, priorização e mitigação de riscos, capazes de prevenir, identificar e remediar vulnerabilidades em suas ações estratégicas, gerenciais e operacionais devem ser realizadas pelos líderes de cada área de negócio.

Especificamente a priorização dos riscos é uma responsabilidade do Diretor Presidente e do Conselho de Administração. Esta gestão é denominada 1ª linha de defesa.

A área de Gestão de Riscos Corporativa, como parte da 2ª linha de defesa, fornece processos, ferramentas e metodologias estruturadas para apoiar a primeira linha de defesa na identificação, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos assim como o auxílio no acompanhamento dos planos de mitigação dos riscos prioritários.

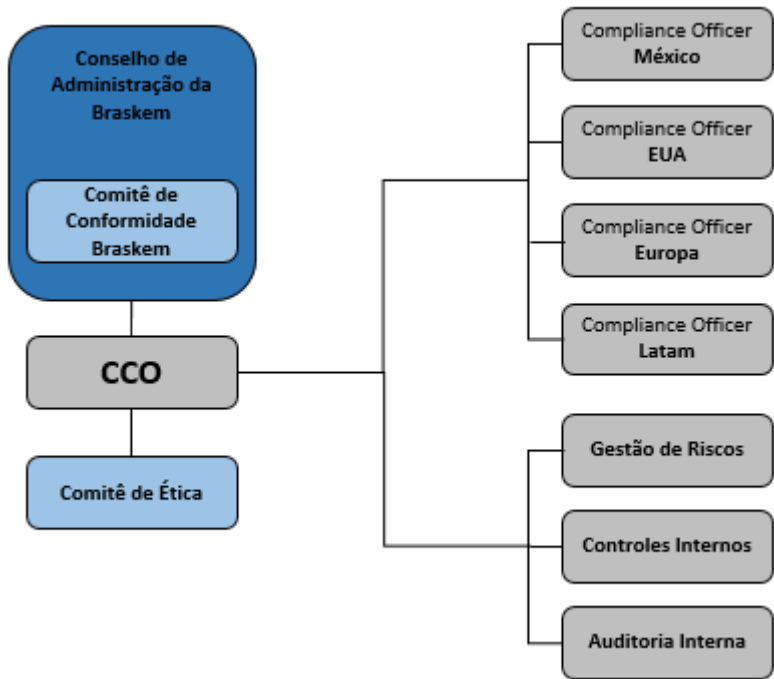


Já os trabalhos realizados pelas frentes de *Compliance*, e Controles Internos da área de Conformidade, auxiliam na visão transacional dos riscos identificando novos fatores de risco, assim como realizando a avaliação dos controles e acompanhamento dos planos de mitigação operacionais.

Em adição, a frente de Auditoria Interna, também da área de Conformidade, avalia de forma objetiva e independente os processos e certifica a sua eficácia, compondo a 3ª linha de defesa.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A governança de Conformidade da Braskem está estruturada da seguinte forma:



(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia acredita que a estrutura operacional e os controles internos são adequados para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Além da Política Global de Gestão de Riscos, descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, especificamente com relação a riscos de mercado, a Companhia adota a Política Financeira, cuja última versão aprovada e atualizada pelo Conselho de Administração data de 11 de junho de 2019. Na Política Financeira são estabelecidos e ratificados conceitos, critérios e limites de delegação para decisões que envolvam: (i) gestão do fluxo de caixa e liquidez da Companhia; (ii) investimento das disponibilidades financeiras; (iii) captação de recursos financeiros; e (iv) concessões de garantias e gestão do risco cambial e de commodities.

A Política Financeira da Braskem está disponível nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os principais riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são: (i) risco cambial; (ii) risco de taxas de juros; (iii) risco de crédito; (iv) risco de liquidez; e (v) risco de *commodities*, conforme detalhados a seguir. Os riscos de mercado aos quais a Companhia entende estar exposta estão descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia utiliza como estratégia de proteção: (i) a possibilidade de realocar a posição de caixa de forma a equalizar a exposição de balanço em linha com a política financeira estabelecida; e (ii) instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar alguns riscos de mercado. As atividades de *hedge* são executadas em conformidade com a Política Financeira, que prevê um programa contínuo de *hedge* para o risco cambial proveniente de suas operações e de itens financeiros ("Programa de Hedge Cambial de Longo Prazo"). Os demais riscos de mercado são abordados na medida em que são introduzidos por cada operação. De um modo geral, a Companhia inclui o julgamento da necessidade de *hedge* durante a análise de operações prospectivas e procura realizar o *hedge* sob medida para as operações consideradas, além de preservar o *hedge* pelo prazo integral da operação que estiver sendo coberta.

A Companhia pode eleger derivativos como *hedge* para aplicação de contabilidade de *hedge*, conforme os Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39 e 40. A designação de *hedge* não é obrigatória. A Companhia elegerá derivativos para designação como *hedge* quando for esperado que a aplicação proporcione uma melhoria relevante na demonstração do efeito compensatório dos derivativos sobre as variações dos itens objeto de *hedge*.

A estratégia adotada pela Companhia para proteção patrimonial passa a ser descrita a seguir, conforme o tipo de risco que se busca proteger:

(1) Risco de exposição a variações cambiais

Considerando a dinâmica do mercado internacional de petroquímicos, onde na maioria das vezes os preços são atrelados a referências internacionais denominados em dólar, até mesmo as vendas da Braskem no Brasil são fortemente correlacionadas ao dólar norte-

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

americano. Dessa forma, a manutenção de uma parcela do custo em reais (gastos fixos com pessoal, fretes e energia, principalmente) tende a gerar uma exposição líquida passiva à moeda local.

Assim sendo, com o intuito de mitigar parcialmente o risco cambial, a partir de setembro de 2016, a Companhia passou a contratar derivativos para compor o Programa de Hedge Cambial de Longo Prazo, que tem como principal forma de mitigação, vendas de contratos de opções de compra e compra de opções de venda de dólar, protegendo fluxos previstos em um horizonte de até 24 meses, cujos saldos estão descritos no item 5.2 iii (2) deste Formulário de Referência.

Além do Programa de Hedge Cambial de Longo Prazo, para balancear a composição entre ativos e passivos em dólar, a Política Financeira da Braskem estabelece que a Companhia deverá sempre manter um percentual de, ao menos, 70% da dívida líquida expressa em dólar. Caso seja conveniente, a empresa pode manter um percentual superior a 70%, desde que condicionado a uma análise de sensibilidade sobre os principais indicadores financeiros e a comprovação da não existência de risco significativo na deterioração destes indicadores.

(2) Risco de exposição a variações de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa LIBOR. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à taxa de longo prazo ("TLP"), do certificado de depósito interbancário ("CDI"), da taxa SELIC e do índice de preços ao consumidor amplo ("IPCA"). O risco da variação dessas taxas de juros flutuantes pode causar um aumento em sua despesa financeira, na forma de pagamentos de juros futuros. Este risco é monitorado constantemente e mitigado parcialmente através de instrumentos derivativos e de alocações de Caixa com rendimento indexado a taxas de juros altamente correlacionadas à exposição passiva da Companhia.

(3) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Braskem à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Braskem fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Braskem mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o *rating* e os preços observados diariamente no mercado de *Credit Default Swaps* referenciados às instituições, bem como celebrando contratos de compensação (*netting*) que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2019, 40,60% dos valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa estavam alocados em contrapartes que detinham acordos de compensação com a Companhia. Nesses casos, a compensação efetiva desses valores somente é possível em caso de default de uma das partes.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito, obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias e seguro de crédito.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(4) Risco de liquidez

A Braskem possui uma metodologia de cálculo para determinação de um caixa mínimo em uma “visão mês” (horizonte de 30 dias) e de um caixa mínimo em uma “visão ano” (horizonte de até 12 meses) que têm o objetivo de, respectivamente: (i) garantir liquidez para o cumprimento das obrigações do próximo mês; e (ii) garantir que a Companhia mantenha a liquidez em eventuais momentos de crise. Os montantes para determinação do caixa mínimo “visão ano” são calculados principalmente com base na previsão da geração de caixa operacional, subtraída dos vencimentos de dívidas de curto prazo e necessidades de capital de giro. Já os montantes para determinação do caixa mínimo “visão mês” consideram a projeção de desembolso de caixa operacional, serviço das dívidas e aportes em projetos, assim como o desembolso previsto para derivativos com vencimento no período, dentre outros itens. A Companhia, de forma conservadora, utiliza como caixa mínimo em sua Política Financeira o maior valor entre estas duas referências.

A Companhia, em linha com seu compromisso de manutenção da liquidez financeira, contratou em maio de 2018, uma linha de crédito rotativo internacional no valor de US\$1 bilhão, com vencimento em 2023. Essa linha pode ser utilizada sem restrição em função da qualidade de crédito da Companhia ou em caso de deterioração no cenário macroeconômico.

Em 31 de dezembro de 2018, a nova linha não estava sendo utilizada.

Em 31 de dezembro de 2019, a nova linha não estava sendo utilizada.

(5) Risco de commodities

A maior parte das matérias-primas da Braskem (nafta, etano, propano e propeno) e os seus principais produtos (PE, PP e PVC) são *commodities* cotadas internacionalmente. Uma série de fatores determina a dinâmica dessas cotações, o que acaba impactando diretamente o resultado e a geração de caixa da Braskem. Ainda assim, a Companhia entende que esse risco é inerente ao negócio petroquímico e, por isso, em geral não busca instrumentos financeiros para se proteger da flutuação dos preços das *commodities*.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

De modo geral, para a proteção patrimonial contra riscos de mercado, a Companhia utiliza *swaps* e contratos de opção e outros instrumentos de derivativos para mitigar riscos de variação cambial e taxa de juros.

(1) Swap de taxas de juros - LIBOR

A Braskem Idesa detinha, em 31 de dezembro de 2019, 6 contratos de *swap* de taxa de juros com valor nominal de US\$ 704 milhões, contratados sobre futuros desembolsos do *project finance* contraídos em dólares à taxa de juros flutuantes (base LIBOR). Nesses *swaps*, a Braskem Idesa recebe taxas flutuantes (LIBOR) e paga taxas fixas, periodicamente, de forma coincidente com o fluxo de caixa do financiamento. O objetivo destes *swaps* é compensar a variação de despesas financeiras futuras da dívida causadas pela flutuação da LIBOR.

(2) Opções de Dólar

Ao longo de 2019, a Braskem contratou instrumentos financeiros derivativos para mitigar parte da exposição de seu fluxo de caixa denominado em Reais. Esta operação possui

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

unicamente fins não especulativos e está em linha com a estratégia de gestão de riscos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a Braskem possuía valor nocional total comprado em *puts* de US\$ 1,9 bilhão, ao preço de exercício médio de 3,55 R\$/US\$. Concomitantemente, a Companhia também possuía valor nocional total vendido em *calls* de US\$ 1,4 bilhão, ao preço de exercício médio de R\$/US\$ 4,88. As operações contratadas têm prazo máximo de vencimento de 24 meses.

(3) **Swaps Dólar**

De forma a permanecer alinhada à sua estratégia de gestão de risco de moedas e taxas de juros, a Companhia optou por trocar para taxas fixas em dólar as parcelas ainda não vencidas do Acordo de Leniência estabelecido junto ao Ministério Público Federal, originalmente denominadas em Reais e indexadas ao IPCA e CDI. Assim, em 2018, a Companhia contratou operações de derivativos cambiais ("*swaps*") com montante de R\$ 1,3 bilhão com vencimentos anuais para os próximos 5 anos a partir de janeiro de 2019. O vencimento a ser pago em janeiro de 2020 está sujeito à variação do IPCA. Os demais vencimentos estão sujeitos à variação do CDI. Estas operações foram designadas para *hedge accounting* de fluxo de caixa, onde os instrumentos de *hedge* são os derivativos cambiais e os objetos de *hedge* são as receitas futuras no mercado interno altamente prováveis sujeitas à suscetibilidade do câmbio Real/Dólar. Desta maneira, a marcação a mercado da parte efetiva do *hedge* será contabilizada no item "Outros Resultados Abrangentes" do Patrimônio Líquido e só será reconhecida no resultado financeiro no momento de realização de cada um dos objetos.

(iv) **Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A Braskem busca gerenciar os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência utilizando os seguintes parâmetros:

Risco de Taxa de Juros

De acordo com a Política Financeira, a Companhia deve observar o seguinte critério no acompanhamento dos índices e taxas de juros: "para o investimento na disponibilidade de recursos, deverão ser selecionados indexadores e taxas de juros coerentes com a exposição já incorrida pela Braskem na sua dívida de curto prazo. Tal critério visa minimizar, permanentemente, o custo de carregamento do passivo da Braskem".

Risco Cambial

Conforme mencionado no item "4.2 Risco Cambial" deste Formulário de Referência, a Companhia está exposta a risco cambial dado que suas operações comerciais são fortemente indexadas ao dólar norte-americano.

Para gerenciar o risco cambial a Companhia utiliza os seguintes critérios, definidos pela Política Financeira:

- Curto Prazo (horizonte até 6 meses): caixa mínimo em Real e em Dólar suficiente para cobrir o valor máximo do saldo de exposição cambial, observando-se cada um dos próximos 6 (seis) meses (geração operacional de caixa, investimentos, dívidas e expectativa de depósitos de margem associados a derivativos cambiais em cenários de *stress*).

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- Longo Prazo (acima de 6 meses): caixa em excesso ao necessário para mitigação da exposição de curto prazo, bem como contratação de operações financeiras de *Hedge* cambial, como por exemplo, via futuros de Dólar ("NDFs") ou opções ("put", "call" e suas estruturas derivadas – como "collar").

Além disso, a Braskem deverá manter um percentual de pelo menos 70% da dívida líquida expressa em dólar norte-americano, dado que qualquer novo fluxo financeiro futuro passivo em Real tenderá a aumentar ainda mais a exposição a esta moeda. Caso seja conveniente, pode-se manter um percentual superior a 70%, desde que condicionado a uma análise de sensibilidade sobre os principais indicadores financeiros e a comprovação da não existência de risco significativo na deterioração destes indicadores.

Risco de Preços de Commodities

Como os preços da indústria petroquímica apresentam geralmente alta correlação entre si, a Braskem considera a indústria petroquímica de primeira e segunda geração naturalmente protegida (ou seja, com "hedge" natural) ao longo do tempo. Desta forma, uma eventual contratação de *hedge*, poderia ser realizada com o objetivo de mitigar volatilidades pontuais, resultantes do descasamento temporal entre os preços de matéria-prima e dos produtos finais da Braskem. Adicionalmente, operações que gerem um descasamento das margens ("spreads") petroquímicas podem eventualmente ser corrigidas através da utilização de um instrumento derivativo na mesma quantidade e período do descasamento gerado.

Operações que visem mitigar as elevadas volatilidades dos "spreads" em cenários desfavoráveis devem respeitar os seguintes limites e alçadas:

(a) Resinas

Critérios: o instrumento de *hedge* deve ser considerado exclusivamente como alternativa de proteção da margem de operações de exportação.

Limites: até 50% do volume total/mês exportado (cálculo do volume com base na média dos últimos 3 meses até 6 meses).

(b) Petroquímicos Básicos

Critérios: o instrumento de *hedge* deve ser considerado exclusivamente como alternativa de proteção da margem de operações de exportação.

Limites: até 50% do volume total/mês exportado (cálculo do volume com base na média dos últimos 3 meses até 6 meses).

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Risco de Inflação

A Política Financeira não estabelece critérios para o gerenciamento da exposição à inflação.

Os resultados encontrados com a seleção dos três cenários estão detalhados nas Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019.

(v) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia não mantinha operações com outras finalidades além da proteção patrimonial. Todos os instrumentos de derivativos são utilizados para proteção patrimonial e foram realizados no mercado de balcão com grandes contrapartes financeiras e respaldados por contratos globais de derivativos no Brasil ou no exterior. A Política Financeira determina que as operações de *hedge* da Companhia devem ser encaradas exclusivamente como mecanismo de proteção do valor da Companhia e não como instrumento especulativo de obtenção de ganhos futuros.

A partir do quarto trimestre de 2016, a Braskem iniciou a execução de um programa recorrente de *hedge* cambial, com o objetivo de mitigar a exposição do fluxo de caixa associada aos seus fluxos passivos denominados em Reais e não indexados ao dólar norte-americano (energia, água, folha salarial e CAPEX de manutenção, principalmente).

A estratégia é implementada unicamente com fins não-especulativos. O programa prevê que a contratação dos derivativos será sempre limitada ao tamanho da exposição, em consonância com a Política Financeira da Braskem.

Tendo como finalidade exclusiva a proteção do fluxo de caixa, o programa utiliza duas estratégias com instrumentos derivativos: (i) compra de opções de venda ("Puts") e (ii) compra de opções de venda associada à venda de opções de compra ("Zero-Cost Collar" ou "ZCC"), contratadas com prazo máximo de até 24 meses.

Ambas as alternativas oferecem proteção no caso de valorização do Real e, simultaneamente, permitem ganhos de competitividade em eventuais desvalorizações da moeda local.

No caso de ZCCs, todavia, este eventual benefício está limitado ao preço de exercício das opções de compra. Num cenário onde a taxa de câmbio supere tais preços de exercício, seus efeitos serão representados nas demonstrações financeiras como um ganho em EBITDA e uma despesa financeira que se equivalem.

A administração poderá interromper o programa a qualquer momento se entender que, por alguma razão, é a decisão mais adequada para a Companhia.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O processo de gestão de riscos de mercado da Companhia envolve as seguintes estruturas organizacionais, de acordo com o item 4 da Política Financeira da Braskem:

- I. Líder de Negócio da Braskem ("LN-Braskem"), responsável por:
 - Aprovar alterações na Política a serem submetidas para deliberação do Conselho de Administração;

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- Disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia; e
 - Garantir o acompanhamento dos níveis de exposição aos riscos financeiros da Companhia e o cumprimento da Política Financeira.
- II. Responsável pelo Apoio ao Empresariamento Finanças – RAE Finanças, cabe:
- Avaliar o posicionamento da Companhia para cada risco identificado, de acordo com a Política Financeira;
 - Acompanhar os níveis de exposição aos riscos, monitorando as variáveis quantitativas e qualitativas de forma a garantir o cumprimento da Política Financeira;
 - Aprovar e implementar os planos de ação definidos para o ajuste dos riscos aos limites estabelecidos na Política Financeira;
 - Aprovar a estratégia de *hedge* proposta pelo RAF – Tesouraria (conforme a seguir definido);
 - Avaliar e recomendar alterações para aprimoramento da Política Financeira;
 - Patrocinar ações de fortalecimento e disseminação da cultura de gestão de riscos e controles internos na Braskem;
 - Zelar pela atualização, desenvolvimento e consolidação do relacionamento institucional da Companhia junto a instituições financeiras, investidores, mercado segurador e entidades governamentais relacionadas a assuntos financeiros e de garantias;
 - Buscar a permanente ampliação da disponibilidade dos limites de créditos corporativos da Braskem junto a financiadores e investidores, e que estes sejam segregados da capacidade de crédito dos acionistas da Braskem e suas afiliadas; e
 - Assegurar o alinhamento com o RAE-Jurídico para que todas as operações financeiras contratadas pela Companhia estejam amparadas por instrumentos legais preparados, analisados e aprovados pelo departamento jurídico.

Além disso, são delegações exclusivas do RAE–Finanças:

- A definição das diretrizes e implementação das práticas contábeis, assim como a manutenção do plano de contas da Companhia;
- A avaliação, implementação e acompanhamento de estratégias financeiras de proteção;
- A contratação de instrumentos derivativos financeiros, operações de capital de giro, câmbio, financiamentos (*onshore* e *offshore*), leasing, cartas de crédito, fianças, seguros garantia ou outras garantias financeiras;
- A recomendação sobre emissões e cancelamento de ações, assim como a estruturação de programas de recompra de ações;
- A contratação de agências de *rating* para avaliação do risco de crédito da própria Companhia; e
- A realização de aplicações financeiras e gestão do caixa.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

III. Responsável pelo apoio Financeiro da Braskem na Tesouraria – RAF–Tesouraria, compete, em alinhamento com o RAE–Finanças:

- Monitorar os indicadores, qualitativos e quantitativos, do Risco de Contraparte (conforme definido na Política Financeira), índices e taxas de juros, liquidez e refinanciamento definidos pela Política Financeira;
- Ajustar as exposições mediante os limites de risco estipulados na Política;
- Definir qual o melhor instrumento a ser utilizado nas operações de *hedge*;
- Executar as operações financeiras (aplicações, captações, refinanciamento e *hedge*); e
- Documentar o processo operacional de negociação das operações financeiras.

IV. Responsável pelo apoio Financeiro da Braskem na Controladoria – RAF–Controladoria, compete, em alinhamento com o RAE–Finanças:

- Verificar o enquadramento das solicitações pelos segmentos de operações de *hedge* de *commodities*, conforme estabelecido na Política Financeira, e informar a área da tesouraria para sua implementação;
- Verificar mensalmente o enquadramento dos indicadores qualitativos e quantitativos estabelecidos na Política Financeira, e em caso de desenquadramento, comunicar ao RAE–Finanças;
- Garantir a correta contabilização dos instrumentos financeiros; e
- Acompanhar o cumprimento de todos os *covenants* financeiros da Braskem.

Além disso, compete ao Comitê de Gestão de Riscos Financeiros (composto por: RAE–Finanças, RAF– Tesouraria, RAF–Controladoria, Responsável Financeiro – Tesouraria, Responsável Financeiro – Gestão de Riscos Financeiros) apoiar o RAE–Finanças na tomada de decisões informadas, via:

- acompanhamento dos níveis de exposição aos riscos financeiros (mercado, crédito e liquidez), monitorando as variáveis quantitativas e qualitativas, de forma a garantir o cumprimento da Política Financeira;
- elaboração de planos de ação definidos para o ajuste dos riscos financeiros aos limites desejados;
- avaliação das propostas de atualização da Política Financeira; e
- discussão da contratação de instrumentos financeiros referentes a novas estratégias de *hedge*.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que a estrutura operacional e as responsabilidades descritas no item anterior são suficientes para garantir a efetividade da Política Financeira.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Versão: 1

5.3 - Descrição dos Controles Internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia, incluindo o LN–Braskem (“CEO”) e o Diretor Financeiro (“CFO”), é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre os relatórios financeiros. O controle interno da Companhia sobre o relatório financeiro é um processo desenvolvido por e com a supervisão do CEO e do CFO da Companhia, e é definido, em última instância, pelo Conselho de Administração, visando fornecer garantia razoável sobre a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração de demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com as normas internacionais para elaboração de relatórios financeiros (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Em razão das suas limitações inerentes, os controles internos sobre relatórios financeiros podem não prevenir ou detectar erros. Além disso, as projeções de qualquer avaliação acerca da eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam tornar-se inadequados em razão de mudanças nas condições ou da deterioração do nível de aderência às políticas ou procedimentos.

A Companhia avaliou a eficácia dos seus controles internos sobre os relatórios financeiros na data base de 31 de dezembro de 2019 com base nos critérios estabelecidos no “Controle Interno – Estrutura Integrada” (2013) emitido pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (“COSO”). Com base em sua avaliação e em tais critérios, a Administração concluiu pela ineficácia dos controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2019, devido a fraquezas materiais identificadas em tais controles.

Uma fraqueza material é categorizada por uma deficiência em um controle ou uma combinação de deficiências de controle, nos controles internos para divulgação de informações financeiras, que resulta na possibilidade razoável que uma falha nas demonstrações financeiras consolidadas anuais não será prevenida ou detectada tempestivamente.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais envolvidas estão devidamente apresentadas no item 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

Todos os controles internos de companhias e processos relevantes são submetidos às análises de desenho e eficácia. O critério de relevância é definido através de materialidade e pelo processo de gestão de risco que utiliza a metodologia COSO 2013.

Os controles internos são executados pelos gestores das áreas de negócios e de apoio, intitulados “control owners” das localidades nacionais e estrangeiras que fazem parte do escopo. Estes gestores são responsáveis pela execução eficaz dos controles internos a eles designados.

O Conselho Fiscal da Braskem, de caráter permanente e que exerce funções de Comitê de Auditoria (Conselho Fiscal “Turbinado”), fiscaliza a eficácia dos controles internos e é informado pela área de Conformidade sobre o plano de trabalho (escopo, cronograma, metodologia), status, resultados e planos de ação determinados pelas áreas responsáveis no tocante a deficiências e melhorias de controles.

A área de Conformidade é composta pelas frentes de Controles Internos, Gestão de Riscos e *Compliance*, com o objetivo de apoiar a Companhia na construção e melhorias de processos e boas práticas, com base em critérios de relevância de materialidade e riscos aplicáveis. Já a frente

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

de Auditoria Interna, que também faz parte da área de Conformidade, realiza avaliações objetivas e independentes de processos, recomendando melhorias de processos. O líder de Conformidade é o CCO (*Chief Compliance Officer*), ou responsável pela Conformidade, que, por sua vez, responde ao Conselheiro Coordenador do Comitê de Conformidade.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Administração da Braskem é responsável por estabelecer e manter um ambiente de controles internos adequados, em particular, sobre seus relatórios financeiros. Tal adequação deve ser considerada no âmbito de todas as empresas do grupo, de modo a atender os requisitos da seção 404(a) da Lei Sarbanes–Oxley (“SOX”) e permitir a manutenção de negociação das ADSs (American Depositary Shares) na NYSE (Bolsa de Valores de Nova Iorque).

Para a consecução desse objetivo, a condução das rotinas operacionais de apoio e suporte aos gestores nas empresas é feita pelas gerências de Conformidade e Controles Internos, sob a coordenação do departamento competente na Braskem. Tais estruturas permitem que o planejamento anual dos trabalhos seja feito de forma adequada e integrada, ao mesmo tempo em que interagem com a auditoria interna e externa independente durante os trabalhos destas, visando a melhoria contínua dos controles e processos da Companhia.

Compete ao departamento de Conformidade realizar a comunicação oficial e formal de eventuais deficiências e/ou fraquezas materiais identificadas ao Conselho Fiscal da Companhia, bem como e o respectivo plano de mitigação das deficiências identificadas.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Identificamos uma fraqueza material em nosso ambiente de controle, uma vez que tínhamos recursos insuficientes com um nível adequado de conhecimento, treinamento, experiência e habilidades proporcionais aos nossos requisitos de relatórios financeiros. Isso resultou em uma fraqueza material em nossa avaliação de riscos, pois não projetamos e executamos efetivamente nossos processos e controles sobre a avaliação de riscos. Além disso, conforme descrito abaixo, tínhamos vários controles ineficazes que também indicavam que tínhamos deficiências materiais em nossos componentes de informação e comunicação e monitoramento do controle interno sobre relatórios financeiros. Essas deficiências materiais resultaram nas seguintes deficiências de controle que eram deficiências materiais ou agregadas a deficiências materiais:

1. Desenho e operação ineficazes de controles gerais de tecnologia da informação (ITGCs) relacionados ao acesso do usuário e gerenciamento de alterações de programas em determinados sistemas operacionais auxiliares de TI, bancos de dados e aplicativos que suportam nossos processos de relatórios financeiros, o que resultou em controles de processos de negócios que dependem dos sistemas de TI afetados, em particular a abrangência e precisão das informações de tais sistemas, sendo também consideradas ineficazes porque poderiam ter sido impactadas adversamente. Além disso, houve ineficácia dos controles sobre relatórios de nosso sistema ERP e falta de controles sobre planilhas usadas na operação de determinados controles.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

2. Desenho e operação ineficazes de controles no processo de relatório financeiro, incluindo consolidação, análise de transações complexas e incomuns, revisão do diário manual lançamentos e preparação e revisão das demonstrações financeiras, incluindo a aplicação técnica dos princípios contábeis geralmente aceitos e a aplicabilidade das divulgações;
3. Operação ineficaz de controles sobre contingências legais relacionadas principalmente à completude da avaliação de contingências legais;
4. Operação ineficaz de controles sobre a compra e pagamento de certos serviços jurídicos.
5. Controles ineficazes sobre a quantidade de produtos expedidos.

Ações de remediação que abordam deficiências materiais relatadas em 2019

A administração tomou várias ações para melhorar o ambiente de controle e continua a monitorar a maturidade e a eficácia operacional dos controles desenhados e implementados. Para remediar as deficiências materiais, nós, liderados por nosso Diretor Presidente e Diretor Financeiro, estamos implementando e monitorando as seguintes ações específicas:

Em relação às fraquezas materiais relacionadas ao nosso ambiente de controle e avaliação de riscos, estamos focados em garantir que tenhamos recursos adequados com o conhecimento e treinamento necessário para contabilizar transações específicas e avaliar os riscos associados aos relatórios financeiros, e que os indivíduos envolvidos em nossa avaliação de riscos tenham tempo e habilidades para executar uma avaliação de risco adequada sobre as demonstrações financeiras. Além disso, conforme descrito a seguir, estamos focados em garantir que os controles sejam efetivamente desenhados e executados para mitigar completamente os riscos associados às nossas demonstrações financeiras, abordando todos os componentes e princípios da estrutura de controle interno sobre os relatórios financeiros.

As seguintes ações específicas estão sendo implementadas e monitoradas:

1. Projeto e operação ineficazes de ITGCs sobre certos sistemas operacionais auxiliares de TI e integridade e precisão dos relatórios de ERP:
 - Revisão de procedimentos internos para usuários com acessos genéricos e privilegiados e redesenho de controles para monitorar esses usuários;
 - Melhoria dos controles sobre (a) aprovação do acesso, (b) alterações nos aplicativos feitos por usuários com acesso privilegiado, (c) protocolos de gerenciamento de acesso (concessão, alteração ou revogação do acesso), (d) ambiente físico de dados e gerenciamento de dados (backup e restauração), (e) acesso físico à infraestrutura, (f) monitoramento de rotinas automatizadas (horário de trabalho);
 - Implementação e aprimoramento de parâmetros para gerenciamento de mudanças, incluindo segregação de funções (ambientes de desenvolvimento e qualidade); e
 - Implementação de controles sobre a integridade e precisão dos relatórios ERP, a fim de garantir a integridade e a precisão.
2. Projeto e operação ineficazes de controles dentro do processo de relatório financeiro:
 - Melhorias nos controles relacionados à preparação das demonstrações financeiras e revisão da lista de verificação das divulgações exigidas nas demonstrações financeiras;

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- Contratação de novos membros da equipe especializada para o departamento de Contabilidade Corporativa.
- Revisão dos controles sobre transações incomuns significativas e documentação de suporte;
- Melhoria da comunicação da Contabilidade Corporativa com os demais departamentos (de negócios); e
- Avaliação do processo atual de lançamentos manuais e implementação de medidas apropriadas para garantir a eficácia dos controles.

3. Operação ineficaz dos controles de contingências legais:

- Revisão de contingências legais e informações incluídas no banco de dados de litígios;
- Revisão pela equipe jurídica da empresa de informações fornecidas por escritórios externos.

4. Operação ineficaz de controles sobre a compra e pagamento de serviços jurídicos:

- Revisão do processo de contratação de serviços jurídicos externos, garantindo a efetividade dos controles realizados pelo departamento Jurídico;
- Implementação de novo processo de contratação realizado sem o envolvimento da equipe adequada, exigindo a aprovação do Vice-Presidente Jurídico; e
- Treinamento de membros da equipe Jurídica no procedimento de contratação de serviços jurídicos externos.

5. Controles ineficazes sobre a quantidade de produtos expedidos:

- Avaliação do atual processo de vendas e implementação de medidas adequadas para garantir a eficácia dos controles.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Fraqueza material (2) resultou em distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas que foi corrigida. As outras fraquezas materiais não resultaram em distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia está implementado diversos procedimentos de melhoria nos controles relacionados às deficiências identificadas, conforme detalhado no item anterior, de forma a considerar a atualização mais recente dos processos nas demonstrações financeiras.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Os documentos orientadores da Companhia sobre mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, são a Política Global Anticorrupção ("Política Anticorrupção") e o Código de Conduta, ambos revisados pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de junho de 2020.

A Política Anticorrupção estabelece critérios com vistas à proibição de práticas de suborno e corrupção na condução dos negócios da Braskem e, o Código de Conduta define os princípios segundo os quais todos os integrantes em todos os níveis devem realizar suas atividades em seu trabalho diário e executar as operações da Companhia.

Tanto a Política Anticorrupção quanto o Código de Conduta estão disponíveis no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br), sendo que o Código de Conduta também está disponível no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Conforme estabelecido na Política Global do Sistema de Conformidade da Companhia ("Política de Conformidade"), aprovada em 28 de novembro de 2016 e com última atualização em 25 de junho de 2020, o Sistema de Conformidade, responsabilidade de todos nossos integrantes, consiste em um conjunto de medidas para prevenir, detectar e remediar Riscos não condizentes com uma atuação ética, íntegra e transparente, assim resumidas:

- Prevenção: estabelecimento de políticas e procedimentos, estabelecimento de governança de conformidade permeando todos os níveis da Braskem, avaliação recorrente de riscos e controles, comunicação e capacitação dos integrantes, avaliação da conformidade de terceiros e engajamentos em ações coletivas;
- Deteção: gestão de um Canal Linha de Ética, conforme abaixo detalhado, e monitoramento de riscos e controles; e
- Remediação: medidas disciplinares, bem como remediação de riscos e o fortalecimento dos controles.

Em 2019, foi realizada uma avaliação corporativa dos riscos e anualmente os riscos prioritários são revisados. A avaliação prioritária de 2019 foi realizada pelo Conselho de Administração em 14 de novembro de 2019. Adicionalmente, a cada 2 anos são avaliados todos os riscos corporativos.

5.4 - Programa de Integridade

A Política de Conformidade está disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas envolvidas são:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: responsável por acompanhar o desenvolvimento e a implementação efetiva do Sistema de Conformidade que atenda às leis e regulamentos aplicáveis, incluindo as Leis Anticorrupção Aplicáveis e a manutenção da Política Anticorrupção e do Código de Conduta da Companhia.

COMITÊ DE CONFORMIDADE: órgão estatutário de fiscalização permanente para os esforços de conformidade da Companhia, incluindo o Sistema de Conformidade e a manutenção da Política Anticorrupção e do Código de Conduta. Tal Comitê se reporta diretamente ao Conselho de Administração.

RESPONSÁVEL POR CONFORMIDADE (R-Conformidade): Responde para o coordenador do Comitê de Conformidade e é responsável pelo acompanhamento diário do Sistema de Conformidade e por:

- Propor e submeter, anualmente, o seu Programa de Ação à aprovação do Comitê de Conformidade, com as respectivas concentrações e orçamento, incluindo serviços externos de consultoria, sistemas de tecnologia da informação e pessoal;
- Propor o Sistema de Conformidade para o Comitê de Conformidade e atualizá-lo periodicamente sobre seu status;
- Apoiar o Líder de Negócio ("LN-Braskem") e os integrantes da Braskem na implementação do Sistema de Conformidade na Companhia, além de monitorar continuamente sua eficácia;
- Recomendar a criação, aperfeiçoamento ou revisão de Materiais de Orientação da Companhia, incluindo o Código de Conduta, treinamentos e comunicações, certificações, recursos, avaliações e monitoramento, avaliação de riscos e demais sistemas que orientem a atuação ética dos integrantes;
- Promover a divulgação do Código de Conduta, da Política Anticorrupção e de outros Materiais de Orientação da Companhia, bem como criar e manter mecanismos para apoiar ações de conformidade;
- Assegurar a implementação do plano anual de auditoria interna, incluindo requisitos para o planejamento, métodos para definição do escopo, realização das auditorias e comunicação dos resultados;
- Promover o monitoramento da identificação, do processo de avaliação e do tratamento de riscos potenciais, bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de controles internos correspondentes;

5.4 - Programa de Integridade

- Coordenar e supervisionar a efetividade do Canal Linha de Ética, bem como do Comitê de Ética e das reuniões relacionadas, descritos no Procedimento do Canal Linha de Ética e Investigações da Braskem, para que todas as denúncias recebidas sejam devidamente registradas, analisadas e recebam o tratamento adequado;
- Com o apoio do RAE Jurídico e de outros RAEs da estrutura do LN, conforme adequado, realizar a investigação necessária e oportuna;
- Recomendar ao LN-Braskem e/ou ao Comitê de Ética as ações de remediação que entender adequadas;
- Assegurar a apresentação periódica de relatórios e o fluxo adequado de informações para o Comitê de Ética, o Comitê de Conformidade e todo o Conselho de Administração, a respeito do Sistema de Conformidade, incluindo as Documentos Orientadores, os Controles Internos, a Auditoria Interna, as Avaliações de riscos e as Investigações;
- Desenvolver e implementar um plano de comunicação para garantir que o Código de Conduta, a Política Anticorrupção e outros Materiais de Orientação da Companhia, relacionados ao Sistema de Conformidade, sejam comunicados e estejam acessíveis a todos os públicos; e
- Coordenar e supervisionar os treinamentos dos Integrantes sobre temas de ética, integridade, transparência, gestão de riscos, Auditoria Interna e sobre os Materiais de Orientação da Companhia.

ÁREA DE CONFORMIDADE: É responsável por:

- Implementar, divulgar e aconselhar sobre questões relacionadas a Política Anticorrupção e do Código de Conduta;
- Em coordenação com outras áreas, desenvolver, implementar e manter o Sistema de Conformidade da Companhia, incluindo os materiais de orientação da Companhia e controles necessários para conduzir os negócios da Companhia em conformidade com todas as Leis Anticorrupção Aplicáveis e com a Política Anticorrupção e o Código de Conduta;
- Em coordenação com outras áreas, desenvolver, implementar e acompanhar o programa de treinamento da Companhia e outros recursos e orientação para assegurar que Integrantes e Terceiros conheçam e entendam as Leis Anticorrupção Aplicáveis bem como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta;
- Servir como um “conselheiro de confiança” a todos os integrantes e terceiros na execução de negócios da Companhia, em conformidade com todas as Leis Anticorrupção Aplicáveis, com o Sistema de Conformidade e com a Política Anticorrupção e o Código de Conduta; e
- Manter mecanismos para que integrantes e terceiros relatem possíveis violações da lei e dos materiais de orientação da Companhia, incluindo o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, e responsabilizar-se, em coordenação com outras áreas, conforme apropriado, por assegurar a avaliação e remediação de temas relatados. A Companhia irá dispor, minimamente, de um canal permanente (disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana) e plenamente operacional (“Linha de Ética”).

No âmbito deste Formulário de Referência, “Leis de Anticorrupção Aplicáveis” referem-se a todas as leis e regulamentações nacionais e internacionais anticorrupção aplicáveis, incluindo, mas não

5.4 - Programa de Integridade

se limitando a, leis brasileiras de suborno e corrupção, incluindo a Lei Anticorrupção do Brasil (Lei nº. 12.846), o Sistema Nacional Anticorrupção (SNA) do México, Lei de Práticas de Corrupção no Exterior ("FCPA") dos Estados Unidos e a Lei de Suborno do Reino Unido e leis semelhantes que se aplicam nos países em que a Companhia opera.

ÁREA DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO ("P&O"): responsável por apoiar a área de Conformidade no treinamento e na comunicação de assuntos relacionados a Política Anticorrupção e, em coordenação com a área de Conformidade, revisar, definir e facilitar a correção de relatos de violações potenciais da documentação orientadora da Companhia, incluindo o Código de Conduta e a Política Anticorrupção.

JURÍDICO: responsável por apoiar as áreas de Conformidade e de P&O na revisão, definição e facilitação da correção de potenciais violações da lei.

LÍDERES: responsáveis por:

- Demonstrar interna e externamente, por meio do seu Programa de Ação ou alternativamente, seu compromisso em conduzir os negócios da Companhia em conformidade com todas as Leis Anticorrupção Aplicáveis e com os materiais de orientação da Companhia, como o Código de Conduta e Política Anticorrupção, na execução de suas responsabilidades, incluindo a liderança de seus Integrantes;
- Reportar quaisquer potenciais violações da lei ou de materiais de orientação da Companhia, incluindo o Código de Conduta e a Política Anticorrupção;
- Influenciar seus Liderados pelo exemplo;
- Incorporar em seus Programas de Ação e garantir que nos Programas de Ação de seus Liderados esteja o compromisso de atuar de acordo com as disposições desta Política;
- Garantir a implementação do Sistema de Conformidade dentro de seu escopo de ação
- Aderir aos processos e práticas estabelecidos pelo Sistema de Conformidade, incluindo o uso adequado das ferramentas criadas pelo referido sistema, e garantir que seus liderados também cumpram todos os requisitos relevantes do Sistema de Conformidade;
- Avaliar seus liderados quanto ao cumprimento dos critérios obrigatórios de conformidade acordados pelo Responsável por Conformidade Local;
- Desenvolver ações sob sua responsabilidade, inclusive os processos derivados, garantindo que as orientações de conformidade e a legislação aplicável sejam seguidas;
- Incentivar o debate sobre o compromisso da Braskem com a atuação ética, íntegra e transparente, e esclarecer as questões e preocupações levantadas pelos integrantes sobre o assunto;
- Comunicar à equipe de Conformidade ou ao Canal Linha de Ética quaisquer ações de um integrante ou de um terceiro que o Líder acredite ser ilegal ou antiética;
- Apoiar os liderados quando eles relatarem eventos que acreditam ser violações às leis ou ao compromisso da Braskem, inclusive informando aos integrantes sobre as ferramentas do Canal Linha de Ética e das disposições de não retaliação da Braskem contra os relatores de boa-fé;

5.4 - Programa de Integridade

- Garantir que os liderados participem dos treinamentos de conformidade promovidos pela Companhia; e
- Estimular, de forma direta e indireta (por meio de entidades de classe como conselhos e associações, por exemplo), ações destinadas a promover práticas de negócios éticas, íntegras e transparentes que contribuam para a existência e consolidação de um ambiente de negócios saudável e competitivo.

INTEGRANTES (INCLUINDO LÍDERES): responsáveis por:

- Agir em conformidade com o Código de Conduta e a Política Anticorrupção e buscar orientações junto à área de Conformidade relativas a quaisquer questões ou preocupações decorrentes do Código de Conduta e da Política Anticorrupção;
- Reportar quaisquer alegações conhecidas de potenciais violações da lei ou de materiais de orientação da Companhia, incluindo o Código de Conduta e a Política Anticorrupção;
- Conhecer e atuar de acordo com o compromisso da Braskem com uma atuação ética, íntegra e transparente;
- Atuar no desempenho das responsabilidades do Programa de Ação, de acordo com as disposições da Política de Conformidade;
- Participar das atividades de treinamento de conformidade promovidas em sua empresa e relacionadas às suas responsabilidades;
- Colaborar com a auditoria interna e o mapeamento de riscos relacionados às áreas de trabalho e/ou a seu Programa de Ação;
- Consultar a Área de Conformidade, ou seu respectivo Líder, de forma direta e transparente, quando houver dúvidas sobre a melhor conduta diante de uma potencial ação de sua parte, de integrantes ou de terceiros, incluindo, entre outras, aquelas que podem ser interpretadas como um Conflito de Interesses;
- Declarar à área de Conformidade e ao seu Líder sobre qualquer Conflito de Interesse real, potencial ou percebido;
- Reportar qualquer possível conduta ilegal ou antiética ou qualquer irregularidade de um Integrante ou Terceiro, inclusive possíveis violações de Leis Anticorrupção Aplicáveis e/ou Documentações Orientadoras da Braskem, incluindo a Política de Conformidade, por meio de um dos canais de denúncia disponíveis, a exemplo do Canal Linha de Ética, ou contatando o Responsável por Conformidade Local, ou seu representante. Ignorar, omitir ou declarar desconhecimento de potenciais violações de políticas Braskem não é uma conduta aceitável; e
- Caso o Integrante tenha qualquer razão para permanecer anônimo no relato de uma possível violação da Política e Conformidade, deverá usar o Canal Linha de Ética ou contatar o Responsável por Conformidade Local.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

5.4 - Programa de Integridade

O Código de Conduta da Companhia é aplicável à Companhia e suas controladas. Como tal, é aplicado a todos os integrantes, incluindo os diretores, bem como a terceiros que trabalham em nome da Braskem. Além disto, também se aplica aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

No que diz respeito a terceiros que trabalham com a Braskem, existe o Código de Conduta de Terceiros que abrange quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que que atuem em nome, no interesse ou para o benefício da Braskem, preste serviços ou forneça outros bens, assim como parceiros comerciais que prestem serviços à Companhia, diretamente relacionados à obtenção, retenção ou facilitação de negócios, ou para a condução de assuntos da Braskem, incluindo, sem limitação, quaisquer distribuidores, agentes, corretores, despachantes, intermediários, parceiros de cadeia de suprimentos, consultores, revendedores, contratados e outros prestadores de serviços profissionais.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os integrantes, incluindo os diretores, são treinados ao ingressarem na empresa e a cada alteração realizada no Código de Conduta e na Política Anticorrupção. Os membros do Conselho de Administração são os responsáveis por aprovar estes documentos.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O não cumprimento do Código de Conduta e da legislação local pode levar a uma ação disciplinar, incluindo a demissão, além das sanções legais aplicáveis à violação.

O não cumprimento do Código de Conduta de Terceiros pode acarretar a rescisão contratual, sujeito às disposições contratuais vigentes.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de abril de 2018 e revisado em 06 de dezembro de 2018, e está disponível nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em agosto de 2017 e atualizado pela última vez em 25 de junho de 2020, e está disponível nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Canal Linha de Ética é disponibilizado pela Braskem para que seus Integrantes, Fornecedores, Terceiros, Clientes e demais públicos possam, de forma segura e responsável, contribuir com informações para a manutenção de um ambiente corporativo seguro, ético, transparente e produtivo.

O Canal está disponível por telefone e internet, nos seguintes países:

- Brasil: 0800 377 8021 – www.linhadeeticabraskem.com

5.4 - Programa de Integridade

- Alemanha: 0800 183 0763 – www.lineethikbraskem.com
- Holanda: 0800 022 7714 – www.ethieklinebraskem.com
- México: 01 800 681 6940 – www.lineadeeticabraskemidesa.com
- Estados Unidos: 1 800 950 9280 – www.ethicslinebraskem.com
- Argentina: 0800 222 0394 – www.lineadeeticabraskem.com
- Colômbia: 01 800 518 4806 – www.lineadeeticabraskem.com
- Peru: 0800 76757 – www.lineadeeticabraskem.com
- Chile: + 56-448909744 – www.lineadeeticabraskem.com
- Cingapura: + 65-31585409 – www.ethicslinebraskem.com

O atendimento é terceirizado e há uma equipe independente, treinada para receber e avaliar as denúncias recebidas. A empresa parceira ICTS é a responsável pela gestão do primeiro atendimento ao denunciante. Na Braskem, o departamento de Conformidade é responsável pela apuração das denúncias registradas no canal. As informações são registradas e tratadas com absoluto sigilo. Todos os relatos são analisados, regidos pela confidencialidade e independência, garantindo o anonimato dos relatores e a segurança na apuração.

Todas as ligações recebidas são atendidas de forma personalizada, sem o uso de gravações. Além do canal online, o atendimento telefônico fica disponível sete dias por semana e 24 horas por dia, e é realizado em quatro idiomas (alemão, espanhol, inglês e português). Todos os relatos recebem um número de protocolo para que o denunciante possa acompanhar o andamento da análise até o seu encerramento.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui um documento normativo interno denominado "Procedimento para Investimentos, Desinvestimentos e Operações Similares", aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a condução, negociação e execução de operações de fusões e aquisições, incluindo incorporações ou aquisições de capital ou de ativos em entidades que não sejam uma sociedade controlada da Braskem (incluindo qualquer incorporação ou fusão da Braskem com outra entidade que não seja uma sociedade controlada da Braskem); desinvestimentos ou vendas de subsidiárias ou ativos da Braskem que representem toda ou uma parte substancial das operações de uma subsidiária da Braskem; operações de joint venture envolvendo um acordo entre a Braskem e um ou mais parceiros de negócios terceiros para a constituição de uma nova entidade, sobre a qual a Braskem e esses parceiros de negócios, em conjunto, exercerão o controle e compartilharão receitas, despesas e ativos; ou outros investimentos de capital significativos, independentemente da forma, em operações comerciais existentes.

Conforme este Procedimento, de forma consistente com o compromisso da Braskem de atuar de forma ética, transparente e íntegra, em conformidade com as leis de combate à corrupção aplicáveis e suas políticas, a Braskem não realiza operações de fusão e/ou aquisições sem: (i) conduzir uma revisão da auditoria de combate à corrupção e combate ao suborno ("ABC") minuciosa e elaborar um plano de ação de ABC para cada uma das operações de fusão e/ou

5.4 - Programa de Integridade

aquisições da qual pretende participar; e (ii) definir um plano de integração de ABC feito especialmente sob medida para operações de fusão e/ou aquisições específicas.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

(1) Em relação às políticas de gerenciamento de riscos:

Não houve mudanças significativas na política de gerenciamento de riscos em 2019.

(2) Em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta:

A Companhia adicionou os seguintes fatores de riscos em relação ao último exercício social, conforme descritos no "Item 4.1. Descrição dos fatores de risco" deste Formulário de Referência:

- Pode levar muitos anos para concluir projetos de capital e as condições de mercado poderiam deteriorar significativamente entre a data de aprovação do projeto e a data de início do projeto, impactando negativamente os retornos do projeto. Se a Companhia não conseguir concluir os projetos de capital de acordo com seu custo esperado e de forma tempestiva, ou se as condições de mercado presumidas como base para as informações econômicas do projeto da Companhia deteriorarem, o negócio, a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser impactados de forma relevante e adversa.
- O nível de endividamento da Companhia poderia afetar adversamente a sua capacidade de levantar capital adicional para financiar suas operações, limitar a capacidade de reagir a mudanças na economia ou em seu setor e impedir que a Companhia cumpra suas obrigações nos termos dos seus contratos de financiamento.
- Os negócios e operações da Companhia estão sujeitos a perigos ambientais, de saúde e segurança. Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e outros.
- Os detentores de ADSs podem ter dificuldade para exercer até mesmo seus direitos de voto limitados nas assembleias gerais.
- Caso detentores de ADSs as troquem por ações preferencias classe A, podem estar arriscados a perder temporariamente a capacidade de remeter moedas estrangeiras ao exterior ou ter essa capacidade restringida, além de perder o direito a certas vantagens fiscais brasileiras.
- Os detentores de ADSs podem enfrentar dificuldades para proteger seus interesses porque, como empresa brasileira, a Companhia está sujeita a diferentes regras e regulamentos, e os acionistas podem contar com menos direitos ou com direitos pouco definidos do que os previstos em leis de outras jurisdições, inclusive nos Estados Unidos.
- Os detentores de ADSs poderão enfrentar dificuldades em instaurar processos ou aplicar decisões judiciais contra a Companhia e outras pessoas.
- Se a Companhia não desenvolver uma fonte alternativa de etano, isso pode ter um impacto negativo sobre o seu negócio, porque a Companhia não pode operar no Complexo do México com plena capacidade.
- A Companhia não tem controle sobre as decisões ou atos societários da Pemex TRI, seu principal fornecedor de etano, uma empresa estatal mexicana.

5.5 - Alterações significativas

- A Companhia pode interpretar determinadas cláusulas do contrato de fornecimento de etano de maneira diferente do que a interpretada por sua contraparte, a Pemex TRI.
- Condições adversas no setor petroquímico que podem afetar adversamente a demanda pelos produtos da Companhia.
- Pandemias e epidemias regionais ou globais, incluindo a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), podem impactar negativamente o negócio, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.
- O México passou por condições econômicas adversas, que podem afetar adversamente o negócio da Companhia.
- Uma renegociação de tratados comerciais ou mudanças na política externa entre México, Canadá e Estados Unidos podem afetar negativamente o negócio, a condição financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia.
- A Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas no Estado de Alagoas em decorrência de fenômeno geológico ocorrido em bairros próximos à área de extração de salgema pela Companhia em Maceió. Determinadas medidas judiciais desfavoráveis à Companhia podem afetar material e adversamente os seus resultados financeiros.

(3) Comentários sobre expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor aos riscos

A Companhia acredita que a implementação em 2017 e a posterior aprovação formal pelo Conselho de Administração em 25 de abril de 2018, da Política Global de Gestão de Riscos fortaleceu os processos de identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Em relação aos instrumentos de derivativos utilizados para proteção patrimonial contra riscos de mercado, vale mencionar que tais instrumentos são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, no ativo ou no passivo, conforme o valor justo represente um saldo positivo ou negativo para a Companhia, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são obrigatoriamente classificados como "mantidos para negociação". As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas na Demonstração de Resultado da Companhia como receitas ou despesas financeiras no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo é designado e se qualifica para a contabilização de *hedge* de fluxo de caixa no período em questão

O valor justo dos derivativos é apurado da seguinte forma:

- a partir de fontes públicas, no caso de derivativos negociados em bolsas;
- a partir de modelos de fluxos de caixa descontados, quando o derivativo é uma compra ou venda a termo ou um contrato de swap; ou
- a partir de modelos de precificação de contratos de opções, como o modelo de Black-Scholes, quando o derivativo contém aspectos de opção.

As premissas de avaliação (dados do modelo) são obtidas junto a fontes que refletem preços atuais observáveis no mercado, sobretudo curvas de taxas de juros e preços de moeda a termo, divulgadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros, taxas de câmbio à vista, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e curvas de taxas de juros internacionais divulgadas por serviços reconhecidos de cotações, como Bloomberg ou Reuters.

Hedge Accounting de Vendas e Exportações Futuras

A Companhia designou passivos em moeda estrangeira (financiamentos e contas pagar para fornecedores) para a proteção de exportações futuras. Nessa operação se sobressaem duas estimativas e julgamentos críticos: a realização das vendas e o refinanciamento, rolagem ou substituição dos passivos designados. Em relação às exportações, elas estão previstas no plano de negócios da Companhia, porque são parte da sua estratégia e inerentes ao negócio onde atua. O histórico de exportações confirma essa afirmação. Em relação aos passivos, a Companhia importa em torno de 30% a 50% da nafta que consome e tem no mercado externo uma fonte permanente de financiamentos para os seus projetos de expansão e de manutenção da sua capacidade produtiva. A manutenção de um nível mínimo de passivos líquidos em dólares está prevista na Política Financeira da Companhia.

A Braskem Idesa designou a totalidade do financiamento obtido para a construção da sua planta industrial para a proteção de parte das vendas que serão realizadas na mesma moeda do financiamento, dólar norte-americano. A estimativa das vendas está contemplada no projeto que foi apresentado aos bancos/financiadores que viram consistência na projeção, de tal sorte que concederam à Braskem Idesa um financiamento que será pago exclusivamente com o caixa a ser gerado por essas vendas. Todas as considerações comerciais do projeto foram amparadas por estudos de mercado realizados por consultorias especializadas durante a análise da sua viabilidade.

No ano de 2019, a desvalorização do real em relação ao dólar foi de 4%, enquanto a valorização do peso mexicano em relação ao dólar foi de 4,3%. Caso a Companhia não tivesse optado pela manutenção da contabilidade de *hedge*, a Companhia estima o impacto no resultado financeiro

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

consolidado aproximado de –R\$ 391 milhões (–R\$ 856 milhões referente à operação da Braskem S.A. e +R\$ 465 milhões à operação da Braskem Idesa), antes dos impostos.

Este efeito da variação cambial permanecerá represado na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido, até que (i) as exportações e vendas futuras designados aconteçam ou (ii) deixem de ser prováveis e poderá afetar negativamente o resultado da mesma em exercícios futuros.

Seguros

Além das apólices descritas abaixo para nossas operações domésticas e internacionais, mantemos outras apólices de seguro para riscos específicos, como cobertura geral e responsabilidade por produto, cobertura de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, acidentes de trabalho, carga marítima e transportadoras, entre outros.

Acreditamos que nossa cobertura de seguro seja razoável em termos de valores e compatível com os padrões aplicáveis a companhias com operação no setor químico global.

Operações no Brasil, México, Estados Unidos e Alemanha

A Companhia mantém seguros para todas as suas plantas contra danos materiais e consequente interrupção de atividades por meio de apólices abrangentes contra “todos os riscos”.

O programa de seguro contra “todos os riscos” para as nossas plantas no Brasil possui valor de reposição total de US\$ 23,1 bilhões para danos à propriedade, incluindo os estoques. O programa de seguro foi contratado através de apólices diversas no Brasil, México, Estados Unidos e Alemanha junto a grandes seguradoras de primeira linha, sendo as principais, respectivamente, Mapfre, Inbursa e Munich Re. As apólices atuais são válidas até 08 de Outubro de 2021.

Apólice/Região	Valor em Risco (Danos Materiais)	Limite de cobertura combinada de danos materiais e interrupção de atividades	Comentários
Brasil	US\$ 23,1 bilhões	US\$ 3,5 bilhões	-
México	US\$ 4,3 bilhões	US\$ 2,6 bilhões	-
Estados Unidos e Alemanha	US\$ 1,8 bilhões	US\$ 0,5 bilhões	-

Essas apólices garantem cobertura para danos materiais resultantes de acidentes decorrentes de incêndio, explosão, quebra de máquinas, catástrofes naturais dentre outros e lucros cessantes consequente, com períodos máximos de indenização que variam entre 12 a 34 meses, dependendo da planta e / ou da cobertura.

Como parte do nosso programa de seguro, a Braskem também contrata a apólice de responsabilidade civil geral que garante os danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, decorrente de sua operação e produtos, e ainda a apólice de responsabilidade civil ambiental.

Os novos projetos da Companhia são cobertos através de apólices específicas de Riscos de Engenharia e/ou cláusulas de construção e montagem incluídas nas apólices de Riscos Operacionais.

Fenômeno Geológico - Alagoas

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Há um fenômeno geológico ocorrendo em quatro bairros da cidade de Maceió, Estado de Alagoas (Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto), que estão localizados ou em área próxima aos poços de extração de sal-gema anteriormente operados pela Braskem.

Em maio de 2019, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) divulgou relatório sobre o evento, indicando que as causas estariam relacionadas às atividades de exploração de sal-gema pela Braskem. Esse fenômeno geológico de causa desconhecida está sendo investigado pelas autoridades competentes, que necessitam de uma série de estudos para concluir a análise. Diante da instabilidade ocorrida nos bairros e risco aos moradores da região, em 9 de maio de 2019, a Braskem decidiu paralisar as atividades de extração de sal-gema e a operação da fábrica de cloro-soda e didoretano.

A Companhia realizou e vem realizando, com o apoio de instituições independentes e especialistas nacional e internacionalmente renomados, uma série de estudos focados: (i) no entendimento das causas do fenômeno geológico; e (ii) na análise da situação dos poços. Referidos estudos vêm sendo compartilhados com a Agência Nacional de Mineração (ANM), que mantém diálogos constantes com a Companhia.

Em 14 de novembro de 2019, a Braskem apresentou à ANM medidas para encerramento definitivo das atividades de extração de sal em Maceió, com o fechamento dos seus poços. Também, propôs a criação de uma área de resguardo no entorno de determinados poços como medidas de precaução e proteção às pessoas afetadas da região. Essas medidas são baseadas em estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG) da Alemanha, referência internacional em geomecânica de poços de sal, e estão sendo realizadas em coordenação com a Defesa Civil e demais autoridades.

Em 31 de dezembro de 2019, com base em sua avaliação e dos seus assessores externos, levando em consideração as informações existentes, diálogo com autoridades e melhor estimativa dos gastos para as diversas medidas de segurança aos moradores da região, a Companhia registrou provisão no montante de R\$ 3.383.067, sendo R\$ 1.450.476 no passivo circulante e R\$ 1.932.591 no passivo não circulante. Devido à inerente mudança de premissas relacionadas às provisões decorrente de novos fatos e circunstâncias, do tempo de execução e extensão dos planos de ação, dos resultados de estudos futuros dos especialistas e desfecho de ações judiciais em curso, a provisão pode sofrer atualizações ao longo do tempo para refletir o desenvolvimento do tema.

As principais naturezas da provisão decorrem de:

(a) Apoio na desocupação e compensação dos moradores das Áreas de Risco, conforme Termo de Acordo celebrado com Ministério Público Estadual (MPE), Defensoria Pública Estadual (DPE), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública da União (DPU): seguem abaixo maiores detalhes do Acordo firmado, bem como da Área de Resguardo, delimitada a partir da ampliação do raio das minas com anomalias, identificadas através de sonares.

Provisão registrada no montante de R\$ 1.725.410 compreende gastos relacionados a ações como:

- Desocupação, auxílio aluguel, transporte de mudanças e guarda volume de mobiliários; e
- Negociação de acordos individuais para compensação de moradores afetados.

(b) Ações para fechamento e monitoramento dos poços de sal: com base no resultado de sonares e estudos geomecânicos, a Braskem planejou ações de estabilização e monitoramento para todos os 35 poços de extração de sal existentes:

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

- Para 4 deles, a recomendação é de enchimento com sólidos, processo que deve durar cerca de 3 anos;
- Para os 31 poços restantes, as ações recomendadas são de fechamento convencional, confirmação do status de preenchimento natural e monitoramento;
- Para 15 poços, incluindo os 4 que serão preenchidos com sólidos, a recomendação é de criação de área de resguardo no entorno e monitoramento.

O total de gastos estimado para implementação dessas medidas nos 35 poços é de R\$ 1.011.696, cálculo feito com base nas técnicas existentes e possíveis soluções para as condições atuais dos poços, o que pode ser futuramente alterado de acordo com novos estudos e alterações naturais na estrutura dos poços ao longo do tempo.

Outras medidas não contempladas no Acordo compreendem: (i) ações referentes aos Instrumentos de Cooperação Técnica firmados com a Defesa Civil, (ii) assuntos classificados como obrigação presente para a Companhia, ainda que não formalizadas; e (iii) gastos com contratação de assessores externos e especialistas para elaboração de estudos para entendimento do fenômeno geológico e apoio na execução das ações recomendadas nos estudos. Os gastos estimados e incluídos na provisão contábil, relacionados a estas medidas adicionais, somam R\$ 645.961, e também podem sofrer alterações na medida em que os estudos e ações na região avancem.

Todas as obrigações assumidas no Termo não importam em reconhecimento de culpabilidade ou responsabilidade da Companhia pela desocupação das pessoas das áreas de risco. A Braskem seguirá colaborando com as autoridades, com apoio de especialistas independentes, na identificação das causas dos eventos geológicos e na implementação de ações que tragam segurança à comunidade dos bairros afetados.

A Companhia está em tratativas com as seguradoras sobre a cobertura das suas apólices de seguro. O pagamento de indenizações somente ocorre após avaliação dos peritos e reguladores de sinistros perante ao que foi contratado na apólice. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização foi reconhecida nas demonstrações financeiras da Braskem.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	12/01/1972
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	18/12/1978

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve Histórico

Constituição e primeiro período

Com a finalidade de planejar, executar e coordenar as atividades do Polo Petroquímico do Nordeste, a Companhia foi constituída em 1972 sob a denominação de Petroquímica do Nordeste Copene Ltda. A construção do Polo Petroquímico do Nordeste fez parte de uma política de desenvolvimento do governo brasileiro implementada no início da década de 1970, visando diversificar a distribuição geográfica de ativos industriais e promover o crescimento econômico nas diferentes regiões do Brasil.

Em 18 de junho de 1974, a Companhia foi transformada em sociedade por ações, tendo sua razão social alterada para Copene Petroquímica do Nordeste S.A. Em agosto de 1995, o capital social da Companhia era distribuído da seguinte forma: (i) a Petrobras Química S.A. ("Petroquisa"), subsidiária do setor petroquímico da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Petrobras"), detinha 36,2% do capital total da Companhia, representando 48,2% do capital votante; (ii) a Nordeste Química S.A. ("Norquisa"), sociedade então controlada por diversos produtores de segunda geração do Polo Petroquímico do Nordeste, detinha 17,3% do capital total da Companhia, representando 47,6% do capital votante; e (iii) o restante do capital era detido por diversos grupos do setor privado brasileiro, fundos de pensão, bancos e empregados da Companhia.

Privatização da Companhia

Em agosto de 1995, como parte do programa de privatização implantado pelo governo brasileiro, a Petroquisa vendeu em leilão 14,8% do capital da Companhia, representando 32,8% do capital votante. A Norquisa adquiriu, nesse leilão, 5,5% do capital total, representando 10,8% do capital votante, sendo as demais ações adquiridas por diversos fundos de pensão brasileiros. Após o leilão, a Norquisa passou a ser a acionista controladora da Companhia.

Consolidação dos ativos petroquímicos

Em 2001, a Organização Odebrecht e um grupo de empresas controladas pela família Mariani adquiriram o controle da Norquisa mediante compras de ações de emissão desta companhia e conferência à Companhia de: (i) 66,7% das ações com direito a voto da Polialden Petroquímica S.A. ("Polialden"); e (ii) 35,0% das ações com direito a voto da Politen Indústria e Comércio S.A. ("Politen"). Ainda nesse contexto, a Companhia incorporou a Proppet S.A., sociedade detida pela Organização Odebrecht.

Em 2002, a Companhia adquiriu da Organização Odebrecht e do Grupo Mariani, em troca de ações representativas de 47,3% do capital votante e total da Companhia: (i) a OPP Química S.A. ("OPP"), que por sua vez detinha 41,6% do capital total e 64,4% do capital votante da Trikem S.A. ("Trikem"); (ii) 29,5% do capital total e votante da Copesul – Companhia Petroquímica do Sul ("Copesul"); e (iii) 92,3% do capital total e 95,5% do capital votante da Nitrocarbono S.A. ("Nitrocarbono").

Ainda em 2002, ao fim dessas operações, a razão social da Companhia foi alterada para Braskem S.A.

6.3 - Breve Histórico

Consolidação das participações minoritárias

De 2003 a 2007, a Companhia adquiriu participações minoritárias da Nitrocarbono, da OPP, da Polialden, da Trikem e da Politenio, tendo incorporado referidas sociedades ao final das operações.

Operação Ipiranga

Em março de 2007, a Companhia, em parceria com a Petrobras e com o grupo Ultra, iniciou o processo de aquisição dos ativos petroquímicos e de refino de petróleo do Grupo Ipiranga ("Operação Ipiranga"). A Operação Ipiranga envolveu a aquisição, pela Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"): (i) dos ativos de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Sul e Sudeste; (ii) na qualidade de comissária, por conta e ordem da Petrobras, dos ativos de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e (iii) na qualidade de comissária, por conta e ordem da Companhia e da Petrobras, da totalidade dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga, conforme descrito abaixo. Adicionalmente, os Contratos da Operação Ipiranga foram celebrados a fim de compartilhar igualmente entre a Companhia, a Petrobras e a Ultrapar, os negócios de refino de petróleo da Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. ("RPI"), hoje denominada Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

Referidos ativos petroquímicos eram representados pela totalidade das ações de emissão da Ipiranga Química S.A. ("IQ"), por 86,9% do capital votante e 92,4% do capital total da Ipiranga Petroquímica S.A. ("IPQ"), controlada da IQ, e pela participação de 29,5% que a IPQ detinha na Copesul – Companhia Petroquímica do Sul ("Copesul").

Em fevereiro de 2008, foi concluída a transferência dos ativos petroquímicos através da transferência da participação societária então detida pela Ultrapar na IQ para a Companhia e para a Petrobras na proporção de 60% e 40%, respectivamente. Por fim, em março de 2009, a Ultrapar efetuou a divisão por igual entre a Companhia, a Ultrapar e a Petrobras das participações societárias na RPI, concluindo a Operação Ipiranga.

Operação Petrobras

Em novembro de 2007, com o objetivo de consolidar o setor petroquímico em empresas com capacidade competitiva para participar ativamente do mercado global, possibilitando ganhos de escalas e sinergias, a Petrobras e a Petroquisa celebraram acordo de investimentos com a Companhia, a Odebrecht S.A. e a Norquisa, segundo o qual os ativos petroquímicos detidos pela Petroquisa, subsidiária da Petrobras, foram integrados na Companhia, quais sejam, as participações societárias detidas, direta ou indiretamente, no capital social da Copesul, da IPQ, da IQ, da Petroquímica Paulínia S.A. ("PPSA") e da Petroquímica Triunfo S.A. ("Triunfo").

A operação foi realizada em duas fases distintas e independentes entre si: (i) a primeira fase correspondeu à integração, na Companhia, das participações que a Petrobras e a Petroquisa detinham, direta e indiretamente, no capital social da Copesul, IPQ, IQ e PPSA; e (ii) a segunda fase correspondeu à opção outorgada à Petrobras de, através da Petroquisa, integrar na Companhia até 100% do capital total e votante da Triunfo.

Como resultado da integração dos ativos da primeira fase, a Petrobras passou a deter, direta e indiretamente, 30% do capital votante e 23,1% do capital total da Companhia, e a Companhia, por sua vez, passou a deter: (i) 99,17% das ações de emissão da Copesul; (ii) todas as ações

6.3 - Breve Histórico

de emissão da IQ, a qual detinha à época todas as ações de emissão da IPQ; e (iii) todas as ações de emissão da PPSA.

Adicionalmente, concluindo a primeira fase da Operação Petrobras, em meio a uma reorganização societária do grupo econômico da Companhia visando a simplificar a estrutura societária, a Companhia incorporou em setembro de 2008: (i) uma parcela cindida da IQ, correspondente às participações na IPQ e na ISATEC – Pesquisa, Desenvolvimento e Análises Químicas Ltda. (“ISATEC”); (ii) a IPQ, que por sua vez havia incorporado a Copesul; e (iii) a PPSA.

Em maio de 2009, na segunda fase da operação, a Companhia incorporou a Triunfo, companhia na qual a Petrobras, através da Petroquisa, detinha 85% do capital total. Em virtude dessa incorporação, os acionistas da Triunfo receberam ações preferenciais Classe A de emissão da Companhia, representativas de 4,1% do total de ações de tal classe, e a Petrobras aumentou sua participação na Companhia, passando a deter 25,3% do capital social total e 31% do capital votante da Companhia.

Em 22 de Janeiro de 2010, foi assinado o Acordo de Investimento (“Acordo de Investimento da Quattor”) firmado entre Odebrecht S.A., Odebrecht Serviços e Participações S.A., Petróleo Brasileiro S.A., Petrobrás Química (subsidiária petroquímica da Petrobrás), Unipar e BRASKEM. O Acordo de Investimento estabeleceu as seguintes etapas da Operação: (i) a formação de uma holding, a BRK Investimentos Petroquímicos S.A., com a totalidade das ações ordinárias de emissão da BRASKEM detidas por Odebrecht e Petrobras; (ii) aportes de recursos na BRK, em dinheiro por Odebrecht e Petrobras; (iii) aumento de capital da BRASKEM sob a forma de uma subscrição privada por seus acionistas; (iv) aquisição pela BRASKEM das ações da Quattor detidas pela Unipar;

(v) aquisição pela BRASKEM de 100% das ações da Unipar Comercial e Distribuidora S.A. e de 33,3% das ações da Polibutenos S.A. Indústrias Químicas; (vi) incorporação pela BRASKEM das ações da Quattor detidas pela Petrobras; e (vii) oferta pública por alienação indireta de controle da Quattor Petroquímica S.A., empresa controlada da Quattor.

A Quattor Petroquímica S.A. teve as suas ações incorporadas pela Braskem S.A., tornando-se sua subsidiária integral em 27 de dezembro de 2010. Em 29 de abril de 2011, a denominação da Quattor Petroquímica S.A. passou a ser Braskem Petroquímica S.A.

Em 18 de junho de 2010 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação de ações da Quattor Participações S.A. pela Braskem S.A. Em 01 de setembro de 2010 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Quattor Química pela Quattor Participações S.A. Já em 05 de dezembro de 2011 a denominação social da QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A. foi alterada para BRASKEM QPAR S.A. que foi incorporada pela Braskem S.A. em dezembro de 2014.

Internacionalização da Braskem

Em busca da sua estratégia de internacionalização, a Braskem adquiriu 100% do capital votante e total da Sunoco Chemicals (negócio de polipropileno), em fevereiro de 2010. Com a operação, a Braskem iniciou operações fora do Brasil, reforçando sua presença nos Estados Unidos, um dos mercados mais importantes do mundo. Além disso, tornou-se a maior produtora de resinas das Américas, e consolidou-se como uma das principais empresas do mundo em produção de PP.

6.3 - Breve Histórico

Em 27 de julho de 2011, foi anunciado mais um importante passo no processo de internacionalização da Braskem, com a aquisição do negócio de polipropileno da The Dow Chemical Company, que consiste em quatro plantas de polipropileno, sendo duas nos Estados Unidos e duas na Alemanha. Esta aquisição posicionou a Companhia como a maior produtora de polipropileno nos Estados Unidos.

Início das Operações do Complexo Petroquímico do México

Em 22 de junho de 2016, a Braskem inaugurou o Complexo Petroquímico do México, em parceria com a mexicana Idesa. Com capacidade de produção integrada de 1,05 milhão de toneladas de eteno e polietileno por ano, o Complexo Petroquímico da Braskem Idesa representou um passo fundamental de crescimento nas Américas e de diversificação de matéria-prima, reforçando a estratégia de internacionalização da Braskem. Fruto de um investimento de US\$ 5,2 bilhões, o Complexo Petroquímico do México é considerado o maior investimento industrial greenfield já realizado por uma empresa brasileira no exterior. O Complexo reúne um cracker de produção de eteno base gás e três plantas de polietileno – duas de polietileno de alta densidade linear e a terceira de polietileno de baixa densidade linear.

Aquisição da Cetrel

Em 27 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a celebração de contrato de compra e venda com a Odebrecht Utilities S.A., por meio do qual a Braskem se comprometeu a comprar a totalidade das ações detidas pela vendedora na Cetrel S.A., representativas de 63,7% do seu capital votante e total no valor de R\$ 610 milhões, os quais foram pagos na conclusão da transação em 2 de outubro de 2017, quando a Braskem adquiriu 1.269.290 ações do capital votante da Cetrel S.A. e, indiretamente, a totalidade das ações de emissão da Distribuidora de Águas Camaçari S.A. (DAC). A aquisição foi aprovada pelos acionistas, nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada em 29 de setembro de 2017.

Venda da quantiQ

Em abril de 2017, a Braskem formalizou a sua saída do segmento de distribuição de produtos químicos ao concluir o processo de alienação de 100% de sua participação na quantiQ Distribuidora Ltda. para a GTM do Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda., subsidiária da GTM Holdings S.A.

A venda está em linha com a estratégia da Companhia em focar seus esforços nos negócios do setor petroquímico.

Construção de Unidade de Polipropileno nos Estados Unidos

Em 21 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o projeto para construção de uma nova unidade de Polipropileno (PP) no site de La Porte, no estado norteamericano do Texas ("Projeto"). Com investimento aprovado de até US\$ 675 milhões, o Projeto tem seu início de operação previsto para 2020.

O Projeto está em linha com a estratégia da Companhia de diversificação de sua matriz de matéria-prima e expansão geográfica nas Américas, além de reforçar a posição de liderança na produção de PP nos Estados Unidos.

Incorporação da Braskem Petroquímica Ltda.

6.3 - Breve Histórico

Em 30 de novembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Braskem Petroquímica Ltda. ("BRK Petroquímica") pela Companhia, por meio da qual a Companhia passou a exercer diretamente as atividades que eram praticadas somente pela BRK Petroquímica, com a consequente extinção da BRK Petroquímica e o cancelamento de 1.572.003.695 quotas de sua emissão.

Reorganização Societária no Grupo Odebrecht

Em 1º de fevereiro de 2019, a Companhia foi informada por sua controladora indireta Odebrecht S.A. acerca de reorganização societária realizada no Grupo Odebrecht com o objetivo principal de segregação dos seus negócios, cujos atos societários foram protocolados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo no dia 31 de janeiro de 2019, com efeitos retroativos a 31.12.2018 ("Reorganização").

A Reorganização envolveu a cisão da Odebrecht Serviços e Participações S.A ("OSP") com a segregação do seu ativo composto pela totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia ("Ações") e passivo composto pelo Contrato de Compra e Venda de Debêntures nº 16.2.0023.1, firmado em 16 de março de 2016 entre BNDES Participações S.A - BNDESPAR e OSP, com a interveniência de terceiros, conforme aditado ("Parcela Cindida"), das demais atividades operacionais da OSP, seguida da incorporação da Parcela Cindida pela OSP Investimentos S.A. ("OSP Inv.").

Os movimentos societários ocorreram dentro do Grupo Odebrecht, permanecendo a Odebrecht S.A como controladora indireta da Companhia.

Encerramento Definitivo das Atividades de Extração de Sal em Maceió/AL

Em 9 de maio de 2019, a Companhia iniciou, seguindo os padrões de segurança aplicáveis, o processo de paralisação da atividade de extração de sal e da consequente paralisação das fábricas de cloro-soda e dicloreto localizadas no bairro do Pontal da Barra em Maceió/AL, em virtude dos desdobramentos decorrentes da divulgação do Relatório n.1 pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM.

Referido relatório indica que haveria (i) uma desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema criando uma situação dinâmica com reativação das estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações em parte dos bairros de Pinheiro, Mutange e Bebedouro e (ii) uma instabilidade do bairro Pinheiro agravada pelos efeitos erosivos provocados pelo aumento de infiltração da água da chuva em plano de fraturas preexistentes em solo extremamente erodível, acelerados pela falta de uma rede de drenagem pluvial efetiva e de saneamento básico adequado dentre outros.

Em 14 de novembro de 2019, a Companhia apresentou à Agência Nacional de Mineração ("ANM") medidas para encerramento definitivo das atividades de extração de sal em Maceió, com o fechamento dos seus poços.

Nesse sentido, a Companhia propôs à ANM a criação de uma área de resguardo no entorno de determinados poços, o que envolverá realocação de pessoas, desocupação de imóveis e a adoção de medidas adicionais de monitoramento. Essas medidas são baseadas em estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG) da Alemanha, referência internacional em geomecânica de poços de sal, e deverão ser realizadas em coordenação com a Defesa Civil e demais autoridades. A estimativa preliminar da Companhia, a ser confirmada em diálogos com as autoridades, é que esta área de resguardo envolva aproximadamente 400 imóveis e 1.500 pessoas. Nos demais poços, a recomendação é de que sejam adotadas

6.3 - Breve Histórico

medidas complementares de monitoramento, sem necessidade de desocupação de imóveis e realocação de moradores.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras Informações Relevantes

Na data deste Formulário de Referência não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 6 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia tem por objeto: (a) fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos, e derivados de petroquímica; (b) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como: vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais; (c) produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para seu consumo próprio e de outras empresas; (d) participação em outras sociedades, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, na qualidade de sócia ou acionista; (e) fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) e outros derivados de petróleo; (f) o transporte, a representação e a consignação de produtos petroquímicos e subprodutos, compostos e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietilenos, elastômeros e seus respectivos manufaturados; (g) locação ou empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como atividade meio ao objeto social principal da Companhia; e (h) a prestação de serviços relacionados às atividades acima.

De acordo com a consultoria IHS, a Companhia é líder no mercado de resinas termoplásticas (polietileno, polipropileno e PVC) das Américas e maior produtora de polipropileno dos Estados Unidos. Ocupa posição destacada entre as grandes produtoras globais e atua com a perspectiva de estar entre as maiores organizações do setor no mundo.

Com uma equipe de aproximadamente 8 mil integrantes, a Companhia possui ampla diversificação geográfica, por meio de 40 unidades industriais: 28 unidades no Brasil, localizadas em Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, além de 6 unidades industriais localizadas nos Estados Unidos, nos estados de West Virginia, Texas e Pensilvânia, 2 unidades industriais na Alemanha, nas cidades de Wesseling e Schokpau, e 4 unidades industriais no México, no estado de Vera Cruz.

O modelo de negócio da Braskem integra a 1ª e 2ª geração petroquímica, o que permite assegurar uma maior eficiência operacional nesta parte da cadeia. A primeira geração é responsável pelo ciclo de negócios ligados à produção de matérias-primas básicas como eteno e propeno, fundamentais para a segunda geração, que produz resinas termoplásticas como o polietileno, polipropileno e PVC.

As operações da Braskem são organizadas nos seguintes segmentos operacionais:

- Brasil: (i) Químicos; (ii) Poliolefinas; e (iii) Vinílicos
- Estados Unidos e Europa; e
- México.

Em setembro de 2017, nossa Unidade de Petroquímicos Básicos passou a se chamar "Unidade de Químicos", para refletir a nomenclatura utilizada por outras empresas do mesmo mercado.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista****(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Químicos

Com plantas industriais localizadas no: (i) Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, (ii) Polo Petroquímico de Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul, (iii) Polo Petroquímico localizado em Capuava, no estado de São Paulo, e (iv) Polo do Rio de Janeiro, esta unidade produz uma vasta gama de produtos de primeira geração petroquímica.

Os produtos dessa unidade são empregados na fabricação de resinas termoplásticas (polietileno, polipropileno e PVC) por outras unidades de negócios da Braskem (2ª geração) e por seus clientes. A Companhia também vende butadieno e uma série de aromáticos (benzeno, paraxileno, ortoxileno e xilenos mistos) a terceiros produtores petroquímicos, para uso como matérias-primas na produção de diversos produtos de segunda geração, como: borracha sintética, elastômeros, resinas de poliestireno, ácido tereftalático purificado, dimetil tereftalato (DMT), anidrido ftálico, plastificantes e tintas.

Poliolefinas

Com plantas industriais na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a Unidade é responsável pela produção de uma variedade de produtos, tais como:

Polietileno ("PE") (baixa densidade, baixa densidade linear, alta densidade, ultra alto peso molecular): resina utilizada como matéria-prima para fabricação de diferentes produtos plásticos, como embalagens flexíveis, embalagens para produtos de limpeza e higiene pessoal, sacolas, filmes encolhíveis para empacotamento, etc.

Polipropileno ("PP"): resina com grande aplicação na indústria automobilística, em gabinetes de produtos eletrodomésticos, sacaria para fertilizantes, sementes e cimento, copos e pratos descartáveis, etc.

Polietileno Verde ("PE Verde") (alta densidade e baixa densidade linear): resina produzida a partir do etanol, matéria-prima renovável. Com características similares de uma resina de polietileno base matéria-prima fóssil, o PE Verde é utilizado para fabricação de embalagens para cosméticos, alimentos, produtos de limpeza, etc.

Vinílicos

Com plantas industriais na Bahia e em Alagoas, a Companhia é a única produtora verticalmente integrada na cadeia vinílica brasileira, que produz:

PVC: resina de grande demanda na fabricação de tubos, esquadrias e outros materiais utilizados na construção civil. Cloro: utilizado na produção do PVC, em defensivos agrícolas, fármacos, na limpeza hospitalar e no tratamento de água. Soda: insumo para fabricação de sabão, papel e celulose, alumínio e outros produtos.

Estados Unidos e Europa

Com plantas localizadas no Texas, Pensilvânia e West Virginia, nos Estados Unidos, e Wesseling e Schkopau, na Alemanha, esta unidade produz PP.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

México

Esta unidade é responsável pela operação do Complexo Petroquímico da Braskem Idesa, localizado no estado de Veracruz, no México, composto por um cracker base etano, duas plantas de polietileno de alta densidade (PEAD) e uma planta polietileno de baixa densidade (PEBD), com capacidade anual integrada de produção de 1.050 mil toneladas de PE.

A partir de maio de 2016, o resultado da Braskem Idesa deixou de ser registrado como projeto e passou a ser um segmento operacional reportável, exceto o resultado da planta de PEBD, cujo resultado só deixou de ser considerado como projeto em agosto do mesmo ano.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A representatividade dos segmentos em que a Companhia atua em sua receita líquida histórica é apresentada abaixo:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019	% do total	2018	% do total	2017	% do total
Químicos	27.172	52%	31.112	54%	25.179	51%
Poliolefinas	21.191	40%	22.484	39%	19.650	40%
Vinílicos	2.693	5%	3.167	5%	3.067	6%
EUA e Europa	10.044	19%	11.725	20%	9.854	20%
México	3.051	6%	3.771	7%	3.601	7%
Receita líquida Consolidado dos Segmentos	64.153	123%	72.258	125%	61.352	125%
Outros Segmentos	296	1%	292	1%	83	0%
Unidade Corporativa		0%	265	0%		0%
Receita líquida Consolidada antes das Eliminações e Reclassificações	64.449	123%	72.816	126%	61.435	125%
Eliminações e Reclassificações	(12.125)	-23%	(14.816)	-26%	(12.175)	-25%
Receita líquida	52.323	100%	58.000	100%	49.261	100%

- (1) Após a conclusão da operação de venda da controlada quantiQ e da IQAG em abril de 2017, os resultados operacionais deste segmento passaram a ser reportados na rubrica "resultado com operações descontinuadas" das demonstrações de resultado consolidado.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não acompanha o lucro líquido ou prejuízo separadamente para cada uma das suas Unidades de Negócio.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(a) características do processo de produção

Químicos

A Companhia possui e opera cinco unidades de Químicos (duas unidades de olefinas, duas unidades de aromáticos, uma de energia e uma unidade de utilidades) no Polo Petroquímico de Camaçari, quatro unidades de Químicos (duas unidades de olefinas, uma unidade de aromáticos e uma unidade de utilidades) no Polo Petroquímico de Triunfo, três unidades de Químicos (uma unidade de olefinas, uma de aromáticos e uma de utilidades) no Polo de São Paulo e duas unidades de Químicos (uma unidade de olefinas e uma de utilidades) no Polo do Rio de Janeiro.

O termo "unidade" representa um conjunto de plantas interligadas com a finalidade de produzir olefinas, aromáticos ou utilidades. Por exemplo, a capacidade de produção das Unidades de Aromáticos 1 e 2 é a soma das capacidades de produção das várias plantas integrantes dessas unidades.

As plantas de Químicos da Companhia apresentavam capacidade de produção total anual de 3.952 mil toneladas de eteno e 1.585 mil toneladas de propeno em 31 de dezembro de 2019, como principais produtos.

Os principais equipamentos da primeira geração, denominados "crackers", fracionam ou "craqueiam" a nafta, etano, propano, gás natural ou HLR, seus principais insumos, transformando-os em químicos.

Nos processos das unidades de Camaçari e Triunfo, o uso de nafta é o mais relevante, com participação menor de condensado e uma fração pequena de gás natural. Já na unidade de São Paulo, tanto o uso de nafta quanto de HLR são relevantes, enquanto na unidade do Rio de Janeiro, os principais insumos utilizados são o etano e o propano. Os produtos das unidades de Químicos são:

- Olefinas, tais como eteno, propeno grau polímero e grau químico, butadieno, isopreno e buteno-1;
- Solventes alifáticos, solventes hidrogenados e aromáticos, tais como: benzeno, cumeno, tolueno, paraxileno, ortoxileno e xileno misto;
- Combustíveis, tais como gasolina automotiva e gás liquefeito de petróleo (GLP), e aditivos para combustíveis, tais como éter etil-terc-butilico (ETBE) e éter metil-terc-butilico (MTBE);
- Especialidades como isopreno, diciclopentadieno (DCPD), piperileno, noneno, tetrâmero, poliisobuteno (PIB) e resinas hidrocarbônicas.

O processo de craqueamento consiste na quebra de hidrocarbonetos através da pirólise em moléculas menores com aplicações especializadas. Os fornos onde ocorre a quebra dos hidrocarbonetos potencializam a produção de eteno e por consequência toda uma série de produtos é obtida como subprodutos desta reação. Após a quebra, subsequentes etapas de fracionamento permitirão a separação das correntes por semelhança de moléculas e, consequentemente, por linha de produtos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nas unidades de Químicos existem também unidades de geração de utilidades, que consistem em produtos para a viabilização da operação do cracker e, também, para fornecimento ao polo industrial, como no caso do Polo de Camaçari. As principais utilidades produzidas são:

- Água, tal como água clarificada, desmineralizada e potável;
- Vapor, tal como vapor de alta, média e baixa pressão;
- Eletricidade, em diferentes tensões; e
- Ar comprimido.

Poliolefinas

O segmento de Poliolefinas é composto por 18 plantas de polietileno (PE) e polipropileno (PP) no Brasil, incluindo a produção de PE Verde fabricado a partir de matéria-prima renovável.

As operações industriais contemplam plantas de PE e PP localizadas nos polos petroquímicos de Triunfo, Camaçari, São Paulo, Paulínia e Rio de Janeiro com capacidade de produção total de 3.055 mil toneladas de PE, sendo 200 mil toneladas de PE Verde e 1.850 mil toneladas de PP.

O processo de produção de PE ou PP ocorre a partir da polimerização do eteno ou propeno com catalisadores específicos e produtos auxiliares.

Em função de características específicas de tecnologias de polimerização, três grandes famílias de produtos podem ser geradas em PE, o polietileno de baixa densidade (PEBD), o polietileno de baixa densidade linear (PEBDL) e o polietileno de alta densidade (PEAD), todos presentes na Companhia.

Para estes produtos, as tecnologias se dividem em processo dedicado de produção de PEBD, processos swing de produção de PEBDL ou PEAD e processos dedicados de produção de PEAD. Nestas três tecnologias de produção de PE da Companhia, a principal diferença ocorre na etapa de polimerização e separação do polímero da matéria prima não reagida.

As transições para troca de produtos na família de PEBDL são feitas, na maioria das vezes, conforme uma programação de produção, que minimiza a geração de produtos fora de especificação durante estas transições. Nas transições para famílias de PEBDL e PEAD são necessárias paradas para troca de catalisador. As transições para troca de família de produtos (homopolímero, copolímero randômico, copolímero heterofásico ou terpolímero) também são feitas em operação de forma a minimizar a geração de subprodutos.

Quatro das cinco plantas de PP utilizam para produção de PP a tecnologia Spheripol, desenvolvida pela Basell, que permite obter uma grande gama de polipropilenos a partir de propeno, hidrogênio, eteno e buteno-1. A outra planta utiliza a tecnologia LIPP (*Liquid Propylene Polymerization Process*) para produção de PP. Estas plantas não são adequadas para a produção de compostos de PP.

Durante o ano de 2014, a Companhia converteu e expandiu, em 25.000 toneladas, uma das linhas de PE para a fabricação de PEBDL a partir de metaloceno no estado da Bahia. As operações do projeto tiveram início em janeiro de 2015.

Vinílicos

O segmento de Vinílicos é composto das operações industriais e comerciais das unidades de PVC, cloro e soda cáustica, além de outros produtos como hidrogênio e hipoclorito de sódio. As

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

operações industriais contemplam três plantas de PVC localizadas no polo petroquímico de Camaçari e de Alagoas; e uma planta de cloro e soda cáustica localizada em Alagoas. A capacidade de produção anual de PVC, cloro e soda cáustica é de, respectivamente, 710 mil toneladas, 400 mil toneladas e de 460 mil toneladas.

O processo produtivo de cloro e soda conta com tecnologia de diafragma, que produz cloro e soda DF. A matéria-prima dessas plantas é a salmoura e a energia elétrica. A salmoura tratada é injetada numa célula onde ocorre a reação de eletrólise responsável pela produção simultânea de cloro e soda. O cloro é retirado da célula por meio de um compressor seguindo para a área de processamento de cloro, que fará toda a purificação necessária para a posterior venda como produto final e/ou transformação em dicloroetano (DCE). Esse DCE será a matéria-prima do monocloreto de vinila (MVC), que por sua vez, será a matéria-prima do produto final, policloreto de vinila (PVC). De forma similar ao cloro, a soda DF também passa por um processamento (evaporação) até atingir sua concentração final para venda (50%). Já a soda RG sai da célula pronta para ser comercializada.

O processo de produção da resina de PVC é a polimerização em suspensão. Esta polimerização, em bateladas, é efetuada na presença de água desmineralizada, iniciadores, dispersantes e outros produtos químicos auxiliares dentro de um reator. O produto final, a resina de PVC, é obtido em processo contínuo de desidratação e secagem. O processo é constituído das seguintes etapas:

Reação de polimerização: MVC (matéria-prima), água desmineralizada, iniciador/catalisador e agentes dispersantes, em quantidades adequadas, são alimentados ao reator e misturados. A reação de polimerização em suspensão do MVC é efetuada a uma determinada temperatura e pressão, em função do tipo de resina desejada. Concluída a reação, o PVC produzido no reator se apresenta em forma de lama.

Pós-tratamento: durante a recuperação do MVC não reagido, a lama de PVC é transferida para o pós-reator para reduzir o teor de MVC residual na resina de PVC. A lama de PVC pós-tratada é descarregada para um tanque, onde ela é continuamente alimentada à centrífuga. Após a centrifugação, o produto passa para um secador de leito fluidizado contínuo e a umidade ainda existente no PVC é reduzida a teores menores que 0,3%, caracterizando o produto final.

Estados Unidos e Europa

O resultado deste segmento é composto por seis plantas industriais nos EUA e duas na Europa, com capacidade anual de produção de 2.195 mil toneladas, sendo 1.570 mil toneladas nos EUA e 625 mil toneladas na Europa. Esse segmento também possui uma planta industrial de produção de UTEC®.

Neste segmento, o processo produtivo de PP utiliza as tecnologias Spheripol e Unipol. O propeno, matéria-prima principal, é integralmente adquirido de terceiros.

México

Este segmento é composto por um cracker base etano, duas plantas de polietileno de alta densidade (PEAD) e uma planta polietileno de baixa densidade (PEBD), com capacidade anual integrada de produção de 1.050 mil toneladas de PE.

O processo de produção de PE no México é idêntico ao descrito no segmento de Poliolefinas acima.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(b) características do processo de distribuição

Químicos

Polo de Camaçari

O Polo de Camaçari fica situado:

- a 36 quilômetros do Terminal Marítimo Madre de Deus (situado na cidade de Madre de Deus, no Estado da Bahia), terminal portuário detido e operado pela Petrobras;
- a 27 quilômetros da Refinaria Landulfo Alves (situada no Estado da Bahia), uma das maiores refinarias do Brasil, detida e operada pela Petrobras; e
- a 22 quilômetros do terminal portuário de Aratu (situado no Estado da Bahia).

O Terminal Marítimo Madre de Deus é usado para descarregar a nafta embarcada das refinarias da Petrobras localizadas fora do Estado da Bahia. No terminal portuário de Aratu, é utilizado (1) o Terminal Matérias-Primas (de propriedade da Companhia) para importar nafta e condensado, (2) o Terminal químico de Aratu (de propriedade da Terminal Químico de Aratu S.A. – TEQUIMAR, empresa brasileira de distribuição, subsidiária da Ultrapar Participações S.A.) para distribuir os produtos líquidos da Companhia; e (3) o Terminal de Gases (de propriedade da Companhia) para distribuir produtos de gás.

Um duto detido e operado pela Petrobras transporta nafta do Terminal Madre de Deus para a Refinaria Landulfo Alves, onde o duto se interliga com o sistema de dutos de nafta da Refinaria. O sistema de dutos de nafta da Refinaria Landulfo Alves se interliga com o sistema de dutos do terminal portuário de Aratu, por meio do qual a nafta é transportada às plantas de Químicos do Polo Petroquímico de Camaçari.

Polo de Triunfo

O Polo Petroquímico de Triunfo fica situado:

- a 24 quilômetros da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP (localizada em Canoas, no Rio Grande do Sul), refinaria que a Petrobras possui e opera; e
- a 122 quilômetros do Terminal Almirante Soares Dutra (localizado em Osório, no Rio Grande do Sul), um terminal portuário detido e operado pela Petrobras Transporte S.A., ou Transpetro, uma subsidiária da Petrobras.

A Companhia usa o Terminal Almirante Soares Dutra para descarregar nafta e condensado de petróleo importados ou embarcados de refinarias da Petrobras localizadas fora do estado do Rio Grande do Sul. A Companhia possui um duto operado pela Transpetro que transporta a nafta do Terminal Almirante Soares Dutra para a REFAP, onde o duto se interconecta com o sistema de dutos de nafta da REFAP. A nafta e o condensado de petróleo são transportados para as plantas de Químicos da Companhia através do sistema de dutos de nafta da REFAP.

Polo de São Paulo

O Polo Petroquímico de São Paulo fica situado:

- a 100 quilômetros da Refinaria Henrique Lage – REVAP (localizada em São José dos Campos, no Estado de São Paulo);

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- a 215 quilômetros da Refinaria de Paulínia – REPLAN (localizada em Paulínia, no Estado de São Paulo);
- a 40 quilômetros da Refinaria Presidente Bernardes – RPBC (localizada em Cubatão, no Estado de São Paulo);
- a 5 quilômetros da Refinaria de Capuava – RECAP (localizada em Capuava, na cidade de Santo André, no Estado de São Paulo); e
- a 135 quilômetros do Terminal Marítimo Almirante Barroso, ou TEBAR, um terminal de armazenagem e logística da Petrobras, que está localizado em São Sebastião, no Estado de São Paulo, através do qual a Petrobras recebe nafta de suas refinarias localizadas fora do Estado de São Paulo.

A nafta do Complexo de São Paulo é fornecida de cada uma dessas refinarias e do Tebar, através de dutos da Petrobras.

Polo do Rio de Janeiro

O Polo Petroquímico do Rio de Janeiro fica situado a 5 quilômetros da Refinaria de Duque de Caxias – REDUC (localizada em Campos Elíseos, no Estado do Rio de Janeiro).

O etano e o propano são fornecidos por esta refinaria para o Complexo do Rio de Janeiro, através de dutos da Petrobras.

Uma parcela significativa dos químicos e outros produtos produzidos pelas operações de Químicos é entregue por dutos para os produtores de segunda geração, incluindo as plantas da Braskem. Os produtos que são vendidos a terceiros para entrega em outras localidades são enviados por dutos, ferrovias, caminhões e navios costeiros ou transoceânicos.

Poliolefinas e Vinílicos

Todas as plantas de Poliolefinas da Companhia no Brasil, com exceção de Paulínia, bem como algumas das plantas de Vinílicos no Brasil, estão localizadas nos polos petroquímicos e recebem entregas de eteno e propeno, suas principais matérias-primas, através de dutos ligados às “centrais” da Companhia, ou pelas refinarias da Petrobras, conforme relacionado a seguir:

- o propeno fornecido à planta de PP de Paulínia pela REPLAN é entregue através de um duto operado pela Petrobras;
- o propeno fornecido às plantas de PP nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro é entregue através de dutos operados pela Petrobras;
- o propeno fornecido ao Polo de Petroquímico de Triunfo pela REFAP é entregue através de duto;
- parte do propeno fornecido às plantas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo é entregue por caminhão pela REPAR e REVAP; e
- o eteno fornecido à planta de Vinílicos em Alagoas é entregue por meio de um duto de 477 quilômetros de propriedade da Companhia.

Os produtos de Poliolefinas e Vinílicos da Companhia são expedidos para os clientes das instalações brasileiras por caminhão, trem, navios costeiros e oceânicos. A Companhia não possui, arrenda ou freta veículos para entrega das operações brasileiras, a não ser uma pequena embarcação usada para suas operações no Polo de Triunfo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Estados Unidos e Europa

Estados Unidos

As plantas de PP em La Porte, Oyster Creek e Seadrift, no Texas, estão localizadas em polos petroquímicos e recebem entregas de propeno através de dutos conectados a instalações produtoras de químicos localizadas próximas a tais plantas.

O propeno é entregue à planta de PP em Marcus Hook, na Pensilvânia por trem ou caminhão.

O propeno é entregue à planta de PP de Neal, em West Virginia, principalmente através de um duto vindo de uma refinaria nas proximidades, sendo o restante entregue por trem.

O PP produzido nos Estados Unidos é enviado aos clientes principalmente por trem. Para isto, a Companhia aluga cerca de 3.900 vagões utilizados na entrega dos produtos produzidos nos Estados Unidos.

Europa

As plantas de PP em Wesseling e Schkopau estão localizadas em polos petroquímicos e recebem entregas de propeno através de dutos conectados a instalações e refinarias produtoras de químicos localizadas próximas a tais plantas.

O PP produzido na Alemanha é enviado aos clientes principalmente por caminhão.

México

O complexo petroquímico do México está localizado no polo industrial de Veracruz, e recebe as entregas de etano, principal matéria-prima através de dutos conectados às instalações da PEMEX próximas a este complexo petroquímico.

O PE produzido no México é enviado aos clientes principalmente por trem. Para isto, a Companhia aluga cerca de 1.300 vagões utilizados na entrega dos produtos. Além disto, a Companhia também utiliza caminhões para entrega de seus produtos.

(c) características dos mercados de atuação

(i) participação em cada um dos mercados

Químicos

A Companhia vendeu em 2019 aproximadamente 74% dos produtos químicos no Brasil, sobretudo a produtores petroquímicos de segunda geração, incluindo aos segmentos de Poliolefinas e Vinílicos, bem como a clientes dos Estados Unidos, da Europa, da América do Sul e da Ásia.

Como acontece comumente com outros produtores de petroquímicos de primeira geração, a Unidade de Químicos apresenta alta concentração de vendas a um número reduzido de clientes. As vendas líquidas para os dez maiores clientes da Unidade de Químicos responderam por 53% da receita líquida da Unidade (excluindo as vendas às outras unidades de negócios), durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Vendas no mercado brasileiro de Químicos

De acordo com nossa estratégia comercial, a Unidade de Químicos está focada na formação de relacionamentos de longo prazo com nossos clientes e celebração de contratos para suprimento de longo prazo, os quais preveem quantidades mínimas e máximas a serem compradas e entregadas

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

mensais. Os preços praticados no mercado brasileiro para o eteno são determinados tomando por referência os preços de contratos da Europa Ocidental. Os preços no mercado brasileiro praticados para o propeno são determinados de acordo com uma fórmula pela qual 50% do preço é determinado com referência aos preços do Noroeste da Europa e os 50% restantes com base nos preços de contrato da América do Norte, de forma geral. Os preços do butadieno para o mercado brasileiro são determinados na sua maioria por referência ao preço de contratos do Golfo dos EUA. Os preços praticados no mercado brasileiro para os produtos BTX, incluindo benzeno, paraxileno e tolueno são fixados por referência aos preços de contrato ou no mercado à vista dos EUA. Os preços para o mercado brasileiro de solventes são estipulados tomando por referência os preços do mercado internacional, e os preços das olefinas e produtos aromáticos são fixados para o mercado brasileiro tomando por base diversos indicadores internacionais de mercado.

Exportação de Químicos

A Companhia exporta químicos principalmente a clientes dos Estados Unidos e da Europa e determina os preços baseados no preço de referência da região para qual estamos exportando. Os preços de exportação:

- do benzeno, do tolueno e do paraxileno são estipulados tomando por referência os preços do mercado do Golfo dos EUA; e
- do propano, ETBE, ortoxileno, buteno-1 e isopreno, os preços vigentes no mercado europeu.

A Companhia está empenhada em manter a posição de liderança que ocupa no mercado brasileiro, continuando, ao mesmo tempo, a usar as exportações como proteção às operações e para controlar o equilíbrio entre demanda e produção. Em 2019, as vendas líquidas de exportação da Unidade de Químicos representaram 26% da receita líquida de vendas daquela unidade.

Adicionalmente, a Companhia aplica seu conhecimento de negociação de *commodities* para as operações de revenda da nafta e etano nos mercados internacionais. A fim de atender às exigências dos craqueadores de nafta e etano (em termos de tempo, preço e qualidade), a Companhia mantém um fornecimento excedente de matérias-primas e revende o excesso no mercado spot. Em 2019, as operações de revenda registraram receita de R\$ 790 milhões.

Poliolefinas

Vendas no mercado interno

A Unidade de Poliolefinas vende produtos de polietileno e polipropileno a cerca de 1.400 clientes. A Companhia dispõe de um mix diversificado de produtos, que possibilita o atendimento a uma ampla gama de usuários finais em vários setores. Os clientes da Unidade de Poliolefinas são, em geral, produtores de terceira geração que fabricam ampla variedade de bens de consumo e produtos industriais à base de plástico.

A receita líquida de vendas efetuadas aos 10 maiores clientes da Unidade de Poliolefinas respondeu por 18% da receita líquida total de vendas da Unidade de Poliolefinas em 2019 (excluindo as vendas às outras unidades de negócios). Nenhum cliente da Unidade de Poliolefinas, isoladamente, respondeu por mais de 10% da sua receita total de vendas em 2019, 2018 e 2017.

A Companhia se empenha em formar relacionamentos duradouros com seus clientes. Dada a natureza cíclica dos mercados de seus produtos petroquímicos, a administração acredita que é possível reforçar a fidelidade dos clientes nos períodos de menor demanda de polietileno e

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

polipropileno, proporcionando uma fonte segura de suprimento a esses clientes nas épocas de demanda elevada. A Companhia trabalha em estreita relação com seus clientes para identificar suas necessidades, prestar assistência técnica e coordenar a produção e entrega dos produtos. Os clientes submetem propostas apresentando uma estimativa de suas necessidades mensais para o ano vindouro com relação a cada um dos produtos de poliolefinas, inclusive especificações técnicas, prazos de entrega e condições de pagamento propostas. A Companhia avalia mensalmente as propostas com o fim de efetuar eventuais ajustes que sejam necessários, monitorar e assegurar fornecimento adequado para cada cliente.

Além das vendas diretas a clientes, a Unidade de Poliolefinas vende produtos no Brasil por intermédio de distribuidores independentes exclusivos. A Unidade de Poliolefinas conta com cinco distribuidores, pelos quais distribui os produtos de acordo com contratos formais e operações no mercado à vista.

A Companhia escolhe seus distribuidores com base em sua capacidade de prestação de serviços completos a seus clientes, inclusive a capacidade de elaborar os produtos em bases customizadas. Esses distribuidores vendem os produtos da Companhia de polietileno e polipropileno a clientes com necessidades de volume menores, podendo agrupar vários pedidos de produção e entrega a clientes que, do contrário, seria antieconômico atender. Além disso, ao atender clientes menores por meio de uma rede de distribuidores, os gerentes de conta focam seus esforços na prestação de serviço de alta qualidade a um número menor de clientes diretos de maior porte.

Em 2019, conforme estimativa da Companhia, a sua participação no mercado brasileiro de Poliolefinas correspondia a aproximadamente 69%, com base no volume de vendas do segmento.

Exportações

O volume de exportações de poliolefinas varia, geralmente, com base no nível da demanda interna e na disponibilidade da produção total dos produtos da Companhia. A Unidade de Poliolefinas possui escritório de vendas na Argentina, Chile, Peru e Colômbia, usados para consolidar os esforços de marketing na América do Sul, um dos mercados chave da Companhia fora do Brasil nessa Unidade de Negócios. A Unidade de Poliolefinas também conta com a força de vendas na Europa, México e EUA para aumentar a rentabilidade das vendas. Em cada uma das regiões, a Companhia possui estratégias comerciais específicas com relação às exportações vindas do Brasil, que complementam sua disponibilidade local de produtos.

A Companhia estabeleceu uma posição estratégica no mercado de poliolefinas na América do Sul e na Europa por meio de vendas diretas regulares, distribuidores locais e agentes que conhecem seus respectivos mercados. A estratégia de ampliar a presença nesses mercados estrangeiros destina-se, entre outros aspectos, a reduzir a exposição da Companhia à natureza cíclica do mercado internacional à vista de poliolefinas, por meio da formação de relações duradouras com clientes nos países vizinhos. A presença local da Companhia nos Estados Unidos e na Europa permite seu melhor posicionamento nestes mercados e a venda de produtos da Unidade de Poliolefinas por meio da Unidade dos Estados Unidos e Europa.

O principal foco da Unidade de Poliolefinas é manter a posição de liderança no Brasil e na América do Sul, reforçando o comprometimento com a cadeia de indústria de plástico da região, mantendo a sua posição de liderança em poliolefinas através da contínua presença local e fornecimento regular de produtos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Preços e Condições de Vendas

A Companhia determina os preços do polietileno para o mercado interno tomando por referência preços spot da América do Norte e, com relação ao polipropileno, por referência preços spot da Ásia e América Latina. Os clientes da Companhia no Brasil podem efetuar pagamento integral contra entrega ou optar por venda a prazo, que requer pagamento integral entre três e 60 dias após a entrega. São cobrados juros dos clientes brasileiros que escolhem opção de pagamento a prazo com base nas taxas vigentes no mercado.

Além das vendas estratégicas para a América do Sul, Europa, México e Estados Unidos, as exportações da Unidade de Poliolefinas a compradores da Ásia e África são realizadas em geral por meio do mercado à vista internacional. A base de clientes nesses mercados consiste principalmente de empresas comerciais exportadoras e distribuidores. A precificação tem por base os preços no mercado à vista internacional.

Vinílicos

A Companhia é líder na produção de PVC no Brasil com base no volume de vendas de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, suas fábricas de PVC apresentaram a segunda maior capacidade média anual de produção da América Latina.

A Unidade de Vinílicos é a única produtora verticalmente integrada de PVC do Brasil. Nossa produção de PVC é integrada por meio da produção de cloro, eteno e outras matérias-primas. A Unidade de Vinílicos também fabrica soda cáustica, que é utilizada por fabricantes de alumínio, papel e celulose.

Em 2019, a participação da Companhia no mercado brasileiro de PVC correspondia a aproximadamente 48%, com base no volume de vendas da Unidade de Vinílicos.

As vendas líquidas aos 10 maiores clientes da Unidade de Vinílicos responderam por 44% de sua receita total líquida de vendas em 2019. A empresa TIGRE MATERIAIS E SOLUCOES respondeu por 10,47% das receitas totais de Vinílicos em 2019. Nenhum cliente da Unidade de Vinílicos, isoladamente, respondeu por mais de 10% da sua receita total de vendas em 2018 e 2017.

Existe uma ligação estrutural entre os mercados de PVC e soda cáustica porque a soda cáustica é um subproduto da produção do cloro necessário para produzir PVC. Quanto maior a demanda por PVC, maior será a produção de soda cáustica, levando a um aumento de oferta deste produto e, geralmente, a preços mais baixos. Por outro lado, quando a demanda de PVC é baixa, os preços da soda cáustica tendem a subir.

A Companhia realiza a maioria das vendas de PVC e soda cáustica diretamente a clientes brasileiros sem intermediação de distribuidores independentes. Contudo, a Unidade de Vinílicos mantém relações contratuais por meio de cinco centros de distribuição, que fornecem suporte logístico, localizados em Paulínia e Barueri, ambas no estado de São Paulo, em Joinville, no estado de Santa Catarina, em Extrema, no estado de Minas Gerais e em Araucária, no estado do Paraná. Ademais, a Companhia opera, de maneira não exclusiva, doze unidades de armazenagem de PVC e seis unidades de tancagem em terminais para soda cáustica, estrategicamente situadas ao longo da costa brasileira, o que os permite entregar os produtos a clientes no formato "just-in-time". A Unidade de Vinílicos atua em estreita colaboração com seus clientes, trabalhando em conjunto para melhorar produtos existentes, bem como desenvolver novas aplicações para PVC. Os grupos de comercialização e assistência técnica da Companhia também

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

prestam consultoria a clientes e clientes em potencial que estejam considerando a instalação de equipamentos industriais para fabricação de produtos finais de PVC.

Além disso, a Unidade de Vinílicos fornece ao mercado brasileiro o PVC emulsão e outros copolímeros com valor mais alto por importações da Colômbia por meio de contrato de longo prazo com a Mexichem.

A companhia determina os preços internos de resinas de PVC tomando por referência principalmente os preços pagos por produtores brasileiros de terceira geração por importações de PVC, que em geral refletem o preço no mercado à vista do Nordeste da Ásia. O prazo de entrega, qualidade e serviços técnicos também afetam os níveis de vendas das resinas de PVC. A Companhia estabelece seus preços internos de soda cáustica com base no preço de mercado internacional. Aproximadamente 65% das vendas de soda cáustica em 2019 foram realizadas de acordo com contratos em geral com prazos de um a três anos, podendo incluir tetos e pisos de preços.

Os clientes da unidade de Vinílicos da Companhia no Brasil podem pagar à vista entrega ou eleger termos de crédito que exigem pagamento integral dentro de 7 a 90 dias após a entrega. A Companhia cobra juros com base nas taxas de mercado vigentes para clientes no Brasil que optam por opções de pagamento mais longas. No caso de exportação de produtos de PVC e soda cáustica, os termos para as exportações geralmente exigem o pagamento entre 90 e 120 dias após a entrega. A Companhia exige cartas de crédito irrevogáveis para as vendas de exportação realizadas no mercado à vista.

Estados Unidos e Europa

A Unidade EUA e Europa vende produtos de polipropileno para cerca de 465 clientes. A Companhia possui um mix de produtos diversificado que lhe permite atender uma ampla variedade de clientes finais em diversos setores. Em geral, os clientes da Unidade EUA e Europa são produtores petroquímicos de terceira geração que fabricam uma ampla variedade de bens de consumo e industriais que possuem o plástico como matéria-prima.

Aproximadamente 28% das vendas de polipropileno na Unidade EUA e Europa são realizadas através de contratos de fornecimento de longo prazo com nossos clientes. Esses contratos têm em geral um prazo inicial de dois anos, sendo automaticamente renováveis por períodos de um ano, a menos que uma parte notifique a outra de sua intenção de não renovar. Os contratos também preveem quantidades mínimas e máximas a serem compradas e entregas mensais.

A Companhia comercializa o restante de sua produção de polipropileno da Unidade EUA e Europa através de (1) sua força de vendas direta que procura formar relacionamentos de fornecimento com clientes nacionais e estrangeiros, (2) um número seletivo de distribuidores autorizados a representar a marca Braskem nos mercados norte-americano e europeu, (3) revendedores que comercializam esses produtos com marcas próprias nos mercados norte-americano e europeu, e revendedores destes produtos em mercados internacionais.

México

A Unidade do México comercializa produtos de polietileno para cerca de 250 clientes no mercado mexicano. A Companhia possui um mix de produtos diversificado, que lhe permite atender uma ampla variedade de clientes finais em diversos setores. Em geral, os clientes da Unidade do México são produtores petroquímicos de terceira geração que fabricam uma ampla variedade de bens de consumo e industriais que possuem o plástico como matéria-prima. A receita líquida de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

vendas para os 10 maiores clientes da Unidade México representou aproximadamente 33% da receita líquida total de vendas da Unidade México durante o ano de 2019.

Vendas no México

Considerando a infraestrutura logística e os centros de logística do Completo do México por região, a Companhia consegue projetar a demanda dos clientes por região. Assim, é possível prever e planejar a produção e a logística com o intuito de disponibilizar os produtos em tempo hábil e nos pontos de expedição. Como a carteira de produtos pode ser ajustada à natureza da demanda do mercado mexicano, a Companhia possui uma maior flexibilidade para se adaptar e atender melhor tal mercado.

Além da venda direta de polietileno para clientes, a Unidade do México comercializa produtos no México através de distribuidoras independentes. A Unidade do México é atendida por distribuidoras através das quais a Companhia distribui seus produtos de acordo com contratos formais e operações no mercado à vista.

As distribuidoras são escolhidas com base na sua capacidade de fornecer serviços completos aos clientes. Tais distribuidoras comercializam os produtos de polietileno da Companhia para fabricantes com necessidades menores de volume e são capazes de combinar diversos pedidos de entrega aos clientes, os quais não seriam economicamente viáveis de a companhia atender. Além disso, ao atender clientes menores através de uma rede de distribuidoras, os gerentes de conta da Companhia podem concentrar seus esforços em prestar serviços de alta qualidade para um número menor de grandes clientes, atendidos diretamente.

Vendas de exportação

O principal foco da Unidade do México é manter a posição de liderança da Companhia no mercado mexicano, mantendo seu volume de exportações com o objetivo de administrar a relação entre a sua capacidade de produção e a demanda interna por seus produtos. A Companhia acredita que sua presença contínua em mercados internacionais é essencial para administrar qualquer excesso de capacidade no mercado mexicano. O excesso de volume é principalmente exportado para Estados Unidos, Europa, América Central e Ásia, utilizando as forças de vendas já existentes e complementando a carteira nessas regiões, junto com os produtos exportados do Brasil. A fim de fazer uso dos canais de venda já estabelecidos da Braskem nos Estados Unidos e na Europa, a estratégia de exportações da produção da unidade do México, para essas regiões, consiste em desenvolver e reter clientes, procurando aumentar o valor agregado nas exportações, especialmente considerando a competitividade logística para atender os Estados Unidos. Esse novo complexo de polietileno reforça a posição da Braskem com os clientes de polietileno do mundo todo, melhorando a sua posição na América do Norte.

Preços e Termos de Vendas

O preço de venda de polietileno no mercado mexicano é calculado com base nos preços norte-americanos. Os clientes da Companhia no México podem pagar o montante integral no momento da entrega ou optar por pagamento à prazo, exigido integralmente dentro de até 60 dias após a entrega.

As exportações do Complexo do México consistem inicialmente em volumes enviados a Ásia, Europa e EUA por meio tradings e distribuidoras. A precificação é baseada nos preços do mercado internacional à vista. Todas as vendas a estes mercados são realizadas através de letras de crédito. Conforme discutido no item “–Vendas de Exportação” acima, desde o início de 2017, a

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Unidade do México tem se concentrado em exportar seus produtos diretamente para clientes nos Estados Unidos e Europa, com aumento do valor líquido das exportações.

Outras informações

Este item 7 do Formulário de Referência contém informações sobre a participação de mercado no setor petroquímico brasileiro da Companhia e de sua capacidade de produção em relação à de outras empresas atuantes no setor petroquímico do Brasil e da América Latina, dos Estados Unidos e do mundo. Tais informações têm por base dados obtidos de terceiros, considerados confiáveis e são referentes aos anos de 2019, 2018 e 2017 conforme indicado:

- A participação no mercado brasileiro foi calculada dividindo-se o volume de vendas líquidas de produtos específicos da Companhia no mercado brasileiro pelo consumo total desses produtos no mercado brasileiro. As informações relativas à capacidade de produção de outras empresas atuantes no setor petroquímico brasileiro e a estimativa do consumo interno brasileiro total de produtos petroquímicos foram extraídas principalmente de relatórios publicados pela Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUM).
- As informações relativas à capacidade de produção de outras empresas atuantes no setor petroquímico global, os preços internacionais de produtos petroquímicos e o consumo per capita em algumas regiões geográficas foram extraídas principalmente de relatórios publicados pela IHS, Inc. (IHS).
- As informações relativas às importações e exportações brasileiras foram extraídas do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICE-Web), produzido pela Secretaria de Comércio Exterior e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Incluímos ainda informações e estatísticas relacionadas ao crescimento econômico de países emergentes obtidas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e estatísticas relacionadas ao produto interno bruto (PIB), crescimento do Brasil, Estados Unidos, Europa e México obtidas de fontes públicas independentes, tais com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Departamento de Comércio dos EUA, a agência oficial de estatística da União Europeia (Eurostat); e o Instituto Nacional de Estadística y Geografía do México.

Embora não exista nenhum motivo para se acreditar que essas informações sejam imprecisas em qualquer aspecto relevante, não foi feita nenhuma verificação independente da capacidade de produção, da participação de mercado, do tamanho do mercado ou de dados semelhantes fornecidos por terceiros ou extraídos de publicações especializadas ou de caráter geral.

As informações relativas ao consumo interno aparente de alguns de nossos produtos são fornecidas com base nas informações disponíveis do governo brasileiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da ABIQUIM e em nossas estimativas internas. O consumo interno aparente é equivalente à produção interna, acrescida das importações e deduzidas as exportações. O consumo interno aparente de qualquer período pode diferir do consumo real, porque esta medida não leva em consideração as variações nos níveis de estoque da cadeia de suprimento de petroquímicos.

(ii) condições de competição nos mercados

A Companhia ocupa as seguintes posições no ranking mundial de capacidade de produção, conforme dados do IHS:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Eteno	10 ^a
Propeno	13 ^a
PE	8 ^a
PP	3 ^a
PVC	19 ^a
Soda Cáustica	40 ^a

Químicos

Os clientes de químicos da Companhia, em sua maioria produtores petroquímicos de segunda geração cujas plantas se localizam nos Polos Petroquímicos brasileiros, teriam dificuldade em obter seus insumos de outras fontes por preços mais baixos em razão do alto custo de transporte desses produtos bem como de outras dificuldades logísticas. Ademais, como o Brasil logrou a autossuficiência na produção de olefinas, atendendo a demanda interna, as importações desses produtos são geralmente esporádicas e em regra associadas às paradas programadas para manutenção de plantas ou para cobrir a demanda interna não atendida.

Ao longo dos últimos anos, conforme aumentou a diferença no custo das matérias-primas nafta e gás para craqueadores de petroquímicos, muitos craqueadores que utilizam gás como matéria-prima têm se tornado produtores de baixo-custo nos mercados mundiais e observado uma melhora em suas margens em comparação aos craqueadores de nafta. Contudo, uma vez que craqueadoras à base de gás podem produzir menos coprodutos e subprodutos gerados pelas craqueadoras à base de nafta, tais como propeno, butadieno e produtos BTX, e em menores quantidades, houve um aumento nos preços destes produtos no mercado internacional. Como consequência dos preços mais altos para tais coprodutos e subprodutos, nossa receita líquida com a exportação destes produtos aumentou, e acreditamos que este aumento na receita líquida de exportação destes produtos deva se manter no futuro, na medida em que diminua a diferença da competitividade relativa das matérias-primas das craqueadoras. A concorrência desses produtos nos mercados internacionais baseia-se principalmente no preço dos produtos entregues e aumentou desde meados de 2008, quando foi rompido o equilíbrio entre oferta e demanda, devido ao impacto da crise global financeira e creditícia nos consumidores desses produtos.

Nos mercados internacionais de Químicos, a concorrência está representada por um grande número de produtores, alguns deles substancialmente maiores e contando com recursos financeiros, de fabricação, tecnológicos e de marketing expressivamente maiores que os da Companhia.

Poliolefinas

A Companhia é a única produtora de polietileno e polipropileno no Brasil, e compete com produtores de poliolefinas do mundo todo. Em 2019, as importações brasileiras de polietileno e polipropileno registraram alta de 8%, o que representou 31% do consumo brasileiro de poliolefinas.

A Companhia também compete pelas exportações de produtos de poliolefinas para outros países da América Latina e, também, nos mercados da América do Norte, Ásia e Europa. A Companhia compete com diversos produtores de resina, alguns dos quais contam com mais recursos financeiros, produtivos, de pesquisa e desenvolvimento e de outro tipo que a Companhia. A posição competitiva da Companhia em mercados internacionais deve-se principalmente ao seu

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

relacionamento com o consumidor, diferenciação dos produtos (principalmente o Polietileno Renovável), custo de matérias-primas, preços de venda, qualidade do produto, atendimento e suporte ao cliente.

A Companhia é a única produtora mundial de polietileno verde produzido a partir de cana-de-açúcar do mundo, 100% verificado pelo ASTM D6866.

Vinílicos

PVC

A Braskem e a Unipar Carbocloro (antiga Solvay), ou Unipar, são os dois únicos produtores de PVC do Brasil. A capacidade de produção anual instalada da Unipar no Brasil é de 300.000 toneladas, em comparação com a capacidade anual de produção da Companhia de 710.000 toneladas. As fábricas da Unipar no Brasil estão localizadas em São Paulo e, portanto, mais próximas do principal mercado de PVC do Brasil do que nossas instalações. No entanto, acreditamos que nossas capacidades verticais de produção, nossas modernas plantas de PVC em suspensão, nosso forte atendimento ao consumidor e nossos programas de assistência técnica nos possibilitam compensar qualquer desvantagem competitiva devido à distância e concorrer de forma eficiente com a Unipar.

A Companhia também concorre com a planta da Unipar na Argentina e com outros importadores de PVC. A Unipar tem uma planta de PVC na Argentina, além de suas instalações no Brasil. As importações representaram cerca de 34% do consumo brasileiro de PVC em 2019. O PVC produzido no país tem atualmente preços competitivos em relação ao PVC importado, considerando que o nosso preço é baseado no mercado internacional.

A Braskem também concorre com outros produtores de termoplásticos que fabricam os mesmos produtos de PVC ou substitutos de produtos da linha de PVC da Companhia. As resinas termoplásticas, principalmente polietileno e polipropileno, são aplicadas em alguns casos como substitutas do PVC. Madeira, vidro e metais também são em alguns casos utilizados como substitutos do PVC.

Soda cáustica

De acordo com o IHS e a Abiclor (Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados), os três maiores produtores de soda cáustica no Brasil, inclusive a Braskem, responderam por 89% da produção do país em 2019. A Companhia e outra companhia petroquímica internacional atuam nesse mercado em todo o Brasil, enquanto os outros produtores nacionais desse produto têm em geral uma atuação local ou regional. As importações representaram 42% do consumo total de soda cáustica no Brasil em 2019.

Os principais concorrentes no mercado de soda cáustica em outras partes da América do Sul são as outras companhias petroquímicas internacionais que operam no Brasil e produtores localizados na Costa do Golfo dos EUA.

Estados Unidos e Europa

A Unidade EUA e Europa compete com companhias locais, regionais e internacionais, algumas das quais têm mais recursos financeiros, de pesquisa e desenvolvimento, de produção e outros do que a Companhia. Embora os fatores concorrenciais variem entre as linhas de produtos, a posição competitiva da Companhia se baseia, essencialmente, nos custos das matérias-primas e

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

de produção, preços de venda, qualidade e tecnologia dos produtos, tecnologia de fabricação, acesso a novos mercados, proximidade de mercados e atendimento e assistência ao cliente.

Os principais concorrentes em vendas de polipropileno na América do Norte são outras grandes companhias petroquímicas internacionais. Em geral, o crescimento da demanda ocorre em função do crescimento econômico na América do Norte e no restante do mundo.

Os principais concorrentes em vendas de polipropileno na Europa são outras grandes companhias petroquímicas internacionais. Em geral, o crescimento da demanda ocorre em função do crescimento econômico na Europa e no restante do mundo.

(d) eventual sazonalidade

Os mercados nos quais a Companhia atua são mercados cíclicos e sensíveis a alterações relativas na oferta e demanda. A demanda por produtos petroquímicos é afetada de maneira significativa pela conjuntura econômica do Brasil, dos Estados Unidos, da Europa, do México, e de outros países do Mercosul. Estes mercados são também afetados pela natureza cíclica dos mercados internacionais, visto que os preços de produtos petroquímicos praticados nestes mercados são determinados tomando por referência preços cobrados no mercado internacional por esses produtos. Para o caso do Brasil e do México, a precificação ainda considera tarifas e custos de transporte, pagos pelos importadores de produtos petroquímicos para estes mercados.

Tradicionalmente, o segundo e o terceiro trimestres são os períodos do ano que apresentam os mais altos níveis de vendas para o setor petroquímico nos mercados em que a Companhia atua. O aumento durante esse período de seis meses está atrelado em parte à produção de bens de consumo que serão vendidos na temporada de festas de fim de ano.

(e) principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços.

Químicos

Nafta

A nafta, um produto derivado do petróleo bruto, é a principal matéria-prima empregada na fabricação dos produtos químicos e representa o principal item do custo de produção e custo operacional da Unidade de Químicos. A Companhia também usa o condensado como matéria-prima no Polo de Triunfo.

O preço da nafta e do condensado comprados pela Companhia flutua principalmente com base em variações do preço internacional do petróleo bruto, que toma por base o dólar. Em 2019, a nafta e o condensado representaram 70,1% do custo total dos produtos vendidos da Unidade de Químicos, e a nafta representou 40,7% do custo consolidado direto e indireto dos produtos vendidos e serviços prestados no ano.

A tabela a seguir apresenta a média dos preços da nafta referência Amsterdã-Roterdã-Antuérpia, ou preço ARA em USD/t, nos períodos indicados:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

	2019	2018	2017
MÉDIA ANO ⁽¹⁾ ⁽²⁾	505	601,0	484,0
MÊS ENCERRADO EM:			
JANEIRO	459,0	592,0	499,0
FEVEREIRO	500,0	555,0	498,0
MARÇO	533,0	571,0	459,0
ABRIL	563,0	607,0	468,0
MAIO	545,0	667,0	435,0
JUNHO	473,0	633,0	401,0
JULHO	503,0	643,0	425,0
AGOSTO	447,0	641,0	459,0
SETEMBRO	479,0	676,0	504,0
OUTUBRO	491,0	662,0	519,0
NOVEMBRO	530,0	506,0	572,0
DEZEMBRO	540,0	463,0	567,0

(1) A informação na linha "Média Ano" representa os preços médios da nafta durante cada ano respectivo.

(2) Fonte: IHS

A tabela a seguir mostra a distribuição das compras de nafta mais condensado pela Unidade de Químicos nos períodos indicados e por localização geográfica dos fornecedores:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE			
	2019	2018	2017
BRASIL	37%	43%	53%
ARGÉLIA	11%	19%	18%
ÁFRICA OCIDENTAL	4%	4%	6%
AMÉRICA DO SUL	10%	10%	10%
OUTROS	38%	24%	13%
TOTAL	100%	100%	100%

Contrato de Fornecimento com a Petrobras

Em 23 de dezembro de 2015, a Companhia e a Petrobras firmaram Contrato de Compra de Nafta por um período de cinco anos. Esse contrato substituiu o contrato entre a Companhia e a Petrobras para o fornecimento de nafta às plantas de Químicos localizadas no Polo Petroquímico de Camaçari e substituiu o contrato de fornecimento de nafta entre a Companhia e a Petrobras para o fornecimento de nafta às plantas de Químicos localizadas no Polo Petroquímico de Triunfo, no Polo Petroquímico de Camaçari e no Polo Petroquímico de São Paulo. O contrato tem vencimento em dezembro de 2020.

Nos termos desse novo contrato:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- a Petrobras se compromete a vender e entregar nafta por um período de cinco anos às plantas de Químicos do Complexo Petroquímico de Camaçari, do Complexo Petroquímico de São Paulo e do Complexo Petroquímico de Triunfo, para uso exclusivo como matéria-prima;
- a Companhia se compromete a comprar um volume mensal mínimo de nafta;
- a Companhia fornece à Petrobras uma ordem firme de compra de nafta a cada mês, juntamente com uma estimativa do volume de nafta que comparará nos seis meses seguintes;
- a Companhia pode solicitar volumes de nafta acima da ordem firme mensal, que a Petrobras poderá fornecer, a seu critério;
- o preço do nafta pago pela Companhia é equivalente a 102,1% da referência ARA;
- o contrato pode ser rescindido ou alterado na hipótese de ocorrência de fatos extraordinários e imprevistos que provoquem uma ruptura no equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- a partir de janeiro de 2018, qualquer parte poderá renegociar o contrato caso ocorram determinados eventos de mercado;
- qualquer parte pode rescindir o contrato, sem aviso prévio, se (1) não for sanada uma violação do contrato após um período de tolerância de 30 dias; (2) ocorrer e persistir por mais de 90 dias uma situação de força maior; (3) qualquer parte transferir ou der como garantia a totalidade ou parte de seus direitos e obrigações pelo contrato a um terceiro, sem a anuência da outra parte; (4) houver uma alteração no controle ou no objeto social de uma das partes que entre em conflito com o objeto do contrato ou (5) houver dissolução de uma das partes; ou (6) qualquer parte deixar de cumprir com suas obrigações previstas no contrato; e
- a Petrobras pode rescindir o contrato, sem aviso prévio, no caso de falência ou liquidação da Companhia.

A Companhia avançou em 2020 na renovação dos contratos de matéria-prima com a Petrobras e assinou os contratos de fornecimento de nafta petroquímica para as unidades industriais da Companhia na Bahia e no Rio Grande do Sul. Os contratos, com prazo de cerca de 5 anos após o encerramento do contrato atual, têm por objeto o fornecimento de volume mínimo anual de 650 mil toneladas e, por opção da Petrobras, de um volume adicional máximo de até 2,8 milhões de toneladas por ano, com preço de 100% da referência internacional ARA.

Contratos de Fornecimento com a SONATRACH

A Associação Algeriana de Pesquisa, Produção, Transporte, Transformação e Venda de Hidrocarbonetos (Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures) ou SONATRACH) (empresa nacional algeriana de petróleo) é um dos mais importantes fornecedores de nafta e condensado importados para a Companhia. A Companhia importa nafta da SONATRACH desde 2002. Anualmente, são negociados o volume mínimo e máximo de nafta e condensado a serem comprados da SONATRACH. Em média, a Companhia compra cerca de um milhão de toneladas de condensado e aproximadamente 400 mil toneladas de nafta da SONATRACH. Na hipótese de impossibilidade de renovar o contrato de fornecimento com a SONATRACH, a administração

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

acredita que poderia comprar quantidades suficientes de nafta de outros fornecedores para atender às necessidades de suprimento das plantas de Químicos.

Outros contratos de fornecimento

Dentro da estratégia de diversificar as fontes de suprimento de nafta, a Companhia está adquirindo nafta por meio de acordos de fornecimento anual com fornecedores internacionais.

Compras de nafta no mercado à vista

Além dos fornecimentos de matérias-primas mediante os contratos acima descritos, a Companhia compra ocasionalmente nafta no mercado à vista de fornecedores estrangeiros localizados na África, na Europa, na América do Norte e na América Latina.

Compras de condensado no mercado à vista

Além dos fornecimentos de matérias-primas mediante os contratos acima descritos, a Companhia ocasionalmente compra condensado no mercado à vista de fornecedores localizados na África Ocidental.

Etano e Propano

O etano e o propano são as principais matérias-primas usadas pela Companhia para produzir seus produtos químicos no Polo do Rio de Janeiro e representam o principal custo de produção e operacional da unidade de Químicos do Polo do Rio de Janeiro. O preço do etano e do propano comprados pela Companhia varia de acordo com as mudanças no preço internacional em dólares desses insumos.

- Em dezembro de 2000, a Companhia e a Petrobras firmaram um contrato de fornecimento de etano e propano. O prazo inicial desse contrato termina em janeiro de 2021 e ele é automaticamente renovável por um período de dois anos, a menos que uma das partes avise a outra, por escrito e com pelo menos um ano de antecedência, de sua intenção de não renová-lo. Nos termos desse contrato, a Petrobras concorda em vender e entregar etano e propano à planta de químicos da Companhia no Polo do Rio de Janeiro para uso exclusivo como matéria-prima;
- a Companhia fica obrigada a comprar e a Petrobras deve entregar um volume anual mínimo de etano e/ou propano;
- a Companhia concorda em fornecer à Petrobras uma ordem de compromisso firme de
- etano e propano a cada mês, juntamente com uma estimativa do volume de etano e propano que comprará nos quatro meses imediatamente seguintes;
- o preço do etano e do propano tem por base o preço Mont Belvieu; e
- a Petrobras poderá rescindir o contrato sem necessidade de aviso prévio na eventualidade de: (1) a Companhia deixar de sanar uma violação ao contrato após um período de tolerância de 60 dias; (2) ocorrer evento de força maior que persista por mais de 365 dias;
- a Companhia transferir ou der como garantia a um terceiro a totalidade ou parte dos seus direitos e obrigações pelo contrato sem a anuência prévia da Petrobras; e (4) dissolução, falência ou liquidação da Central de matérias-primas de Duque de Caxias.

A Braskem também possui um contrato de fornecimento de etano com a Enterprise Products Operating LLC, ou ENTERPRISE, para o fornecimento de etano dos EUA ao Brasil. O preço do

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

etano tem como base o preço do etano Mont Belvieu mais Taxa de Terminal, base FOB USGC. A logística para transportar o etano ao Brasil é gerida pela Braskem.

Desde fevereiro de 2017, a Braskem tem a capacidade de receber etano importado no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Desde novembro de 2017, a Braskem tem a capacidade de consumir etano na central petroquímica na Bahia, substituindo parcialmente a nafta. A Braskem tem investido na flexibilização da operação para substituir a nafta por etano em uma proporção equivalente a 15% da produção de eteno do ativo.

Em 2019, a importação de etano para ambas as unidades totalizou 55,1 mil toneladas.

Hidrocarboneto Leve de Refinaria ("HLR")

Em janeiro de 2005, a Companhia e a Petrobras firmaram um contrato de compra e venda de hidrocarboneto leve de refinaria, dos quais separa o eteno e o propeno. Esse contrato prevê que a Companhia e a Petrobras deverão negociar sua renovação antes de seu término em 2020 e que, na eventualidade de a Petrobras não pretender renovar o contrato, ela deverá notificar a Companhia com antecedência mínima de dois anos do término do contrato e cumprir todos os termos e condições do contrato até 2028. Nos termos do contrato, que representa 100% do fornecimento de hidrocarbonetos leves de refinaria:

- a Petrobras se compromete a vender e entregar gás de combustão de refinaria à planta de Químicos da Companhia no Polo de São Paulo para uso exclusivo como matéria-prima;
- a Companhia se compromete a adquirir um volume mínimo diário de gás de combustão de refinaria;
- o preço do gás de combustão de refinaria tem por base diversos índices de mercado;
- o contrato será alterado na hipótese de ocorrência de fatos imprevistos extraordinários que provoquem uma ruptura no equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- a Petrobras poderá rescindir o contrato sem necessidade de aviso prévio na eventualidade de: (1) a Companhia deixar de sanar uma violação do contrato após um período de tolerância de 30 dias; (2) ocorrer evento de força maior que impeça a execução do contrato ; (3) a Companhia transferir ou der em garantia pelo endividamento a um terceiro a totalidade ou parte de seus direitos, obrigações e créditos pelo contrato sem a anuência prévia da Petrobras, a menos que o terceiro seja um membro do grupo econômico da Companhia; (4) dissolução ou falência da Braskem S.A.; ou (5) mudança na estrutura empresarial, incorporação, venda, cisão ou outra forma de reorganização societária da Braskem S.A. que entre em conflito com o objetivo do contrato ou impeça sua execução;

Em dezembro de 2017, a Petrobras informou à Companhia que não renovaria tal contrato nos mesmos termos. A Companhia atualmente negocia os termos e condições de um futuro contrato de compra e venda de hidrocarboneto leve de refinaria com a Petrobras, que entraria em vigor após o vencimento contrato atual, em 2028. Não é possível garantir que os termos e condições do novo contrato serão tão benéficos para a Companhia quanto os do contrato atual, sendo que qualquer impossibilidade de negociar com a Petrobras poderia prejudicar a capacidade da Companhia de atender suas necessidades de hidrocarboneto leve de refinaria.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Energia Elétrica

Para abastecer suas operações industriais no Brasil, que representam 79% do nosso consumo elétrico no mundo, a Companhia gera 24% da energia que consome. 26% da demanda é fornecida pela Companhia e pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), estatal brasileira de geração de energia elétrica, nos termos de um acordo de compra de energia, válido até 2037. O restante é fornecido principalmente mediante contratos de longo prazo com diversas distribuidoras no Mercado Livre de Energia.

- No Polo da Bahia, a Companhia gera 34% da energia que consome, e cerca de 55% da demanda é fornecida pela CHESF. O restante é adquirido principalmente junto a diversos fornecedores no mercado livre de energia.
- No Polo de Alagoas, 57% do consumo de energia é fornecido pela CHESF. A energia restante é adquirida principalmente junto a diversos fornecedores no mercado livre de energia.
- No Polo de Triunfo, a Companhia gera 33% da energia consumida, sendo o restante adquirido de diversos fornecedores principalmente no mercado livre de energia.
- No Polo de São Paulo, a Companhia gera 11% do consumo de energia, sendo o restante adquirido de diversos fornecedores principalmente no mercado livre de energia.
- No Polo do Rio de Janeiro, a energia consumida é adquirida principalmente junto a diversos fornecedores no mercado livre de energia.

Gás Natural

O gás natural é fornecido para as operações industriais da Companhia no Brasil por meio de contratos de longo prazo no mercado regulado por empresas que possuem licenças governamentais e exclusividade de entrega em cada estado. O gás natural utilizado pelas operações da Unidade de Químicos da Companhia em 2019 representou 65% do consumo total da Braskem.

- No Complexo da Bahia, o gás natural é fornecido pela Companhia de Gás da Bahia (Bahiagás), que representa 49% do consumo da Companhia no Brasil.
- No Complexo de Alagoas, o gás natural é fornecido pela Alagoas S.A. (Algás), que representa 14% do consumo da Companhia no Brasil.
- No Complexo do Rio Grande do Sul, o gás natural é fornecido pela Companhia de Gás do Estado (Sulgás), que representa 15% do consumo no Brasil.
- No Complexo de São Paulo, o gás natural é fornecido pela Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), que representa 20% do consumo da Companhia no Brasil.
- No Complexo do Rio de Janeiro, o gás natural é fornecido pela CEG Rio S.A. (CEG), que representa 4% do consumo no Brasil.

Outros

No Polo de Triunfo, a Companhia também adquire metanol para a obtenção de MTBE e etanol para a produção do "polietileno verde". O metanol é importado, e seu preço é definido com base nas cotações de mercados internacionais. O etanol é adquirido no mercado interno de diversos

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

produtores. No Complexo da Bahia, a Companhia também adquire etanol para a produção de ETBE.

Poliolefinas

Eteno e propeno

Os custos da compra de eteno e propeno, que são os custos diretos mais significativos associados à produção de polietileno e polipropileno da Companhia, responderam, em conjunto, por 85,2% do total de custos variáveis de produção da Unidade de Poliolefinas em 2019. Durante o ano de 2019, a Unidade de Poliolefinas adquiriu a totalidade de suas necessidades de eteno e parte de suas necessidades de propeno de nossa Unidade de Químicos.

Contratos de Propeno com a Petrobras e suas Subsidiárias

A Braskem mantém diversos contratos de propeno com refinarias da Petrobras, que possuem diferentes datas de vencimento entre maio de 2021 e dezembro de 2029, com preços determinados com base em referências internacionais para garantir a competitividade da matéria-prima. Em 2016, a Braskem celebrou um acordo de cinco anos com a Petrobras para o fornecimento de propeno pela Refap S.A., controlada da Petrobras. Tal contrato de fornecimento também é precificado com base em referências internacionais.

A Petrobras pode rescindir tais contratos, sem aviso prévio, se: (1) não for sanada uma violação do contrato após um período de tolerância de 30 dias; (2) ocorrer evento de força maior, embora alguns desses contratos exijam que tal evento persista por mais de 180 dias; (3) for transferida ou dada como garantia a totalidade ou parte dos direitos e obrigações pelo contrato a um terceiro, sem a anuência da Petrobras; (4) houver uma alteração na administração ou no objeto social da Braskem que entre em conflito com o objeto do contrato; (5) ocorrer a dissolução, falência ou liquidação da Braskem; e (6) ocorrer alteração do tipo de entidade, incorporação, venda, cisão ou qualquer outra reestruturação corporativa da Braskem que entre em conflito ou impeça a execução do objeto do contrato.

Contratos para Fornecimento de Etanol

A Braskem mantém diversos contratos de etanol com grandes produtores desse combustível para abastecimento de sua planta, que produz eteno utilizando etanol proveniente da cana de açúcar. Tais contratos de fornecimento possuem diferentes datas de vencimento até julho de 2021 e estão em processo de renovação. Nos termos desses contratos, temos ou teremos o dever de adquirir uma quantidade anual de etanol suficiente para suprir aproximadamente 90% da capacidade dessa planta de eteno. O preço que pagaremos nos termos desses contratos é ou será determinado com referência no preço mensal do álcool hidratado carburante, conforme publicado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura (CEPEA/ESALQ).

Também compramos etanol no mercado à vista, a fim de complementar o fornecimento obtido por meio desses contratos. O preço que pagamos pelo etanol nos termos da maior parte desses contratos é determinado com referência em indicadores de mercado.

Outras matérias-primas e utilidades

A Unidade de Poliolefinas também utiliza buteno e n-hexano como matérias-primas na produção de PEAD e PEBDL. O buteno é fornecido pela Unidade de Químicos e o n-hexano é importado de fornecedores da África do Sul, África e da região do Golfo dos EUA.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As Plantas Unipol de polietileno, nos Polos Petroquímicos de Camaçari e do Rio de Janeiro utilizam catalisadores fornecidos pela Univation Technologies. A planta de PEAD no Complexo Petroquímico de São Paulo utiliza catalisadores fornecidos pela W.R. Grace & Co. Os catalisadores utilizados nas plantas com linha de produção swing de PEBDL/PEAD são adquiridos da Basell Polyolefins Company N.V. (ou Basell). A Companhia produz seus próprios catalisadores para as plantas de PEAD slurry nos Polos de Triunfo e Camaçari, e compra os insumos necessários para produzir esses catalisadores de diversos fornecedores a preços de mercado. As unidades de polipropileno da Companhia utilizam catalisadores fornecidos principalmente pela Basell, sendo que alguns catalisadores são importados de fornecedores dos Estados Unidos e da Europa.

Em geral, a Companhia acredita que existem fontes alternativas suficientes disponíveis a preços razoáveis para cada um desses outros insumos utilizados no processo de produção de poliolefinas, de maneira que a perda de qualquer fornecedor não prejudicaria de forma relevante as operações.

Vinílicos

Eteno

O custo direto mais significativo associado à produção de PVC é o custo do eteno, que em 2019 respondeu por 21% do custo total das vendas da Unidade de Vinílicos. A Unidade de Químicos fornece a totalidade do eteno requerido pela Unidade de Vinílicos. A Unidade de Químicos fornece a totalidade do eteno requerido pela Unidade de Vinílicos.

Energia Elétrica

A energia elétrica constitui componente significativo do custo da produção de cloro e soda cáustica da Companhia. Em 2019, representou 10% do custo total de vendas da Unidade de Vinílicos. A Unidade de Vinílicos recebe eletricidade de diversas geradoras mediante contratos de compra de energia de longo prazo. As plantas de soda cáustica de Camaçari e de Alagoas e a planta de PVC de Camaçari compram eletricidade da CHESF, mediante um contrato de longo prazo a findar em junho de 2037. A Companhia Energética de Alagoas S.A., ou CEAL, distribui eletricidade à planta de PVC em Alagoas. O contrato de compra de energia com a CEAL é renovável com prorrogações automáticas de um ano. Esse contrato proporciona à Companhia a opção de comprar a totalidade de seus requisitos de energia com base em uma estimativa anual. As condições de preço do contrato tomam por base tarifas regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Sal

Em 2019, a Companhia consumiu 212.000 toneladas de sal. O sal representou 1% do custo total de produtos vendidos da Unidade de Vinílicos em 2019.

No entanto, as operações de mineração de sal na mina da Companhia foram interrompidas em maio de 2019, conforme descrito no "4.1.5 Os negócios e operações da Companhia estão sujeitos a perigos ambientais, de saúde e segurança. Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e outros".

Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e "Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais—Alagoas – Atividades de Mineração". A produção de soda cáustica e dicloroetano na instalação de cloro-soda da Companhia localizada no estado de Alagoas também foi interrompida devido à falta de sal. O dicloroetano (EDC) é consumido na produção de PVC. Por causa da interrupção, a Companhia precisou importar 139.000 toneladas

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

de soda cáustica para fornecer a seus clientes e 295.000 toneladas de EDC para abastecer suas instalações de PVC localizadas no estado de Alagoas e no Polo de Camaçari.

Buscando retomar as operações de cloro-soda da Companhia, a Companhia lançou um projeto para modificar a base de matérias-primas de suas plantas de cloro-soda, adquirido sal marinho de terceiros no Brasil e no exterior. O produto será estocado, dissolvido em água pra fazer salmoura e tratado e enviado para processamento. O custo estimado do projeto é de R\$ 59,3 milhões, dos quais R\$ 21,2 milhões já foram desembolsados em 2019.

Estados Unidos e Europa

Propeno

O maior custo direto associado à produção de polipropileno pela Unidade EUA e Europa é o custo da compra do propeno.

A Companhia adquire propeno para as plantas de polipropileno nos Estados Unidos através de uma série de contratos de fornecimento de longo-prazo e no mercado spot. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha 15 contratos de fornecimento de longo prazo com diversos fornecedores. A fórmula para cálculo do preço do propeno nos termos desses contratos de fornecimento baseia-se geralmente em preços de mercado.

Por conta da produção crescente de gás natural e da produção relacionada de gás natural liquefeito, diversas companhias anunciaram planos para construir plantas de desidrogenação de propano (PDH) para a produção de propeno. A Braskem firmou um contrato de longo prazo de propeno de aproximadamente 15 anos com uma destas empresas, a Enterprise Products, que construiu uma planta de PDH no Texas com capacidade anual de 750 mil toneladas. A Companhia espera que esse contrato com um produtor renomado proporcione um fornecimento competitivo de propeno a longo prazo, utilizando como matéria-prima shale gas e outras fontes não tradicionais. A planta iniciou suas operações no final de 2017. Segundo o acordo, os preços desses contratos serão determinados com base no preço de mercado do propano e outros custos de mercado.

A Companhia adquire propeno para as plantas de polipropileno na Alemanha através de contratos de fornecimento de longo prazo que preveem o fornecimento de 84% da capacidade de produção destas plantas. A Companhia possui dois contratos de fornecimento, sendo que um deles vence em setembro de 2021 e é renovável automaticamente por períodos adicionais de um ano, salvo se cancelado por uma das partes, enquanto o outro contrato de fornecimento tem vencimento em dezembro de 2023. A fórmula para cálculo do preço do propeno nos termos desses contratos de fornecimento baseia-se em preços de mercado.

México

Etano

Etano é a principal matéria-prima utilizada na produção de eteno no Complexo Petroquímico do México e representa o principal custo de produção e operacional do Complexo do México. O preço do etano adquirido pela Companhia varia conforme a flutuação de preço da referência internacional do insumo em dólares.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Outros Materiais e Utilidades

A Unidade do México utiliza hexeno como matéria-prima na fabricação de PEAD. A Companhia importa o hexeno utilizado no Complexo Petroquímico do México de fornecedores nos Estados Unidos.

A Unidade do México utiliza catalisadores fornecidos pela Ineos Europe Limited.

Contratos de Fornecimento da Unidade do México

Etano

A Braskem Idesa possui contrato de fornecimento de etano com a Pemex TRI celebrado em 19 de fevereiro de 2010, segundo o qual a Pemex TRI é obrigada a fornecer, e a Braskem Idesa a adquirir, 66 mil barris por dia de etano para o Complexo do México durante 20 anos a preços baseados na maior referência entre etano puro Mont Belvieu ou Henry Hub, preços internacionais de referência em dólares destas matérias-primas. Nos termos do contrato, qualquer volume diário não recebido pela Braskem Idesa deverá ser adquirido em parcelas durante as entregas subsequentes até que não haja mais volumes em aberto. O contrato foi celebrado em junho de 2015 tem vencimento em 2035 e é renovável por três períodos adicionais de cinco anos, mediante aviso prévio da intenção de renovação pelo menos dois anos antes do seu vencimento. A Pemex TRI poderá rescindir o contrato nos seguintes casos: (1) falta de pagamento pela Braskem Idesa por mais de 180 dias após a notificação, ou (2) parada emergencial das operações ou evento de força maior com duração superior a 48 meses.

O contrato de fornecimento de etano inclui cláusula de desempenho de entrega de volume de longo prazo que exige que a Pemex TRI cumpra com a entrega de um volume de etano durante um período de seis meses equivalente a 70% do volume acordado nos termos do contrato de fornecimento de etano ("Teste de Desempenho de Longo Prazo"). Em janeiro de 2020, as entregas de volumes da Pemex TRI nos termos do Teste de Desempenho de Longo Prazo encontravam-se próximas, porém acima, do limite de 70%. Caso a Pemex TRI não cumpra o Teste de Desempenho de Longo Prazo, além do impacto negativo direto sobre os volumes de produção do Complexo do México, isso pode (i) fazer com que a Companhia não consiga gerar caixa o suficiente para fazer o serviço de sua dívida com credores nos termos do Financiamento Braskem Idesa, (ii) fazer com que esses credores antecipem essa dívida e/ou (iii) exigir que a Braskem Idesa exerça uma opção de venda e rescisão contra a Pemex TRI que obrigaria a Pemex TRI a comprar o Complexo do México da Companhia. Para mais informações, consulte "Item 4.1.45 A Companhia depende do etano fornecido pela Pemex TRI no México e Item 4.1.47 A Companhia pode interpretar determinadas cláusulas do contrato de fornecimento de etano de maneira diferente do que a interpretada por sua contraparte, a Pemex TRI. ".

Energia Elétrica

O Complexo Petroquímico do México conta como sua própria usina geradora de energia elétrica, composta por uma turbina a gás e duas turbinas a vapor, que geram mais de 100% das necessidades de energia do Complexo. Adicionalmente, o Complexo Petroquímico do México está conectado à rede de alta tensão da Comisión Federal de Electricidad (distribuidora de energia elétrica estatal do México) como fonte de back-up e para a venda de energia sobressalente no mercado spot. O Complexo Petroquímico do México gera todo o vapor que consome, enquanto suas necessidades de água são supridas pela Comisión Nacional del Agua (gestora de água estatal do México) nos termos de um contrato com vencimento em 2029 e possibilidade de renovação.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

De maneira geral, a Companhia acredita contar com fontes alternativas suficientes e a preços razoáveis para cada um dos insumos utilizados no processo produtivo de polietileno, de tal forma que a perda de qualquer fornecedor individual não produziria um efeito material adverso em suas operações.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não possui receitas provenientes de transações com um único cliente que sejam iguais ou superiores a 10% de suas receitas líquidas totais.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Segmento	Cliente	%
EUA	BERRY GLOBAL INC	12%
EUA	ADVANCED COMPOSITES INC	10%
Vinílicos	TIGRE MATERIAIS E SOLUCOES	10%

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Cumprimento às leis ambientais no Brasil

O governo brasileiro promulgou uma Lei de Crimes Ambientais em 1998 impondo sanções criminais a pessoas físicas e jurídicas que causem danos ambientais. As pessoas jurídicas que estiverem poluindo poderão ser multadas em até R\$ 50,0 milhões, ter suas operações suspensas, ser impedidas de firmar contratos com o governo, ser obrigadas a reparar os danos por elas causados e perder o direito a certos benefícios e incentivos fiscais. Os diretores, conselheiros e demais pessoas físicas poderão cumprir penas de até cinco anos de detenção por crimes ambientais.

As operações da Companhia atendem, em todos os aspectos significativos, a legislação ambiental atualmente em vigor. Alguns estudos ambientais contratados pela Companhia indicaram casos de contaminação ambiental em algumas de nossas plantas. Ademais, a Companhia e alguns dos seus diretores receberam notificações eventuais de violações ambientais e estão ou estiveram sujeitos a investigações ou procedimentos judiciais em razão de certas alegadas violações ambientais. Essas questões ambientais e quaisquer questões ambientais futuras que possam surgir podem nos sujeitar a multas ou outras sanções civis ou criminais impostas pelas autoridades brasileiras.

Licenças de funcionamento

As leis e regulamentos ambientais federais e estaduais brasileiras requerem a obtenção de licenças de funcionamento para nossas unidades industriais. Se qualquer de nossas licenças e alvarás ambientais expirar ou deixar de ser renovada, ou se não obtivermos as licenças e alvarás ambientais necessários, estaremos sujeitos a multas que variam de R\$ 500 a R\$ 50,0 milhões, podendo o governo brasileiro suspender, parcial ou totalmente, nossas atividades e nos impor sanções civis e criminais.

Cada estado no qual operamos possui suas próprias regras ambientais e as autoridades de cada estado emitiram permissões de operação que devem ser renovadas periodicamente. Além disso, todos os projetos de instalação e operação de instalações industriais no Polo de Camaçari, Polo de Triunfo, Polo de São Paulo e Polo do Rio de Janeiro estão sujeitas a aprovação de diversas agências de proteção ambiental, que devem aprovar os projetos instalados anteriormente ao início das operações, além de renovar tais aprovações periodicamente. As autoridades estaduais emitiram permissões de operações para todas plantas, conforme segue: Polo de Camaçari (BA), Polo de Triunfo (RS), Polo de São Paulo e unidades de Cubatão, Santo André, Mauá e Paulínia (SP), Polo do Rio de Janeiro (RJ) e plantas de Alagoas (AL). A Companhia detém todas as permissões necessárias, e possuímos um sistema de gestão implementado que assegura que as licenças que irão expirar sejam encaminhadas para renovação em tempo hábil.

Resíduos industriais

A Companhia Riograndense de Saneamento, ou Corsan, companhia estatal do meio ambiente, opera um sistema integrado para o tratamento de efluentes líquidos, ou Sitel, no Complexo Petroquímico de Triunfo. O Sitel trata a água residual gerada pela Companhia e por outros produtores petroquímicos em uma estação de tratamento de efluentes líquidos localizada no

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Complexo Petroquímico de Triunfo. Essa estação de tratamento também compreende um sistema para a coleta e disposição de água residual contaminada.

A água residual gerada pela Companhia no Polo do Rio de Janeiro é tratada em uma estação de tratamento de efluentes líquidos localizada naquele Polo. Essa estação de tratamento também compreende um sistema para a coleta e disposição da água residual contaminada. Os resíduos sólidos perigosos são co-processados em fornos de cimento ou incinerados, enquanto outros tipos de resíduos sólidos são despejados em aterros sanitários aprovados pela Companhia.

A água residual gerada pela Companhia no Polo de São Paulo é tratada em uma estação de tratamento de efluentes líquidos localizada naquele Polo. Essa estação de tratamento também conta com um sistema de coleta e descarte de água residual contaminada, enquanto resíduos perigosos gerados no Polo de São Paulo são incinerados em fornos de cimento e outros tipos de resíduos sólidos são descartados em aterros sanitários.

Nas instalações da Companhia na Bahia, toda a água residual é transportada para a instalação de tratamento de água residual da Companhia. Os resíduos sólidos são incinerados em fornos de cimento ou incineradoras, e o resíduo remanescente é descartado em aterros sanitários.

No Complexo de Alagoas, os resíduos organoclorados são incinerados, formando vapor e efluentes. Todos os efluentes passam pela estação de tratamento localizada no complexo. Os resíduos sólidos são separados e descartados em aterros.

Além disso, a Companhia possui uma série de programas de reciclagem, que incluem a reciclagem de resíduos sólidos e água residual. A Companhia recicla ou reutiliza 42,9% dos resíduos sólidos gerados em suas instalações e 25,3% da água utilizada nos processos de produção.

Amianto

A maior planta de cloro-soda da Companhia, localizada em Alagoas, utilizava anteriormente tecnologia de célula de amianto para produzir cloro e soda cáustica. Tal tecnologia não mais pode ser utilizada em novas unidades de produção de petroquímicos de acordo com a legislação brasileira, e a tendência global é que essa tecnologia seja banida. Como resultado, em novembro de 2016, a Companhia concluiu a migração para uma nova tecnologia de diafragma e eliminou a tecnologia baseada em amianto das suas unidades.

Cumprimento da Legislação Ambiental dos Estados Unidos

As operações da Companhia nos Estados Unidos estão sujeitas às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais dos Estados Unidos que disciplinam a descarga de efluentes, armazenagem, manejo, gestão, transporte e descarte de material perigoso, resíduos industriais e outros materiais no ambiente; o uso, armazenagem e manejo de vários tipos de produtos e materiais; e proteção da saúde e segurança e do meio ambiente. Em muitos casos, licenças específicas devem ser obtidas para tipos específicos de operações, emissões ou descartes. Por exemplo, as instalações nos estados do Texas, Pensilvânia e West Virginia devem manter diversas permissões relativas à qualidade do ar e tratamento de água residual industrial, e cumprir com as exigências regulatórias relativas à gestão de resíduos. A Companhia detém as permissões necessárias para operar suas instalações. Acreditamos que as operações da Companhia nos Estados Unidos atendem em todos os aspectos relevantes às leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais em vigor naquele país.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Como ocorre com o setor petroquímico dos Estados Unidos em geral, o cumprimento das leis e regulamentos existentes e previstos aumenta o custo total de operação das atividades das plantas nos EUA, incluindo custos operacionais e custos de capital para construir, manter e modernizar equipamentos e dependências. Essas leis e regulamentos exigem e prevê-se que continuarão a exigir que a Companhia incorra em dispêndios de capital e despesas.

A Clean Air Act, lei promulgada em 1990 nos Estados Unidos, determina que a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) deve estabelecer as Normas Nacionais de Qualidade do Ar Ambiente (NAAQS) para poluentes considerados prejudiciais à saúde pública e ao meio-ambiente. A Clean Air Act requer uma revisão periódica dos conceitos científicos nos quais as normas são baseadas, e das normas em si. NAAQS para o ozônio e partículas finas (conhecidas como PM_{2.5}), promulgadas pela EPA, resultaram na identificação de áreas de não conformidade em todo o país, entre elas determinadas áreas nos estados do Texas, Pensilvânia e West Virginia, locais onde a Braskem America opera instalações. Como resultado dessas designações de não conformidade pela EPA, as agências locais ou estaduais de controle da poluição do ar irão aplicar exigências de licenciamento e/ou controle com o objetivo de reduzir emissões de precursores de ozônio (óxidos de nitrogênio e compostos orgânicos voláteis) e partículas finas (inclusive das normas precursoras PM_{2.5}), de forma a demonstrar o cumprimento das NAAQS aplicáveis. Tais exigências podem incluir a imposição de exigências de compensação e poderiam resultar em maiores exigências de controle de emissões. Além disso, em 24 de agosto de 2016, a EPA finalizou as exigências para órgãos estaduais e locais encarregados da norma atual PM_{2.5} NAAQS. Tais exigências podem levar a exigências adicionais específicas por estado, visando reduzir as taxas de emissão permitidas pelo PM_{2.5} ou normas precursoras de poluentes. Em outubro de 2015, a EPA reduziu o limite NAAQS primário e secundário para ozônio de 0,075 ppm para 0,070 ppm. Tais exigências estaduais específicas seriam aplicáveis através de processos plurianuais. Quaisquer regulações implementando a mudança não devem entrar em vigor nos próximos anos.

Além das exigências de licenciamento e/ou controle que podem resultar da implementação das NAAQS em nível estadual e municipal, a EPA pode promulgar novos ou revisados Padrões de Desempenho de Fontes Novas ou Padrões de Emissão Nacional de Poluentes Perigosos federais que seriam aplicados a certas operações e podem exigir a instalação ou modernização dos equipamentos de controle a fim de satisfazer os limites aplicáveis de emissões e/ou normas operacionais segundo tais programas regulatórios. Os atuais regulamentos propostos pela EPA nessa área não se aplicariam especificamente às operações da Braskem America.

Adicionalmente, existem diversas medidas legislativas e reguladoras a respeito de emissões de gases do efeito estufa em várias etapas de análise, discussão ou implantação pelo Congresso dos Estados Unidos e pela EPA. Em outubro de 2015, a EPA concluiu novas regulamentações (conhecidas como Plano de Energia Limpa) visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa de unidades geradoras elétricas atuais, novas e reformadas. Em fevereiro de 2016, o Supremo Tribunal dos EUA embargou a implementação do Plano de Energia Limpa, sujeito a revisão judicial. Em 16 de outubro de 2017, a EPA propôs a revogação do Plano de Energia Limpa, mas tal proposta não foi finalizada. Em 21 de agosto de 2018, a EPA propôs uma regra substitutiva ao Plano de Energia Limpa, a Regra de Energia Limpa Acessível (Affordable Clean Energy Rule). Embora neste momento não seja possível prever o impacto final dessas regulamentações sobre a Braskem America e a indústria petroquímica dos Estados Unidos em geral, elas poderiam acarretar no aumento dos custos de utilidades incorridos na operação e manutenção das instalações da Companhia nos Estados Unidos. Ademais, os regulamentos

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

futuros que venham a limitar as emissões de gases do efeito estufa ou o teor de carbono de produtos, que visem setores específicos como o da fabricação de produtos petroquímicos, poderiam afetar negativamente a capacidade da Companhia de levar adiante as atividades da Braskem America, podendo também fazer diminuir a demanda de seus produtos. As atuais regulamentações propostas pela EPA nessa área não se aplicariam especificamente às operações da Braskem America.

Cumprimento da Legislação Ambiental do México

A Braskem Idesa no México está sujeita às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que disciplinam a descarga de efluentes e emissões no ambiente; a geração, armazenamento, manejo, gestão, transporte e descarte de resíduos perigosos, resíduos industriais e outros tipos de resíduos; o uso, armazenamento e manejo de diversos tipos de produtos e materiais; e a proteção da saúde humana, segurança e meio ambiente. Licenças específicas podem ser exigidas para certos tipos de operações.

A Produção de Eteno e Misturas De Hidrocarbonetos Aromáticos requer permissão da Secretaria de Energia e da Comissão Federal sobre Riscos Sanitários (COFEPRIS) relacionada à gestão de riscos e saúde pública. A legislação mexicana regula a emissão de partículas, ozônio, fontes fixas e todos os aspectos relacionados a gases do efeito estufa (GEE). Existem ainda leis sobre recursos hídricos, tratamento de efluentes e condições específicas para descarte dos efluentes. As operações no México atendem a todas as leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e locais.

No México, a Procuradoria Federal de Proteção ao Meio Ambiente (PROFEPA) verifica o cumprimento dos regulamentos e licenças do país por meio de auditoria.

A violação de regulamentos mexicanos pode levar a multas econômicas e sanções administrativas, incluindo a parada de operações em determinados casos.

Cumprimento da Legislação Ambiental na Alemanha e na União Europeia

As operações da Companhia na Alemanha estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais alemãs, bem como regulamentos que regem a descarga de efluentes e emissões no meio ambiente, bem como o manuseio e descarte de resíduos industriais ou relacionados à proteção do meio ambiente e gestão de resíduos. As operações da Companhia na Alemanha atendem em todos os aspectos materiais às leis ambientais alemãs federais, estaduais e locais, bem como os regulamentos em vigor.

Assim como no setor petroquímico da União Europeia em geral, o atendimento a leis e regulamentos alemães existentes e futuros aumenta o custo global de operar os negócios na Europa, inclusive custos operacionais e custos de construção, manutenção e atualização de equipamentos e instalações. Tais leis e regulamentos exigem, e devem continuar a exigir, que a Companhia realize gastos de capital e de despesas.

Nas instalações de Schkopau e Wesseling, a Companhia deve manter permissões de gestão de ar, radiação, água residual e resíduos. A Companhia detém todas as permissões necessárias.

Além disso, as instalações em Wesseling e Schkopau, Alemanha, estão sujeitas aos regulamentos europeus relativos a gases do efeito estufa e um programa de limite e comercialização de tais emissões. A Companhia adquiriu créditos suficientes de CO₂ para compensar as emissões das operações até 2019/2020, considerando condições normais de operação. A Companhia irá adquirir qualquer licença adicional necessária para o mercado de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

comercialização de emissões. A Companhia não possui conhecimento de qualquer nova regulamentação ambiental que possa afetar suas operações na Europa. Da mesma forma, a Companhia não pode estimar o potencial impacto financeiro de quaisquer regulamentos futuros da União Europeia ou da Alemanha.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia, assim como outras produtoras petroquímicas, está sujeita a severas leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e locais relacionados à saúde humana, ao manejo e disposição de resíduos sólidos e perigosos e à descarga de poluentes no ar e na água. Os produtores petroquímicos estão algumas vezes sujeitos a percepções de mercado desfavoráveis devido ao impacto ambiental de seus negócios, o que pode ocasionar um efeito adverso nos resultados de suas operações.

As despesas anuais consolidadas da Companhia com atendimento ao controle ambiental somaram R\$ 369,8 milhões em 2019, R\$ 329,3 milhões em 2018 e R\$ 330,1 milhões em 2017, o que inclui investimentos, tratamento de resíduos e efluentes, gestão de emissões, licenças ambientais, passivos ambientais e outras despesas ambientais.

Os custos e investimentos relacionados a questões de meio ambiente, saúde ou segurança estão sujeitos a exigências regulatórias em desenvolvimento, e dependerão do momento de promulgação e entrada em vigor de normas específicas que imponham as exigências.

As despesas consolidadas referentes ao meio ambiente estão relacionadas às políticas da Companhia de contínuo controle e monitoramento ambiental e as operações da Companhia em curso não têm nenhuma obrigação futura relevante. Contudo, é provável que nossos custos de atendimento à regulamentação ambiental aumentem em razão do aumento projetado de nossa capacidade de produção e aumentos projetados dos custos unitários de tratamento e descarte de resíduos industriais, bem como do custo de atendimento a futuras regulamentações ambientais.

Os gastos anuais consolidados em atendimento ao controle ambiental em todos os países nos quais a Companhia opera estão relacionados abaixo:

DESEMBOLSO EM MEIO AMBIENTE (R\$ MILHÕES/ANO)			
	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE		
	2019	2018	2017
TOTAL	370	329	331
TRATAMENTO DE EFLUENTES E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS	105	118	110
TRATAMENTO DE EMISSÕES	8	7	9
LICENÇAS AMBIENTAIS	1	1	1
DEPRECIÇÃO E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO, INCLUINDO MATERIAIS, SERVIÇOS E DESPESAS COM PESSOAL PARA ESSA FINALIDADE	46	46	46
PASSIVOS AMBIENTAIS (CUSTOS DE LIMPEZA TOTAL, INCLUSIVE CUSTOS COM	142	89	103

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

DESEMBOLSO EM MEIO AMBIENTE (R\$ MILHÕES/ANO)			
	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE		
	2019	2018	2017
REMEDIÇÃO DE DERRAMAMENTOS)			
OUTROS CUSTOS DE GESTÃO AMBIENTAL	61	58	49
INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE	7	10	13
OBSERVAÇÃO: Outros custos de gestão ambiental incluem gerenciamento de águas subterrâneas, e gerenciamento de risco ambiental, monitoramentos ambientais energia e água administrativa.			

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Licenças de Tecnologia

A **Unidade de Químicos** utiliza em suas fábricas no Brasil de produção de intermediários, químicos básicos, combustíveis e solventes diversas tecnologias de processo mediante Contratos de licença não exclusiva assinados com empresas licenciadoras de tecnologia líderes em seus mercados. Como são na quase totalidade Contratos assinados há muito tempo, a grande maioria deles já expirou, mas o caráter de perpetuidade dos mesmos assegura o contínuo direito de uso da tecnologia pela Companhia. Os custos de licenciamento, de direito de exploração de uso de patentes e/ou transferência de "know-how" já foram integralmente pagos pela Companhia às empresas licenciadoras. Para alguns dos processos produtivos, a Companhia assinou contratos de fornecimento de serviços técnicos com essas empresas licenciadoras e/ou com terceiros a fim de identificar continuamente "gaps" de desempenho e assim alcançar a excelência operacional.

Da mesma forma, a **Unidade de Vinílicos** também mantém contratos de licença não exclusiva com empresas licenciadoras de tecnologia de produção de soda cáustica, dicloro etano, cloreto de vinila e policloreto de vinila em suas fábricas localizadas nos estados de Alagoas e Bahia. Também nesse caso os Contratos já expiraram e não há mais custos de licenciamento pendentes, mas a Companhia mantém o direito uso dessas tecnologias em caráter perpétuo.

Com relação à **Unidade de Poliolefinas no Brasil, EUA e Alemanha**, a maioria dos Contratos de licenciamento celebrados com as empresas licenciadoras também já expirou, mas há também outros que ainda estão vigentes e que exigem pagamentos contínuos de royalties, sendo tais pagamentos efetuados trimestralmente com base no volume de produtos produzidos com a tecnologia licenciada.

A **Unidade do México** da Companhia, cuja operação se iniciou em 2016, possui acordos vigentes com os licenciadores de tecnologias para o fornecimento de serviços técnicos e para atualização e suporte das operações de tal Unidade. Em 2019, a Companhia efetuou pagamento à título de royalties correspondentes ao valor da licença pelas unidades de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), ao passo que para a unidade de Polietileno de Baixa Densidade (PEBD) instalada naquele país, apenas foi realizado um pagamento único referente ao custo de licenciamento antes do início de operação da Unidade.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Pesquisa e desenvolvimento

A capacidade da Companhia de competir nos mercados onde atua depende de sua capacidade de integrar novas tecnologias desenvolvidas por ela e por terceiros, a fim de baixar custos e oferecer novos produtos. Além disso, a capacidade de desenvolver novos produtos e customizar produtos já existentes reforça os relacionamentos com os clientes.

A Companhia desenvolve tecnologias em seus centros de pesquisa e/ou desenvolvimento: (1) Centro de Inovação e Tecnologia em Triunfo, Rio Grande do Sul, Brasil; (2) Centro de Inovação e Tecnologia em Pittsburgh, Pensilvânia, EUA; (3) Centro de Pesquisa em Química Renovável em Campinas, São Paulo, Brasil; (4) Centro de Desenvolvimento de Tecnologia de Processos em Mauá, São Paulo, Brasil; (5) Centro Técnico Europeu, em Wesseling, Renânia do Norte-Vestfália, Alemanha; e (6) Centro Técnico Mexicano em Nanchital, Vera Cruz, México, onde desenvolvemos novos processos, produtos e aplicações para diversos segmentos do mercado e que reuniam 297 funcionários em 31 de dezembro de 2019. Através destes centros, a Companhia coordena e executa programas de pesquisa e desenvolvimento, que incluem operações de 8 plantas-piloto, 2 laboratórios de catálise, polimerização e ciência de polímeros; e 3 laboratórios de engenharia de processos e pesquisa com fontes renováveis. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, classificados como despesas, somaram R\$ 247,7 milhões em 2019, R\$ 199,8 milhões em 2018 e R\$ 167,5 milhões em 2017.

A Braskem continua empreendendo esforços para desenvolver soluções de produtos a partir de matérias-primas renováveis por meio de projetos internos e colaborações e parcerias com terceiros diversos. Em novembro de 2017, a Braskem e a dinamarquesa Haldor Topsoe, líder mundial em catalisadores e ciência de superfícies, assinaram um acordo de cooperação tecnológica para desenvolver uma rota pioneira de produção de monoetileno glicol (MEG) proveniente do açúcar. Com o acordo, a Braskem busca expandir sua carteira de produtos renováveis para oferecer novas soluções que complementam seu polietileno a partir de matéria-prima renovável comercializada com o selo I'm green™.

Em 2019, para acelerar seus esforços em soluções de Economia Circular, a Companhia criou uma Plataforma de Inovação em reciclagem para fortalecer sua imagem e reputação com uma empresa líder em sustentabilidade. Esta Plataforma coordena todos os programas e iniciativas em reciclagem mecânica e química de resíduos de materiais plásticos, convertendo o plástico pós-consumo em matéria-prima para o plástico virgem, tendo como foco expandir o seu portfólio de produtos com resinas certificadas contendo material pós-consumo.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior**7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior**

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

País Sede - Brasil	Valor da receita líquida (R\$ milhões)	(%) participação na receita líquida total
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	28.523	54,5%

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019		
País	Valor da receita líquida (R\$ milhões)	% participação na receita líquida total
Estados Unidos	9.417	18,0%
México	2.335	4,5%
Cingapura	1.162	2,2%
Alemanha	1.157	2,2%
Argentina	1.104	2,1%
Suíça	759	1,5%
Itália	690	1,3%
Chile	610	1,2%
Peru	552	1,1%
China	542	1,0%
Luxemburgo	527	1,0%
Países	516	1,0%
Reino	360	0,7%
Uruguai	359	0,7%
Espanha	344	0,7%
Suécia	297	0,6%
Coréia	280	0,5%
Japão	241	0,5%
Bolívia	232	0,4%
França	226	0,4%
Canadá	202	0,4%
Outros	1.887	3,6%
Total	52.324	100,0%

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

País Estrangeiros	Valor da receita líquida (R\$ milhões)	(%) participação na receita líquida total
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	23.800	45,5

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira nas Atividades

A Companhia tem subsidiárias no exterior, as quais atendem à legislação de suas respectivas jurisdições, como, por exemplo, normas locais de natureza concorrencial, ambiental, societária e anticorrupção. O não atendimento das regulações a que tais subsidiárias se sujeitam no âmbito das respectivas jurisdições poderão afetar os negócios da Companhia.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas Socioambientais

A Companhia possui uma Política de Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Qualidade e Produtividade ("Política de SSMAQP"), aprovada em 19 de fevereiro de 2018, pelo Conselho de Administração da Companhia, que trata da gestão integrada da Qualidade e da produtividade aos processos de saúde, segurança e meio ambiente, assegurando a geração de resultados sustentáveis crescentes, por meio de 9 compromissos:

1. Agir preventivamente, visando:
 - (a) Segurança das pessoas, processos, produtos, informação e patrimônio;
 - (b) Saúde ocupacional das pessoas;
 - (c) Qualidade dos produtos e serviços; e
 - (d) Uso sustentável de recursos naturais e proteção do meio-ambiente.
2. Superar às expectativas dos clientes;
3. Garantir cooperação e parceria com fornecedores, que compartilham dos valores da Companhia;
4. Promover o desenvolvimento das pessoas e o compartilhamento de boas práticas em toda a Companhia;
5. Manter um relacionamento positivo com as comunidades;
6. Melhorar continuamente processos, produtos e serviços, estimulando a inovação de acordo com requisitos legais, regulatórios e quaisquer outros requisitos internos da Companhia;
7. Agir eticamente, com integridade e transparência;
8. Medir desempenho continuamente e implementar planos de ação para seu aprimoramento, mantendo-o ao nível das melhores empresas do setor; e
9. Buscar eficiência e produtividade ao longo da cadeia de valor.

Adicionalmente, a Política de SSMAQP estabelece 16 Princípios que cada Integrante da Companhia deve seguir. Assim, por meio de um sistema de gestão integrado, assegura-se a implantação da estratégia de SSMAQP, voltada para a excelência organizacional, eficiência em processos ao longo da cadeia de valor, produtividade e qualidade.

Os princípios estabelecidos na Política de SSMAQP são:

1. Questões de SSMAQP são de responsabilidade de cada um e de todos;
2. Como exemplo a ser seguido, a postura do líder deve ser proativa, educadora e motivadora, encorajando as pessoas a atingir e superar os seus objetivos e metas, tanto individuais, como coletivos da Companhia, enfatizando que o compromisso com a saúde, segurança, meio ambiente, associado à qualidade, eficiência e produtividade devem nortear qualquer decisão;
3. Acreditamos que o crescimento da Companhia reflete o potencial das pessoas que a integram e que geram riquezas materiais e morais para a sociedade. O compromisso constante com o seu desenvolvimento, saúde e bem-estar representam, portanto, valores fundamentais para a Companhia;

7.8 - Políticas Socioambientais

4. Os integrantes da Companhia são agentes do seu próprio destino, comprometidos com o seu autodesenvolvimento, capazes de tomar medidas assertivas e compartilhar boas práticas entre pessoas de diferentes geografias, pequenas empresas e unidades operacionais;
5. Necessidades e expectativas de todas as partes interessadas, no que se refere a assuntos de SSMAQP, são identificadas, entendidas, atendidas e incorporadas às melhorias de processos, prezando-se por uma comunicação apropriada e transparente;
6. Conformidade é um aspecto que engloba todas as atividades de saúde, segurança, meio ambiente, qualidade e produtividade realizadas na Companhia, devendo traduzir-se em processos bem desenhados, avaliações constantes de desempenho e decisões informadas, baseadas em tais análises;
7. Fornecedores e parceiros devem estar alinhados com os valores da Companhia em saúde, segurança, meio ambiente, qualidade, eficiência e produtividade;
8. Buscamos continuamente a melhoria da eficiência ao longo da cadeia de valor. Os processos são desenhados, visando atingir excelência em saúde, segurança, meio ambiente, qualidade, eficiência e produtividade, minimizando perdas, evitando desperdício e otimizando a utilização de recursos;
9. Medição periódica de desempenho, comparativamente às referências internacionais, favorecem a definição de planos de ação, visando manter o desempenho da Companhia entre os melhores do setor. Além disso, a realização periódica de auditorias internas e externas dos processos-chave, assim como benchmarks internos das instalações, baseados nos indicadores-chave de desempenho, identificam as boas práticas internas e permitem o compartilhamento, como meio de alavancar resultados, eficiência, produtividade e segurança;
10. A Companhia e seus integrantes estão comprometidos com a gestão de assuntos de SSMAQP, por todo o ciclo de vida do produto, desde sua concepção básica, até o eventual encerramento, ao longo das fases de projeto, produção e melhoria;
11. Toda perda pode e deve ser evitada, ao se proceder corretamente desde a primeira vez, investigando e eliminando as causas, ou reduzindo impactos negativos;
12. Mudanças na Companhia, nas suas instalações, produtos ou condições operacionais são gerenciadas, e somente executadas, se os riscos associados às novas condições forem menores ou iguais aos riscos originais. O aprendizado adquirido é compartilhado entre os integrantes e suas equipes, reforçando a cultura em prol do conhecimento e da potencialização de resultados comuns, tornando-se parte do trabalho diário;
13. Todo e qualquer risco deve ser gerenciado e planos de mitigação devem ser adequadamente implementados. Não se deve produzir, manusear, usar, vender, transportar ou descartar um produto, a menos que se esteja apto a fazê-lo de modo seguro e com mínimo impacto ao meio ambiente. Gerenciamento de mudanças de qualquer tipo deve levar em consideração riscos e condições de modo a evitar rupturas nas operações;
14. A Companhia busca simplicidade em processos, documentos e sistemas, assim como um modo comum de trabalhar em todas as plantas e escritórios;
15. A constante evolução do portfólio de bens e serviços da Companhia é assegurada pelo compromisso dos seus integrantes em servir aos clientes, satisfazendo as suas necessidades, com alto padrão de qualidade, no prazo e de forma completa; e

7.8 - Políticas Socioambientais

16. Padrões locais e globais devem ser selecionados, promovendo o respeito às pessoas, ao meio ambiente e às regulações aplicáveis. Esses padrões são sujeitos à mudança ao longo do tempo e o comprometimento da Companhia com eles segue tal dinâmica. Exemplos de padrões seguidos pela Companhia são:

- (a) ISO 14001 sobre padrões de gestão ambiental;
- (b) Responsible Care® sobre a perspectiva PDCA para empresas químicas;
- (c) ISO 9001 sobre requerimentos para sistemas de gestão da qualidade;
- (d) ISO/TS 16949 sobre melhorias contínuas em sistemas de gestão da qualidade;
- (e) ISO 50001 sobre gestão de energia;
- (f) Bonsucro e/ou ISCC sobre matéria-prima sustentável e tecnologias.

A Companhia também possui uma Política Global de Desenvolvimento Sustentável ("Política de DS"), aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de abril de 2018, na qual é reafirmado e fortalecido o compromisso da Companhia com a promoção simultânea do crescimento econômico, da preservação ambiental e da justiça social, na perspectiva de assegurar a satisfação das partes interessadas hoje e no futuro.

O objetivo final da Política de DS é garantir o alcance do propósito da Companhia de "melhorar a vida das pessoas, criando as soluções sustentáveis da química e do plástico". É também orientar o planejamento estratégico, tático e operacional, assim como respectivos processos orçamentários, conduzidos em todos os âmbitos da Companhia.

A Companhia foi criada com o compromisso público de atuar de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável e acredita na sustentabilidade como uma postura empresarial que conduz os negócios com responsabilidade, ética e transparência, de forma a gerar resultados positivos para todas as partes interessadas: acionistas, clientes, comunidades onde atua, financiadores, fornecedores, investidores, Integrantes e a sociedade em geral.

(a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia divulga as informações sociais e ambientais em seu Relatório Anual que pode ser encontrado no endereço eletrônico da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

(b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações

A Companhia utiliza, na elaboração das informações sociais e ambientais, a metodologia Global Reporting Initiative (GRI) G4, nível Essencial, Pacto Global, além de alguns requisitos da norma Relato Integrado, do International Integrated Reporting Council (IIRC).

(c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações sociais e ambientais são auditadas e revisadas pela KPMG Auditores Independentes, com emissão de carta de asseguração anexa ao Relatório Anual.

(d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

O Relatório Anual, a Política de Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Produtividade e Qualidade, bem como a Política Global de Desenvolvimento Sustentável estão disponíveis no site de RI da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras Informações Relevantes

Em 31 de dezembro de 2019, nossos investimentos totais em ativos operacionais e estratégicos foram de R\$ 2.776 milhões, compreendendo principalmente investimentos em projetos operacionais, paradas de manutenção e aquisição de sobressalentes no montante de R\$ 1.873 milhões.

Os investimentos de capital em 31 de dezembro de 2018 e 2017 totalizaram R\$ 2.770 milhões e R\$ 2.293 milhões, respectivamente.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários

Todos os eventos ocorridos ao longo dos últimos três exercícios sociais que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos nos respectivos itens pertinentes deste Formulário de Referência, em especial no item 15.7.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Nos últimos três exercícios sociais, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**

Nos últimos três exercícios sociais, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Abaixo, informamos todas as marcas, patentes e licenças registradas ou em processo de registro pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Exceto pelas informações do item 9.1(b) abaixo apresentadas, todas as demais informações relevantes quanto a este item foram divulgadas nos itens 9.1 (a) e (c) abaixo.

	Descrição do Ativo	País	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
AL01	Braskem Mineração	Brasil	AL	Maceió	Própria
AL02	Unidade 1 de Cloro Soda	Brasil	AL	Maceió	Própria
AL03	Unidade 2 de PVC	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
BA01	Unidades 1 de Químicos	Brasil	BA	Camaçari	Própria
BA02	Unidade 2 de Cloro Soda	Brasil	BA	Camaçari	Própria
BA03	Unidade 1 de PVC	Brasil	BA	Camaçari	Própria
BA04	Unidade 2 de PE	Brasil	BA	Camaçari	Própria
BA07	Unidade 1 de PE	Brasil	BA	Camaçari	Própria
zBA11	Unidade 3 de PE	Brasil	BA	Camaçari	Própria
BA15	Centro Distribuição Candeias - TEGAL	Brasil	BA	Candeias	Própria
BA21	Unidade 6 de PP	Brasil	BA	Camaçari	Própria
RJ08	Unidade 4 de Químicos e 9 de PE	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
RJ09	Unidade 5 de PP	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
RS01	Unidade 4 de PE e 6 de PE	Brasil	RS	Triunfo	Própria
RS02	Centro Produtivo PP Triunfo	Brasil	RS	Triunfo	Própria
RS04	Unidade 2 de Químicos	Brasil	RS	Triunfo	Própria
RS07	Unidade 1 e 2 de PP e e de PE	Brasil	RS	Triunfo	Própria
SP01	Unidade de PVC	Brasil	SP	Sao Paulo	Própria
SP08	Unidade 3 de PP	Brasil	SP	Paulínia	Própria
SP19	Centro de Tecnologia Renováveis	Brasil	SP	Campinas	Própria
SP20	Unidade 7 de PE	Brasil	SP	Santo André	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo		País	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
SP21	Unidade 8 de PE	Brasil	SP	Cubatão	Própria
SP22	Unidade 3 de Químicos	Brasil	SP	Santo André	Própria
SP23	Unidade 4 de PP	Brasil	SP	Mauá	Própria
SP25	Unidade 3 de Químicos	Brasil	SP	Mauá	Própria
VZ02	Planta Produtiva de Nanchital	México	VZ	Coatzacoalcos	Própria
PA03	PP 9 MARCUS HOOK	EUA	PA	Marcus Hook	Própria
TX01	PP 8 LA PORTE	EUA	TX	La Porte	Própria
WV01	PP 7 NEAL	EUA	WV	Kenova	Própria
PA02	P - PLANT[1030]	EUA	PA	Pittsburgh	Própria
TX10	PP 10 SEADRIFT	EUA	TX	Port Lavaca	Própria
TX09	PP 13 OYSTER CREEK	EUA	TX	Freeport	Própria
NW01	PP 11 WESSELING	Alemanha	NW	Wesseling	Própria
SA01	PP 12 SCHKOPAU	Alemanha	ST	Schkopau	Própria

Patentes

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 09806933 - A SYSTEM FOR ON LINE INFERENCE OF PHYSICAL AND CHEMICAL PROPERTIES AND SYSTEM FOR ON LINE CONTROL (United States of America)	2019	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 09407488 - POLYPROPYLENE COMPOUND FOR EXTRUDED BODY SIDE MOLDING (United States of America)	2019	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P000107013 - PROCESS FOR THE CONTROLLED PRODUCTION OF POLYETHYLENE AND ITS COPOLYMERS (Argentina)	2020	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 10148999 - PROCESS FOR THE CONTROLLED PRODUCTION OF POLYETHYLENE AND ITS COPOLYMERS (United States of America)	2020	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 10021774 - PROPYLENE COPOLYMER FOAMS (United States of America)	2021	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PI00063231 - PROCESSOS PARA A PREPARAÇÃO DE PRÉ-CATALISADOR PARA POLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E PARA A POLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS, SUPORTE CATALÍTICO, PRÉ-CATALISADOR, APLICAÇÕES DE UM PRÉ-CATALISADOR E DE POLIETILENOS, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, POLIPROPILENO, E, COPOLÍMEROS DE PROPILENO E ALFA-OLEFINAS (Brazil)	2020	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 09778442 - POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMER HAVING BIMODAL SIZED RUBBER PARTICLES (United States of America)	2021	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 10364797 - POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMER HAVING BIMODAL SIZED RUBBER PARTICLES (United States of America)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 09825585 - FLEXIBLE POLYOLEFIN COMPOUNDS FOR VEHICLE APPLICATIONS (United States of America)	2021	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 09867198 - POLYOLEFIN ADDITIVE PACKAGES FOR PRODUCING ARTICLES WITH ENHANCED STAIN RESISTANCE (United States of America)	2021	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 09991801 - STABILIZATION SYSTEM FOR IMPROVING THE MELT VISCOSITY OF POLYPROPYLENE DURING FIBER PROCESSING (United States of America)	2021	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 10046584 - POLYPROPYLENE BIAXIALY ORIENTED FILM (United States of America)	2022	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PI02157799 - SOLID CATALYST COMPONENT FOR POLYMERIZATION AND COPOLYMERIZATION OF ETHYLENE, AND, PROCESS FOR OBTAINING THE SAME (Brazil)	2022	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P110101596 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN PRODUCTION (Argentina)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120120287575 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN PRODUCTION (Brazil)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 117810333 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN PRODUCTION (Germany)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 117810333 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN PRODUCTION (European Patent Office)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 117810333 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN PRODUCTION (France)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 117810333 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN PRODUCTION (United Kingdom)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 117810333 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN PRODUCTION (Italy)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 10228487 - RESIN COMPOSITIONS FOR PRODUCING BIAXIALLY ORIENTED POLYPROPYLENE FILMS (United States of America)	2022	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 10786189 - RESIN COMPOSITIONS FOR PRODUCING BIAXIALLY ORIENTED POLYPROPYLENE FILMS (United States of America)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 11110006 - RESIN COMPOSITIONS FOR PRODUCING BIAXIALLY ORIENTED POLYPROPYLENE FILMS (United States of America)	2025	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 12776881 - Polypropylene blends for non-woven production (United States of America)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 038081477 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES (Germany)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 060117439 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES (Germany)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 060167442 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES (Germany)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 038081477 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES (France)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 060117439 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES (France)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 060167442 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES (France)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 562CHENP2005 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES (India)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 038081477 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES (Sweden)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 060117439 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES (Sweden)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 10530462 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES (United States of America)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 10680372 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES (United States of America)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 10953376 - PAINTABLE, IN-REACTOR BLENDED, THERMOPLASTIC POLYOLEFIN (United States of America)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 047944632 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS (Belgium)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2540887 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS (Canada)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2004800293488 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS (China)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 047944632 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS (Germany)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 047944632 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS (France)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PAa2006003931 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS (Mexico)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 10574729 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS (United States of America)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 12474776 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS (United States of America)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 10716828 - PROPYLENE HOMOPOLYMERS FOR BIAXIALY ORIENTED FILMS (United States of America)	2023	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 10827636 - HIGH MELT FLOW RATE THERMOPLASTIC POLYOLEFINS PRODUCED IN-REACTOR (United States of America)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número CA2563984 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN FABRICS (Canada)	2025	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PaA2006013107 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN FABRICS (Mexico)	2025	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 10844640 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN FABRICS (United States of America)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 10855922 - IMPROVED CLARITY, LOW HAZE POLYMER (United States of America)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PI04019067 - COMPOSIÇÃO POLIMÉRICA DE POLIPROPILENO (Brazil)	2024	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 11660729 - PROCESS FOR CHEMICAL RECYCLING OF POST CONSUMPTION POLY(ETHYLENE TEREPHTHALATE) AND EQUIPMENT FOR CHEMICAL RECYCLING OF POST CONSUMPTION POLY(ETHYLENE TEREPHTHALATE) (United States of America)	2025	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PI05210682 - ESTRUTURA PARA SUSTENTAÇÃO DE FORRO (Brazil)	2025	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PI06224407 - ESTRUTURA PARA SUSTENTAÇÃO DE FORRO (Brazil)	2026	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2600364 - PROCESS FOR PRODUCTION OF PROPYLENE HOMOPOLYMERS (Canada)	2026	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número MXA2007011776 - PROCESS FOR PRODUCTION OF PROPYLENE HOMOPOLYMERS (Mexico)	2026	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 11089955 - PROCESS FOR PRODUCTION OF PROPYLENE HOMOPOLYMERS (United States of America)	2025	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2600362 - PROCESS FOR THE PRODUCTION OF PROPYLENE COPOLYMERS (Canada)	2026	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número MXA2007011777 - PROCESS FOR THE PRODUCTION OF PROPYLENE COPOLYMERS (Mexico)	2026	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 11090523 - PROCESS FOR THE PRODUCTION OF PROPYLENE COPOLYMERS (United States of America)	2025	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PI05050936 - PROCESSO DE PREPARAÇÃO DE COMPOSITO DE FIBRAS LIGNOCELULÓSICAS E POLICLORETO DE VINILA, E, COMPOSITO RESULTANTE (Brazil)	2025	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PI06022723 - PROCESSO DE OBTENÇÃO DE RESINA TERPENO-FENÓLICA COM UTILIZAÇÃO DE OLIGÔMEROS TERPÊNICOS PARA INCORPORAÇÃO À CADEIA POLIMÉRICA (Brazil)	2026	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PI06023606 - PROCESSO PARA A PRODUÇÃO DE HIDROCARBONETOS CLORADOS (Brazil)	2026	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PI06036643 - PROCESSO DE OBTENÇÃO DE LAMINADO RESPIRÁVEL DE PVC E LAMINADO RESPIRÁVEL DE PVC (Brazil)	2026	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PI06042848 - PROCESSO INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE PROPENO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS NATURAIS E RENOVÁVEIS, PROPENO, E, POLIPROPILENO (Brazil)	2026	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2007329122 - A METHOD FOR THE PRODUCTION OF ONE OR MORE OLEFINS, AN OLEFIN, AND A POLYMER (Australia)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PI07195117 - A METHOD FOR THE PRODUCTION OF ONE OR MORE OLEFINS, AN OLEFIN, AND A POLYMER (Brazil)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 078157690 - A METHOD FOR THE PRODUCTION OF ONE OR MORE OLEFINS, AN OLEFIN, AND A POLYMER (Germany)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 078157690 - A METHOD FOR THE PRODUCTION OF ONE OR MORE OLEFINS, AN OLEFIN, AND A POLYMER (France)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2009539573 - A METHOD FOR THE PRODUCTION OF ONE OR MORE OLEFINS, AN OLEFIN, AND A POLYMER (Japan)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 12517707 - A METHOD FOR THE PRODUCTION OF ONE OR MORE OLEFINS, AN OLEFIN, AND A POLYMER (United States of America)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PI06060501 - SISTEMA E MÉTODO AUTOMATIZADO DE EMISSÃO ACÚSTICA DE MONITORAMENTO CONTÍNUO PARA AVALIAÇÃO DE REATORES TUBULARES (Brazil)	2026	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PI07005814 - TITULADOR AUTOMÁTICO, PROCESSO DE TITULAÇÃO E MÉTODO DE DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE BROMO E NÚMERO DE BROMO EM HIDROCARBONETOS (Brazil)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PI07006314 - PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UM OU MAIS ÁLCOOIS, E, ÁLCOOL(IS) (Brazil)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 087335030 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS (Belgium)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PI08112401 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS (Brazil)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 200800954 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS (Chile)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 087335030 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS (Germany)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 087335030 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS (France)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número MXa2009012469 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS (Mexico)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 087335030 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS (Netherlands)</p>	2028	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 087335030 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS (Norway)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 087335030 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS (Portugal)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 11979951 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS (United States of America)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteados

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número MXa2009012473 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS (Mexico)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 11979941 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS (United States of America)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2653356 - HIGH CRYSTALLINITY, HIGH MELT FLOW RATE POLYPROPYLENE (Canada)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número MXA2008015361 - HIGH CRYSTALLINITY, HIGH MELT FLOW RATE POLYPROPYLENE (Mexico)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteadado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 11809114 - HIGH CRYSTALLINITY, HIGH MELT FLOW RATE POLYPROPYLENE (United States of America)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número PI07035861 - PROCESS OF PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED METALLOCENE CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF (Brazil)</p>	2027	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteados</p>

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2008101490498 - PROCESS OF PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED METALLOCENE CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF (China)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 082908286 - PROCESS OF PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED METALLOCENE CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF (Germany)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 082908286 - PROCESS OF PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED METALLOCENE CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF (Italy)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 082908286 - PROCESS OF PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED METALLOCENE CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF (Netherlands)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 12163711 - PROCESS OF PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED METALLOCENE CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF (United States of America)</p>	2028	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 200880113065X - PROCESS FOR THE PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED BIMETALLIC CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF (China)</p>	2028	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 087727483 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED BIMETALLIC CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF (Germany)</p>	2028	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 087727483 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED BIMETALLIC CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF (Italy)</p>	2028	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 087727483 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED BIMETALLIC CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF (Netherlands)</p>	2028	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 12167611 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED BIMETALLIC CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF (United States of America)</p>	2028	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 13041028 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED BIMETALLIC CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF (United States of America)</p>	2031	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 087335097 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE (Belgium)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PI07058152 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE (Brazil)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número EP2209840 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE (Germany)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número EP2209840 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE (France)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 087335097 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE (United Kingdom)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número EP2209840 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE (Italy)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número MXa2010004274 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE (Mexico)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 087335097 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE (Netherlands)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 12739645 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE (United States of America)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2008002199 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE (Venezuela)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PI07056990 - PROCESS FOR THE PRODUCTION OF HIGH TENSILE STRENGTH AND LOW CREEP POLYMER YARNS, HIGH TENSILE STRENGTH AND LOW CREEP POLYMER OR COPOLYMER YARNS, AND, THE USE OF SUCH YARNS (Brazil)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2008002288 - PROCESS FOR THE PRODUCTION OF HIGH TENSILE STRENGTH AND LOW CREEP POLYMER YARNS, HIGH TENSILE STRENGTH AND LOW CREEP POLYMER OR COPOLYMER YARNS, AND, THE USE OF SUCH YARNS (Venezuela)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS (Belgium)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PI08154082 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS (Brazil)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS (Germany)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS (France)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS (United Kingdom)</p>	2028	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2010536291 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS (Japan)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 1020107004181 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS (Republic of Korea)</p>	2028	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS (Netherlands)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 12673421 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS (United States of America)</p>	2028	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteadado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PI07056257 - EMBALAGEM DE ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (Brazil)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PI07061013 - EMBALAGEM DE ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (Brazil)	2027	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PI09151990 - EXTENSIBLE SPUNBONDED NON-WOVEN FABRICS (Brazil)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número MXA2010013901 - EXTENSIBLE SPUNBONDED NON-WOVEN FABRICS (Mexico)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 12484642 - EXTENSIBLE SPUNBONDED NON-WOVEN FABRICS (United States of America)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PI09013180 - CHEMICAL SENSORS MODIFIED BY THE SOL-GEL METHOD AND ITS APPLICATION TO POLYMERIC MATRIXES (Brazil)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 13001851 - HYBRID CHEMICAL SENSOR, AND, SENSITIVE POLYMERIC COMPOSITION (United States of America)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PI09195548 - RANDOM COPOLYMER WITH ENHANCED ETHYLENE CONTENT (Brazil)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 098183767 - RANDOM COPOLYMER WITH ENHANCED ETHYLENE CONTENT (Germany)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 12286774 - RANDOM COPOLYMER WITH ENHANCED ETHYLENE CONTENT (United States of America)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PI08056129 - PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UMA MISTURA DE N-BUTENOS ADEQUADA PARA A PRODUÇÃO DE PROPENO POR REAÇÃO DE METÁTESE COM ETENO, E, MISTURA DE N-BUTENOS (Brazil)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120120009257 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR BURIED STRUCTURES (Brazil)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2767388 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR BURIED STRUCTURES (Canada)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXA2012000694 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR BURIED STRUCTURES (Mexico)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 12503413 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR BURIED STRUCTURES (United States of America)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 13538190 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR BURIED STRUCTURES (United States of America)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120120028111 - IMPROVED POLYPROPYLENE FOR USE IN BOPP APPLICATIONS (Brazil)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 107272494 - IMPROVED POLYPROPYLENE FOR USE IN BOPP APPLICATIONS (Germany)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 107272494 - IMPROVED POLYPROPYLENE FOR USE IN BOPP APPLICATIONS (Italy)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120120054244 - MICROORGANISMS AND PROCESS FOR PRODUCING N-PROPANOL (Brazil)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXa2012002995 - MICROORGANISMS AND PROCESS FOR PRODUCING N-PROPANOL (Mexico)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120120130315 - A METHOD FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AN OLEFIN, A POLYOLEFIN, AND USE OF THE POLYOLEFIN (Brazil)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PI11002298 - POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMER COMPOSITIONS (Brazil)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2732126 - POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMER COMPOSITIONS (Canada)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXA2011002076 - POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMER COMPOSITIONS (Mexico)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 12711616 - POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMER COMPOSITIONS (United States of America)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 12759983 - POLYPROPYLENE COMPOSITIONS (United States of America)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 1120130038870 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS (Brazil)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120130038969 - COMPOSIÇÃO DE COPOLÍMERO DE IMPACTO DE POLIPROPILENO, E, COMPOSIÇÃO. (Brazil)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2807798 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS (Canada)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2011800402057 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS (China)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 13054383 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS (Colombia)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 117500421 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS (Germany)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 117389064 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS (France)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 117389064 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS (Italy)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXA2013001954 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS (Mexico)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número MXA2013001953 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS (Mexico)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 3062013 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS (Peru)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 3042013 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS (Peru)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 12859499 - POLYPROPYLENE RESIN SUITABLE FOR SOFT NONWOVEN APPLICATIONS (United States of America)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 13817262 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS (United States of America)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (Austria)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (Belgium)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PI10054600 - ADITIVO, POLÍMERO E ARTIGO ATIVOS E INTELIGENTES (Brazil)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 06782013 - ADITIVO, POLÍMERO E ARTIGO ATIVOS E INTELIGENTES (Chile)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 13094685 - ADITIVO, POLÍMERO E ARTIGO ATIVOS E INTELIGENTES (Colombia)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (Germany)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (European Patent Office)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (Spain)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (Finland)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (France)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número EP118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (United Kingdom)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número EP118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (Italy)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (Netherlands)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (Norway)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (Poland)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (Portugal)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (Slovakia)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 13822553 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (United States of America)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15625615 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PI10033777 - PROCESSO PARA A PREPARAÇÃO DE CARBONATOS CÍCLICOS (Brazil)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Austria)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Belgium)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 1120130155051 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Brazil)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120160147731 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2820359 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Canada)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2934992 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Canada)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 20131775 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Chile)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2011800616126 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (China)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2014800762249 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (China)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 13147289 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Colombia)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Germany)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 148756091 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (European Patent Office)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Spain)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Finland)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (France)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (United Kingdom)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 502018000032414 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Italy)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2013546261 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Japan)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2015235466 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Japan)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2018242697 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Japan)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número - 2020-83649 PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Japan)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXA2013007072 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Mexico)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXA2016008440 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Mexico)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Netherlands)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (Poland)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 14138352 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY (United States of America)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P20120100354 - COMPOSIÇÃO DE RESINA TERMOPLÁSTICA COMPREENDENDO UMA MISTURA DE AGENTES DESLIZANTES E FILME MONO OU COEXTRUSADO, LAMINADO OU NÃO LAMINADO (Argentina)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120130163585 - COMPOSIÇÃO DE RESINA TERMOPLÁSTICA COMPREENDENDO UMA MISTURA DE AGENTES DESLIZANTES E FILME MONO OU COEXTRUSADO, LAMINADO OU NÃO LAMINADO (Brazil)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 13997760 - THERMOPLASTIC RESIN COMPOSITION COMPRISING A MIXTURE OF SLIP AGENTS AND A MONO-OR CO-EXTRUDED, LAMINATED OR NON-LAMINATED FILM (United States of America)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 13340190 - COMPRESSION BLOW FORMED ARTICLES (United States of America)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME (Austria)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME (Belgium)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME (Germany)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME (Spain)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME (Finland)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME (France)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME (United Kingdom)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME (Italy)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME (Netherlands)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME (Poland)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 13096163 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME (United States of America)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 20130104321 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Argentina)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120130299657 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Brazil)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2836106 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Canada)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2012800249668 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (China)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 127902302 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (European Patent Office)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número MXa2013013246 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Mexico)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 13114549 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (United States of America)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 14317761 - IMPACT COPOLYMER COMPOSITIONS FOR USE IN CORRUGATED BOARD (China)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 13115619 - IMPACT COPOLYMER COMPOSITIONS FOR USE IN CORRUGATED BOARD (United States of America)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PI11026553 - SISTEMA CATALÍTICO DO TIPO METALOCENO SUPORTADO, PROCESSO DE SÍNTESE E USO DO MESMO, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, E, POLIETILENO LINEAR DE BAIXA OU ULTRA BAIXA DENSIDADE (Brazil)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 128273455 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF (Belgium)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1120140049300 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF (Brazil)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 128273455 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF (Germany)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 181888470 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF (European Patent Office)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 128273455 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF (France)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 128273455 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF (United Kingdom)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 128273455 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF (Netherlands)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 14241323 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF (United States of America)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 20130100152 - PROLIPROPILENO PARA CONFECCIÓN DE ARTÍCULOS TERMOFORMADOS, ARTÍCULOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEJOS Y/O ESPESOS, PROCESO PARA TERMOFORMACIÓN DE POLIPROPILENO MODIFICADO EN ARTÍCULOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEJOS Y/O ESPESOS Y, USO DEL POLIPROPILENO (Argentina)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1120140087482 - POLIPROPILENO PARA CONFECÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESOS, E, USO DO POLIPROPILENO (Brazil)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2851847 - POLIPROPILENO PARA CONFECÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (Canada)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 9162014 - POLIPROPILENO PARA CONFECÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (Chile)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2011800754338 - POLIPROPILENO PARA CONFECÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (China)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 118740315 - POLIPROPILENO PARA CONFEÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (Germany)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 118740315 - POLIPROPILENO PARA CONFEÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (Spain)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 118740315 - POLIPROPILENO PARA CONFEÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (France)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteadado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 118740315 - POLIPROPILENO PARA CONFEÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (United Kingdom)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 3187DELNP2014 - POLIPROPILENO PARA CONFECÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (Índia)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 502019000015093 - POLIPROPILENO PARA CONFECÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (Italy)</p>	2031	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteadado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2014534892 - POLIPROPILENO PARA CONFEÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (Japan)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 1020147011921 - POLIPROPILENO PARA CONFECÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (Republic of Korea)</p>	2031	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número MXa2014004401 - POLIPROPILENO PARA CONFECÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (Mexico)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteadado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 14351027 - POLIPROPILENO PARA CONFEÇÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO (United States of America)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2012353654 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (Australia)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 1120140146527 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (Brazil)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2859556 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (Canada)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2012800692656 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (China)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 128571627 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (European Patent Office)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 5681DELNP2014 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (India)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2014547551 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (Japan)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número MXa2014007235 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (Mexico)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2014129026 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (Russian Federation)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 1401003363 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (Thailand)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 14365441 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (United States of America)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 14885311 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (United States of America)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16042594 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1120140161852 - PROCESS FOR THE PRODUCTION OF THE MIXTURE 2,4 FURANDICARBOXYLIC ACID (FDCA) AND 2,5 FURANDICARBOXYLIC ACID VIA DISPROPORTIONATION REACTION, MIXTURE OF 2,4-FDCA AND 2,5-FDCA AS A RESULT OF DISPROPORTIONATION REACTION, 2,4-FDCA OBTAINED BY THE DISPROPORTION (Brazil)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 14368676 - PROCESS FOR THE PRODUCTION OF THE MIXTURE 2,4 FURANDICARBOXYLIC ACID (FDCA) AND 2,5 FURANDICARBOXYLIC ACID VIA DISPROPORTIONATION REACTION, MIXTURE OF 2,4-FDCA AND 2,5-FDCA AS A RESULT OF DISPROPORTIONATION REACTION, 2,4-FDCA OBTAINED BY THE DISPROPORTION (United States of America)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 20130103548 - COMPOSIÇÃO ELASTOMÉRICA NÃO EXPANDIDA À BASE DE POLÍMERO DE EILENO E ACETATO DE VINILA E USO DA MESMA PARA CONFECÇÃO DE CALADOS (Argentina)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 1020120251604 - COMPOSIÇÃO ELASTOMÉRICA NÃO EXPANDIDA À BASE DE POLÍMERO DE EILENO E ACETATO DE VINILA E USO DA MESMA PARA CONFEÇÃO DE CALÇADOS (Brazil)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 45751 - COMPOSIÇÃO ELASTOMÉRICA NÃO EXPANDIDA À BASE DE POLÍMERO DE EILENO E ACETATO DE VINILA E USO DA MESMA PARA CONFEÇÃO DE CALADOS (Paraguay)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1020120262045 - PROCESSO PARA A PREPARAÇÃO DE NANOCOMPÓSITOS DE POLIETILENO LINEAR DE BAIXA DENSIDADE, NANOCOMPÓSITOS DE POLIETILENO LINEAR DE BAIXA DENSIDADE E SEU USO E ARTIGOS DE MANUFATURA (Brazil)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 20130103843 - POLYMERIC COMPOSITION WITH IMPROVED BARRIER PROPERTIES (Argentina)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR1120150091024 - POLYMERIC COMPOSITION WITH IMPROVED BARRIER PROPERTIES (Brazil)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 20130104016 - MÉTODO PARA PREPARO DE UMA POLIOLEFINA ADESIVADA, POLIOLEFINA ADESIVADA, USO DA MESMA, E, ARTIGO DE MANUFATURA (Argentina)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1120150097502 - MÉTODO PARA PREPARO DE UMA POLIOLEFINA ADESIVADA, POLIOLEFINA ADESIVADA, USO DE UMA POLIOLEFINA, E, ARTIGO DE MANUFATURA (Brazil)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 128880838 - MÉTODO PARA PREPARO DE UMA POLIOLEFINA ADESIVADA, POLIOLEFINA ADESIVADA, USO DA MESMA, E, ARTIGO DE MANUFATURA (European Patent Office)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 14441060 - METHOD FOR PREPARING AN ADHESIVE POLYOLEFIN, ADHESIVE POLYOLEFIN, USE THEREOF, AND MANUFACTURED ARTICLE (United States of America)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 20130104125 - CATALISADOR METALOCENO SUPORTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÇÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPORTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. (Argentina)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1003518 - CATALISADOR METALOCENO SUPORTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÇÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPORTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. (Austria)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 128886330 - CATALISADOR METALOCENO SUPORTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÇÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPORTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. (Belgium)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 1120150112153 - CATALISADOR METALOCENO SUPORTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÇÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPORTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. (Brazil)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 128886330 - CATALISADOR METALOCENO SUPORTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÇÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPORTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. (Germany)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 128886330 - CATALISADOR METALOCENO SUPORTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÇÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPORTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. (Finland)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 128886330 - CATALISADOR METALOCENO SUPORTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÇÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPORTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. (France)</p>	2032	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 502018000025507 - CATALISADOR METALOCENO SUPORTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÇÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPORTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. (Italy)</p>	2032	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número MXa2015006615 - CATALISADOR METALOCENO SUPORTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÇÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPORTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. (Mexico)</p>	<p>2032</p>	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 128886330 - CATALISADOR METALOCENO SUPORTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÇÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPORTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. (Netherlands)</p>	2032	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 14646854 - CATALISADOR METALOCENO SUPORTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÇÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPORTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. (United States of America)</p>	2032	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 15616516 - METALLOCENE CATALYST SUPPORTED BY HYBRID SUPPORTING MEANS, PROCESS FOR PRODUCING SAME, POLYMERIZATION PROCESS FOR PRODUCING AN ETHYLENE HOMOPOLYMER OR COPOLYMER WITH BROAD OR BIMODAL MOLAR MOSS DISTRIBUTION, USE OF THE SUPPORTED METALLOCENE CATALYST AND ETHYLENE POLYMER WITH BROAD OR BIMODAL MOLAR MOSS DISTRIBUTION (United States of America)</p>	2037	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 15616556 - METALLOCENE CATALYST SUPPORTED BY HYBRID SUPPORTING MEANS, PROCESS FOR PRODUCING SAME, POLYMERIZATION PROCESS FOR PRODUCING AN ETHYLENE HOMOPOLYMER OR COPOLYMER WITH BROAD OR BIMODAL MOLAR MASS DISTRIBUTION, USE OF THE SUPPORTED METALLOCENE CATALYST AND ETHYLENE POLYMER WITH BROAD OR BIMODAL MOLAR MASS DISTRIBUTION (United States of America)</p>	2037	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 2013001409 - CATALISADOR METALOCENO SUPORTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÇÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPORTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. (Venezuela)</p>	2033	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteadado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 20130103951 - MÉTODO DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO, BLENDA DE POLIPROPILENO E SEU USO, PRODUTO E AGENTE INICIADOR DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO (Argentina)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 1120150116566 - MÉTODO DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO, BLENDA DE POLIPROPILENO E SEU USO, PRODUTO E AGENTE INICIADOR DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO (Brazil)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Austria)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Belgium)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 1120150164293 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Brazil)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Germany)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Spain)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Finland)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (France)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (United Kingdom)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 502017000093427 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Italy)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Netherlands)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (Poland)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 13737684 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES (United States of America)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120150188079 - SYSTEMS AND METHODS FOR SEPARATING AND PURIFYING BUTADIENE (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 14761551 - SYSTEMS AND METHODS FOR SEPARATING AND PURIFYING BUTADIENE (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120150190685 - Processo de produção de olefinas a partir de etanol combustível (Brazil)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120150226906 - POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMERS WITH LOW HAZE (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 147756183 - POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMERS WITH LOW HAZE (European Patent Office)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 14773976 - POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMERS WITH LOW HAZE (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 14774021 - Multilayered Article for High Gloss and High Impact (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16210164 - Multilayered Article for High Gloss and High Impact (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120150223770 - PROPYLENE POLYMER RESINS (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 147678403 - PROPYLENE POLYMER RESINS (Germany)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 147678403 - PROPYLENE POLYMER RESINS (Spain)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 147678403 - PROPYLENE POLYMER RESINS (France)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 147678403 - PROPYLENE POLYMER RESINS (United Kingdom)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 147678403 - PROPYLENE POLYMER RESINS (Italy)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 14773131 - PROPYLENE POLYMER RESINS (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16654634 - Blends of Thermoplastic Urethanes and Ethylene Vinyl Acetate Copolymers (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PCTUS2019056527 - Blends of Thermoplastic Urethanes and Ethylene Vinyl Acetate Copolymers (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR1120160017668 - A New Ultra High Performance Parallel Rope Made of a New Splice Construction Built by Self-assembly Mechanism (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 14908207 - CABLE AND METHOD FOR MANUFACTURING A SYNTHETIC CABLE (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR1120160037065 - PROCESS FOR PRODUCING MODIFIED POLY(PROPENE), THE MODIFIED POLY(PROPENE) AND THE USE THEREOF, AND THE POLYMER BLEND (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número EP148375884 - PROCESS FOR PRODUCING MODIFIED POLY(PROPENE), THE MODIFIED POLY(PROPENE) AND THE USE THEREOF, AND THE POLYMER BLEND (European Patent Office)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 14913620 - PROCESS FOR PRODUCING MODIFIED POLY(PROPENE), THE MODIFIED POLY(PROPENE) AND THE USE THEREOF, AND THE POLYMER BLEND (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 20170101852 - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS (Argentina)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120190001034 - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS AND METHODS AND USES THEREOF (Brazil)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2017800416377 - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS AND METHODS AND USES THEREOF (China)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 177545985 - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS AND METHODS AND USES THEREOF (European Patent Office)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número - 2019-521173 NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS AND METHODS AND USES THEREOF (Japan)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXa2019000282 - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS AND METHODS AND USES THEREOF (Mexico)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16315600 - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS AND METHODS AND USES THEREOF (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número BR1120160063210 - ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 148450778 - ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME (Germany)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 148450778 - ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME (European Patent Office)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 191641109 - ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME (European Patent Office)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 148450778 - ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME (France)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 148450778 - ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME (United Kingdom)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 148450778 - ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME (Netherlands)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 15023579 - ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16011041 - ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 20140103549 - SISTEMA DE APOIO PARA TUBULAÇÃO (Argentina)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR1120160066090 - PIPE SUPPORT SYSTEM (Brazil)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 15024651 - PIPE SUPPORT SYSTEM (United States of America)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2014001145 - SISTEMA DE APOIO PARA TUBULAÇÃO (Venezuela)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1020130295760 - MÉTODO ENZIMÁTICO PARA CONVERSÃO DE ALCENOS, ENZIMA, DNA, VETOR DE DNA E MICRO-ORGANISMO QUE COMPREENDEM A SEQUÊNCIA GÊNICA QUE CODIFICA A REFERIDA ENZIMA, ALCENO RESULTANTE E SEUS USOS (Brazil)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR1120160067800 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número BR1220200023147 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR1220200023155 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR1220200023198 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 148581606 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (Germany)</p>	2034	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 148581606 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (European Patent Office)</p>	2034	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 191743806 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (European Patent Office)</p>	2034	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 148581606 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (United Kingdom)</p>	2034	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 148581606 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (Netherlands)</p>	2034	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 148581606 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (Turkey)</p>	2034	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 15032826 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (United States of America)</p>	2034	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 16824775 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (United States of America)</p>	2040	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteadado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 16824886 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (United States of America)</p>	2040	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Documento número 16824978 - SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND (United States of America)</p>	2040	<p>No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.</p>	<p>Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número BR1120160098285 - Processo de produção de propeno (Brazil)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteadado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 138970371 - A PROCESS FOR PRODUCING PROPENE (Germany)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 138970371 - A PROCESS FOR PRODUCING PROPENE (European Patent Office)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 138970371 - A PROCESS FOR PRODUCING PROPENE (France)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 15034367 - PROPENE PRODUCTION METHOD (United States of America)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1120160124910 - MÉTODO PARA SEPARAR E PURIFICAR UM PRODUTO DE FERMENTAÇÃO DE UM GÁS RESIDUAL FERMENTADOR (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 15100783 - FERMENTATION HYDROCARBON GAS PRODUCTS SEPARATION VIA MEMBRANE (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1020140305866 - PROCESSO DE PRODUÇÃO DE PROPENO UTILIZANDO REAÇÃO DE METÁTESE ENTRE ETENO E 2-BUTENOS A PARTIR DE UMA CORRENTE DERIVADA DA CONVERSÃO DE OXIGENADOS A OLEFINAS (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 148709397 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (Belgium)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número BR1120160140117 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 148709397 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (Germany)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 148709397 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (European Patent Office)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 148709397 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (Spain)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 148709397 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (France)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 148709397 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (United Kingdom)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 148709397 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (Italy)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXa2016008105 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (Mexico)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 148709397 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (Netherlands)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 148709397 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (Norway)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 148709397 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (Sweden)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15105788 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15836032 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número BR1120160127242 - METALLOCENE CATALYST BASED ON A TRANSITION METAL OF GROUPS 4 OR 5 OF THE PERIODIC TABLE IMMOBILISED ON A SUPPORT MODIFIED WITH SOLUBLE HYDRID SILICA, METHOD FOR PRODUCING AND USING SAME (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 148673361 - METALLOCENE CATALYST BASED ON A TRANSITION METAL OF GROUPS 4 OR 5 OF THE PERIODIC TABLE IMMOBILISED ON A SUPPORT MODIFIED WITH SOLUBLE HYDRID SILICA, METHOD FOR PRODUCING AND USING SAME (European Patent Office)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 15101710 - METALLOCENE CATALYST BASED ON A TRANSITION METAL OF GROUPS 4 OR 5 OF THE PERIODIC TABLE IMMOBILISED ON A SUPPORT MODIFIED WITH SOLUBLE HYDRID SILICA, METHOD FOR PRODUCING AND USING SAME (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 138994314 - METHOD FOR PRODUCING LIGHT UNSATURATED HYDROCARBONS (Belgium)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR1120160130928 - PROCESSO DE PRODUÇÃO DE HIDROCARBONETOS INSATURADOS LEVES (Brazil)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 138994314 - METHOD FOR PRODUCING LIGHT UNSATURATED HYDROCARBONS (Germany)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 138994314 - METHOD FOR PRODUCING LIGHT UNSATURATED HYDROCARBONS (France)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 138994314 - METHOD FOR PRODUCING LIGHT UNSATURATED HYDROCARBONS (Netherlands)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 138994314 - METHOD FOR PRODUCING LIGHT UNSATURATED HYDROCARBONS (Sweden)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 15105398 - METHOD FOR PRODUCING LIGHT UNSATURATED HYDROCARBONS (United States of America)	2033	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 158001800 - MODIFIED MICROORGANISMS COMPRISING AN OPTIMIZED SYSTEM FOR OLIGOSACCHARIDE UTILIZATION AND METHODS OF USING SAME (European Patent Office)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 15327616 - MODIFIED MICROORGANISMS COMPRISING AN OPTIMIZED SYSTEM FOR OLIGOSACCHARIDE UTILIZATION AND METHODS OF USING SAME (United States of America)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número BR1120170023628 - COMPOSITION COMPRISING POLYPROPYLENE AND POLYCARBONATE POLYOL, AND METHOD OF MAKING THE SAME (Brazil)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 158294199 - COMPOSITION COMPRISING POLYPROPYLENE AND POLYCARBONATE POLYOL, AND METHOD OF MAKING THE SAME (European Patent Office)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15501382 - COMPOSITION COMPRISING POLYPROPYLENE AND POLYCARBONATE POLYOL, AND METHOD OF MAKING THE SAME (United States of America)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16185732 - COMPOSITION COMPRISING POLYPROPYLENE AND POLYCARBONATE POLYOL, AND METHOD OF MAKING THE SAME (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020140214240 - COMPOSIÇÃO, PROCESSO DE OBTENÇÃO, BLEND POLIMÉRICA TENACIFICADA E USO DA MESMA (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 14451990 - SOLID CATALYST COMPONENTS FOR OLEFIN POLYMERIZATION AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020140234926 - COMPOSIÇÃO EXPANDIDA POLIMÉRICA, PROCESSO PARA OBTENÇÃO DE NANOCOMPÓSITO, NANOCOMPÓSITO POLIMÉRICO E USO DO MESMO, E ARTIGO POLIMÉRICO (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 20150103526 - MUEBLE TAPIZADO MODULAR (Argentina)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120170085364 - MÓVEL ESTOFADO MODULAR (Brazil)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2966127 - UPHOLSTERED MODULAR FURNITURE ITEM (Canada)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número CL010672017 - MUEBLE TAPIZADO MODULAR (Chile)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número - 107427127 MÓVEL ESTOFADO MODULAR (China)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número NC20170005409 - MUEBLE TAPIZADO MODULAR (Colombia)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número EP158547232 - A MODULAR UPHOLSTERED PIECE OF FURNITURE (European Patent Office)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXa2017005676 - MUEBLE MODULAR TAPIZADO (Mexico)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PE0007742017DIN - MUEBLE TAPIZADO MODULAR (Peru)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15522047 - UPHOLSTERED MODULAR FURNITURE ITEM (United States of America)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 20150103683 - HIGH PERFORMANCE PURE PLASTIC SLEEPER (HPPPS) (Argentina)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2015345936 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO (Australia)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120170096617 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO (Brazil)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2966917 - A RAILROAD SLEEPER AND PROCESS FOR MANUFACTURING A RAILROAD SLEEPER (Canada)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 158597310 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO (European Patent Office)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 171137078 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO (Hong Kong)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2017543856 - RAILWAY SLEEPER AND RAILWAY-SLEEPER MANUFACTURING METHOD (Japan)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020177016055 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO (Republic of Korea)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXa2017006088 - DURMIENTE FERROVIÁRIO Y PROCESO DE FABRICACIÓN DE DURMIENTE FERROVIÁRIO (Mexico)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15525693 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO (United States of America)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16891102 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2015000916 - Traviesa de ferrocarril y un proceso de fabricación de una traviesa de ferrocarril (Venezuela)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 201703414 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO (South Africa)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020140324275 - Processo de produção de produto químico renovável a partir de um álcool (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 20170101513 - METHOD AND SYSTEM FOR CONTINUOUS PRODUCTION OF AT LEAST ONE YARN POLYMER, AND YARN POLYMER (Argentina)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120170116600 - METHOD AND SYSTEM FOR CONTINUOUS PRODUCTION OF AT LEAST ONE YARN POLYMER, AND YARN POLYMER (Brazil)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 20171395 - METHOD AND SYSTEM FOR CONTINUOUS PRODUCTION OF AT LEAST ONE YARN POLYMER, AND YARN POLYMER (Chile)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 158646182 - METHOD AND SYSTEM FOR CONTINUOUS PRODUCTION OF AT LEAST ONE YARN POLYMER, AND YARN POLYMER (European Patent Office)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15531653 - METHOD AND SYSTEM FOR CONTINUOUS PRODUCTION OF AT LEAST ONE YARN POLYMER, AND YARN POLYMER (United States of America)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 160100006 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME (Argentina)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120170142562 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME (Brazil)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2972803 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME (Canada)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2015800769863 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME (China)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 158763441 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME (European Patent Office)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2017534957 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME (Japan)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020177020779 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME (Republic of Korea)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 104144793 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME (Taiwan R.O.C.)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 14588379 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16400294 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1120170140772 - PROCESS FOR TREATMENT OF NANOPARTICLES OF MINERAL FILLER FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES (Brazil)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 149092793 - PROCESS FOR TREATMENT OF NANOPARTICLES OF MINERAL FILLER FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES (European Patent Office)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 191606854 - PROCESS FOR TREATMENT OF NANOPARTICLES OF MINERAL FILLER FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES (European Patent Office)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número MXa2017008741 - PROCESS FOR TREATMENT OF NANOPARTICLES OF MINERAL FILLER FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES (Mexico)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 15540513 - PROCESS FOR TREATMENT OF NANOPARTICLES OF MINERAL FILLER FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1120170158485 - Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1120170159996 - COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2973724 - Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof (Canada)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2972502 - COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME (Canada)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 167438514 - Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 167038991 - COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2017539620 - Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof (Japan)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2017540564 - COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME (Japan)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2018186692 - Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof (Japan)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020177022516 - Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof (Republic of Korea)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020177021374 - COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME (Republic of Korea)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXA2017009858 - Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof (Mexico)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXA2017009860 - COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME (Mexico)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 15010099 - COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME (United States of America)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15544152 - Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120180028320 - ELECTRON DONOR FOR POL YOLEFIN POLYMERIZATION CATALYSTS AND USES THEREOF (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2016800585544 - ELECTRON DONOR FOR POL YOLEFIN POLYMERIZATION CATALYSTS AND USES THEREOF (China)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 168359149 - ELECTRON DONOR FOR POL YOLEFIN POLYMERIZATION CATALYSTS AND USES THEREOF (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2018506828 - ELECTRON DONOR FOR POL YOLEFIN POLYMERIZATION CATALYSTS AND USES THEREOF (Japan)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15751121 - ELECTRON DONOR FOR POL YOLEFIN POLYMERIZATION CATALYSTS AND USES THEREOF (United States of America)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120170268884 - LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1320190126360 - LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES (Brazil)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2989415 - LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES (Canada)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2016800351842 - LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES (China)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 167328558 - LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2017564684 - LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES (Japan)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020187001164 - LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES (Republic of Korea)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXa2017016045 - LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES (Mexico)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15183240 - LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES (United States of America)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15426863 - LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15633177 - AZIDE-MODIFIED POLYNORBORNENE AS POLYMERIC COUPLING AGENT (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 1120180087564 - Low Emissions Polypropylene (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 3003740 - Low Emissions Polypropylene (Canada)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 168628436 - Low Emissions Polypropylene (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2018522665 - Low Emissions Polypropylene (Japan)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXA2018005548 - Low Emissions Polypropylene (Mexico)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15341461 - Low Emissions Polypropylene (United States of America)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120180741230 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120180741230 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS (Brazil)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 3025263 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS (Canada)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2016800877345 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS (China)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 169033347 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2018561572 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS (Japan)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020187037226 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS (Republic of Korea)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXa2018014356 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS (Mexico)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16303630 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16837667 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120180126292 - ONE-POT PROCESS FOR PREPARING LONG-CHAIN BRANCHED POLYOLEFINS (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 168799567 - ONE-POT PROCESS FOR PREPARING LONG-CHAIN BRANCHED POLYOLEFINS (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16064368 - ONE-POT PROCESS FOR PREPARING LONG-CHAIN BRANCHED POLYOLEFINS (United States of America)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P160103019 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Argentina)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120180064920 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2999787 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Canada)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 008102018 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Chile)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2016800571683 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (China)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número NC20180003097 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Colombia)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número IEPI201823687 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Ecuador)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 167873223 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 181143756 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Hong Kong)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 201837011522 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Índia)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2018536321 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Japan)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020187011308 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Republic of Korea)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXa2018003747 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Mexico)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 0004592018DIN - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Peru)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 11201802490W - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Singapore)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15282169 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (United States of America)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16416336 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Method Claims) (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16416356 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES (Claim 1 and NPBI Claim) (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número P160103991 - DISPOSITIVO INJETOR DE INICIADOR DE POLIMERIZAÇÃO EM REATOR TUBULAR, REATOR TUBULAR PARA POLIMERIZAÇÃO CONTÍNUA DE OLEFINAS, E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE ETILENO (Argentina)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR1120180095630 - DISPOSITIVO INJETOR DE INICIADOR DE POLIMERIZAÇÃO EM REATOR TUBULAR, REATOR TUBULAR PARA POLIMERIZAÇÃO CONTÍNUA DE OLEFINAS, E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE ETILENO (Brazil)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 159109818 - DISPOSITIVO INJETOR DE INICIADOR DE POLIMERIZAÇÃO EM REATOR TUBULAR, REATOR TUBULAR PARA POLIMERIZAÇÃO CONTÍNUA DE OLEFINAS, E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE ETILENO (European Patent Office)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número MXE2018046228 - DISPOSITIVO INJETOR DE INICIADOR DE POLIMERIZAÇÃO EM REATOR TUBULAR, REATOR TUBULAR PARA POLIMERIZAÇÃO CONTÍNUA DE OLEFINAS, E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE ETILENO (Mexico)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16065275 - DISPOSITIVO INJETOR DE INICIADOR DE POLIMERIZAÇÃO EM REATOR TUBULAR, REATOR TUBULAR PARA POLIMERIZAÇÃO CONTÍNUA DE OLEFINAS, E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE ETILENO (United States of America)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número VE000665 - DISPOSITIVO INJETOR DE INICIADOR DE POLIMERIZAÇÃO EM REATOR TUBULAR, REATOR TUBULAR PARA POLIMERIZAÇÃO CONTÍNUA DE OLEFINAS, E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE ETILENO (Venezuela)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteadado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 1120180134872 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 1120180135062 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 1120180134767 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 168826865 - NON-PHTHALATE CATALYST SYSTEM AND ITS USED IN THE POLYMERIZATION OF OLEFINS (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 168826923 - NON-PHTHALATE CATALYST SYSTEM AND ITS USE IN THE POLYMERIZATION OF OLEFINS (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 168826899 - NON-PHTHALATE CATALYST SYSTEM AND ITS USE IN THE POLYMERIZATION OF OLEFINS (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número MXa2018008209 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts (Mexico)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número MXa2018008207 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts (Mexico)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número MXa2018008208 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts (Mexico)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16067346 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts (United States of America)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16067348 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts (United States of America)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16067350 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts (United States of America)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16809413 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2016069295 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts (PCT)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120180133639 - Clear Impact Resistant Polypropylene for Low Melt Flow Processes (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 3008662 - Clear Impact Resistant Polypropylene for Low Melt Flow Processes (Canada)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 168824688 - Clear Impact Resistant Polypropylene for Low Melt Flow Processes (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXA2018008161 - Clear Impact Resistant Polypropylene for Low Melt Flow Processes (Mexico)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 15390005 - Clear Impact Resistant Polypropylene for Low Melt Flow Processes (United States of America)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2017231728 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds (Australia)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120180673234 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds (Brazil)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2017800286000 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds (China)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 177640273 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds (European Patent Office)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 201817032668 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds (India)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2018547961 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds (Japan)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020187027239 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds (Republic of Korea)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1801005306 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds (Thailand)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 15453094 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 15726978 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 15726983 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1120170255545 - VINYLISOMERASE-DEHYDRATASES, ALKENOL DEHYDRATASES, LINALOOL DEHYDRATASES AND/ CROTYL ALCOHOL DEHYDRATASES AND METHODS FOR MAKING AND USING THEM (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 20168424152 - VINYLISOMERASE-DEHYDRATASES, ALKENOL DEHYDRATASES, LINALOOL DEHYDRATASES AND/ CROTYL ALCOHOL DEHYDRATASES AND METHODS FOR MAKING AND USING THEM (China)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número EP168040822 - VINYLISOMERASE-DEHYDRATASES, ALKENOL DEHYDRATASES, LINALOOL DEHYDRATASES AND/ CROTYL ALCOHOL DEHYDRATASES AND METHODS FOR MAKING AND USING THEM (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 15578488 - VINYLISOMERASE-DEHYDRATASES, ALKENOL DEHYDRATASES, LINALOOL DEHYDRATASES AND/ CROTYL ALCOHOL DEHYDRATASES AND METHODS FOR MAKING AND USING THEM (United States of America)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PCTUS2016034488 - VINYLISOMERASE-DEHYDRATASES, ALKENOL DEHYDRATASES, LINALOOL DEHYDRATASES AND/ CROTYL ALCOHOL DEHYDRATASES AND METHODS FOR MAKING AND USING THEM (PCT)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR1020160093783 - CATALISADOR HETEROGÊNEO DE MÚLTIPLOS SÍTIOS, ADEQUADO A REAÇÕES DE POLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E/OU COPOLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E ALFA-OLEFINAS, PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO MESMO, E, PROCESSO DE OBTENÇÃO DE POLIOLEFINAS (Brazil)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2016800850380 - CATALISADOR HETEROGÊNEO DE MÚLTIPLOS SÍTIOS, ADEQUADO A REAÇÕES DE POLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E/OU COPOLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E ALFA-OLEFINAS, PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO MESMO, E, PROCESSO DE OBTENÇÃO DE POLIOLEFINAS (China)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 167297530 - CATALISADOR HETEROGÊNEO DE MÚLTIPLOS SÍTIOS, ADEQUADO A REAÇÕES DE POLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E/OU COPOLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E ALFA-OLEFINAS, PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO MESMO, E, PROCESSO DE OBTENÇÃO DE POLIOLEFINAS (European Patent Office)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2018556477 - CATALISADOR HETEROGÊNEO DE MÚLTIPLOS SÍTIOS, ADEQUADO A REAÇÕES DE POLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E/OU COPOLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E ALFA-OLEFINAS, PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO MESMO, E, PROCESSO DE OBTENÇÃO DE POLIOLEFINAS (Japan)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16097019 - MULTISITE HETEROGENEOUS CATALYST, PROCESS FOR PREPARING THE SAME AND PROCESS FOR OBTAINING POLYOLEFINS USING SAID CATALYST (United States of America)	2036	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número BR1120190208380 - HIGH ETHYLENE RANDOM COPOLYMER WITH NON-MIGRATING OLIGOMERS (Brazil)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 3059070 - HIGH ETHYLENE RANDOM COPOLYMER WITH NON-MIGRATING OLIGOMERS (Canada)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 187813571 - HIGH ETHYLENE RANDOM COPOLYMER WITH NON-MIGRATING OLIGOMERS (European Patent Office)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número MXa2019011918 - HIGH ETHYLENE RANDOM COPOLYMER WITH NON-MIGRATING OLIGOMERS (Mexico)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 15921191 - HIGH ETHYLENE RANDOM COPOLYMER WITH NON-MIGRATING OLIGOMERS (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PCTUS2018022425 - HIGH ETHYLENE RANDOM COPOLYMER WITH NON-MIGRATING OLIGOMERS (PCT)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1120190006338 - FORMATION OF ALKENES THROUGH ENZYMATIC DEHYDRATION OF ALKANOLS (Brazil)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 2017800559915 - FORMATION OF ALKENES THROUGH ENZYMATIC DEHYDRATION OF ALKANOLS (China)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 178283925 - FORMATION OF ALKENES THROUGH ENZYMATIC DEHYDRATION OF ALKANOLS (European Patent Office)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2019501517 - FORMATION OF ALKENES THROUGH ENZYMATIC DEHYDRATION OF ALKANOLS (Japan)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16317406 - FORMATION OF ALKENES THROUGH ENZYMATIC DEHYDRATION OF ALKANOLS (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120190072578 - MICROORGANISMS AND METHODS FOR THE CO-PRODUCTION OF ETHYLENE GLYCOL AND ISOBUTENE (Brazil)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 178598926 - MICROORGANISMS AND METHODS FOR THE CO-PRODUCTION OF ETHYLENE GLYCOL AND ISOBUTENE (European Patent Office)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16341283 - MICROORGANISMS AND METHODS FOR THE CO-PRODUCTION OF ETHYLENE GLYCOL AND ISOBUTENE (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 20170102516 - INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS (Argentina)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120190034021 - INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS (Brazil)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2017800554042 - INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS (China)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 177841632 - INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS (European Patent Office)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2019535422 - INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS (Japan)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXa2019002556 - INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS (Mexico)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15702124 - INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16796417 - Microorganisms and Methods For The Production Of Oxygenated Compounds From Hexoses (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTBR2020050052 - Microorganisms and Methods For The Production Of Oxygenated Compounds From Hexoses (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P170103109 - PROCESS FOR MANUFACTURING A HIGH TENACITY POLYPROPYLENE FIBER (Argentina)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120190093060 - PROCESS FOR MANUFACTURING A HIGH TENACITY POLYPROPYLENE FIBER (Brazil)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2017800826935 - METHOD OF PRODUCING A POLYPROPYLENE YARN, METHOD AND SYSTEM OF HEATING A POLYPROPYLENE YARN, METHOD AND SYSTEM OF HEATING AND STRETCHING A POLYPROPYLENE YARN, SYSTEM OF STRETCHING A POLYPROPYLENE YARN AND METHOD AND SYSTEM OF COOLING A POLYPROPYLENE YARN (China)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 178702593 - PROCESS FOR MANUFACTURING A HIGH TENACITY POLYPROPYLENE FIBER (European Patent Office)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 620200043474 - PROCESS FOR MANUFACTURING A HIGH TENACITY POLYPROPYLENE FIBER (Hong Kong)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 201947022371A - PROCESS FOR MANUFACTURING A HIGH TENACITY POLYPROPYLENE FIBER (India)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 853162017 - PROCESS FOR MANUFACTURING A HIGH TENACITY POLYPROPYLENE FIBER (Paraguay)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2019117747 - METHOD OF PRODUCING A POLYPROPYLENE YARN, METHOD AND SYSTEM OF HEATING A POLYPROPYLENE YARN, METHOD AND SYSTEM OF HEATING AND STRETCHING A POLYPROPYLENE YARN, SYSTEM OF STRETCHING A POLYPROPYLENE YARN AND METHOD AND SYSTEM OF COOLING A POLYPROPYLENE YARN (Russian Federation)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 37476 - PROCESS FOR MANUFACTURING A HIGH TENACITY POLYPROPYLENE FIBER (Uruguay)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 1120190127607 - PROCESS FOR PURIFICATION OF VINYL ACETATE FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF ETHYLENE (Brazil)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16471201 - PROCESS FOR PURIFICATION OF VINYL ACETATE FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF ETHYLENE (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 20170103613 - MODIFIED ETHYLENE VINYL ACETATE COMPOSITIONS, POLYMER BLENDS AND FILMS MADE THEREFROM (Argentina)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número BR1120190124705 - MODIFIED ETHYLENE VINYL ACETATE COMPOSITIONS, POLYMER BLENDS AND FILMS MADE THEREFROM (Brazil)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 178381703 - MODIFIED ETHYLENE VINYL ACETATE COMPOSITIONS, POLYMER BLENDS AND FILMS MADE THEREFROM (European Patent Office)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16472481 - MODIFIED ETHYLENE VINYL ACETATE COMPOSITIONS, POLYMER BLENDS AND FILMS MADE THEREFROM (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR1120190184880 - Two class of non-phthalate donors that contain Ge and Si (Brazil)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 3054918 - Two class of non-phthalate donors that contain Ge and Si (Canada)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 2017800896853 - Two class of non-phthalate donors that contain Ge and Si (China)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 178996252 - Two class of non-phthalate donors that contain Ge and Si (European Patent Office)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 201917037782 - Two class of non-phthalate donors that contain Ge and Si (India)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2019548468 - Two class of non-phthalate donors that contain Ge and Si (Japan)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 20197028799 - Two class of non-phthalate donors that contain Ge and Si (Republic of Korea)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXa2019010509 - Two class of non-phthalate donors that contain Ge and Si (Mexico)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2019131377 - Two class of non-phthalate donors that contain Ge and Si (Russian Federation)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 519410077 - ELECTRON DONORS FOR ZIEGLER-NATTA PRECATALYST PREPARATION AND CATALYST SYSTEM FOR OLEFIN POLYMERIZATION (Saudi Arabia)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1901005484 - Two class of non-phthalate donors that contain Ge and Si (Thailand)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16491098 - ELECTRON DONORS FOR ZIEGLER-NATTA PRECATALYST PREPARATION AND CATALYST SYSTEM FOR OLEFIN POLYMERIZATION (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1020170001644 - SISTEMA CATALÍTICO E PROCESSO PARA PRODUÇÃO DE OLEFINAS LEVES A PARTIR DE ETANOL (Brazil)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16217385 - CATALYTIC SYSTEM AND PROCESS FOR PRODUCTION OF LIGHT OLEFINS FROM ETHANOL (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120200125075 - 3D Printed Porous Parts (Brazil)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16954829 - METHOD OF 3D PRINTING, AND RESULTING ARTICLE HAVING POROUS STRUCTURE (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2018066990 - 3D Printed Porous Parts (PCT)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16796426 - Novel Degradation Pathway for Pentose and Hexose Sugars (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTBR2020050053 - Novel Degradation Pathway for Pentose and Hexose Sugars (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16529578 - THERMOPLASTIC COMPOSITIONS HAVING IMPROVED TOUGHNESS, ARTICLES THEREFROM, AND METHODS THEREOF (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PCTUS2019044722 - Thermoplastic Compositions With Improved Toughness Suitable for 3DP (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número - BORON-BASED ELECTRON DONORS FOR ZIEGLER-NATTA CATALYST SYSTEMS (Brazil)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 188463293 - BORON-BASED ELECTRON DONORS FOR ZIEGLER-NATTA CATALYST SYSTEMS (European Patent Office)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16102653 - BORON-BASED ELECTRON DONORS FOR ZIEGLER-NATTA CATALYST SYSTEMS (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 20180103858 - COMPOSIÇÃO PARA APLICAÇÃO EM PROCESSOS DE ROTOMOLDAGEM, E, USO DA COMPOSIÇÃO (Argentina)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120200129305 - COMPOSIÇÃO PARA APLICAÇÃO EM PROCESSOS DE ROTOMOLDAGEM, E, USO DA COMPOSIÇÃO (Brazil)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTBR2017050402 - COMPOSIÇÃO PARA APLICAÇÃO EM PROCESSOS DE ROTOMOLDAGEM, E, USO DA COMPOSIÇÃO (PCT)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16728772 - Process for introducing catalyst in a polymerization process (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2019039761 - Process for introducing catalyst in a polymerization process (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16791556 - Microorganisms and methods for the production of glycolic acid and glycine via reverse glyoxylate shunt (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTBR2020050041 - Microorganisms and methods for the production of glycolic acid and glycine via reverse glyoxylate shunt (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16729032 - Auxiliaries For Olefin Polymerization (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2019039763 - Auxiliaries For Olefin Polymerization (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P20180103540 - POLYMERIC COMPOSITIONS FOR FOOTWEAR (Argentina)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120200111597 - POLYMERIC COMPOSITIONS FOR FOOTWEAR (Brazil)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16769968 - POLYMERIC COMPOSITIONS FOR FOOTWEAR (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2018001373 - POLYMERIC COMPOSITIONS FOR FOOTWEAR (PCT)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P180101844 - ETHYLENE ALPHA-OLEFIN COPOLYMERS WITH MULTIMODAL MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION AND PROCESSES FOR OBTAINING THE SAME (Argentina)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número BR1120190282858 - ETHYLENE ALPHA-OLEFIN COPOLYMERS WITH MULTIMODAL MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION AND PROCESSES FOR OBTAINING THE SAME (Brazil)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 187454855 - ETHYLENE ALPHA-OLEFIN COPOLYMERS WITH MULTIMODAL MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION AND PROCESSES FOR OBTAINING THE SAME (European Patent Office)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16025418 - ETHYLENE ALPHA-OLEFIN COPOLYMERS WITH MULTIMODAL MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION AND PROCESSES FOR OBTAINING THE SAME (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTBR2018050223 - ETHYLENE ALPHA-OLEFIN COPOLYMERS WITH MULTIMODAL MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION AND PROCESSES FOR OBTAINING THE SAME (PCT)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120200091294 - Process for the recovery of ketones and glycols from fermentation (Brazil)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 188221196 - Process for the recovery of ketones and glycols from fermentation (European Patent Office)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16185432 - Process for the recovery of ketones and glycols from fermentation (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16893218 - Process for the recovery of ketones and glycols from fermentation (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PCTIB2018001250 - Process for the recovery of ketones and glycols from fermentation (PCT)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1020170127737 - Método de obtenção de blendas de PVC e TPU, blendas assim obtidas e uso (Brazil)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTBR1850190 - Método de obtenção de blendas de PVC e TPU, blendas assim obtidas e uso (PCT)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P20190101191 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED SOFT TOUCH PROPERTIES (Argentina)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 108115614 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED SOFT TOUCH PROPERTIES (Taiwan R.O.C.)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16404320 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED SOFT TOUCH PROPERTIES (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2019020015 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED SOFT TOUCH PROPERTIES (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16293090 - Composition for polyolefin foams (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2019020737 - Composition for polyolefin foams (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16351137 - Methods For The Co-production Of Ethylene Glycol And Three Carbon Compounds (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2019021905 - Methods For The Co-Production Of Ethylene Glycol And Three Carbon Compounds (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1120200116947 - High molecular weight polymer having improved crystallization (Brazil)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16219490 - High molecular weight polymer having improved crystallization (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2018065507 - High molecular weight polymer having improved crystallization (PCT)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16230452 - High MFR Coupled Impact Copolymer with High Melt Strength (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2018067230 - High MFR Coupled Impact Copolymer with High Melt Strength (PCT)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P20180103222 - FOAM COMPOSITION WITH IMPROVED PROPERTIES AND APPLICATIONS THEREOF (Argentina)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR112020008242 - FOAM COMPOSITION WITH IMPROVED PROPERTIES AND APPLICATIONS THEREOF (Brazil)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 188122469 - FOAM COMPOSITION WITH IMPROVED PROPERTIES AND APPLICATIONS THEREOF (European Patent Office)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16180978 - FOAM COMPOSITION WITH IMPROVED PROPERTIES AND APPLICATIONS THEREOF (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número P20190101158 - REPROCESSING OF POLYMERIC COMPOSITIONS (Argentina)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 108115104 - REPROCESSING OF POLYMERIC COMPOSITIONS (Taiwan R.O.C.)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16502724 - REPROCESSING OF POLYMERIC COMPOSITIONS (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PCTIB2019020011 - REPROCESSING OF POLYMERIC COMPOSITIONS (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número P20190101157 - Polymeric Additive for Improving Polymer Environmental Stress Cracking Resistance Properties (Argentina)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 108115103 - Polymeric Additive for Improving Polymer Environmental Stress Cracking Resistance Properties (Taiwan R.O.C.)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16502673 - Polymeric Additive for Improving Polymer Environmental Stress Cracking Resistance Properties (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PCTIB2019020010 - Polymeric Additive for Improving Polymer Environmental Stress Cracking Resistance Properties (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número P20190103088 - BLOW MOLDED ARTICLES FORMED FROM POLYOLEFIN COMPOSITIONS (Argentina)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 108138483 - BLOW MOLDED ARTICLES FORMED FROM POLYOLEFIN COMPOSITIONS (Taiwan R.O.C.)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16663121 - BLOW MOLDED ARTICLES FORMED FROM POLYOLEFIN COMPOSITIONS (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PCTIB2019026290 - BLOW MOLDED ARTICLES FORMED FROM POLYOLEFIN COMPOSITIONS (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16378209 - Novel NADH dependent enzyme mutant to convert acetone into isopropanol (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PCTUS1926363 - Novel NADH Dependent Enzyme Mutants To Convert Acetone Into Isopropanol (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 188162168 - POLYOLEFINS HAVING IMPROVED DIMENSIONAL STABILITY IN THREE-DIMENSIONAL PRINTING, ARTICLES FORMED THEREFROM, AND METHODS THEREOF (European Patent Office)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16763907 - POLYOLEFINS HAVING IMPROVED DIMENSIONAL STABILITY IN THREE-DIMENSIONAL PRINTING, ARTICLES FORMED THEREFROM, AND METHODS THEREOF (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P20190101649 - EVA THERMOPLASTIC COMPOUNDS, METHODS THEREOF, AND ARTICLES THEREFROM (Argentina)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 108120538 - EVA THERMOPLASTIC COMPOUNDS, METHODS THEREOF, AND ARTICLES THEREFROM (Taiwan R.O.C.)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16440682 - EVA THERMOPLASTIC COMPOUNDS, METHODS THEREOF, AND ARTICLES THEREFROM (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2019020022 - EVA THERMOPLASTIC COMPOUNDS, METHODS THEREOF, AND ARTICLES THEREFROM (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16954816 - ADDITIVE MANUFACTURING PRESSURE DEVICE, PROCESS AND OBTAINED PARTS THEREOF (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2018066503 - ADDITIVE MANUFACTURING PRESSURE DEVICE, PROCESS AND OBTAINED PARTS THEREOF (PCT)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2019068304 - POLYOLEFIN POWDER FOR SELECTIVE LASER SINTERING (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2019067826 - Processing aid for High Speed Sintering Technology (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16376642 - Raman Spectroscopy and Machine Learning for Automated Quality Control (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PCTUS1926073 - Raman Spectroscopy and Machine Learning for Automated Quality Control (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16954011 - SYSTEM TO MELT AND PRINT A PART IN FDM AND LASER TECHNOLOGY AND METHODS THEREOF (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PCTIB2018001441 - SYSTEM TO MELT AND PRINT A PART IN FDM AND LASER TECHNOLOGY AND METHODS THEREOF (PCT)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 62775492 - COUPLING AGENT MODIFIED POLYOLEFINS TO MAXIMIZE SINTERING AND PART PERFORMANCE IN 3D PRINTING, METHODS THEREOF, AND ARTICLES FORMED THEREFROM (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PCTUS2019064656 - COUPLING AGENT MODIFIED POLYOLEFINS TO MAXIMIZE SINTERING AND PART PERFORMANCE IN 3D PRINTING, METHODS THEREOF, AND ARTICLES FORMED THEREFROM (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número 16958302 - HIGH PERFORMANCE POLYOLEFIN FOR MATERIAL EXTRUSION (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número PCTUS2018067257 - HIGH PERFORMANCE POLYOLEFIN FOR MATERIAL EXTRUSION (PCT)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16728509 - Modulation Of Carbon Flux Through The MEG and C3 Pathways For The Improved Production Of Monoethylene Glycol and C3 Compounds (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTBR2019050570 - MODULATION OF CARBON FLUX THROUGH THE MEG AND C3 PATHWAYS FOR THE IMPROVED PRODUCTION OF MONOETHYLENE GLYCOL AND C3 COMPOUNDS (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16721237 - INTELLIGENT COMPOSITIONS, PACKAGING, AND METHODS THEREOF (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2020020003 - INTELLIGENT COMPOSITIONS, PACKAGING, AND METHODS THEREOF (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 62910620 - Polyethylene Copolymers and Products and Methods Thereof (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P20190101549 - Recycling Processes For Laminates And Multi-Layers (Argentina)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16432676 - Recycling Processes For Laminates And Multi-Layers (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2019020019 - Recycling Processes For Laminates And Multi-Layers (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P20190100997 - Biobased Elastomeric EVA Compositions And Articles And Methods Thereof (Argentina)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16385918 - BIO-BASED ELASTOMERIC EVA COMPOSITIONS AND ARTICLES AND METHODS THEREOF (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2019020007 - Bio-based Elastomeric EVA Compositions and Articles and Methods Thereof (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P20190100996 - Biobased EVA Co-Polymer Applications (FILED: "BIO-BASED EVA COMPOSITIONS AND ARTICLES AND METHODS THEREOF") (Argentina)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 197217110 - Bio-based EVA Compositions And Articles And Methods Thereof (European Patent Office)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16385767 - Bio-based EVA Compositions And Articles And Methods Thereof (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2019020006 - Biobased EVA Compositions And Articles And Methods Thereof (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15953247 - AZIDE-MODIFIED POLYNORBORNENE AS POLYMERIC COUPLING AGENT (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120190214062 - AZIDE-MODIFIED OLEFINS AS POLYMERIC COUPLING AGENT (Brazil)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 3060007 - AZIDE-MODIFIED OLEFINS AS POLYMERIC COUPLING AGENT (Canada)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 187847884 - AZIDE-MODIFIED OLEFINS AS POLYMERIC COUPLING AGENT (European Patent Office)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número MXa2019012143 - AZIDE-MODIFIED OLEFINS AS POLYMERIC COUPLING AGENT (Mexico)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15953284 - AZIDE-MODIFIED OLEFINS AS POLYMERIC COUPLING AGENT (United States of America)	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2020020005 - HETEROPHASIC PROPYLENE COPOLYMERS, METHODS, FILMS AND ARTICLES THEREOF (RAHECO for blown film) (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P20190102088 - Terpolymers for Caps and Closures (Argentina)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2019020025 - Terpolymers for Caps and Closures (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16690511 - Random copolymer HMS PP for injection stretch blow molding (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2019062572 - Random copolymer HMS PP for injection stretch blow molding (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2019039760 - Heterophasic Polypropylene Composition for Crates and Pails, Articles And Methods Thereof (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número P20200100458 - No Break Polypropylene Impact Copolymers with Melt Flow Rate higher than 100 g/10 min (Argentina)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16794564 - No Break Polypropylene Impact Copolymers with Melt Flow Rate higher than 100 g/10 min (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2020020011 - No Break Polypropylene Impact Copolymers with Melt Flow Rate higher than 100 g/10 min (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16692433 - Blends Of Polyolefins With Functionalized Polybutadienes (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2019062805 - Blends Of Polyolefins With Functionalized Polybutadienes (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P20190103346 - EVA-Containing Compositions With Improved Mechanical Properties And Articles And Methods Thereof (Argentina)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16682869 - EVA-Containing Compositions With Improved Mechanical Properties And Articles And Methods Thereof (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2019026292 - EVA-Containing Compositions With Improved Mechanical Properties And Articles And Methods Thereof (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16728802 - Continuous Feed Of Antistatic Agent For Gas Phase Polymerization Process (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PCTIB2019039762 - Continuous Feed Of Antistatic Agent For Gas Phase Polymerization Process (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 62847097 - PROPYLENE-BASED COPOLYMER PRODUCT (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 15931296 - PROPYLENE-BASED COPOLYMER PRODUCT (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2020020021 - PROPYLENE-BASED COPOLYMER PRODUCT (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número P20190102559 - LOW IMPACT CO2 EMISSION POLYMER COMPOSITIONS AND METHODS OF PREPARING SAME (Argentina)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 108132439 - LOW IMPACT CO2 EMISSION POLYMER COMPOSITIONS AND METHODS OF PREPARING SAME (Taiwan R.O.C.)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16564415 - LOW IMPACT CO2 EMISSION POLYMER COMPOSITIONS AND METHODS OF PREPARING SAME (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2019026281 - LOW IMPACT CO2 EMISSION POLYMER COMPOSITIONS AND METHODS OF PREPARING SAME (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16841312 - Metabolic engineering for simultaneous consumption of xylose and glucose for production of chemicals from Second generation sugar (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PCTBR2020050115 - Metabolic engineering for simultaneous consumption of xylose and glucose for production of chemicals from Second generation sugar (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16806728 - Method For The In Vivo Synthesis Of 4-Hydroxymethylfurfural And 2,4-Furandicarboxylic Acid. (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTBR2020050064 - Method For The In Vivo Synthesis Of 4-Hydroxymethylfurfural And 2,4-Furandicarboxylic Acid. (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16820306 - Extrusion Coating Resin From Tubular Reactor (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2020020013 - EXTRUSION COATING RESIN MADE FROM TUBULAR REACTOR (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTBR2019050433 - SUPPORT FOR CERAMIC COATING PLATES WITH INCORPORATION OF SOLID WASTE FROM PURE TREATMENT (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16719833 - Co-Production Pathway for 3-HPA and Acetyl-CoA Derivatives From Malonate Semialdehyde (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2019067299 - CO-PRODUCTION PATHWAY FOR 3-HPA AND ACETYL-COA DERIVATIVES FROM MALONATE SEMIALDEHYDE (PCT)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 62863040 - Solids Conveying With Multi-Diameter Piping Circuit (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16904334 - Solids Conveying With Multi-Diameter Piping Circuit (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTUS2020038465 - Solids Conveying With Multi-Diameter Piping Circuit (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1120140130671 - Internal Electron Donor For Olefin Polymerization Catalysts, Method Of Making And Using The Same (Brazil)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 128140530 - Internal Electron Donor For Olefin Polymerization Catalysts, Method Of Making And Using The Same (European Patent Office)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2014545006 - Internal Electron Donor For Olefin Polymerization Catalysts, Method Of Making And Using The Same (Japan)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020147017546 - Internal Electron Donor For Olefin Polymerization Catalysts, Method Of Making And Using The Same (Republic of Korea)	2032	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 13307215 - Internal Donor Structure For Olefin Polymerization Catalysts And Methods Of Making And Using Same (United States of America)	2031	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 14255050 - Internal Donor Structure For Olefin Polymerization Catalysts And Methods Of Making And Using Same (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 14944587 - Internal Donor Structure For Olefin Polymerization Catalysts And Methods Of Making And Using Same (United States of America)	2035	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 15407829 - Internal Donor Structure For Olefin Polymerization Catalysts And Methods Of Making And Using Same (United States of America)	2037	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 12714686 - Internal and External Donor Compounds For Olefin Polymerization Catalysts III (United States of America)	2030	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16791788 - Hot Melt Adhesive Films Comprising Biobased EVA, Methods and Articles Thereof (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2020020009 - Hot Melt Adhesive Films Comprising Biobased EVA, Methods and Articles Thereof (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 097899413 - Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts (Belgium)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PI09166483 - Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts (Brazil)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2009801298161 - Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts (China)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2015102180215 - Internal Electron Donor For Olefin Polymerization Catalyst (China)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 6020090144936 - Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts (Germany)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 097899413 - Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts (Spain)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 097899413 - Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts (France)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 097899413 - Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts (United Kingdom)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 097899413 - Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts (Italy)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 2011521147 - Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts (Japan)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 1020117004406 - Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts (Republic of Korea)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 097899413 - Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts (Netherlands)	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 12181907 - Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts (United States of America)	2028	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16881519 - Azide-Functionalized Polymer and Process of Making and Using Thereof (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número PCTUS2020034234 - Azide-Functionalized Polymer and Process of Making and Using Thereof (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16706411 - ZIEGLER-NATTA CATALYST SYSTEM AND METHODS OF CONTROL PARTICLE SIZE (United States of America)	2039	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16905373 - METHODS OF CONTROLLING ZIEGLER-NATTA PRE-CATALYST PARTICLES FORMATION AND USE FOR OLEFIN POLYMERIZATION (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2020020023 - SOLVENT SYSTEMS AND METHODS THEREOF (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 14457571 - Combined Internal Donor System For Ziegler-Natta Polyolefin Catalysts And Methods Of Making And Using Same (United States of America)	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2020020026 - HOT MELT ADHESIVE COMPOSITIONS COMPRISING BIOBASED EVA, METHODS AND ARTICLES THEREOF (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número 16883699 - RAILWAY SLEEPERS AND METHODS THEREOF (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número PCTIB2020020027 - RAILWAY SLEEPERS AND METHODS THEREOF (PCT)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado
Documento número BR1020200058339 - EQUIPAMENTO PARA DESPEJO DE RESÍDUOS E MÉTODO DE PRODUÇÃO DE UM EQUIPAMENTO PARA DESPEJO DE RESÍDUOS (Brazil)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número 16900223 - High Flow Rotomolding Compound (United States of America)	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Registro de Desenho Industrial

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número DI6404231-6 - CONFIGURAÇÃO ORNAMENTAL APLICADA EM RECIPIENTE	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número DI6404295-2 - CONFIGURAÇÃO ORNAMENTAL APLICADA EM RECIPIENTE.	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número DI6404403-3 - CONFIGURAÇÃO ORNAMENTAL APLICADA EM RECIPIENTE	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número DI6404404-1 - CONFIGURAÇÃO ORNAMENTAL APLICADA EM RECIPIENTE	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número DI6404293-6 - CONFIGURAÇÃO ORNAMENTAL APLICADA EM RECIPIENTE	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número DI6404402-5 - CONFIGURAÇÃO ORNAMENTAL APLICADA EM RECIPIENTE	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número DI6404296-0 - CONFIGURAÇÃO ORNAMENTAL APLICADA EM RECIPIENTE.	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número DI6404294-4 - CONFIGURAÇÃO ORNAMENTAL APLICADA EM RECIPIENTE	2029	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número DI6902093-0 - CONFIGURAÇÃO APLICADA A CONJUNTO DE POTE E TAMPA	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número DI6902094-9 - CONFIGURAÇÃO APLICADA A CONJUNTO DE POTE E TAMPA	2034	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR302013001757-5 - CONFIGURAÇÃO aplicada em cadeia	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR302013001756-7 - CONFIGURAÇÃO aplicada em chaise longue	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número BR302013001755-9 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM POLTORNA	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR302013001917-9 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM MESAS	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR302013001920-9 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM MOBILIÁRIO	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR302013001921-7 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM MOBILIÁRIO	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR302013002156-4 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM MESA	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR302013002157-2 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM CADEIRA	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR302013002158-0 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM POLTRONA	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número BR302013002159-9 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM CHAISE LONGUE	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR302013005390-3 - CONFIGURAÇÃO aplicada em embalagem	2038	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR 30 2015 001182 3 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM BANCO	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR 30 2015 001181 5 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM MESA	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR 30 2015 001178 5 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM CARTEIRA	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR 30 2015 001179 3 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM CADEIRA	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR 30 2015 001180 7 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM CADEIRA	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Documento número BR 30 2015 001176 9 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM MESA	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR 32 2016 003619 8 - CONFIGURAÇÃO APLICADA EM MESA	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR 30 2015 004499 3 - CONFIGURAÇÃO APLICADA A MESA	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR 30 2015 004500 0 - CONFIGURAÇÃO APLICADA A CADEIRA	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Documento número BR 30 2015 004501 9 - CONFIGURAÇÃO APLICADA A BANCO	2040	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

Marcas

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - África do Sul	22/07/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "UTEC" - Registrada na classe 01 - África do Sul	12/12/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Alemanha	30/09/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "B" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Angola	07/01/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Angola	22/08/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Pedidos nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Angola	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Angola	07/01/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "Braskem" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Angola	07/01/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca figurativa (folha em balão I'm Green) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Argentina	03/06/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Braskem" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Argentina	12/02/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Argentina	07/05/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Argentina	05/02/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "Braskem Amppleo" - Registrada na classe 01 - Argentina	06/11/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Amppleo" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Argentina	19/01/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Amppleo" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Argentina	07/11/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Evance" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Argentina	10/09/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Argentina	18/05/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Argentina	07/11/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Braskem Hiclare" - Pedido na classe 01 - Argentina	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "Braskem Maxio" - Registrada na classe 01 - Argentina	28/11/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Maxio" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Argentina	20/12/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Pluris" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Argentina	18/05/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Pluris" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Argentina	07/11/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Prisma" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Argentina	18/05/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Prisma" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Argentina	07/11/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Rigeo" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Argentina	23/10/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Rigeo" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Argentina	07/11/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Rigeo Lumios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Argentina	23/10/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Rigeo Lumios" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Argentina	07/11/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Rigeo Sensia" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Argentina	27/09/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Argentina	18/05/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Argentina	07/11/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Argentina	03/06/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Argentina	03/06/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "I'm Green" - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Argentina	10/06/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green Plastic Renewable Source Carbon Reductions Braskem" - Registradas nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Argentina	09/03/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante da estratégia de proteção da companhia e o registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "I'm Green Plastic Renewable Source Carbon Reductions Braskem" - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Argentina	13/04/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante da estratégia de proteção da companhia e o registro de logomarca atualizada, na mesma classe.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Argentina	28/06/2020	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "UTEC" - Registrada na classe 01 - Argentina	19/12/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "I'm Green" - Registrada nas classes 16 e 21 - Austrália	26/02/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Austrália	04/08/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Austria	28/01/2018	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Flexus" - Registrada na classe 01 - Benelux	09/09/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Symbios" - Registrada na classe 01 - Benelux	09/09/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Benelux	26/09/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "B" - Pedido na classe 01 - Bolívia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "B" - Registrada na classe 37 - Bolívia	08/07/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40, 42 - Bolívia	21/10/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "Braskem" - Registrada nas classes 01, 17, 37, 40 e 42 - Bolívia	15/12/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Braskem" - Pedido na classe 35 - Bolívia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registradas nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Bolívia	18/05/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Pedido nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Bolívia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem Evance" - Pedido na classe 17 - Bolívia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Bolívia	21/07/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Bolívia	10/11/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo atual) - Pedido na classe 01 - Bolívia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Bolívia	46589	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Bolívia	45970	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo atual) - Pedido na classe 01 - Bolívia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Pedido na classe 01 - Bolívia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Pedido na classe 01 - Bolívia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "BRASKEM" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Canadá	10/08/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM" - Registrada na classe 01 - Canadá	18/09/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM AMPPLEO" - Registrada na classe 01 - Canadá	18/09/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM AMPPLEO" - Registrada na classe 01 - Canadá	18/09/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM EVANCE" - Registrada na classe 01 - Canadá	18/09/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.


Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "BRASKEM HICLARE" - Pedido na classe 01 - Canadá	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "BRASKEM PRISMA" - Registrada na classe 01 - Canadá	04/11/2031	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM PRISMA" - Registrada na classe 01 - Canadá	18/09/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM RIGEO" - Registrada na classe 01 - Canadá	18/09/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM RIGEO LUMIOS" - Registrada na classe 01 - Canadá	18/09/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM RIGEO SENSIA" - Pedido na classe 01 - Canadá	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Pedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Canadá	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Pedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Canadá	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Canadá	16/06/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "UTEC" - Registrada na classe 01 - Canadá	06/05/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "UTEC" - Registrada na classe 01 - Canadá	18/05/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01,17, 35, 37, 40 e 42 - Chile	26/06/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "Braskem" - Registrada nas classes 01,17, 35, 37, 40 e 42 - Chile	26/06/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01,17, 35, 37, 40 e 42 - Chile	22/02/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Registrada nas classes 01,17, 35, 37, 40 e 42 - Chile	12/12/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Evance" - Registrada na classe 17 - Chile	12/11/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Chile	11/07/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Chile	16/08/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Chile	46579	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Chile	46981	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Chile	10/06/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Pedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Chile	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Chile	10/03/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "UTEC" - Registrada na classe 01 - Chile	03/09/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "UTEC" - Registrada na classe 01 - Chile	11/03/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01,17, 35, 37, 40 e 42 - China	20/04/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Registrada nas classes 35 e 42 - China	27/03/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Pedido nas classes 01,17, 37 e 40 - China	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01,17, 35, 37, 40 e 42 - China	06/04/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "Braskem"- Registrada nas classes 01,17, 35, 37, 40 e 42 - China	27/04/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Idealis" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - China	20/02/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Idealis" (logo atual) - Registrada na classe 01 - China	13/11/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Pedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Chile	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Pedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Chile	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo recycled) - Pedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19, 40 e 42 - China	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo bio-based) - Pedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19, 40 e 42 - China	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - China	14/11/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "UTEC" - Registrada na classe 01 - China	13/05/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM"(logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Colômbia	04/09/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "BRASKEM"(logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40, 42 - Colômbia	28/12/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "BRASKEM"(logo atual) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40, 42 - Colômbia	12/02/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40, 42 - Colômbia	04/09/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM AMPPLEO" - Registrada na classe 01 - Colômbia	30/03/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM AMPPLEO" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Colômbia	31/07/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "BRASKEM AMPPLEO" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Colômbia	10/09/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM EVANCE" (logo atual) - Registrada na classe 17 - Colômbia	28/11/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM FLEXUS" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Colômbia	29/03/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "BRASKEM FLEXUS" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Colômbia	01/05/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM RIGEO" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Colômbia	30/11/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "BRASKEM RIGEO" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Colômbia	10/09/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
<p>Marca mista "BRASKEM RIGEO LUMIOS" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Colômbia</p> 	15/11/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
<p>Marca mista "BRASKEM RIGEO LUMIOS" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Colômbia</p>	10/09/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
<p>Marca mista "BRASKEM RIGEO SENSIA" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Colômbia</p>	07/06/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
<p>Marca mista "BRASKEM SYMBIOS" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Colômbia</p>	29/03/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
<p>Marca mista "BRASKEM SYMBIOS" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Colômbia</p>	04/07/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
<p>Marca mista "BRASKEM SYMBIOS" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Colômbia</p>	31/05/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
<p>Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Colômbia</p>	04/10/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
<p>Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Colômbia</p>	18/11/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
<p>Marca mista "NEO PVC" - Registrada na classe 42 - Colômbia</p>	30/04/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
<p>Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Registrada na classe 01 - Costa Rica</p>	06/12/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Registrada na classe 01 - Costa Rica	06/12/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Dinamarca	31/10/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Registrada na classe 01 - El Salvador	18/03/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Registrada na classe 01 - El Salvador	19/03/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Braskem" - Registrada na classe 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Equador	29/07/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01,17, 35, 37, 40 e 42 - Equador	29/07/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01,17, 35,37, 40 e 42 - Equador	30/10/2025 - 17/05/2027 - 02/02/2026 - 18/01/2026 - 12/05/2027 - 17/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Pedido nas classes 01,17, 35,37, 40 e 42 - Equador	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem Evance" (logo atual) - Registrada na classe 17 - Equador	13/08/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "I'm Green" - Pedido na classe 01 - Equador	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Espanha	10/09/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Espanha	10/09/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Espanha	04/10/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca figurativa (folha em balão I'm Green) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Estados Unidos	25/02/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BEUX" - Pedido na classe 35 - Estados Unidos	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "BEUX" - Pedido na classe 35 - Estados Unidos	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem" (logo antigo) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Estados Unidos	12/09/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo nova) - Pedido nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Estados Unidos	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "Braskem" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Estados Unidos	07/09/2020	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.


Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "BRASKEM AMPPLEO" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Estados Unidos	03/04/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "BRASKEM AMPPLEO" - Registrada na classe 01 - Estados Unidos	10/04/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM AMPPLEO" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Estados Unidos	28/05/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM EVANCE" (logo atual) - Pedido na classe 17 - Estados Unidos	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "BRASKEM HICLARE" - Pedido na classe 01 - Estados Unidos	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "BRASKEM IDEALIS" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Estados Unidos	15/10/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM MAXIO" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Estados Unidos	17/03/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "BRASKEM MAXIO" - Registrada na classe 01 - Estados Unidos	17/03/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM PRISMA" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Estados Unidos	28/01/2030	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM PRISMA" - Pedido na classe 01 - Estados Unidos	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "BRASKEM RIGEO" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Estados Unidos	21/05/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM RIGEO LUMIOS" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Estados Unidos	06/08/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM RIGEO SENSIA" (logo atual) - Pedido na classe 01 - Estados Unidos	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Estados Unidos	26/11/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "I'm Green" - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Estados Unidos	25/02/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Estados Unidos	25/02/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo recycled) - Pedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19, 40 e 42 - Estados Unidos	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo bio-based) - Pedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19, 40 e 42 - Estados Unidos	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "I'm Green" - Registrada nas classes 16 e 21- Estados Unidos	18/09/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "I'm Green Plastic Renewable Source Carbon Reduction Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42	18/02/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante da estratégia da companhia de descontinuar o uso da marca.
Marca mista "I'm Green Plastic Renewable Source Carbon Reduction Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42	04/07/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante da estratégia da companhia de descontinuar o uso da marca.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Estados Unidos	14/07/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "MEDCOL" - Pedido na classe 01 - Estados Unidos	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Printing the Future" - Pedido nas classes 01 e 02 - Estados Unidos	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "UTEC" - Registrada na classe 01 - Estados Unidos	07/04/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha em balão) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19, 42 - União Europeia	21/06/2030	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "B" - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19, 42 - União Europeia	26/12/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "BEUX" - Registrada na classe 35 - União Europeia	20/06/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BEUX" - Registrada na classe 35 - União Europeia	20/06/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Registrada nas classes 01,17, 35, 37, 40 e 42 - União Europeia	21/08/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01,17, 35, 37, 40 e 42 - União Europeia	06/03/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "Braskem" - Registrada nas classes 01,17, 35, 37, 40 e 42 - União Europeia	26/12/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01,17, 35, 37, 40 e 42 - União Europeia	26/12/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "Braskem Amppleo" - Registrada na classe 01 - União Europeia	10/10/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Amppleo" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - União Europeia	08/11/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Amppleo" (logo atual) - Registrada na classe 01 - União Europeia	06/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Evance" (logo atual) - Registrada na classe 17 - União Europeia	12/04/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - União Europeia	26/01/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo atual) - Registrada na classe 01 - União Europeia	06/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Braskem Hiclaré" - Registrada na classe 01 - União Europeia	08/05/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Idealis" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - União Europeia	17/05/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Idealis" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - União Europeia	19/01/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Idealis" (logo nova) - Registrada na classe 01 - União Europeia	06/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Braskem Maxio" - Registrada na classe 01 - União Europeia	30/08/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Maxio" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - União Europeia	25/09/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "Braskem Prisma" - Registrada na classe 01 - União Europeia	24/07/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Prisma" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - União Europeia	24/07/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Prisma" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - União Europeia	26/01/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Prisma" (logo atual) - Registrada na classe 01 - União Europeia	06/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Rigeo" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - União Europeia	17/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Rigeo" (logo atual) - Registrada na classe 01 - União Europeia	06/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Rigeo Lumios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - União Europeia	17/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
 Marca mista "Braskem Rigeo Lumios" (logo atual) - Registrada na classe 01 - União Europeia	06/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Rigeo Sensia" (logo atual) - Registrada na classe 01 - União Europeia	13/11/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - União Europeia	19/01/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo atual) - Registrada na classe 01 - União Europeia	06/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "I'm Green" - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19, 42 - União Europeia	21/06/2020	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "I'm Green" (logo folha em balão) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19, 42 - União Europeia	21/06/2020	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19, 42 - União Europeia	21/06/2020	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo recycled an bio-based) - Pedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19, 42 - União Europeia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo recycled) - Pedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19, 42 - União Europeia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green Plastic Renewable Source Carbon Reduction Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19, 42 - União Europeia	22/05/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante da estratégia da companhia e o registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - União Europeia	29/09/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "MEDCOL" - Registrada na classe 01 - União Europeia	23/04/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "PRINTING THE FUTURE" - Registrada nas classes 01 e 02 - União Europeia	24/04/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.


Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "UTEC" - Registrada na classe 01 - União Europeia	18/12/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - França	30/09/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Registrada na classe 01 - Guatemala	06/08/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Registrada na classe 01 - Guatemala	06/08/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Registrada na classe 01 - Honduras	06/08/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Pedido na classe 01 - Honduras	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Hong Kong	09/10/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Braskem" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Índia	13/01/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Índia	13/01/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Índia	05/03/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Índia	19/08/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Índia	04/08/2017	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "UTEC" - Registrada na classe 01 - Índia	20/05/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Pedido nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Indonésia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Pedido nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Indonésia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo atual) - Pedido na classe 01 - Indonésia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Indonésia	06/09/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Indonésia	25/01/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo atual) - Pedido na classe 01 - Indonésia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Indonésia	06/09/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto, caso o registro da logomarca atualizada seja cconcedido.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Indonésia	25/01/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto, caso o registro da logomarca atualizada seja cconcedido.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Itália	17/09/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto, caso o registro da logomarca atualizada seja cconcedido.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Itália	17/09/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto, caso o registro da logomarca atualizada seja cconcedido.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Itália	11/10/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca figurativa "I'm Green" (folha) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Japão	03/02/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Japão	12/12/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "Braskem" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Japão	12/12/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Japão	31/07/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Japão	01/06/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Registrada na classe 01, 16, 17, 18, 19 42 - Japão	03/02/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "I'm Green" - Registrada na classe 01, 16, 17, 18, 19, 42 - Japão	03/02/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Registrada na classe 01, 16, 17, 18, 19, 42 - Japão	02/02/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Braskem Plastic Renewable Source Carbon Reduction Braskem" (logo antiga) - Registrada na classe 01, 16, 17, 18, 19, 42 - Japão	09/03/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante da estratégia da companhia e o registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "I'm Braskem Plastic Renewable Source Carbon Reduction Braskem" (logo antiga) - Registrada na classe 01, 16, 17, 18, 19, 42 - Japão	08/01/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante da estratégia da companhia e o registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Japão	21/11/2017	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "B" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - México	11/02/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BEUX" - Pedido na classe 35 - México	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "BEUX" - Pedido na classe 35 - México	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada na classe 36 - México	05/02/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42	04/03/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42	21/08/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - México	11/02/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42	11/02/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "BRASKEM AMPPLEO" - Registrada na classe 01 - México	11/10/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Amppleo" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - México	10/11/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Amppleo" (logo atual) - Registrada na classe 01 - México	07/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Evance" (logo atual) - Registrada na classe 17 - México	12/04/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM FLEXUS" - Registrada na classe 01 - México	18/09/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - México	17/01/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo atual) - Registrada na classe 01 - México	07/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM PRISMA" - Registrada na classe 01 - México	05/08/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Prisma" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - México	05/08/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Prisma" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - México	17/01/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Prisma" (logo atual) - Registrada na classe 01 - México	07/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Rigeo" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - México	18/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Rigeo" (logo atual) - Registrada na classe 01 - México	07/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Rigeo Lumios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - México	18/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
 Marca mista "Braskem Rigeo Lumios" (logo atual) - Registrada na classe 01 - México	07/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "BRASKEM RIGEO SENSIA" - Registrada na classe 01 - México	14/11/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM SYMBIOS" - Registrada na classe 01 - México	18/09/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - México	17/01/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo atual) - Registrada na classe 01 - México	07/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green Plastic Renewable Source Carbon Reductions Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18 e 42 - México	22/06/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - México	22/06/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo recycled) - Pedido nas classes 01, 17, 40 e 42 - México	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo recycled and bio-based) - Pedido nas classes 01, 17, 40 e 42 - México	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "IM GREEN" - Registrada nas classes 16 e 21 - México	17/07/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Imprimiendo el Futuro" (logo folha) - Registrada nas classes 01 e 02 - México	26/04/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - México	28/09/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Pedido na classe 01 - Nicarágua	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Pedido na classe 01 - Nicarágua	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Noruega	17/06/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Nova Zelândia	31/07/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Pedido na classe 01 - Panamá	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Pedido na classe 01 - Panamá	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Paraguai	10/12/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "BRASKEM" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Paraguai	05/12/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Paraguai	07/03/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Registrada nas classes 01, 17, 35 e 42 - Paraguai	30/11/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Pedido nas classes 37 e 40 - Paraguai	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem Evance" (logo atual) - Registrada na classe 17 - Paraguai	13/05/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Registrada na classe 01 - Paraguai	17/07/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Registrada na classe 01 - Paraguai	28/08/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Paraguai	20/03/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "NORVIC" - Registrada na classe 01 - Paraguai	24/03/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registro na classe 01, 17, 35, 37, 40, 42 - Peru	15/05/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "BRASKEM" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Peru	10/06/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Peru	10/09/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem" (logo folha) - Registro na classe 01, 17, 35, 37, 40, 42 - Peru	13/12/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Evance" - Registro na classe 17 - Peru	06/06/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Pedido na classe 01 - Peru	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Pedido na classe 01 - Peru	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Polônia	22/07/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Portugal	14/09/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Portugal	14/09/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Portugal	08/08/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Reino Unido	13/09/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Reino Unido	13/09/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Reino Unido	25/09/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo atual - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40, 42 - República da Coréia	10/12/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40, 42 - República da Coréia	11/07/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo antiga - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40, 42 - República da Coréia	14/07/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "Braskem" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40, 42 - República da Coréia	09/03/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Inspire" - Registrada na classe 01 - República da Coréia	30/06/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Rússia	05/08/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Singapura	09/10/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Suécia	23/07/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "INSPIRE'm Inspire" (logo folha) - Registro na classe 01 - Suíça	12/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "UTEC" - Registrada na classe 01 - Suíça	18/12/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40, 42 - Tailândia	06/03/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "BRASKEM" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Tailândia	06/04/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40, 42 - Tailândia	06/04/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Pedido nas classes 01, 17, 35, 37, 40, 42 - Tailândia	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Tailândia	21/08/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "UTEC" - Registrada na classe 01 - Tailândia	31/05/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Taiwan	30/09/2018	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Uruguai	26/04/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca nominativa "Braskem" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Uruguai	01/11/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Uruguai	12/10/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe.
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Uruguai	16/08/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca "Braskem Evance" (logo atual) - Pedido na classe 17 - Uruguai	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Pedido na classe 01 - Uruguai	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Pedido na classe 01 - Uruguai	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe 01 - Uruguai	27/05/2018	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "NORVIC" - Registrada na classe 01 - Uruguai	08/05/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "B" - Registrada na classe 40 - Venezuela	06/05/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Venezuela	27/02/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "BRASKEM" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37 e 40 - Venezuela	27/02/2013	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe
Marca mista "BRASKEM" (logo antiga) - Pedido nas classes 01, 17, 35, 37 e 40 - Venezuela	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "BRASKEM" (logo atual) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37 e 40 - Venezuela	10/04/2034	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Pedido na classe 01 - Venezuela	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Venezuela	10/11/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Venezuela	10/11/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Venezuela	10/11/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Flexus" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Venezuela	10/04/2034	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antigo) - Pedido na classe 01 - Venezuela	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo atual) - Registrada na classe 01 - Venezuela	10/04/2034	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Symbios" (logo atual) - Registrada na classe 17 - Venezuela	19/06/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe
Marca nominativa "INSPIRE" - Registrada na classe '01/10.90 - Brasil	22/08/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "POLIOLEFINAS" - Registrada na classe '01/10.90 - Brasil	10/02/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "POLITENO" - Registrada na classe NCL(8) 01 - Brasil	19/01/2022	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "NORVIC" - Registrada na classe '01/10 - Brasil	25/11/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "UNILENE" - Registrada na classe NCL(8) 04 - Brasil	27/10/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Evateno" - Registrada na classe 01/10/90 - Brasil	15/01/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "ISOPARAFINA" - Registrada na classe 03.10.20 - Brasil	07/11/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "COPESUL" - Registrada na classe NCL(8) 01 - Brasil	25/09/2020	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "UTEC" - Registrada na classe '01/75.85.90 - Brasil	18/05/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "UNILENE" - Registrada na classe '01/10 - Brasil	09/11/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "COPENE" - Registrada na classe 01.90 - Brasil	02/04/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "TRIKEM" - Registrada nas classes 01 e 17 - Brasil	10/04/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "POLITENO" - Registrada nas classes 01 e 17 - Brasil	10/04/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "UNILENE" - Registrada na classe 01 - Brasil	20/11/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM" - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Brasil	13/03/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Projetando com PVC" - Registrada nas classes 16, 38 e 41 - Brasil	21/01/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Flexus" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Brasil	11/09/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Symbios" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Brasil	02/02/2020	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem +" - Registrada na classe 35 - Brasil	26/04/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca figurativa - Registrada nas classe 35 e 42 - Brasil	25/11/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Pluris" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Brasil	30/10/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Prisma" (logo antiga) - Registrada na classe 01 - Brasil	30/10/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "PETROQUÍMICA PAULÍNIA" - Registrada na classe 01 - Brasil	23/10/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Ecovela Braskem" - Registrada na classe NCL(8) 41 - Brasil	20/11/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Processa +" - Registrada na classe 01 - Brasil	19/02/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Idealis" (logo antiga) - Registrada na classe NCL(8) 01 - Brasil	11/05/2030	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "PRÊMIO BRASKEM CULTURA E ARTE - Registrada na classe 41 - Brasil	13/09/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "PRÊMIO BRASKEM DE TEATRO" - Registrada na classe 41 - Brasil	13/09/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "PRÊMIO BRASKEM EM CENA" - Registrada na classe 41 - Brasil	13/09/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "NEO PVC" - Registrada na classe 42 - Brasil	17/11/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "HIFRESH" - Registrada na classe 01 e 40 - Brasil	22/12/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Plastilon" - Registrada na classe 01, 19 e 35 - Brasil	05/03/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "I'm Green" - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Brasil	14/05/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha em balão) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Brasil	14/05/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo folha) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Brasil	14/05/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo balão) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Brasil	14/05/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "I'm Green Plastic Renewable Source Carbon Reduction (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Brasil	11/06/2023	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe
Marca nominativa "VISIO BRASKEM" - Registrada na classe 35 - Brasil	12/08/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "VISIO BRASKEM" - Registrada na classe 35 - Brasil	21/10/2024	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "I'm Green Plástico" - Registrada nas classes 01 e 17 - Brasil	19/05/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green Plástico" - Registrada nas classes 01 e 17 - Brasil	19/05/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "UNILENE" - Registrada na classe NCL(10) 17 - Brasil	10/03/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "UTEC" - Registrada na classe 01 - Brasil	24/03/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "UNILENE" - Registrada nas classes 01, 04 e 17 - Brasil	16/11/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "BRASKEM MAXIO" - Registrada na classe NCL(10) 01 - Brasil	04/08/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Maxio" (logo folha) - Registrada na classe NCL(10) 01 - Brasil	01/09/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Não aplicável.
Marca mista "PIC - Plano de Incentivo à Cadeia do Plástico" - Registrada na classe NCL(10) 35 - Brasil	11/10/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Não aplicável.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "PIC - Plano de Incentivo à Cadeia do Plástico" - Registrada na classe NCL(10) 35 - Brasil	11/10/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Não aplicável.
Marca nominativa "Blue Vision" - Registrada nas classes 01, 35, 41 e 45 - Brasil	11/10/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Não aplicável.
Marca nominativa e mista "PICPLAST Plano de Incentivo à Cadeia do Plástico" - Registradas na classe 35 - Brasil	30/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Brasil	25/07/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe
Marca nominativa "BRASKEM PROXESS" - Registrada na classe NCL(10) 01 - Brasil	17/10/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "WECYCLE" - Registrada na classe NCL(10) 01, 35, 40 e 42 - Brasil	19/09/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe
Marca mista "WECYCLE" - Registrada na classe NCL(10) 01, 35, 40 e 42 - Brasil	19/09/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe
Marca mista "I'm Green Plastic Renewable Source Carbon Reduction Braskem" (logo antiga) - Registrada nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 - Brasil	24/10/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe
Marca mista PRÊMIO BRASKEM DE TEATRO - Registrada na classe 41 - Brasil	26/06/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "PIB Programa Inovação Braskem" - Registrada na classe NCL(10) 42 - Brasil	26/06/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Visio" - Registrada na classe 35 - Brasil	26/06/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "BRASKEM AMPPLEO" - Registrada na classe 01 - Brasil	31/07/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Braskem Ezolem" - Registrada nas classes 01 e 02 - Brasil	09/10/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Braskem Pluract" - Registrada nas classes 01 e 02 - Brasil	09/10/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Braskem Sensitis" - Registrada nas classes 01 e 02 - Brasil	09/10/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "IMPRIMINDO O FUTURO" - Pedido na classe 01	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem Rigeo" - Registrada na classe 01 - Brasil	06/11/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe
Marca mista "Braskem Rigeo Lumios" - Registrada na classe 01 - Brasil	06/11/2028	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Baixo impacto diante do registro de logomarca atualizada, na mesma classe
Marca mista "Braskem" (logo atual) - Registrada nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Brasil	05/02/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Amppleo" - Registrada na classe 01 - Brasil	12/02/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Flexus" - Registrada na classe 01 - Brasil	12/02/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Idealis" - Registrada na classe 01 - Brasil	12/02/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Pluris" - Registrada na classe 01 - Brasil	12/02/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Prisma" - Registrada na classe 01 - Brasil	12/02/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Proxess" - Registrada na classe 01 - Brasil	12/02/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Rigeo Lumios"- Registrada na classe 01 - Brasil	12/02/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Rigeo" - Registrada na classe 01 - Brasil	12/02/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Symbios" - Registrada na classe 01 - Brasil	12/02/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Unilene" - Registrada na classe 01 - Brasil	12/02/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "ECKOBLOCKS" - Registrada na classe 09 - Brasil	26/02/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Braskem Evance" - Registrada na classe 17 - Brasil	07/05/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Movimento Plástico Transforma") - Registrada nas classes 35 e 41 - Brasil	03/09/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Plastcolab" - Registrada na classe 41 - Brasil	03/09/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca mista "Braskem Rigeo Sensia" - Registrada na classe 01 - Brasil	03/09/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "SER+" - Pedido na classe 45 - Braskem	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Braskem Labs" - Registrada nas classes 35 e 41 - Brasil	22/10/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "MEDCOL" - Registrada nas classes 01 e 17 - Brasil	07/01/2030	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "Braskem Hiclar" - Registrada na classe NCL(11) 01 - Brasil	10/12/2029	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista e nominativa "BeUx" - Registrada na classe NCL(11) 35 - Brasil	11/02/2030	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "I'm Green" (logo) - Pedido nas classes 01, 17, 40 e 42 - Brasil	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "I'm Green" (logo) - Pedido nas classes 01, 17, 40 e 42 - Brasil	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "NITROCARBONO" - Registrada na classe 01/10.90 - Brasil	22/10/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "TRITHENE" - Registrada na classe NCL(9) 01 - Brasil	09/03/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "POLIALDEN" - Registrada na classe '17/10 - Brasil	10/07/2026	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "MEDILEX" - Registrada na classe NCL(8) 01 - Brasil	18/10/2021	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "UNISIN" - Registrada na classe '01/10 - Brasil	06/08/2025	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "RIOLEX" - Registrada na classe NCL(8) 01 - Brasil	02/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "FLEXLIN" - Registrada na classe NCL(8) 01 - Brasil	02/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "RIOPOL" - Registrada na classe NCL(8) 01 - Brasil	02/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "ALTAMAX" - Registrada na classe NCL(8) 01 - Brasil	02/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "RIOMAX" - Registrada na classe NCL(8) 01 - Brasil	02/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "METAMAX" - Registrada na classe NCL(8) 01 - Brasil	02/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa e mista "RIOPOL" - Registrada na classe 35 - Brasil	08/05/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.

Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca nominativa "METAPOL" - Registrada na classe 01 - Brasil	03/07/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca nominativa "EXTREME" - Pedido na classe 01 - Brasil	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "MAXIPOL" - Registrada na classe 01 - Brasil	03/07/2027	(i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente.	Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.
Marca mista "Desafio Design Braskem Universitario" - Pedido na classe 41 - Brasil	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca mista "Desafio Design Braskem Profissionais" - Pedido na classe 41 - Brasil	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.
Marca nominativa "Braskem Sensitis Hiflash" - Pedido na classe 01 - Brasil	---	Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.	Não aplicável.

Domínios de Internet

País	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Alemanha	BRASKEM.COM.DE	14/10/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Alemanha	BRASKEM.DE	14/10/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Argentina	BRASKEM.COM.AR	24/10/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	BLUEVISIONBRASKEM.COM.BR	12/03/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.

País	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Brasil	BRASKEM.COM.BR	31/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	BRASKEM.NET.BR	08/07/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedidode registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	BRASKEM-IR.COM.BR	17/10/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	BRASKEMLABS.COM.BR	01/04/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.

País	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Brasil	BRASKEM-RI.COM.BR	30/09/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	BRASKEN.COM.BR	18/06/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	CCCPAULINIA.COM.BR	26/05/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	COMUNIDADEECOFASHION.COM.BR	19/05/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.

País	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Brasil	CONCRETOPVC.COM.BR	18/12/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	COPENE.COM.BR	01/01/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	CORROPELOBRASIL.COM.BR	13/05/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	EVAVERDE.COM.BR	05/02/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.

País	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Brasil	FRONTEIRASBRASKEM.COM.BR	05/03/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	IDEOM.COM.BR	08/07/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	OPLASTICOTRANSFORMA.COM.BR	17/06/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	OPP.COM.BR	19/06/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.

País	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Brasil	PEVERDE.COM.BR	05/02/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	PICPLAST.COM.BR	14/08/2019	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	PICPLASTCAMPANHA.COM.BR	16/06/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	PLASTCOLAB.COM.BR	24/10/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.

País	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Brasil	PLASTICOLAB.COM.BR	24/11/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	PLASTICOPREMIADO.COM.BR	21/03/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	PLASTICOTRANSFORMA	17/06/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	POMARBRASKEM.COM.BR	05/10/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.

País	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Brasil	PPVERDE.COM.BR	05/02/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	PROGRAMAMAREBOA.COM.BR	14/04/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	PROJETANDOCOMPVC.COM.BR	26/03/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	SERESTAGIARIO.COM.BR	06/07/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.

País	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Brasil	SERTRAINEE.COM.BR	06/07/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	TRIKEM.COM.BR	25/06/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	TUDOSOBRESACOLINHAS.COM.BR	08/09/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Brasil	UTEC.COM.BR	28/06/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.

País	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Brasil	UTECVERDE.COM.BR	05/02/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Estados Unidos	BLUEVISIONBRASKEM.COM	12/03/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Estados Unidos	BRASKEMLABS.COM	31/03/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Estados Unidos	BRASKEM.COM	31/08/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.

País	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Estados Unidos	BRASKEMCAREERSTARTER.COM	02/08/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Estados Unidos	INTEGRAMACEIO.COM	19/06/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Estados Unidos	INTEGRAMCZ.COM	19/06/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.

Licenças

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Aveva PDMS	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Phast Safeti	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
Easy	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
EasyWay	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
FNESS	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
Frontify	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
IHS Stature	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
Maximo	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
Pricing	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Qualitor	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
Culture	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
Ronda	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
SAP	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
Seidor Manifesto	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
Sigga Rafalle	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
Sisgraph SPF	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
Tedesco	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Visionarium	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
Winshuttle	Permanente	Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo "Perpetua". Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software.	Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte
Clarity	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
ContractPodAi	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
Coupa Lotus	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
CrossKnowledge	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
Gupy	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
Gyrus	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
Jive	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
Legal One	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
Oracle (Primavera Unifer)	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Pogo Mobile	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
QuantityWare	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
QuestionMark	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
Salesforce	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
WeldSystem	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema
Wolters Kluwer	Subscrição/Aluguel	A falta de pagamento implicará na perda do direito de uso	Impossibilidade de utilização da aplicação/sistema

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Braskem America Finance Company	Estados Unidos			Própria
Braskem America, Inc.	Estados Unidos			Própria
Braskem Argentina S.A.	Argentina			Própria
BM Insurance Company Limited	Bermudas			Própria
Braskem Europe GmbH	Alemanha		Frankfurt	Própria
Braskem Finance Limited	Ilhas Cayman		Grand Cayman	Própria
Braskem Idesa S.A.P.I	México		Cidade do México	Própria
Braskem Idesa Servicios S.A. de CV	México		Cidade do México	Própria
Braskem Incorporated Limited	Ilhas Cayman		Grand Cayman	Própria
Braskem Mexico Proyectos S.A. de C.V. SOFOM	México			Própria
Braskem Mexico Servicios S. de R. L. de C.V.	México			Própria
Braskem México, S de RL de CV	México			Própria
Braskem Netherlands B.V	Holanda			Própria
Braskem Netherlands Finance B.V.	Holanda			Própria
Braskem Netherlands Inc. B.V.	Holanda			Própria
Braskem Petroquímica Chile Ltda.	Chile			Própria
Cetrel S.A.	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Distribuidora de Água de Camaçari	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Lantana Trading Co. Inc.	Bahamas			Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Todas as marcas, patentes, domínios de internet e licenças registradas ou em processo de registro pela Companhia foram informados no item 9.1 acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
BM Insurance	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Bermudas			Seguradora cativa para associação da Braskem à seguradora mútua Oil Insurance	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	31/12/2019	6.977.000,00			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
BRASKEM AMERICA FINANCE COMPANY	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Captações de recursos no exterior.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	22,000000	0,000000	0,00	31/12/2019	-3.674.000,00			
31/12/2018	-17,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	-14,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem America Inc.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Produção e comercialização de PP.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	-15,000000	0,000000	0,00	31/12/2019	6.497.414.000,00			
31/12/2018	53,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	42,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem Argentina S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Comercialização de produtos no mercado internacional.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	-10,000000	0,000000	0,00	31/12/2019	21.285.000,00			
31/12/2018	-32,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2017	45,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem Europe GmbH	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Alemanha			Comercialização de produtos no mercado internacional.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	11,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	6.816.550.000,00		
31/12/2018	51,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	41,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem Finance Limited	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman			Captações de recursos no mercado internacional.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-279,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	-375.031.000,00		
31/12/2018	-3,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	10,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem Idesa	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México			Construção de um complexo industrial para produção de PE.	75,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-7,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	-4.110.619.000,00		
31/12/2018	7,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	-12,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem Idesa Servicios S.A. de CV	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México			Prestação de serviços para a Braskem Idesa.	75,000000

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2019	39,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	34.372.000,00		
31/12/2018	60,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	67,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem Incorporated Ltd	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman			Comercialização de nafta e outros produtos, além de realizar operações financeiras de captações de recursos no mercado internacional.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-2,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	193.333.000,00		
31/12/2018	-19,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	-14,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem Mexico Projectos S.A. de C.V. SOFOM	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México			Captações de recursos no mercado internacional.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-31,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	35.640.000,00		
31/12/2018	235,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	78,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem Mexico Servicios S de RL de CV	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México			Captações de recursos no mercado internacional.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-61,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	41.000,00		
31/12/2018	-96,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem México, S de RL de CV	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México			Prestação de serviços para a Braskem Idesa.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	9,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	241.395.000,00		
31/12/2018	21,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	6,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem Netherlands B.V	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Holanda			Comercialização de produtos e financeiras de captações de recursos no mercado internacional.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	37,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	10.750.359.000,00		
31/12/2018	96,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	203,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem Netherlands Finance B.V.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Holanda			Captações de recursos no mercado internacional.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	84,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	-1.656.000,00		
31/12/2018	18,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	34532,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem Netherlands Inc. B.V.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Holanda			Captações de recursos no mercado internacional.	100,000000

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2019	18,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	9.657.000,00		
31/12/2018	110,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	82,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Braskem Petroquímica Chile Ltda.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Chile			Comercialização de PP.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	24,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	25.731.000,00		
31/12/2018	9,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	30,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Cetrel S.A.	14.414.973/0001-81	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de serviços de proteção ambiental.	63,660000
				Valor mercado				
31/12/2019	26,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	239.820.000,00		
31/12/2018	-62,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Distribuidora de Água de Camaçari	01.944.031/0001-63	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Captação, tratamento e distribuição de água, produzindo Água Clarificada, Potável e Desmineralizada para atender às indústrias do Polo Industrial de Camaçari, no Estado da Bahia.	63,660000
				Valor mercado				
31/12/2019	9,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	102.790.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								
Lantana Trading Co. INC.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Bahamas			Comercialização de nafta e outros produtos, além de realizar operações financeiras e captações usuais da Braskem.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-4,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	-1.082.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	2,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras Informações Relevantes

O valor contábil das participações societárias detidas pela Companhia em suas subsidiárias informado no item 9.1(c) é de R\$20.483 milhões.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Versão: 1

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

As informações financeiras contidas neste item 10 referem-se às e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS.

Os comentários dos diretores da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações. A administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais compatíveis com sua área de atuação e suficientes para implementar o seu objetivo estratégico de atender as necessidades de seus clientes na cadeia de valor da indústria química e petroquímica e de plástico no Brasil e no mundo, maximizando o valor para seus acionistas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou EBITDA de US\$ 2.008 milhões (R\$ 7.840 milhões), em comparação a US\$ 3.105 milhões (R\$ 11.315 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e US\$ 3.872 milhões (R\$ 12.334 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Para mais informações, vide item 10.2 (b) deste Formulário de Referência.

A geração livre de caixa da Companhia¹ no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 3.108 milhões ante R\$ 7.068 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma queda de 56%, o qual apresentou um crescimento de 187% em relação

¹ Geração Livre de Caixa (=) Caixa Líquido Gerado (Aplicado) pelas Atividades Operacionais (-) Acordo de Leniência (+) efeitos das reclassificações entre as linhas de Aplicações Financeiras (inclui LFT's e LF's) e Caixa e Equivalentes de Caixa (-) Outros Ativos Financeiros (+) Utilização de Caixa em Atividades de Investimentos (+) Arrendamento Mercantil (+) Receita a Performar.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Versão: 1

ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.460 milhões). Para mais informações, vide item 10.2 (b) deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento líquido² (US\$ 5.369 milhões / R\$ 21.641 milhões) da Companhia em dólares apresentou um aumento de 5% em relação ao endividamento de 31 de dezembro de 2018 (US\$ 5.129 milhões/R\$ 19.873 milhões), o qual, por sua vez, foi 15% inferior ao endividamento líquido em dólares apresentado em 31 de dezembro de 2017 (US\$ 6.031 milhões/R\$ 19.951 milhões).

A alavancagem financeira da Companhia³ medida pela relação dívida líquida/EBITDA recorrente, nos últimos três exercícios sociais, quando mensurada em dólar, foi de, respectivamente, 4,71x, 2,18x e 1,91x, uma aumento de 116% em relação a 31 de dezembro de 2018, que apresentou um aumento de 14% em relação a 31 de dezembro de 2017. Para mais informações, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

Com relação às condições patrimoniais da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido consolidado atribuível aos acionistas da Companhia⁴ era de R\$ 4.885 milhões, comparado a R\$ 6.788 milhões em 31 de dezembro de 2018 e, R\$ 6.518 milhões em 31 de dezembro de 2017. Para mais informações, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um retorno sobre o patrimônio negativo de 59%, expresso pelo prejuízo (lucro) líquido sobre o patrimônio líquido, comparado a um retorno positivo de 42% e 63% referente aos exercícios sociais encerrados em 2018 e 2017, respectivamente.

Os indicadores de liquidez da Companhia dos últimos três exercícios sociais são apresentados na tabela abaixo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2019	2018	2017
Liquidez Corrente (x) (1)	1,23	1,54	1,79
Liquidez Geral (x) (2)	1,09	1,16	1,17
Alavancagem (x) (3)	4,71	2,18	1,91

(1) Liquidez Corrente = Ativo Circulante/ Passivo Circulante. Não considera Braskem Idesa.

(2) Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Ativo não Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante). Não considera Braskem Idesa.

(3) Alavancagem = [(Dívida Bruta + Derivativos + Acordo de Leniência) – Caixa – R\$ 1,7 bilhões (caixa bloqueado destinado ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação de Alagoas)]/ EBITDA recorrente (a Companhia modificou sua metodologia de cálculo do EBITDA a partir do 4T19 para excluir efeitos não recorrentes, sendo o principal os créditos de PIS e COFINS (exclusão da base de cálculo do ICMS). Não considera Braskem Idesa.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

² Não considera o endividamento líquido da controlada Braskem Idesa S.A.P.I

³ Não considera: (i) o endividamento líquido e do EBITDA da controlada Braskem Idesa S.A.P.I.; e (ii) o montante de R\$ 1,7 bilhões destinados ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação de Alagoas. A Companhia modificou sua metodologia de cálculo do EBITDA a partir do quarto trimestre de 2019 para excluir efeitos não recorrentes do EBITDA, sendo o principal os créditos de PIS e COFINS (exclusão da base de cálculo do ICMS).

⁴ Não considera a participação de acionistas não controladores em controladas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

Os diretores indicam, no quadro abaixo, a evolução da estrutura de capital da Companhia com relação aos três últimos exercícios sociais:

Estrutura de Capital	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Capital Próprio	3.945	6%	5.911	10%	5.690	11%
Capital de Terceiros	64.184	94%	53.283	90%	47.651	89%

O capital de terceiros está composto primordialmente pela abertura a seguir:

Capital de Terceiros	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Financiamentos	29.292	46	25.193	47	26.675	50
<i>Mercado de Capitais</i>	24.490	38	21.999	41	20.150	42
<i>Agentes Governamentais Nacionais</i>	407	1	330	1	716	2
<i>Agentes Governamentais Estrangeiros</i>	3.030	5	1.957	4	742	2
<i>Operações Estruturadas</i>	958	2	499	1	735	2
<i>Capital de Giro</i>	406	1	407	1	1.332	3
Operações com derivativos	219	0	232	0	7	0
Financiamentos Braskem Idesa	9.982	16	10.505	20	9.691	20
Acordo de Leniência	1.742	3	1.443	3	1.629	3
Fornecedores	9.121	14	8.615	16	5.525	12
Mútuo de acionista não controlador na Braskem Idesa	2.396	4	2.184	4	1.757	4
Outros	11.433	17	5.112	10	5.367	11
Total	63.951	100	53.283	100	47.651	100

A Companhia busca diversificar suas fontes de recurso através da utilização do mercado de capitais, de agentes governamentais, por meio de capital de giro e de outras operações estruturadas. A estratégia financeira da Companhia segue focada na captação de recursos através do mercado de capitais, mantendo disponíveis linhas de crédito bancário para operações de capital de giro.

(c) Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia acreditam que os níveis de liquidez e de alavancagem financeira são adequados para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras e para aproveitar oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir, embora os diretores da Companhia não possam garantir que tal situação permanecerá igual.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Versão: 1

A Companhia assumiu compromissos (captação de recursos de terceiros)⁵ no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no montante total de R\$ 20.586 milhões, ante R\$ 4.302 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 8.492 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A estratégia de assunção de compromissos tem como objetivo o alongamento do perfil da dívida. Se consideradas as captações de recursos de terceiros efetuadas pela controlada Braskem Idesa, o montante total de compromissos captados é de R\$ 24.084 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, R\$ 4.302 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 8.680 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Em todos os três exercícios, a Companhia buscou manter seu nível de liquidez elevado, refletindo sua capacidade de pagamento via geração de caixa operacional e a manutenção da linha de stand-by, garantindo assim a cobertura de suas obrigações financeiras em 71 meses em 31 de dezembro de 2019.

A capacidade de pagamento da Companhia, porém, poderá vir a ser afetada por diversos fatores de risco.

De forma resumida, é possível dizer que as principais necessidades de caixa da Companhia compreendem: (i) necessidades de capital de giro; (ii) pagamento do serviço da dívida; (iii) investimentos de capital relacionados a investimentos em operações, modernização e investimentos estratégicos; (iv) pagamentos de impostos; e (v) pagamento de dividendos referentes às ações. Para fazer frente a tais necessidades de caixa, a Companhia tem contado tradicionalmente com o fluxo de caixa decorrente de suas atividades operacionais, com empréstimos de curto e longo prazo e com a emissão de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia permaneceu com grau de investimento pela Standard & Poor's e pela Fitch Ratings e apresentou risco de crédito acima do risco soberano pelas três maiores agências de classificação de risco (S&P, Fitch e Moody's).

Ao final de novembro de 2019, a Fitch e a S&P alteraram a perspectiva de risco da Companhia de estável para negativa, enquanto a Moody's manteve a perspectiva em estável ao longo do ano de 2019.

Agência/Ano	2019	2018	2017
Fitch Ratings	BBB- Negativa	BBB- Estável	BBB- Estável
Standard & Poor's	BBB- Negativa	BBB- Estável	BBB- Negativa
Moody's	Ba1 Estável	Ba1 Estável	Ba1 Negativa

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou como fontes de recursos para financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes, além dos compromissos (captação de recursos de terceiros) mencionados no item anterior, a própria geração de caixa operacional, que foi de R\$ 2.265 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em comparação a R\$

⁵ Não considera a captação de recursos de terceiros efetuada pela controlada Braskem Idesa S.A.P.I.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

9.250 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 2.462 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

- Empréstimos e financiamentos para o capital de giro: nos três últimos exercícios sociais, a Companhia captou recursos através de operações de crédito à exportação nas modalidades de ACCs (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio) e PPEs (Pré-Pagamento de Exportação), e por meio de operações de true sale/ cessão de recebíveis.
- Financiamentos de investimentos correntes e demais projetos estratégicos: nos três últimos exercícios sociais foram utilizados recursos diretos e indiretos, assim como seguros de créditos, de órgãos governamentais brasileiros e estrangeiros, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste do Brasil, FINEP, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, NEXI (agência de crédito japonesa), SACE (agência de crédito italiana) e a Euler-Hermes (agência de crédito alemã).

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores acreditam que poderão suprir eventuais deficiências de liquidez da Companhia, por meio da combinação de: (i) recursos originados das operações em geral da Companhia; (ii) recursos originados por meio de financiamentos, incluindo novas captações e refinanciamento da dívida já existente; e (iii) recursos originados devido à redução do ciclo operacional e consequente redução da necessidade de financiamento de capital de giro.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo demonstra a evolução da alavancagem financeira da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais, medida pelo indicador "Dívida Líquida/EBITDA":

(Milhões)	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
	Reais	Dólar	Reais	Dólar	Reais	Dólar
Dívida Líquida⁽¹⁾	21.641	5.369	19.873	5.129	19.951	6.031
EBITDA UDM ⁽²⁾	4.460	1.140	9.052	2.486	10.045	3.153
Alavancagem ^(x)	4,85	4,71	2,20	2,06	1,99	1,91

⁽¹⁾ Endividamento Líquido = Financiamentos CP + Financiamento LP+ Derivativos + Acordo de Leniência – Caixa e Equivalentes de Caixa. Não considera: (i) o endividamento líquido da Braskem Idesa S.A.P.I.; e (ii) montante de R\$ 1,7 bilhões destinados ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação de Alagoas

⁽²⁾ A Companhia modificou sua metodologia de cálculo do EBITDA a partir do 4T19 para excluir efeitos não recorrentes, sendo o principal os créditos de PIS e COFINS (exclusão da base de cálculo do ICMS)

O perfil de endividamento da Companhia pode ser resumido pela tabela abaixo, o qual não considera a dívida da controlada Braskem Idesa no montante de US\$ 2,5 bilhões pelo fato de a mesma ser na modalidade project finance e, portanto, deve ser paga exclusivamente com a geração de caixa do projeto:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
	(R\$ Milhões)		
Dívidas de Curto Prazo	822	765	1.212

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
	(R\$ Milhões)		
Dívidas de Longo Prazo	28.470	27.427	22.463
Dívidas em reais	6%	5%	6%
Dívidas sujeitas à variação cambial do dólar	94%	95%	94%
Dívidas sujeitas à variação cambial de outras moedas	0%	0%	0%
Dívidas Quirografárias	99%	98%	96%
Dívidas cobertas por garantias reais	0%	2%	3%
Dívidas cobertas por outros tipos de garantias	1%	0%	1%

A agenda de amortização das dívidas da Braskem pode ser resumida pelo quadro abaixo, o qual não considera a dívida da controlada Braskem Idesa conforme explicado acima:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	TOTAL
	(R\$ Milhões)							
Moeda Nacional⁽¹⁾	145	134	134	326	713	51	139	1.643
Moeda Estrangeira⁽¹⁾ (2)	750	394	1.535	1.204	3.797	372	20.124	28.176
Total	895	529	1.669	1.531	4.510	423	20.262	29.819

⁽¹⁾ Não considera custos de transação

⁽²⁾ Considera a amortização de R\$ 26 milhões em 2021 referente ao swap NCE, conforme nota explicativa nº 20 (20.3.1) das Demonstrações Financeiras de 2019.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os diretores da Companhia passam a descrever, abaixo: (i) as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimo e financiamento que classificam como relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

BRASKEM

Fixed-rate Bonds

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Venciment o	Juros			Amortizaçã o principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexado r	Spread (% a.a.)	Pagament o		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
mai/12	US\$	500	mai/22	PRÉ	5,375 %	Semestral	Final	292	1.176
out/17	US\$	500	jan/23	PRÉ	3,500 %	Semestral	Final	210	848
fev/14	US\$	750	fev/24	PRÉ	6,450 %	Semestral	Final	770	3.103
out/17	US\$	1.250	jan/28	PRÉ	4,500 %	Semestral	Final	1.277	5.145
nov/19	US\$	1.500	jan/30	PRÉ	4,500 %	Semestral	Final	1.511	6.091
jul/11	US\$	750	jul/41	PRÉ	7,125 %	Semestral	Final	773	3.118
nov/19	US\$	750	jan/50	PRÉ	5,875 %	Semestral	Final	757	3.052

Perpetual Bonds

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortizaçã o principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
out/10	US\$	700	Não há	PRÉ	7,375%	Trimestral ⁽¹⁾	Final	509	2.761

⁽¹⁾ Em 26 de setembro de 2018, a Companhia realizou o resgate parcial de US\$ 200 milhões, como parte de sua estratégia de redução do custo do endividamento.

Pré-pagamento de exportações

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Venciment o	Juros			Amortizaçã o principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagament o		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
mar/17 ⁽¹⁾	US\$	135,0	mar/27	LIBOR	1,61%	Semestral	Semestral ⁽²⁾	114	458
out/19	US\$	100,0	out/24	LIBOR	1,75%	Semestral	Final	101	406

⁽¹⁾ Financiamento com seguro de crédito da Nippon Export and Investment Insurance (NEXI), agência de crédito de exportação do Japão.

⁽²⁾ A amortização de principal iniciou em set/18.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

Financiamento para investimentos

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros		Amortização principal		Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
jul/18 ⁽¹⁾	US\$	225 ⁽²⁾	dez/28	LIBOR	0,65%	Semestral	Semestral ⁽³⁾	186	751

⁽¹⁾ Financiamento com seguro de crédito da Euler Hermes, agência de crédito de exportação da Alemanha, contratado para financiamento de parte da nova planta de PP nos Estados Unidos.

⁽²⁾ Valor desembolsado de US\$ 179 milhões até 31 de dezembro de 2019.

⁽³⁾ A amortização de principal será iniciada em dez/20.

Outras linhas de crédito em moeda estrangeira

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
nov/18 ⁽¹⁾	US\$	295,0	nov/28	LIBOR	0,90 %	Semestral	Semestral ⁽²⁾	266	1.074
abr/19 ⁽³⁾	US\$	80,4	abr/26	LIBOR	1,00 %	Semestral	Semestral ⁽⁴⁾	68	274
dez/19 ⁽⁵⁾	US\$	150,0	dez/29	LIBOR	0,90 %	Semestral	Semestral ⁽⁶⁾	150	605

⁽¹⁾ Financiamento com seguro de crédito da SACE, agência de crédito de exportação da Itália.

⁽²⁾ A amortização de principal iniciou em mai/19.

⁽³⁾ Financiamento contratado pela Braskem S.A. com prazo de 7 anos. Para a concretização deste financiamento, alguns ativos de plantas da Companhia foram transferidos para a instituição financeira. De acordo com o CPC 48/IFRS 15, esta transferência não é caracterizada como uma venda.

⁽⁴⁾ A amortização de principal iniciou em set/19.

⁽⁵⁾ Financiamento com seguro de crédito da SACE, agência de crédito de exportação da Itália.

⁽⁶⁾ A amortização de principal iniciará em jun/20.

Notas Promissórias

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
nov/19	R\$	500,0	nov/24	CDI	100% CDI + 0,85%	Final	Final	138	554

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

Notas de crédito para exportação

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Venciment o	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
abr/18	R\$	400,0	mar/24	CDI	100% CDI + 0,70%	Final	Final ⁽¹⁾	101	406

⁽¹⁾ A companhia possui operação de swap para compensar a flutuação do CDI.

Linhas de Financiamento com BNDES

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
			Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
dez/09	R\$	jan/21	PRÉ	4,00%	Mensal	Mensal	5	20
jan/19	R\$	jan/31	IPCA	6,04%	Mensal ⁽¹⁾	Mensal ⁽¹⁾	67	271

⁽¹⁾ Após período de carência (até jan/21).

Debêntures

Data de Emissão/ contratação	Série	Vencimento	Juros	Spread (%) a.a.)	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
			Indexador		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
mar/13	Única ⁽¹⁾	mar/25	IPCA	6,00%	50	203
set/13	Única ⁽²⁾	set/25	CDI	126,50%	18	72

⁽¹⁾ Emitido pela Distribuidora de Águas de Camaçari

⁽²⁾ Emitido pela Cetrel

Financiamentos Braskem Idesa

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
jul/13-set/15	US\$	3.193	fev/27-fev/29	PRÉ	4,33% - 6,17%	Trimestral	Trimestral	610	2.458
				LIBOR	2,73% - 4,65%	Trimestral	Trimestral	1.049	4.228
nov/19	US\$	900	nov/29	PRÉ	7,45%	Semestral	Final	903	3.640

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

(ii) Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Além das relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos, cujos itens mais relevantes foram descritos no item 10.1.f.(i) acima, a Companhia mantém as seguintes relações de longo prazo com instituições financeiras decorrentes de operações com derivativos:

Identificação	Tipo	Valor nominal US\$ milhões	Proteção (taxa de juros % a.a.)	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões 2019
Swap de taxa de juros ligados à libor (Braskem Idesa)	Swap Libor	761,2	1,9825%	mai/25	26,71

Identificação	Tipo	Valor nominal R\$ milhões	Strike Médio (câmbio R\$ / US\$)	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões 2019
Opção de compra e de venda de dólar	Compra de puts e venda de calls	6.848,0	3,55 (put) e 4,88 (call)	jan/20 - dez/21	2,35

Identificação	Tipo	Valor nominal R\$ milhões	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões 2019
Swap IPCA - Dólar	Swap IPCA - Dólar	269,6	jan/20	(38,63)

Identificação	Tipo	Valor nominal R\$ milhões	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões 2019
Swap NCE	Swap NCE	400,0	mar/20 - mar/21	(25,79)

Identificação	Tipo	Valor nominal US\$ milhões	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões 2019
Swap CDI - Dólar	Swap de câmbio	1.269,4	jan/21 - jan/25	(108,15)

Identificação	Tipo	Valor nominal US\$ milhões	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões 2019
NDF Braskem Argentina	Swap de câmbio	2,6	jan/20	(4,39)

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Exercício Social (31/12/2019)						
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real	0	0	-	-	0
Financiamento	Garantia Real	35	2	-	-	36
Empréstimo	Quirografária	36	63	1.266	-	1.366
Financiamento	Quirografária	342	799	804	1.519	3.464
Títulos de dívida	Quirografária	415	1.166	3.857	19.146	24.583
Financiamento	Outro Tipo de Garantia ou Privilégio	20	37	9	1	68
Títulos de dívida	Outro Tipo de Garantia ou Privilégio	47	105	105	19	276
Total		895	2.172	6.041	20.685	29.794
Descrição Outro Tipo de Garantia ou Privilégio						
Fiança bancária						
Observação						
As informações acima se referem às demonstrações financeiras [individuais/consolidadas] da Companhia.						

Para fins de ordem de classificação dos créditos, as dívidas da Companhia são cobertas por garantias fidejussórias, à exceção das dívidas contratadas junto ao BNDES, BNB, FINEP e NEXI, que são cobertas por garantias reais e financeiras, e das dívidas tomadas diretamente pela subsidiária Braskem Idesa. Do ponto de vista contratual, não existe subordinação entre as dívidas,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

de modo que o pagamento de cada uma delas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

(R\$ Milhões)	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante e Não Circulante	64.184	53.283	47.651
Patrimônio Líquido Atribuível aos Acionistas	4.885	6.788	6.158
Índice de Endividamento	13,1	7,8	7,3

(iv) Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

As dívidas em que a Companhia figura como emissora ou garantidora não possuem restrições em relação a limites para determinados indicadores ligados a capacidade de endividamento e de pagamento de juros. Entretanto, alguns desses contratos de financiamento contêm outras obrigações que restringem, dentre outras, a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias de assumir garantias ou passar por processo de incorporação ou fusão com outras entidades, alterar seu controle acionário e alienar de outra forma seus ativos.

As restrições pactuadas não ensejaram a aceleração de nenhum dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia ou, quando aplicável, foram devidamente dispensadas pelos credores.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2019, todos os limites de crédito já contratados pela Companhia haviam sido inteiramente utilizados, à exceção: (i) da linha de crédito rotativo (stand by) no valor de US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2023; (ii) da linha de financiamentos com o BNDES, cujo limite total é de US\$ 115,8 milhões, permanecendo com saldo total devedor de aproximadamente US\$ 67 milhões; e (iii) da operação de Euler Hermes, cujo montante total é de US\$ 225 milhões, que continuou sendo desembolsada ao longo de 2019 e totalizou saldo devedor de aproximadamente US\$ 177 milhões.

Vale ressaltar que para esta última, os desembolsos são atrelados aos gastos referentes a construção da nova planta de polipropileno nos Estados Unidos e o montante restante está previsto para ser desembolsado ao longo de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Demonstração de Resultado (R\$ milhões)	2019	AV%	2018	AV%	2017	AV%	2019 x 2018	2018 x 2017
CONSOLIDADO	(A)		(B)		(C)		(A)/(B)	(B)/(C)
Receita Líquida de Vendas	52.324	100%	58.000	100%	49.261	100%	-10%	18%
Custo dos Produtos Vendidos	(45.680)	-87%	(46.553)	-80%	(36.401)	-74%	-2%	28%
Lucro Bruto	6.644	13%	11.447	20%	12.860	26%	-42%	-11%
Despesas com Vendas e Distribuição	(1.783)	-3%	(1.689)	-3%	(1.460)	-3%	6%	16%
(Perda) reversões por redução ao valor recuperável de contas a receber	(7)	0%	87	0%	-	0%	-108%	n.a.
Despesas Gerais e Administrativas	(2.224)	-4%	(1.793)	-3%	(1.434)	-3%	24%	25%
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(248)	0%	(219)	0%	(167)	0%	13%	31%
Resultado de Participações Societárias	10	0%	(1)	0%	40	0%	n.a.	-102%
Outras receitas	2.408	5%	1.027	2%	(479)	-1%	134%	n.a.
Outras despesas	(4.857)	-9%	(555)	-1%	-	0%	776%	n.a.
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	(57)	0%	8.304	14%	9.359	19%	n.a.	-11%
Resultado Financeiro Líquido	(4.746)	-9%	(4.651)	-8%	(3.942)	-8%	2%	18%
Despesas Financeiras	(3.872)	-7%	(2.984)	-5%	(3.747)	-8%	30%	-20%
Receitas Financeiras	851	2%	589	1%	604	1%	44%	-2%
Variações cambiais, líquidas	(1.725)	-3%	(2.257)	-4%	(799)	-2%	-24%	183%
Lucro Antes do IR e CS	(4.803)	-9%	3.653	6%	5.417	11%	n.a.	-33%
Imposto de Renda / Contribuição Social	1.906	4%	(745)	-1%	(1.292)	-3%	n.a.	-42%
Resultado de operações descontinuadas	-	0%	-	0%	9	0%	n.a.	n.a.
Lucro Líquido (Prejuízo)	(2.897)	-6%	2.907	5%	4.133	8%	n.a.	-30%
Atribuível a								
Acionistas da Companhia	(2.798)	-5%	2.867	5%	4.083	8%	-198%	-30%
Participação de acionista não controlador na Braskem Idesa	(99)	0%	41	0%	50	0%	-345%	-19%

As principais variações nos resultados operacionais dos três últimos exercícios sociais são explicadas no item 10.2 (b) abaixo.

CONTAS PATRIMONIAIS

ATIVO (R\$ milhões)	dez/19	AV%	dez/18	AV%	dez/17	AV%	2019 x 2018	2018 x 2017
	(A)		(B)		(C)		(A)/(B)	(B)/(C)
Circulante	23.390	34%	21.384	36%	17.992	34%	9%	19%
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.804	10%	5.548	9%	3.775	7%	23%	47%
Aplicações Financeiras	1.688	2%	2.358	4%	2.303	4%	-28%	2%
Contas a Receber de Clientes	2.286	3%	3.075	5%	3.281	6%	-26%	-6%
Estoques	7.625	11%	8.487	14%	6.847	13%	-10%	24%
Tributos a Recuperar	1.238	2%	423	1%	453	1%	193%	-7%
Imposto de renda e contribuição social	440	1%	774	1%	896	2%	-43%	-14%
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	3	0%	1	0%	11	0%	245%	-92%
Despesas Pagas Antecipadamente	115	0%	240	0%	134	0%	-52%	78%
Operações com derivativos	5	0%	28	0%	4	0%	-83%	631%
Bloqueio Judicial	2.572	4%	0	0%	0	0%	0%	0%
Outros Ativos	615	1%	452	1%	288	1%	36%	57%
Não Circulante	44.739	66%	37.810	64%	35.349	66%	18%	7%
Aplicações Financeiras	10	0%	10	0%	10	0%	-3%	-3%
Contas a Receber de Clientes	21	0%	18	0%	37	0%	18%	-53%
Adiantamentos a fornecedores	0	0%	0	0%	46	0%	0%	-100%
Tributos a Recuperar	2.258	3%	1.369	2%	813	2%	65%	68%
Imposto de renda e contribuição social	240	0%	242	0%	211	0%	-1%	15%
IR e CS Diferidos	2.663	4%	1.104	2%	1.166	2%	141%	-5%
Depósitos Judiciais	1.509	2%	170	0%	290	1%	790%	-41%
Indenizações Securitárias	83	0%	63	0%	40	0%	32%	58%
Operações com derivativos	18	0%	47	0%	33	0%	-62%	43%
Outros Ativos	192	0%	221	0%	113	0%	-13%	96%
Investimentos	64	0%	66	0%	101	0%	-3%	-35%
Imobilizado	32.315	47%	31.760	54%	29.762	56%	2%	7%
Intangível	2.762	4%	2.741	5%	2.727	5%	1%	0%
Direito de uso de ativos	2.606	4%	0	0%	0	0%	0%	0%
Total do Ativo	68.129	100%	59.194	100%	53.342	100%	15%	11%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

PASSIVO E P.L. (R\$ milhões)	dez/19 (A)	AV%	dez/18 (B)	AV%	dez/17 (C)	AV%	2019 x 2018 (A)/(B)	2018 x 2017 (B)/(C)
Circulante	16.216	24%	23.116	39%	19.138	36%	-30%	21%
Fornecedores	9.117	13%	8.341	14%	5.266	10%	9%	58%
Financiamentos	775	1%	737	1%	1.185	2%	5%	-38%
Financiamentos Braskem Idesa	744	1%	10.505	18%	9.691	18%	-93%	8%
Debêntures	47	0%	28	0%	27	0%	68%	2%
Operações com derivativos	49	0%	70	0%	7	0%	-30%	923%
Salários e Encargos Sociais	624	1%	645	1%	631	1%	-3%	2%
Tributos a Recolher	323	0%	432	1%	421	1%	-25%	3%
Imposto de renda e contribuição social	35	0%	419	1%	840	2%	-92%	-50%
Dividendos	7	0%	672	1%	4	0%	-99%	n.a.
Adiantamentos de Clientes	356	1%	153	0%	353	1%	132%	-57%
Acordo de Leniência	363	1%	288	0%	257	0%	26%	12%
Provisões Diversas	203	0%	192	0%	179	0%	6%	7%
Outras Obrigações	931	1%	623	1%	277	1%	49%	125%
Provisão de gastos Alagoas	1.450	2%	0	0%	0	0%	0%	0%
Outros passivos financeiros	517	1%	0	0%	0	0%	0%	0%
Arrendamento mercantil	676	1%	10	0%	0	0%	6824%	0%
Não Circulante	47.968	70%	30.167	51%	28.513	53%	59%	6%
Fornecedores	4	0%	273	0%	260	0%	-99%	5%
Financiamentos	28.242	41%	24.161	41%	22.177	42%	17%	9%
Financiamentos Braskem Idesa	9.237	14%	0	0%	0	0%	0%	0%
Debêntures	228	0%	267	0%	286	1%	-15%	-7%
Operações com derivativos	170	0%	162	0%	0	0%	5%	0%
Tributos a Recolher	129	0%	86	0%	53	0%	51%	63%
Mútuo de acionista não controlador na Braskem Idesa	2.396	4%	2.184	4%	1.757	3%	10%	24%
IR e CS Diferidos	273	0%	325	1%	940	2%	-16%	-65%
Benefícios pós emprego	389	1%	206	0%	194	0%	89%	7%
Adiantamentos de Clientes	0	0%	0	0%	0	0%	0%	0%
Contingências	1.152	2%	965	2%	1.093	2%	19%	-12%
Acordo de Leniência	1.380	2%	1.155	2%	1.372	3%	19%	-16%
Provisões Diversas	302	0%	233	0%	235	0%	30%	-1%
Provisão de gastos Alagoas	1.933	3%	0	0%	0	0%	0%	0%
Outras Obrigações	134	0%	59	0%	148	0%	126%	-60%
Arrendamento mercantil	2.001	3%	91	0%	0	0%	2104%	0%
Patrimônio Líquido	3.945	6%	5.911	10%	5.690	11%	-33%	4%
Capital Social	8.043	12%	8.043	14%	8.043	15%	0%	0%
Reserva de Capital	232	0%	232	0%	232	0%	0%	0%
Reservas de Lucros	1.905	3%	4.673	8%	3.946	7%	-59%	18%
Ágio na aquisição de controlada sob controle comum	-488	-1%	-488	-1%	0	0%	0%	0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-4.758	-7%	-5.623	-9%	-5.654	-11%	-15%	-1%
Ações em Tesouraria	-50	0%	-50	0%	-50	0%	0%	0%
Lucros Acumulados	0	0%	0	0%	0	0%	0%	0%
Total Atribuível ao Acionista da Companhia	4.885	7%	6.788	11%	6.518	12%	-28%	4%
Participação de Acionista não Controlador na Braskem Idesa	-941	-1%	-876	-1%	-828	-2%	7%	6%
Total do Passivo e PL	68.129	100%	59.194	100%	53.342	100%	15%	11%

Comparação entre as principais variações nas contas patrimoniais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 23.390 milhões, representando 34% do Ativo Total. No exercício social anterior o saldo foi de R\$ 21.384 milhões, representando 36% do Ativo Total da Companhia.

As principais variações no Ativo Circulante estão detalhadas a seguir:

- impacto em “Caixas e equivalentes de caixa” relacionado, principalmente, pela geração operacional de caixa (R\$ 2.265 milhões), reduzida pelas aplicações em imobilizado e intangível (R\$ 2.683 milhões), captações líquidas em financiamentos (captações (-) pagamentos) (R\$ 2.305 milhões) e pagamento de dividendos (R\$ 669 milhões);
- redução em “Contas a receber de clientes”, devido a redução nos preços médios, queda nas exportações e pela alienação de títulos para fundos e instituições financeiras no valor de R\$ 2 bilhões (Nota explicativa nº 7 das Demonstrações Financeiras de 2019);

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

- redução em “Estoques” decorrente, principalmente, da redução de R\$ 636 milhões em importações em andamento (Nota explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- impacto em “Tributos a recuperar”, pelo registro de superveniência referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no montante de R\$ 2.049 milhões no exercício de 2019. O saldo dessa superveniência registrado no ativo circulante é de R\$ 783 milhões (Nota explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras de 2019); e
- impacto em “Bloqueio judicial” no valor de R\$ 2.572 milhões, decorrente de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas, que havia requerido o bloqueio liminar de aproximadamente R\$ 3.700 milhões para reparação de danos aos moradores dos bairros de Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Com a homologação do Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco em 3 de janeiro de 2020, firmado pela Braskem em conjunto com o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União, houve o desbloqueio desse valor (Nota explicativa nº 26.1(i) das Demonstrações Financeiras de 2019).

Ativo Não Circulante

O saldo do Ativo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44.739 milhões, comparados aos R\$ 37.810 milhões apresentados no exercício social anterior.

As principais variações no Ativo Não Circulante estão detalhadas a seguir:

- impacto em “Tributos a recuperar”, pelo registro de superveniência referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no montante de R\$ 2.049 milhões no exercício de 2019. O saldo dessa superveniência no Ativo Não Circulante é de R\$ 1.568 milhões (Nota explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- impacto em “Depósitos judiciais” no valor de R\$ 1.174 milhões, decorrente de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas, que havia requerido o bloqueio liminar de aproximadamente R\$ 3.700 milhões para reparação de danos aos moradores dos bairros de Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Com a homologação do Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco em 3 de janeiro de 2020, firmado pela Braskem em conjunto com o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União, houve o desbloqueio desse valor (Nota explicativa nº 26.1(i) das Demonstrações Financeiras de 2019);
- impacto em “Imobilizado” relacionado, principalmente, pelas aquisições no montante R\$ 2.724 milhões, ajuste positivo de conversão de moeda estrangeira derivado do imobilizado de subsidiárias no exterior no valor de R\$ 1.085 milhão, reduzido da depreciação no montante de R\$ 3.062 milhões. A rubrica do Imobilizado representa 48% do Ativo Total em 2019 e 54% do Ativo Total em 2018;
- criação da rubrica “Direito de uso de ativos”, decorrente da adoção do IFRS 16/CPC 6 (R2), que determina que os arrendamentos passem a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. O valor desse incremento em 2019 é de R\$ 2.606 milhões (Notas explicativas nºs. 2.3(a) e 14 das Demonstrações Financeiras de 2019).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

O saldo do imobilizado da Companhia representou 48% e 54%, respectivamente, do Ativo Total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em relação ao Ativo Total, o Ativo Não Circulante representava, nos exercícios de 2019 e 2018, 66% e 64%, respectivamente.

Passivo Circulante

O saldo do Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 16.216 milhões, representando 24% do Passivo Total, enquanto no exercício anterior o saldo era de R\$ 23.116 milhões, representando 39% do Passivo Total.

As principais variações no Passivo Circulante são explicadas por:

- aumento em "Fornecedores" derivado, principalmente, do incremento de aproximadamente R\$ 900 milhões em compras de nafta importada com prazo de pagamento de 360 dias (Nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- redução em "Financiamentos Braskem Idesa", decorrente da transferência para o passivo não circulante das parcelas de longo prazo, devido à obtenção, pela Braskem Idesa, das aprovações para os descumprimentos de obrigações contratuais (Nota explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- constituição da "Provisão gastos de Alagoas", no valor de R\$ 3.383 milhões, sendo R\$ 1.450 milhões no passivo circulante, derivado do fenômeno geológico em quatro bairros da cidade de Maceió, onde estão localizados ou em área próxima aos poços de extração de sal-gema, os quais eram operados pela Braskem (explicação em detalhes pode ser obtida na Nota explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras de 2019).

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 47.968 milhões, enquanto no mesmo período do ano anterior o saldo era de R\$ 30.167 milhões.

As principais variações no Passivo Não Circulante são explicadas por:

- aumento em "Financiamentos" derivado, principalmente, da valorização do dólar frente ao real. A Braskem emitiu novos Bonds em novembro de 2019, com vencimentos em janeiro de 2030 e janeiro de 2050, cujos saldos em 2019 montam R\$ 6.091 milhões e R\$ 3.052 milhões, respectivamente. Essas captações foram utilizadas para liquidação antecipada de Bonds (Nota explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- aumento em "Financiamentos Braskem Idesa", decorrente da transferência para o passivo não circulante das parcelas de longo prazo, devido à obtenção, pela Braskem Idesa, das aprovações para os descumprimentos de obrigações contratuais. A Braskem Idesa emitiu Bond em dezembro de 2019 com vencimento em novembro de 2029. Os recursos provenientes de tal captação foram utilizados para a liquidação total e pre-pagamento parcial de parcelas da dívida do Project Finance (Nota explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- constituição da "Provisão gastos de Alagoas", no valor de R\$ 3.383 milhões, sendo R\$ 1.933 milhões no passivo não circulante, derivado do fenômeno geológico em quatro bairros da cidade de Maceió, onde estão localizados ou em área próxima aos poços de extração de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

sal-gema, os quais eram operados pela Braskem (explicação em detalhes pode ser obtida na Nota explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras de 2019);

- criação da rubrica "Arrendamento mercantil", decorrente da adoção do IFRS 16/CPC 6 (R2), que determina que os arrendamentos passem a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. O valor desse incremento em 2019 é de R\$ 2.677 milhões, sendo R\$ 2.001 milhões registrados no passivo não circulante (Notas explicativas nºs. 2.3(a) e 14 das Demonstrações Financeiras de 2019).

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido era de R\$ 3.945 milhões comparados a R\$ 5.911 milhões no mesmo período do ano anterior, impactado principalmente, pela absorção do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 2.798 milhões.

Comparação entre as principais variações nas contas patrimoniais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 21.384 milhões, representando 36% do Ativo Total. No exercício social anterior o saldo foi de R\$ 17.992 milhões, representando 34% do Ativo Total da Companhia.

As principais variações no Ativo Circulante estão detalhadas a seguir:

- impacto em "Caixas e equivalentes de caixa" relacionado, principalmente, pela geração operacional de caixa (R\$ 9.292 milhões), reduzida pelas aplicações em imobilizado e intangível (R\$ 2.706 milhões), utilização em financiamentos (captações (-) pagamentos) (R\$ 3.103,5 milhões) e pagamento de dividendos (R\$ 1.500 milhões); e
- impacto em "Estoques" decorrente, principalmente, do aumento no custo de produtos acabados de R\$ 880 milhões e valorização do dólar frente ao real, com impacto de R\$ 551 milhões (Nota explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras de 2018).

Ativo Não Circulante

O saldo do Ativo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 37.810 milhões, comparados aos R\$ 35.349 milhões apresentados no exercício social anterior. O saldo do imobilizado da Companhia representou 54% e 56%, respectivamente, do Ativo Total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017. O aumento do saldo de imobilizado no exercício de 2018 decorre, principalmente, pelos ajustes de conversão de moeda estrangeira, que gerou um aumento de R\$ 2.228 milhões (Nota explicativa nº12(a) das Demonstrações Financeiras de 2018).

Outra variação relevante ocorreu na rubrica de "Tributos a recuperar", que contempla o reconhecimento de R\$ 520 milhões, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota explicativa nº10(c) das Demonstrações Financeiras de 2018).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

Em relação ao Ativo Total, o Ativo Não Circulante representava, nos exercícios de 2018 e 2017, 64% e 66%, respectivamente.

Passivo Circulante

O saldo do Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 23.116 milhões, representando 39% do Passivo Total, enquanto no exercício anterior o saldo era de R\$ 19.138 milhões, representando 36% do Passivo Total.

As principais variações no Passivo Circulante são explicadas por:

- aumento em "Fornecedores" decorrente, principalmente, da valorização do dólar frente ao real (R\$ 945 milhões) e compras de nafta importada com prazo de pagamento de 360 dias (R\$ 2.541 milhões) (Nota explicativa nº14 das Demonstrações Financeiras de 2018);
- aumento em "Financiamentos Braskem Idesa" decorrente, principalmente, da valorização do peso mexicano frente ao real no montante de R\$ 1.613 milhões e pagamento (amortização de principal), no valor de R\$ 813 milhões (Nota explicativa nº18 das Demonstrações Financeiras de 2018); e
- destinação do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2018 no montante de R\$ 667 milhões (Nota explicativa nº25(e.1) das Demonstrações Financeiras de 2018).

Passivo Não Circulante

O saldo do Passivo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 30.167 milhões, enquanto no mesmo período do ano anterior o saldo era de R\$ 28.513 milhões. Em relação ao Passivo Total, o Passivo Não Circulante representava, nos exercícios de 2018 e 2017, 51% e 53%, respectivamente.

Dentre as principais variações, destaca-se o aumento em "Financiamentos" decorrente, principalmente, da valorização do dólar frente ao real no montante de R\$ 3.608 milhões, captações de R\$ 2.042 milhões e transferências para o passivo circulante no valor de R\$ 3.303 milhões.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018 o Patrimônio Líquido era de R\$ 5.911 milhões comparados a R\$ 5.690 milhões no mesmo período do ano anterior, impactado principalmente, pelo lucro líquido do exercício no montante de R\$ 2.867 milhões.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Versão: 1

10.2 Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As informações deste item são apresentadas no item 10.2 (b) abaixo.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Crescimento do PIB brasileiro e demanda interna dos produtos da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as vendas no Brasil representavam 54,5% da receita líquida de vendas da Companhia. Portanto, a Companhia é significativamente afetada pela conjuntura econômica do país. O resultado das operações e a situação financeira são e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro, pois os produtos da Companhia são usados na fabricação de um amplo leque de produtos de consumo e industriais.

A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento do PIB brasileiro e do consumo interno aparente de PE, PP e PVC nos períodos apresentados:

	2019	2018	2017
PIB Crescimento/Redução ⁽¹⁾	1,1%	1.1%	1.0%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	7.3%	7.5%	(0.42%)
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	4.3%	3.7%	2.9%
Taxa CDI ⁽⁴⁾	4.6%	6.40%	6.99%
Valorização (desvalorização) do real vs. dólar.....	4.0%	17.1%	1.5%
Taxa de câmbio do fim do período rate—US\$1.00.....	R\$4.0307	R\$3.8748	R\$3.3080

Fontes: Fundação Getulio Vargas, Banco Central e Bloomberg

⁽¹⁾ PIB do Brasil de acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática—SIDRA.

⁽²⁾ Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços do mercado, calculado pela Fundação Getulio Vargas.

⁽³⁾ Inflação (IPCA) é o índice de preços ao consumidor amplo, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁽⁴⁾ A taxa CDI é a taxa dos Certificados de Depósito Interbancário no Brasil (na última data do período respectivo).

A taxa de crescimento do PIB brasileiro vem flutuando significativamente e a administração da Companhia acredita ser provável que a flutuação persista. A administração acredita que o crescimento econômico no Brasil poderia afetar de modo positivo no futuro a receita líquida de vendas e resultados operacionais. Contudo, um baixo crescimento econômico ou uma recessão no Brasil provavelmente levaria à redução da receita líquida de vendas futuras, causando efeito negativo nos resultados operacionais.

Efeitos de flutuações da taxa de câmbio entre o real e o dólar

Os resultados das operações da Companhia e sua situação financeira são e continuarão a ser afetados pela taxa de desvalorização ou valorização do real frente ao dólar uma vez que: (i) uma parcela substancial da receita líquida de vendas da Companhia é expressa ou está atrelada ao dólar; (ii) os custos de algumas das matérias-primas, principalmente a nafta, etano, propano, propeno e alguns catalisadores necessários nos processos de produção, são incorridos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; (iii) algumas despesas operacionais e investimentos de outra natureza são expressos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; e (iv) a Companhia tem valores significativos de passivos expressos em dólares que exigem o pagamento do principal e juros nessa moeda.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

Praticamente todas as vendas da Companhia são de produtos petroquímicos para os quais há preços em dólares no mercado internacional. Em geral, a administração procura fixar preços que levem em conta: (1) o preço dos produtos petroquímicos da Companhia nos mercados internacionais; e (2) no Brasil, as variações da taxa de câmbio real/dólar. Desta forma, embora uma parcela significativa da receita líquida de vendas seja expressa em reais, substancialmente todos os produtos da Companhia são vendidos a preços que tomam por base os preços do mercado internacional, cotados em dólares. Por sua vez, flutuações do real também afetarão o custo da nafta, etano, propano, propeno e de outras matérias-primas atreladas ao dólar.

A desvalorização do real frente ao dólar geralmente causa um aumento nos custos de produção dos produtos e a Companhia geralmente procura aumentar os preços de nossos produtos em reais (na medida possível à luz das condições de mercado à época vigente no País) o que pode resultar na redução dos volumes de vendas de seus produtos. Na medida em que os aumentos de preço não sejam suficientes para cobrir os aumentos de custo das matérias-primas, o lucro operacional da Companhia diminui. Inversamente, a valorização do real frente ao dólar causa geralmente uma redução nos custos de produção dos produtos e geralmente a Companhia diminui os preços de seus produtos em reais o que pode resultar no aumento de volumes de vendas de seus produtos. Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio dólar/real, com frequência há uma defasagem entre a ocasião em que o dólar se valoriza ou desvaloriza e a ocasião em que a Companhia pode efetivamente repassar tais aumentos ou reduções de custo em reais a seus clientes no Brasil. Tais descasamentos de preços diminuem quando as flutuações da taxa de câmbio dólar/real são menos voláteis.

A Companhia pode executar transações com derivativos financeiros para mitigar o risco da taxa de câmbio associado com a exposição dos custos em reais. Essas operações podem incluir opções de compra e venda e estratégias relacionadas. Por exemplo, a Companhia pode aplicar uma estratégia de proteção chamada de collar, que consiste na compra de uma opção de venda associada à venda simultânea de uma opção de compra, sendo que as duas opções possuem a mesma validade. Nesse caso, se o real desvaloriza e o preço de exercício da compra excede a taxa de câmbio da data de exercício da opção, a Companhia pode sofrer perdas financeiras significativas. No entanto, uma vez que essas estratégias serão implementadas apenas para fins não especulativos (de acordo com a política financeira da Companhia), as perdas em potencial sobre as transações com derivativos deverão ser compensadas por custos fixos mais competitivos em reais.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida consolidada da Companhia em dólares, em considerar a dívida da controlada Braskem Idesa, representou 96% do total da dívida em aberto. Assim, quando o real se desvaloriza frente ao dólar: (i) os custos com juros sobre a dívida expressa em dólares aumenta em reais, afetando negativamente o resultado das operações em reais; (ii) o valor em reais da dívida expressa em dólares aumenta, e o total do passivo e obrigações de serviço da dívida em reais aumenta; e (iii) as despesas financeiras tendem a aumentar como resultado das perdas cambiais que a Companhia registra, mitigadas pela decisão da companhia em 1 de maio de 2013 de designar parte dos passivos denominados em dólares norte-americanos como hedge de exportações futuras.

Efeitos da inflação no Brasil

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia na medida em que aumenta algumas das despesas operacionais expressas em reais (e não atreladas ao dólar). Uma parcela significativa do custo dos produtos vendidos e serviços prestados, no entanto, está atrelada ao

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

dólar, não sendo substancialmente afetada pela taxa de inflação brasileira. Parte da dívida em reais está indexada de modo a levar em conta os efeitos da inflação. Nesse tipo de dívida, o valor do principal é em geral corrigido pelo Índice Geral de Preços – Mercado, de forma que a inflação resulta em aumentos nas despesas financeiras e obrigações de serviço da dívida. Além disso, uma parcela expressiva da dívida em reais é remunerada à TLP ou taxa do CDI, que são parcialmente ajustadas pela inflação.

Efeito das Vendas no Exterior sobre o Desempenho Financeiro

A Companhia possui significativa capacidade de produção instalada fora do Brasil a partir de unidades industriais localizadas nos Estados Unidos, Alemanha e México.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, 45,5% da receita líquida foi gerada pela venda de produtos fora do Brasil, em comparação a 44% em 2018 e 41,7% em 2017. A receita líquida gerada pela venda de produtos fora do Brasil aumentou 9,1% em 2019, que por sua vez aumentou 14% em 2018 ante 2017.

Efeito da ciclicidade na indústria petroquímica

O consumo global de produtos petroquímicos aumentou significativamente nos últimos 30 anos. Em razão deste crescimento, houve períodos de oferta insuficiente de tais produtos. Períodos de capacidade insuficiente, inclusive alguns devidos a escassez de matérias-primas, normalmente acarretaram aumento das taxas de utilização de capacidade e preços no mercado internacional dos produtos da Companhia, levando a aumento dos preços internos e das margens operacionais. Esses períodos foram frequentemente seguidos por períodos de adições à capacidade, que resultaram na queda das taxas de utilização da capacidade e dos preços de venda internacionais, levando à diminuição dos preços internos e das margens operacionais.

Acreditamos que essas tendências cíclicas dos preços de venda internacionais e das margens operacionais relativas a escassez e aumento da oferta global poderão persistir, principalmente em razão do impacto contínuo de quatro fatores genéricos: (i) as tendências cíclicas dos negócios em geral e das atividades econômicas produzem oscilações na demanda por petroquímicos; (ii) quando a demanda cai, a estrutura de altos custos fixos da indústria petroquímica, que é intensiva de capital, em geral leva os produtores a uma concorrência acirrada de preços a fim de maximizar a utilização de capacidade; (iii) aumentos significativos de capacidade, por meio da expansão ou construção de fábricas, podem levar de três a quatro anos para se tornarem operacionais e, por conseguinte, tomam por base necessariamente as estimativas da demanda futura; e (iv) uma vez que na maioria dos casos a concorrência com relação a produtos petroquímicos tem seu foco no preço, ser um produtor de baixo custo é vital à lucratividade. Isto favorece os produtores com fábricas maiores que maximizam economias de escala, mas a construção de plantas com alta capacidade pode acarretar em aumentos significativos de capacidade que podem suplantam o crescimento corrente da demanda.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais das principais matérias-primas

No Brasil, nafta, etano e propano são as principais matérias-primas utilizadas na produção dos produtos da primeira e segunda geração petroquímica, os quais corresponderam a 40,7%, 0,5% e 1,0%, respectivamente, do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2019. A Companhia também adquire de terceiros parte do propano utilizado nas plantas de PP no Brasil, que representou 4,9% do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2019. Nos Estados Unidos e Europa, o propano é principal matéria-prima consumida na produção de PP nestas regiões, e representou 15,2% do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

em 2019. No México, o etano é a principal matéria-prima utilizada na produção integrada de PE, o qual correspondeu a 1,3% do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2019.

A nafta é adquirida a preços baseados nos preços da nafta do mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia ("ARA"), ou preço de referência ARA, e etano e propano precificados com base no mercado Mont Belvieu. A Companhia adquire o propeno utilizado no Brasil, e pela Unidade EUA e Europa a preços baseados na referência do Golfo dos EUA e Europa. A Companhia adquire hidrocarboneto leve de refinaria (HLR) no Brasil a preços referenciados no preço do gás natural importado.

Os preços da nafta, do etano, propano e propeno têm sido e podem se manter voláteis. Um aumento nos preços da nafta, do etano, propano ou propeno reduziria a margem bruta da Companhia e afetaria negativamente seu resultado financeiro total, na impossibilidade de repasse desse aumento de custos aos clientes, e poderia reduzir o volume de vendas de nossos produtos. Inversamente, reduções significativas do preço destas matérias-primas e, consequentemente, dos custos de produção, geralmente aumentam as margens brutas e resultados operacionais, podendo acarretar o aumento dos volumes de vendas, se o custo mais baixo permitir que a Companhia venha a reduzir os preços que pratica. Nos períodos de grande volatilidade dos preços destas matérias-primas, costuma haver uma defasagem entre o aumento ou diminuição destes preços e a ocasião em que a Companhia consegue repassar o aumento ou redução de custos a seus clientes. Esses descasamentos de precificação diminuem quando os preços são menos voláteis.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais dos produtos vendidos

No Brasil, os preços cobrados pela Companhia por muitos de seus produtos químicos e de resinas termoplásticas em geral são estipulados tomando por referência os preços nos mercados internacionais. Geralmente os preços dos produtos de segunda geração exportados do Brasil são baseados nos preços praticados no mercado à vista internacional. Nos Estados Unidos e na Europa, os preços do PP comercializado nestas regiões são determinados com base na precificação do mercado regional. No México, o preço do PE é definido com base nos preços na região da Costa do Golfo dos Estados Unidos.

Aumentos significativos dos preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional e, consequentemente, dos preços que a Companhia poderia cobrar, geralmente aumentam a receita líquida de vendas e resultados operacionais à medida que a Companhia possa manter as margens operacionais, e o aumento de preços não reduza os volumes de vendas de seus produtos. Inversamente, quedas significativas dos preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional e, consequentemente, dos preços que a Companhia poderia praticar, geralmente reduzem a receita líquida de vendas e resultados operacionais, se a Companhia não puder aumentar suas margens operacionais ou se a redução dos preços não acarretar aumento dos volumes de vendas de seus produtos.

Utilização da capacidade

As operações da Companhia são intensivas de capital. Em vista disso, a fim de obter custos de produção unitários mais baixos e de manter margens operacionais adequadas, a Companhia procura manter altas taxas de utilização de capacidade em todas as nossas instalações de produção.

A tabela a seguir demonstra as taxas de utilização de capacidade relativas às plantas de alguns dos principais produtos da Companhia nos períodos apresentados:

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Eteno	85%	91%	94%
PP EUA e Europa	88%	87%	97%
PE Mexico ⁽¹⁾	76%	77%	88%
⁽¹⁾ O Polo do México iniciou suas operações em 2016.			

Em 2019, a utilização média de capacidade foi impactada (i) pela baixa utilização do cracker na Bahia, em virtude da paralização da planta de cloro-soda em Alagoas; (ii) pela parada programada de uma de nossas linhas de produção no cracker da Bahia no 4T19; (iii) pela baixa taxa utilização nos crackers do Rio Grande do Sul, por conta de problemas logísticos e (iv) pela queda na lucratividade marinal da exportação de resinas.

Em 2018, a utilização média de capacidade foi impactada pela greve dos caminhoneiros que ocorreu no Brasil em maio de 2018; por conta do incidente envolvendo a planta de cloro-soda em Alagoas; por conta do apagão que afetou as plantas do nordeste em março e por conta da baixa demanda no 4T19.

Em 2017, a utilização média de capacidade foi impactada pela alta performance operacional dos crackers, que resultou de uma eficiência operacional e maior disponibilidade de matéria-prima base gás no Rio de Janeiro.

Efeitos da Política Industrial Brasileira

O governo brasileiro possui influência significativa em alguns setores da indústria interna, inclusive no setor petroquímico no qual a Companhia opera. O governo brasileiro adotou, ou considera a adoção, de medidas que aumentem a competitividade de empresas brasileiras, conforme descreve-se a seguir.

Reintegra

Em dezembro de 2011, o governo brasileiro implantou o programa "Reintegra", que visa ao aumento da competitividade de fabricantes brasileiros em mercados internacionais, através do refinanciamento de impostos federais sobre exportações. Como resultado de tal incentivo, a exportação de produtos de terceira geração por companhias brasileiras cresceu, aumentando assim a demanda brasileira pelos produtos da Companhia. O programa original encerrou-se no final de dezembro de 2013. Em agosto de 2014, o governo federal reestabeleceu de forma permanente o Reintegra e com taxas variáveis, com variação de até 5% das receitas de exportação das companhias, com uma alíquota de restituição de imposto de 0,1%, e em outubro de 2014 o governo brasileiro reestabeleceu a alíquota de 3,0%, válida até o final de 2015. Em março de 2015 o governo brasileiro reduziu novamente a alíquota para 1,0%, vigente para 2015 e 2016. Em outubro de 2015, de acordo com o Decreto 8.543, o governo federal reduziu a taxa de restituição para 0,1%, válida a partir de 1º de dezembro de 2015, que permaneceu em vigor até 31 de dezembro de 2016. Em 28 de agosto de 2017, conforme o Decreto 9.148, que alterou o Decreto 8.543, a taxa do Reintegra aumentou para 2% com validade a partir de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018. Entretanto, em 30 de maio de 2018, o Presidente emitiu um novo Decreto reduzindo a taxa do Reintegra para 0,1% a partir de 1º de junho de 2018 em diante.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

Tarifas de Importação em Portos Locais

Historicamente, as tarifas sobre importações são estabelecidas pelo governo federal. No entanto, nos últimos anos, alguns estados brasileiros estabeleceram benefícios fiscais a fim de atrair importações para portos locais visando aumentar a receita e desenvolver a infraestrutura local de tais portos, principalmente através da concessão de descontos sobre o ICMS que seria devido a tais estados. Líderes do setor e de associações trabalhistas alegam que tais leis criam subsídios para produtos importados, o que prejudicaria a indústria brasileira.

Em 1º de janeiro de 2013, entrou em vigor a legislação que reduz a alíquota máxima de ICMS a ser cobrado pelos estados de 12% para 4% em vendas interestaduais de matéria-prima e outros bens importados que não sejam total ou parcialmente fabricados no Brasil. Salvo limitadas exceções, a redução fiscal não se aplica a bens importados que não possuam substitutos fabricados no Brasil. Como resultado, os atuais benefícios fiscais oferecidos por alguns estados brasileiros para atrair importações de produtos na forma de redução da alíquota do ICMS tornaram-se menos atraentes.

Preços e taxas

A Companhia fixa os preços de venda do eteno tomando por referência os preços do mercado internacional. Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos importados de primeira geração refletem, em parte, custos de transporte e tributos. A Companhia fixa os preços de subprodutos de eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração os custos de transporte e tributos.

Os produtores de segunda geração, inclusive a Companhia, em geral fixam os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência diversos fatores de mercado, entre eles os preços pagos por produtores de terceira geração por produtos importados. Os preços pagos por essas importações também refletem custos de transporte e tributos.

O governo brasileiro tem recorrido a tarifas de importação para implantar políticas econômicas. Dessa forma, em geral as tarifas sofrem grandes variações, sobretudo aquelas incidentes sobre produtos petroquímicos, e podem variar no futuro. Os tributos sobre a importação de produtos petroquímicos de primeira geração, variam entre 0% e 4%, enquanto os tributos sobre as resinas de PE, PP e PVC foram fixadas em 14,0%.

As importações e exportações na área de livre comércio formada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), não estão sujeitas a tributos desde dezembro de 2001. As importações de PVC em suspensão da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela não estão sujeitas a tarifas, devido a diversos acordos comerciais. As importações de PVC em suspensão do México estão sujeitas a tarifas reduzidas de 11,2%, de acordo com um acordo comercial. As importações e exportações entre o Mercosul e Colômbia, Equador e Venezuela não estão sujeitas a tarifas devido a um acordo de comércio em vigência desde 2005.

As importações de PVC em suspensão dos EUA e do México estão sujeitas a tarifas antidumping de respectivamente 16,0% e 18,0% impostas pela Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CAMEX). Desde 2008, as importações de PVC em suspensão da China também estão sujeitas à tributação de 21,6%, enquanto as importações de suspensão de PVC da Coreia do Sul estão sujeitas a tributos que variam entre 0% e 18,9%, dependendo do produtor, em virtude da imposição de tributos antidumping pela CAMEX. Os impostos e taxas cobrados sobre importações dos EUA e do México têm vencimento em 2021. Já

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

os impostos e taxas cobrados sobre importações da China e da Coreia do Sul venceram em 2019, mas os mesmos estão mantidos até o final do prazo de revisão, cuja estimativa é em agosto de 2020.

Adicionalmente, em dezembro de 2010, a CAMEX impôs um tributo antidumping de 10,6% sobre as importações de PP dos Estados Unidos. Tais medidas foram renovadas em novembro de 2016. A partir de agosto de 2014, o governo brasileiro passou a aplicar tarifas antidumping sobre importações de PP da África do Sul, Índia e Coreia do Sul, de 16,0%, 6,4% -9,9%, e 2,4%-6,3%, respectivamente. Os impostos e taxas cobrados sobre importações de PP dos Estados Unidos tem vencimento em 2021. Já os impostos e taxas cobrados sobre importações da África do Sul, Índia e Coreia do Sul venceram em 2019, mas os mesmos estão mantidos até o final do prazo de revisão, cuja estimativa é em agosto de 2020.

Em 2019, cerca de 31% das resinas de PE, PP e PVC consumidas no Brasil foram importadas, o que representou um aumento de 9% no volume de resinas importadas em relação a 2018.

Regime Especial da Indústria Química (REIQ) – Incentivo Fiscal de PIS/COFINS

Em 2013, o Poder Público aprovou a redução das alíquotas de PIS e COFINS sobre as compras de matérias-primas por produtores de primeira e segunda geração, que atendem a diversos setores da economia. A medida visou restabelecer parcialmente a competitividade da indústria, enfraquecida por fatores relacionados à infraestrutura, produtividade, custos de matéria-prima e energia, e câmbio, que exerceram pressão sobre o déficit comercial da indústria química, segundo a ABIQUIM, que encerrou 2019 em US\$ 31,5 bilhões. Ao final de 2018, a Companhia dispunha de restituição de 3,65% da alíquota de PIS e COFINS sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas.

Em maio de 2018, o REIQ foi revogado por meio da Medida Provisória nº 836/18 com efeitos partir de 1º de setembro de 2018. Entretanto, em outubro de 2018, a Medida Provisória não foi convertida em legislação definitiva e, dessa forma, a restituição de 3,65% da alíquota de PIS e COFINS sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas foi mantida.

Impacto do nível de endividamento e taxas de juros

Em dezembro de 2019, o endividamento consolidado da Companhia, líquido de custos de transação, era de R\$ 39.273 milhões (US\$ 9.744 milhões), incluindo R\$ 9.982 milhões (US\$ 2.477 million), que faz jus ao financiamento do project finance no México. Este nível de endividamento da Companhia resulta em despesas financeiras robustas, refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Estas despesas consistem em despesas com juros, com variação cambial de dívidas em relação ao dólar e outras moedas, ganhos ou perdas cambiais, entre outros itens. Em dezembro de 2019, registramos um total de R\$ 3.866 milhões, em que R\$ 2.293 milhões estão atrelados a pagamentos de juros sobre dívidas. Também foi registrada perda de R\$ 1.726 milhões relacionados à variação cambial de ativos e passivos financeiros. As taxas de juros pagas pela Companhia dependem de diversos fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais e as avaliações de risco da Companhia, do setor e da economia brasileira feitas por agências de classificação de risco que avaliam a Companhia e seus títulos de dívida.

Efeito dos impostos sobre o resultado

Estamos sujeitos a uma gama de tributos federais e estaduais genericamente incidentes em diversas jurisdições sobre nossas operações e resultados. A Companhia está em geral sujeita ao imposto de renda federal brasileiro (combinado com a Contribuições Social sobre o Lucro Líquido

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

– CSLL) à alíquota efetiva de 34%, que é a alíquota padrão do imposto de pessoa jurídica no País. Foram concedidas à Companhia certas isenções de impostos federais baseadas na legislação federal que oferece incentivos fiscais a empresas que instalem suas unidades de produção nos estados brasileiros da Bahia e Alagoas (SUDENE). Tais isenções foram concedidas por prazos variáveis a cada uma das plantas industriais da Companhia localizadas nos referidos estados.

A Companhia tem o direito de pagar 25% da alíquota de imposto de renda sobre lucros decorrentes da venda: (i) do PE fabricado em uma das plantas de PE do Complexo Petroquímico de Camaçari até 2026; e (ii) do PE fabricado em uma das plantas do Polo de Camaçari e soda cáustica, cloro, dicloroetano (EDC) e PVC produzidos nas plantas no Polo de Camaçari e Alagoas até 2024.

Cada uma das isenções confere a Companhia o direito de pagar 15,25% de imposto de renda mais CSLL, devido à uma redução de 75% da alíquota de imposto de renda (de 25% para 6,25%) devido sobre os lucros decorrentes de produtos fabricados nessas plantas.

Os prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda a compensar no Brasil não prescrevem, porém a compensação anual está limitada a 30% do lucro líquido ajustado. Este limite também afeta a CSLL.

O montante consolidado inclui o impacto de diferentes taxas de impostos em países em que as subsidiárias estão localizadas, conforme segue:

- Braskem Europa (Alemanha) – 31,18%
- Braskem America e Braskem America Finance (Estados Unidos) – 21,00%
- Braskem Argentina (Argentina) – 30,00%
- Braskem Petroquímica Chile (Chile) – 27,00%
- Braskem Holanda, Braskem Holanda Finance e Braskem Holanda Inc Netherland (Holanda) – 25,00%
- Braskem Idesa, Braskem Idesa Serviços, Braskem México, Braskem México Serviços e Braskem México Sofom (México) – 30,00%

As vendas de exportação da Companhia estão atualmente isentas de: (1) Programa de Integração Social – PIS; (2) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, imposto federal sobre o valor agregado; (3) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, imposto federal de valor agregado sobre produtos industrializados; e (4) ICMS.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, e c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

RESULTADO OPERACIONAL

Os Diretores apresentam abaixo a análise dos três últimos exercícios por região onde a Companhia atua:

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

BRASIL

O spread dos principais químicos produzidos pela Braskem teve queda em 2019 em função da entrada em operação de crackers base etano e do bom desempenho operacional das plantas desidrogenadoras de propano, ambos nos Estados Unidos, e do início da operação de novas refinarias na Ásia, combinado ao enfraquecimento da demanda, principalmente do setor automobilístico. No ano de 2018, o spread de químicos foi inferior a 2017 explicado por menores spreads de: (i) butadieno, que em 2017 foi positivamente impactado pela demanda incentivada na China; e (ii) de cumeno devido ao aumento na oferta após a entrada em operação de novas capacidades na Ásia.

O spread de PE apresentou redução em 2019 em função da entrada de novos crackers integrados de PE base shale-gas nos Estados Unidos combinada a menor demanda face às incertezas quanto a guerra comercial entre Estados Unidos e China, Brexit, pressão regulatória sobre plásticos de uso único, dentre outras, que prejudicaram a confiança dos consumidores e da indústria mundial. Em 2018, o spread de PE foi inferior a 2017 devido à entrada em operação de novas capacidades de PE, principalmente nos Estados Unidos.

O spread de PP apresentou redução no ano de 2019, influenciado pelo enfraquecimento da demanda, principalmente da indústria automobilística, impactada pelo término dos incentivos fiscais para compra de carros na China e pelos novos padrões de emissão de gases do efeito estufa na China e Europa, combinada à entrada em operação das novas capacidades de PP na Ásia. Em 2018, o spread de PP foi inferior a 2017 devido, principalmente, à redução da demanda na Ásia.

O spread de vinílicos registrou queda em 2019, explicada pelo enfraquecimento da demanda de PVC na Ásia, devido à guerra comercial entre Estados Unidos e China e à política de antidumping da Índia, pela maior demanda por EDC no mercado, inclusive da Braskem, e pela menor demanda por soda cáustica dos setores de alumínio e papel e celulose. No ano de 2018, o spread de vinílicos foi inferior a 2017 em função, principalmente, do preço mais alto da nafta, que seguiu a tendência de alta do petróleo, e de altos níveis de estoque de soda cáustica nos Estados Unidos, combinado com a redução na demanda pelo produto, após um grande produtor de alumina ter operado a baixas taxas de utilização durante a maior parte do ano.

A demanda de resinas no mercado brasileiro (PE+PP+PVC) foi de 5,2 milhões de toneladas, um aumento de 2% em relação a 2018, explicado pela redução da taxa básica de juros da economia brasileira e pelo aumento da confiança por empresários e consumidores, o que alavancou, principalmente, os setores de agronegócio, alimentício e o início da recuperação da construção civil. Em 2018, a demanda apresentou expansão de 2,4% em relação a 2017, devido à melhora no nível de atividade econômica, impulsionada pela demanda dos setores agrícola, cosméticos, farmacêutico e de embalagens para alimentos.

A taxa de utilização foi de 85% em 2019, 6 p.p. inferior a 2018, devido à: (i) redução de carga na central da Bahia como resultado da paralização das fábricas de cloro-soda e dicloreto (EDC) em Alagoas; (ii) parada programada em uma das linhas de produção da central petroquímica da Bahia no 4T19; (iii) problemas logísticos com o recebimento de matéria-prima pela central do Rio Grande do Sul; e (iv) pela redução de carga das centrais em função da queda da rentabilidade marginal da exportação de resinas. Em 2018, a taxa de utilização havia sido 91%, 3 p.p. inferior a 2017, em função, principalmente: (i) da greve dos caminhoneiros em maio; (ii) do incidente na planta de cloro soda de Alagoas em janeiro; e (iii) da interrupção no fornecimento de energia elétrica para as plantas do Nordeste em março; e (iv) menor demanda no 4T18.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

As vendas de resinas no mercado brasileiro se mantiveram em linha com 2018, totalizando 3,4 milhões de toneladas, que por sua vez havia sido 2% inferior a 2017. Com relação aos principais químicos, as vendas totalizaram 2,8 milhões de toneladas, 2% inferior ante 2018, o qual apresentou aumento de 1% em relação à 2017. Em 2019, as exportações de resinas foram de 1,4 milhão de toneladas e as de principais químicos, 628 mil toneladas, 8% e 10% superiores a 2018, respectivamente, que por sua vez foram 14% e 31% inferiores a 2017.

No ano, as unidades do Brasil e exportações apresentaram EBITDA de US\$ 821 milhões (R\$ 3.205 milhões), 57% inferior em relação a 2018, que por sua vez havia sido 27% inferior em relação a 2017, totalizando US\$ 1.905 milhões (R\$ 6.985 milhões).

ESTADOS UNIDOS E EUROPA

O spread de PP nos Estados Unidos aumentou em 2019, como resultado da grande disponibilidade de propeno na região, em função: (i) das altas taxas de utilização das plantas de DHPs; e (ii) maior utilização de líquidos de gás natural (principalmente butano) nos crackers, aumentando a oferta de propeno. Em 2018, spread de PP aumentou, explicado pela maior oferta de propeno dado o bom desempenho operacional das plantas desidrogenadoras de propano (DHP), que tiveram taxas de utilização mais altas no ano, além do maior uso de GLP (propano e butano) e nafta, que contribuiu para o aumento da oferta de propeno na região.

O spread de PP na Europa foi inferior em 2019, devido à desaceleração econômica na região atrelada ao aumento da oferta de propeno com a normalização das restrições logísticas no transporte fluvial, que afetaram a região no ano anterior. Em 2018, o spread de PP foi menor em função de uma menor demanda por PP na região, principalmente para o mercado automobilístico, o qual teve sua cadeia de suprimentos afetada por regulações que visam garantir a diminuição da emissão de gases de efeito estufa.

A demanda de PP no mercado norte-americano foi 3,1% inferior a 2018, devido ao enfraquecimento do setor manufatureiro e automobilístico. Em 2018, o mercado americano havia crescido 3% na comparação com 2017, com destaque para os segmentos de tampas e filme orientado, muito utilizado em embalagens de alimentos.

Em relação a demanda do mercado europeu, esta apresentou aumento de 0,7% ante a 2018 em função do maior uso de PP no setor de bens de consumo e serviços, com destaque para embalagens, utensílios domésticos, tampas e filmes orientados e na medicina, ainda que o setor automobilístico tenha apresentado queda na região. Em 2018, a demanda de PP apresentou queda de 2,6% na comparação com 2017, seguindo o fraco desempenho econômico da região, em particular de países como Alemanha e Itália.

Em 2019, a taxa de utilização foi de 88%, 1 p.p. superior a 2018, devido, principalmente, ao melhor desempenho operacional das plantas nos Estados Unidos, que contrabalanceou a queda na taxa de utilização da Europa, como resultado da restrição logística no recebimento de propeno nas plantas devido a problemas operacionais dos fornecedores. Em 2018, a taxa de utilização foi de 87%, 10 p.p. inferior à 2017, em função das paradas programadas e não programadas nas plantas dos Estados Unidos, e restrição logística no recebimento de propeno nas plantas da Europa explicado pelo baixo nível fluvial.

Neste sentido, em 2019 as vendas de PP foram em linha com 2018, totalizando 1,9 milhão de toneladas. Em 2018, as vendas de PP foram 9% inferiores a 2017, totalizando 1,9 milhão de toneladas.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

No ano, as unidades de Estados Unidos e Europa apresentaram EBITDA de US\$ 316 milhões (R\$ 1.247 milhões), 48% inferior em relação a 2018, o qual por sua vez apresentou queda de 6% ante 2017, totalizando US\$ 608 milhões (R\$ 2.208 milhões).

MÉXICO

O spread de PE na América do Norte foi inferior em 2018 na comparação com 2018, como resultado da desaceleração do ritmo de crescimento da demanda por PE combinada a entrada em operação das novas capacidades na região, compensada parcialmente por menores preços de etano. Em 2018, os spreads foram inferiores a 2017, dado o excesso de oferta de PE e da alta nos preços de etano, devido ao aumento da demanda pelos crackers recém-inaugurados, combinado com a falta de pipelines para o transporte deste gás e de fracionadoras para a separação do etano.

A demanda de PE no México foi de 2,2 milhões de toneladas em 2019, uma redução de 4,5% com relação a 2018, devido ao fraco desempenho da economia mexicana, afetada pela redução na produção industrial. Em 2018, a demanda apresentou um crescimento de 2,7% ante a 2017, totalizando 2,07 milhões de toneladas, puxado pelos setores de soprados e filmes/laminados, muito utilizados no segmento de embalagens alimentícias e de higiene.

A taxa de utilização das plantas de PE foi de 76%, 1 p.p inferior a 2018, em função do menor fornecimento de etano ao longo do ano. Em 2018, a taxa havia sido de 77%, 11 p.p inferior a 2017, também em função do menor fornecimento de etano no período e da parada programada realizada em maio.

As vendas de PE em 2019 foram 2% superiores a 2018, totalizando 813 mil toneladas, como resultado da diminuição dos estoques e por maiores vendas de PE produzido no Brasil. Como parte da estratégia comercial para alocação de produto em regiões com maior rentabilidade, as exportações para os Estados Unidos aumentaram 51% em relação a 2018, e para Europa aumentaram em 29%. Em 2018, as vendas de PE foram 18% inferiores a 2017, totalizando 799 mil toneladas, das quais 67% foram direcionadas para atendimento do mercado mexicano.

Em 2019, o resultado do México inclui uma receita no montante de US\$ 85,5 milhões referente a provisão do delivery-or-pay do contrato de fornecimento de etano. Em 2018, essa receita foi de US\$ 95 milhões.

No ano, a unidade do México apresentou EBITDA de US\$ 361 milhões (R\$ 1.427 milhões), 41% inferior a 2018, o qual por sua vez foi 1% inferior a 2017, totalizando US\$ 617 milhões (R\$ 2.251 milhões).

CONSOLIDADO**RECEITA LÍQUIDA**

Em 2019, a receita líquida foi de US\$ 13.285 milhões, 16% inferior à 2018, em função dos menores preços de resinas termoplásticas e produtos químicos no mercado internacional impactados pelo menor crescimento da demanda global combinado a entrada de novas capacidades integradas de polietileno base etano shale gas nos Estados Unidos e de novas refinarias na Ásia. Em reais, a receita foi de R\$ 52.324 bilhões, 10% inferior ao ano anterior.

Em 2018, a receita líquida foi de US\$ 15.874 milhões, 3% superior à 2017, explicada principalmente pelo preço mais alto de resinas no mercado internacional. Em reais, a receita foi de R\$58.000 bilhões, 18% superior ao ano anterior.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

CPV

Em 2019, o custo dos produtos vendidos (CPV) consolidado foi US\$ 11.598 milhões, uma redução de 9% em relação a 2018 por conta da redução de preço das matérias-primas. Em reais, o CPV totalizou R\$45.680 milhões, 2% inferior a 2018 em função da valorização do real em relação ao dólar.

Em 2018, o custo dos produtos vendidos (CPV) consolidado foi US\$ 12.689 milhões, um aumento de 11% em relação a 2017 devido ao preço mais alto das matérias-primas no mercado internacional. Em reais, o CPV totalizou R\$46.407 milhões, 27% superior a 2017 em função do impacto da desvalorização do real frente ao dólar.

DVGA

Em 2019, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$ 4.262 milhões, 18% em relação a 2018, em função: (i) aumento nas despesas com vendas e distribuição dado o maior volume de vendas de resinas no Brasil e no México destinados à exportação, de químicos e de PP nos Estados Unidos e Europa; (ii) consultorias e escritórios de advocacia para apoiar o monitoramento externo relacionado ao Acordo Global com as autoridades; (iii) empresas de auditoria; e (iv) da cooperação com as autoridades para garantia da segurança das pessoas e do meio ambiente no âmbito do fenômeno geológico em Maceió/AL.

Em 2018, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$3.378 milhões, 10% superior do que em 2017, em função de maiores despesas com pessoas, campanhas institucionais, consultorias, honorários advocatícios e no aluguel de rail cars para as unidades dos EUA e México.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) LÍQUIDAS

Em 2019, a rubrica de outras receitas (despesas) líquida apresentou uma despesa de R\$ 2.448 milhões, ante uma receita de R\$ 473 milhões em 2018. O aumento de R\$ 1.381 milhões de outras receitas em relação ao ano anterior é explicado pelo reconhecimento de receita referente aos débitos de PIS e COFINS pagos a maior em períodos anteriores, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS e COFINS. Por sua vez, o aumento de outras despesas no valor de R\$ 4.302 milhões ante a 2018 é função: (i) da provisão relacionada ao Programa de Remuneração Financeira e Suporte à Realocação e às ações necessárias para fechar alguns de nossos poços de sal; (ii) a provisão do acordo de leniência com a Controladoria Geral da União (CGU) e a Procuradoria Geral da República (AGU); (iii) provisão para encerramento definitivo da planta de cloro-soda localizada em Camaçari, Bahia; e (iv) de uma maior provisão para remediação de danos ambientais.

Em 2018, a rubrica de outras receitas (despesas) líquida apresentou uma receita de R\$ 473 milhões, ante uma despesa de R\$ 479 milhões em 2017, devido a: (i) receita no montante a R\$ 337 milhões referente a multa sobre contrato de fornecimento de matéria-prima, cujo principal contrato é o de fornecimento de etano no México; e (ii) a receita de R\$ 236 milhões referente aos débitos de PIS e COFINS pagos a maior em 2017. Para mais informações sobre o reconhecimento desta receita, vide Nota Explicativa nº10 das Demonstrações Financeiras de 2018.

EBITDA

No ano de 2019, o EBITDA recorrente da Companhia foi de US\$ 1.514 milhões, 50% inferior a 2018 explicado, principalmente, pelos menores spreads no mercado internacional, resultado do

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

menor crescimento global combinado com entradas de capacidades de PE nos Estados Unidos, PP e novas refinarias na Ásia, compensados parcialmente pelo maior volume de vendas de PP nos Estados Unidos e de PE do México. Em reais, o EBITDA recorrente foi de R\$ 5.936 milhões, 46% inferior a 2018.

Em 2018, a Companhia apresentou EBITDA de US\$ 3.105 milhões, 20% inferior a 2017, explicado: (i) pelo menor spread média da indústria; e (ii) pela menor taxa de operação devido a questões operacionais e greve dos caminhoneiros. Em reais, o EBITDA foi de R\$ 11.315 milhões, 8% inferior a 2019.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro em 2019 foi uma despesa de R\$ 4.746 milhões, um aumento de 2% em relação a 2018.

Em relação às despesas financeiras da Companhia, houve aumento de 30% em relação a 2018, explicado por maiores despesas relacionadas: (i) aos juros atrelados a aplicação da nova norma IFRS 16 a partir de 01 de janeiro de 2019; (ii) ao ajuste a valor presente do acordo de leniência em função alteração do índice de correção das parcelas do Ministério Público Federal de IPCA para Selic no montante de R\$ 118 milhões; (iii) ao pagamento de prêmio devido liquidação total antecipada dos bônus com vencimento em 2020 e 2021, e parcial dos bônus com vencimento em 2022 e 2023 (breakfund costs); e (iv) a amortização dos custos de transação associados a liquidação parcial do Project Finance.

Houve aumento de 44% nas receitas financeiras ante 2018, em função: (i) do reconhecimento, e a respectiva atualização monetária, de receita referente aos débitos de PIS e COFINS apurados a maior em exercícios anteriores que totalizaram R\$ 208 milhões; e (ii) da atualização monetária do caixa bloqueado judicialmente referente a ação civil formulada pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, ambos do Estado do Alagoas, no montante de R\$ 68 milhões.

Em relação à variação cambial líquida, a despesa cambial foi 24% inferior a 2018 como resultado de uma menor depreciação do real frente ao dólar sobre a exposição líquida do resultado financeiro e da apreciação do peso mexicano frente ao dólar sobre o saldo do devedor do mútuo da Braskem Idesa no montante de US\$ 2.226 milhões em 31 de dezembro de 2019. Tais efeitos compensaram as maiores despesas com a transição do hedge accounting de exportação, que estava registrada no patrimônio líquido, no montante de R\$ 1.385 milhões na Braskem e de R\$ 267 milhões na Braskem Idesa.

Em 2018, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 4.651 milhões, 18% superior a 2017. As despesas financeiras apresentaram redução de 20% em relação a 2017, período em que as "Outras Despesas" foram impactadas em R\$ 471 milhões pela liquidação antecipada de operações de derivativos. As receitas financeiras no ano foram inferiores à 2017 em 2%, influenciadas pela redução da taxa de juros básica do Brasil. As variações cambiais líquidas, quando comparadas a 2017, foram impactadas pela depreciação do real no período sobre a exposição líquida do resultado financeiro não designado para hedge accounting, e pela despesa com a transição do hedge accounting de exportação, que estava represada no patrimônio líquido, no montante de R\$ 1.023 milhões na Braskem e R\$ 237 milhões na Braskem Idesa.

LUCRO/PREJUÍZO

A Companhia registrou prejuízo atribuível aos acionistas de R\$ 2.798 milhões em 2019, em função da provisão contábil no montante de R\$ 3.383 milhões referente à implementação do Programa

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, das ações para fechamento de determinados poços de sal da Companhia e do Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais combinado ao impacto negativo da depreciação do real frente ao dólar sobre a exposição líquida da Companhia não designada para hedge accounting.

Em 2018, a Companhia apresentou lucro líquido atribuível aos acionistas de R\$ 2.867 milhões, enquanto em 2017 esse valor foi de R\$ 4.083 milhões.

GERAÇÃO LIVRE DE CAIXA

A geração livre de caixa no ano de 2019 foi de R\$ 3.108 milhões, 56% inferior a 2018, em função da queda do EBITDA e do pagamento de juros atrelados a liquidação antecipada total/parcial de alguns bônus da Companhia (breakfund costs), compensados parcialmente por: (i) queda no contas a receber, resultado de menores volumes de vendas e de preços dos produtos vendidos; (ii) menores estoques de matérias-primas e de produtos acabados; (iii) maior compra de nafta importada com prazo de pagamento alongado; (iv) monetização de R\$ 281 milhões do saldo de PIS/COFINS (exclusão da base de cálculo do ICMS; (v) recebimento de adiantamento de clientes relacionados à venda futura de produtos químicos no mercado brasileiro e à exportação futura de PE e PP; e (vi) menor pagamento de IR/CSLL no Brasil e nos Estados Unidos.

Em 2018, a Companhia apresentou geração líquida de caixa de R\$ 7 bilhões, 187% superior a 2017, explicada principalmente: (i) pela variação positiva do capital de giro operacional; (ii) pela depreciação do real frente ao dólar; (iii) pelo menor pagamento de imposto de renda nos Estados Unidos em dólares; e (iv) pelo menor pagamento de juros após a liquidação antecipada de dívidas em reais com custo mais elevado incluindo o pré-pagamento parcial do bond perpétuo. Neste cenário, o retorno sobre o fluxo de caixa livre foi de 19%.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

As informações relacionadas a este item 10.2(c) encontram-se descritas no item 10.2(a) (ii) deste Formulário de Referência.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 Eventos com Efeitos Relevantes, Ocorridos e Esperados, nas Demonstrações Financeiras

(a) *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não ocorreu a introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em abril de 2018, a Companhia recebeu o montante de R\$ 81 milhões (já corrigidos monetariamente) referente ao saldo remanescente dos R\$ 100 milhões previstos pela venda das controladas Quantiq Distribuidora Ltda e IQAG Armazéns Gerais Ltda. realizada em 2017. A diferença entre o valor previsto atualizado e o montante recebido foi reconhecido no 2º trimestre de 2018 na rubrica "Outras receitas (despesas) líquidas", no montante de R\$ 20 milhões, conforme ajustes previsto em contrato.

(c) *Eventos ou operações não usuais*

Fenômeno Geológico - Alagoas

Há um fenômeno geológico ocorrendo em quatro bairros da cidade de Maceió, Estado de Alagoas (Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto), que estão localizados ou em área próxima aos poços de extração de sal-gema anteriormente operados pela Braskem.

Em maio de 2019, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) divulgou relatório sobre o evento, indicando que as causas estariam relacionadas às atividades de exploração de sal-gema pela Braskem. Esse fenômeno geológico de causa desconhecida está sendo investigado pelas autoridades competentes, que necessitam de uma série de estudos para concluir a análise. Diante da instabilidade ocorrida nos bairros e risco aos moradores da região, em 9 de maio de 2019, a Braskem decidiu paralisar as atividades de extração de sal-gema e a operação da fábrica de cloro-soda e dicloreto.

A Companhia realizou e vem realizando, com o apoio de instituições independentes e especialistas nacional e internacionalmente renomados, uma série de estudos focados: (i) no entendimento das causas do fenômeno geológico; e (ii) na análise da situação dos poços. Referidos estudos vêm sendo compartilhados com a Agência Nacional de Mineração (ANM), que mantém diálogos constantes com a Companhia.

Em 14 de novembro de 2019, a Braskem apresentou à ANM medidas para encerramento definitivo das atividades de extração de sal em Maceió, com o fechamento dos seus poços. Também, propôs a criação de uma área de resguardo no entorno de determinados poços como medidas de precaução e proteção às pessoas afetadas da região. Essas medidas são baseadas em estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG) da Alemanha, referência internacional em geomecânica de poços de sal, e estão sendo realizadas em coordenação com a Defesa Civil e demais autoridades.

Em 31 de dezembro de 2019, com base em sua avaliação e dos seus assessores externos, levando em consideração as informações existentes, diálogo com autoridades e melhor estimativa dos gastos para as diversas medidas de segurança aos moradores da região, a Companhia registrou

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

provisão no montante de R\$ 3.383.067, sendo R\$ 1.450.476 no passivo circulante e R\$ 1.932.591 no passivo não circulante. Devido à inerente mudança de premissas relacionadas às provisões decorrente de novos fatos e circunstâncias, do tempo de execução e extensão dos planos de ação, dos resultados de estudos futuros dos especialistas e desfecho de ações judiciais em curso, a provisão pode sofrer atualizações ao longo do tempo para refletir o desenvolvimento do tema.

As principais naturezas da provisão decorrem de:

(a) Apoio na desocupação e compensação dos moradores das Áreas de Risco, conforme Termo de Acordo celebrado com Ministério Público Estadual (MPE), Defensoria Pública Estadual (DPE), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública da União (DPU): seguem abaixo maiores detalhes do Acordo firmado, bem como da Área de Resguardo, delimitada a partir da ampliação do raio das minas com anomalias, identificadas através de sonares.

Provisão registrada no montante de R\$ 1.725.410 compreende gastos relacionados a ações como:

- Desocupação, auxílio aluguel, transporte de mudanças e guarda volume de mobiliários; e
- Negociação de acordos individuais para compensação de moradores afetados.

(b) Ações para fechamento e monitoramento dos poços de sal: com base no resultado de sonares e estudos geomecânicos, a Braskem planejou ações de estabilização e monitoramento para todos os 35 poços de extração de sal existentes:

- Para 4 deles, a recomendação é de enchimento com sólidos, processo que deve durar cerca de 3 anos;
- Para os 31 poços restantes, as ações recomendadas são de fechamento convencional, confirmação do status de preenchimento natural e monitoramento;
- Para 15 poços, incluindo os 4 que serão preenchidos com sólidos, a recomendação é de criação de área de resguardo no entorno e monitoramento.

O total de gastos estimado para implementação dessas medidas nos 35 poços é de R\$ 1.011.696, cálculo feito com base nas técnicas existentes e possíveis soluções para as condições atuais dos poços, o que pode ser futuramente alterado de acordo com novos estudos e alterações naturais na estrutura dos poços ao longo do tempo.

Outras medidas não contempladas no Acordo compreendem: (i) ações referentes aos Instrumentos de Cooperação Técnica firmados com a Defesa Civil, (ii) assuntos classificados como obrigação presente para a Companhia, ainda que não formalizadas; e (iii) gastos com contratação de assessores externos e especialistas para elaboração de estudos para entendimento do fenômeno geológico e apoio na execução das ações recomendadas nos estudos. Os gastos estimados e incluídos na provisão contábil, relacionados a estas medidas adicionais, somam R\$ 645.961, e também podem sofrer alterações na medida em que os estudos e ações na região avancem.

Todas as obrigações assumidas no Termo não importam em reconhecimento de culpabilidade ou responsabilidade da Companhia pela desocupação das pessoas das áreas de risco. A Braskem seguirá colaborando com as autoridades, com apoio de especialistas independentes, na identificação das causas dos eventos geológicos e na implementação de ações que tragam segurança à comunidade dos bairros afetados.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

A Companhia está em tratativas com as seguradoras sobre a cobertura das suas apólices de seguro. Essas tratativas estão em um estágio inicial. Portanto, o pagamento de indenizações dependerá da avaliação de cobertura dos seguros dessas apólices. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização foi reconhecida nas demonstrações financeiras da Braskem.

Outras informações e valores envolvidos referente ao fenômeno ora tratado, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2019.

Acordo de Leniência

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, a Companhia contratou especialistas em investigação interna para conduzirem uma investigação independente e reportarem os seus resultados. A Companhia cooperou e segue cooperando com autoridades públicas de diversas jurisdições, inclusive com o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC), o Ministério Público Federal do Brasil (MPF) e a Procuradoria Geral da Suíça (OAG).

Em dezembro de 2016, a Companhia celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal (Acordo MPF) e com as autoridades dos Estados Unidos e Suíça (Acordo Global), no valor aproximado de US\$ 957 milhões (aproximadamente R\$ 3,1 bilhões à época).

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 10 de julho de 2018 e fato relevante divulgado em 27 de maio de 2019, a Companhia se engajou em processo de cooperação e negociação com o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União (CGU) e a Advocacia Geral da União (AGU), que culminou com a assinatura de acordo de leniência com referidas autoridades em 31 de maio de 2019 (Acordo CGU/AGU e, em conjunto com o Acordo Global, denominados simplesmente Acordos).

O Acordo CGU/AGU trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global firmado em dezembro de 2016 e prevê um desembolso adicional de aproximadamente R\$ 410 milhões, em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU e a AGU. Atendendo à solicitação da Companhia e do MPF, a Justiça Federal homologou a destinação de recursos do Acordo MPF para pagamento do Acordo CGU/AGU. As parcelas vincendas do Acordo MPF aproveitarão ao Acordo CGU/AGU e passarão a serem corrigidas pela taxa SELIC, a partir da assinatura do Acordo CGU/AGU. O desembolso adicional de aproximadamente R\$ 410 milhões será pago em duas parcelas anuais ao final do cronograma de pagamentos do Acordo MPF, nos anos de 2024 e 2025.

AGU, CGU e MPF concordaram em destinar a maior parte dos valores recebidos com base nos Acordos para a reparação das vítimas dos atos ilícitos, inclusive outras autoridades e entes públicos, e a empreender gestões perante esses terceiros com os quais a Braskem venha a iniciar tratativas em relação aos fatos objetos dos Acordos, com o objetivo de evitar o ressarcimento em duplicidade.

As informações completas sobre o tema estão divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2019.

Em 2018, não houve operações não recorrentes que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia consolidada.

Em 2017, não houve operações não recorrentes que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia consolidada.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Leases (Arrendamentos)

A Companhia utilizou para sua transição a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, aplicou os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Sendo assim, não há reapresentações de informações e saldos em base comparativa.

Após a data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos passaram a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. Cada pagamento é alocado entre o passivo de arrendamento e o custo financeiro. O custo financeiro do passivo de arrendamento é registrado no resultado durante o prazo executável do contrato, utilizando uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. O direito de uso do ativo é depreciado pelo método linear considerando o período menor entre a vida útil do ativo e o prazo executável do contrato.

Ao determinar o prazo executável do arrendamento a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de extensão, ou não exercer a opção de término antecipado.

Na adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento em relação aos contratos anteriormente classificados como “arrendamentos operacionais” de acordo com a IAS 17 / CPC 06 (R1). Até as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2018, os pagamentos destes arrendamentos, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador, eram reconhecidos no resultado durante o período do contrato.

Para os arrendamentos anteriormente classificados como “arrendamentos financeiros” a Companhia reconheceu o ativo e o passivo de arrendamento considerando o valor imediatamente antes da data da aplicação inicial.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a principal mudança nas práticas contábeis da Companhia decorre da metodologia de cálculo da redução no valor recuperável (impairment) de acordo com o CPC48 / IFRS 9, cujo impacto foi uma redução de R\$ 9,4 milhões, líquido de impostos.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos das alterações estão demonstrados na Nota Explicativa nº 2.3(a) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019 referem-se à adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Leases (Arrendamentos), descrito no item 10.4(a) deste Formulário de Referência.

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2019

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não conteve nenhuma ressalva ou ênfase.

Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2018

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não conteve nenhuma ressalva ou ênfase.

Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2017

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não conteve nenhuma ressalva ou ênfase.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Versão: 1

10.5 Políticas Contábeis Críticas

Consideram-se políticas contábeis críticas quando estas exigem que a Administração faça estimativas, julgamentos e defina premissas baseadas na experiência histórica que possam afetar os valores reportados nas demonstrações financeiras.

Destacam-se as seguintes políticas críticas que exigem julgamentos subjetivos ou complexos que afetam o resultado:

Aplicação de julgamentos e estimativas críticas

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras referem-se a:

(a) Nota Explicativa nº 14.b das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019 – Arrendamento mercantil: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação do prazo do arrendamento;

(b) Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019 – Provisão de gastos do evento geológico em Alagoas: determinação das ações e medidas para fechamento e monitoramento de poços com base nas técnicas existentes e possíveis soluções considerando tecnologia atualmente disponível.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício referem-se a:

(c) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSL) diferidos

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios que anualmente é preparado pela Diretoria e submetidas à aprovação do Conselho de Administração. Esse plano tem como principais variáveis projeções para os preços dos produtos fabricados pela Companhia, os preços das matérias-primas, crescimento do produto interno bruto de cada país onde a Companhia atua, variação cambial, taxa de juros, taxa de inflação e a flutuação na oferta e demanda de insumos e produtos acabados. Essas projeções são realizadas com base em consultorias externas especializadas e no desempenho histórico da Companhia e no planejamento estratégico.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 22(c) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

(d) Vida útil de ativos

A Companhia reconhece a depreciação e a exaustão de seus ativos tangíveis e dos intangíveis com vida útil estimada referendada pelos técnicos da Companhia com experiência na gestão das plantas da Braskem. As vidas úteis dos ativos são revisadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas.

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem as plantas industriais da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, o nível de operação das plantas, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que: (i) a depreciação deve cobrir o valor total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, apresentam valor de venda próximo ao valor residual dos bens; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

As vidas úteis aplicadas aos bens determinaram as seguintes taxas médias (%) de depreciação e exaustão:

As informações sobre o ativo imobilizado estão apresentadas na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

(e) Análise e teste de recuperabilidade**Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida**

Anualmente, ou quando houver alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise para determinar se existem indicadores de que o saldo contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida poderá não ser recuperável. Essa análise é efetuada para verificar se existem cenários que poderiam impactar negativamente o fluxo de caixa da Companhia e a consequente recuperação dos valores investidos nestes ativos. Esses cenários são derivados de questões macroeconômicas, de ordem legal, concorrencial ou tecnológica.

A Companhia considera como pontos relevantes e que são observados nessa análise: (i) possibilidade de excesso de oferta dos produtos fabricados pela Companhia ou de redução significativa da demanda em razão de fatores econômicos adversos; (ii) perspectiva de oscilações relevantes nos preços dos produtos e insumos; (iii) possibilidade do surgimento de novas tecnologias ou matérias-primas que possam reduzir significativamente o custo de produção e, por decorrência, impactar o preço de venda levando, em última análise, à obsolescência de todo ou parte do parque industrial da Companhia; e (iv) mudanças no ambiente regulatório, de forma geral, que inviabilizem o processo produtivo da Braskem ou que impactem de maneira significativa a comercialização dos seus produtos. Para essa análise, a Companhia conta com equipe própria que tem uma visão estratégica do negócio, além de manter contato permanente com consultores externos. Caso as variáveis citadas indiquem riscos significativos para a geração de caixa, a Administração da Braskem faz o teste de recuperabilidade nos moldes descritos na Nota Explicativa nº 3.2.3(b) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

Os ativos da Companhia são agrupados inicialmente em segmentos operacionais que seguem uma lógica de linha de produtos e local de produção, representada pelos segmentos reportáveis divulgados na Nota Explicativa nº 36 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Ao identificar se as entradas de caixa provenientes de um ativo (ou grupo de ativos) são, em grande parte, independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos (ou grupos de ativos), a entidade considera vários fatores, tais como: linhas de produto, localidades individuais e a maneira como a Administração toma decisões sobre a continuidade das operações da entidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia revisou e alterou a forma como seus ativos estão agrupados em UGCs, a fim de preservar o conceito de independência de entradas de caixa entre cada UGC e outros ativos da Companhia, além de favorecer uma melhor apresentação das demonstrações financeiras.

Como resultado da revisão, os ativos passaram a ser agrupados de acordo com as seguintes UGCs:

Brasil:

- UGC Polo petroquímico Nordeste (Polo NE): representada pelos ativos das plantas de eteno, PE, PVC e Cloro soda localizadas na região Nordeste;
- UGC Polo petroquímico Sul (Sul): representada pelos ativos das plantas de eteno, propeno, PE e PP, localizadas na região Sul;
- UGC Polo petroquímico Rio de Janeiro (Polo RJ): representada pelos ativos das plantas de eteno, propeno, PE e PP, localizadas no estado do Rio de Janeiro;
- UGC Polo petroquímico São Paulo (Polo SP): representada pelos ativos das plantas de eteno e PE, localizadas nos municípios de Santo André e Cubatão;

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

- UGC Paulínia: representada pelos ativos da planta de PP; e
- UGC ABC, região da Grande São Paulo: representada pelos ativos da planta de PP.

Estados Unidos e Europa:

- UGC EUA: representada pelos ativos das plantas de PP localizadas nos Estados Unidos; e
- UGC Europa: representada pelos ativos das plantas de PP localizadas na Alemanha.

México:

- UGC México: representada pelos ativos das plantas de eteno e PE localizadas no México.

Ativo intangível com vida útil indefinida

Os saldos dos ágios de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios são testados anualmente para fins de mensuração da recuperabilidade. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Esses testes são fundamentados na projeção de geração de caixa em cada UGC ou grupos de UGCs, extraída do plano de negócios de 5 anos da Companhia, mencionado na Nota Explicativa nº 3.2.1 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019, e do plano da Administração para período superior a 5 anos para refletir padrões de ciclo do setor dos produtos. Também é calculada perpetuidade com base na visão de longo prazo e sem considerar crescimento em termos reais para esse cálculo. Os fluxos de caixa bem como a perpetuidade são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

Os ágios de rentabilidade futura estão apresentados na Nota Explicativa nº 13 (a) e (b) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019. Na referida nota explicativa também estão apresentados os resultados do teste de impairment.

(f) Contingências

Os passivos contingentes e as provisões existentes estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judicial e administrativa decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A Administração da Braskem, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, em que a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

(g) Processos tributários e previdenciários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa, acrescido dos devidos encargos; e

(h) Processos trabalhistas e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado, acrescido dos devidos encargos.

Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota e menor que a provável. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos,

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

ressalvados os casos derivados de combinação de negócios, a Companhia não faz provisão e destaca os de maior relevância na Nota Explicativa nº 24.2 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

Nas operações de combinação de negócios, atendendo ao disposto no CPC 15 e IFRS 3, a Companhia registra o valor justo dos processos com essa avaliação de perda. O valor provisionado corresponde ao valor da causa, acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic, multiplicado pelo percentual de probabilidade de perda.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra empresa, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementados no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

As contingências da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

(e) Provisão de gastos – Evento geológico em Alagoas

A provisão registrada decorre de ações e medidas de segurança com base em estudos e tratativas com as autoridades competentes conforme Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco (Termo), divulgado na Nota Explicativa nº 26.1 (i) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

As ações para fechamento e monitoramento de poços e apoio na desocupação de moradores da área de resguardo envolvem diversas estimativas na determinação dos gastos futuros para implementação dessas medidas. Portanto, fatores como o tempo de execução dos planos de ação, resultados de estudos futuros dos especialistas, alterações na estrutura dos poços, desfecho de ações judiciais em curso, entre outros, podem resultar em impacto material no valor da provisão.

(f) Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos**Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos**

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principais fontes de dados as bolsas de valores de mercadorias e futuros, divulgações do Banco Central do Brasil e serviços de cotações, a exemplo de Bloomberg e Reuters. Deve-se ressaltar que a volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil vem causando mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros em períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor justo dos swaps e outros instrumentos financeiros.

Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e de títulos não listados em bolsa de valores não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da Companhia.

As informações sobre os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

Hedge accounting

A Controladora designou passivos financeiros não derivativos em moeda estrangeira para a proteção do fluxo de caixa futuro gerado pelas suas exportações. Esta decisão foi baseada em dois conceitos e julgamentos importantes: (i) a realização de exportações previstas em seu plano de negócios, que são inerentes ao mercado e negócio em que atua, e (ii) a capacidade da Companhia de refinar seus passivos em dólar, uma vez que faz parte do direcionamento e estratégia da Companhia o financiamento prioritário em dólar e está previsto na Política Financeira da Companhia a manutenção de um nível mínimo de passivos líquidos em dólares.

A controlada Braskem Idesa designou a totalidade do financiamento obtido junto a instituições financeiras para a construção da sua planta industrial para a proteção de parte das vendas que serão realizadas na mesma moeda do financiamento, o dólar norte-americano. A estimativa das vendas está contemplada no projeto que foi apresentado aos bancos/financiadores que, devido à consistência das projeções, concederam à Braskem Idesa um financiamento que deverá ser pago exclusivamente com o caixa a ser gerado por essas vendas. Todas as considerações comerciais do projeto foram amparadas por estudos de mercado realizados por consultorias especializadas durante a análise da sua viabilidade.

Todas as operações de hedge da Companhia estão de acordo com os procedimentos e práticas contábeis adotadas pela Braskem e, trimestralmente, são realizados testes de efetividade para cada operação, comprovando a efetividade da sua estratégia de hedge.

A Companhia determinou que o objeto de hedge, tanto para a Controladora como para a controlada Braskem Idesa, será caracterizado pelas primeiras vendas em dólar realizadas em cada trimestre até atingir o montante designado em cada período (Notas Explicativas nº 20.4(a.i) e nº 20.4(a.ii) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019, respectivamente). Os passivos designados para hedge estarão alinhados com a agenda de vencimento do hedge e com a estratégia financeira da Companhia.

De acordo com a Política Financeira, a Companhia pode contratar derivativos financeiros (swaps, NDFs, opções etc.) para se proteger da volatilidade no resultado financeiro decorrente de variações de moedas e taxas. Estes derivativos podem ser designados para hedge accounting de acordo com o julgamento da Administração e quando for esperado que a designação proporcione uma melhora relevante na demonstração do efeito compensatório sobre as variações dos itens objeto de hedge. Atualmente, a Companhia possui derivativos designados para hedge accounting de fluxo de caixa divulgados na Nota Explicativa nº 20.3 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**10.6 Itens Relevantes Não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras****(a) *Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) *Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**10.7 Comentários sobre Itens Não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras**

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

(c) Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

10.8 - Plano de Negócios

Versão: 1

10.8 Plano de Negócios**(a) Investimentos****(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

O plano de negócios da Companhia é construído com base nos seguintes objetivos estratégicos: (i) buscar melhorias contínuas em produtividade e competitividade na operação atual, com foco em eficiência operacional e liderança em custo; (ii) diversificar o perfil de matéria-prima, aumentando a exposição ao gás e mantendo a flexibilidade de ativos; (iii) ampliar o footprint global fora do Brasil, com ganhos de escala em PE e PP, reforçando nossa liderança nas Américas; e (iv) fortalecer a imagem e reputação da Braskem, perante integrantes, sociedade e investidores, através de avanços em conformidade, sustentabilidade, inovação e gestão de pessoas.

Alinhado com estes objetivos, a Companhia desembolsou R\$ 2.776 milhões em investimentos durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Investimentos Operacionais 2019:

O investimento realizado foi de R\$ 1.873 milhões, 17,4% abaixo do previsto, devido à estratégia de otimização de capital da Companhia e cancelamento/postergação de projetos. Em dólares, o desembolso ficou 22,5% inferior ao estimado, explicado pela depreciação do real ante a expectativa do câmbio para o ano de 2019. Os maiores investimentos foram realizados nas paradas programadas da central petroquímica da Bahia, no Brasil, e da planta de La Porte, nos Estados Unidos.

Investimentos Estratégicos 2019:

O investimento em projetos estratégicos totalizou R\$ 903 milhões, 13,7% abaixo do previsto quando mensurado em reais. Os recursos foram direcionados para os projetos de: (i) construção da nova planta de PP nos Estados Unidos, que somou R\$ 678 milhões (US\$ 173 milhões), representando 75,1% do total investido em projetos estratégicos; (ii) upgrade de infraestrutura elétrica na planta de Neal, nos Estados Unidos; (iii) modernização do sistema elétrico no polo petroquímico do ABC; e (iv) retomada da produção de cloro-soda, em Maceió, através da aquisição de sal marinho.

Investimentos 2020

O investimento previsto para ser realizado ao longo de 2020 pela Braskem é de R\$ 3.010 milhões (US\$ 721 milhões). A Braskem Idesa deverá investir R\$ 94 milhões (US\$ 22 milhões) ao longo de 2020 em projetos relacionados a eficiência operacional, como o projeto de importação de etano, manutenção, produtividade e SSMA.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia busca atender o seu plano de investimentos, preferencialmente, com linhas de financiamento contratadas junto a agentes governamentais (inclusive instituições financeiras de fomento), nacionais e internacionais (tais como aquelas descritas no item 10.1(f) deste Formulário de Referência), uma vez que estes agentes, regra geral, oferecem condições menos onerosas à Companhia. Os investimentos que não são elegíveis para estas fontes de financiamento serão custeados por: (i) fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais da Companhia; ou por (ii) outras fontes como, por exemplo, empréstimos e financiamentos (tais

10.8 - Plano de Negócios

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

como aqueles descritos em todos os demais subitens do item 10.1(f) deste Formulário de Referência).

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há processo de desinvestimentos relevante em andamento e/ou previsto.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há processo de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços**(iv) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas e (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o portfólio de Inovação e Tecnologia contemplava 258 projetos para o desenvolvimento de novos produtos e processos.

Uma parte relevante do valor do pipeline está representada por projetos de longo prazo e maior complexidade tecnológica, divididos em programas para desenvolvimentos de novas tecnologias, a criação de novas famílias de produtos e a conquista de novos mercados.

A importância do programa de inovação na Braskem e de seu pipeline também se reflete no resultado de lançamento de novos produtos de Poliolefinas em todas as regiões onde cerca de 16% do volume de vendas consolidadas são de produtos lançados nos últimos cinco anos. Em 2019, 21 novos grades de resinas foram adicionados ao seu portfólio, dentre os quais se destacam:

- O lançamento do PP RF70 é a nova solução da Braskem para uso em filme stretch produzida em multicamadas, conferindo um ótimo balanço de propriedades com benefícios para toda a cadeia de valor. Esta resina RF 70 pode ser usada em filmes convencionais de polipropileno, propiciando melhor comportamento de selagem na aplicação final e ótimas propriedades óticas.
- Evolução do portfólio de PEAD para o melhor atendimento ao mercado de agroquímicos, com o lançamento de diversas resinas com maior resistência química que são transformadas por extrusão-sopro. Por exemplo a resina HD4507UV para os grandes contêineres de 1.000 litros chamados IBC (Intermediate Bulk Container), HS5103 para os tambores de 200 litros e as resinas Rigeo GF4950HS e Rigeo HD1053H para as bombonas de 5, 10 e 20 litros.
- Uma nova família de produtos chamada Medcol foi lançada durante a Feira K, evento que aconteceu em Dusseldorf na Alemanha. Os grades Medcol foram desenvolvidos e são produzidos com os mais altos padrões de qualidade para atender o segmento de healthcare na Europa. Os produtos lançados são Medcol V4020, V4080, V4081 e V1070.

No ano, destacam-se ainda algumas das conquistas da área de Inovação & Tecnologia:

- Foram depositados 34 novos pedidos de patentes e 152 extensões. Atualmente a Companhia tem 652 documentos ativos, dos quais 282 com patentes concedidas;
- Quanto aos ativos dedicados a pesquisa e desenvolvimento, destacam-se:

10.8 - Plano de Negócios

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

- Investimentos superiores a R\$ 8 milhões no Centro de Tecnologia e Inovação (CTI) em Triunfo/RS, R\$ 2,9 milhões no CTI de Pittsburgh (EU) com o objetivo automação dos laboratórios, visando não só o aumento de produtividade, mas também o acesso a novas tecnologias. Foram instalados sistemas robotizados que aumentam a eficiência e precisão dos resultados e instalados sistemas automatizados em equipamentos para determinação de densidade, cujos principais benefícios são a redução de riscos ergonômicos e aumento de produtividade;
- O Projeto Eagle lançou um novo sistema de gestão das informações dos laboratórios, o LIMS-Laboratory Information Management System. O novo sistema também contempla o uso de um caderno eletrônico ELN-Electronic Lab Notebook, o qual permite o registro das pesquisas e inovações realizadas. Participaram do projeto integrantes de todos os laboratórios de I&T e Serviço Técnico da Braskem, incluindo Alemanha, Estados Unidos, México e Brasil, assim como integrantes das áreas de TI, Suprimentos, Jurídico e Digital;
- Apoio a 513 Clientes no nosso centro de tecnologia em Triunfo (Brasil), com mais de 50 mil análises. Em Pittsburgh (EUA), 16 mil análises foram realizadas para 57 Clientes em Pittsburgh (EUA);
- Avanço nas pesquisas em renováveis em Campinas, com foco em provas de conceito de rotas fermentativas para produção de solventes e plásticos de origem verde, a fim de substituir os petroquímicos utilizados hoje em dia. Além disso, houve também, na Dinamarca, a operação de uma planta em escala de demonstração de uma rota catalítica para produção de monômeros do PET a partir do açúcar. Estes projetos estão intimamente relacionados com a proposta de economia circular no início da cadeia de valor e sustentabilidade, buscando desenvolver produtos que contribuam para a captura de CO2 e reduzam a dependência de matéria-prima fóssil;
- A construção do novo prédio de mais de 4 mil m² de área em Triunfo/RS encontra-se em andamento, sendo que a infraestrutura civil e metálica está pronta. O investimento de aproximadamente R\$ 50 milhões no Centro de Tecnologia e Inovação da Braskem irá receber novos equipamentos e laboratórios nos quais serão desenvolvidas e testadas tecnologias para a fabricação de resinas termoplásticas em todo o mundo. A obra é um incentivo à inovação: foi identificado o uso de materiais plásticos na construção. São soluções que levam em conta a economia, a durabilidade, resistência e a versatilidade dos materiais;
- Início da construção em Pittsburgh (EUA) de 9 novos laboratórios de catálise. A construção será finalizada no segundo trimestre de 2020 com uma área construída de 640 m². O custo total de construção está projetado para USD\$10 MM. Estes novos laboratórios irão apoiar pesquisas com foco tanto nos negócios de químicos quanto de poliolefinas. Eles terão laboratórios de desenvolvimento de catálise, de químicos, especialidades, polietileno, ciência dos polímeros e darão apoio a equipe de analítica; e
- Foi finalizada a avaliação de possíveis modelos de negócio e tecnologias para manufatura aditiva, e criamos um novo negócio cuja missão é gerar nova receita através do fornecimento de materiais prontos para impressão 3D na forma de filamentos e pós. Avançamos no desenvolvimento de 5 novos produtos baseados em PP, PVC, bio-based PE e bio-based EVA, para atender a demanda por produtos de poliolefinas e vinílicos para

10.8 - Plano de Negócios

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

impressão 3D via processos de Fabricação de Filamentos Fundidos (FFF) e Sinterização Seletiva a Laser (SLS).

(v) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos três últimos exercícios sociais, o montante total gasto pela Companhia foi o seguinte:

Exercício social encerrado em			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Gastos com P&D	R\$ 248 milhões	R\$ 200 milhões	R\$ 167 milhões
Investimento em P&D	R\$ 68 milhões	R\$ 44 milhões	R\$ 23,1 milhões
TOTAL	R\$ 316 milhões	R\$ 244 milhões	R\$ 190,1 milhões

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 Outros Fatores Com Influência Relevante

Não aplicável.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

A Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas, conforme faculdade prevista no artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas, conforme faculdade prevista no artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas, conforme faculdade prevista no artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas, conforme faculdade prevista no artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados;

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto; e

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, composto de 11 (onze) membros e seus respectivos suplentes, e por uma Diretoria, formada por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 10 (dez) diretores.

Os conselheiros possuem mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição e os diretores possuem mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

O Estatuto Social da Companhia admite a criação, pelo Conselho de Administração, de uma Secretaria e de Comitês especializados para apoiar o Conselho de Administração no processo deliberativo.

Atualmente a Companhia possui 1 (um) comitê estatutário, o Comitê de Conformidade, de caráter permanente composto por, no mínimo, 3 (três) membros independentes do Conselho de Administração, indicados pelo próprio Conselho, nos termos do regimento interno do referido Comitê, e 3 (três) Comitês de apoio ao Conselho de Administração (não estatutários), quais sejam: (i) Comitê de Finanças e Investimentos; (ii) Comitê de Pessoas e Organização; e (iii) Comitê de Estratégia e Comunicação. Tais comitês não estatutários são compostos pelos próprios membros do Conselho de Administração da Companhia, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração a indicação, para apreciação pelo Conselho de Administração, dos Conselheiros para compor cada um dos Comitês e a designação do Conselheiro Coordenador, levando em conta a experiência e as competências de cada Conselheiro, vis a vis as atribuições de cada Comitê. Cada Comitê terá no mínimo 3 e no máximo 5 membros titulares, sendo um membro designado como Coordenador. Os Conselheiros que integram os Comitês têm mandato coincidente com o do Conselho de Administração, e podem ser reconduzidos pelo prazo em que forem Conselheiros.

- **Comitê de Pessoas e Organização:** criado em 17/12/2002
- **Comitê de Finanças e Investimentos:** criado em 17/12/2002
- **Comitê de Estratégia e Comunicação:** criado em 17/12/2002
- **Comitê de Conformidade:** criado em 04/05/2016

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho de Administração possui Regimento Interno aprovado originalmente em 08 de agosto de 2018 e atualizado pela última vez em 19 de março de 2020, que define as competências do Conselho de Administração, conforme estabelecidas no Estatuto Social da Companhia e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, estabelece o sistema de comunicação do Conselho de Administração com o Líder de Negócio da Braskem ("LN-Braskem"), bem como define a estrutura de apoio ao Conselho de Administração, incluindo os Comitês, e os papéis dos responsáveis por esta estrutura de apoio.

Cada Comitê de apoio ao Conselho de Administração também possui o seu respectivo Regimento Interno próprio, conforme originalmente aprovados em 08 de agosto de 2018 e atualizados pela última vez em 19 de março de 2020. Os Regimentos Internos do Conselho de Administração e dos Comitês estão disponíveis nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração, nos termos do seu Regimento Interno:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) aprovar o Programa de Ação do LN-Braskem;
- (iii) aprovar o plano de sucessão do LN-Braskem e integrantes a ele vinculados e do Responsável por Conformidade da Braskem;
- (iv) avaliar e aprovar a implementação de um processo anual de avaliação do Conselho de Administração, dos Comitês, da secretaria do Conselho de Administração, do LN-Braskem e dos integrantes diretamente vinculados ao LN-Braskem;
- (v) conduzir anualmente a avaliação do LN-Braskem, bem como analisar e discutir os resultados das avaliações dos integrantes diretamente vinculados ao LN-Braskem;
- (vi) avaliar e aprovar os assuntos definidos no Estatuto Social, Acordos de Acionistas e nas políticas propostas pelo LN-Braskem e pelo próprio Conselho de Administração;
- (vii) submeter à Assembleia Geral os assuntos de sua competência;
- (viii) manifestar-se, por ocasião da convocação de Assembleia para eleger os conselheiros da Companhia, sobre as razões do enquadramento dos candidatos aos critérios de independência estabelecidos em política própria da Companhia, bem como avaliar nos anos subsequentes à eleição, se os conselheiros independentes permanecem enquadrados aos critérios de independência da Companhia, indicando e justificando quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência;
- (ix) avaliar e aprovar a nomeação dos conselheiros indicados pelo Presidente do Conselho de Administração para compor os Comitês;
- (x) avaliar e aprovar, anualmente, o programa do Comitê de Conformidade, que inclui as atribuições de conformidade e auditoria interna, bem como o orçamento do referido Comitê e da área de conformidade, destinado a cobrir as despesas com seu funcionamento, o qual deverá contemplar também os recursos e a estrutura necessários ao desempenho das funções da área de auditoria interna;
- (xi) estabelecer os princípios e objetivos da Companhia com relação à conformidade, bem como garantir a existência do sistema de conformidade que assegure uma atuação ética, íntegra e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

transparente, em conformidade com a regulamentação e as leis aplicáveis, acompanhando o seu desenvolvimento e efetiva implementação;

(xii) avaliar e aprovar as propostas: (a) de apetite ao risco da Companhia; (b) da matriz de riscos e do planejamento de trabalho de gestão de riscos; e (c) dos planos de mitigação e de contingência, bem como acompanhar periodicamente a matriz de riscos e os planos de mitigação e de contingência;

(xiii) garantir a adoção e constante atualização pela Braskem do sistema de governança corporativa que atenda às melhores práticas de mercado;

(xiv) verificar, ao menos semestralmente, a aderência das negociações de valores mobiliários da Companhia realizados por Integrantes signatários dos planos individuais de investimentos aos compromissos assumidos por tais Integrantes nos respectivos planos for eles formalizados perante o diretor de relações com investidores da Companhia;

(xv) avaliar o Enquadramento (conforme definido na Política de Indenidade da Companhia) e aprovar os compromissos de indenidade a serem outorgados pela Companhia;

(xvi) analisar e autorizar os Dispendios (conforme definido na Política de Indenidade da Companhia) decorrentes de compromissos de indenidade outorgados, observados os termos da Política de Indenidade;

(xvii) acompanhar periodicamente os Dispendios decorrentes de compromissos de indenidade que não precisem de autorização do Conselho de Administração ou que tenham sido delegados à Diretoria ou à Área Jurídica, nos termos do item 5.4. da Política de Indenidade;

(xviii) avaliar e aprovar, na primeira reunião após a eleição dos membros do Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária, o calendário para realização das reuniões ordinárias dos anos corrente e seguinte; e

(xix) avaliar e aprovar, na última reunião de cada exercício, a agenda básica das reuniões ordinárias do próximo exercício, por proposição do Presidente do Conselho de Administração, contemplando as atividades de competência do Conselho de Administração.

Ainda, compete ao Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia:

(i) decidir sobre investimentos operacionais ou de expansão da Companhia e de suas controladas em montante superior a R\$ 100.000.000,00;

(ii) decidir sobre Plano de Negócio da Companhia, que deve incluir, dentre outros itens, os objetivos empresariais e estratégicos de curto, médio e longo prazos e os orçamentos anual e plurianual, e acompanhar a sua execução;

(iii) aprovar propostas de políticas de aplicação geral, inclusive contratação de seguros, da Companhia;

(iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, bem como sobre a proposta de distribuição do lucro líquido apurado e destinação das reservas;

(v) aprovar o Regimento de Funcionamento do Conselho, que disporá, entre outras matérias, sobre a criação de uma Secretaria e de comitês especializados para apoiar o Conselho no processo deliberativo, bem como aprovar os eventuais Regimentos Internos dos mencionados comitês;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (vi)** aprovar os critérios para atribuição de participação aos empregados nos resultados da Companhia;
- (vii)** eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições e respectivas remunerações, observada a verba global estabelecida pela Assembleia Geral, o disposto no Estatuto e em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia;
- (viii)** fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos;
- (ix)** escolher e substituir auditores independentes da Companhia e de suas controladas;
- (x)** convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;
- (xi)** submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações envolvendo a Companhia ou sua dissolução e reforma estatutária, inclusive aumento do Capital Autorizado;
- (xii)** decidir sobre a participação da Companhia em sociedades, parcerias, associações com ou sem fins lucrativos, ou consórcios;
- (xiii)** aprovar a aquisição de bens (excluídos aqueles que se enquadrem no item xv abaixo) e a contratação de serviços de qualquer natureza pela Companhia e qualquer de suas controladas em valores anuais superiores a R\$ 200.000.000,00, por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, desde que em conformidade com o Plano de Negócios da Companhia;
- (xiv)** aprovar a aquisição de bens para o ativo não circulante (registrados na rubrica "investimentos") da Companhia ou de suas controladas, em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 30% (trinta por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xv)** aprovar a celebração de comodato, alienação, cessão ou transferência de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 10% do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xvi)** decidir sobre a oneração, alienação ou cessão fiduciária de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 20% do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado, ou a R\$ 350.000.000,00, ressalvado que esses limites não se aplicam à oneração, cessão ou alienação fiduciária pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer bem do ativo não circulante efetuada para garantir (a) o financiamento da aquisição desse bem e (b) processos judiciais movidos por ou em face da Companhia ou das suas controladas;
- (xvii)** decidir sobre a celebração de contratos entre a Companhia ou qualquer controlada da Companhia de um lado, e do outro lado, qualquer de suas partes relacionadas, conforme definido na política da Companhia que regule esta matéria, em valores superiores a R\$ 20.000.000,00 por operação ou superiores, em conjunto, a R\$ 60.000.000,00 por exercício social;
- (xviii)** fixar, anualmente, limites, por operação dentro dos quais os Diretores, observado o disposto no art. 37 do Estatuto Social, poderão, sem a prévia autorização do Conselho, contratar

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

empréstimos, financiamentos, ou operações de mercado de capitais cuja legislação ou regulamentação aplicável não exija autorização do Conselho ou da Assembleia Geral, no País ou no exterior;

(xix) decidir sobre a concessão de garantias pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer valor, com relação a obrigações assumidas por terceiros que não sejam empresas controladas da Companhia;

(xx) deliberar, dentro do limite do Capital Autorizado, sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição, bem como sobre a emissão, pela Companhia, de notas promissórias para distribuição pública ("*commercial paper*");

(xxi) aprovar programa de recompra de ações da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia de capital aberto para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a posterior alienação ou cancelamento das respectivas ações, observadas as disposições legais e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários;

(xxii) aprovar a emissão de debêntures conversíveis em ações dentro do limite do Capital Autorizado, e a emissão de debêntures não conversíveis em ações;

(xxiii) aprovar a outorga pela Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;

(xxiv) aprovar criação ou outorga de opção de compra e de venda de ações pela Companhia e/ou pelas suas controladas, e no caso destas últimas, desde que tal criação ou outorga resulte na admissão de um novo acionista (que não um de suas controladas) na referida controlada da Companhia;

(xxv) aprovar a emissão pela Companhia e por suas controladas de notas promissórias reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários;

(xxvi) instruir os representantes da Companhia em suas controladas para o exercício do direito de voto, a respeito das matérias previstas (a) nos itens i; ii; iii; vi; vii; e xi; nestes casos, desde que presente a admissão de um outro sócio que não a Companhia e/ou outras controladas da Companhia; (b) no item v quando se tratar de alteração no objeto social; e (c) nos itens ix e xii, todas do artigo 17 do Estatuto Social, sempre ressalvadas as hipóteses de operações e transações já aprovadas pelo Conselho de Administração;

(xxvii) deliberar, no limite de sua competência, sobre os casos omissos no estatuto; e

(xxviii) autorizar a renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas, desde que importe em perda de controle por parte da Companhia, ou de coligadas, desde que acarrete alteração superior a 5% da participação detida pela Companhia.

Comitê de Conformidade ("CC")

Compete ao CC, nos termos do seu Regimento Interno:

(i) Apoiar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados ao compromisso da Companhia em agir de forma ética, íntegra e transparente, em consonância às melhores práticas globais, normas, regulamentos e leis aplicáveis, bem como acompanhar o cumprimento das

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

diretrizes fixadas nas políticas da Companhia referentes ao tema conformidade, dentre elas: (a) sistema de conformidade; (b) anticorrupção; (c) gestão de riscos; e (d) código de conduta;

(ii) Submeter ao Conselho de Administração, anualmente, o programa do CC que contemplará, entre outros, (a) o alinhamento das concentrações que serão objeto de apreciação e deliberação pelo Conselho de Administração, independentemente de outras que eventualmente o CC julgue oportuno submeter ao Conselho de Administração; e (b) o orçamento do CC e da área de conformidade, incluindo a área de auditoria interna, compatível com o escopo de suas atividades e demandas, contemplando, inclusive, o plano de aperfeiçoamento profissional e formação contínua de seus membros e do Responsável por Conformidade ("R-Conformidade") e equipe;

(iii) Aprovar as alterações significativas na macroestrutura do R- Conformidade;

(iv) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as propostas de apetite ao risco, da matriz de risco da Companhia, bem como dos planos de mitigação e de contingência necessários;

(v) Fazer o monitoramento permanente e efetivo da exposição a riscos, incluindo a matriz de riscos, bem como do sistema de conformidade, dos sistemas de controles internos e do cumprimento de leis, normas e regulamentos, assim como das políticas da Companhia;

(vi) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, o plano anual de auditoria interna;

(vii) Supervisionar a qualidade e integridade dos trabalhos e adequação das atividades da área de conformidade, incluindo controles internos, *compliance*, gestão de riscos e auditoria interna;

(viii) Fazer o monitoramento permanente e efetivo da implementação das iniciativas de privacidade e proteção de dados pessoais da Companhia, incluindo os eventos relacionados a vazamento de dados pessoais e as decisões do Comitê de Privacidade;

(ix) Propor ao Comitê de Privacidade a resolução das matérias relativas a eventos de alto risco que forem encaminhadas por este ao CC;

(x) Reportar ao Conselho de Administração os eventos relacionados a vazamento de dados pessoais e as decisões do Comitê de Privacidade;

(xi) Conduzir, supervisionar e revisar os resultados de investigações em matérias que estejam dentro do escopo de suas atribuições ou quando envolver o R-Conformidade ou alguém de sua equipe, além de apreciar os resultados das investigações que envolverem membros do Conselho de Administração, o LN-Braskem ou um de seus liderados diretos;

(xii) Propor ao Conselho de Administração a criação de políticas complementares necessárias à atuação do CC, bem como a atualização das políticas da Companhia relativas ao tema conformidade, e promover sua implementação com enfoque educacional, de conscientização e preventivo;

(xiii) Aperfeiçoar o sistema de conformidade da Companhia, promovendo a interação com reconhecidas entidades, nacionais e internacionais, voltadas às melhores práticas de conformidade;

(xiv) Interagir com integrantes, auditores independentes, consultores jurídicos e outros consultores externos, conforme necessário, para aperfeiçoar práticas de conformidade da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xv) Disponibilizar a experiência de atuação do CC aos integrantes da Companhia e de suas sociedades controladas visando ao aprimoramento de conformidade nos respectivos negócios;

(xvi) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, a adequação de transações sujeitas à aprovação do Conselho de Administração entre a Companhia e suas partes relacionadas, conforme previsto no estatuto social da Companhia, bem como realizar seu monitoramento;

(xvii) Verificar, ao menos semestralmente, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, a aderência das negociações de valores mobiliários da Companhia realizados por Integrantes signatários dos planos individuais de investimentos aos compromissos assumidos por tais Integrantes nos respectivos planos for eles formalizados perante o diretor de relações com investidores da Companhia;

(xviii) Opinar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, sobre o Enquadramento (conforme definido na Política de Indenidade da Companhia) de qualquer compromisso de indenidade a ser outorgado pela Companhia;

(xix) Opinar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, sobre os Dispêndios (conforme definido na Política de Indenidade da Companhia) sempre que os Dispêndios se enquadrarem nas hipóteses de competência do Conselho de Administração, observados os termos da Política de Indenidade;

(xx) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, resultados de *due diligences* relacionados à conformidade, nas matérias sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, conforme previsto no estatuto social;

(xxi) Assegurar a existência (a) do canal de linha de ética para recebimento de denúncias, inclusive anônimas e confidenciais eventualmente feitas pelos integrantes da Braskem ou terceiros em relação às práticas contábeis, controles internos, questões relacionadas à auditoria da Companhia ou qualquer outra denúncia de não conformidade a dispositivos legais ou regulamentares e normas internas da Companhia, bem como (b) de procedimentos para retenção e tratamento das referidas denúncias;

(xxii) Apreciar e recomendar ao Conselho de Administração, em alinhamento com a opinião do Responsável pelo Apoio ao Empresariamento Jurídico da Braskem, a obrigatoriedade de comunicar a quaisquer autoridades ou terceiros a respeito das irregularidades identificadas em investigação interna;

(xxiii) Auxiliar na determinação, somente quando não houver consenso no Comitê de Ética, acerca da existência ou não de um Conflito de Interesse real ou aparente, conforme definido na Política do Sistema de Conformidade da Braskem sobre esta matéria e, a partir da verificação da sua existência, definir um plano de mitigação do Conflito;

(xxiv) Revisar, aprovar e definir planos de mitigação para Conflitos reais ou percebidos comunicados por membros do Conselho de Administração;

(xxv) Propor ao Comitê de Ética a resolução das matérias que forem encaminhadas por este ao CC;

(xxvi) Aprovar, na primeira reunião após a eleição dos membros do Conselho de Administração em Assembleia Geral, o calendário para realização das reuniões ordinárias dos anos corrente e seguinte; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xxvii) Aprovar, na última reunião de cada exercício, a agenda básica das reuniões ordinárias do próximo exercício, por proposição do seu coordenador contemplando as atividades de competência do CC e outras necessárias para atender as solicitações definidas pelo Conselho de Administração.

Comitê de Finanças e Investimentos ("CFI")

Compete ao CFI, nos termos do seu Regimento Interno:

(i) Acompanhar o cumprimento das diretrizes fixadas nas políticas da Companhia referentes a: (a) assuntos financeiros; (b) investimentos; (c) negociação de valores mobiliários; e (d) seguros e garantias;

(ii) Avaliar as propostas do LN–Braskem de atualização das políticas elencadas no item "i" acima;

(iii) Contribuir com a proposta do Programa de Ação ("PA") do LN–Braskem, previamente à sua apreciação pelo Conselho de Administração, com enfoque na estratégia financeira, plano de investimentos, metas de alavancagem, bem como o Custo Médio Ponderado do Capital ("WACC") proposto;

(iv) Acompanhar os resultados trimestrais da Companhia, por meio dos demonstrativos financeiros, com enfoque na análise gerencial dos resultados, qualificando para o Conselho de Administração os desvios significativos dos macroindicadores em relação ao PA do LN–Braskem;

(v) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração: (a) as demonstrações financeiras anuais, (b) o relatório anual dos administradores; e (c) a proposta de destinação de resultados, incluindo a distribuição de dividendos e orçamento de capital;

(vi) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as propostas de aquisição ou alienação de bens, bem como investimentos operacionais ou de expansão da Companhia e de suas controladas que devam ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração;

(vii) Acompanhar os investimentos aprovados pelo Conselho de Administração, durante a sua execução, apontando desvios significativos sobre o orçamento original e seus impactos na Taxa Interna de Retorno ("TIR") do projeto, segundo limites definidos pela política de investimentos da Companhia;

(viii) Avaliar o desempenho dos investimentos aprovados pelo Conselho de Administração em até 24 (vinte e quatro) meses da sua conclusão (pós–EVTE), caso prazo maior não seja estabelecido pelo CFI;

(ix) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as operações financeiras sujeitas à aprovação pelo Conselho de Administração, particularmente no que se refere à sua estrutura, custos e garantias, e consistência com a macroequação financeira constante do PA do LN–Braskem;

(x) Avaliar anualmente, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, a proposta do LN–Braskem sobre os limites de delegação dentro dos quais os diretores poderão contratar empréstimos, financiamentos ou operações de mercado de capitais;

(xi) Apreciar e acompanhar os instrumentos de proteção do resultado contábil da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xii) Analisar anualmente a proposta de seguro patrimonial que cobre o patrimônio tangível da Companhia, avaliando sua aderência aos documentos orientadores em vigor relativos a esta matéria. Para melhor cumprimento desta competência, caberá ao CFI analisar as bases da renegociação de seguros, antes de sua contratação, tomando conhecimento também dos critérios de escolha das seguradoras que participarão das concorrências;

(xiii) Analisar questões fiscais afetas a matérias de competência do Conselho de Administração;

(xiv) Analisar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as operações que demandem concessão de garantias de qualquer natureza por parte dos acionistas sujeitas à aprovação do Conselho de Administração;

(xv) Acompanhar a estratégia financeira, incluindo endividamento, indicadores financeiros e de alavancagem, operações com derivativos, plano de contingência, proteção de dividendos pagos, análise de sensibilidade, e metas de alavancagem;

(xvi) Acompanhar o desempenho das ações da Companhia no mercado de capitais em relação (a) ao desempenho das ações de empresas comparáveis, e (b) aos principais índices dos mercados nos quais a Companhia tenha ações listadas em bolsa;

(xvii) Aprovar, na primeira reunião após a eleição dos membros do Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária, o calendário para realização das reuniões ordinárias dos anos corrente e seguinte; e

(xviii) Aprovar, na última reunião de cada exercício, a agenda básica das reuniões ordinária do próximo exercício, por proposição do seu coordenador, contemplando as atividades de competência do CF e outras necessárias para atender as solicitações de trabalho definidas pelo Conselho de Administração.

Comitê de Pessoas e Organização ("CPO")

Compete ao CPO, nos termos do seu Regimento Interno:

(i) Acompanhar e avaliar o cumprimento efetivo das matérias indicadas a partir das diretrizes fixadas nas políticas referentes a pessoas, notadamente: (a) remuneração; e (b) Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Qualidade e Produtividade ("SSMAQ&P");

(ii) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as propostas do LN–Braskem de atualização das políticas elencadas no item "i" acima;

(iii) Contribuir na elaboração e acompanhar o cumprimento efetivo das normas que tratarem sobre a indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Apoio e diretoria estatutária;

(iv) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, a proposta do LN–Braskem sobre a composição da diretoria estatutária, bem como suas eventuais substituições;

(v) Contribuir com o planejamento e acompanhar os projetos estratégicos relacionados a pessoas, incluindo, mas não se limitando, ao programa de diversidade da Companhia e ao programa de identificação de jovens parceiros da Companhia;

(vi) Assegurar a existência e o acompanhamento de indicadores estratégicos de pessoas, incluindo os indicadores do PA do LN–Braskem sobre SSMAQ&P;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(vii) Analisar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, a proposta de remuneração anual global dos administradores, a ser encaminhada à aprovação da assembleia geral de acionistas, bem como analisar e recomendar ao Conselho de Administração a proposta de individualização da referida remuneração;

(viii) Analisar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as referências de mercado acerca dos parâmetros e critérios apresentadas pela diretoria da Companhia para a remuneração dos conselheiros e submeter uma proposta para aprovação do Conselho de Administração;

(ix) Analisar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, propostas apresentadas pelo LN–Braskem de participação dos integrantes nos resultados da Companhia, bem como suas eventuais propostas de mudanças de parâmetros e critérios;

(x) Analisar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, propostas apresentadas pelo LN–Braskem relativamente a planos de incentivo de longo prazo, bem como apoiar o Conselho de Administração: (a) na definição dos critérios, métricas do plano e detalhamento dos indicadores para definição da contrapartida e definição das pessoas elegíveis no âmbito dos seus respectivos programas; e (b) na avaliação anual de desempenho de cada programa;

(xi) Avaliar propostas de mudanças e acompanhar o programa de previdência adotado pela Companhia com relação à aderência às políticas em vigor, bem como analisar as definições sobre a implementação do programa em sociedades controladas;

(xii) Contribuir com o Conselho de Administração na avaliação anual de desempenho do LN–Braskem com base nas metas definidas no seu PA e aprovadas pelo Conselho de Administração, e analisar o resultado da avaliação anual de desempenho realizada pelo LN–Braskem dos integrantes diretamente a ele vinculados, cujos resultados deverão ser apresentados ao Conselho de Administração;

(xiii) Propor ao Presidente do Conselho de Administração os critérios para avaliação anual do Conselho de Administração e de seus Comitês de Apoio, e da Secretaria do Conselho de Administração, para o que o CPO poderá contar com o apoio de consultoria externa especializada para definição do escopo, metodologia a ser implementada e realização do processo de avaliação;

(xiv) Apoiar o Conselho de Administração na avaliação nos anos subsequentes à eleição dos membros do Conselho se os conselheiros declarados independentes permanecem enquadrados aos critérios de independência da Companhia, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer a independência dos conselheiros;

(xv) Acompanhar o plano de sucessão do LN–Braskem e integrantes a ele vinculados e do R–Conformidade;

(xvi) Acompanhar o programa de desenvolvimento de líderes da Companhia, bem como propor uma apresentação anual do LN–Braskem, diretamente ao Conselho de Administração, sobre referido programa;

(xvii) Acompanhar e recomendar ações que assegurem a cultura empresarial da Companhia e promovam o alinhamento com os valores da Companhia e discutir os resultados das pesquisas de engajamento interno e analisar a proposição e implementação de planos de ação relacionados ao tema;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xviii) Aprovar, na primeira reunião após a eleição dos membros do Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária, o calendário para realização das reuniões ordinárias dos anos corrente e seguinte; e

(xix) Aprovar, na última reunião de cada exercício, a agenda básica das reuniões ordinárias do próximo exercício, por proposição do seu coordenador, contemplando as atividades de competência do CPO e outras necessárias para atender as solicitações de trabalho definidas pelo Conselho de Administração.

Comitê de Estratégia e Comunicação ("CEC")

Compete ao CEC, nos termos do seu Regimento Interno:

(i) Acompanhar o cumprimento das diretrizes fixadas nas políticas referentes a: (a) divulgação de informações; e (b) desenvolvimento sustentável;

(ii) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as propostas do LN–Braskem de atualização das políticas elencadas no item “i” acima;

(iii) Apreciar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, o direcionamento estratégico da Companhia em suas diferentes linhas de negócio;

(iv) Avaliar as definições para o planejamento do PA do LN–Braskem, quais sejam: negócio, filosofia, visão e direcionamento estratégico;

(v) Contribuir com a proposta do PA, antes de sua apreciação pelo Conselho de Administração, com enfoque nas orientações gerais, diretrizes e premissas utilizadas na elaboração do PA plurianual do LN–Braskem;

(vi) Acompanhar e reportar ao Conselho de Administração o desempenho da Companhia em relação ao PA aprovado, contribuindo com as estratégias operacionais, industriais e corporativas da Companhia, ou seja, produção e matéria–prima, marketing e vendas, desenvolvimento tecnológico, marcas e patentes, bem como consecução das estratégias de crescimento e fortalecimento setorial;

(vii) Avaliar e acompanhar a estratégia de comunicação da Companhia;

(viii) Avaliar e acompanhar a estratégia de construção da imagem empresarial;

(ix) Avaliar o plano de relacionamento com a sociedade, a partir do PA do LN–Braskem, e acompanhar a imagem institucional da Companhia, decorrente da política e dos programas de relações institucionais (meios de comunicação, imprensa, órgãos de classe e representação e marca);

(x) Acompanhar e avaliar as iniciativas da Companhia no que concerne à sustentabilidade empresarial, no âmbito da visão estratégica definida no PA do LN–Braskem;

(xi) Aprovar, na primeira reunião após a eleição dos membros do Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária, o calendário para realização das reuniões ordinárias dos anos corrente e seguinte; e

(xii) Aprovar, na última reunião de cada exercício, a agenda básica das reuniões ordinárias do próximo exercício, por proposição do seu coordenador, contemplando as atividades de competência do CEC e outras necessárias para atender as solicitações de trabalho definidas pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Área de Conformidade

O Responsável por Conformidade ("R-Conformidade") da Companhia é responsável pelo acompanhamento diário do Sistema de Conformidade e atua como um recurso em todos os temas correlatos. O R-Conformidade é liderado do Coordenador do CC e as responsabilidades do R-Conformidade incluem as seguintes:

- (i)** Propor e submeter, anualmente, o seu Programa de Ação à aprovação do CC, com as respectivas concentrações e orçamento, incluindo serviços externos de consultoria, sistemas de tecnologia da informação e pessoal;
- (ii)** Propor o Sistema de Conformidade para o CC e atualizá-lo periodicamente sobre seu status;
- (iii)** Apoiar o LN Braskem e os Integrantes da Braskem na implementação do Sistema de Conformidade na Companhia, além de monitorar continuamente sua eficácia;
- (iv)** Recomendar a criação, aperfeiçoamento ou revisão de materiais de orientação da Companhia, incluindo o Código de Conduta Global da Braskem, políticas, diretrizes, procedimentos, treinamentos e comunicações, certificações, recursos, avaliações e monitoramento, avaliação de riscos e demais sistemas que orientem a atuação ética dos Integrantes;
- (v)** Promover a divulgação do Código de Conduta, da Política Global Anticorrupção e de outros Materiais de Orientação da Companhia, bem como criar e manter mecanismos para apoiar ações de conformidade;
- (vi)** Assegurar a implementação do plano anual de auditoria interna, incluindo requisitos para o planejamento, métodos para definição do escopo, realização das auditorias e comunicação dos resultados;
- (vii)** Promover o monitoramento da identificação, do processo de avaliação e do tratamento de riscos potenciais, bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos correspondentes;
- (viii)** Coordenar e supervisionar a efetividade do Canal Linha de Ética, bem como do Comitê de Ética e das reuniões relacionadas, descritos no Procedimento do Canal Linha de Ética e Investigações da Braskem, para que todas as denúncias recebidas sejam devidamente registradas, analisadas e resolvidas;
- (ix)** Com o apoio do RAE Jurídico e de outros RAEs da estrutura do LN-Braskem, conforme adequado, realizar a investigação necessária e oportuna, bem como a remediação dos relatos de conformidade;
- (x)** Assegurar a apresentação periódica de relatórios e o fluxo adequado de informações para o Comitê de Ética, o CC e todo o Conselho de Administração, a respeito do Sistema de Conformidade, incluindo as Políticas da Companhia, os Controles Internos, a Auditoria Interna, as Avaliações de Riscos e as Investigações;
- (xi)** Desenvolver e implementar um plano de comunicação para garantir que o Código de Conduta, a Política Global Anticorrupção e outros Materiais de Orientação da Companhia, relacionados ao Sistema de Conformidade, sejam comunicados e estejam acessíveis a todos os públicos; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xii) Coordenar e supervisionar os treinamentos dos Integrantes sobre temas de ética, integridade, transparência, gestão de riscos, auditoria e sobre os materiais de orientação da Companhia.

A Companhia possui, também, uma Política de Pré-Aprovação para a Contratação de Serviços que podem ser Prestados pelos Auditores Independentes ("Política de Serviços Extra-Auditoria"), aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de junho de 2005 e disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

Na Política de Serviços Extra-Auditoria, são regulados os termos, condições e procedimentos para a contratação dos serviços relacionados à auditoria, assessoria tributária, bem como e outros serviços relacionados que podem ser prestados à Companhia e suas controladas, pelos auditores independentes e/ou entidades a eles relacionadas, de forma a assegurar o pleno atendimento às disposições contidas nas legislação e regulamentação aplicável.

A Política de Serviços Extra Auditoria estabelece que os auditores independentes e/ou entidades a eles relacionadas não podem prestar, concomitantemente aos trabalhos de auditoria, qualquer tipo de serviço que comprometa qualquer um dos princípios mencionados na política e que possam caracterizar a perda da sua objetividade e independência.

Adicionalmente, a referida política também estabelece que o Conselho Fiscal aprovará anualmente uma lista dos serviços que poderão ser prestados pelo auditor independente e/ou entidades a ele relacionados, à exceção dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, cuja contratação e aprovação competem ao Conselho de Administração da Companhia.

Auditoria Interna

A Companhia possui uma área de auditoria interna constituída que reporta ao Conselho de Administração por meio do CC e atua como parte essencial no monitoramento de riscos e controles da Companhia e cujas diretrizes, normas globais da função e responsabilidade de seus profissionais envolvidos estão descritas na Diretriz Global de Auditoria Interna, documento atualizado em 18 de janeiro de 2019.

A auditoria interna é responsável por realizar, através de uma abordagem independente e objetiva de averiguação e consultoria, por avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, fornecendo recomendações que visam adicionar valor e aprimorar as operações para que a Companhia atinja seus objetivos.

Os resultados dos trabalhos de auditoria interna devem ser documentados através de relatórios, que descrevem as deficiências identificadas por nível de criticidade, juntamente com os planos de ação e prazos para os integrantes responsáveis. Estes devem ser apresentados aos envolvidos nos processos, ao Diretor Presidente e ao CC, sendo este último responsável por analisar os resultados, e então reportar os resultados ao Conselho de Administração.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, sendo o órgão competente para praticar todos os atos de gestão da Companhia.

Compete à Diretoria, nos termos de seu Regimento Interno aprovado em 25 de outubro de 2018, disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br):

- (i)** Representar a Companhia e praticar todos os atos necessários ao seu funcionamento regular, exceto os que, pela legislação aplicável ou pelo Estatuto Social da Companhia, sejam atribuição de outros órgãos;
- (ii)** Elaborar as Políticas de aplicação geral na Braskem a serem submetidas à aprovação do Conselho de Administração por intermédio do Diretor-Presidente da Braskem;
- (iii)** Elaborar o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação de resultado do exercício a serem submetidas pelo Diretor-Presidente à avaliação do Conselho de Administração e à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas
- (iv)** Elaborar a proposta do Plano de Negócios da Braskem e submetê-la à aprovação do Conselho de Administração;
- (v)** Zelar e dar efetividade ao cumprimento da lei, Estatuto Social e decisões tomadas em Assembleia e nas reuniões do Conselho de Administração, Políticas e demais documentações orientadoras da Braskem;
- (vi)** Contratar empréstimos, financiamentos ou operações de mercado de capitais, observadas as hipóteses em que seja necessária autorização do Conselho de Administração ou da Assembleia, conforme legislação ou regulamentação vigente, bem como os limites anuais por operação fixados pelo Conselho de Administração;
- (vii)** Abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior;
- (viii)** Conceder garantias em nome da Braskem;
- (ix)** Exercer as atribuições constantes dos seus respectivos programas de ação aprovados pelo Diretor-Presidente e pelo Conselho de Administração;
- (x)** Outorgar poderes na forma do artigo 38 do Estatuto Social da Companhia; e
- (xi)** Cumprir as normas constantes no seu Regimento Interno e aprovar as alterações que se façam necessárias.

Ainda, compete à Diretoria, nos termos do Estatuto Social da Companhia:

- (i)** a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por Lei ou pelo Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos; e
- (ii)** elaborar o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação de resultado do exercício, a serem submetidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

Compete ao Diretor Presidente, nos termos do Estatuto Social da Companhia:

- (i)** propor ao Conselho de Administração a macroestrutura organizacional da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (ii) definir o âmbito de responsabilidade e coordenar a atuação dos Diretores na execução do Plano de Negócio da Companhia;
- (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (iv) submeter o Plano de Negócio à aprovação do Conselho de Administração; e
- (v) propor ao Conselho de Administração políticas de aplicação geral na Companhia.
- (vi) Compete aos demais Diretores, nos termos do Estatuto Social da Companhia, a prática dos atos e gestão das atribuições definidas na estrutura administrativa básica, conforme regulamento interno da Companhia.

Atualmente, a Companhia possui as seguintes diretorias estatutárias: (i) Diretor Presidente; (ii) Jurídico e Governança Corporativa; (iii) Pessoas, Comunicação Corporativa, Marketing e Desenvolvimento Sustentável; (iv) Finanças, Relações com Investidores, Suprimentos e Relações Institucionais; (v) Olefinas e Poliolefinas América do Sul; (vi) Manufatura Brasil e Operações Industriais Globais; e (vii) Investimentos e Tecnologias Digitais.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia funciona de forma permanente e é composto de até 5 membros e seus suplentes, na forma da Lei.

As atividades do Conselho Fiscal da Companhia regem-se pela Lei nº 6.404/76, pelo Estatuto Social da Companhia, pelo Acordo de Acionistas arquivado em sua sede, bem como no que for compatível com a legislação brasileira, pelo "Sarbanes-Oxley Act of 2002" dos Estados Unidos da América e ainda por seu Regimento Interno, sem prejuízo das demais normas legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis.

Nos termos da Lei nº 6.404 de 15.12.1976 e do seu Regimento Interno, aprovado em 12 de junho de 2020, conforme disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br), compete ao Conselho Fiscal da Companhia, dentre outras atribuições:

- (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;
- (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;
- (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e

(vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

(d) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros;

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação;

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

De acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração, o processo de avaliação anual do Conselho de Administração e dos Comitês é aprovado pelo Conselho de Administração, após a definição dos critérios pelo Presidente do Conselho de Administração com base na proposta feita pelo Comitê de Pessoas e Organização da Companhia. Em 08 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a contratação de uma consultoria especializada para a condução do primeiro processo de avaliação do Conselho e seus Comitês de Apoio, finalizado em junho de 2019.

No que tange aos critérios considerados para avaliação durante o primeiro ciclo, foram utilizados auto avaliação e entrevistas com os Conselheiros nas quais foram abordados, dentre outros, os seguintes temas: (i) composição do Conselho de Administração; (ii) funcionamento geral e organização de suas reuniões; (iii) efetividade da atuação, funcionamento e grau de comprometimento dos participantes dos comitês de apoio; e (iv) contribuição e comprometimento do Conselho de Administração.

Foram apresentadas as principais reflexões decorrentes do processo, o que culminou em um plano de aperfeiçoamento para o Conselho de Administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Versão: 1

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais**(a) prazos de convocação**

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral Ordinária será realizada anualmente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, enquanto as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que os negócios da Companhia assim exigirem, nos termos na Lei das Sociedades por Ações. Observado o disposto na legislação aplicável, os acionistas serão convocados para participar das Assembleias Gerais por meio de convocação publicado na forma do artigo 124, parágrafo 1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, respeitando, em primeira convocação, 15 (quinze) dias corridos de antecedência e, em segunda convocação, 8 (oito) dias corridos de antecedência.

(b) competências

Como consta do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda, nos termos do Estatuto Social da Companhia:

- (i)** alteração nas preferências, vantagens e/ou condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais em que se divide o capital social da Companhia;
- (ii)** criação de classes de ações preferenciais mais favorecidas em relação às classes existentes;
- (iii)** conversão de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia;
- (iv)** participação em grupo de sociedades, conforme definição contida no Artigo 265 da Lei nº 6.404/76;
- (v)** alterações do Estatuto Social;
- (vi)** aumento ou redução do capital social da Companhia fora do limite do capital autorizado, bem como resgate ou amortização de suas ações;
- (vii)** transformação, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- (viii)** aumento ou redução do número de membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (ix)** requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ou ainda, a dissolução, liquidação ou cessação do seu estado de liquidação;
- (x)** alteração da política de dividendos ou do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia;
- (xi)** emissão, pela Companhia de debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição de ações, observado o disposto no Artigo 26(xxiii) do Estatuto Social;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

- (xii) decisão quanto ao fechamento do capital ou, se fechado, a obtenção de eventual novo registro de companhia aberta da Companhia;
- (xiii) avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;
- (xiv) eleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e
- (xv) fixação da remuneração anual dos administradores.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia; e (ii) internet: *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

Com relação à administração de conflitos de interesses nas votações submetidas à assembleia geral, é consignado no Manual de Assembleias Gerais da Companhia que o conflito deve ser identificado pelo próprio acionista, mediante sua abstenção de voto. No entanto, em situações em que o conflito seja inequívoco e o acionista não se manifeste, o presidente da mesa deve declarar tal impedimento, em linha com precedentes da CVM.

Adicionalmente, além do previsto na legislação societária, a Companhia possui orientações sobre conflito de interesses constantes do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de abril de 2018 e atualizado em 25 de junho de 2020 ("Código de Conduta").

Nos termos do Código de Conduta, tanto nas suas responsabilidades profissionais quanto nas atividades pessoais, os integrantes têm o dever de garantir que suas ações não criem um conflito real ou percebido com os interesses da Braskem. A Braskem proíbe os Conflitos de Interesses.

Conflitos de Interesses ocorrem quando o interesse particular de um indivíduo, ou o interesse de um parente próximo desse indivíduo, interfere, ou aparenta interferir, na sua capacidade de julgamento isento, esperada na sua responsabilidade ou nos interesses da Companhia. Os Conflitos de Interesses também surgem quando um Integrante, ou seu parente próximo, recebe benefícios pessoais inadequados por conta de sua posição na Companhia.

Caso um Integrante ou parente próximo esteja exposto a quaisquer das situações acima, deve dialogar com o seu líder direto, com a área de Pessoas & Organização e/ou área de Conformidade para que seja avaliada a existência ou não de conflito real ou potencial. Os Conflitos de Interesses devem também ser comunicados à área de Conformidade por meio da ferramenta de Conflitos de Interesses disponibilizada na intranet da Braskem.

O Código de Conduta encontra-se disponível na internet, no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui políticas e não adota prática para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

Desta forma, os acionistas que pretendam participar das Assembleias Gerais da Companhia deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, no tocante à legitimação e representação, ou seja, deverão apresentar documento de identidade, provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto.

Em linha com a decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ2014/3578, os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Em tais casos, não há necessidade desse mandatário ser acionista, administrador da companhia ou advogado.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Com vistas a agilizar os trabalhos das Assembleias, a administração da Companhia solicita que os acionistas depositem na Companhia, no escritório localizado à Rua Lemos Monteiro, 120, 22º andar, CEP 05501-050, São Paulo, SP, com no mínimo 72 horas de antecedência da data designada para realização das Assembleias Gerais, os seguintes documentos:

(i) comprovante expedido pela instituição financeira, depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 8 (oito) dias antes da data da realização das Assembleias Gerais; (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista, com reconhecimento de firma do outorgante, notariação, consularização, apostilamento e tradução juramentada (conforme o caso), acompanhado do instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria caso o acionista seja pessoa jurídica; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

No entanto, vale destacar que, nos termos do §2º do artigo 5º da Instrução CVM 481/09, o acionista que comparecer à assembleia munido dos documentos exigidos pode participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente, conforme solicitado pela Companhia.

Ainda, na hipótese da Companhia decidir realizar assembleias parcial ou exclusivamente digitais, através da disponibilização de sistema eletrônico de participação, a Companhia se reserva o direito, nos termos do §3º do artigo 5º da Instrução CVM 481/09, de exigir do acionista que pretende participar pelo sistema eletrônico o envio dos documentos mencionados acima por e-mail a ser comunicado no respectivo Edital e demais documentos aplicáveis, com cópia para o e-mail braskem-ri@braskem.com, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da assembleia, de forma que não será admitido o acesso à plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico (i.e., procurações assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital).

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar, à Rua Lemos Monteiro, 120, 24º andar, CEP 05501-050, São Paulo, SP, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores ou para o e-mail braskem-ri@braskem.com, os seguintes documentos, devidamente notariados e consularizados ou apostilados (no caso de acionistas estrangeiros):

(i) boletim de voto a distância relativo à assembleia geral, devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado (não sendo possível assinatura por certificado digital) com a firma dos signatários devidamente reconhecida;

(ii) extrato indicando a posição acionária na Companhia (desnecessária a notariação e consularização ou apostilamento no caso de acionistas estrangeiros);

(iii) cópia dos seguintes documentos:

- para pessoas físicas: documento de identidade e CPF do acionista;
- para pessoas jurídicas: instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenha a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia; e
- para fundos de investimento: regulamento do fundo e estatuto social ou contrato social do administrador do fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, CNH ou Passaporte.

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão recebidos pela Companhia com até 7 (sete) dias de antecedência da referida assembleia, e serão apontados como recebidos pela Companhia, se estiverem em plena ordem e de acordo com o disposto acima, em até 3 (três) dias do recebimento do referido documento.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são satisfatórios para que o voto seja considerado válido, ou, caso necessário, os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio.

(h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Nos termos do Artigo 21-C, inciso I da Instrução CVM 481/09, a Companhia não disponibiliza sistema eletrônico para recebimento de boletins de voto a distância.

Nos termos do artigo 21-C, inciso II da Instrução CVM 481/09, a Companhia pode, a seu exclusivo critério, disponibilizar sistema eletrônico para participação a distância durante a assembleia, de forma que, além da possibilidade de participação presencial e via boletim de voto a distância, as assembleias da Companhia poderão ser realizadas de modo exclusivamente digital, caso os acionistas somente possam participar e votar por meio dos sistemas eletrônicos, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, ou de modo parcialmente digital, caso os acionistas possam participar e votar tanto presencialmente quanto

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

a distância, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto.

Nesses casos, a participação do acionista, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, poderá ser via plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto a distância; ou (ii) participar e votar na assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que, caso queira, vote na assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância serão desconsideradas.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos do Artigo 21-L da Instrução CVM 481/09, caso o acionista queira incluir propostas de deliberação ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto a distância (conforme o caso), será necessária a apresentação destas propostas por meio de correspondência enviada ao escritório da Companhia, localizado à Rua Lemos Monteiro, 120, 24º andar, CEP 05501-050, São Paulo, SP, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta (incluindo as informações mencionadas no Artigo 21-M, da Instrução CVM 481/09) e à qualidade e participação do acionista, nos prazos e na forma estabelecidos pela regulamentação vigente.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Abaixo, descrevemos informações detalhadas sobre os prazos e procedimentos para participação a distância nas assembleias da Companhia:

Boletim de Voto a Distância

Além da possibilidade de votar a distância por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, os acionistas poderão transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para prestadores de serviços aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, a saber:

(i) os agentes de custódia do acionista, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou

(ii) ao Itau Corretora de Valores S.A., na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central, localizado à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, São Paulo, CEP 04538-132, atendimento a acionista pelos telefones 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 7209285 (demais localidades), ou ainda pelo e-mail atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br ou através do site: www.itau.com.br/securitiesservices/assembleiadigital.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

Plataforma Digital

Na hipótese da Companhia realizar uma assembleia de modo exclusivamente ou parcialmente digital, disponibilizando uma plataforma digital para tanto, o acionista que desejar participar da assembleia deverá enviar tal solicitação para a Companhia através de e-mail a ser comunicado no respectivo Edital e demais documentos aplicáveis, com cópia para o e-mail braskem-ri@braskem.com com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 2 dias da realização da assembleia, a qual deverá ainda ser devidamente acompanhada de toda a documentação do acionista para participação na assembleia (conforme informada no item "f" acima).

A Companhia enviará os convites individuais de acesso à plataforma digital e as respectivas instruções para acesso à plataforma digital aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. O acionista que participar por meio da plataforma digital será considerado presente à assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata da assembleia, nos termos do artigo 21-V, §1º da Instrução CVM 481/09.

Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na assembleia com antecedência mínima de 24 horas da sua realização, deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (11) 3576-9531, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

A Companhia disponibilizará auxílio técnico para a hipótese de os acionistas terem quaisquer problemas para participar da assembleia. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do acionista.

A Companhia recomenda, ainda, que os acionistas se familiarizem previamente com o seu uso, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio).

Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da assembleia, acessem a plataforma digital com a antecedência do horário previsto para início da assembleia indicada na documentação aplicável a cada assembleia, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, Políticas e Práticas Relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 11 (onze) membros e seus respectivos suplentes, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Dentre seus membros, o Conselho de Administração conta com um Presidente e um Vice-Presidente, ambos designados pela Assembleia Geral, que também pode substituí-los a qualquer tempo, observados eventuais Acordos de Acionistas da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração têm mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão do Presidente e do Vice-Presidente também é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

O Conselho de Administração se reúne ordinariamente a cada 3 (três) meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por quaisquer dois de seus membros.

Entre o dia de convocação e o dia da realização da Reunião do Conselho de Administração, mediarão, no mínimo, 10 (dez) dias, a menos que a maioria de seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas, devendo ser disponibilizada pauta devidamente instruída.

O Conselho de Administração somente delibera com a presença da maioria de seus membros em exercício, admitida a representação de qualquer Conselheiro por qualquer membro titular ou suplente do Conselho por ele indicado, e as deliberações são tomadas por maioria, observados eventuais Acordos de Acionistas da Companhia.

Ao Presidente do Conselho de Administração, observado o disposto no Regimento Interno do Conselho de Administração, compete: (a) propor as datas e as agendas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia; (b) assegurar que a convocação e a agenda das Reuniões do Conselho de Administração sejam encaminhadas aos conselheiros titulares, juntamente com qualquer material de apoio necessário dentro do prazo estipulado no Regimento; (c) convocar e conduzir as Reuniões do Conselho de Administração; (d) convidar, quando necessário, consultores externos, membros da administração e integrantes da Companhia para comparecer às reuniões; (e) propor à administração a contratação de consultorias externas para, em situações particulares, contribuir com as tarefas do Conselho; (f) coordenar, com o apoio do Comitê de Pessoas e Organização da Companhia, a elaboração do plano de sucessão do LN-Braskem, dos integrantes a ele vinculados e do R- Conformidade e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração; (g) indicar, para apreciação pelo Conselho de Administração, os conselheiros para compor cada um dos Comitês de Apoio, bem como nomear seus respectivos coordenadores; (h) propor ao Conselho de Administração eventuais propostas de atualização de seu regimento interno, as quais devem ser previamente apreciadas por todos os comitês de apoio; e (i) convocar a Assembleia Geral, desde que autorizado pelo Conselho de Administração.

Ao Vice-Presidente, ou, na sua ausência, a quem o Presidente indicar, compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e, ainda, em caso de vaga, ocupar o cargo do Presidente até a eleição de novo titular.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração**(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**

Exercício Social	Tipo de Reunião do Conselho de Administração	Quantidade	Data
31/12/2019	Reuniões do Conselho de Administração Ordinárias	11	14/02/2019
			13/03/2019
			10/04/2019
			08/05/2019
			13/06/2019
			10 e 11/07/2019
			07/08/2019
			11/09/2019
			10/10/2019
			14/11/2019
			12/12/2019
	Reuniões do Conselho de Administração Extraordinárias	19	17/01/2019
			01/04/2019
			18/04/2019
			06/05/2019
			27/05/2019
			31/05/2019
			19/08/2019
			26/08/2019
			30/08/2019
			21/10/2019
			21/10/2019
			25/10/2019
			25/10/2019
			29/10/2019
			25/11/2019
			29/11/2019
			04/12/2019
			23/12/2019
			27/12/2019

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Acordo de acionistas da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. e da Companhia – celebrado em 08 de fevereiro de 2010 e aditado em 21 de setembro de 2018.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Tal como descrito no item 15.5, abaixo, os membros do Conselho de Administração da Companhia deverão sempre atuar no melhor interesse da Companhia, com independência e lealdade, agindo com transparência e precisão nas divulgações ao mercado e objetivando à valorização dos ativos da Companhia, bem como a maior segurança e transparência aos acionistas, respeitando-se, também, as seguintes determinações:

- **Consenso.** Exceção feita à aprovação do “Plano de Negócios” (descrita abaixo), todas e quaisquer matérias que venham a ser deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia deverão ser objeto de decisão por consenso de todas as signatárias do acordo em questão, quais sejam, Odebrecht S.A. (“Odebrecht”) e Odebrecht Serviços e Participações S.A. (sucrida pela OSP Investimentos S.A.), Petrobras Química S.A. – Petroquisa (“Petroquisa”) e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”).
- **Ausência.** Em se verificando a ausência a uma reunião do Conselho de Administração de todos os conselheiros indicados por uma das partes do acordo em questão, poderão os conselheiros presentes deliberar as matérias objeto da reunião em questão, sem necessidade do voto dos conselheiros ausentes.
- **Matéria prejudicada.** Não havendo consenso entre os conselheiros indicados por todas as signatárias do acordo em questão, tais conselheiros deverão exercer seus respectivos direitos de voto de modo a julgar prejudicado o item constante da ordem do dia ou, na sua impossibilidade, votar pela manutenção da situação até então vigente.
- **Atribuições complementares.** Além das atribuições estabelecidas por lei e pelo estatuto social da Companhia, também devem ser deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia as matérias elencadas na cláusula 2.3 do acordo em questão.
- **Exceção – Plano de Negócios.** O “Plano de Negócios” da Companhia será aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho de Administração da Companhia, independentemente do consenso das signatárias do acordo em questão.
- **Reuniões prévias.** As deliberações objeto de reunião do Conselho de Administração da Companhia poderão ser precedidas de deliberação em reunião prévia, se solicitado por qualquer das partes signatárias do acordo em questão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da convocação da reunião. Nessas reuniões, as deliberações somente serão aprovadas quando obtiverem voto favorável de todas as signatárias do acordo em questão, de forma que, com relação aos conselheiros indicados por elas, as decisões tomadas nessas reuniões constituirão orientação dos seus votos.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme descrito nos itens 16.1 e 16.3 deste Formulário de Referência, a Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas e uma Diretriz Global de Conflitos de Interesse, que tratam dos temas relacionados à identificação e administração de conflitos de interesse.

Especificamente com relação às práticas relativas ao Conselho de Administração, o Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia estabelece, em seu item 7.3.1 que “Caso o Conselheiro esteja em situação de conflito de interesses com uma determinada deliberação deverá abster-se de participar do processo decisório desta deliberação, devendo ainda informar ao CA o seu impedimento e consignar em ata da RCA.”

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Ainda, o Regimento Interno do Conselho de Administração estabelece que caso o membro do Conselho de Administração deixe de se manifestar acerca de tal conflito, qualquer outro membro que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo. Além disso, os membros do Conselho de Administração da Companhia devem divulgar qualquer conflito de interesse real, potencial ou percebido ao líder da Área de Conformidade (item 5.4 da Diretriz Global de Conflitos de Interesse).

Por sua vez, o Código de Conduta da Companhia dispõe, em seu item 7, sobre conflitos de interesse não relacionados aos órgãos de deliberação ou fiscalização, mas sim à assuntos que envolvem o interesse particular de um indivíduo (ou alguém próximo deste) de modo a interferir (ou aparentar interferir) na capacidade de julgamento isento no melhor interesse da Companhia.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

- **órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e**
- **principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros.**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía uma Política de Indicação formalmente aprovada. Contudo, a Companhia adota diversos procedimentos para indicação dos membros do seu Conselho de Administração que mitigam a ausência da Política de Indicação formalizada, como, por exemplo, a regra prevista no Regimento Interno do Conselho de Administração de que 20%, no mínimo, dos membros do Conselho de Administração deverão são independentes. Além disso, encontram-se em vigor na Companhia procedimentos para confirmar e garantir a manutenção desta independência.

Também, apesar de não constar a previsão estatutária, de acordo com o item 2(viii) do Regimento Interno do Conselho de Administração, compete a tal órgão manifestar-se sobre as razões do enquadramento dos candidatos a membros do Conselho de Administração aos critérios de independência, sempre que houver convocação de Assembleia Geral para eleger conselheiros, bem como avaliar nos anos subsequentes à eleição se os conselheiros independentes permanecem enquadrados aos critérios de independência da Companhia, indicando e justificando quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência.

Para tanto, o Conselho de Administração da Companhia conta com o apoio do Comitê de Pessoas e Organização, ao qual compete de acordo com o item 2(xiv) do seu Regimento Interno “apoiar o CA na avaliação nos anos subsequentes à eleição dos membros do Conselho se os conselheiros declarados independentes permanecem enquadrados aos critérios de independência da Companhia, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer a independência dos conselheiros”.

Além disso, a Companhia adota de forma voluntária o conceito de independência dos membros do Conselho de Administração do regulamento do Nível 2 da B3, que entende ser mais objetivo do que o previsto no “Código Brasileiro de Governança Corporativa”, limitando o grau de parentesco entre indivíduos e à relação societária.

O item 5.1.1 da Política Global do Sistema de Conformidade da Companhia determina os seguintes critérios de independência: (i) não possuir qualquer vínculo com a Companhia, exceto

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado à sociedade ou entidade relacionada ao acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (iv) não ter sido, nos últimos três anos, Integrante ou diretor da Companhia, do acionista Controlador ou de Sociedade Controlada pela Companhia; (v) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; e (vii) não receber remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Ainda no quesito da composição de tal órgão, o item 3.3 do Acordo de Acionistas estabelece o comprometimento do Controlador e da Petrobras de não indicar, para membro do Conselho de Administração da Companhia, pessoas que ocupem cargo de conselheiro, diretor ou qualquer outra função em outras empresas petroquímicas concorrentes

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Não há cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem inserida no Estatuto Social da Companhia.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA	29/05/1965	Pertence apenas à Diretoria	14/04/2021	3 ANOS (até 1ª RCA após AGO 2024)	3
509.945.144-68	Engenheiro Químico	19 - Outros Diretores	14/04/2021	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.		Diretor sem designação específica			
EDISON TERRA FILHO	28/10/1971	Pertence apenas à Diretoria	14/04/2021	3 anos (até a 1ª RCA após AGO 2024)	3
157.964.638-70	Engenheiro de Produção	19 - Outros Diretores	14/04/2021	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos ou função na Companhia.		Diretor Sem Designação Específica			
PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS	30/11/1975	Pertence apenas à Diretoria	14/04/2021	3 ANOS (até 1ª RCA após AGO 2024)	3
258.045.318-08	Engenheiro de Produção	12 - Diretor de Relações com Investidores	14/04/2021	Sim	0.00%
Diretor Financeiro.					
DANIEL SALES CORRÊA	23/01/1968	Pertence apenas à Diretoria	14/04/2021	3 ANOS (até 1ª RCA após AGO 2024)	1
445.858.371-91	Engenheiro	19 - Outros Diretores	14/04/2021	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.		Diretor sem designação específica			
MARCELO ARANTES DE CARVALHO	22/06/1968	Pertence apenas à Diretoria	14/04/2021	3 ANOS (até 1ª RCA após AGO 2024)	3
700.697.006-72	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	14/04/2021	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.		Diretor sem designação específica			
ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA	18/07/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	3
520.609.346-72	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Sim	0.00%
Faz parte do Comitê de Pessoas e Organização da Companhia, como membro efetivo.					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA	04/12/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	2
299.637.297-20	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/05/2020	Sim	100.00%
Faz parte do Comitê de Estratégia e Comunicação da Companhia, como membro efetivo.					
MARCELO MANCINI STELLA	11/01/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	3
110.902.258-14	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
ANDREA DA MOTTA CHAMMA	10/09/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	0
125.668.818-55	Administradora de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/05/2020	Não	100.00%
Faz parte do Comitê de Pessoas e Organização da Companhia, como membro efetivo (Coordenadora).					
MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA	21/08/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	2
786.634.075-72	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Sim	0.00%
Faz parte do Comitê de Finanças e Investimentos da Companhia, como membro efetivo.					
DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES	18/01/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	0
086.809.277-08	Economista e Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Não	0.00%
Faz parte do Comitê de Finanças e Investimentos da Companhia, como membro efetivo.					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
GUILHERME SIMÕES DE ABREU	26/09/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	0
065.800.095-00	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
PAULO ROBERTO VALES DE SOUZA	27/01/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2020	Até AGO 2022	0
259.780.047-49	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	24/08/2020	Sim	100.00%
Faz parte do Comitê de Conformidade da Companhia, como membro efetivo.					
ROBERTO FALDINI	06/09/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	2
070.206.438-68	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/05/2020	Sim	100.00%
Faz parte do Comitê de Pessoas e Organização da Companhia, como membro efetivo.					
ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA	11/06/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	2
889.539.205-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/05/2020	Sim	100.00%
Faz parte do Comitê de Finanças e Investimentos da Companhia, como membro efetivo.					
MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ	19/10/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	0
095.598.217-09	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Não	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
JOÃO COX NETO	02/05/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	3

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
239.577.781-15	Economista	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	29/05/2020	Não	96.00%
Faz parte do Comitê de Estratégia e Comunicação da Companhia, como membro efetivo (Coordenador).					
JOSÉ MARCELO LIMA PONTES	31/03/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	2
016.121.743-53	Jornalista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
MARCELO KLUJSZA	20/11/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2020	Até AGO 2022)	0
849.022.137-53	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/08/2020	Sim	100.00%
Faz parte do Comitê de Conformidade da Companhia, como membro efetivo.					
GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO	17/05/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	3
013.784.028-47	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/05/2020	Sim	97.50%
Faz parte do Comitê de Conformidade da Companhia, como membro efetivo.					
JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA	13/08/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	2
546.600.417-00	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/05/2020	Sim	100.00%
Faz parte do Comitê de Finanças e Investimentos da Companhia, como membro efetivo (Coordenador).					
JULIO SOARES DE MOURA NETO	20/03/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	2
033.409.377-53	Oficial da Marinha do Brasil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/05/2020	Não	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Faz parte do Comitê de Conformidade da Companhia, como membro efetivo (Coordenador).					
LAURA MANIERO GADELHO	07/04/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	Até AGO 2022	0
327.092.088-14	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	13/04/2021	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES	10/11/1956	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	14/04/2021	3 ANOS (até 1ª RCA após AGO 2024)	1
141.330.245-91	Engenheiro Mecânico	39 - Outros Conselheiros / Diretores	14/04/2021	Sim	100.00%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo, e do Comitê de Estratégia e Comunicação, como membro efetivo.					
ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES	10/11/1956	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	2
141.330.245-91	Engenheiro Mecânico	39 - Outros Conselheiros / Diretores	29/05/2020	Sim	100.00%
Faz parte da Diretoria Estatutária da Companhia, como Diretor Presidente, e do Comitê de Estratégia e Comunicação, como membro efetivo.					
GILBERTO BRAGA	08/10/1960	Conselho Fiscal	13/04/2021	1 ANO	5
595.468.247-04	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/04/2021	Sim	100.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
ISMAEL CAMPOS DE ABREU	14/08/1955	Conselho Fiscal	13/04/2021	1 ANO	19
075.434.415-00	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/04/2021	Sim	99.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
IVAN SILVA DUARTE	11/10/1973	Conselho Fiscal	13/04/2021	1 ANO	6
611.242.065-15	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/04/2021	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO	28/04/1978	Conselho Fiscal	13/04/2021	1 ANO	4
951.929.135-00	Administradora de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/04/2021	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
AMÓS DA SILVA CANCIO	30/08/1972	Conselho Fiscal	13/04/2021	1 ANO	1
991.201.867-20	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	13/04/2021	Não	100.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
HELOISA BELOTTI BEDICKS	25/08/1960	Conselho Fiscal	13/04/2021	1 ANO	1
048.601.198-43	Economista	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	13/04/2021	Não	100.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE	07/03/1959	Conselho Fiscal	13/04/2021	1 ANO	1
003.662.408-03	Economista	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	13/04/2021	Não	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA	03/10/1973	Conselho Fiscal	13/04/2021	1 ANO	0
026.921.737-16	Economista	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	13/04/2021	Não	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR	21/08/1973	Conselho Fiscal	13/04/2021	1 ANO	0
020.822.297-93	Contador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	13/04/2021	Não	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA	24/02/1983	Conselho Fiscal	13/04/2021	1 ANO	0

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
099.788.317-03	Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	13/04/2021	Não	0.00%

Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.

Experiência profissional / Critérios de Independência

MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA - 509.945.144-68

O Sr. Cerqueira é o atual Vice-Presidente Executivo de Manufatura Brasil e Operações Industriais Globais. O Sr. Cerqueira possui mais de 30 anos de experiência na indústria química e petroquímica. Iniciou sua carreira em 1987 na Companhia Alcoolquímica Nacional e COPERBO (atual Arlanxéo). Em 1989 foi para a Companhia Petroquímica Camaçari, onde atuou nas áreas de Produção, Logística, SSMA e Suprimentos. Na Braskem já atuou como Responsável pela Unidade de Negócio Vinílicos, Diretor Industrial de Vinílicos e Gerente de Produção das Unidades de PVC (BA e AL) e responsável pela Unidade de Negócios de Químicos e Vinílicos da Braskem. O Sr. Cerqueira é graduado em Engenharia Química pela Universidade de Pernambuco, possui MBA em gestão empresarial pela FGV e participou do Global Leadership Program na Wharton Business School - University of Pennsylvania. O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara também que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

EDISON TERRA FILHO - 157.964.638-70

Edison Terra é o atual responsável pela Unidade de Olefinas e Poliolefinas América do Sul. Edison ingressou na Braskem em 2002, tendo atuado nas áreas de Marketing, Supply Chain e Exportação e como líder dos Negócios Polietilenos, Europa e Renováveis, além da UNIB e da quantiQ. Antes da Braskem, trabalhou por nove anos na Rhodia. Edison é graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP com mestrado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV/SP. Também fez cursos de extensão em Global Leadership na Wharton Business School e em Tecnologias Disruptivas na Singularity University. O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara também que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS - 258.045.318-08

O Sr. Freitas é o atual Responsável por Finanças, Suprimentos e Relações Institucionais da Braskem. Nessa função, lidera globalmente as áreas financeira, de relações com investidores, de suprimentos e o planejamento estratégico, bem como coordena as relações institucionais no Brasil. Nesse contexto, é responsável pela gestão e saúde financeira da Companhia, pela inovação na busca de eficiência nos processos de gestão e pela motivação de uma equipe de alta performance. De 2011 a 2016 foi o responsável pela Diretoria de Estratégia Corporativa da Braskem, elaborando o plano de negócios e avaliando oportunidades de investimentos e M&A. Anteriormente, atuou em consultoria de estratégia, tendo participado na definição de estratégias de negócios e M&A em diversos setores econômicos, dentre eles na petroquímica, agronegócio, bens de consumo e farmacêutico. O Sr. Freitas é Graduado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da USP e com MBA pelo INSEAD. O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

DANIEL SALES CORRÊA - 445.858.371-91

O Sr. Daniel Sales Corrêa é profissional formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pós-graduado em Engenharia de Equipamentos e em Engenharia de Processamento de Petróleo pela Universidade Petrobras, e em Gestão da Qualidade e Produtividade pela FUCAPI/UFRGS, além de possuir MBA Executivo em Gestão Estratégica de Negócios pela FIA/USP. Ao longo de 26 anos de Petrobras, atuou em diversas refinarias, tendo ocupado posições em Engenharia, Produção, Otimização de Processos e Comercialização. Na sede da empresa, foi gerente geral de eficiência operacional, com abrangência em todas as refinarias, e mais recentemente ocupava a gerência geral de programas de reestruturação de negócios do refino, transporte e comercialização da empresa, onde liderava iniciativas para o reposicionamento da Petrobras no “Downstream”, com foco no “carve out” das refinarias e terminais a serem desinvestidos. Ao longo do período de 2019 até julho de 2020 foi também membro do conselho de administração da Refinaria de Petróleo Riogranense S.A. – RPR. O Diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara também que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

MARCELO ARANTES DE CARVALHO - 700.697.006-72

O Sr. Arantes é atualmente o Responsável por Pessoas, Comunicação, Marketing e Desenvolvimento Sustentável, com 33 anos de experiência profissional, tendo atuado em diversas empresas de grande porte e em diversos cargos relacionados a Recursos Humanos. Iniciou sua carreira com estágio no grupo Fiat em 1988, tendo depois atuado de 1989-1991 na Celite S.A., na área de Remuneração e Relações Sindicais. Desde 1991 atuou como Gerente de Recursos Humanos na Asea Brown Boveri Ltda., até 1998, quando foi para a Unilever para atuar como Gerente de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Em 2000 passou a ser Diretor de Desenvolvimento Humano e Organizacional da Intelig Telecomunicações. Posteriormente, em 2005, foi para a Reckitt Benckiser, onde ficou até 2008 como Diretor de Recursos Humanos. Entre 2008 e 2010 foi Diretor de Recursos Humanos da América Latina do Grupo Fiat, período após o qual veio para a Braskem. O Sr. Arantes é formado em administração de empresas pela Faculdade de Ciências Gerenciais (UNA), e possui um MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral, bem como participou do Global Leadership Program na Wharton Business School - University of Pennsylvania. O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara também que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA - 520.609.346-72

O Sr. André Amaro é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. Amaro foi Integrante da Organização Odebrecht de 1988 a 2018. Atualmente é membro suplente do Conselho de Administração da Braskem. Também é membro titular dos Conselhos de Administração das empresas Ocyan e Odebrecht Transport, atuando também como coordenador dos respectivos Comitês de Conformidade. Iniciou a sua carreira em obras de infraestrutura pesada e liderou investimentos da Odebrecht nos programas de Concessão de serviços públicos no Brasil, Argentina e Portugal. Sua trajetória inclui também, Diretor de Financiamentos a Projetos e Exportação na Construtora Norberto Odebrecht, Vice-Presidente de Planejamento e Pessoas da Braskem, Diretor de Pessoas da Odebrecht S.A., Presidente da Odebrecht Properties e da Odebrecht Defesa e Tecnologia. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e tem Mestrado em Administração de Empresas pelo IMD.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. André Amaro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA - 299.637.297-20

O Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha é membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. José Mauro é membro do Conselho de Administração da Odebrecht S.A., desde outubro de 2019, e da Oi S.A., desde setembro de 2018, tendo anteriormente atuado como Presidente do Conselho de Administração da Oi S.A. desde 2009. O Sr. José Mauro iniciou a sua carreira como funcionário do BNDES, onde exerceu diversas funções e ocupou diversos cargos executivos (de 1974 a 1990), tendo sido também nomeado Diretor (de 1991 a 1998) e Vice-Presidente, responsável pelas áreas de Operações Industriais, Jurídica e Assuntos Fiscais (de 1998 a 2002). Suas principais experiências profissionais incluem: (i) Membro titular do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A. (de 2008 até a incorporação da Telemar Participações S.A., em setembro de 2015); (ii) Membro Titular do Conselho de Administração da Vale S.A. (de 2010 a abril de 2015); (iii) Diretor Presidente interino da Oi S.A., em 2013; (iv) Presidente do Conselho e Administração das seguintes empresas: Tele Norte Leste Participações S.A. (de 1999 a 2003 e de 2007 a 2012), onde também atuou como Membro Suplente do Conselho de Administração, em 2006; Telemar Norte Leste S.A. (de 2007 a 2012); TNL PCS S.A. (de 2007 a 2012); Tele Norte Celular Participações S.A. (de 2008 a 2012); Coari Participações S.A. (de 2007 a 2012); Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A., anteriormente denominada Calais Participações S.A. (de 2007 a dezembro de 2016); (v) Membro Titular do Conselho de Administração da Log-In Logística Intermodal S.A. (de 2007 a 2011); (vi) Membro Titular do Conselho de Administração da Lupatech S.A. (de 2006 a 2012); (vii) Membro titular do Conselho de Administração da Santo Antonio Energia S.A. (de 2008 a 2016); (viii) Membro titular do Conselho de Administração das seguintes Companhias: (a) Braskem S.A. (de 2007 a 2010), na qual exerceu anteriormente o cargo de Vice-Presidente de Planejamento Estratégico (de 2003 a 2005); (b) LIGHT Serviços de Eletricidade S.A. (de 1997 a 2000); (c) Aracruz Celulose S.A. (de 1997 a 2002); (d) Políteno Indústria e Comércio S.A. (de 2003 a 2004); (e) BANESTES S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo (de 2008 a 2009); e (f) Pharol, SGPS, S.A. (de 2015 a 2017). O Sr. José Mauro graduou-se em engenharia mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1971. Concluiu Executive Program in Management na Anderson School, Universidade da Califórnia, em dezembro de 2002.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. José Mauro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

MARCELO MANCINI STELLA - 110.902.258-14

O Sr. Marcelo Mancini é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. Atua como Vice-Presidente responsável pela Comercialização de Etanol, Açúcar e Energia, e pelas Áreas de Planejamento, Logística e Desenvolvimento de Negócios da Atvos desde 2010. Anteriormente, ocupou diversos cargos na Braskem entre 2002 e 2010, à frente das diretorias de Polietileno, Vinílicos e Polipropileno. Trabalhou na Pilkington Brasil Ltd. como diretor de vendas e marketing para o Brasil entre 1990 e 2002. É formado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e possui MBA pela FIA-USP. Frequentou ainda os Cursos de Finanças do INSEAD e de Marketing da Cranfield University.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo Mancini declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ANDREA DA MOTTA CHAMMA - 125.668.818-55

Administração e líder do Comitê de Pessoas do Grupo Fleury e Advisor e Conselheira Consultiva em startups Fintechs/Blockchain pela 3C Advisors. Anteriormente, atuou como Vice Chairman e Head of Equity Sales do Bank of America Merrill Lynch, e Diretora da corretora e equity sales na ABN Amro. A Sra. Andrea Chamma é graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e possui cursos de especialização em gestão nas universidades de Harvard e Columbia.

A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, a Sra. Andrea Chamma é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. A Sra. Andrea Chamma declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA - 786.634.075-72

O Sr. Marcelo Rossini de Oliveira é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. Atualmente é Diretor de Tesouraria e RI da Odebrecht S.A. De 2005 a 2018 atuou como analista financeiro, Gerente de Mercado de Capitais e Estruturação de Operações, Gerente de Tesouraria da Braskem S.A. Anteriormente, atuou como auditor Sênior e Analista Financeiro da Deloitte – Auditores e Consultores.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo Rossini declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES - 086.809.277-08

O Sr. Daniel Pereira de Albuquerque Ennes é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é membro efetivo do Conselho de Administração da Liqueficação Distribuidora S.A. e Gerente de Relacionamento de Financiamento Bancário e Estruturado da Petrobras. Anteriormente, foi Coordenador de Mercado Bancário, Coordenador de Mercado de Capitais Doméstico e Coordenador de Agência de Crédito à Exportação da Petrobras. O Sr. Daniel Pereira é graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestrado Acadêmico em Economia Industrial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Daniel Pereira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

GUILHERME SIMÕES DE ABREU - 065.800.095-00

O Sr. Guilherme Simões de Abreu é membro suplente do Conselho de Administração da Braskem indicado pela Odebrecht S.A. Atualmente exerce o cargo de Responsável por Pessoas, Comunicação e Organização da Odebrecht S.A., desde janeiro de 2020. De junho de 2018 a dezembro de 2019, exerceu o cargo de Secretário Executivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A. De 2013 a março de 2017, foi Gerente da Odebrecht S.A., para assuntos de Pessoas e Organização.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Guilherme Simões declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

PAULO ROBERTO VALES DE SOUZA - 259.780.047-49

O Sr. Paulo Roberto é membro efetivo do Conselho de Administração da Braskem por indicação da acionista Odebrecht S.A.. O Sr. Paulo Roberto Vales de Souza é engenheiro, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1972, e engenheiro econômico, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1979. O Sr. Paulo Roberto Vales de Souza foi engenheiro concursado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES pelo período de janeiro de 1974 a janeiro de 2001, tendo ocupado cargos executivos (de Gerente a Superintendente) a partir de 1979, nas áreas de infraestrutura, agroindústria, bens de consumo, planejamento e recuperação de crédito. O Sr. Paulo Roberto Vales de Souza foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente do Fundo de Pensão do BNDES – FAPES de julho de 1991 a janeiro de 2001, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira da Previdência Privada – Abrapp, de 1995 a 1998, Diretor de Planejamento do Instituto de Seguridade Social, de 1994 a 1997, Presidente da Comissão de Ética da Abrapp/Sindapp de 2001 a 2004, 2004 a 2007, 2007 a 2010 e 2011 a 2013, membro do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração do BNDES de 2008 a 2018, membro do Comitê de Melhores Práticas de Mercado da ANBIMA, membro do Comitê de Crédito do Fundo JBVC I, administrado pela Jardim Botânico Investimentos, em 2011, membro do Conselho Consultivo da OROMA Investimentos, membro do Comitê de Auditoria da VALIQ Fundo de Pensão da Vale do Rio Doce desde janeiro de 2019, e consultor de Governança e Gestão de Risco da Fundação Atlântico Fundo de Pensão da Oi.

O Sr. Paulo Roberto Vales declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, o Sr. Paulo Roberto é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. O Sr. Paulo Roberto Vales de Souza declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ROBERTO FALDINI - 070.206.438-68

O Sr. Roberto Faldini é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (1972), possui especialização em (i) Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral e INSEAD (1991); (ii) Empreendedorismo pela Babson College (2004) e (iii) Governança Corporativa (IFC e IBGC - 2009, 2011, 2013 e 2016). É Presidente e sócio da Faldini Participações Administração e Investimentos Ltda. e Diretor Presidente da MBF Administração e Serviços. Além do Conselho da Braskem SA, atualmente é membro dos Conselhos da Vulcabrás/Azaleia, Marfrig General Foods, Irani Papel e Embalagens SA, Cia. Habitasul de Participações e Odebrecht S.A. Participa voluntariamente como membro do Conselho Curador da Fundação Dorina Nowill para Cegos e da Fundação Crespi Prado. É diretor da Fundação Cultural Ema Gordon Klabin. O Sr. Roberto Faldini é professor convidado da Fundação Dom Cabral e árbitro da CAM – Câmara de Arbitragem do Mercado da B3. Participou como membro de Conselhos de Administração e Consultivos de diversas empresas no Brasil e do exterior, entre elas a BOVESPA, Metal Leve, Maraú, Livrarias Siciliano, CPFL, Inpar, Klicknet, Sadia, BRF e Bco. BMG. Foi Cofundador do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em 1995 e continua atuante em várias de suas comissões. É membro associado do IBEF - Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros e do FBN - Family Business Network. Por mais de 20 anos foi diretor executivo, acionista e membro do Conselho de Administração da Metal Leve S.A., foi Presidente da CVM em 1992. Foi coordenador por 5 anos (2002 - 2007) em São Paulo do Núcleo da Empresa Familiar – PDA, da Fundação Dom Cabral.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Faldini declara que não é pessoa exposta politicamente. O Sr. Roberto Faldini declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA - 889.539.205-15

O Sr. Rogério Bautista da Nova Moreira é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. e membro do Conselho de Administração da Santo Antonio Energia S.A. O Sr. Rogério Bautista é atualmente Conselheiro de Administração na OR Empreendimentos Imobiliários S.A. e na Lagoa da Barra S.A.; e, diretor jurídico da Odebrecht S.A. Anteriormente, atuou como Conselheiro de Administração na Odebrecht Comercializadora de Energia S.A, entre 2014 e 2015. Atuou, também, como diretor jurídico da OR Empreendimentos Imobiliários S.A., entre 2016 e 2019, e da Odebrecht Energia S.A, entre 2012 e 2016, e, ainda, como advogado na Odebrecht Energia S.A, entre 2008 e 2012, na Braskem S.A, entre 2002 e 2008, no escritório de advocacia Veirano Advogados, entre 2000 e 2001; e, na Deloitte, entre 1999 e 2000. O Sr. Rogério Bautista é formado em Direito pela Universidade Católica do Salvador em 1999, possui especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário e MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rogério Bautista declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ - 095.598.217-09

A Sr. Maria Isabel de Faria Perez é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é Gerente Geral na área de Integração de Negócios e Participações da Petrobras, tendo atuado anteriormente como Gerente no Jurídico da Petrobras. A Sra. Maria Isabel é graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), possui Pós-Graduação em Gestão de Negócios de Exploração e Produção de Petróleo e Gás pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), certificação Business Acument for the Energy Executive pela McCombs School of Business University (University of Texas) e cursos de extensão em Compliance Anticorrupção para o Setor de Energia (IBP) e em Arbitragem Comercial Nacional e Internacional pelo IBMEC.

A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Maria Isabel declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

JOÃO COX NETO - 239.577.781-15

O Sr. Cox é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro – Petrobras. Atualmente atua como Presidente do Conselho de Administração da Vivara S.A e é conselheiro da Embraer S.A., Petrobras S.A., Linx S.A. É sócio fundador e CEO da Cox Investments & Advisory. De 2006 a 2010, atuou como CEO e vice-presidente do Conselho de Administração da Claro. Em 2005, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cellcom Israel. Entre abril de 1999 e agosto de 2004, atuou como CFO e relações com investidores da Telemig Celular Participações e da Tele Norte Celular Participações e também como diretor-presidente da Telemig Celular e Amazônia Celular de agosto de 2002 a agosto de 2004. O Sr. Cox foi ainda membro dos Conselhos de Administração de outras empresas no Brasil, Argentina, Holanda e Israel. Também foi conselheiro do CRSFN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas e do IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. O Sr. Cox é formado em economia pela Universidade Federal da Bahia e estendeu seus estudos após a graduação em economia na Université du Québec à Montreal e no The College of Petroleum Studies da Oxford University.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. João Cox declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

JOSÉ MARCELO LIMA PONTES - 016.121.743-53

O Sr. José Marcelo Pontes é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. José Marcelo Pontes é jornalista profissional, com 34 anos de atuação em alguns dos principais veículos de comunicação do país (entre eles, Jornal do Brasil, O Globo e Veja) e 22 anos de experiência em comunicação corporativa, dos quais sete na Odebrecht. . O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

MARCELO KLUJSZA - 849.022.137-53

O Sr. Marcelo Klujza é membro efetivo do Conselho de Administração da Braskem por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.. É graduado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com mestrado em Geociências/Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui uma carreira profissional de aproximadamente 35 anos. Atuou em posições de Alta Direção em empresas de consultoria – CEO da Metal Data S.A. e Vice-Presidente da Alexander Proudfoot Consultoria – além de atuar como consultor por meio de empresa própria – Metakarp Value Consulting, oferecendo suporte à direção e a conselho de administração de empresas, em especial, no segmento de indústria mineral e metalurgia. Autou também em cargos técnicos, gerenciais e de Direção Superior nas empresas Vale, Rio Paracatu Mineração, Rio Tinto Brasil, IBM Brasil e Grupo Solmucci Entretenimento. Já ocupou a posição do Conselho de Administração da Petrobras de 06/2015 a 11/2015 e desde 12/2018 exerce a função de Assessor da Presidência na Petrobras. É Presidente do Conselho de Administração da Liquigás Distribuidora S.A. desde 06/2019.

O Sr. Marcelo Klujza declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo Klujza declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO - 013.784.028-47

O Sr. Gesner José de Oliveira Filho é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. Gesner Oliveira é conselheiro independente certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Além de Conselheiro da Braskem, é membro do Conselho da Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da TIM BRASIL; Presidente do Conselho de Administração da Estre Ambiental, membro do Conselho de Administração da Iguá Saneamento e do Instituto Iguá de Sustentabilidade, membro do Conselho Consultivo da ETCO, membro do Conselho Consultivo do CIEE e membro do Conselho de Autorregulação da FEBRABAN. Sua experiência em Conselhos de Administração, inclui empresas públicas e privadas como a SABESP, CESP, Nossa Caixa, VARIG e USIMINAS. É Sócio da GO Associados, Professor da EAESP / FGV, Coordenador do Grupo de Economia da Infraestrutura & Soluções Ambientais da FGV. Entre 2007 e 2011 foi Presidente da Sabesp - Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo. Atuou, também, como Consultor em projeto, para o Banco Mundial, para análise institucional de empresa de saneamento em Dhaka, Bangladesh em 2012. O Sr. Gesner Oliveira é graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA/USP, Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Ph.D. em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, o Sr. Gesner de Oliveira é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. O Sr. Gesner de Oliveira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA - 546.600.417-00

O Sr. João Pinheiro Nogueira Batista é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. João Nogueira é economista pela PUC-RJ e tem MBA em Engenharia Econômica - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. Atua há mais de 10 anos em Conselhos de Administração de empresas no Brasil e no exterior. No Grupo Odebrecht, foi membro independente dos Conselhos de Administração da Odebrecht Engenharia e Construção desde junho de 2017 e da Ocyan desde abril de 2018, nos quais permaneceu até janeiro de 2019, e ingressou no Conselho de Administração da Odebrecht S.A. em novembro de 2018. Atualmente, o Sr. João Nogueira é CEO da Evoltz Participações S.A. Em sua ampla carreira executiva construída nos setores público e privado, foi CEO da Swiss Re, da Bertin S.A. e da Suzano Petroquímica, bem como ocupou diretorias em empresas como Petrobras, Dresdner Bank, Citibank, Radiobras e Siderbras. O Sr. João Nogueira é conselheiro em duas organizações do terceiro setor: Associação Maria Helen Drexel e Instituto de Reciclagem do Adolescente- Recicla.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. João Nogueira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19.

JULIO SOARES DE MOURA NETO - 033.409.377-53

O Sr. Julio Soares de Moura Neto é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Julio é Almirante-de-Esquadra, Bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval, Mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (Curso de Comando e Estado Maior), Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (Curso de Política e Estratégia Marítimas), possuindo, ainda, Curso Superior Naval de Guerra pelo Instituto Superior Naval de Guerra- Portugal. Possui experiência extra-Marinha no Conselho Consultivo Estratégico da Fundação (EZUTE -SP), no Conselho Consultivo da Cia Brasileira de Cartuchos (CBC-SP) e no Conselho Consultivo do Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa (SIMDE -SP).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, o Sr. Julio Soares de Moura Neto é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. O Sr. Julio Soares declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

LAURA MANIERO GADELHO - 327.092.088-14

A Sra. Laura Maniero Gadelho está sendo indicada como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Novonor S.A. Atualmente, a Sra. Laura Maniero Gadelho é advogada na área corporativa da Novonor S.A., função que exerce desde 2016, tendo atuado anteriormente na Odebrecht Properties (Jan/2013 a Abr/2016) como advogada nas áreas corporativa e negocial, como advogada sênior no departamento de contencioso e arbitragem do Lefosse Advogados e Linklaters, em São Paulo e Nova Iorque (Out/2007 a Jan/2013) e advogada no departamento de contencioso e arbitragem do Dourado Fialdini Penna Tilkian Advogados Associados (Nov/2005 a Out/2007). A Sra. Laura Maniero Gadelho é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), possui LL.M. (Master os Laws) pela Faculdade de Direito da Columbia University e já participou da Associação de Arbitragem Comercial internacional e da Associação Latino-Americana de Direito Empresarial.

A Sra. Laura Maniero Gadelho não exerce cargo em organização do terceiro setor. A conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Laura Maniero Gadelho declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19.

ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91

ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91

O Sr. Roberto Simões, além de ser o atual Diretor Presidente da Braskem, é também membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Novonor S.A., e também é o atual Presidente do Conselho de Administração da Braskem Idesa. O Sr. Roberto Simões atuou em Conselhos de Administração como Presidente ou membro em grandes empresas, tais como: Odebrecht Engenharia e Construção, Consorcio Baía de Sepetiba, Itaguaí Construções Navais, Petroquímica Paulínia, Ipiranga Química, Ipiranga Petroquímica, Refinaria Ipiranga, COPESUL, Petroflex e CETREL. Foi CEO da Ocyan S.A. (2012-2019), da Odebrecht Defesa e Tecnologia (2010-2012), Presidente da Santo Antônio Energia (2008-2010) e Vice- Presidente Executivo da Braskem (2004-2008). No iG-Internet Group, foi COO e CEO no período de 2000 a 2004. Foi Presidente da Opportrans Concessão Metroviária - Metro Rio de 1999 a 2000. Começou na Organização Odebrecht em 1994 como Diretor de Contratos da Tenenge e CNO atuando até 1999. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal da Bahia em 1978 fez também o Cemant - Curso de Engenharia de Manutenção e Projetos Petroquímicos (convenio Petrobras/UFBA). É membro da Assembleia das Obras Sociais de Irmã Dulce.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Simões declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19.

GILBERTO BRAGA - 595.468.247-04

O Sr. Gilberto Braga está sendo indicado como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Novonor S.A. O Sr. Gilberto é consultor empresarial nas áreas financeiras, mercado de capitais, societária, tributária, perícia e assistência de perícia judicial, além de atuar como membro fiscal, administração e de comitê de auditoria de companhias abertas e associações profissionais. Foi membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis dos Fundos de Investimentos da CVM, é professor universitário e de pós-graduação de governança corporativa da Fundação Dom Cabral, IBMEC, PUC e FGV, comentarista da Rádio CBN, FM 94 do RJ e articulista do jornal O Dia. Formado em Economia pela UCAM Ipanema e Contabilidade pela UGF, pós-graduado pelo IAG-PUC Rio em Administração Financeira e mestre em Administração (Finanças e Mercado de Capitais) pelo IBMEC-Rio. É membro do IBGC.

O Sr. Gilberto Braga não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/99. ; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, exceto pelos processos administrativos sancionadores nº PT1201558576 e PT0901459167 perante o BACEN, que o inabilitaram para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do BACEN por 5 anos. O primeiro foi anulado pela 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro no processo nº 5015869-16.2018.4.02.5101, com decisão já transitada em julgado. O segundo procedimento administrativo foi suspenso por decisão liminar no processo 0055707-51.2018.4.02.5101, em curso na 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O Sr. Gilberto Braga declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ISMAEL CAMPOS DE ABREU - 075.434.415-00

O Sr. Ismael Campos de Abreu está sendo indicado como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Novonor S.A. O Sr. Ismael atuou como Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. durante o período de abril de 2011 até maio de 2017. Entre 1995 e março de 2011 atuou como Controller da Novonor S.A., sociedade que indiretamente detém participação superior a 5% de uma mesma espécie ou classe de valores mobiliários da Companhia. Foi Gerente da divisão de tax consulting da PricewaterhouseCoopers (1978/1985) e da Arthur Andersen (1989/1991). Foi sócio da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial (1992/1995). Ele foi membro do Conselho de Administração do Hospital Cardio Pulmonar e membro do Conselho Fiscal de diversas empresas que atuam no setor petroquímico. O Sr. Ismael é graduado em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairú e pós graduado em Engenharia Econômica pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento.

O Sr. Ismael Campos de Abreu não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19.

IVAN SILVA DUARTE - 611.242.065-15

O Sr. Ivan Silva Duarte está sendo indicado como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Novonor S.A. O Sr. Ivan é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Novonor S.A. O Sr. Ivan é diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. desde janeiro de 2016, a qual faz parte do mesmo grupo econômico do emissor e detém indiretamente participação superior a 5% do capital social. Anteriormente, o Sr. Ivan atuou como gerente da KPMG – Auditores Independentes de 1995 a 2001, quando então passou a atuar como gerente sênior na PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes até 2008. Entre 2008 e 2015 o Sr. Ivan foi diretor da EAO Empreendimentos Agropecuários e Obras S.A., Companhia pertencente ao Grupo Novonor, que atua nos segmentos Agropecuários e Alimentos e Bebidas. O Sr. Ivan é formado em Ciências Contábeis pela Universidade de Salvador (UNIFACS), e tem MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Empreendedorismo pela Babson College (Boston/EUA).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Ivan Silva Duarte declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO - 951.929.135-00

A Sra. Tatiana Macedo Costa Rêgo está sendo indicada como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Novonor S.A. A Sra. Tatiana atualmente é responsável pela controladoria da OEC (Odebrecht Engenharia e Construção). Anteriormente, a Sr. Tatiana atuou como Responsável pelo Planejamento Tributário da Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO"). No período de 2000 a abril de 2007, a Sra. Tatiana atuou na área fiscal da VIVO S/A do setor de telefonia, tendo ocupado a função de Gerente de Divisão do Planejamento Tributário. Anteriormente, trabalhou por 2 anos na Arthur Andersen. A Sra. Tatiana é graduada em Administração de Empresas Públicas e Privadas pela Universidade Federal da Bahia e possui MBA em Gestão pela IBMEC.

A Sra. Tatiana Macêdo Costa Rêgo não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Conselheira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19.

AMÓS DA SILVA CÂNCIO - 991.201.867-20

O Sr. Amós da Silva Cancio está sendo indicado como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é Gerente de Gestão Contábil e Tributária de Parcerias de E&P na Petrobras, tendo atuado anteriormente como Gerente Geral de Contabilidade da Controladora, Subsidiárias e do Consolidado da Petrobras e Gerente de Planejamento e Orientações Contábeis. O Sr. Amós Cancio é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e possui MBA em Engenharia Econômica e Financeira e Mestrado em Engenharia de Produção (ênfase em Estratégia, Gestão e Finanças Corporativas) pela mesma instituição, além de Pós-Graduação em Gestão nos Negócios de Exploração e Produção de Petróleo e Gás pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e certificação profissional para Contador Público Norte Americano (CPA).

O Sr. Amos da Silva Cancio não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19.

HELOISA BELOTTI BEDICKS - 048.601.198-43

A Sra. Heloísa Belotti Bedicks é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia por indicação dos acionistas minoritários. A Sra. Heloísa atualmente, é conselheira de administração do BNDES e membro dos da Fundação Boticário e dos comitês de auditoria do Grupo Mapfre. Exerceu a função de diretora geral do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC entre abril de 2001 a janeiro de 2020. Antes de ser diretora geral do IBGC, integrou seu Conselho de Administração entre 1999 e 2001. É certificada pelo IBGC nas modalidades de Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. Participou em conselhos internacionais como ICGN (International Corporate Governance Network) com sede em Londres e do GNDI – Global Network of Directors Institute com sede nos EUA. A Sr. É mestre em administração de empresas pelo Mackenzie, graduada em Economia pela Unicamp, em Ciências Contábeis pela PUC de Campinas, possui pós-graduação em Administração de Empresas pela Unisal. Foi eleita pelos CEOs dos maiores institutos de governança e de conselheiros do mundo como vice- presidente do GNDI (Global Network of Directors Institute) para 02 (dois) mandatos consecutivos. Possui especialização em Governança Corporativa pela Yale University e em Conselhos de Administração pela Chicago University. Participou do Summit da Singularity University em 2018. Atuou nos conselhos consultivos: ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da BMF & Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) de 2005 a 2011, Fundo Ethical do ABN AMRO Bank de 2001 a 2009, Centro de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVCS) de 2003 a 2008; Guia Exame de Sustentabilidade; Centro de Governança da Universidade de São Paulo de 2008 a 2010 e Guia Exame de Compliance 2019. Atuou nos seguintes Conselhos de Administração: Mapfre Garantias e Créditos SA entre 2002 e 2012, Tecelagem de Fitas Progressos Ltda de 1992 a 2002; Ph-Fit de 2002 a 2006 e membro do Comitê de Auditoria do Grupo Mapfre no Brasil de 2006 a 2012.

A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Heloísa Bedicks declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19.

REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE - 003.662.408-03

O Sr. Reginaldo é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia por indicação dos acionistas minoritários. Economista, com dezoito anos de experiência na área de análise de investimentos, como analista, organizador e diretor de equipes de análise, tendo ocupado essas posições, sucessivamente, no Citibank, Unibanco, BBA (atual Itaú-BBA) e Itaú Corretora de Valores. Trabalhou ainda como analista de crédito corporativo (Citibank) e como consultor nas áreas de estratégia (Accenture) e de corporate finance (Deloitte). Atuou, também, na ProxyCon Consultoria Empresarial, empresa dedicada às atividades de assessoria e prestação de serviços nas áreas de mercado de capitais, finanças e governança corporativa, entre 2003 e 2017. Membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – órgão formulador das normas contábeis brasileiras - desde sua fundação, em 2005. Vice-Coordenador de Relações Institucionais do CPC. Analista de investimentos certificado (CNPI). Gestor de valores mobiliários credenciado pela CVM. Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC. Conselheiro de Administração da Mahle Metal Leve S.A. (empossado em junho de 2017 e reeleito em abril de 2018 e abril de 2019). Atualmente é membro efetivo dos Conselhos Fiscais das seguintes empresas de capital aberto: Cia. de Saneamento do Paraná – Sanepar (eleito em abril de 2017 e reeleito em abril de 2018 e abril de 2019); Cia. Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp (eleito em abril de 2020), Cia. Energética de Brasília – CEB (eleito em abril de 2019 e reeleito em abril de 2020); Rumo S.A. (eleito em abril de 2019 e reeleito em abril de 2020); Ser Educacional S.A. (presidente do colegiado eleito em abril de 2015 e reeleito em abril de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020), e; membro suplente, dos conselhos das seguintes empresas de capital aberto; Bradesco S.A. (eleito em março de 2017 e reeleito em março de 2018, 2019 e 2020); CPFL Energia S.A. (eleito em março de 2017 e reeleito em março de 2018, 2019 e 2020); Fras-Le (eleito em abril de 2020) Atuou, também, como membro do Comitê de Auditoria da Paranapanema S.A. (2017) e dos Conselhos Fiscais das seguintes companhias: Petrobras S.A.; Iochpe Maxion S.A.; BRF S.A.; Aliansce Shopping Centers S.A.; Cremer S.A.; Movida S.A.; Tecnisa S.A.; Tele Norte Celular Participações S.A.; Unipar Carbocloro S.A.; Bradespar S.A. (membro suplente); Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, atual Arcelor Mittal (membro suplente); Grendene S.A. (membro suplente); Indústrias Romi (membro suplente); Grazziotin S.A. (membro suplente); SLC Agrícola (membro suplente). É ex-presidente da Associação Brasileira de Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, ex-presidente da Associação Brasileira de Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, seção São Paulo. Foi um dos autores do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas. É membro do Comitê de Governança das Estatais da B3; Membro do Conselho Fiscal do Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM e ex-membro do Comitê de Aquisições e Fusões – CAF.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rafael Peres declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA - 026.921.737-16

A Sra. Viviana Cardoso de Sá e Faria está sendo indicada como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. A Sra. Viviana Cardoso de Sá e Faria é atualmente Coordenadora-Economista Master na Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, tendo ocupado, previamente, outros cargos na mesma empresa (desde 16/01/2007). Atuou como Conselheira Fiscal da Braskem S.A. e da Petrocoque S.A. Indústria e Comércio – PETROCOQUE e como Conselheira Fiscal Suplente da Petrobras Distribuidora S.A. e na Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MS GÁS. Também trabalhou, anteriormente, na Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), como Coordenadora de Assuntos Estratégicos; no Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), como Gerente da Área de Energia; e no Banco Votorantim, como Trainee da Área Comercial (Empresas e Fundos de Pensão). Foi professora na Universidade Candido Mendes (UCAM), ministrando os cursos Micro I e II (Economia) e Project Finance (Direito) (agosto/2000 – dezembro/2003) e no curso de Economia da Regulação do MBP – Pós-Graduação Executiva em Petróleo e Gás Natural (janeiro/2000 – dezembro/2002). Possui graduação em Economia pela UFF - Universidade Federal Fluminense (agosto/1993 – dezembro/1997); Mestrado em Planejamento Estratégico e Ambiental, com ênfase em Economia da Energia, Regulação Econômica e Project Finance pela PPE/COPPE/UFRJ (março/1999 – fevereiro/2003); Pós-Graduação em Gestão Tributária pelo Instituto de Direito: PUC-Rio (março/2009 – junho/2010); e Curso de Extensão “Comparative Tax Policy and Administration” por Harvard Kennedy School (agosto/2014).

A Sra. Viviana Cardoso de Sá e Faria não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Conselheira declara que não é pessoa exposta politicamente.

MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR - 020.822.297-93

O Sr. Marcílio José Ribeiro Júnior está sendo indicado como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Marcílio José Ribeiro Jr. é atualmente Contador Sênior na Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, tendo ocupado, previamente, outros cargos na mesma empresa (desde 02/10/2006). Atualmente é Conselheiro Fiscal na METANOR – Metanol do Nordeste S.A. e Conselheiro Fiscal Suplente na IBRITERMO S/A, tendo atuado, anteriormente, como Conselheiro Fiscal na Stratura Asfaltos S.A. Também trabalhou, anteriormente, na Queiroz Galvão Óleo e Gás S/A, como Controller; na Starfish Oil & Gas S.A., como Gerente Contábil; na Gaspart Gás Participações Ltda. (atual MITSUI Gás do Brasil), como Contador; na ALTM S.A. Tecnologia e Serviços de Manutenção (Grupo Alstom), como Gerente de Contabilidade; no Terminal Garagem Menezes Côrtes S.A., como Contador; e na Erco Engenharia S.A., como Analista Contábil. Possui Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (fevereiro/1993 – agosto/1997); MBA em Engenharia Econômica e Financeira pela Universidade Federal Fluminense (setembro/2000 – novembro/2001); e LL.M. Direito Corporativo pelo IBMEC (março/2014 – fevereiro/2016).

O Sr. Marcilio Jose Ribeiro Jr. não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19.

PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA - 099.788.317-03

O Sr. Pedro Albuquerque Zappa está sendo indicado como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Pedro Albuquerque Zappa é atualmente Gerente Setorial – Economista Sênior na Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, tendo ocupado, previamente, outros cargos na mesma empresa (desde 03/07/2006). Atualmente é Vice-Presidente (Directorio) na Petrobras Frade Inversiones (PFISA), Managing Director A da Petrobras Global Trading BV 85 (PGT), Managing Director A na Petrobras Middle East BV (PEMID) e Conselheiro Fiscal na Petrocoque S.A. Indústria e Comércio – PETROCOQUE, tendo atuado, anteriormente, como Conselheiro Fiscal na Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. e Deten Química S.A. além de Conselheiro Fiscal Suplente na Muricy – Energética Camaçari Muricy I, Guarani S.A., Companhia de Gás do Amapá – GASAP e Suzano Petroquímica. Também trabalhou, anteriormente, no ITAU, como Analista. Possui graduação em Ciências Econômicas pela UFRJ (2001 – 2005) e Mestrado em Finanças e Economia Empresarial pela FGV-RJ (2008 – 2010), tendo realizado, também, treinamento pelo IBGC (2009).

O Sr. Pedro Albuquerque Zappa não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA - 509.945.144-68 N/A	
EDISON TERRA FILHO - 157.964.638-70 N/A	
PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS - 258.045.318-08 N/A	
DANIEL SALES CORRÊA - 445.858.371-91 N/A	
MARCELO ARANTES DE CARVALHO - 700.697.006-72 N/A	

ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA - 520.609.346-72

N/A

JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA - 299.637.297-20

N/A

MARCELO MANCINI STELLA - 110.902.258-14

N/A

ANDREA DA MOTTA CHAMMA - 125.668.818-55

N/A

MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA - 786.634.075-72

N/A

DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES - 086.809.277-08

N/A

GUILHERME SIMÕES DE ABREU - 065.800.095-00

N/A

PAULO ROBERTO VALES DE SOUZA - 259.780.047-49

N/A

ROBERTO FALDINI - 070.206.438-68

N/A

ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA - 889.539.205-15

N/A

MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ - 095.598.217-09

N/A

JOÃO COX NETO - 239.577.781-15

N/A

JOSÉ MARCELO LIMA PONTES - 016.121.743-53

N/A

MARCELO KLUJSZA - 849.022.137-53

N/A

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO - 013.784.028-47

N/A

JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA - 546.600.417-00

N/A

JULIO SOARES DE MOURA NETO - 033.409.377-53

N/A

LAURA MANIERO GADELHO - 327.092.088-14	
N/A	
ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91	
ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91	
N/A	
GILBERTO BRAGA - 595.468.247-04	
Processos Administrativos	Informações deste campo estão descritas no campo Experiência, devido ao limite de caracteres.
ISMAEL CAMPOS DE ABREU - 075.434.415-00	
N/A	
IVAN SILVA DUARTE - 611.242.065-15	
N/A	
TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO - 951.929.135-00	
N/A	
AMÓS DA SILVA CANCIO - 991.201.867-20	
N/A	
HELOISA BELOTTI BEDICKS - 048.601.198-43	
N/A	
REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE - 003.662.408-03	
N/A	
VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA - 026.921.737-16	
N/A	
MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR - 020.822.297-93	
N/A	
PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA - 099.788.317-03	
N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES	Outros Comitês		Outros	10/11/1956	25/06/2020	2 ANOS
141.330.245-91	COMITÊ DE ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO	Engenheiro Mecânico	Membro do Comitê (Efetivo)	29/05/2020	2	100.00%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo, e da Diretoria Estatutária, como Diretor Presidente.						
JOÃO COX NETO	Outros Comitês		Outros	02/05/1963	25/06/2020	2 ANOS
239.577.781-15	COMITÊ DE ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO	Economista	Membro e Coordenador do Comitê (Efetivo)	29/05/2020	0	100.00%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo (Vice-Presidente)						
JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA	Outros Comitês		Outros	13/08/1956	25/06/2020	2 ANOS
546.600.417-00	COMITÊ DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS	Economista	Membro e Coordenador do Comitê (Efetivo)	29/05/2020	2	100.00%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA	Outros Comitês		Outros	04/12/1949	25/06/2020	2 ANOS
299.637.297-20	COMITÊ DE ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	29/05/2020	0	100.00%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo (Presidente).						
JULIO SOARES DE MOURA NETO	Outros Comitês		Outros	20/03/1943	25/06/2020	2 ANOS
033.409.377-53	COMITÊ DE CONFORMIDADE	Oficial da Marinha do Brasil	Membro e Coordenador do Comitê (Efetivo)	29/05/2020	2	96.30%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
MARCELO KLUJSZA	Outros Comitês		Outros	20/11/1962	11/12/2020	2 ANOS
849.022.137-53	COMITÊ DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS	Engenheiro Mecânico	Membro do Comitê (Efetivo)	24/08/2020	0	0.00%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA	Outros Comitês		Outros	21/08/1978	25/06/2020	2 ANOS
786.634.075-72	COMITÊ DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS	Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	29/05/2020	2	81.00%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro suplente.						
PAULO ROBERTO VALES DE SOUZA	Outros Comitês		Outros	27/01/1949	22/09/2020	2 Anos

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
259.780.047-49	COMITÊ DE CONFORMIDADE	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	24/08/2020	0	100.00%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
ROBERTO FALDINI	Outros Comitês		Outros	06/09/1948	25/06/2020	2 ANOS
070.206.438-68	COMITÊ DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	29/05/2020	2	90.00%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA	Outros Comitês		Outros	11/06/1976	25/06/2020	2 Anos
889.539.205-15	COMITÊ DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS	Advogado	Membro do Comitê (Efetivo)	29/05/2020	0	100.00%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA	Outros Comitês		Outros	18/07/1963	25/06/2020	2 ANOS
520.609.346-72	COMITÊ DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo)	29/05/2020	3	90.20%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro suplente.						
ANDREA DA MOTTA CHAMMA	Outros Comitês		Outros	10/09/1965	25/06/2020	2 anos
125.668.818-55	COMITÊ DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO	Administradora de Empresas	Membro e Coordenadora do Comitê (Efetivo)	29/05/2020	0	100.00%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES	Outros Comitês		Outros	18/01/1980	25/06/2020	2 anos
086.809.277-08	COMITÊ DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS	Economista e Advogado	Membro do Comitê (Efetivo)	29/05/2020	0	100.00%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro suplente.						
GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO	Outros Comitês		Outros	17/05/1956	25/06/2020	2 Anos
013.784.028-47	COMITÊ DE CONFORMIDADE	Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	29/05/2020	4	94.90%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91						

O Sr. Roberto Simões é o atual Diretor Presidente da Braskem, além de ser membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. Roberto Simões atuou em Conselhos de Administração como Presidente ou membro em grandes empresas, tais como: Odebrecht Engenharia e Construção, Consorcio Baía de Sepetiba, Itaguaí Construções Navais, Petroquímica Paulínia, Ipiranga Química, Ipiranga Petroquímica, Refinaria Ipiranga, COPESUL, Petroflex e CETREL. Foi CEO da Ocyan S.A. (2012-2019), da Odebrecht Defesa e Tecnologia (2010-2012), Presidente da Santo Antônio Energia (2008-2010) e Vice- Presidente Executivo da Braskem (2004-2008). No iG-Internet Group, foi COO e CEO no período de 2000 a 2004. Foi Presidente da Oportrans Concessão Metroviária - Metro Rio de 1999 a 2000. Começou na Organização Odebrecht em 1994 como Diretor de Contratos da Tenenge e CNO atuando até 1999. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal da Bahia em 1978 fez também o Cemant - Curso de Engenharia de Manutenção e Projetos Petroquímicos (convenio Petrobras/UFBA). É membro da Assembleia das Obras Sociais de Irmã Dulce.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Simões declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19.

JOÃO COX NETO - 239.577.781-15

O Sr. Cox é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro – Petrobras. Atualmente atua como Presidente do Conselho de Administração da Vivara S.A. e é conselheiro da Embraer S.A., Petrobras S.A., Linx S.A. É sócio fundador e CEO da Cox Investments & Advisory. De 2006 a 2010, atuou como CEO e vice-presidente do Conselho de Administração da Claro. Em 2005, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cellcom Israel. Entre abril de 1999 e agosto de 2004, atuou como CFO e relações com investidores da Telemig Celular Participações e da Tele Norte Celular Participações e também como diretor-presidente da Telemig Celular e Amazônia Celular de agosto de 2002 a agosto de 2004. O Sr. Cox foi ainda membro dos Conselhos de Administração de outras empresas no Brasil, Argentina, Holanda e Israel. Também foi conselheiro do CRSFN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas e do IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. O Sr. Cox é formado em economia pela Universidade Federal da Bahia e estendeu seus estudos após a graduação em economia na Université du Québec à Montreal e no The College of Petroleum Studies da Oxford University.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. João Cox declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA - 546.600.417-00

O Sr. João Pinheiro Nogueira Batista é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. João Nogueira é economista pela PUC-RJ e tem MBA em Engenharia Econômica - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. Atua há mais de 10 anos em Conselhos de Administração de empresas no Brasil e no exterior. No Grupo Odebrecht, foi membro independente dos Conselhos de Administração da Odebrecht Engenharia e Construção desde junho de 2017 e da Ocyan desde abril de 2018, nos quais permaneceu até janeiro de 2019, e ingressou no Conselho de Administração da Odebrecht S.A. em novembro de 2018. Atualmente, o Sr. João Nogueira é CEO da Voltz Participações S.A. Em sua ampla carreira executiva construída nos setores público e privado, foi CEO da Swiss Re, da Bertin S.A. e da Suzano Petroquímica, bem como ocupou diretorias em empresas como Petrobras, Dresdner Bank, Citibank, Radiobras e Siderbras. O Sr. João Nogueira é conselheiro em duas organizações do terceiro setor: Associação Maria Helen Drexel e Instituto de Reciclagem do Adolescente- Recicla.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. João Nogueira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19.

JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA - 299.637.297-20

O Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha é membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. José Mauro é membro do Conselho de Administração da Odebrecht S.A., desde outubro de 2019, e da Oi S.A., desde setembro de 2018, tendo anteriormente atuado como Presidente do Conselho de Administração da Oi S.A. desde 2009. O Sr. José Mauro iniciou a sua carreira como funcionário do BNDES, onde exerceu diversas funções e ocupou diversos cargos executivos (de 1974 a 1990), tendo sido também nomeado Diretor (de 1991 a 1998) e Vice-Presidente, responsável pelas áreas de Operações Industriais, Jurídica e Assuntos Fiscais (de 1998 a 2002). Suas principais experiências profissionais incluem: (i) Membro titular do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A. (de 2008 até a incorporação da Telemar Participações S.A., em setembro de 2015); (ii) Membro Titular do Conselho de Administração da Vale S.A. (de 2010 a abril de 2015); (iii) Diretor Presidente interino da Oi S.A., em 2013; (iv) Presidente do Conselho de Administração das seguintes empresas: Tele Norte Leste Participações S.A. (de 1999 a 2003 e de 2007 a 2012), onde também atuou como Membro Suplente do Conselho de Administração, em 2006; Telemar Norte Leste S.A. (de 2007 a 2012); TNL PCS S.A. (de 2007 a 2012); Tele Norte Celular Participações S.A. (de 2008 a 2012); Coari Participações S.A. (de 2007 a 2012); Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A., anteriormente denominada Calais Participações S.A. (de 2007 a dezembro de 2016); (v) Membro Titular do Conselho de Administração da Log-In Logística Intermodal S.A. (de 2007 a 2011); (vi) Membro Titular do Conselho de Administração da Lupatech S.A. (de 2006 a 2012); (vii) Membro titular do Conselho de Administração da Santo Antonio Energia S.A. (de 2008 a 2016); (viii) Membro titular do Conselho de Administração das seguintes Companhias: (a) Braskem S.A. (de 2007 a 2010), na qual exerceu anteriormente o cargo de Vice-Presidente de Planejamento Estratégico (de 2003 a 2005); (b) LIGHT Serviços de Eletricidade S.A. (de 1997 a 2000); (c) Aracruz Celulose S.A. (de 1997 a 2002); (d) Políteno Indústria e Comércio S.A. (de 2003 a 2004); (e) BANESTES S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo (de 2008 a 2009); e (f) Pharol, SGPS, S.A. (de 2015 a 2017). O Sr. José Mauro graduou-se em engenharia mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1971. Concluiu Executive Program in Management na Anderson School, Universidade da Califórnia, em dezembro de 2002.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. José Mauro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

JULIO SOARES DE MOURA NETO - 033.409.377-53

O Sr. Julio Soares de Moura Neto é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Julio é Almirante-de-Esquadra, Bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval, Mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (Curso de Comando e Estado Maior), Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (Curso de Política e Estratégia Marítimas), possuindo, ainda, Curso Superior Naval de Guerra pelo Instituto Superior Naval de Guerra- Portugal. Possui experiência extra-Marinha no Conselho Consultivo Estratégico da Fundação (EZUTE

-SP), no Conselho Consultivo da Cia Brasileira de Cartuchos (CBC-SP) e no Conselho Consultivo do Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa (SIMDE -SP).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, o Sr. Julio Soares de Moura Neto é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. O Sr. Julio Soares declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

MARCELO KLUJSZA - 849.022.137-53

O Sr. Marcelo Klusza é membro efetivo do Conselho de Administração da Braskem por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.. É graduado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com mestrado em Geociências/Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui uma carreira profissional de aproximadamente 35 anos. Atuou em posições de Alta Direção em empresas de consultoria – CEO da Metal Data S.A. e Vice-Presidente da Alexander Proudfoot Consultoria – além de atuar como consultor por meio de empresa própria – Metakarp Value Consulting, oferecendo suporte à direção e a conselho de administração de empresas, em especial, no segmento de indústria mineral e metalurgia. Autou também em cargos técnicos, gerenciais e de Direção Superior nas empresas Vale, Rio Paracatu Mineração, Rio Tinto Brasil, IBM Brasil e Grupo Solmucci Entretenimento. Já ocupou a posição do Conselho de Administração da Petrobras de 06/2015 a 11/2015 e desde 12/2018 exerce a função de Assessor da Presidência na Petrobras. É Presidente do Conselho de Administração da Liquigás Distribuidora S.A. desde 06/2019.

O Sr. Marcelo Klusza declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo Klusza declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA - 786.634.075-72

O Sr. Marcelo Rossini de Oliveira é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. Atualmente é Diretor de Tesouraria e RI da Odebrecht S.A. De 2005 a 2018 atuou como analista financeiro, Gerente de Mercado de Capitais e Estruturação de Operações, Gerente de Tesouraria da Braskem S.A. Anteriormente, atuou como auditor Sênior e Analista Financeiro da Deloitte – Auditores e Consultores.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo Rossini declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

PAULO ROBERTO VALES DE SOUZA - 259.780.047-49

O Sr. Paulo Roberto é membro efetivo do Conselho de Administração da Braskem por indicação da acionista Odebrecht S.A.. O Sr. Paulo Roberto Vales de Souza é engenheiro, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1972, e engenheiro econômico, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1979. O Sr. Paulo Roberto Vales de Souza foi engenheiro concursado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES pelo período de janeiro de 1974 a janeiro de 2001, tendo ocupado cargos executivos (de Gerente a Superintendente) a partir de 1979, nas áreas de infraestrutura, agroindústria, bens de consumo, planejamento e recuperação de crédito. O Sr. Paulo Roberto Vales de Souza foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente do Fundo de Pensão do BNDES – FAPES de julho de 1991 a janeiro de 2001, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira da Previdência Privada – Abrapp, de 1995 a 1998, Diretor de Planejamento do Instituto de Seguridade Social, de 1994 a 1997, Presidente da Comissão de Ética da Abrapp/Sindapp de 2001 a 2004, 2004 a 2007, 2007 a 2010 e 2011 a 2013, membro do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração do BNDES de 2008 a 2018, membro do Comitê de Melhores Práticas de Mercado da ANBIMA, membro do Comitê de Crédito do Fundo JBVC I, administrado pela Jardim Botânico Investimentos, em 2011, membro do Conselho Consultivo da OCROMA Investimentos, membro do Comitê de Auditoria da VALIQ Fundo de Pensão da Vale do Rio Doce desde janeiro de 2019, e consultor de Governança e Gestão de Risco da Fundação Atlântico Fundo de Pensão da Oi.

O Sr. Paulo Roberto Vales declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, o Sr. Paulo Roberto é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. O Sr. Paulo Roberto Vales de Souza declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ROBERTO FALDINI - 070.206.438-68

O Sr. Roberto Faldini é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (1972), possui especialização em (i) Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral e INSEAD (1991); (ii) Empreendedorismo pela Babson College (2004) e (iii) Governança Corporativa (IFC e IBGC - 2009, 2011, 2013 e 2016). É Presidente e sócio da Faldini Participações Administração e Investimentos Ltda. e Diretor Presidente da MBF Administração e Serviços. Além do Conselho da Braskem SA, atualmente é membro dos Conselhos da Vulcabras/Azaleia, Marfrig General Foods, Irani Papel e Embalagens SA, Cia. Habitasul de Participações e Odebrecht S.A. Participa voluntariamente como membro do Conselho Curador da Fundação Dorina Nowill para Cegos e da Fundação Crespi Prado. É diretor da Fundação Cultural Ema Gordon Klabin. O Sr. Roberto Faldini é professor convidado da Fundação Dom Cabral e árbitro da CAM – Câmara de Arbitragem do Mercado da B3. Participou como membro de Conselhos de Administração e Consultivos de diversas empresas no Brasil e do exterior, entre elas a BOVESPA, Metal Leve, Maraú, Livrarias Siciliano, CPFL, Inpar, Klicknet, Sadia, BRF e Bco. BMG. Foi cofundador do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em 1995 e continua atuante em várias de suas comissões. É membro associado do IBEF - Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros e do FBN - Family Business Network. Por mais de 20 anos foi diretor executivo, acionista e membro do Conselho de Administração da Metal Leve S.A., foi Presidente da CVM em 1992. Foi coordenador por 5 anos (2002 - 2007) em São Paulo do Núcleo da Empresa Familiar – PDA, da Fundação Dom Cabral.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Faldini declara que não é pessoa exposta politicamente. O Sr. Roberto Faldini declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA - 889.539.205-15

O Sr. Rogério Bautista da Nova Moreira é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A e membro do Conselho de Administração da Santo Antonio Energia S.A. O Sr. Rogério Bautista é atualmente Conselheiro de Administração na OR Empreendimentos Imobiliários S.A e na Lagoa da Barra S.A; e, diretor jurídico da Odebrecht S.A. Anteriormente, atuou como Conselheiro de Administração na Odebrecht Comercializadora de Energia S.A, entre 2014 e 2015. Atuou, também, como diretor jurídico da OR Empreendimentos Imobiliários S.A., entre 2016 e 2019, e da Odebrecht Energia S.A, entre 2012 e 2016, e, ainda, como advogado na Odebrecht Energia S.A, entre 2008 e 2012, na Braskem S.A, entre 2002 e 2008, no escritório de advocacia Veirano Advogados, entre 2000 e 2001; e, na Deloitte, entre 1999 e 2000. O Sr. Rogério Bautista é formado em Direito pela Universidade Católica do Salvador em 1999, possui especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário e MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rogério Bautista declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA - 520.609.346-72

O Sr. André Amaro é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. Amaro foi Integrante da Organização Odebrecht de 1988 a 2018. Atualmente é membro suplente do Conselho de Administração da Braskem. Também é membro titular dos Conselhos de Administração das empresas Ocyan e Odebrecht Transport, atuando também como coordenador dos respectivos Comitês de Conformidade. Iniciou a sua carreira em obras de infraestrutura pesada e liderou investimentos da Odebrecht nos programas de Concessão de serviços públicos no Brasil, Argentina e Portugal. Sua trajetória inclui também, Diretor de Financiamentos a Projetos e Exportação na Construtora Norberto Odebrecht, Vice-Presidente de Planejamento e Pessoas da Braskem, Diretor de Pessoas da Odebrecht S.A., Presidente da Odebrecht Properties e da Odebrecht Defesa e Tecnologia. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e tem Mestrado em Administração de Empresas pelo IMD.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. André Amaro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ANDREA DA MOTTA CHAMMA - 125.668.818-55

Administração e líder do Comitê de Pessoas do Grupo Fleury e Advisor e Conselheira Consultiva em startups Fintechs/Blockchain pela 3C Advisors. Anteriormente, atuou como Vice Chairman e Head of Equity Sales do Bank of America Merrill Lynch, e Diretora da corretora e equity sales na ABN Amro. A Sra. Andrea Chamma é graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e possui cursos de especialização em gestão nas universidades de Harvard e Columbia.

A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, a Sra. Andrea Chamma é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. A Sra. Andrea Chamma declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19. CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES - 086.809.277-08

O Sr. Daniel Pereira de Albuquerque Ennes é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é membro efetivo do Conselho de Administração da Liqueficação Distribuidora S.A. e Gerente de Relacionamento de Financiamento Bancário e Estruturado da Petrobras. Anteriormente, foi Coordenador de Mercado Bancário, Coordenador de Mercado de Capitais Doméstico e Coordenador de Agência de Crédito à Exportação da Petrobras. O Sr. Daniel Pereira é graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestrado Acadêmico em Economia Industrial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Daniel Pereira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO - 013.784.028-47

O Sr. Gesner José de Oliveira Filho é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. Gesner Oliveira é conselheiro independente certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Além de Conselheiro da Braskem, é membro do Conselho da Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da TIM BRASIL; Presidente do Conselho de Administração da Estre Ambiental, membro do Conselho de Administração da Iguá Saneamento e do Instituto Iguá de Sustentabilidade, membro do Conselho Consultivo da ETCO, membro do Conselho Consultivo do CIEE e membro do Conselho de Autorregulação da FEBRABAN. Sua experiência em Conselhos de Administração, inclui empresas públicas e privadas como a SABESP, CESP, Nossa Caixa, VARIG e USIMINAS. É Sócio da GO Associados, Professor da EAESP / FGV, Coordenador do Grupo de Economia da Infraestrutura & Soluções Ambientais da FGV. Entre 2007 e 2011 foi Presidente da Sabesp - Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo. Atuou, também, como Consultor em projeto, para o Banco Mundial, para análise institucional de empresa de saneamento em Dhaka, Bangladesh em 2012. O Sr. Gesner Oliveira é graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA/USP, Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Ph.D. em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, o Sr. Gesner de Oliveira é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. O Sr. Gesner de Oliveira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91	
N/A	
JOÃO COX NETO - 239.577.781-15	
N/A	
JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA - 546.600.417-00	
N/A	
JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA - 299.637.297-20	
N/A	
JULIO SOARES DE MOURA NETO - 033.409.377-53	
N/A	
MARCELO KLUJSZA - 849.022.137-53	
N/A	
MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA - 786.634.075-72	
N/A	
PAULO ROBERTO VALES DE SOUZA - 259.780.047-49	
N/A	
ROBERTO FALDINI - 070.206.438-68	
N/A	
ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA - 889.539.205-15	
N/A	
ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA - 520.609.346-72	
N/A	
ANDREA DA MOTTA CHAMMA - 125.668.818-55	

N/A

DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES - 086.809.277-08

N/A

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO - 013.784.028-47

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações familiares a serem divulgadas.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019Administrador do Emissor

IVAN SILVA DUARTE

611.242.065-15

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Membro Suplente do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA

04.215.837/0001-09

O Sr. Ivan foi Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. em Recuperação Judicial

ObservaçãoAdministrador do Emissor

JOSÉ MARCELO LIMA PONTES

016.121.743-53

Subordinação

Controlador Indireto

Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

NOVONOR S.A

05.144.757/0001-72

O Sr. José Marcelo Pontes é comunicador corporativo da Odebrecht S.A

ObservaçãoAdministrador do Emissor

JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA

299.637.297-20

Prestação de serviço

Fornecedor

Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A

09.391.823/0001-60

O Sr. José Mauro foi membro efetivo do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA Membro Efetivo do Conselho de Administração	299.637.297-20	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NOVONOR S.A. O Sr. José Mauro é membro efetivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.	05.144.757/0001-72		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA Membro Suplente do Conselho de Administração	786.634.075-72	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NOVONOR S.A. O Sr. Rossini é Diretor de Tesouraria e RI da Odebrecht S.A.	05.144.757/0001-72		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA Membro Efetivo do Conselho de Administração	546.600.417-00	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NOVONOR S.A. O Sr. João Pinheiro é membro efetivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.	05.144.757/0001-72		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ROBERTO FALDINI Membro Efetivo do Conselho de Administração	070.206.438-68	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
NOVONOR S.A	05.144.757/0001-72		
O Sr. Roberto Faldini é membro efetivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JOÃO COX NETO	239.577.781-15	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
O Sr. João Cox é membro efetivo do Conselho de Administração da Petrobras			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA	889.539.205-15	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NOVONOR S.A	05.144.757/0001-72		
O Sr. Rogério Bautista da Nova Moreira é Diretor Jurídico da Odebrecht S.A.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
AMÓS DA SILVA CANCIO	991.201.867-20	Subordinação	Fornecedor
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
O Sr. Amós é Gerente Geral de Contabilidade da Petrobras			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ	095.598.217-09	Subordinação	Fornecedor
Membro Suplente do Conselho Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
A Sra. Maria Isabel é Gerente Geral em Refino, Gás Natural e Energia da Petrobras			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES	086.809.277-08	Subordinação	Fornecedor
Membro Suplente do Conselho Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
O Sr. Daniel Pereiral é Gerente de Relacionamento de Financiamento Bancário e Estruturado da Petrobras			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES	141.330.245-91	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Membro Efetivo do Conselho Administração e Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa S.A.P.I			
O Sr. Roberto Simões é conselheiro titular da Braskem Idesa			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES	141.330.245-91	Prestação de serviço	Controlada Indireta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Efetivo do Conselho Administração e Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V			
O Sr. Roberto Simões é conselheiro titular da Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GUILHERME SIMÕES DE ABREU	065.800.095-00	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NOVONOR S.A	05.144.757/0001-72		
O Sr. Guilherme foi secretário executivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS	258.045.318-08	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa S.AP.I			
O Sr. Freitas é conselheiro titular da Braskem Idesa.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS	258.045.318-08	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
O Sr. Freitas é conselheiro titular da Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS	258.045.318-08	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. - RPR	94.845.674/0001-30		
O Sr. Freitas foi conselheiro titular da RPR			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCELO ARANTES DE CARVALHO	700.697.006-72	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa S.AP.I.			
O Sr. Arantes é conselheiro suplente da Braskem Idesa			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCELO ARANTES DE CARVALHO	700.697.006-72	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V.			
O Sr. Arantes é conselheiro suplente da Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V			
<u>Observação</u>			
<hr/>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA Diretor	509.945.144-68	Prestação de serviço	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cetrel S.A. O Sr. Cerqueira é conselheiro titular (Presidente) da Cetrel	14.414.973/0001-81		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
EDISON TERRA FILHO Diretor	157.964.638-70	Prestação de serviço	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa S.AP.I. O Sr. Terra é conselheiro titular da Braskem Idesa			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
EDISON TERRA FILHO Diretor	157.964.638-70	Prestação de serviço	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V O Sr. Terra é conselheiro titular da Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
DANIEL SALES CORRÊA Diretor	445.858.371-91	Subordinação	Fornecedor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

33.000.167/0001-01

O Sr. Daniel Sales foi Gerente Geral da Refinaria Henrique Lage – REVAP e é Gerente Geral do Programa de Reestruturação de Negócios do Refino, Transporte e Comercialização da Petrobras.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

DANIEL SALES CORRÊA

445.858.371-91

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor

Pessoa Relacionada

Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. - RPR

94.845.674/0001-30

O Sr. Daniel Sales foi Membro Titular do Conselho de Administração da RPR.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARCELO KLUJSZA

849.022.137-53

Prestação de serviço

Fornecedor

Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.

60.886.413/0001-47

O Sr. Marcelo Klusza é Presidente do Conselho de Administração da Liquigás Distribuidora S.A..

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARCELO KLUJSZA

849.022.137-53

Subordinação

Fornecedor

Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

33.000.167/0001-01

O Sr. Marcelo Klusza é assessor da Presidência da PETROBRAS.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

LAURA MANIERO GADELHO

327.092.088-14

Subordinação

Controlador Indireto

Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

NOVONOR S.A

05.144.757/0001-72

A Sra. Laura é Advogada da Novonor S.A.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR

020.822.297-93

Subordinação

Fornecedor

Membro Efetivo do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

33.000.167/0001-01

O Sr. Marcílio José Ribeiro ocupou cargo de gerência da área de Finanças da PETROBRAS.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR

020.822.297-93

Prestação de serviço

Fornecedor

Membro Efetivo do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

METANOR S.A. – METANOL DO NORDESTE

16.234.171/0001-15

O Sr. Marcílio José Ribeiro é membro titular do Conselho Fiscal da METANOR.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA	099.788.317-03	Subordinação	Fornecedor
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
O Sr. Pedro Albuquerque ocupa cargo de gerência da área de Finanças da PETROBRAS.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA	099.788.317-03	Subordinação	Fornecedor
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Petrocoque S.A. Indústria e Comércio	43.218.296/0001-24		
O Sr. Pedro Albuquerque foi membro titular do Conselho Fiscal da Petrocoque.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA	026.921.737-16	Subordinação	Fornecedor
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
A Sra. Viviana ocupa cargo de coordenação da área tributária da PETROBRAS.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA	026.921.737-16	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Petrocoque S.A. Indústria e Comércio

43.218.296/0001-24

A Sra. Viviana é membro titular do Conselho Fiscal da PETROCOQUE.

Observação**Exercício Social 31/12/2018**Administrador do Emissor

IVAN SILVA DUARTE

611.242.065-15

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Membro Suplente do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA

04.215.837/0001-09

O Sr. Ivan é Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. em Recuperação Judicial

ObservaçãoAdministrador do Emissor

PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS

258.045.318-08

Prestação de serviço

Controlada Indireta

Diretor de Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Braskem Idesa S.AP.I

O Sr. Freitas é conselheiro titular da Braskem Idesa.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS

258.045.318-08

Prestação de serviço

Controlada Indireta

Diretor de Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
O Sr. Freitas é conselheiro titular da Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS	258.045.318-08	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. - RPR	94.845.674/0001-30		
O Sr. Freitas é conselheiro titular da RPR			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCELO ARANTES DE CARVALHO	700.697.006-72	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V			
O Sr. Arantes é conselheiro suplente da Braskem Idesa S.A.P.I			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCELO ARANTES DE CARVALHO	700.697.006-72	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa S.A.P.I			
O Sr. Arantes é conselheiro suplente da Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V			
<u>Observação</u>			
<hr/>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA Diretor	509.945.144-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cetrel S.A. O Sr. Cerqueira é conselheiro titular da Cetrel S.A.	14.414.973/0001-81		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
EDISON TERRA FILHO Diretor	157.964.638-70	Prestação de serviço	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa S.A.P.I O Sr. Terra é conselheiro titular da Braskem Idesa			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
EDISON TERRA FILHO Diretor	157.964.638-70	Prestação de serviço	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V O Sr. Terra é conselheiro titular da Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA Membro Suplente do Conselho de Administração	786.634.075-72	Prestação de serviço	Controlador Indireto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NOVONOR S.A	05.144.757/0001-72		
O Sr. Rossini é Diretor de Tesouraria e RI da Odebrecht S.A.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA	546.600.417-00	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NOVONOR S.A	05.144.757/0001-72		
O Sr. João Pinheiro é membro do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ROBERTO FALDINI	070.206.438-68	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NOVONOR S.A	05.144.757/0001-72		
O Sr. Roberto Faldini é membro do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JOSÉ MARCELO LIMA PONTES	016.121.743-53	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NOVONOR S.A	05.144.757/0001-72		
O Sr. José Marcelo Pontes é comunicador corporativo da Odebrecht S.A.			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA
Membro Efetivo do Conselho de Administração

299.637.297-20

Prestação de serviço

Fornecedor

Pessoa Relacionada

SANTO ANTÔNIO ENRGIA S.A

09.391.823/0001-60

O Sr. José Mauro foi membro efetivo do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

AMÓS DA SILVA CANCIO
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

991.201.867-20

Subordinação

Fornecedor

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

33.000.167/0001-01

O Sr. Amós da Silva Cancio é Gerente Geral de Contabilidade da Petrobras

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ
Membro Suplente do Conselho Administração

095.598.217-09

Subordinação

Fornecedor

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

33.000.167/0001-01

A Srs. Maria Isabel Perez foi Gerente do Jurídico de Exploração e Produção da Petrobras

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES Membro Suplente do Conselho Administração	086.809.277-08	Subordinação	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Daniel Pereiral é Gerente de Relacionamento de Financiamento Bancário e Estruturado da Petrobras.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GUILHERME SIMÕES DE ABREU Membro Suplente do Conselho Administração	065.800.095-00	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u> NOVONOR S.A O Sr. Guilherme foi Gerente da Odebrecht S.A.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE Membro Efetivo do Conselho Fiscal	003.662.408-03	Subordinação	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS O Sr. Reginaldo foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Petrobras S.A			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
DANIEL SALES CORRÊA Diretor	445.858.371-91	Subordinação	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

33.000.167/0001-01

O Sr. Daniel Sales foi Gerente Geral da Refinaria Henrique Lage – REVAP e foi Gerente Geral Geral de Eficiência Operacional da Petrobras.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARCELO KLUJSZA

849.022.137-53

Subordinação

Fornecedor

Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

33.000.167/0001-01

O Sr. Marcelo Klusza é assessor da Presidência da PETROBRAS.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

LAURA MANIERO GADELHO

327.092.088-14

Subordinação

Controlador Indireto

Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

NOVONOR S.A

05.144.757/0001-72

A Sra. Laura é Advogada da Novonor S.A.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR

020.822.297-93

Subordinação

Fornecedor

Membro Efetivo do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

33.000.167/0001-01

O Sr. Marcílio José Ribeiro ocupou cargo de gerência da área de Finanças da PETROBRAS

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

020.822.297-93

Prestação de serviço

Fornecedor

Pessoa Relacionada

METANOR S.A. – METANOL DO NORDESTE
O Sr. Marcílio José Ribeiro é membro titular do Conselho Fiscal da METANOR.

16.234.171/0001-15

ObservaçãoAdministrador do Emissor

PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA
Membro Suplente do Conselho Fiscal

099.788.317-03

Subordinação

Fornecedor

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS
O Sr. Pedro Albuquerque ocupa cargo de gerência da área de Finanças da PETROBRAS.

33.000.167/0001-01

ObservaçãoAdministrador do Emissor

VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA
Membro Suplente do Conselho Fiscal

026.921.737-16

Subordinação

Fornecedor

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS
A Sra. Viviana ocupa cargo de coordenação da área tributária da PETROBRAS.

33.000.167/0001-01

ObservaçãoAdministrador do Emissor

VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA

026.921.737-16

Prestação de serviço

Fornecedor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Membro Suplente do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

Petrocoque S.A. Indústria e Comércio

43.218.296/0001-24

A Sra. Viviana é membro titular do Conselho Fiscal da PETROCOQUE.

Observação**Exercício Social 31/12/2017**Administrador do Emissor

ISMAEL CAMPOS DE ABREU

075.434.415-00

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Membro Titular do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA

04.215.837/0001-09

O Sr. Ismael Abreu foi Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

IVAN SILVA DUARTE

611.242.065-15

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Membro Suplente do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA

04.215.837/0001-09

O Sr. Ivan Duarte é Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. em Recuperação Judicial

ObservaçãoAdministrador do Emissor

PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS

258.045.318-08

Prestação de serviço

Controlada Indireta

Diretor de Relações com Investidores

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u> Braskem Idesa S.A.P.I O Sr. Freitas é conselheiro titular da Braskem Idesa			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS Diretor de Relações com Investidores			
	258.045.318-08	Prestação de serviço	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V O Sr. Freitas é conselheiro titular da Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS Diretor de Relações com Investidores			
	258.045.318-08	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. - RPR O Sr. Freitas é conselheiro titular da RPR			
	94.845.674/0001-30		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> MARCELO ARANTES DE CARVALHO Diretor			
	700.697.006-72	Prestação de serviço	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Braskem Idesa S.A.P.I O Sr. Arantes é conselheiro suplente da Braskem Idesa			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
MARCELO ARANTES DE CARVALHO	700.697.006-72	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V			
O Sr. Arantes é conselheiro suplente da Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA	509.945.144-68	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Companhia de Desenvolvimento Rio Verde			
O Sr. Cerqueira é conselheiro titular da CODEVERDE			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA	509.945.144-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Cetrel S.A.			
O Sr. Cerqueira é conselheiro titular da Cetrel			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
EDISON TERRA FILHO Diretor	157.964.638-70	Prestação de serviço	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa S.A.P.I			
O Sr. Terra é conselheiro titular da Braskem Idesa			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
EDISON TERRA FILHO Diretor	157.964.638-70	Prestação de serviço	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V			
O Sr. Terra é conselheiro titular da Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
JOSÉ MARCELO LIMA PONTES Membro Suplente do Conselho de Administração	016.121.743-53	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NOVONOR S.A	05.144.757/0001-72		
O Sr. José Marcelo Pontes é comunicador corporativo da Odebrecht S.A			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA Membro Efetivo do Conselho de Administração	299.637.297-20	Prestação de serviço	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SANTO ANTÔNIO ENRGIA S.A	09.391.823/0001-60		
O Sr. José Mauro foi membro efetivo do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
AMÓS DA SILVA CANCIO	991.201.867-20	Subordinação	Fornecedor
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
O Sr. Amós da Silva Cancioé Gerente Geral de Contabilidade da Petrobras			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ	095.598.217-09	Subordinação	Fornecedor
Membro Suplente do Conselho Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
A Sra. Maria Isabel Perez foi Gerente do Jurídico de Exploração e Produção da Petrobras			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES	086.809.277-08	Subordinação	Fornecedor
Membro Suplente do Conselho Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
O Sr. Daniel Pereira é Gerente de Relacionamento de Financiamento Bancário e Estruturado da Petrobras			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GUILHERME SIMÕES DE ABREU	065.800.095-00	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NOVONOR S.A	05.144.757/0001-72		
O Sr. Guilherme foi Gerente da Odebrecht S.A.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE	003.662.408-03	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
O Sr. Reginaldo foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Petrobras S.A			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
DANIEL SALES CORRÊA	445.858.371-91	Subordinação	Fornecedor
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
O Sr. Daniel Sales foi Gerente Geral de Eficiência Operacional da Petrobras.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

O Seguro de D&O (*Directors and Officers*) é o Seguro de Responsabilidade Civil dos Diretores e Administradores (membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal da Companhia).

Este seguro visa indenizar as perdas e danos (inclusive custos de defesa) resultantes de certas reclamações de terceiros contra as pessoas seguradas na apólice, por reclamações fundamentadas em omissões ou atos danosos praticados exclusivamente no exercício de suas funções ou cargos, podendo tais reclamações serem apresentadas às pessoas seguradas durante a vigência da apólice ou após um prazo pré – acordado.

A Braskem possui este seguro desde a sua fundação e vem sendo renovado todos os anos. Principais informações:

- Vigência: Setembro de 2018 à Setembro de 2020;
- Limite Segurado: US\$ 100 milhões
- Valor do prêmio anual: US\$ 2.281.244,57;
- Seguradora: Tokio Marine Seguradora S.A. e HDI Seguros S.A.

Segurados: Integrantes da Braskem S/A e suas subsidiárias que tenham sido ou que, durante o período de vigência da apólice, se tornem:

- Diretor de empresa; ou
- Membro do conselho de administração da Empresa; ou
- Membro de qualquer outro conselho ou órgão estatutário da Empresa; ou
- Empregado com poder de decisão ou de representação da Empresa ou que tenha procuração para atuar em nome da Empresa sempre que realizando atos de gestão; ou
- Empregado que não tenha poder de decisão ou representação, mas que possa ser responsabilizado por ou tenha contribuído para a ocorrência de um Fato Gerador juntamente com algum Segurado.

Âmbito de cobertura: mundial. O seguro possui várias coberturas, das quais podemos destacar:

- Inclusão automática de novas subsidiárias (desde que o ativo não ultrapasse a 30% do total dos ativos consolidados da Braskem);
- Despesas de publicidade, gerenciamento de crises, custos de defesa emergenciais, processos ou procedimentos administrativos, arbitrais e/ou judiciais;
- Deportação e Extradicação;
- Despesas de publicidade, reclamações por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade civil do administrador por dano ambiental;
- Custos de investigação e custos de defesa;
- Penhora online e bloqueio de bens, etc.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Compromisso de Indenidade

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia sobre a outorga de compromisso de indenidade. Contudo, a Companhia está autorizada a firmar compromisso de indenidade com seus administradores e demais integrantes, respeitado o disposto na Política de Indenidade de Administradores e Integrantes, aprovada pelo Conselho de Administração em 08 de novembro de 2017 e atualizada em 12 de dezembro de 2019, conforme determinadas disposições do Parecer de Orientação nº 38 da CVM, e em 12 de dezembro de 2019 ("Política de Indenidade") que encontra-se disponível nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

A Política de Indenidade estabelece diretrizes, requisitos, limites e procedimentos para outorga dos compromissos de indenidade a administradores, Integrantes (todas as pessoas que trabalham na Braskem, sejam conselheiros, diretores, profissionais de qualquer natureza, estagiários e aprendizes) e demais Beneficiários (administradores e demais Integrantes da Braskem e/ou de suas Sociedades Controladas e/ou de entidades nas quais o Beneficiário participe por indicação da Braskem, incluindo-se os ex-administradores e ex-Integrantes, os quais fazem jus ao Compromisso de Indenidade, desde que a Demanda a ele(s) referente seja passível de indenização nos termos da Política de Indenidade) da Braskem, visando assegurar proteção jurídica e patrimonial dos Beneficiários, com vistas a atrair e reter profissionais qualificados, que serão concedidos caso a caso, após os procedimentos de aprovação da concessão estabelecidos na Política de Indenidade. Os compromissos de indenidade podem ser obtidos caso os administradores, Integrantes e demais Beneficiários sejam pessoalmente incluídos em, ou afetados por, processos administrativos, judiciais ou arbitrais ou outras Demandas (conforme definição constante na Política de Indenidade) que tenham por objeto cobranças de acordos, débitos, indenizações e/ou multas de responsabilidade da Braskem, de suas Sociedades Controladas e/ou entidades nas quais o Beneficiário participe por indicação da Braskem e/ou que decorram de atos regulares de gestão ou do desempenho de seus cargos e funções na Braskem, em suas Sociedades Controladas e/ou em entidades nas quais o Beneficiário participe por indicação da Braskem, inclusive aquelas de natureza tributária, trabalhista, regulatória ou ambiental, dentre outras, desde que praticados de boa-fé e no melhor interesse da Companhia e sempre observadas as excludentes de responsabilidade previstas na Política de Indenidade e nos respectivos Instrumentos de Indenidade. Pode abranger, ainda, Demandas e fatos ou atos anteriores à data de aprovação da Política de Indenidade, desde que dentro dos limites e de acordo com as regras e procedimentos previstos na referida Política.

Conforme estabelecido na Política de Indenidade, são hipóteses excludentes do direito à celebração do compromisso de indenidade: (i) o ato ou omissão objeto da Demanda, ou que a originou, não guarde relação com o desempenho do cargo ou função do Beneficiário na Companhia, suas Sociedades Controladas e/ou nas entidades nas quais o Beneficiário participe por indicação da Companhia; (ii) o ato ou omissão objeto da Demanda, ou que a originou, tenha sido praticado ou incorrido em interesse próprio ou de terceiros, com excesso de poderes, em violação do Estatuto Social, com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude, ou constitua ilícito penal; (iii) caso o Beneficiário tenha prejudicado ou comprometido, por sua ação ou omissão, a defesa da Companhia ou sua própria defesa ou a cobertura securitária da Companhia no âmbito do seu seguro de D&O em relação à Demanda; (iv) caso o Beneficiário tenha renunciado a direitos ou transigido, no âmbito da Demanda, sem a prévia e expressa concordância da Companhia; e (v) o ato ou omissão objeto da Demanda, ou que a originou, possa ser objeto de ação de

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

responsabilidade civil movida pela Companhia, por quebra de dever fiduciário, nos termos do art. 159 da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto no parágrafo 6º do mesmo artigo.

Após avaliação específica de cada caso, notadamente com relação às excludentes de indenização, a Braskem poderá assumir o compromisso de reparar eventuais perdas e danos direta e comprovadamente sofridos pelo Beneficiário em decorrência de uma Demanda específica e a indenizá-lo(a) ou mantê-lo(a) a salvo de todas e quaisquer reivindicações, obrigações, bloqueios financeiros, penhoras, perdas patrimoniais, restrições de direito, gravames, pagamentos de condenação e/ou multas, garantias de juízo, cumprimentos de obrigação de fazer e de não fazer, danos e despesas de quaisquer naturezas – inclusive, mas não se limitando a, custas judiciais, honorários periciais, contratação de advogados, de pareceres, de laudos, de especialistas técnicos, reconhecimento de firmas, passagem aérea e hospedagem na hipótese de necessidade de comparecimento pessoal, desde que, em qualquer caso, oriundos ou ocasionados diretamente pela respectiva Demanda (“Perdas”), bem como estabelece que a Braskem poderá disponibilizar valores para subsistência, no caso de bloqueio de contas bancárias e/ou aplicações financeiras dos Beneficiários em decorrência de uma Demanda, de compromisso de indenidade, disponibilizando-se diretamente ao Beneficiário valor equivalente ao valor bloqueado, até o limite máximo mensal de R\$ 200.000,00 ou do valor equivalente à remuneração mensal líquida do Beneficiário, o que for menor, que deverão ser devolvidos após o encerramento do bloqueio, desde que respeitados os prazos e procedimentos estabelecidos na Política de Indenidade.

O Compromisso de Indenidade é complementar às coberturas securitárias sob a apólice D&O, quando aplicável, sendo certo que o acionamento do seguro e as consequentes interações com a respectiva seguradora devem sempre ser conduzidas pela Companhia, facultando-se aos Beneficiários o acompanhamento do processo de regulação de sinistros.

Nos termos da Política de Indenidade, a indenização poderá incluir reembolsos em consequência de atos praticados antes da prestação do compromisso de indenidade – desde que observados os termos e condições estabelecidos na Política de Indenidade, bem como o pagamento ou reembolso de multas decorrentes de processo administrativo e obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores e, ainda, Perdas sofridas por ex-administradores decorrentes de seus atos enquanto administradores da Companhia.

O compromisso de indenidade a ser formalizado por meio dos respectivos instrumentos de indenidade pode abranger todos os atos praticados pelo Beneficiário durante o exercício de seu cargo, inclusive qualquer Demanda em curso contra o Beneficiário e qualquer outra Demanda que venha a ser instaurado mesmo após o término do seu prazo de gestão, desde que relativo aos atos praticados durante referido prazo de gestão e sempre observados os procedimentos, condições e excludentes previstos na Política de Indenidade e no respectivo instrumento de indenidade.

O Conselho de Administração será o órgão competente para, com base em análise prévia da Área Jurídica, que contará com o respaldo de opinião de escritório de advocacia com reconhecida qualificação e reputação no mercado e do Comitê de Conformidade, verificar a incidência de qualquer das excludentes e analisar se o Beneficiário e a Demanda se enquadram nas hipóteses passíveis de indenização.

Após a decisão favorável à outorga de indenidade, o Conselho de Administração também é o responsável por autorizar os pagamentos ou reembolsos, observadas as exceções previstas na Política de Indenidade.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Com o objetivo de mitigar o risco de conflito de interesses, zelar pela independência das decisões sobre a concessão da indenidade, o Conselho de Administração da Companhia deve submeter a decisão a um terceiro independente, nas seguintes hipóteses, nas quais o Conselho de Administração estará vinculado ao parecer do terceiro independente: (i) quando mais da metade dos membros do referido órgão, conforme o caso, sejam partes da Demanda em questão ou beneficiários diretos da decisão; ou (ii) quando a decisão favorável tenha contado com mais de um voto contrário no órgão competente pela avaliação sobre a outorga da indenidade.

12.12 - Outras informações relevantes**12.12 - Outras informações relevantes**

Seguem abaixo informações sobre a instalação de nossas assembleias gerais de acionistas ocorridas nos últimos três exercícios sociais:

Data	20/12/2019
Tipo de Assembleia	Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	97,14%
Data	12/11/2019
Tipo de Assembleia	Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	97,14%
Data	03/10/2019
Tipo de Assembleia	Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	98,79%
Data	19/06/2019
Tipo de Assembleia	Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	97,1%
Data	22/05/2019
Tipo de Assembleia	Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	97,1%
Data	16/04/2019
Tipo de Assembleia	Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	97,8%
Data	16/10/2018
Tipo de Assembleia	Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	97,80%
Data	30/04/2018
Tipo de Assembleia	Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	99,7%
Data	21/03/2018
Tipo de Assembleia	Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	97,14%

12.12 - Outras informações relevantes

Data	30/11/2017
Tipo de Assembleia	Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	97,14%
Data	29/09/2017
Tipo de Assembleia	Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	97,8%
Data	19/09/2017
Tipo de Assembleia	Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	98%
Data	25/08/2017
Tipo de Assembleia	Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	98%
Data	27/06/2017
Tipo de Assembleia	Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	50,1%
Data	28/04/2017
Tipo de Assembleia	Ordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	98%

Práticas de Governança Corporativa

A Braskem participa do Nível 1 da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) desde 2003 e também atende a outros requerimentos do Nível 2 e do Novo Mercado (segmentos especiais de listagem de Companhias da B3), incluindo: divulgação de demonstrativos financeiros em inglês, de acordo com padrões Internacionais (IFRS); Conselho de Administração com, no mínimo, 5 (cinco) membros, e mandato unificado de até 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, e, pelo menos, 20% de Conselheiros independentes; e *tag along* de 100% para todas as ações no caso de mudança de controle acionário.

Fora do Brasil, as ações da Braskem também são listadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)¹ e na Latibex – seção latino-americana da Bolsa de Madri – e, por essa razão, estão sujeitas às exigências dos respectivos órgãos reguladores, quais sejam, Securities & Exchange Commission (SEC), nos Estados Unidos e Bolsas y Mercados Españoles (BME), na Espanha.

¹ Conforme Fato Relevante divulgado em 13/05/2019, e Comunicado ao Mercado de 15/05/2019, a NYSE havia suspenso a negociação dos ADSs da Companhia devido à não entrega do Formulário 20-F referente ao exercício findo em 31/12/2017. Ainda, em decorrência do processo de deslistagem, as ADSs da Companhia passaram a ser negociadas no mercado de balcão ("OTC market"), nos EUA, sob o código BRKMY. As negociação dos ADSs da Companhia na NYSE foram retomadas em 24/10/2019, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 21/10/2019.

12.12 - Outras informações relevantes

Em 2019, a Braskem manteve sua presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), posição que ocupa desde a criação do índice.

A Companhia conta com uma estrutura de governança corporativa que está alinhada com os objetivos de geração de valor aos acionistas da empresa e contemplam o seguinte escopo de atuação: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Comitês estatutários e não estatutários de Apoio ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e Auditoria Independente.

As informações detalhadas sobre os órgãos de Governança Corporativa e seus membros podem ser encontradas nos itens 5.1 a 5.3 e 12.1 a 12.10 do Formulário de Referência.

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e dos Comitês de Apoio acessam de forma segura as informações necessárias ao exercício de seus papéis e responsabilidades por meio do Portal de Governança Corporativa. Já para o público interno, o canal de comunicação Braskem View (intranet), desenvolvido em Português, Inglês e Espanhol, divulga notícias nacionais e regionais da Companhia, informações corporativas e de negócio, produtos, campanhas e processos internos e reconhecimentos, que pode ser acessado através do seguinte link: <http://view.braskem.com>.

Atuar em conformidade com as leis aplicáveis, regulamentos, políticas e melhores práticas é um princípio fundamental da Braskem, representando um bem intangível na proteção e no fortalecimento do negócio. A Braskem aprovou, em 2018, a Política Global do Sistema de Conformidade, documento que substitui a Política sobre Conformidade com Atuação Ética, Íntegra e Transparente e tem como objetivo estabelecer as diretrizes do Sistema de Conformidade da Companhia e de todas as suas Sociedades Controladas no Brasil e no exterior, abordando os deveres e responsabilidades dos Integrantes da Braskem como parte dos princípios e conceitos da Companhia.

O Sistema de Conformidade consiste em um conjunto de medidas para prevenir, detectar e remediar riscos não condizentes com uma atuação ética, íntegra e transparente. O Sistema é implementado pelos Líderes em todas as atividades e operações da Companhia, sendo responsabilidade de todos e acompanhado de forma sistêmica pelo Conselho de Administração. O comprometimento dos Integrantes na implantação e prática destas medidas é fundamental para a eficácia e a eficiência do Sistema.

A Política pode ser acessada pela intranet corporativa e pelo *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

De forma transversal, a Braskem disponibiliza o Canal Linha de Ética. Por meio dele, Integrantes, Fornecedores, Terceiros, Clientes e demais colaboradores podem, de forma segura e responsável, contribuir com informações para a manutenção de um ambiente corporativo íntegro, seguro, ético, transparente e produtivo. Esse canal é acessível via internet ou por ligação telefônica gratuita no idioma dos países em que a Braskem mantém operações.

Todas as informações recebidas no canal são investigadas respeitando a confidencialidade e a independência, garantindo o anonimato dos relatores e a segurança na apuração. Não é permitida nem tolerada nenhuma retaliação contra quem, de boa-fé, relate uma preocupação sobre conduta não conforme com as orientações estabelecidas na Política Global do Sistema de Conformidade.

12.12 - Outras informações relevantes

O resultado das respectivas investigações é apresentado e discutido no Comitê de Ética, composto por: (i) Responsável por Conformidade (Coordenador); (ii) Responsável pelo Jurídico e Governança Corporativa; (iii) Responsável por Finanças e Relações com Investidores, Suprimentos e Relações Institucionais; e (iv) Responsável por Pessoas, Comunicação Corporativa, Marketing e Desenvolvimento Sustentável

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser encontrado:

A Companhia adota uma estratégia de remuneração competitiva e transparente, que busca atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais e remunerar seus administradores com base nas práticas do mercado, de acordo com seus deveres e responsabilidades na efetiva condução dos negócios. A prática da remuneração variável permite fortalecer o alinhamento de interesses dos acionistas com os dos Diretores Estatutários na obtenção e superação de resultados a curto e longo prazo.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía uma política de remuneração formalmente aprovada.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros efetivos do Conselho de Administração são remunerados de maneira competitiva e por meio de honorários fixos [mensais a título de pró-labore] baseados em pesquisas anuais de mercado. Não existe remuneração variável (curto e longo prazo) e benefícios para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração, observada eventual remuneração que eles poderão receber por participação em Comitês, que também é fixa. Esta prática é avaliada anualmente pelo Comitê de Pessoas e Organização, pelo Conselho de Administração e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria estatutária e não estatutária possuem uma estratégia de remuneração competitiva, sendo composta por remuneração mensal, incentivos de curto e longo prazo e por benefícios. Todo posicionamento da remuneração leva em consideração o mercado anual de referência em todas localidades onde a Braskem tem presença e comparada a empresas com boas práticas de gestão de pessoas.

Os benefícios oferecidos pela Companhia a todos os integrantes são os mesmos, tais como: assistência médica e odontológica, vale refeição, seguro de vida e previdência complementar.

A remuneração da Diretoria Estatutária é analisada anualmente pelo Comitê de Pessoas e Organização, pelo Conselho de Administração e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal são remunerados por meio de honorários fixos e conforme pesquisa de mercado. Tais honorários serão o maior entre: (i) o valor fixo mensal estabelecido em Assembleia Geral Ordinária da Companhia que elege o Conselho Fiscal; ou (ii) o limite mínimo previsto no §3º do artigo 162 da Lei das S.A.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Não existe remuneração variável (curto e longo prazo) e benefícios para este grupo.

Comitês

Atualmente, a Companhia possui 1 comitê estatutário, o Comitê de Conformidade, de caráter permanente composto por, no mínimo, 3 membros independentes do Conselho de Administração, indicados pelo próprio Conselho, e 3 Comitês de Apoio ao Conselho de Administração (todos não estatutários), quais sejam: (i) Comitê de Finanças e Investimentos; (ii) Comitê de Pessoas e Organização; e (iii) Comitê de Estratégia e Comunicação. A Companhia diferencia os honorários mensais dos coordenadores e membros dos Comitês, de acordo com as responsabilidades e participações em cada Comitê. Esta estratégia está alinhada a práticas de mercado.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

A proporção de cada elemento na remuneração total de cada órgão da administração da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais segue abaixo:

	% em relação à remuneração total – 2019			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária/ Não Estatutária	30,1%	67,6%	2,3%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

	% em relação à remuneração total – 2018			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária/ Não Estatutária	32,5%	64,5%	3%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

	% em relação à remuneração total – 2017			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária/ Não Estatutária	27,95%	70,41%	1,65%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

A estratégia de remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração é obtida por meio de pesquisas especializadas anuais tendo sua comparação realizada com empresas de

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

porte similar e com boas práticas de governança. A remuneração é posicionada de maneira competitiva para o Conselheiro e composta pelos honorários fixos mensais. Com base na evolução da Governança da Braskem, a estratégia busca remunerar o Conselho de maneira competitiva em relação ao mercado de referência.

Comitês

Os membros do Conselho de Administração que fazem parte de Comitês da Companhia recebem uma remuneração adicional mensal e fixa por atuar e/ou liderar um destes Comitês. A Companhia diferencia os honorários mensais dos Coordenadores e membros dos Comitês, de acordo com as responsabilidades e participações em cada Comitê, levando em consideração comparativo de mercado realizado anualmente.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os valores de remuneração total paga pela Companhia aos membros da Diretoria estatutária e não estatutária são comparados anualmente com o mercado por meio de pesquisas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e, eventualmente, avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

Na remuneração mensal, anualmente se avalia a contribuição e desempenho individual de cada membro da Diretoria, seu posicionamento na faixa de remuneração e avalia-se há necessidade de algum ajuste na remuneração mensal.

Na remuneração variável, o incentivo de curto prazo é proposto conforme o desafio de cada membro e avalia-se o resultado operacional da Braskem (EBITDA, capital de Giro (KG) e investimentos (CAPEX)). No incentivo de longo prazo (ILP), o Conselho de Administração avalia e aprova a lista de elegíveis, bem como a quantidade de ações a serem entregues (matching) conforme critérios específicos.

A Companhia almeja remunerar seus Diretores no 3º quartil de mercado, reconhecendo e incentivando-os para a obtenção e superação dos resultados a serem obtidos.

A Companhia oferece o mesmo conjunto de benefícios a todos os seus integrantes, incluindo diretores estatutários e não estatutários.

Conselho Fiscal

A remuneração mensal dos conselheiros efetivos é obtida por meio de pesquisas especializadas, através do comparativo com empresas de porte similar, respeitando o valor mínimo estabelecido pelo artigo 162, §3º, da Lei das S.A. A estratégia de remuneração busca competitividade para garantir atratividade, buscando posicionar de maneira competitiva quando comparada ao mercado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração

As referências são obtidas pelos resultados de pesquisas especializadas realizadas com empresas de porte similar à Companhia.

Entende-se que os membros do Conselho de Administração devem fazer jus apenas à remuneração fixa para que se reflita o reconhecimento dado a sua função supervisora e orientadora dos negócios da Companhia, sem, no entanto, haver envolvimento com a sua execução.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Comitês

A composição da remuneração está alinhada à prática de mercado comparando com empresas de porte similar e as diferenciações de membros e líderes de comitês fez-se necessárias para estar alinhada com as atribuições e responsabilidades.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A composição da remuneração dos Diretores estatutários e não estatutários da Companhia tem o propósito de atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais, baseando-se no que o mercado pratica com relação à remuneração fixa, variável e pacote de benefícios para cada cargo. A Companhia tem uma prática competitiva em relação à remuneração variável, pois entende que, dessa forma, alinha os interesses dos diretores com os da Companhia, compartilhando o risco e o resultado da Companhia com seus principais executivos, visando a obter ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e pelo desempenho de curto prazo.

Conselho Fiscal

As referências são obtidas pelos resultados de pesquisas especializadas realizadas com empresas de porte similar à Companhia, com atendimento ao disposto no §3º do artigo 162 da Lei das S.A. para a remuneração mínima legal.

(v) membros não remunerados

Membros suplentes do Conselho de Administração não recebem honorários fixos mensais. Porém, se participarem como Membros dos Comitês do Conselho de Administração, são remunerados por isso, conforme descrito no item 13.1.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração

A remuneração mensal fixa do Conselho de Administração é determinada em razão de pesquisa de mercado levando em conta as responsabilidades e atribuições para o exercício da função. Não há indicador de desempenho para a determinação da remuneração variável uma vez que este grupo não é elegível para tanto.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

O enquadramento da remuneração mensal de cada Diretor estatutário ou não da Companhia está atrelada à avaliação e classificação do cargo na estrutura salarial e comparativo de mercado, bem como do desempenho individual (meritocracia) e ainda da recomposição salarial conforme estudo da inflação anual.

A remuneração variável de curto prazo é condicionada à avaliação e ao cumprimento de metas individuais vinculadas aos desafios do seu programa de ação do ano e ao desempenho operacional e econômico da Companhia dentro do período em questão, considerando-se os seguintes elementos: (i) EBITDA operacional; (ii) variação do capital de giro; (iii) investimento operacional (CAPEX); e (iv) pagamento de dividendos.

A remuneração variável de Longo Prazo está atrelada ao cumprimento das condições descritas no item 13.4.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Conselho Fiscal

A remuneração mensal fixa do Conselho Fiscal é determinada em razão de pesquisa de mercado levando em conta as responsabilidades e atribuições para o exercício da função. Não há indicador de desempenho para a determinação da remuneração variável uma vez que este grupo não é elegível para tanto. Vale ressaltar que é respeitado o valor mínimo estabelecido pelo artigo 162, §3º, da Lei das S.A.

Comitês

A remuneração mensal fixa para os coordenadores e membros dos Comitês é determinada em razão de pesquisa de mercado levando em conta as responsabilidades e atribuições para o exercício da função. Não há indicador de desempenho para a determinação da remuneração variável uma vez que este grupo não é elegível para tanto.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conselho de Administração

Não aplicável, uma vez que os membros do Conselho de Administração da Companhia não são elegíveis para remuneração variável.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

As alterações nos itens da remuneração variável a curto prazo estão diretamente relacionadas à performance individual dos diretores e da Companhia e ao atingimento das metas estabelecidas para um determinado período. Já no longo prazo estão atreladas ao desempenho da ação da Companhia.

Conselho Fiscal

Não aplicável, uma vez que os membros do Conselho Fiscal da Companhia não são elegíveis para remuneração variável.

Comitês

Não aplicável, uma vez que os membros dos Comitês da Companhia não são elegíveis para remuneração variável.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração está atrelada a fatores e premissas que a tornam mais: (i) equitativa (remunerar proporcionalmente de acordo com as habilidades, capacitação profissional e impacto nos resultados); (ii) competitiva (adequada aos padrões do mercado); (iii) eficaz (quanto a custos para a Companhia); e (iv) segura (comprometida com a continuidade e crescimento do negócio).

Na medida em que são cumpridas as metas a curto, médio e longo prazo, gera-se mais resultados para a Companhia, valorizando-a. Em contrapartida, esta distribui esses resultados em forma de remuneração variável de curto e longo prazo. Este ciclo faz com que a Companhia cresça e se desenvolva em busca de sua perpetuidade.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe nenhuma remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existem elementos da remuneração vinculados à ocorrência de eventos societários.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

As propostas de Remuneração Global dos Administradores e do Conselho Fiscal são baseadas em estudos de mercado, conforme já mencionado, e são submetidas a análise do Comitê de Pessoas e Organização ("CPO") do Conselho de Administração previamente à submissão para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária ("AGO"). Após a aprovação em AGO, o CPO recomenda ao Conselho de Administração a proposta de individualização da Remuneração dos Administradores, a qual é aprovada posteriormente em Reunião do Conselho de Administração. (ii) A proposta de individualização da Remuneração dos Administradores é realizada conforme já descrito em relação ao comparativo de mercado e posicionamento estratégico dos membros do Conselho de Administração, bem como dos Diretores Estatutários. (iii) A frequência dos estudos para atualização e comparação com o mercado é anual.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados	11,00	7,00	5,00	23,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.240.000,00	12.868.600,11	930.000,00	23.038.600,11
Benefícios direto e indireto	0,00	352.052,29	0,00	352.052,29
Participações em comitês	3.828.000,00	0,00	0,00	3.828.000,00
Outros	5.740.618,86	4.973.720,00	241.800,00	10.956.138,86
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a encargos somam R\$ 3.134.769,86 e verba contingencial no montante de R\$ 2.605.849,00	Os valores relativos a encargos somam R\$ 2.973.720,00 e verba contingencial no montante de R\$ 2.000.000,00	Os valores relativos a encargos somam R\$ 195.300,00 e verba contingencial no montante de R\$ 46.500,00	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	25.498.521,49	0,00	25.498.521,49
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	7.547.562,36	0,00	7.547.562,36
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores relativos a encargos somam R\$ 7.547.562,36		
Pós-emprego	0,00	751.014,70	0,00	751.014,70
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	12.239.290,32	0,00	12.239.290,32
Observação				
Total da remuneração	18.808.618,86	64.230.761,29	1.171.800,00	84.211.180,15

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados	11,00	7,00	5,00	23,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.907.500,00	12.066.746,97	902.700,00	21.876.946,97
Benefícios direto e indireto	0,00	273.508,20	0,00	273.508,20
Participações em comitês	2.459.366,65	0,00	0,00	2.459.366,65
Outros	2.273.373,33	2.413.349,39	180.540,00	4.867.262,72

Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a encargos somam R\$ 2.273.373,33	Os valores relativos a encargos somam R\$ 2.413.349,39	Os valores relativos a encargos somam R\$ 180.540,00	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	15.669.842,36	0,00	15.669.842,36
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	7.873.424,66	0,00	7.873.424,66
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores de encargos somam R\$ 7.873.424,66		
Pós-emprego	0,00	823.816,84	0,00	823.816,84
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	8.942.370,00	0,00	8.942.370,00
Observação				
Total da remuneração	13.640.239,98	48.063.058,60	1.083.240,00	62.786.538,58

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados	11,00	7,00	5,00	23,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.061.072,40	10.773.526,65	844.000,00	18.678.599,05
Benefícios direto e indireto	0,00	250.127,05	0,00	250.127,05
Participações em comitês	3.301.583,33	0,00	0,00	3.301.583,33
Outros	2.072.531,15	2.154.705,33	168.800,00	4.396.036,48
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a INSS somam R\$2.072.531,15	Os valores relativos a INSS somam R\$2.154.705,33	Os valores relativos a INSS somam R\$168.800,00	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	18.962.786,00	0,00	18.962.786,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	5.056.596,07	0,00	5.056.596,07

Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores de INSS somam R\$5.056.596,07		
Pós-emprego	0,00	747.253,08	0,00	747.253,08
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.384.979,00	0,00	2.384.979,00
Observação				
Total da remuneração	12.435.186,88	40.329.973,18	1.012.800,00	53.777.960,06

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	6,25	5,00	22,25
Nº de membros remunerados	11,00	6,25	4,50	21,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.283.683,80	9.130.490,99	604.588,60	16.018.763,39
Benefícios direto e indireto	0,00	212.075,73	0,00	212.075,73
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.256.736,76	1.826.098,20	120.917,72	3.203.752,68
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a INSS somam 1.256.736,76	Os valores relativos a INSS somam 1.826.098,20.	Os valores relativos a INSS somam 120.917,72.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	23.004.418,35	0,00	23.004.418,35
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	4.600.883,67	0,00	4.600.883,67
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores relativos a INSS somam 4.600.883,67.		
Pós-emprego	0,00	434.915,25	0,00	434.915,25
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	(i) O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente.	(i) O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente.	(i) O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente.	
Total da remuneração	7.540.420,56	39.208.882,19	725.506,32	47.474.809,09

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - Exercício Social a encerrar-se em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	0,00	7,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	25.498.521	N/A	25.498.521
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	20.398.817	N/A	20.398.817
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A		N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	0,00	7,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	25.404.466,83	N/A	25.404.466,83
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	20.323.573,46	N/A	20.323.573,46
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	15.669.842,36	N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	0,00	7,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	24.206.250,00	N/A	24.206.250,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	19.365.000,00	N/A	19.365.000,00
Valor efetivamente reconhecido no	N/A	18.962.786,00	N/A	18.962.786,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
resultado do exercício social				

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2017				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	6,25	5,00	22,25
Nº de membros remunerados**	0,00	6,25	0,00	6,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	22.150.000,00 ⁽¹⁾	N/A	22.150.000,00 ⁽¹⁾
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	17.720.000,00 ⁽¹⁾	N/A	17.720.000,00 ⁽¹⁾
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	23.004.418,35	N/A	23.004.418,35

*Obs.: O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

**Obs.: O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente.

⁽¹⁾ Não contempla encargos sociais, somente Participação nos Resultados.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Conselho de Administração

A Companhia não possuía no último exercício social e não possui no exercício social corrente plano de remuneração baseado em ações para os membros do conselho de administração.

Diretoria Estatutária

A Companhia já possuía no último exercício social plano de remuneração baseado em ações para os membros da Diretoria Estatutária considerando que, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2018, foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia contemplando, dentre outros integrantes, os Diretores Estatutários. O Plano de Outorga de Ações Restritas pode ser encontrado nos sites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

(a) termos e condições gerais

Poderão ser indicados para participar do Plano de Outorga de Ações Restritas da Braskem S.A. ("Plano") as pessoas naturais que trabalham e que integram a Companhia ou as sociedades por ela controladas, incluindo, mas não se limitando, aos Diretores. O Conselho de Administração definirá, dentre tais integrantes, aqueles que poderão participar de cada programa anual de outorga de ações restritas (respectivamente "Pessoas Elegíveis" e "Programa").

As Pessoas Elegíveis deverão manifestar a vontade de aderir ao Plano e ao respectivo Programa, mediante a celebração do respectivo Contrato de Outorga, passando a ser designadas como "Participantes".

A outorga das Ações Restritas ("Contrapartida") será condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de ações próprias ("Ações Próprias"), sendo que as Pessoas Elegíveis poderão investir voluntariamente, com recursos financeiros próprios, o valor mínimo de 10% e máximo de 20% do valor bruto do seu incentivo de curto prazo planejado.

A meta do Plano é que se outorgue para cada 01 (uma) Ação Própria 02 (duas) Ações Restritas. No entanto, poderá o Conselho de Administração definir, de forma excepcional e justificada, a cada Programa, múltiplo diverso de Ações Restritas a ser transferida para cada Ação Própria nos termos e condições do Contrato de Outorga aplicável, observado o mínimo de 01 (uma) Ação Restrita e o máximo de 03 (três) Ações Restritas para cada Ação Própria. O número será definido a exclusivo critério do Conselho de Administração a partir da análise dos seguintes indicadores: (a) desempenho da Companhia no exercício social imediatamente anterior à celebração do Contrato de Outorga; (b) o nível de desafio esperado para a Companhia nos 03 (três) exercícios seguintes à aprovação de cada Programa; e (c) valor das Ações Restritas negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na data de aprovação de cada Programa.

Sem prejuízo de outras condições estabelecidas nos Programas e nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga ("Período de Carência"), e, cumulativamente; (ii) mantiverem, sob sua

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

(b) principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo promover: (a) o alinhamento entre os interesses dos Participantes e os interesses dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas; e (b) o estímulo da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano é um importante componente para assegurar a estratégia de remuneração total, garantindo a competitividade com o mercado, e ao mesmo tempo, mantendo o engajamento e comprometimento dos Participantes com a Companhia e com os desafios do ciclo petroquímico.

Neste sentido, a implementação do Plano contribui para assegurar a convergência de interesses entre Integrantes e acionistas para a criação de valor para a Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano é um dos componentes do pacote de remuneração.

Um dos conceitos definidos na prática de remuneração da Companhia é que a remuneração é definida em função da capacidade dos integrantes gerarem e superarem os resultados e com a partilha de parte destes resultados com os integrantes responsáveis por sua geração. Neste sentido, o Plano é um importante componente de remuneração variável para complementar e assegurar a estratégia de remuneração total, buscando resultados a longo prazo para a Companhia, na valorização das suas ações, e atua como forte componente na retenção dos Participantes.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A implementação do Plano é uma maneira de assegurar a convergência de interesses entre integrantes e acionistas para a criação de valor a curto, médio e longo prazo para a Companhia. Por meio dele, líder e liderados assumem o compromisso com a obtenção e superação dos resultados planejados e com a partilha de parte destes resultados com os integrantes responsáveis por sua geração.

O Período de Carência previsto no Plano, durante o qual as Ações Restritas não são transferidas ao Participante, favorecem a retenção dos Participantes durante esse período.

(f) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas pelo Plano é de 1,5% do Capital Social da Companhia, que corresponde, nesta data, a 11.958.278 (onze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentas e setenta e oito) ações de um total de 797.218.554 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentas e dezoito mil, quinhentas e cinquenta e quatro) ações.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(h) condições de aquisição de ações

A Contrapartida será condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de Ações Próprias.

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de referência das Ações Restritas que a Companhia outorgará será o valor de cotação de mercado da Ação Restrita na localidade de cada Participante no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva transferência das Ações Restritas, ou, caso não haja negociação das Ações Restritas na localidade do Participante, será o valor de cotação das referidas Ações Restritas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, convertido para a moeda corrente da localidade do Participante.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

O Período de Carência será de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga.

Durante o Período de Carência, o Participante deverá permanecer vinculado à Companhia ou às sociedades por ela controladas mantendo a propriedade ininterrupta de suas Ações Próprias para que tenha direito à transferência das Ações Restritas pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas nos termos e condições estabelecidas neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Outorga, observadas as regras relativas às hipóteses de desligamento da Companhia, conforme previstas no Plano e respectivos Contratos de Outorga.

(k) forma de liquidação

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Plano e no Contrato de Outorga aplicável, e desde que observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, a Companhia ou as sociedades por ela controladas transferirão, por meio de operação privada, para o nome dos Participantes, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias, a quantidade de Ações Restritas a que os Participantes façam jus. Exceto no que se refere aos tributos que serão abatidos, a Companhia ou as sociedades por ela controladas, conforme o caso, arcarão com os eventuais custos incidentes para a realização da transferência das Ações Restritas para os Participantes. Na hipótese de não ser possível entregar as referidas Ações Restritas aos Participantes, a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas poderão pagar aos Participantes, com recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente da respectiva localidade de atuação do Participante, o montante equivalente às Ações Restritas outorgadas considerando Preço de Referência das Ações Restritas, líquido dos tributos eventualmente incidentes.

(l) restrições à transferência das ações

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i)

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de: (i) Alteração de Controle da Companhia (conforme definido no Plano); (ii) realização de oferta pública de fechamento de capital da Companhia; (iii) reorganização societária que resulte em redução substancial do valor ou da liquidez das Ações Restritas em comparação com o preço e o volume médio negociado nos 06 (seis) meses anteriores à data da reorganização societária, os Participantes farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência do evento estabelecido nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelos Participantes, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelos Participantes, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados.

O Plano também prevê que, nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar a necessidade de ajustes nos Programas e Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos Participantes.

Ademais, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações restritas em qualquer das jurisdições onde este será implementado, poderá levar à revisão integral do Plano, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

Por fim, o direito ao recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, respectivo Programa e Contrato de Outorga aplicáveis extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito caso a Companhia seja dissolvida, liquidada ou tenha sua falência decretada.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Desligamento (conforme definido no Plano) de um Participante: (i) mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e responsabilidades de administrador; (ii) por solicitação do Participante (incluindo demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador), ou (iii) qualquer evento de aposentadoria que não seja uma Aposentadoria Acordada (conforme definido no Plano), o Participante perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas sob o Plano, qualquer Programa e Contrato de Outorga, o qual restará automaticamente extinto na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante, exceto pelas Ações Restritas já obtidas até a data efetiva do Desligamento, ainda que não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) demissão pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas sem justa causa; (ii) destituição do cargo de administrador sem que haja violação aos seus deveres e responsabilidades; ou (iii) transferência do Participante para ocupar cargo em sociedade do mesmo grupo da Companhia que não seja participante do Plano, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) de uma quantidade pro rata das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, levando-se em conta para o referido cálculo pro rata a quantidade de meses completos em que tal Participante trabalhou na Companhia ou em sociedade por ela controlada em relação ao número de meses do Período de Carência, sendo que as Ações Restritas remanescentes restarão automaticamente extintas na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante. A entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, excepcionalmente e a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de Aposentadoria Acordada, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição não tenham sido plenamente adquiridos pelo Participante na data de Desligamento. A entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) falecimento; ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga.

Ainda, o Conselho de Administração possui a prerrogativa de estabelecer regras diversas sempre que julgar que os interesses sociais da Companhia serão melhor atendidos pelas medidas acima ou conforme necessário para cumprir com outras leis aplicáveis ou arcar com tributos incidentes.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possuía no último exercício social e não possui no exercício social corrente plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração. Com relação à Diretoria Estatutária, esta possui um plano de remuneração baseado em ações, conforme Plano aprovado em AGE em 21/03/2018 e Programas aprovados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 28/03/2018, 13/03/2019 e 19/03/2020.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11	7
Nº de membros remunerados	0	7
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	N/A
(a) Das ações em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não havia e não há, até a presente data, qualquer opção em aberto detida pela Diretoria Estatutária da Companhia ao final do último exercício social. Com relação ao Conselho de Administração, cumpre esclarecer que inexistia no último exercício social (e inexistia no exercício social corrente) plano de remuneração baseado em ações para seus membros.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração.

Os Diretores Estatutários da Companhia não recebem Opções, pois não existem planos com esse modelo de outorga. Para o Plano de Ações Restritas, houve a transferência de custódia de 11.252 ações preferenciais classe A da Companhia para os Diretores Estatutários que foram desligados da Companhia no exercício, visto que fizeram jus ao recebimento pro-rata do período trabalhado.

Ações Restritas do exercício social encerrado em 31/12/2017

Não havia planos de Ações Restritas durante o exercício de 2017.

Ações Restritas do exercício social encerrado em 31/12/2018

A – Órgão	Diretores Estatutários	
B - Nº de membros	7	Total
C - Ações Restritas Total do Programa (D+E+F)	Outorga 2018	Total
C i - Quantidade	209.333	209.333
D - Ações Restritas ainda não exercíveis	Outorga 2018	Total
D i - Quantidade	209.333	209.333
D ii - Data em que se tornarão exercíveis	Abril/2021	Abril/2021
E - Ações Restritas Transferidas	Outorga 2018	Total
E i - Quantidade	0	0
F - Ações Restritas Prescritas	Outorga 2018	Total
F i - Quantidade	0	0

Ações Restritas do exercício social em 31/12/2019

A – Órgão	Diretores Estatutários		
B - Nº de membros	7	7	Total
C - Ações Restritas Total do Programa (D+E+F)	Outorga 2018	Outorga 2019	Total
C i - Quantidade	209.333	157.353	366.686
D - Ações Restritas ainda não exercíveis	Outorga 2018	Outorga 2019	Total
D i - Quantidade	180.032	141.673	321.705
D ii - Data em que se tornarão exercíveis	Abril/2021	Março/2022	Março/2022
E - Ações Restritas Transferidas	Outorga 2018	Outorga 2019	Total
E i - Quantidade	10.378	874	11.252
F - Ações Restritas Prescritas	Outorga 2018	Outorga 2019	Total
F i - Quantidade	18.923	14.806	33.729

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 – Informações sobre a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal:

Em 31/12/2019					
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Emissor					
Braskem S.A.	Ações Ordinárias	0	0	0	0
	Ações Preferenciais – Classe A	0	83.518	0	83.518
	Ações Preferenciais – Classe B	0	0	0	0
Controladores diretos e indiretos					
Odbinv S.A.	Ações Ordinárias	0	0	0	0
	Ações Preferenciais	0	0	0	0

Em 31/12/2018					
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Emissor					
Braskem S.A.	Ações Ordinárias	0	0	1.000	1.000
	Ações Preferenciais – Classe A	11.726	84.242	2.000	97.968
	Ações Preferenciais – Classe B	0	0	0	0
Controladores diretos e indiretos					
Odbinv S.A.	Ações Ordinárias	0	0	0	0
	Ações Preferenciais	0	0	0	0

Em 31/12/2017					
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Emissor					
Braskem S.A.	Ações Ordinárias	0	0	0	0
	Ações	11.726	510	0	12.236

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Preferenciais – Classe A				
Ações Preferenciais – Classe B	0	0	0	0

Controladores diretos e indiretos				
Odbinv S.A.	Ações Ordinárias	1.683.394.556	0	0
	Ações Preferenciais	0	0	0

(*) A tabela acima apresenta apenas controladores diretos e indiretos da Companhia nos quais os membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal ora indicados para eleição na Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como nossos Diretores Estatutários em exercício, detém participação. Para visualizar o controle acionário direto e indireto da Companhia, favor consultar os itens 15.1 e 15.2 do Formulário de Referência da Companhia disponível no Sistema IPE.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Abaixo apresentamos as informações sobre o plano de previdência da Companhia em vigor no último exercício social:

	Conselho de Administração (Efetivos)	Diretoria Estatutária
Número total de membros	11	7
Número de membros remunerados*	0	7
Nome de plano	N/A	Odebrecht Previdência
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	7
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Não há possibilidade de aposentadoria antecipada
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa à contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	4.857.913,50.
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	561.514,72
Possibilidade e condições para resgate antecipado	N/A	Não há possibilidade de resgate antecipado

*Obs.: O número de membros remunerados de cada órgão corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao plano de previdência da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	7,00	7,00	6,25	11,00	11,00	11,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	6,25	11,00	11,00	11,00	5,00	5,00	4,50
Valor da maior remuneração(Reais)	21.124.337,61	14.738.146,47	13.115.784,05	2.804.920,00	2.724.000,00	1.164.000,00	220.320,00	202.560,00	162.724,80
Valor da menor remuneração(Reais)	4.733.203,84	2.133.502,21	4.624.112,26	823.600,00	792.000,00	223.330,51	220.320,00	202.560,00	162.724,80
Valor médio da remuneração(Reais)	6.866.151,23	5.761.424,74	6.273.421,15	1.240.021,82	1.105.162,44	685.492,78	220.320,00	202.560,00	161.223,63

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais. Em 2019, o item menor remuneração foi apurado com a exclusão de 4 membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração individual da Diretoria Estatutária contempla evento não recorrente referente a reconhecimento de direito relativo a Programas decorrentes do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. O montante com encargos já reconhecido totaliza R\$ 9.388 mil.
31/12/2018	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). Em 2018, o item maior e menor remuneração foi apurado com a exclusão de 1 membro que exerceu o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2017	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). Em 2017, o item maior e menor remuneração foi apurado com a exclusão de 1 membro que exerceu o cargo por menos de 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2019	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais. O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2018	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2017	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais. O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

31/12/2018	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2017	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

A Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, com exceção dos direitos relativos ao Programa de Incentivo de Longo Prazo aplicáveis apenas aos diretores e demais integrantes que sejam elegíveis, conforme descrito no item 13.4 do Formulário de Referência.

Os administradores da Companhia são cobertos pela apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O), emitida pela Tokio Marine Seguradora, com cobertura válida até 18 de setembro de 2020. A apólice conta com abrangência em todo o território mundial, e o prêmio líquido da apólice vigente foi de USD 2.124 mil.

Nos termos da apólice, os administradores serão indenizados por perdas e danos (inclusive custos de defesa) resultantes de reclamações de terceiros contra os administradores fundamentadas em omissões ou atos danosos praticados no exercício de suas funções (contanto que não seja caracterizado dolo ou culpa grave equiparada ao dolo).

Em complemento ao Seguro de D&O descrito acima, a Companhia está autorizada a firmar compromisso de indenidade com seus ex-administradores, nos termos da Política de Indenidade de Administradores e Integrantes, aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2017 e atualizada conforme determinadas disposições do Parecer de Orientação nº 38 da CVM em 14/02/2019 ("Política de Indenidade") que encontra-se disponível nos sites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). Para mais informações, vide item 12.11 do Formulário de Referência.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício social encerrado em	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
2019	10,64%	0,00%	0,00%
2018	8,60%	0,00%	0,00%
2017	6,07%	0,00%	0,00%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Nos últimos três exercícios sociais, não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não aplicável, nos últimos três exercícios sociais nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia foi reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, seja a título de exercício de suas funções de administradores, seja qualquer outro título.

13.16 - Outras Informações Relevantes**13.16 - Outras informações relevantes**

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera suplentes que são remunerados apenas por participarem em Comitês do CA. (Valores já reportados na Remuneração prevista para o exercício Social encerrado em 31/12/2019).

	Conselho de Administração	Total
Nº total de membros	4	4
Nº de membros remunerados	4	4
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	443.000	443.000
Outros	88.600	88.600
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a encargos somam 88.600	Os valores relativos a encargos somam 88.600
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A
Total da remuneração	531.600	531.600

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera suplentes que são remunerados apenas por participarem em Comitês do CA. (Valores já reportados na Remuneração prevista para o exercício Social encerrado em 31/12/2018)

	Conselho de Administração	Total
Nº total de membros	2	2
Nº de membros remunerados	2	2
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	232.000,00	232.000,00
Outros	46.400,00	46.400,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a INSS somam 46.400	Os valores relativos a INSS somam 46.400
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A

13.16 - Outras Informações Relevantes

	Conselho de Administração	Total
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A
Total da remuneração	278.400,00	278.400,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera suplentes que são remunerados apenas por participarem em Comitês do CA.

	Conselho de Administração	Total
Nº total de membros	2	2
Nº de membros remunerados	2	2
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	100.000,00	100.000,00
Outros	20.000,00	20.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a INSS somam 20.000	Os valores relativos a INSS somam 20.000
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A
Total da remuneração	120.000,00	120.000,00

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

2019									
	Administrativo	Comercial	Distribuição	Engenharia	Manutenção	P & D	Produção	Exterior	Total Geral
AL	26	0	7	7	75		396	0	511
BA	301	7	72	66	300	9	882	0	1637
PR	0	2	0	0				0	2
RS	95	7	28	48	287	160	912	0	1537
SC	0	3	0	0				0	3
SP	676	204	106	61	168	64	692	0	1971
RJ	28	0	8	12	84	3	254	0	389
Exterior	0	0	0	0	0	0	0	1890	1890
Total	1126	223	221	194	914	236	3136	1890	7940

2018									
	Administrativo	Comercial	Distribuição	Engenharia	Manutenção	P & D	Produção	Exterior	Total Geral
AL	24	0	7	6	78	0	397	0	512
BA	330	10	70	68	303	10	901	0	1692
PR	0	2	0	0	0	0	0	0	2
RS	102	6	29	47	299	169	937	0	1589
SC	0	3	0	0	0	0	0	0	3
SP	662	215	114	51	167	60	709	0	1978
RJ	33	0	9	12	85	3	255	0	397
Exterior	0	0	0	0	0	0	0	1835	1835
Total	1151	236	229	184	932	242	3199	1835	8008

2017									
	Administrativo	Comercial	Distribuição	Engenharia	Manutenção	P & D	Produção	Exterior	Total Geral
AL	22	1	9	7	80	0	389	0	508
BA	325	18	35	69	288	10	905	0	1.650
PR	0	2	0	0	0	0	0	0	2
RS	100	7	27	49	311	172	935	0	1.601
SC	0	4	0	0	0	0	0	0	4
SP	570	214	68	42	169	54	706	0	1.823
RJ	30	0	10	11	85	5	267	0	408
Exterior	0	0	0	0	0	0	0	1.717	1.717
Total	1.047	246	149	178	933	241	3.202	1.717	7.713

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

	Número de terceirizados		
Localização Geográfica	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Alagoas	1.898	1.273	1.042
Bahia	4.648	3.900	3.467
Rio Grande do Sul	4.549	4.754	3.462
Rio de Janeiro	1.185	1.203	945
São Paulo	3.951	3.629	2.754
Total	16.231	14.759	11.670

(c) Índice de Rotatividade

Índice de rotatividade – Global		
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
8,1%	7,0%	6,2%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não há alterações relevantes.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(a) política de salários e remuneração variável

O objetivo da política de remuneração da Companhia é dotar a empresa de um sistema competitivo e transparente, que apoie as práticas de atração e desenvolvimento, e que permita a gestão coletiva e individualizada da remuneração dos Integrantes.

A remuneração na Companhia é baseada em faixas construídas com o propósito de flexibilizar a gestão da Remuneração Mensal ("RM") das equipes e permitir diferenciar o nível de competência e aplicar o conceito de meritocracia aos integrantes.

As faixas de RM foram determinadas tendo como base:

- 85% da Mediana de mercado para o valor inicial (Faixa Desenvolvimento);
- Mediana de mercado na sua referência central (Faixa Alvo de Mercado); e
- 115% da Mediana de mercado para o valor máximo (Faixa Desempenho Avançado).

Em relação à remuneração variável, na forma de PLR – Participação nos Lucros e Resultados, a Companhia tem como política ser mais agressiva do que a Remuneração Fixa, para o nível estratégico, posicionando-se acima da Mediana de Mercado.

A remuneração variável é condicionada à avaliação e ao cumprimento de metas estratégicas, compartilhadas e individuais, e ao desempenho operacional e econômico da Companhia medido pelo EBITDA dentro do período em questão.

(b) política de benefícios

A Companhia oferece o mesmo conjunto de benefícios a todos os seus Integrantes. Os estudos comparativos servem de base para determinar a necessidade de revisão ou reajustes.

Os principais benefícios são: (i) Seguro Saúde (Médico Hospitalar e Odontológico); (ii) Previdência Privada própria; (iii) Vale Refeição ou Refeitórios, para integrantes nos escritórios e nas plantas respectivamente; e (iv) Seguro de Vida.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para o exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2018, foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia e descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

As negociações coletivas de trabalho nas datas base em Alagoas, Bahia, São Paulo (Paulínia, ABC e Cubatão) e Rio Grande do Sul são conduzidas pelos sindicatos patronais (com participação relevante da Companhia). No Rio de Janeiro as negociações coletivas são conduzidas diretamente pela Braskem. Os referidos instrumentos estão em plena vigência.

Por outro lado, a Companhia negocia e celebra diretamente com os referidos sindicatos, Acordos Coletivos Específicos, tais como Acordo sobre jornadas para Turnos Ininterruptos de Revezamento, Acordo sobre Passagem de Turnos e sistema alternativo de registro de jornadas de trabalho, Acordos negociados diretamente com seus empregados e com a participação do sindicato laboral para validação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados, etc.

Não há histórico de intervenção judicial (dissídio coletivo) para estabelecimento das condições de trabalho e reajustamento de salários há muitos anos.

Desde a sua criação a Companhia não vivenciou greve em nenhuma das suas plantas industriais no Brasil.

Os Sindicatos da categoria laboral com os quais a Companhia mantém relações para negociação ou trato específico de questões e acordos, nas respectivas regiões (base territorial), são:

- ALAGOAS – SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS, QUÍMICOS E PLÁSTICOS NOS ESTADOS DE ALFSE – SINDIPETRO ALFSE;
- BAHIA – SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO, PETROQUÍMICO, PLÁSTICOS, FERTILIZANTES E TERMINAIS QUÍMICOS DO ESTADO DA BAHIA – SINDIQUÍMICA.
- SÃO PAULO (Capital) – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, PLÁSTICOS E SIMILARES DE SÃO PAULO;
- SÃO PAULO (Paulínia) – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. QUÍMICAS, FARMACÊUTICA, ABRASIVOS E SIMILARES DE CAMPINAS E REGIÃO;
- SÃO PAULO (ABC) – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, TINTAS E VERNIZES, PLÁSTICOS, RESINAS SINTÉTICAS, EXPLOSIVOS E SIMILARES DO ABCD, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA;
- SÃO PAULO (Cubatão) – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS E DE FERTILIZANTES DE CUBATÃO, SANTOS, SÃO VICENTE, GUARUJÁ, PRAIA GRANDE, BERTIOGA, MONGAGUÁ E ITANHÉM;
- RIO DE JANEIRO (Duque de Caxias) – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS PETROQUÍMICAS DE DUQUE DE CAXIAS; e
- RIO GRANDE DO SUL – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. PETROQUÍMICAS DE TRIUNFO FRS – SINDIPOLO.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos**14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, exceto pelas já descritas nas demais seções deste item 14 do Formulário.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
ADR's					
05.523.773/0001-76		Não	Não	31/01/2019	
Não					
0	0,000%	27.566.378	7,977%	27.566.378	3,458%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Preferencial Classe A	27.566.378	7,989%			
TOTAL	27.566.378	7,978%			
OSP Investimentos S.A.					
22.606.673/0001-22	BRASILEIRA-SP	Sim	Sim	31/01/2019	
Não					
226.334.622	50,111%	79.182.486	22,915%	305.517.108	38,322%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Preferencial Classe A	79.182.486	22,948%			
TOTAL	79.182.486	22,915%			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS					
33.000.167/0001-01	BRASILEIRA-RJ	Sim	Não	31/01/2019	
Não					
212.426.952	47,032%	75.761.739	21,925%	288.188.691	36,148%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Preferencial Classe A	75.761.739	21,957%			
TOTAL	75.761.739	21,925%			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
NOVONOR S.A					
05.144.757/0001-72	BRASILEIRA-BA	Sim	Sim	31/01/2019	
Não					
1	0,000%	12	0,000%	13	0,001%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Preferencial Classe A	12	0,001%			
TOTAL	12	0,000%			
OUTROS					
12.907.077	2,857%	161.812.688	46,828%	174.719.765	21,917%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Preferencial Classe A	161.312.458	46,750%			
Preferencial Classe B	500.230	100,000%			
TOTAL	161.812.688	44,488%			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 16/10/2018					
0	0,000%	1.226.599	0,355%	1.226.599	0,154%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Preferencial Classe A	1.226.599	0,360%			
TOTAL	1.226.599	0,355%			
TOTAL					
451.668.652	100,000%	345.549.902	100,000%	797.218.554	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
NOVONOR S.A			05.144.757/0001-72		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
ODBINV S.A.					
15.105.588/0001-15	Brasileira-BA	Não	Sim	31/10/2017	
Não					
1.503.245.762	100,000	1.503.245.763	100,000	3.006.491.525	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
1	0,000	0	0,000	1	0,000
TOTAL					
1.503.245.763	100,000	1.503.245.763	100,000	3.006.491.526	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
OSP Investimentos S.A.			22.606.673/0001-22		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
NOVONOR S.A					
05.144.757/0001-72	BRASILEIRA-BA	Não	Sim	31/10/2017	
Não					
1.152.456.807	100,000	0	0,000	1.152.456.807	58,530
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	816.544.802	100,000	816.544.802	41,470
TOTAL					
1.152.456.807	100,000	816.544.802	100,000	1.969.001.609	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
ODBINV S.A.			15.105.588/0001-15		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
34.003.877.926	15,048	0	0,000	34.003.877.926	14,813
KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA					
04.215.837/0001-09	Brasileira-SP	Sim	Sim	27/06/2019	
Não					
135.514.368.375	59,971	0	0,000	135.514.368.375	59,032
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
56.448.167.298	24,981	3.594.466.305	100,000	60.042.633.603	26,155
TOTAL					
225.966.413.599	100,000	3.594.466.305	100,000	229.560.879.904	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA			04.215.837/0001-09		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
KIEPPE PATRIMONIAL S.A.					
14.407.316/0001-07	Brasileira	Não	Sim	02/06/2017	
Não					
7.885.530	99,999	0	0,000	7.885.530	99,999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
5	0,001	0	0,000	5	0,001
TOTAL					
7.885.535	100,000	0	0,000	7.885.535	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
KIEPPE PATRIMONIAL S.A.			14.407.316/0001-07		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
CAPE PATRIMONIAL LTDA.					
02.853.234/0001-07		Sim	Sim	20/06/2016	
Não					
12.752.635	15,640	0	0,000	12.752.635	15,640
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
EAO PATRIMONIAL LTDA.					
02.853.218/0001-14		Sim	Sim	20/06/2016	
Não					
15.416.383	18,910	0	0,000	15.416.383	18,910
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
IPQ PATRIMONIAL LTDA.					
02.878.774/0001-45		Sim	Sim	20/06/2016	
Não					
17.833.426	21,870	0	0,000	17.833.426	21,870
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
KIEPPE PATRIMONIAL S.A.				14.407.316/0001-07		
N.O. JR.PATRIMONIAL LTDA.						
02.878.630/0001-99		Sim	Não	20/06/2016		
Não						
17.833.426	21,870	0	0,000	17.833.426	21,870	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
RIOCON PATRIMONIAL LTDA.						
02.853.248/0001-20		Sim	Não	20/06/2016		
Não						
17.706.383	21,710	0	0,000	17.706.383	21,710	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
81.542.253	100,000	0	0,000	81.542.253	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/05/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	59.835
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	3.373
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	368

Ações em Circulação

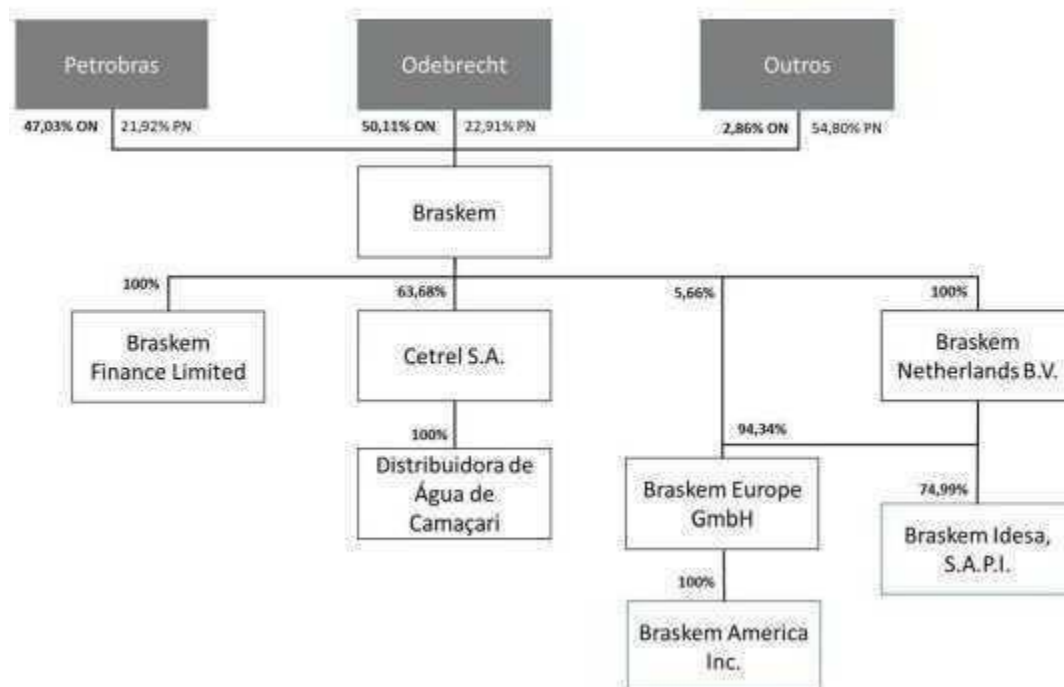
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	12.907.077	2,857%
Quantidade preferenciais (Unidades)	265.140.805	76,730%
Preferencial Classe A	264.640.575	76,696000%
Preferencial Classe B	500.230	100,000000%
Total	278.047.882	34,877%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4. Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

(a) controladores diretos e indiretos:



O nosso capital social é dividido da seguinte forma:

Acionistas	Participação Direta em nosso Capital Social (em %)			
	ON	PNA	PNB	Total
OSP INVESTIMENTOS. S.A.	50,11%	22,95%	0	38,32%
ODEBRECHT S.A.	0,00%	0,00%	0	0,00%
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	47,03%	21,96%	0	36,15%
ADR's	0,00%	7,99%	0	3,46%
OUTROS	2,86%	46,74%	100%	21,92%
TESOURARIA	0,00%	0,36%	0	0,15%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Para mais informações sobre a divisão do capital social da Companhia, vide o item 15.1/2 deste Formulário de Referência.

(b) controladas e coligadas:

Controladas	Participação (%)
-------------	------------------

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Braskem Europe GMBH	100,00%
Braskem America Inc	100,00%
Braskem America Finance Company	100,00%
Braskem Argentina S.A.	100,00%
BM Insurance Company Limited	100,00%
Braskem Petroquímica Chile Ltda.	100,00%
Braskem Netherlands B.V.	100,00%
Braskem Netherlands Finance B.V.	100,00%
Braskem Netherlands Inc. B.V.	100,00%
Braskem Finance Limited	100,00%
Braskem Idesa S.A.P.I.	75,00%
Braskem Idesa Servicios, S.A. de C.V.	75,00%
Braskem Incorporated Limited	100,00%
Braskem México, S de RL de C.V.	100,00%
Braskem México Proyectos S.A. de C.V. SOFOM	100,00%
Braskem México Servicios, S.R.L. de C.V.	100,00%
Cetrel S.A.	63,66%
Distribuidora de Água Camaçari S.A.	63,66%
Lantana Trading Company Inc.	100,00%
Braskem India Private Limited	100,00%
Controladas em conjunto, direta ou indiretamente	Participação (%)
Refinaria de Petróleo Rio Grandense S.A.	33,33%
Coligadas	Participação (%)
Borealis Brasil S.A.	20,00%

(c) participações da Companhia em sociedades do grupo:

Todas as participações nas principais coligadas e controladas estão descritas no item (b).

(d) participações de sociedades do grupo na Companhia:

Não se aplica à companhia, as estruturas de controle e controladas estão descritas nos itens (a) e (b).

(e) sociedades sob controle comum:

Todas as participações relevantes do emissor estão descritas nos itens acima.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Acordo de Acionistas da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. e da Companhia	
Partes	De um lado, Odebrecht S.A. e Odebrecht Serviços e Participações S.A. (sucetida pela OSP Investimentos S.A.) (conjuntamente referidas como "Odebrecht"); e, do outro, Petrobras Química S.A. – Petroquisa e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (conjuntamente referidas como "Sistema Petrobras").
Data de celebração	8 de fevereiro de 2010, primeiro aditivo celebrado em 21 de setembro de 2018 e Termo de Adesão ao Acordo de Acionistas firmado em 31 de dezembro de 2018
Prazo de vigência	Trinta e cinco anos, sendo que, independentemente deste prazo, o Acordo será resolvido e perderá automaticamente sua eficácia nas seguintes hipóteses: (i) caso a participação direta ou indireta detida pelo Sistema Petrobras se torne inferior a 18% do capital votante da Companhia, (ii) caso as Partes deixem de deter, conjuntamente, direta e/ou indiretamente, as ações ordinárias representativas do Controle da Companhia, ou (iii) caso tenha ocorrido uma transferência das Ações nos termos da cláusula 6.1.2 do Acordo, mas desde que o adquirente celebre com o Acionista Remanescente, como condição de validade da transferência, o Acordo de Acionistas Original, nos termos da cláusula 7.7 do Acordo.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	<p><u>Poder de controle.</u> A Companhia será diretamente controlada pela Odebrecht, seja em razão da possibilidade de a Odebrecht eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração (conforme descrito abaixo no item referente à indicação de administradores), seja em razão de os Conselheiros por ela indicados poderem aprovar, isoladamente, o "Plano de Negócios" da Companhia.</p> <p><u>Atuação das signatárias.</u> As signatárias do acordo (inclusive por intermédio da BRK) deverão exercer o seu direito de voto na Companhia de forma a fazer com que esta e suas controladas tenham uma gestão profissional, eficiente e produtiva, preservando e incrementando a sua rentabilidade, e de modo a maximizar a remuneração dos seus acionistas, inclusive e principalmente no que concerne a distribuição dos resultados. Devem respeitar, também, o seguinte:</p> <p><u>Consenso.</u> Todas e quaisquer matérias que venham a ser deliberadas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração da Companhia, com exceção do Plano de Negócios da Companhia, serão objeto de decisão por consenso de todas as signatárias do acordo.</p> <p><u>Ausência.</u> Em se verificando a ausência de uma das signatárias a uma Assembleia Geral, poderão as outras signatárias deliberar as matérias objeto da assembleia em questão, sem necessidade do voto da signatária ausente.</p> <p><u>Matéria Prejudicada.</u> Não havendo consenso entre as signatárias do acordo, estas deverão, quando aplicável, exercer ou fazer com que exerçam seus respectivos direitos de voto de modo a julgar prejudicado o respectivo item constante da ordem do dia dos trabalhos da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração, até que seja obtido consenso em relação à</p>

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<p>matéria ou, caso não seja legalmente possível julgá-la prejudicada, votar pela manutenção da situação até então vigente.</p> <p><u>Atribuições complementares.</u> Além das atribuições estabelecidas por lei e pelo estatuto da Companhia, também devem ser deliberadas pela Assembleia-Geral da Companhia as matérias elencadas na cláusula 2.4 do acordo.</p> <p><u>Reuniões Prévias.</u> As deliberações objeto de deliberação de assembleia-geral e de reunião do Conselho de Administração da Companhia poderão ser precedidas de deliberação em reunião prévia, se solicitadas por qualquer das Partes no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária e/ou de reunião do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Cláusula 5.2 do acordo, conforme a sua conveniência. Nessas reuniões, as deliberações somente serão aprovadas quando obtiverem voto favorável de todas as signatárias do acordo e, quando assim o for, constituirão acordos de voto e vincularão o voto das Partes nas respectivas assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias e a orientação de voto dos membros do Conselho de Administração, e tais acordos de voto serão rigorosamente observados pela Companhia e suas controladas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<p>Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais</p>	<p><u>Conselho de Administração.</u> A prerrogativa de indicar os membros do Conselho de Administração da Companhia dependerá da porcentagem da participação direta e/ou indireta representativa do capital votante da Companhia detidas pela Odebrecht e pelo Sistema Petrobras.</p> <p>Enquanto a Odebrecht detiver participação direta e/ou indireta correspondente a 50,1% das ações ordinárias da Companhia, será assegurada a eleição de membros indicados por ela que representem pelo menos a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração da Companhia, respeitando-se, todavia, o seguinte:</p> <p>(i) caso acionistas minoritários da Companhia não exerçam as prerrogativas relativas ao voto múltiplo e às eleições em separado, e</p> <p>(a) o Sistema Petrobras detenha pelo menos 30% do capital votante, a Odebrecht poderá eleger seis dos onze membros do Conselho de Administração e seus suplentes, e o Sistema Petrobras, quatro dos onze membros; ou, então,</p> <p>(b) o Sistema Petrobras detenha menos de 30% e pelo menos 18% do capital votante, a Odebrecht poderá eleger pelo menos seis dos onze membros e seus suplentes, e o Sistema Petrobras, três dos onze membros;</p> <p>(ii) caso acionistas minoritários da Companhia exerçam as prerrogativas relativas ao voto múltiplo e às eleições em separado, e</p> <p>(a) o Sistema Petrobras detenha pelo menos 30% do capital votante, as signatárias deverão conjugar seus votos de maneira a eleger o maior número possível de membros, assegurando, neste</p>

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<p>caso, a maioria absoluta dos assentos no Conselho de Administração à Odebrecht; ou, então,</p> <p>(b) o Sistema Petrobras detenha menos de 30% e pelo menos 18% do capital votante, as signatárias deverão conjugar seus votos de maneira a eleger o maior número possível de membros, sendo que a Odebrecht elegerá ao menos seis dos onze membros e seus suplentes, ao passo que o Sistema Petrobras poderá eleger até três dos demais membros.</p> <p>Em qualquer das hipóteses, caberá à Odebrecht eleger o Presidente do Conselho de Administração da Companhia e, enquanto o Sistema Petrobras detiver participação, direta e indireta, superior a 18% do capital votante da Companhia, a este caberá eleger o Vice Presidente.</p> <p><u>Comitês de Apoio ao Conselho de Administração.</u> Enquanto o Sistema Petrobras detiver pelo menos 30% no capital votante, o Comitê de Pessoas e Organização será coordenado por um dos conselheiros por ela indicado. Enquanto o Sistema Petrobras detiver pelo menos 18% do capital votante, poderá indicar um membro para o Comitê de Pessoas e Organização.</p> <p><u>Diretoria.</u> Sempre levando em consideração os melhores interesses da Companhia, os atributos pessoais e profissionais, as capacidades técnica e administrativa, os sete membros da Diretoria da Companhia serão selecionados da seguinte forma:</p> <p>(i) à Odebrecht caberá indicar o Diretor Presidente da Companhia;</p> <p>(ii) com base em lista tríplice apresentada pela Odebrecht, caberá ao Diretor Presidente indicar o Diretor responsável pela área financeira da Companhia;</p> <p>(iii) com base em lista tríplice apresentada pelo Sistema Petrobras, caberá ao Diretor Presidente da Companhia indicar o Diretor responsável pela área de Investimentos e Portfólio da Companhia; e ao Diretor Presidente da Companhia caberá propor ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos às demais posições da Diretoria da Companhia. Neste caso, a aprovação deverá se dar pela maioria qualificada de nove votos, podendo-se proceder a três votações consecutivas. Caso não se atinja a maioria qualificada em nenhuma dessas três ocasiões, caberá ao Diretor Presidente indicar novo(s) candidato(s) ao(s) cargo(s) de Diretor(es), exigindo-se, então, a aprovação da maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração. O nosso Acordo de Acionistas não possui qualquer cláusula de indicação de pessoas para posições gerenciais.</p>
<p>Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</p>	<p><u>Direito de preferência.</u> As signatárias têm a preferência na aquisição de ações que detiverem na BRK e na Companhia, em igualdade de condições com as da oferta apresentada por um terceiro. O exercício do referido direito dependerá de rito próprio estabelecido no acordo. É permitida a alienação de parcela das ações, exceção feita à Odebrecht, que somente poderá alienar parcialmente suas ações desde que mantenha direta e/ou</p>

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<p>indiretamente um percentual mínimo de 50,1% do capital votante da Companhia. Caso a Odebrecht aliene a totalidade da sua participação, o adquirente terá a obrigação de aderir ao acordo pelo prazo de vigência remanescente. Caso o Sistema Petrobras aliene a totalidade da sua participação, o adquirente terá o direito de celebrar, juntamente com a Odebrecht, um novo acordo de acionistas, nos termos da minuta constante como anexo ao acordo.</p> <p><u>Direito de Alienar Ações em Conjunto (Tag Along).</u> As signatárias podem exigir que as ações que detenham na BRK e na Companhia sejam englobadas por proposta apresentada por um terceiro. Caso tal oferta não envolva a integralidade das ações, as signatárias venderão ações em quantidades proporcionais às suas participações. Ainda, de acordo com o primeiro aditivo ao Acordo, as ações preferenciais de emissão da Companhia de titularidade do Sistema Petrobras também estarão sujeitas ao direito de Tag Along previsto na cláusula 7.12 do Acordo, aplicando-se assim, a estas, exatamente o mesmo trâmite para exercício do direito de Tag Along previsto na cláusula 7.12.</p> <p><u>Transferência de ações em função de Impasse.</u> Nos casos em que não for possível solucionar uma divergência entre as signatárias com relação a uma matéria sujeita a deliberação da Assembleia-Geral ou do Conselho de Administração, fica a elas assegurado o direito de transferir a totalidade de suas ações. Neste caso, a signatária que desejar transferir suas ações deverá notificar previamente a outra signatária sobre sua intenção, para que esta possa exercer direito de preferência ou de tag along. Caso não haja exercício do direito de preferência, será permitida a livre negociação com um terceiro, desde que por preço igual ou superior ao previsto na notificação. Nessa hipótese, caso a Odebrecht aliene a totalidade da sua participação, o adquirente terá a obrigação de aderir a um novo acordo de acionistas, nos termos da minuta constante como anexo ao acordo. Por outro lado, caso o Sistema Petrobras aliene a totalidade da sua participação, o adquirente terá o direito de celebrar um novo acordo de acionistas, nos termos da minuta constante como anexo ao acordo.</p> <p><u>Direito de manutenção de proporção acionária.</u> da participação proporcional de ações ordinárias detidas pelo Sistema Petrobras e/ou pela Odebrecht no capital votante da Companhia, em virtude de operações societárias em que não tenha sido respeitado o direito de preferência acima revisto, fica assegurado à signatária diluída o direito de adquirir ações da outra parte, visando a reequalização das participações.</p> <p><u>Exceção.</u> Os direitos relacionados à transferência de ações, acima mencionados, não se aplicam às transações entre as signatárias e suas controladas, desde que o adquirente (caso não seja signatária ou controlada da signatária) venha a aderir ao acordo.</p>
<p>Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de</p>	<p><u>Atuação dos Conselheiros.</u> Os membros do Conselho de Administração deverão sempre atuar no melhor interesse da Companhia, com independência e lealdade, agindo com transparência e precisão nas divulgações ao mercado, e objetivando a valorização dos ativos da Companhia, bem como a maior segurança e transparência aos acionistas, respeitando-se, também, as seguintes determinações:</p>

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

<p>outros órgãos de fiscalização e controle</p>	<p>Consenso. Exceção feita à aprovação do “Plano de Negócios” (descrita abaixo), todas e quaisquer matérias que venham a ser deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia deverão ser objeto de decisão por consenso de todas as signatárias.</p> <p><u>Ausência.</u> Em se verificando a ausência a uma reunião do Conselho de Administração de todos os conselheiros indicadas por uma das partes do acordo, poderão os conselheiros presentes deliberar as matérias objeto da reunião em questão, sem necessidade do voto dos conselheiros ausentes. Não havendo consenso entre os conselheiros indicados por todas as signatárias do acordo, tais conselheiros deverão exercer seus respectivos direitos de voto de modo a julgar prejudicado o item constante da ordem do dia ou, na sua impossibilidade, votar pela manutenção da situação até então vigente.</p> <p><u>Atribuições complementares.</u> Além das atribuições estabelecidas por lei e pelo estatuto social da Companhia, também devem ser deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia as matérias elencadas na cláusula 2.3 do acordo.</p> <p><u>Exceção – Plano de Negócios.</u> O “Plano de Negócios” da Companhia será aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho de Administração da Companhia, independentemente do consenso das signatárias do acordo</p> <p><u>Reuniões prévias.</u> Aplica-se às reuniões do Conselho de Administração o mesmo mecanismo previsto para as Assembleias Gerais da Companhia (descrito acima dentre as cláusulas relativas ao exercício de voto e poder de controle), de forma que, com relação aos conselheiros indicados pelas signatárias do acordo, as decisões tomadas nessas reuniões constituirão orientação dos seus votos.</p> <p>O nosso Acordo de Acionistas não possui qualquer previsão de restrição ou vinculação do direito de voto aplicável a outros órgãos de fiscalização e controle.</p>
--	--

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Em 31 de janeiro de 2019, a Companhia foi informada pela Odebrecht S.A., sua controladora indireta, acerca de reorganização societária realizada no Grupo Odebrecht com o objetivo principal de segregação dos seus negócios, cujos atos societários foram protocolados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo no dia 31 de janeiro de 2019, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2018 ("Reorganização").

A reorganização envolveu a cisão da Odebrecht Serviços e Participações S.A. ("OSP") com a segregação do seu ativo composto pela totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Braskem e passivo composto pelo Contrato de Compra e Venda de Debêntures nº 16.2.0023.1, firmado em 16 de março de 2016 entre o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e a OSP, com a interveniência de terceiros, conforme aditado ("Parcela Cindida"), das demais atividades operacionais da OSP, seguida da incorporação da Parcela Cindida pela OSP Investimentos S.A.

Os movimentos societários ocorreram dentro do Grupo Odebrecht, permanecendo a Odebrecht S.A. como controladora indireta da Braskem.

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
15.7 - Principais Operações Societárias

Versão: 1

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Alienação da Quantiq
b. principais condições do negócio	<p>Em 09.01.2017, foi aprovada a alienação de 100% das quotas da Quantiq Distribuidora Ltda. detidas pela Braskem S.A para a GTM do Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda. no valor de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais).</p> <p>O fechamento da operação ocorreu em 3 de abril de 2017, quando a Braskem formalizou a sua saída do segmento de distribuição de produtos químicos ao concluir o processo de alienação de 100% de sua participação na quantiQ Distribuidora Ltda. para a GTM do Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda., subsidiária da GTM Holdings S.A.</p>
c. sociedades envolvidas	Braskem S.A. e GTM do Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Nenhum efeito no quadro acionário da Braskem S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário da Braskem S.A.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A operação foi avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

a. evento	Aquisição da Cetrel S.A.
b. principais condições do negócio	<p>Em 29.09.2017, foi aprovada a aquisição, pela Companhia (i) de 1.269.290 (um milhão, duzentas e sessenta e nove mil, duzentas e noventa) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Cetrel, representativas de 63,66% (sessenta e três vírgula sessenta e seis por cento) do capital social total e votante da Cetrel, ações estas detidas pela Odebrecht S.A., pelo valor de valor de R\$610 milhões e (ii) indiretamente, do controle acionário da Distribuidora de Água Camaçari S.A., considerando que a totalidade das ações de emissão da DAC é atualmente detida pela Cetrel S.A</p>
c. sociedades envolvidas	Braskem S.A., Odebrecht S.A., Odebrecht Utilities S.A., Cetrel S.A. e Distribuidora de Água de Camaçari S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Nenhum efeito no quadro acionário da Braskem S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário da Braskem S.A.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo	A operação foi avaliada e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia entre os acionistas

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Incorporação da Braskem Petroquímica Ltda.
b. principais condições do negócio	Em 30.11.2017, foi aprovada a incorporação da Braskem Petroquímica Ltda ("Braskem Petro") pela Companhia, com a versão do patrimônio líquido contábil da Braskem Petro para a Companhia, avaliado em R\$ R\$2.183.109.634,17 (dois bilhões, cento e oitenta e três milhões, cento e nove mil, seiscentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos, na data base definida para a operação, qual seja, 31 de agosto de 2017, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia ou emissão de novas ações, em razão de a Companhia ser a única acionista da Braskem Qpar previamente à incorporação.
c. sociedades envolvidas	Braskem S.A. e Braskem Petroquímica Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Nenhum efeito no quadro acionário da Braskem S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário da Braskem S.A.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A operação foi avaliada e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, exceto pelas já descritas nas demais seções deste item 15 do Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das Regras, Políticas e Práticas do Emissor Quanto à Realização de Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades. Tendo em vista o aprimoramento das práticas da Companhia, o Conselho de Administração aprovou, em 06 de dezembro de 2018, a Política de Transações com Partes Relacionadas da Braskem S.A. ("Política de TPR"), em vigor desde sua aprovação, e disponível nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

As transações entre partes relacionadas da Braskem são realizadas com base: (i) na Lei das Sociedades por Ações; (ii) no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Técnicos – CPC nº 05 aprovado pela Deliberação da CVM nº 642, de 07 de outubro de 2010; (iii) na Instrução CVM 480; (iv) no Estatuto Social da Companhia; (v) no Acordo de Acionistas da Companhia; (vi) no Código de Conduta da Companhia; e (vii) na Política de TPR.

O inciso xviii do Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia estabelece que as transações com partes relacionadas que superem R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por operação ou superiores, em conjunto, a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por exercício social, devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. A Política de TPR, por sua vez, estabelece que o Comitê de Conformidade da Companhia é o órgão responsável por avaliar previamente a adequação das transações com partes relacionadas, cuja aprovação seja de competência do Conselho de Administração, recomendando ou não sua realização. Para as demais transações com partes relacionadas, o Comitê de Ética da Companhia é o responsável por avaliar referidas transações, recomendando ou não sua realização.

A Companhia realiza transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades, sendo que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados com partes relacionadas são negociadas de forma independente e transparente, em condições de mercado, atendem aos interesses da Companhia, de modo que tais contratos apresentem termos e condições tão favoráveis à Companhia como os que a Companhia poderia celebrar com quaisquer outros terceiros. Ademais, a Companhia estabelecerá os devidos processos para garantir que eventuais operações de reestruturação societária envolvendo suas partes relacionadas assegurem tratamento equitativo para todos os acionistas.

A apreciação e aprovação de transações com partes relacionadas cabe ao Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Conformidade, ou ao Comitê de Ética, conforme deveres e responsabilidades descritos na Política de TPR. Qualquer transação com partes relacionadas deve ser proposta pela área solicitante, onde devem ser especificadas as principais condições e características da transação, tais como: o modelo de contratação, preços, prazos, garantias, condições de subcontratação, direitos e obrigações criados pela transação, incluindo quaisquer cláusulas de não concorrência e exclusividade, fatores de risco envolvidos, propósito e os potenciais benefícios da transação e uma descrição das alternativas de mercado para as transações com partes relacionadas consideradas, com a justificativa para a escolha da parte relacionada.

Caso necessário, as instâncias de governança responsáveis pela aprovação das transações com partes relacionadas podem solicitar um relatório independente (elaborado por bancos de investimentos de primeira linha, escritórios de advocacia, escritórios de contabilidade, etc., conforme aplicável), para esclarecer eventuais dúvidas e/ou apoiar no processo decisório acerca

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

das transações com partes relacionadas. Para aprovação de uma transação com partes relacionadas, as condições da transação devem ser comutativas e em bases de mercado.

São vedadas transações com partes relacionadas quando:

- quaisquer disposições previstas na Política de Transações com Partes Relacionadas sejam violadas;
- forem aprovadas em não observância à legislação aplicável ou o Estatuto Social da Braskem; e
- constituam empréstimos concedidos em favor do acionista controlador da Companhia e suas Partes Relacionadas.

Importante ressaltar que a Lei das Sociedades por Ações proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberalidade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CDGN Logística S.A.	03/07/2019	0,00	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço.	Não aplicável.	30/05/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A CDGN é atualmente uma empresa 100% controlada pela MDCPar. Até o ano de 2019, era uma empresa controlada em conjunto pela BR Distribuidora e pela MDCPar, conforme informação constante das Demonstrações Financeiras da Petrobras. A Petrobras vendeu sua participação na BR Distribuidora em julho/19. A BR Distribuidora também vendeu sua participação na CDGN, com fechamento em mar/20. Atualmente, a CDGN não é mais parte relacionada.						
Objeto contrato	Contrato celebrado em 12 de julho de 2019, de compra, pela Braskem, de Gás Natural com vigência de 5 anos a partir do Início do Fornecimento (ocorrido em maio/2019) e um contrato de comodato, pelo mesmo prazo, no qual a Braskem cedeu à CDGN, um espaço na sua unidade Q1, para fins de instalação da base de descompressão pertencente e de responsabilidade da CDGN.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Os contratos poderão ser rescindidos por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, protesto de título de crédito de responsabilidade de uma das partes, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial.						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de gás natural comprimido, com transporte rodoviário. A Braskem realizou análise de mercado para o fornecimento de gás natural considerando outros prestadores de serviço na região. A CDGN foi a única empresa que ofertou solução completa e integrada em condições competitivas.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Comprador de insumos. Os valor total estimado do contrato é de R\$ 210 milhões.						
Companhia de Gás da Bahia (BahiaGás)	01/12/2018	0,00	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço.	Não aplicável.	31/12/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	BahiaGás é uma Empresa em controle comum pela Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (subsidiária da Petrobras) em conjunto com o Governo do Estado da Bahia e a Mitsui Gás e Energia do Brasil, a qual possui 24,5% do capital total da Companhia.						
Objeto contrato	Em dezembro de 2018, a Braskem S.A. celebrou um acordo para o fornecimento de gás natural com a BahiaGás, concessionária baiana de distribuição de gás natural, com vigência para o ano exercício de 2019. O contrato foi posteriormente aditado em 18 de dezembro de 2019, postergando a vigência até 31 de dezembro de 2020						
Garantia e seguros	Não aplicável.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, protesto de título de crédito de responsabilidade de uma das partes, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial.						
Natureza e razão para a operação	O gás natural canalizado é fornecido com base em concessão de serviços públicos do estado da Bahia e o preço é regulamentado através de tarifa publicada pela Agência de Reguladora Estadual (AGERBA).						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Comprador de insumos. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
UCP, USL, Brenco e ODB Agro Par	21/12/2017	315.000.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável.	30/04/2019 ou até a entrega total do volume contratado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	As empresas Usina Conquista do Pontal S.A. (UCP), Agro Energia Santa Luzia S.A. (USL), Companhia Brasileira De Energia Renovável (Brenco) e Odebrecht Agroindustrial Participações (ODB Agro Par) são controladas indiretamente pela Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta das fornecedoras de matéria-prima e que por sua vez é controladora indireta da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato para fornecimento de matéria prima - Álcool Etílico Hidratado para a Companhia. O etanol é a matéria-prima consumida pela Braskem na produção de eteno verde. O contrato contempla ainda adiantamento no valor de R\$ 200 milhões, garantido por Contrato de Penhor da lavoura da cana de açúcar e seus produtos e subprodutos (celebrado na mesma data), em valor líquido de mercado (mensurado por publicação especializada) superior ao valor do adiantamento. O bem empenhado estará durante a existência de saldo do adiantamento devidamente segurado por seguradora de primeira linha e com sub-rogação do seguro para a Compradora. O saldo do valor do adiantamento é corrigido a taxas de mercado durante o prazo de vigência do contrato ou até a entrega do total do volume contratado.						
Garantia e seguros	Penhor de cana-de-açúcar.						
Rescisão ou extinção	Por inadimplência das partes ou recuperação judicial ou extrajudicial ou falência da Vendedora, sendo devidos perdas e danos e demais custos suportados pela parte inocente.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de Juros: 150% CDI. Esta contratação tem por objetivo dar continuidade ao fornecimento de matéria prima e garantir o volume para a Companhia, com flexibilidades técnicas e condições comerciais diferenciadas, mediante adiantamento devidamente corrigido por taxa de mercado. O preço do Álcool Etílico Hidratado é baseado no Índice Mensal ESALQ (índice publicado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) Hidratado Combustível - São Paulo em R\$/Litro do mês de referência com desconto.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Comprador no contrato de fornecimento de matéria prima e credor do referido adiantamento. Os montantes agregados das transações realizadas com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras – Petrobras e suas subsidiárias	22/12/2000	0,00	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço.	Não aplicável.	31/12/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Petrobras possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de natureza comercial de compra de etano e propano para fornecimento à unidade da Braskem do RJ.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, exceto para empresas do mesmo grupo econômico, cessão ou oferecimento de garantias dos créditos de qualquer natureza decorrentes ou oriundos do contrato, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial, alteração do quadro social ou modificação da finalidade da empresa que conflite com o objeto do contrato.						
Natureza e razão para a operação	A Petrobras é a única fornecedora nacional de etano e propano, de modo que não há competidores no mercado nacional. Considerando que o preço praticado pela Petrobras é referenciado na cotação de mercado internacional de etano e propano Mont Belvieu restou garantida a comutatividade da operação para ambas as partes.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Comprador de matérias-primas. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
Santo Antonio Energia S.A. - SAESA	26/08/2016	517.000.000,00	R\$ 465 milhões.	Não aplicável	31/12/2029	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Odebrecht Energia S.A., uma controlada direta da Odebrecht Energia Investimentos S.A. (OE Investimentos), possui 18,2% do capital social da Madeira Energia S.A. (MESA), a qual possui 100% de participação na SAESA. A Braskem e a OE Investimentos estão sob controle comum da Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de natureza comercial de compra e venda de energia elétrica.						
Garantia e seguros	Seguro Garantia emitido anualmente considerando 2 meses de faturamento (R\$ 7.193.347,00).						
Rescisão ou extinção	Vide descrição incluída no item 16.4 deste Formulário de Referência.						
Natureza e razão para a operação	As condições comerciais negociadas com a SAESA refletem as condições de mercado do setor de energia elétrica referentes a um contrato de longo prazo.						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Comprador de energia elétrica. Os montantes agregados das transações realizadas com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
Refinaria de Petróleo Rio-grandense S.A.	01/01/2019	257.294.893,27	Não aplicável	Não aplicável	31/12/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia tem 33,20% do Capital Social total da RPR.						
Objeto contrato	Negociações mensais de venda de gasolina A para mistura no pool de combustível da Contraparte.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	O preço praticado pelo Emissor à Contraparte está baseado na referência de preço da gasolina A no mercado interno, garantindo a comutatividade da operação para ambas as partes.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Fornecedor de matéria prima. As vendas realizadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram aproximadamente R\$ 257 milhões.						
Liquiport Vila Velha S.A. - Liquiport	12/05/2018	93.000.000,00	R\$ 79.115.800,91	Não aplicável	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Liquiport é subsidiária integral da Odebrecht Transport S.A., controlada pela Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de movimentação e armazenagem de Soda Cáustica.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Os principais causas de rescisão ou extinção do contrato são: (i) inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, não remediados em 30 dias; (ii) decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial; (iii) cessão ou transferência do contrato ou de seus direitos sem autorização prévia ou escrita, (iv) por ocorrência de caso fortuito ou de força maior; (v) pela Companhia no caso de cessação dos serviços em decorrência de motivos ambientais; (v) pela Companhia, discricionariamente após o 6º ano; (vi) pela Companhia no caso de suspensão de licenças ou documentos regulatórios da contratada; (vi) no caso de alteração societária da Contratada; e outras hipóteses estabelecidas no contrato.						
Natureza e razão para a operação	A produção da Companhia é realizada na região Nordeste e a maior parte do consumo se encontra no Sudeste e Sul do país, razão pela qual a logística do produto se torna um elemento estratégico, além de um relevante instrumento de competitividade. A Companhia realizou análise mercadológica para o serviço de movimentação e armazenagem na região, tendo identificado somente um possível prestador de serviço além da Liquiport, o qual, além de não ter disponibilidade em seus tanques para a prestação dos serviços no volume e prazo requeridos pela Braskem, prática condições comerciais menos favoráveis.						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Contratante de serviços						
	Continuação do campo natureza e razão para a operação: Empresa não é mais subsidiária da Liquiport, em agosto de 2019 a empresa Odebrecht Transport S.A. vendeu a Liquiport para a empresa Terminal Portuário de Espírito Santo.						
Tenenge Montagem e Manutenção LTDA	31/01/2020	669.000.000,00	R\$ 658,6milhões	Não aplicável.	31/01/2027	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Braskem e Tenenge estão sob controle comum da Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta da Companhia.						
Objeto contrato	Serviço de Manutenção Industrial em equipamentos de grande porte						
Garantia e seguros	A Tenenge obriga-se a corrigir e/ou refazer os Serviços, às suas expensas, sempre que houver irregularidades com os Equipamentos pela prestação inadequada dos Serviços. A Tenenge é responsável pelas perdas e danos causados à Braskem em decorrência da execução dos Serviços, independentemente da contratação de apólices de seguros pelas Partes. Caso a Braskem acione o seu próprio seguro, a Tenenge será responsável pelo pagamento de eventual franquia devida, danos e prejuízos que não estejam amparados pelos seguros contratados.						
Rescisão ou extinção	<p>As partes poderão resolver o contrato mediante simples comunicação por escrito à outra parte, nas seguintes hipóteses:</p> <p>1) por qualquer das Partes, se a outra Parte entrar em regime de falência ou de liquidação judicial ou extrajudicial;</p> <p>2) por qualquer das Partes, se a outra Parte infringir quaisquer das Cláusulas do Contrato, não sanada no respectivo prazo de 05 (cinco) dias pela Parte inadimplente;</p> <p>3) por qualquer das Partes, na ocorrência de caso fortuito ou de evento de força maior, desde que devidamente comprovado pela Parte a ocorrência do evento o qual impossibilite a execução do Contrato, na forma da Cláusula XVI do contrato;</p> <p>4) pela Braskem, se a Tenenge sem o prévio consentimento por escrito da Braskem ceder este instrumento, no todo ou em parte, ou subcontratar a prestação dos Serviços;</p> <p>5) pela Braskem, se a Tenenge não apresentar no prazo de 30 (trinta) dias da data da respectiva solicitação, a comprovação do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e securitárias;</p> <p>6) pela Braskem, se, na ocorrência de acidente de trabalho com qualquer pessoa contratada pela Tenenge destacada para a execução dos Serviços, a Tenenge tenha deixado de observar as normas e os procedimentos internos, técnicos e de segurança, previstos neste Contrato, quando aplicável;</p> <p>7) pela Braskem, se houver dissolução da sociedade, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, bem como qualquer alteração da condição econômico-financeira da Tenenge que, a critério da Braskem, afete materialmente o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato; ou,</p> <p>8) pela Braskem, em caso de descumprimento pela Tenenge da cláusula anticorrupção pactuada.</p>						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Trata-se de contratação de serviços de Manutenção Industrial em equipamentos de grande porte. A contratação do prestador de serviço foi precedida de um processo de concorrência envolvendo oito fornecedores, o qual apontou a Tenenge Montagem e Manutenção como a vencedora. Este acordo foi aprovado por unanimidade pelo nosso conselho de administração em dezembro de 2019.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestador de serviços. Os montantes agregados das transações realizadas com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras – Petrobras e suas subsidiárias	13/09/2002	0,00	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência de preço de mercado.	Não aplicável.	13/09/2032	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Petrobras possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de natureza comercial através do qual a Petrobras presta serviços de transporte de água bruta para Braskem S.A em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. O Contrato não contém cláusula de valor global e foi celebrado originalmente pela Rio Polímeros S.A., incorporada pela Braskem QPAR, que, por sua vez, em dezembro de 2014 foi incorporada pela Braskem S.A.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	As partes poderão rescindir o contrato nas seguintes hipóteses: i) inadimplemento de qualquer cláusula ou condição do presente Contrato, e se essa inadimplência se prolongar por um período superior a 90 (noventa) dias após receber aviso por escrito da parte não faltosa; ii) quando a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato, se prolongar por um prazo superior a 60 (sessenta) dias, as partes poderão rescindir esse Contrato, mediante notificação por escrito; iii) cada uma das partes poderá rescindir este Contrato no caso de liquidação judicial ou extrajudicial, concordatas homologadas ou falências decretadas e dissolução da outra parte; iv) caso ocorra a transferência, total ou parcial, dos direitos e obrigações estipulados neste Contrato a terceiros, sem autorização prévia e por escrito da outra parte, este contrato poderá ser rescindido pela outra parte.						
Natureza e razão para a operação	A Petrobras possui sistema de captação e adutora de água bruta do Sistema Guandu e, conforme estabelecido quando da construção do complexo gás-químico em Duque de Caxias/RJ (2003), transporta água bruta para a Braskem, sendo a responsável pela operação, inspeção e manutenção dos instrumentos e sistemas de transporte.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Adquirente de serviços. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras – Petrobras e suas subsidiárias	23/12/2015	0,00	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço.	Não aplicável.	23/12/2020	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Petrobras possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia.						
Objeto contrato	Trata-se de contrato de compra de 7 milhões de toneladas de nafta petroquímica por ano para fornecimento às unidades da Braskem de SP, BA e RS. Prazo de vigência: O contrato tem validade de 5 anos e contempla direitos de renegociação comercial de ambas as partes a partir do terceiro ano, caso determinadas condições de mercado sejam alteradas. Preço: 102,1% da referência ARA.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, exceto para empresas do mesmo grupo econômico, cessão ou oferecimento de garantias dos créditos de qualquer natureza decorrentes ou oriundos do contrato, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial, alteração do quadro social ou modificação da finalidade da empresa que conflite com o objeto do contrato.						
Natureza e razão para a operação	A Petrobras é a única fornecedora nacional de nafta petroquímica, de modo que não há competidores no mercado nacional. Considerando que o preço praticado pela Petrobras é referenciado na cotação de mercado internacional da nafta ARA (Amsterdã, Roterdã e Antuérpia), restou garantida a comutatividade da operação para ambas as partes.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Comprador de matérias-primas. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras – Petrobras e suas subsidiárias	16/09/2005	0,00	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência de preço de mercado.	Não aplicável.	16/09/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Petrobras possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de natureza comercial através do qual a Petrobras fornece vapor e presta serviços de tratamento e transporte de água potável, água clarificada e hidrogênio. O Contrato não contém cláusula de valor global e foi celebrado originalmente pela Petroquímica Paulínia S.A., incorporada pela Braskem em 2009.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	As partes poderão rescindir o contrato nas seguintes hipóteses: (i) inadimplemento de qualquer cláusula ou condição que cause grave lesão financeira ou moral a outra parte e não sendo a falta reparada no prazo de sessenta dias após a comunicação por escrito do inadimplemento; (ii) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato que perdure por prazo superior a dez meses; (iii) liquidação judicial e extrajudicial e falência de qualquer das partes; (iv) transferência parcial ou total dos direitos e obrigações previstos nesse contrato, sem autorização prévia por escrito; e (v) transformação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de sucessão, alteração social, alteração da estrutura ou modificação da finalidade relativamente a uma parte que seja prejudicial aos interesses das outra parte.						
Natureza e razão para a operação	A unidade PP3 foi estrategicamente construída em Paulínia, ao lado da refinaria da Petrobrás (REPLAN), que é a principal fornecedora de matéria prima (Propeno). Por consequência, outros insumos também são adquiridos da Petrobrás, seja pelo ganho logístico decorrente da proximidade das unidades industriais, seja pela ausência de outros fornecedores na região.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Comprador de utilidades e adquirente de serviços. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
Petrobras Distribuidora S.A. - BR Distribuidora	01/01/2017	0,00	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço.	Não aplicável.	Renovação mensal	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A BR Distribuidora é uma subsidiária integral da Petrobras, a qual possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia.						
Objeto contrato	Contratos de natureza comercial através dos quais a Braskem vende gasolina para BR Distribuidora.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	As partes poderão rescindir o contrato, nas seguintes hipóteses: i) Inadimplemento de qualquer das cláusulas do contrato; ii) 16.1.2. Cessão, total ou parcial, dos direitos e obrigações atribuídos no contrato sem a prévia e expressa anuência da outra parte; iii) Cessão ou dação em garantia dos créditos oriundos do contrato, total ou parcial, sem a prévia e expressa anuência da outra PARTE; iv) Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária que comprovadamente conflite com o objeto do contrato; v) Cancelamento ou revogação, pelos órgãos competentes, da autorização concedida a qualquer das partes, para o exercício de suas atividades; vi) Dissolução de qualquer das partes. A BR Distribuidora poderá rescindir o contrato, mediante notificação por escrito, sem que caiba à Companhia direito de indenização, na seguinte hipótese: i) Decretação de falência da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	As condições comerciais acordadas com a Petrobras refletem as condições de comercialização de Gasolina A no mercado interno, garantindo a comutatividade da operação para ambas as partes.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Fornecedor de matéria prima. As vendas de gasolina para a BR Distribuidora totalizaram R\$ 996 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Petrobras Transporte S.A. – Transpetro	01/11/2018	0,00	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço.	Não aplicável	Contrato aditado em 08/06/20 até 30/06/2024.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Transpetro é uma subsidiária integral da Petrobras, a qual possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia.						
Objeto contrato	Contratos de prestação de serviços logísticos relacionados ao transporte de nafta por pipelines no pólo petroquímico do Sul.						
Garantia e seguros	Não há cláusula contratual que defina as condições de garantia/seguros.						
Rescisão ou extinção	Os contratos poderão ser rescindidos por (i) falência, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial, ou concordata preventiva de uma das partes, requerida, homologada ou decretada; (ii) transferência parcial ou total deste contrato a terceiros, não autorizada pela outra parte. Caso uma das partes não use o direito de rescindir o contrato nos termos da Clausula, poderá, a seu exclusivo critério, suspender a execução do mesmo até que sejam cumpridas, pela outra parte, as Clausulas contratuais infringidas.						
Natureza e razão para a operação	Vide descrição incluída no item 16.4 deste Formulário de Referência.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante de serviços. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
Gás de Alagoas S.A. (Algás)	20/12/2018	0,00	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço.	Não aplicável.	31/12/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Algás é uma Empresa em controle comum pela Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (subsidiária da Petrobras), em conjunto com o Governo do Estado de Alagoas e a Mitsui Gás e Energia do Brasil, a qual possui 24,5% do capital total da Companhia.						
Objeto contrato	Em dezembro de 2018, a Braskem S.A. celebrou um acordo para o fornecimento de gás natural com a Algás, concessionária alagoana de distribuição de gás natural, com vigência para o ano exercício de 2019. O contrato foi posteriormente aditado em 12 de setembro 2019, considerando uma extensão do prazo contratual em 2 anos com encerramento para 31 de dezembro de 2021 e levando o contrato ao valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, protesto de título de crédito de responsabilidade de uma das partes, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	O gás natural canalizado é fornecido com base em concessão de serviços públicos do estado de Alagoas e o preço é regulamentado através de tarifa publicada pela Agência de Reguladora Estadual (ARSAL).						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Comprador de insumos. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
Construtora Norberto Odebrecht S.A. – CNO	29/08/2013	240.500.000,00	R\$ 74.900.000,00	Não aplicável.	31/12/2028	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Braskem e CNO estão sob controle comum da Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta da Companhia.						
Objeto contrato	Sublocação de até 7.890 m² da ABL do Edifício Odebrecht São Paulo, na cidade de São Paulo.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	A eventual denúncia do contrato de locação por parte da sublocadora deverá contar com a concordância prévia e formal de 100% de seus sublocatários com contrato de sublocação em andamento na ocasião. Para tanto, a sublocadora deverá notifica-los de sua intenção, com, pelo menos, 180 dias da data pretendida para denúncia, tendo cada sublocatário 90 dias da data da notificação para se manifestar a favor ou contrariamente a respeito, sendo o silêncio do sublocatário notificado reputado como sua concordância à denúncia, que importará no consequente desfazimento das sublocações em andamento, sem a imposição de qualquer penalidade ou dever de indenização de Parte a Parte.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de contrato de locação de cinco andares privativos no Edifício Odebrecht São Paulo para instalação da sede da Braskem.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatário. Os montantes agregados das transações realizadas com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
Construtora Norberto Odebrecht S.A. – CNO	01/12/2017	120.000.000,00	R\$66,8 milhões	Não aplicável.	30/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Braskem e CNO estão sob controle comum da Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta da Companhia.						
Objeto contrato	Serviços de Manutenção Industrial de Caldeiraria e Operação e Manutenção de Máquinas de Carga.						
Garantia e seguros	A CNO deve contratar e manter vigente, durante a execução do Contrato, apólice de seguro coletivo, englobando todas as pessoas contratadas pela CNO utilizadas na prestação dos Serviços; A CNO obriga-se a reexecutar os Serviços em caso de rejeição, ou caso seja identificado posterior falha ou defeito, pelo prazo de 1 (um) ano após sua realização; mesmo após a extinção do contrato, independente do motivo.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	As partes poderão resolver o contrato mediante simples comunicação por escrito à outra parte, nas seguintes hipóteses: 1) Por qualquer das partes, se a outra parte entrar em regime de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de liquidação judicial ou extrajudicial; 2) Por qualquer das partes, se a outra parte infringir quaisquer das Cláusulas ou condições deste contrato, ressalvados eventuais prazos de cura estipulados; 3) Por qualquer das partes, na ocorrência de caso fortuito ou de evento de força maior, desde que devidamente comprovado pela Parte a ocorrência do evento e a impossibilidade de continuidade ou conclusão dos serviços; 4) Pela Braskem, se a CNO ceder o contrato, no todo ou em parte, ou subcontratar a prestação dos serviços sem autorização prévia; 5) Pela Braskem, se a CNO não comprovar no prazo de cinco dias, contados da solicitação, o adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas previdenciárias e securitárias; 6) Pela Braskem, se, na ocorrência de acidente de trabalho com qualquer pessoa contratada pela CNO, a CNO tenha deixado de observar as normas e os procedimentos internos, técnicos e de segurança, previstos neste contrato; 7) Pela Braskem se houver dissolução da sociedade, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CNO que prejudique a prestação dos serviços; ou, 8) Pela Braskem em caso de descumprimento pela CNO da cláusula anticorrupção pactuada.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de contratação de serviços de Manutenção Industrial e Operação e Manutenção de Máquinas de Carga recorrentes. A contratação do prestador de serviço foi precedida de um processo de concorrência envolvendo cinco fornecedores, o qual apontou a Construtora Norberto Odebrecht S.A. – CNO como a vencedora.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestador de serviços. Os montantes agregados das transações realizadas com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
Refinaria de Petróleo Rio-grandense S.A.	01/01/2019	37.873.912,95	Não aplicável.	Não aplicável.	31/12/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia tem 33,20% do Capital Social total da RPR.						
Objeto contrato	Negociações mensais de venda de gásóleo, utilizado como matéria prima pela Contraparte na produção de combustíveis.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	O preço praticado pelo Emissor à Contraparte está baseado na referência de preço da gasolina A no mercado interno, garantindo a comutatividade da operação para ambas as partes.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Fornecedor de matéria prima. As vendas realizadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram aproximadamente R\$ 37,9 milhões.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras – Petrobras e suas subsidiárias	14/01/2005	0,00	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço.	Não aplicável.	14/01/2028	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Petrobras possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de natureza comercial de compra de corrente de hidrocarbonetos leves de refinaria para fornecimento à unidade da Braskem de SP.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, exceto para empresas do mesmo grupo econômico, cessão ou oferecimento de garantias dos créditos de qualquer natureza decorrentes ou oriundos do contrato, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial, alteração do quadro social ou modificação da finalidade da empresa que conflite com o objeto do contrato.						
Natureza e razão para a operação	A Petrobras é a única fornecedora nacional de hidrocarbonetos leves de refinaria, de modo que não competidores no mercado nacional. Considerando que o preço praticado pela Petrobras tem por base diversos índices de mercado restou garantida a comutatividade da operação para ambas as partes.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Comprador de matérias-primas. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás)		0,00	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço.	Não aplicável.	31/03/2023	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sulgás é uma Empresa em controle comum pela Petrobras Gás S.A. (Gaspetro), em conjunto com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a qual possui 49% do capital total da Companhia.						
Objeto contrato	A Braskem S.A. possui dois contratos com a Sulgás para o fornecimento de gás natural, celebrados em 1999 e 2003.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, protesto de título de crédito de responsabilidade de uma das partes, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	O gás natural canalizado é fornecido com base em concessão de serviços públicos do estado do Rio Grande Sul e o preço é regulamentado através de tarifa publicada pela Agência de Reguladora Estadual (AGERGS).						
	Data Transação: 1999 e 2003						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Comprador de insumos. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						
Petrocoque S.A. Indústria e Comércio	01/04/2008	0,00	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço.	Não aplicável.	25/09/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Petrocoque é uma Empresa controlada pela Petrobras S.A, a qual possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia.						
Objeto contrato	Em abril de 2008, a Polietilenos União S.A., antiga controlada da Quattor Participações S.A. (incorporada pela Braskem em 1º de dezembro de 2014) celebrou um acordo para o fornecimento de vapor com a Petrocoque S.A. Indústria e Comércio. A Companhia passou a adquirir energia térmica produzida através de vapor nos termos deste contrato em setembro de 2009. O contrato possui validade de 10 anos, com vencimento em setembro de 2019.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Os contratos poderão ser rescindidos por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, protesto de título de crédito de responsabilidade de uma das partes, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Comprador de insumos. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado****(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Todas as nossas operações com partes relacionadas são celebradas no curso normal de nossos negócios e em condições de mercado, observadas as disposições societárias da Companhia.

Conforme mencionado no item 16.1 deste Formulário de Referência, ao Conselho de Administração compete decidir sobre a celebração de contratos entre a Companhia ou qualquer controlada da Companhia de um lado, e de outro lado, qualquer de suas partes relacionadas, conforme definição constante na Política de TRP, em valores superiores a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por operação ou superiores, em conjunto, a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por exercício social.

Adicionalmente, caso um acionista ou uma Pessoa Chave da Braskem, de sua Controladora ou de suas Controladas, conforme definido no Código de Conduta, esteja em conflito de interesses numa determinada transação entre partes relacionadas, deverá informar tal situação e abster-se de participar dos processos negocial e decisório relativos à transação entre partes relacionadas. Caso deixe de manifestar seu conflito de interesses, qualquer pessoa que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia realiza transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades. A Companhia considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados com partes relacionadas atendem aos interesses da Companhia e continuará procurando assegurar que futuros contratos pactuados com quaisquer partes relacionadas atendam aos interesses da Companhia, de modo que tais contratos apresentem termos e condições tão favoráveis à Companhia como os que a Companhia poderia celebrar com quaisquer outros terceiros.

Adicionalmente, as condições pactuadas para as contratações com partes relacionadas estão em consonância com a prática de mercado, considerando as informações que a Companhia possui sobre transações entre partes independentes em termos e condições similares aos das transações inseridas no item 16.2, sendo celebradas em condições comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações com Partes Relacionadas

- Abaixo, listamos informações adicionais sobre o contrato descrito no item 16.2 do Formulário, em virtude da limitação de caracteres no campo "Natureza e razão para a operação" do sistema Empresas.Net:

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante correspondente e ao interesse de tal parte relacionada no negócio (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Petrobras Transporte S/A – Transpetro	01/11/2018	Tarifa reajustada pelo IPCA aplicada ao montante de nafta transportada.	A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço.	Não aplicável	Contrato aditado em 08/06/20 até 30/06/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Transpetro é uma subsidiária integral da Petrobras, a qual possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia.						
Objeto do contrato	Contratos de prestação de serviços logísticos relacionados ao transporte de nafta por pipelines no pólo petroquímico do Sul.						
Garantia e seguros	Não há cláusula contratual que defina as condições de garantia/seguros						
Rescisão ou extinção	Os contratos poderão ser rescindidos por (i) falência, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial, ou concordata preventiva de uma das partes, requerida, homologada ou decretada; (ii) transferência parcial ou total deste contrato a terceiros, não autorizada pela outra parte. Caso uma das partes não use o direito de rescindir o contrato nos termos da Clausula, poderá, a seu exclusivo critério, suspender a execução do mesmo até que sejam cumpridas, pela outra parte, as Cláusulas contratuais infringidas.						
Natureza e razão para a	O Terminal Almirante Soares Dutra (localizado em Osório, no Rio Grande do Sul), é um terminal portuário detido e operado pela Transpetro. A Companhia usa o Terminal Almirante Soares Dutra para operação descarregar nafta e condensado de petróleo importados ou embarcados de refinarias da Petrobras localizadas fora do estado do Rio Grande do Sul. A Companhia possui o duto operado pela Transpetro que transporta a nafta do Terminal Almirante Soares Dutra para a Refinaria Alberto Pasqualini ("REFAP"), onde o duto se interconecta com o sistema de dutos de nafta da REFAP. A nafta e o condensado de petróleo são transportados para as plantas de Químicos da Companhia através do sistema de dutos de nafta da REFAP.						
Posição contratual do emissor	Contratante de serviços.						
Especificar	Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.						

Conforme mencionado no item 16.1 deste Formulário de Referência, ao Conselho de Administração compete decidir sobre a celebração de contratos entre a Companhia ou qualquer controlada da Companhia de um lado, e de outro lado, qualquer de suas partes relacionadas, conforme definição constante na Política de TRP, em valores superiores a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por operação ou superiores, em conjunto, a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por exercício social.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Santo Antonio Energia S.A. - SAESA	26/08/2016 com início de fornecimento em 01/01/2017	R\$517 milhões	R\$ 465 milhões	Não aplicável	31/12/2029	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		A Odebrecht Energia S.A., uma controlada direta da Odebrecht Energia Investimentos S.A. (OE Investimentos), possui 38,6% do capital social da Madeira Energia S.A. (MESA), a qual possui 100% de participação na SAESA. A Braskem e a OE Investimentos estão sob controle comum da Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta da Companhia.					
Objeto do contrato		Contrato de natureza comercial de compra e venda de energia elétrica.					
Garantia e Seguros		Seguro Garantia emitido anualmente considerando 2 meses de faturamento (R\$ 7.193.347,00)					
Rescisão ou extinção		<p>Caso qualquer compradora deixe de (i) efetuar quaisquer pagamentos devidos em razão do contrato, (ii) regularizar, complementar ou reconstituir a garantia de fiel cumprimento (inclusive em caso de sua execução), ou (iii) deixe de entregar as novas procurações com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência, e a mora em questão não seja sanada em até 15 (quinze) dias da data do vencimento da obrigação em questão, o vendedor está autorizado a (i) suspender imediatamente o suprimento da energia contratada até o cumprimento da obrigação em questão; ou (ii) resolver o contrato, , sem prejuízo das penalidades previstas no contrato.</p> <p>Na hipótese de suspensão do suprimento da energia contratada, nos termos previstos acima, as compradoras autorizam o vendendor a promover a imediata suspensão do registro do contrato na CCEE e comercializar a energia contratada a terceiros ou, caso o vendendor não comercialize a energia contratada com terceiros, liquidar o respectivo montante de energia na CCEE pelo PLD. Nesta hipótese, caso o valor de venda a terceiros ou liquidação na CCEE da energia contratada seja inferior ao preço de venda, as compradoras deverão pagar ao vendendor a respectiva diferença em até 15 (quinze) dias contados da data do recebimento de notificação escrita para tal fim.</p> <p>O contrato poderá ser resolvido, a critério da parte adimplente, por meio de notificação extrajudicial ou carta protocolada, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:</p> <p>a) caso seja decretada falência, pedido de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial, dissolução ou liquidação da outra parte;</p> <p>b) na eventualidade de uma parte ter revogada de forma definitiva qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas neste contrato ou venha a ter suspensos os seus direitos e obrigações como agentes da CCEE;</p> <p>c) caso qualquer das compradoras deixe de quitar as notas fiscais de energia elétrica, nos termos do contrato, e o atraso perdurar mais de 30 (trinta) dias da data do vencimento da obrigação ou 10 (dez) dias corridas da data da notificação, o que ocorrer por último;</p> <p>d) em caso de 3 (três) descumprimentos consecutivos ou alternados, dentro do período de 12 meses, da obrigação de quitar as notas fiscais de energia elétrica, nos termos do contrato, ainda que a mora tenha sido purgada nos termos do item (c) acima;</p> <p>e) em caso, por ação ou omissão da outra parte, o registro do contrato seja cancelado pela CCEE ou qualquer outra autoridade competente;</p> <p>f) caso, por ação ou omissão da outra parte, a CCEE se recuse a considerar o contrato para contabilização e/ou liquidação no período de fornecimento restante;</p> <p>g) em caso de descumprimento, pela garantidora, do dever de reforçar e reconstituir a garantia e não remediado em 8 (oito) dias contados do recebimento da notificação para esse fim;</p> <p>h) pelo vendedor, caso a suspensão do contrato, prevista em cláusula específica</p>					

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

	<p>do mesmo, perdure por mais de 30 (trinta) dias;</p> <p>i) caso o vendedor deixe de efetuar o registro da energia contratada na CCEE nos termos do contrato, ou caso alguma das compradoras não faça a validação da energia contratada registrada na CCEE pela vendedora nos termos do contrato e nos termos dos procedimentos de comercialização, sem que seja remediado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de notificação por escrito para tal fim; e/ou</p> <p>j) em caso de descumprimento de qualquer outra obrigação contratual não sanada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de notificação por escrito para tal fim.</p> <p>A resolução do contrato não impede o exercício do direito do vendedor executar a garantia de fiel cumprimento para quitação de valores pendentes, assim como a execução da garantia de fiel cumprimento não impede o exercício de direito do vendedor resolver o contrato, nas hipóteses acima.</p> <p>A resolução deste contrato não libera as partes das obrigações devidas até a data de sua extinção e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a resolução do contrato ou que dela decorra. O registro do contrato será cancelado pela CCEE na hipótese de sua resolução, observado o disposto na convenção de comercialização e mediante envio de notificação pelo vendedor.</p> <p>Ocorrendo a resolução do contrato, a parte inadimplente obriga-se a manter a parte adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste contrato, inclusive no âmbito da CCEE, responsabilizando-se também pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de tal resolução.</p>
Natureza e razão para a operação	As condições comerciais negociadas com a SAESA refletem as condições de mercado do setor de energia elétrica referentes a um contrato de longo prazo.
Posição contratual do emissor	Comprador de energia elétrica
Especificar	Os montantes agregados das transações realizadas com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

- Abaixo apresentamos os valores agregados de transações com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais:

	Exercício Social Encerrado em:		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
	(R\$ milhões)		
Balanco Patrimonial			
Contas a Receber	4	20	45
Estoques	17	30	
Contas a Pagar	134	160	149
Transações			
Vendas de produtos	665	1.225	1.811
Compras de matérias-primas, produtos acabados, serviços e utilidades	12.584	15.540	12.796

- Abaixo apresentamos os valores agregados de transações com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais:

	Exercício Social Encerrado em:		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
	(R\$ milhões)		
Balanco Patrimonial			
Contas a Receber			8
Estoques		9	251
Contas a Pagar	12	17	22
Transações			
Vendas de produtos			27
Compras de matérias-primas, produtos acabados, serviços e utilidades	294	460	742

- No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Braskem realizou vendas de gásóleo para a Refinaria Rio Grandense que totalizaram aproximadamente R\$ 37,9 milhões.
- No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Braskem realizou vendas de gasolina para a Refinaria Rio Grandense que totalizaram aproximadamente R\$ 257 milhões.
- No dia 10 de junho de 2020, a Braskem, em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/02 comunicou que avançou na renovação dos contratos de matéria-prima com a Petrobras e assinou os contratos de fornecimento de nafta petroquímica para as unidades industriais da Braskem na Bahia e no Rio Grande do Sul. Os contratos, com prazo de cerca de 5 anos após o encerramento do contrato atual, têm por objeto o fornecimento de volume mínimo anual de 650 mil toneladas e, por opção da Petrobras, de um volume adicional máximo de até 2,8 milhões de toneladas por ano, com preço de 100% da referência internacional ARA.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

- Adicionalmente, para garantir acesso ao sistema logístico de nafta no Rio Grande do Sul, a Braskem também renovou os contratos de tancagem com a Petrobras e de movimentação e tancagem com a Petrobras Transporte S.A.

Exceto pelas informações prestadas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
16/10/2018	8.043.222.080,50		451.668.652	345.549.902	797.218.554
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	345.049.672				
Preferencial Classe B	500.230				
Tipo de capital	Capital Subscrito				
16/10/2018	8.043.222.080,50		451.668.652	345.549.902	797.218.554
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	345.049.672				
Preferencial Classe B	500.230				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
16/10/2018	8.043.222.080,50		451.668.652	345.549.902	797.218.554
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	345.049.672				
Preferencial Classe B	500.230				

Tipo de capital		Capital Autorizado			
25/02/2010	0,00		535.661.731	617.276.239	1.152.937.970
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	616.682.421				
Preferencial Classe B	593.818				

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não houve aumento no capital social da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou desdobramento, grupamentos e bonificações de ações nos últimos três exercícios sociais.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social nos últimos três exercícios sociais.

17.5 - Outras Informações Relevantes

As ações preferenciais classe "B" podem ser convertidas em ações preferenciais classe "A", a qualquer tempo, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe "B" para cada ação preferencial classe "A", mediante simples solicitação por escrito à Companhia, desde que esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial que viabilizou a emissão e integralização destas ações com recursos de incentivos fiscais.

Em 2018, foram convertidas 78.100 ações preferenciais classe "B" em 39.050 ações preferenciais classe "A".

Em 2017, foram convertidas 15.288 ações preferenciais classe "B" em 7.644 ações preferenciais classe "A".

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Os acionistas da Companhia terão direito de receber um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, apurado ao final de cada exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social, observadas as preferências a seguir descritas. As ações ordinárias somente terão direito a dividendo se, após o pagamento do dividendo mínimo para os titulares das ações preferenciais, houver sobras. Neste caso, será assegurado aos titulares de ações ordinárias o dividendo de 6% sobre o valor unitário das respectivas ações ordinárias (obtido mediante a divisão do valor do capital social pelo total de ações em circulação). Caso haja sobras após o pagamento dos dividendos das ações preferenciais e os dividendos das ações ordinárias, os titulares das ações preferenciais classe A concorrerão em igualdade de condições com os titulares das ações ordinárias na distribuição do lucro remanescente.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações calculado com base no valor patrimonial, nos termos do art. 45 da LSA, após a prioridade das ações preferenciais classe A e B, conforme disposto no art. 9, "e" do ES. De acordo com a LSA, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) Cisão da Companhia (situação específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (ii) Redução do dividendo mínimo obrigatório; (ii) Mudança do objeto social; (iii) Fusão ou incorporação em outra sociedade (situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (iv) Participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na LSA, exceto no caso de nossas ações possuírem dispersão e liquidez, conforme especificado a seguir); e (v) Incorporação de ações envolvendo a Companhia nos termos do art. 252 da LSA.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Há restrições à circulação de ações da Companhia pactuadas sob acordos de acionistas da Companhia, conforme item 15.5.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de votar nas assembleias gerais; e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Consoante os termos pactuados com relação às Medium-Term Notes em dólares, descritas no item 18.5, o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Companhia fica limitado a duas vezes o valor dos dividendos mínimos concedidos aos acionistas preferenciais de acordo com o estatuto da Companhia.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	100,000000

18.1 - Direitos Das Ações

Direito a dividendos	Os acionistas titulares de ações preferenciais classes A terão prioridade na distribuição, em igualdade de condições, a cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor correspondente a 6% do valor unitário de suas ações, obtido mediante a divisão do valor do capital social pelo total de ações em circulação. Qualquer valor que seja pago a título de referido dividendo mínimo será descontado do valor de dividendo obrigatório. Após o pagamento dos dividendos das ações preferenciais e os dividendos das ações ordinárias, caso haja sobras, os titulares das ações preferenciais classe A concorrerão em igualdade de condições com os titulares das ações ordinárias na distribuição do lucro remanescente.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	(i) Eleição em separado de 1 membro do Conselho Fiscal e um membro do Conselho de Administração, respeitados as limitações da Lei das Sociedades por Ações; (ii) nos casos do artigo 136, parágrafo 1º e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, considerando a dispensa do artigo 4º, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia; (iii) pedido de novo avaliador nos termos do artigo 4º A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 23 e seguintes da ICVM 361.
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	A conversão de ações preferenciais classe A em ações ordinárias poderá ser autorizada pela Assembleia Geral, mediante deliberação da maioria do capital votante da Companhia, devendo, entretanto fixar: (i) o montante das ações a serem convertidas; (ii) a relação de troca a ser aplicada na conversão; e (iii) o momento em que se dará a conversão de ações.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Após a prioridade das ações preferenciais classe A e B, conforme disposto no art. 9, “e” do ES, qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações calculado com base no valor patrimonial, nos termos do art. 45 da LSA por Ações. De acordo com a LSA, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) Cisão da Companhia (situação específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (ii) Redução do dividendo mínimo obrigatório; (iii) Mudança do objeto social; (iv) Fusão ou incorporação em outra sociedade (situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (v) Participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na LSA, exceto no caso de nossas ações possuírem dispersão e liquidez, conforme especificado a seguir); e (vi) Incorporação de ações envolvendo a Companhia nos termos do art. 252 da LSA
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Há restrições à circulação de ações da Companhia pactuadas sob acordos de acionistas da Companhia, conforme item 15.5.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Excetuada a hipótese em que houver emissão de ações ordinárias, ou ainda de outros valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias, poderá ser excluído, pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme o caso, o direito de preferência em quaisquer emissões de ações, debêntures e bônus de subscrição ou outros valores mobiliários, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme previsto na lei.
Outras características relevantes	Somente as ações ordinárias e preferenciais classe A participarão na distribuição, pela Companhia, de ações resultantes de incorporação de reservas ao capital social.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B
Tag along	100,000000

18.1 - Direitos Das Ações

Direito a dividendos	Os acionistas titulares de ações preferenciais classe B terão prioridade na distribuição, em igualdade de condições, a cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor correspondente a 6% do valor unitário de suas ações, obtido mediante a divisão do valor do capital social pelo total de ações em circulação. Qualquer valor que seja pago a título de referido dividendo mínimo será descontado do valor de dividendo obrigatório. Após o pagamento dos dividendos das ações preferenciais e os dividendos das ações ordinárias, caso haja sobras, os titulares das ações preferenciais classe A concorrerão em igualdade de condições com os titulares das ações ordinárias na distribuição do lucro remanescente. Os titulares das ações preferenciais classe B não participarão da distribuição de referidos lucros remanescentes.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	(i) Eleição em separado de 1 membro do Conselho Fiscal e um membro do Conselho de Administração, respeitados as limitações da Lei das Sociedades por Ações; (ii) nos casos do artigo 136, parágrafo 1º e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, considerando a dispensa do artigo 4º, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia; (iii) pedido de novo avaliador nos termos do artigo 4º A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 23 e seguintes da ICVM 361.
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As ações preferenciais classe B, uma vez esgotado o prazo de restrição à transferência previsto na legislação especial (Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974), poderão a qualquer tempo ser convertidas em ações preferenciais classe A, mediante solicitação por escrito à Companhia, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe B para uma ação preferencial classe A.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Após a prioridade das ações preferenciais classe A e B, conforme disposto no art. 9, "e" do ES, qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações calculado com base no valor patrimonial, nos termos do art. 45 da LSA. De acordo com a LSA, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) Cisão da Companhia (situação específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (ii) Redução do dividendo mínimo obrigatório; (ii) Mudança do objeto social; (iii) Fusão ou incorporação em outra sociedade (situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (iv) Participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na LSA, exceto no caso de nossas ações possuírem dispersão e liquidez, conforme especificado a seguir); e (v) Incorporação de ações envolvendo a Companhia nos termos do art. 252 da LSA.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O parágrafo único do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia estabelece que as ações preferenciais classe B integralizadas com recursos provenientes do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, criado pelo Decreto-Lei no 1.376, de 12 de dezembro de 1974, são intransferíveis pelo prazo de quatro anos a partir da data em que forem permutadas por aquele Fundo com investidores, de acordo com o artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74, ressalvada a hipótese de sua permuta com as pessoas físicas a que se refere o parágrafo único do artigo 3º do referido Decreto-Lei. Ademais, há restrições à circulação de ações da Companhia pactuadas sob acordos de acionistas da Companhia, conforme item 15.5.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Excetuada a hipótese em que houver emissão de ações ordinárias, ou ainda de outros valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias, poderá ser excluído, pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme o caso, o direito de preferência em quaisquer emissões de ações, debêntures e bônus de subscrição ou outros valores mobiliários, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme previsto na lei.
Outras características relevantes	Somente as ações ordinárias e preferenciais classe A participarão na distribuição, pela Companhia, de ações resultantes de incorporação de reservas ao capital social.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de

Direito de Venda Conjunta:

Caso o(s) controlador(es) da Companhia venha(m) a alienar o controle da Companhia a qualquer tempo, o(s) referido(s) alienante(s) fica(m) obrigado(s) a inserir no instrumento que regule a referida alienação uma obrigação do(s) adquirente(s) de, no prazo, de 30 (trinta) dias contados da formalização da transferência das ações representativas do controle junto à instituição financeira responsável pela custódia das ações da Companhia, formular oferta pública de compra de todas as ações de emissão da Companhia, independentemente do tipo ou classe, pelo mesmo preço por ação pago ao(s) alienante(s).

Nos casos referidos acima, entende-se por transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações representativas do controle da Companhia, isoladamente ou em conjunto com terceiros, a qualquer sociedade que não:

(a) seja controladora, direta ou indireta, da alienante; (b) seja controlada diretamente ou através de participação em bloco de controle, pelas controladoras da alienante; ou (c) seja controlada, direta ou indiretamente, pela alienante.

Não caracteriza transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações da Companhia entre acionistas integrantes do bloco de controle e/ou signatários de acordos de acionistas da Companhia regulando o exercício de direitos políticos associados às ações integrantes do bloco de controle.

Não se aplica, este direito de venda conjunta, caso a transferência do controle da Companhia ocorra: (a) em função de decisão ou ato judicial, tal como penhora ou adjudicação em execução; ou (b) em função de decisão final dos órgãos reguladores, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, obrigando o(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia a desfazer(em)-se de parte ou da totalidade das ações da Companhia por ele(s) detidas.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Exceto pelo previsto no item 18.1 (em relação aos direitos políticos das ações preferenciais), no item 18.2 (em relação às disposições estatutárias que versam sobre direitos políticos dos acionistas) e os termos e condições do Acordo de Acionistas da Companhia, não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.282.913.723	55,63	44,38	R\$ por Unidade	50,67
30/06/2019	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.580.569.086	50,96	31,32	R\$ por Unidade	40,76
30/09/2019	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.184.513.840	36,81	25,09	R\$ por Unidade	31,21
31/12/2019	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.537.422.840	31,77	27,34	R\$ por Unidade	28,92
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.726.316	55,01	43,91	R\$ por Unidade	50,24
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.244.295	51,60	31,74	R\$ por Unidade	40,33
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.802.392	37,00	25,12	R\$ por Unidade	32,04
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.306.185	33,00	28,42	R\$ por Unidade	29,81
30/06/2019	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	49,18	0,00	R\$ por Unidade	49,18
30/09/2019	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	36.049	24,39	22,26	R\$ por Unidade	23,80
31/12/2019	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	67.849	24,99	22,50	R\$ por Unidade	23,53
31/03/2019	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	44.868	49,18	46,84	R\$ por Unidade	48,39

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.079.372.476	52,30	43,49	R\$ por Unidade	47,21
30/06/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.758.014.602	51,22	41,12	R\$ por Unidade	46,59
30/09/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.215.118.223	61,66	49,38	R\$ por Unidade	56,08
31/12/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.722.222.103	56,80	46,40	R\$ por Unidade	52,32
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.784.283	51,79	43,53	R\$ por Unidade	48,68
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.864.412	49,34	41,15	R\$ por Unidade	46,96

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.437.443	59,00	47,15	R\$ por Unidade	55,01
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.785.270	56,89	45,51	R\$ por Unidade	51,20
31/03/2018	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	45,28	45,28	R\$ por Unidade	45,28
30/06/2018	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	66.304	45,28	40,00	R\$ por Unidade	42,50
30/09/2018	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	39.749	48,00	41,01	R\$ por Unidade	44,00
31/12/2018	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	37.103	48,00	46,01	R\$ por Unidade	47,99

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	56.282	45,28	49,31	R\$ por Unidade	48,62
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.992	49,31	49,34	R\$ por Unidade	49,33
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	49,34	49,34	R\$ por Unidade	49,34
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNB	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.000	49,34	49,34	R\$ por Unidade	49,34
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.208.109	40,14	48,55	R\$ por Unidade	43,47
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.008.958	27,07	41,82	R\$ por Unidade	34,01
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.233.110	24,83	28,13	R\$ por Unidade	27,26
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.272.658	26,84	30,32	R\$ por Unidade	28,54
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.449.441.320	39,82	49,63	R\$ por Unidade	43,50
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.441.882.103	31,28	41,89	R\$ por Unidade	36,08
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.517.579.410	28,92	32,44	R\$ por Unidade	30,85
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.681.658.924	28,33	33,95	R\$ por Unidade	30,85

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência não há outros valores mobiliários emitidos pela Companhia que nao sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência não há outros valores mobiliários emitidos pela Companhia que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações ordinárias, preferenciais classe A e preferenciais classe B da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BRKM3, BRKM5 e BRKM6, respectivamente.

Não haverá negociação das *Medium–Term Notes* em qualquer mercado brasileiro, exceto se, nos termos da legislação brasileira e demais normas reguladoras aplicáveis, tais ofertas ou vendas ocorrerem em circunstâncias que não configurem oferta ou distribuição pública.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Descrição do Banco Depositário	Descrição da Instituição Custodiante		
Ações preferenciais classe A, representadas por ADS	Ações preferenciais classe A, representadas por ADS	Estados Unidos	Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE) sob o código "BAK" .
Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE)	21/12/1998	27/09/2004	34.490000%
Sim: Nível II		Sim: 1:2	
Sim: The Bank of New York Mellon Corporation – BNYMellon		Sim: Banco Itaú S.A.	
Ações preferenciais classe A negociadas no LATIBEX	Ações preferenciais classe A negociadas no LATIBEX	Espanha	LATIBEX - Mercado de Valores Latinoamericanos, sob o código "XBRK".
Bolsa de Valores de Madri	08/10/2003	08/10/2003	0.120000%
Não		Sim: 1:1	
Não		Sim: Sociedad de Gestión de los Sistemas de Registro, Compensación y Liquidación de Valores - Iberclear	
Fixed-rate Notes com vencimento em maio de 2022	Fixed-rate Notes com vencimento em maio de 2022	Cingapura	Global
Singapore Exchange Securities Trading Limited	02/05/2012	02/05/2012	0.000000%
Não		Não	
Sim: The Depository Trust Company		Sim: The Bank of New York Mellon	
Fixed-rate Notes com vencimento em janeiro de 2023	Fixed-rate Notes com vencimento em janeiro de 2023	Cingapura	Global
Singapore Exchange Securities Trading Limited	10/10/2017	10/10/2017	0.000000%
Não		Não	
Sim: The Depository Trust Company		Sim: The Bank of New York Mellon	
Fixed-rate Notes com vencimento em fevereiro de 2024	Fixed-rate Notes com vencimento em fevereiro de 2024	Cingapura	Global
Singapore Exchange Securities Trading Limited	03/02/2014	03/02/2014	0.000000%
Não		Não	
Sim: The Depository Trust Company		Sim: The Bank of New York Mellon	

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Descrição do Banco Depositário	Descrição da Instituição Custodiante		
Fixed-rate Notes com vencimento em janeiro de 2028	Fixed-rate Notes com vencimento em janeiro de 2028	Cingapura	Global
Singapore Exchange Securities Trading Limited	10/10/2017	10/10/2017	0.000000%
Não		Não	
Sim: The Depository Trust Company		Sim: The Bank of New York Mellon	
Fixed-rate Notes com vencimento em julho de 2041	Fixed-rate Notes com vencimento em julho de 2041	Cingapura	Global
Singapore Exchange Securities Trading Limited	22/07/2011	22/07/2011	0.000000%
Não		Não	
Sim: The Depository Trust Company		Sim: The Bank of New York Mellon	
Fixed-rate Notes Perpétuos	Fixed-rate Notes Perpétuos	Cingapura	Global
Singapore Exchange Securities Trading Limited	04/10/2010	04/10/2010	0.000000%
Não		Não	
Sim: The Depository Trust Company		Sim: The Bank of New York Mellon	
Fixed-rate Notes com vencimento em janeiro de 2030	Fixed-rate Notes com vencimento em janeiro de 2030	Cingapura	Global
Singapore Exchange Securities Trading Limited	31/10/2019	31/10/2019	0.000000%
Não		Não	
Sim: The Depository Trust Company		Sim: The Bank of New York Mellon	
Fixed-rate Notes com vencimento em janeiro de 2050	Fixed-rate Notes com vencimento em janeiro de 2050	Cingapura	Global
Singapore Exchange Securities Trading Limited	31/10/2019	31/10/2019	0.000000%
Não		Não	
Sim: The Depository Trust Company		Sim: The Bank of New York Mellon	

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os títulos emitidos no exterior estão descritos no item 18.12.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Emissão do Bond 2023 USN15516AA01 e do Bond 2028 USN15516AB83

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 4 de outubro de 2017, foi aprovada a realização de uma oferta pública de distribuição de títulos de renda fixa no mercado de capitais internacional, por subsidiária da Companhia, com garantia da Companhia, totalizando USD 1.250 milhões. Para mais informações dessa emissão, vide item 18.12 abaixo.

Emissão do Bond 2030 USN15516AD40 e do Bond 2050 USN15516AD40

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 21 de outubro de 2019, foi aprovada a realização de uma oferta pública de distribuição de títulos de renda fixa no mercado de capitais internacional, por subsidiária da Companhia, com garantia da Companhia, totalizando USD 2.250 milhões. Para mais informações dessa emissão, vide item 18.12 abaixo.

Emissão de Notas Comerciais em 10 séries BRBRKMNPM005, BRBRKMNPM013, BRBRKMNPM021, BRBRKMNPM039, BRBRKMNPM047, BRBRKMNPM054, BRBRKMNPM062, BRBRKMNPM070, BRBRKMNPM088 e BRBRKMNPM096

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de outubro de 2019, foi aprovada a realização de uma oferta pública de distribuição de títulos de Notas Comerciais no mercado de capitais local, pela Braskem S.A., totalizando BRL 550 milhões. Para mais informações dessa emissão, vide item 18.12 abaixo.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados por meio da emissão do Bond 2023 USN15516AA01 e do Bond 2028 USN15516AB83 foram destinados para pré-pagamento parcial de dívidas de curto e longo prazo, financiamento de CAPEX e propósitos gerais da Companhia.

Os recursos captados por meio da emissão do Bond 2030 USN15516AD40 e do Bond 2050 USN15516AD40 foram destinados para propósitos gerais da Companhia incluindo, mas não se limitando, a reforço de caixa, bem como o Regate Antecipado (*Make Whole*) e/ou Oferta de Recompra (*Exchange Offer e/ou Tender Offer*) dos Bonds BRK'20, BRK'21, BRK'22 e/ou BRK'23.

Os recursos captados por meio da emissão das Notas Comerciais foram destinados para gestão ordinária dos negócios da Companhia, podendo incluir, mas não se limitando a, amortizações de obrigações da Companhia.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da oferta.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer desvio.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não aplicável, visto que não foram realizadas, nos últimos três exercícios sociais, quaisquer ofertas públicas de aquisição feitas, pela Companhia, relativas a ações de emissão de terceiros.

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Valor Mobiliário	BONDS
Identificação do título, indicando a jurisdição	Bond 2022 USG1315RAG68; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América
Quantidade (Unidades)	Não aplicável
Valor nominal global (Reais)	R\$ 1.937.400.000,00
Valor nominal global (Dólar)	US\$ 500.000.000,00
Data de emissão	02.05.2012
Data de vencimento	02.05.2022
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais)	R\$ 1.165.940.435,50
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Dólar)	US\$ 289.265.000,00
Restrições à circulação	Não há restrições à circulação.
Descrição da restrição	Não aplicável, visto que não há restrições à circulação.
Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor	Não há conversibilidade
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável, visto que não há conversibilidade.
Efeitos sobre o capital social	Não aplicável, visto que não há conversibilidade.
Possibilidade de resgate	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Resgate antecipado facultativo: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Limited ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.5%.
	Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Finance Limited ou à Companhia.
	Obrigação de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições de vencimento antecipado	As condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de default, situação em que o Trustee ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de default são: são (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, a partir da data de vencimento; (ii) inadimplemento de covenants ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 60 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão.
Juros	5,375% a.a.
Garantia e, se real, descrição do bem objeto	Garantia corporativa da Companhia.
Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado	Quirografário
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à:	
Distribuição de dividendos	Não há restrições.
Alienação de determinados ativos	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de supplemental indenture a obrigação de pagar os montantes

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Contratação de novas dívidas	A Braskem Finance Limited não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título.
Emissão de novos valores mobiliários	Não há restrições.
Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de supplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos	Não aplicável
Outras características relevantes	Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2019. O valor total de emissão foi de USD 500.000.000,00.

Valor Mobiliário	BONDS
Identificação do título, indicando a jurisdição	Bond 2023 USN15516AA01; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América
Quantidade (Unidades)	Não aplicável
Valor nominal global (Reais)	R\$ 1.937.400.000,00
Valor nominal global (Dólar)	US\$ 500.000.000,00
Data de emissão	04.10.2017
Data de vencimento	10.01.2023

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais)	R\$ 833.931.676,50
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Dólar)	US\$ 206.895.000,00
Restrições à circulação	Não.
Descrição da restrição	Não aplicável.
Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor	Não.
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável.
Possibilidade de resgate	Sim.
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Resgate antecipado facultativo: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Netherlands Finance B.V. ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.5%.
	Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Netherlands Finance B.V., Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Netherlands Finance B.V. ou à Companhia.
	Obrigação de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida:	
Condições de vencimento antecipado	As condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de default, situação em que o Trustee ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de default são: (i) inadimplemento

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, não sanado em 3 dias úteis; (ii) inadimplemento de covenants ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 90 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão
Juros	3,500% a.a.
Garantia e, se real, descrição do bem objeto	Garantia corporativa da Companhia.
Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado	Quirografário
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à:	
Distribuição de dividendos	Não há restrições.
Alienação de determinados ativos	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de supplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. relevância para os negócios da companhia.
Contratação de novas dívidas	A Braskem Netherlands Finance B.V. não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título.
Emissão de novos valores mobiliários	Não há restrições.
Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de suplementar indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos	Não aplicável
Outras características relevantes	Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2019. O valor total de emissão foi de USD 500.000.000,00.

Valor Mobiliário	BONDS
Identificação do título, indicando a jurisdição	Bond 2024 US10553YAF25; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América
Quantidade (Unidades)	Não aplicável
Valor nominal global (Reais)	R\$ 2.906.100.000,00
Valor nominal global (Dólar)	US\$ 750.000.000,00
Data de emissão	03.02.2014
Data de vencimento	03.02.2024
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais)	R\$3.023.025.000,00
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Dólar)	US\$ 750.000.000,00
Restrições à circulação	Não.
Descrição da restrição	Não aplicável.
Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor	Não.
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável.
Possibilidade de resgate	Sim.
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	Resgate antecipado facultativo: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Limited ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.5%.
	Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Finance Limited ou à Companhia.
	Obrigação de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão
Características dos valores mobiliários de dívida:	
Condições de vencimento antecipado	As condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de default, situação em que o Trustee ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de Default são: (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, a partir da data de vencimento; (ii) inadimplemento de covenants ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 90 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão
Juros	6,450% a.a.
Garantia e, se real, descrição do bem objeto	Garantia corporativa da Companhia.
Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado	Quirografário
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos	Não há restrições
Alienação de determinados ativos	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assumam expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as obrigações previstas na respectiva Indenture e nos títulos, conforme aplicável; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assumam por meio de supplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
contratação de novas dívidas	A Braskem Finance Limited não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título;
Emissão de novos valores mobiliários	Não há restrições
realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assumam expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as obrigações previstas na respectiva Indenture e nos títulos, conforme aplicável; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assumam por meio de supplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos	Não aplicável
Outras características relevantes	Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2019. O valor total de emissão foi de USD 750.000.000,00.

Valor Mobiliário	BONDS
Identificação do título, indicando a jurisdição	Bond 2028 USN15516AB83; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América
Quantidade (Unidades)	Não aplicável
Valor nominal global (Reais)	R\$ 4.843.500.000,00
Valor nominal global (Dólar)	US\$ 1.250.000.000,00
Data de emissão	04.10.2017
Data de vencimento	10.01.2028
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais)	R\$ 5.038.375.000,00
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Dólar)	US\$ 1.250.000.000,00
Restrições à circulação	Não.
Descrição da restrição	Não aplicável.
Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações de emissor	Não.
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável.
Possibilidade de resgate	Sim.
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Netherlands Finance B.V. ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.5%.
	Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited,

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

	Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Netherlands Finance ou à Companhia.
	Obrigação de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições de vencimento antecipado	As condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de default, situação em que o Trustee ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de default são: (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, não sanado em 3 dias úteis; (ii) inadimplemento de covenants ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 90 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensão ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão;
Juros	4,500% a.a.
Garantia e, se real, descrição do bem objeto	Garantia corporativa da Companhia.
Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado	Quirografário

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à:	
Distribuição de dividendos	Não há restrições
Alienação de determinados ativos	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de supplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Contratação de novas dívidas	A Braskem Netherlands Finance B.V. não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título;
Emissão de novos valores mobiliários	Não há restrições
Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de supplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos	Não aplicável
Outras características relevantes	Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2019. O valor total de emissão foi de USD 1.250.000.000,00.

Valor Mobiliário	BONDS
Identificação do título, indicando a jurisdição	Bond 2030 USN15516AD40; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América
Quantidade (Unidades)	Não aplicável
Valor nominal global (Reais)	R\$ 6.006.150.000,00
Valor nominal global (Dólar)	US\$ 1.500.000.000,00
Data de emissão	01.11.2019
Data de vencimento	31.01.2030
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais)	R\$ 6.046.050.000,00
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Dólar)	US\$ 1.500.000.000,00
Restrições à circulação	Não.
Descrição da restrição	Não aplicável.
Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações de emissor	Não.
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável.
Possibilidade de resgate	Sim.
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Netherlands Finance B.V. ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.5%.
	Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Netherlands Finance ou à Companhia.
	Obrigações de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições de vencimento antecipado	As condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de default, situação em que o Trustee ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de default são: (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, não sanado em 3 dias úteis; (ii) inadimplemento de covenants ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 90 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão;
Juros	4,500% a.a.
Garantia e, se real, descrição do bem objeto	Garantia corporativa da Companhia.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado	Quirografário
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à:	
Distribuição de dividendos	Não há restrições
Alienação de determinados ativos	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de supplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Contratação de novas dívidas	A Braskem Netherlands Finance B.V. não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título;
Emissão de novos valores mobiliários	Não há restrições
Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	supplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos	Não aplicável
Outras características relevantes	Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2019. O valor total de emissão foi de USD 1.500.000.000,00.

Valor Mobiliário	BONDS
Identificação do título, indicando a jurisdição	Bond 2041 USU1065PAA94; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América
Quantidade (Unidades)	Não aplicável
Valor nominal global (Reais)	R\$ 1.287.650.000,00
Valor nominal global (Dólar)	US\$ 750.000.000,00
Data de emissão	22.07.2011
Data de vencimento	22.07.2041
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais)	R\$ 3.117.557.510,94
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Dólar)	US\$ 750.000.000,00
Restrições à circulação	Não.
Descrição da restrição	Não aplicável.
Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações de emissor	Não.
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável.
Possibilidade de resgate	Sim.
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Resgate antecipado facultativo antes de 22 de Janeiro de 2041: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Limited ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.5%.
	Resgate antecipado facultativo em 22 de Janeiro de 2041 e depois. Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Limited ou Companhia por meio do pagamento de 100% do principal acrescidos de juros acumulados e não pagos líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis.
	Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Finance Limited ou à Companhia.
	Obrigação de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão
Características dos valores mobiliários de dívida:	
Condições de vencimento antecipado	As condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de default, situação em que o Trustee ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de default são: (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, a partir da data de vencimento; (ii) inadimplemento de covenants ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 90 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv)

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão
Juros	7,125% a.a.
Garantia e, se real, descrição do bem objeto	Garantia corporativa da Companhia.
Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado	Quirografário
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à:	
Distribuição de dividendos	Não há restrições
Alienação de determinados ativos	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de suplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Contratação de novas dívidas	A Braskem America Finance Company não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título;
Emissão de novos valores mobiliários	Não há restrições
Realização de operações societárias	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE,

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de supplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos	Não aplicável
Outras características relevantes	Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2019. O valor total de emissão foi de USD 750.000.000,00.

Valor Mobiliário	BONDS
Identificação do título, indicando a jurisdição	Bond 2050 USN15516AD40; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América
Quantidade (Unidades)	Não aplicável
Valor nominal global (Reais)	R\$ 3.003.075.000,00
Valor nominal global (Dólar)	US\$ 750.000.000,00
Data de emissão	01.11.2019
Data de vencimento	31.01.2050
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais)	R\$ 3.052.132.112,25
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Dólar)	US\$ 750.000.000,00
Restrições à circulação	Não.
Descrição da restrição	Não aplicável.
Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações de emissor	Não.

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável.
Possibilidade de resgate	Sim.
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Netherlands Finance B.V. ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.5%.
	Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Netherlands Finance ou à Companhia.
	Obrigação de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições de vencimento antecipado	As condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de default, situação em que o Trustee ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de default são: (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, não sanado em 3 dias úteis; (ii) inadimplemento de covenants ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 90 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.

Versão: 1

	parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensão ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão;
Juros	5,875% a.a.
Garantia e, se real, descrição do bem objeto	Garantia corporativa da Companhia.
Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado	Quirografário
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à:	
Distribuição de dividendos	Não há restrições
Alienação de determinados ativos	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de suplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Contratação de novas dívidas	A Braskem Netherlands Finance B.V. não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título;
Emissão de novos valores mobiliários	Não há restrições
Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assumam expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assumam por meio de suplementar indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos	Não aplicável
Outras características relevantes	Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2019. O valor total de emissão foi de USD 750.000.000,00.

Valor Mobiliário	BONDS
	Bond Perpétuo
Identificação do título, indicando a jurisdição	USG1315RAC54; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América
Quantidade (Unidades)	Não aplicável
Valor nominal global (Reais)	R\$2.712.360.000,00
Valor nominal global (Dólar)	US\$ 700.000.000,00
Data de emissão	04.10.2010
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais)	R\$ 2.050.856.548,28
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Dólar)	US\$ 500.000.000,00
Restrições à circulação	Não.
Descrição da restrição	Não aplicável.

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor	Não.
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável, visto que não há conversibilidade.
Possibilidade de resgate	Sim.
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Resgate antecipado facultativo em 4 de outubro de 2015 ou depois. Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Limited ou Companhia por meio do pagamento de 100% do principal acrescidos de juros acumulados e não pagos líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis. No caso de resgate parcial, uma quantidade de bonds representando um principal agregado de no mínimo US\$ 100.000.000 deverá ser mantida em circulação.
	Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias. Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Finance Limited ou à Companhia.
	Obrigações de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão
Características dos valores mobiliários de dívida	
Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado	Não aplicável; título perpétuo, as condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de default, situação em que o Trustee ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de default são (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também,

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	relacionado a pagamento de principal, a partir da data de vencimento; (ii) inadimplemento de covenants ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 90 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão
Juros	7,375% a.a.
Garantia e, se real, descrição do bem objeto	Garantia corporativa da Companhia.
Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado	Quirografário
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à:	
Distribuição de dividendos	A Braskem Finance Limited não poderá distribuir dividendos enquanto os bonds estiverem em aberto.
Alienação de determinados ativos	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de suplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Contratação de novas dívidas	A Braskem Finance Limited não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; e (ii) sejam subordinadas a este título.

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

Emissão de novos valores mobiliários	Não há restrições.
Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas	A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de suplemental indenture a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um officer's certificate e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos	Não aplicável
Outras características relevantes	Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2019. O valor total de emissão foi de USD 700.000.000,00.

Valor Mobiliário	Notas Comerciais
Emissora	Braskem S.A.
Identificação do título, indicando a jurisdição	BRBRKMNP005, BRBRKMNP013, BRBRKMNP021, BRBRKMNP039, BRBRKMNP047, BRBRKMNP054, BRBRKMNP062, BRBRKMNP070, BRBRKMNP088 e BRBRKMNP096; Títulos regidos de acordo com as leis da República Federativa do Brasil
Quantidade (Unidades)	10 séries com o total de 95 cédulas
Valor nominal global (Reais)	R\$ 550.000.000,00
Data de emissão	08.11.2019
Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais)	R\$ 550.000.000,00

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

Restrições à circulação	Não.				
Descrição da restrição	Não aplicável.				
Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor	Não.				
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável, visto que não há conversibilidade.				
Possibilidade de resgate	Sim.				
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	<p>A Companhia poderá, unilateralmente, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Notas Comerciais, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais, sendo vedada sua manutenção em tesouraria, de acordo com os termos e condições previsto nas Cártulas ("Resgate Antecipado Facultativo"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas Comerciais objeto do Resgate Antecipado Facultativo será equivalente: (a) ao Valor Nominal Unitário; (b) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado; acrescido (c) se houver, dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo) devidos e não pagos até a data do referido resgate; e (d) conforme o Periodicidade do Resgate Antecipado Facultativo indicada na tabela abaixo, de prêmio, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo até a Data de Vencimento, sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, conforme tabela abaixo ("Prêmio do Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo parcial deverá ser realizado conforme os procedimentos da B3, mediante sorteio ou leilão, conforme disposto no §5º do artigo 5º da Instrução CVM 566, sendo que a Companhia será responsável por organizar o sorteio ou o leilão e deverá comunicar os titulares das Notas Comerciais acerca deste. Poderão estar presentes no sorteio ou no leilão os titulares das Notas Comerciais ou seus procuradores devidamente constituídos para este fim, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos titulares de Notas Comerciais, qualificação, apuração e validação das quantidades de Notas Comerciais a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da B3. O Resgate Antecipado Facultativo deverá ser comunicado pela Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, à B3 com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da Data de Resgate Antecipado Facultativo</p> <table> <tr> <td>Periodicidade do Resgate Antecipado Facultativo</td><td>Prêmio do Resgate Antecipado Facultativo</td></tr> <tr> <td>Da Data de Emissão (inclusive) até 366 dias contados da Data de Emissão (inclusive)</td><td>0,12% (doze centésimos por cento) ao ano</td></tr> </table>	Periodicidade do Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio do Resgate Antecipado Facultativo	Da Data de Emissão (inclusive) até 366 dias contados da Data de Emissão (inclusive)	0,12% (doze centésimos por cento) ao ano
Periodicidade do Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio do Resgate Antecipado Facultativo				
Da Data de Emissão (inclusive) até 366 dias contados da Data de Emissão (inclusive)	0,12% (doze centésimos por cento) ao ano				

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	<p>366 dias contados da Data de Emissão (exclusive) até 731 dias contados da Data de Emissão (inclusive) 0,11% (onze centésimos por cento) ao ano</p> <p>731 dias contados da Data de Emissão (exclusive) até 1.096 dias contados da Data de Emissão (inclusive) 0,11% (onze centésimos por cento) ao ano</p> <p>1.096 dias contados da Data de Emissão (exclusive) até 1.461 dias contados da Data de Emissão (inclusive) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano</p> <p>1.461 dias contados da Data de Emissão (exclusive) até a Data de Vencimento (exclusive) 0,09% (nove centésimos por cento) ao ano</p>
	<p>Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias. Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Finance Limited ou à Companhia.</p>
	<p>Resgate Antecipado Compulsório: A Companhia deverá realizar o resgate antecipado compulsório da totalidade das Notas Comerciais, de acordo com os termos e condições previstos nas Cártyulas, mediante a ocorrência de qualquer dos seguintes eventos: (i) declaração judicial de nulidade, invalidade, inexecutabilidade ou ineficácia total da Cártyula e das Notas Comerciais; (ii) Mudança do Controle Acionário (conforme vier a ser definido na Cártyula) direto ou indireto da Companhia para qualquer terceiro individual que não seja, ou grupo de terceiros que não contenha: (1) a Odebrecht S.A., sob CNPJ/ME nº 05.144.757/0001-72, ou qualquer de suas afiliadas, e/ou (2) a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sob CNPJ/ME nº 33.000.167/0001-01, ou qualquer de suas afiliadas (em conjunto, "Acionistas Autorizados"), e que referida Mudança do Controle Acionário (conforme vier a ser definido na Cártyula) venha acarretar na Redução de Rating (conforme vier a ser definido na Cártyula), conforme avaliado por pelo menos duas Agências de Rating Aplicáveis (conforme vier a ser definido na Cártyula); e (iii) se a Companhia sofrer qualquer operação de</p>

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A.
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Versão: 1

	<p>cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações), ou qualquer tipo de reorganização societária que acarrete uma Mudança do Controle Acionário (conforme vier a ser definido na Cártula), e que referida operação venha a acarretar na Redução de Rating (conforme vier a ser definido na Cártula), conforme avaliado por pelo menos duas Agências de Rating Aplicáveis (conforme vier a ser definido na Cártula) ("Resgate Antecipado Compulsório", e, em conjunto com Resgate Antecipado Facultativo, "Resgate Antecipado"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas Comerciais objeto do Resgate Antecipado Compulsório será equivalente: (a) ao Valor Nominal Unitário; (b) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado; acrescido (c) se houver, dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo) devidos e não pagos até a data do referido resgate. O Resgate Antecipado Compulsório deverá ser comunicado pela Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, à B3 com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da Data de Resgate Antecipado Compulsório.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	Notas Comerciais de acordo com instrução CVM 566
Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado	Vencimento da última série em 08.11.2024; As Notas Comerciais poderão ser antecipadamente vencidas na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, observados os termos e condições estabelecidos na Cártula
Juros	CDI + 0,85%
Garantia e, se real, descrição do bem objeto	N/A.
Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado	Quirografário
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à:	
Distribuição de dividendos	N/A.
Alienação de determinados ativos	<p>Caso a Emissora realize transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de todos ou substancialmente todos os seus ativos operacionais para entidades que não sejam de seu grupo econômico, exceto se (i) a entidade que receber os referidos ativos assuma todas as obrigações da Emissora no âmbito da Oferta, inclusive eventuais tributos adicionais; (ii) imediatamente após a transferência não ocorra nenhum Evento de Vencimento Antecipado; (iii) a Emissora enviar ao Agente Fiduciário uma opinião legal atestando que tal transferência não gera descumprimento de quaisquer de suas obrigações no âmbito da Oferta; e (iv) tal transferência não afetar a capacidade financeira da Emissora ou da referida entidade em cumprir suas obrigações decorrentes da Emissão;</p>
Contratação de novas dívidas	N/A

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Emissão de novos valores mobiliários	Não há restrições.
Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas	Se a Emissora sofrer qualquer operação de cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações), ou qualquer tipo de reorganização societária que acarrete uma Mudança do Controle Acionário, conforme definido na Cártula, e que referida operação venha a acarretar na Redução de Rating, conforme definido na Cártula, conforme avaliado por pelo menos duas Agências de Rating Aplicáveis, terá a ocorrência de um Resgate Antecipado Compulsório

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
11/02/2015	19/02/2015 à 18/02/2016	736.180.000,00	Preferencial	Classe A	3.500.000	1,316679	80.000	11,58	R\$ por Unidade	0,030096
O Conselho de Administração da Braskem, reunido em 11 de fevereiro de 2015, aprovou novo programa de aquisição de ações preferenciais classe “A” de emissão da própria Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social. O novo programa teve início em 19 de fevereiro de 2015. A aquisição será de ações preferenciais classe “A” de emissão da Braskem para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social (“Programa de Recompra”).										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/12/2019****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

<u>Movimentação</u>	<u>Quantidade (Unidades)</u>	<u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u>
Quantidade Inicial	1.234.758	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.234.758	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2018**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

<u>Movimentação</u>	<u>Quantidade (Unidades)</u>	<u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u>
Quantidade Inicial	1.234.758	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.234.758	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2017**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

<u>Movimentação</u>	<u>Quantidade (Unidades)</u>	<u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u>
Quantidade Inicial	1.234.758	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	1.234.758
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria**19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria**

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes relativas aos planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria estão dispostas nos itens 19.1 e 19.2.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação

13/06/2019

Órgão responsável pela aprovação

Conselho de Administração

Cargo e/ou função

(i) Acionistas Controladores (o Acionista ou grupo de Acionistas que efetivamente dirija as atividades sociais e oriente o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida);

(ii) Administradores (Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia);

(iii) Membros do Conselho Fiscal da Companhia;

(iv) Membros de Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas criados por disposição estatutária (os órgãos da Companhia criados por seu estatuto, com funções técnicas ou destinados a aconselhar os seus administradores);

(v) Membros e participantes de Comitês e outras pessoas indicadas pelo mesmo, a seu exclusivo critério; e

(vi) Quaisquer Integrantes que, em virtude de seu cargo, função ou posição, tenham ou possam vir a ter Informações Privilegiadas da Companhia ou suas Controladas.

Principais características e locais de consulta

Os dados aqui apresentados são de natureza meramente informativa e não devem ser utilizados para fins de investimento ou para a emissão de qualquer recomendação de compra ou venda de valores mobiliários. A Companhia não se responsabiliza por danos de qualquer natureza decorrentes do uso das informações aqui divulgadas. As informações aqui divulgadas são de caráter reservado e não devem ser divulgadas a terceiros sem a autorização expressa da Companhia. A Companhia não se responsabiliza por danos de qualquer natureza decorrentes do uso das informações aqui divulgadas. As informações aqui divulgadas são de caráter reservado e não devem ser divulgadas a terceiros sem a autorização expressa da Companhia.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Nos termos da Política de Divulgação e Negociação, a Companhia e todas suas controladas no Brasil e no exterior, bem como seus respectivos Integrantes (conforme definição constante na referida Política) e Pessoas Vinculadas não podem negociar com Valores Mobiliários de emissão da Companhia, independentemente de determinação do Diretor de Relações com Investidores ou do Comitê de Divulgação e Negociação, nas seguintes hipóteses:

- sempre que estiver pendente de divulgação qualquer Fato Relevante de que tenham conhecimento;
- no período de 15 dias corridos que anteceder à divulgação das informações financeiras trimestrais (ITR) e anuais (DFP) e no próprio dia da divulgação, antes que tais informações tornem-se públicas, conforme comunicação a ser encaminhada pelo Diretor de Relações com Investidores, sendo certo que a contagem do período de 15 dias deve ser realizada excluindo-se o dia da efetiva divulgação;
- a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção de realizar incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou fusão envolvendo a Companhia; e
- exclusivamente em relação ao Acionista Controlador, diretores e membros do Conselho de Administração, enquanto estiver em curso aquisição ou alienação de Ações pela própria Companhia, suas Controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

Os procedimentos de fiscalização previstos na Política de Divulgação e Negociação estão descritos no item 20.2 deste Formulário de Referência, em razão do limite de caracteres disponível para preenchimento no Sistema Empresas.NET.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras Informações Relevantes

Em complemento ao disposto no item 20.1 deste Formulário de Referência, abaixo estão descritas as principais características da Política de Divulgação e Negociação, os procedimentos de fiscalização previstos na referida Política e demais disposições específicas que estabelecem as regras para negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

Para fins da Política de Divulgação e Negociação, "Valores Mobiliários" da Companhia abrange quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos e direitos de subscrição, notas promissórias, opções de compra ou de venda, índices, recibos (incluindo aqueles emitidos fora do Brasil com lastro em ações) e derivativos de qualquer espécie ou, ainda, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo que, por previsão legal, seja considerado valor mobiliário.

1. Vedações à Negociação

As Pessoas Vinculadas não podem se valer de Informações Privilegiadas (conforme definição constante na Política de Divulgação e Negociação e prevista no item 21.1 deste Formulário de Referência) com a finalidade de obter, direta ou indiretamente, para si ou para Terceiros, quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive por meio de negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

Anteriormente à divulgação ao público de Fato Relevante nos termos da Política de Divulgação e Negociação, é vedada a negociação com Valores Mobiliários de emissão da Companhia por parte Companhia, das Pessoas Vinculadas, ou por quem quer que, em virtude de cargo ou função na Companhia, no seu Acionista Controlador, suas Controladas ou em Coligadas, ou ainda em razão de relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia tenha conhecimento de tal informação.

As vedações à negociação com Valores Mobiliários de emissão da Companhia previstas nesta Política aplicam-se também às operações de aluguel de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

2. Períodos de Vedação

A restrição prevista na hipótese descrita no subitem (d) do item 20.1 deste Formulário de Referência vigora apenas nos dias em que a recompra estiver sendo, efetivamente, executada pela Companhia, desde que: (i) sejam estabelecidos os dias da semana em que a Companhia negociar no mercado; e (ii) o Diretor de Relações com Investidores comunique às Pessoas Vinculadas tais datas.

Adicionalmente, a Companhia, o ofertante, os coordenadores e demais pessoas envolvidas em uma oferta pública de Valores Mobiliários da Companhia, não podem negociar com os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, independentemente de determinação do Diretor de Relações com Investidores ou do Comitê de Divulgação e Negociação, até a divulgação de anúncio de encerramento da respectiva oferta, observadas as exceções previstas na Instrução CVM nº 400/03 e CVM nº 416/09.

Sem prejuízo das vedações à negociação previstas no item 20.1 deste Formulário de Referência, o Diretor de Relações com Investidores pode estabelecer outros períodos de vedação à negociação com Valores Mobiliários de emissão da Companhia pela detenção de Informações Privilegiadas.

20.2 - Outras Informações Relevantes

O Diretor de Relações com Investidores não tem a obrigação de justificar a decisão de estabelecer eventual vedação extraordinária à negociação, e a informação sobre sua existência deve ser tratada confidencialmente pelos destinatários.

A área de Relações com Investidores é responsável pelo monitoramento das movimentações das negociações nos períodos de vedação à negociação. Caso seja identificada movimentação de ações em período de vedação, em violação à regulamentação aplicável ou à Política de Divulgação e Negociação, o Diretor de Relações com Investidores deve comunicar a área de Conformidade da Companhia, para adoção de medidas cabíveis.

3. Exceções às Vedações à Negociação

As restrições contidas na Política de Divulgação e Negociação não se aplicam às negociações realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as Pessoas Vinculadas e os Integrantes, desde que:

- (a) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e
- (b) as decisões de negociação tomadas pelo administrador ou gestor de carteira do fundo de investimento não sejam influenciadas pelos cotistas.

As restrições previstas para os períodos de vedação não se aplicam:

- (i) à aquisição de Ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de Ações aprovado em assembleia geral; ou
- (ii) quando se tratar de outorga de Ações a Administradores, empregados ou prestadores de serviços como parte de remuneração previamente aprovada em assembleia geral.

4. Negociações pela Própria Companhia

As vedações à negociação estabelecidas na Política de Divulgação e Negociação abrangem, também, as negociações realizadas pela própria Companhia com seus Valores Mobiliários, no que for aplicável.

A aprovação da negociação pela Companhia com Ações, ou com derivativos nelas referenciados, observado o disposto na Instrução CVM nº 567/15, cabe ao Conselho de Administração, mas deve ter sua eficácia condicionada à prévia aprovação pela assembleia geral quando:

- (i) realizada fora de mercados organizados de valores mobiliários, ocorrer qualquer das seguintes hipóteses: (a) envolver, ainda que por meio de diversas operações isoladas, mais de 5% de espécie ou classe de Ações em circulação em menos de 18 meses; (b) o preço for mais de 10% superior, no caso de aquisição, ou mais de 10% inferior, no caso de alienação, à cotação média ponderada dos últimos 10 pregões; ou (c) a contraparte for parte relacionada à Companhia; ou
- (ii) tiver por objetivo alterar ou preservar a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia.

A aprovação pela assembleia geral é dispensada quando se tratar de:

- (a) alienação ou transferência de Ações pela Companhia decorrente: (i) do exercício de opções de ações no âmbito de plano de outorga de opções de ações aprovado em

20.2 - Outras Informações Relevantes

assembleia que contenha parâmetros de cálculo do preço de exercício das opções de ações ou do cálculo do preço das ações, conforme o caso; ou (ii) de outros modelos de remuneração baseado em ações; ou

(b) oferta pública de distribuição secundária de ações em tesouraria ou de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações em tesouraria.

O Conselho de Administração da Companhia não pode deliberar sobre a aquisição ou a alienação de Ações caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário (direto ou indireto) da Companhia, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia, e enquanto a operação não for tornada pública na forma de Fato Relevante.

5. Negociações por Administradores que se desligaram da Companhia

As vedações estabelecidas na Política de Divulgação e Negociação se aplicam, também, aos Administradores que se afastem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e deve se estender pelo prazo de 6 meses após o seu afastamento.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

As normas e os procedimentos internos referentes à divulgação de informações pela Companhia, por intermédio de seu Diretor de Relações com Investidores, estão previstos na Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia ("Política de Divulgação e Negociação"), aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de junho de 2019, com vigência a partir de 25 de junho de 2019.

A Política de Divulgação e Negociação está disponível nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

1. Objetivos

A Política de Divulgação e Negociação tem como principais objetivos:

a) disciplinar o uso e a divulgação de informações da Companhia de forma apropriada e equânime, com transparência e isonomia na comunicação, com vistas a assegurar aos investidores e ao mercado em geral o acesso às informações necessárias para a tomada de suas decisões de investimento, de acordo com a legislação e a regulamentação aplicáveis;

b) estabelecer documentações orientadoras e controles a serem observadas pelo Diretor de Relações com Investidores, pelos Integrantes (funcionários/empregados que trabalham na Companhia em todos os níveis, incluindo executivos, conselheiros, diretores, estagiários e aprendizes (conforme aplicabilidade nas localidades geográficas) e pelas demais Pessoas Vinculadas, no que se refere à divulgação de tais informação e ao sigilo sobre elas, quando aplicável;

c) estabelecer as normas gerais e de conduta que devem ser utilizadas pela Companhia para classificar e divulgar informações como Fatos Relevantes, de forma a conferir aos investidores e ao mercado em geral, quando possível, previsibilidade a respeito das condutas que devem ser adotadas pela Companhia;

d) proteger o sigilo de informações sobre Fatos Relevantes e Informações Privilegiadas antes de sua divulgação ao mercado, evitando e coibindo o seu vazamento ou disseminação seletiva;

e) zelar pela observância das leis e regulamentações de valores mobiliários aplicáveis;

f) evitar e coibir a utilização indevida de Informações Privilegiadas relativas à Companhia e suas Controladas;

g) regular a negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia, notadamente no que se refere aos períodos de vedação à negociação e uso indevido de Informações Privilegiadas; e

h) estabelecer regras para a negociação de Ações pela própria Companhia, sem prejuízo da observância ao disposto na legislação e regulamentação aplicável.

Para fins da Política de Divulgação e Negociação, "Pessoas Vinculadas" significam:

(i) Acionistas Controladores (o Acionista ou grupo de Acionistas que efetivamente dirija as atividades sociais e oriente o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de Acionistas que seja titular de Ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos Acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das Ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante);

(ii) Administradores (Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia);

(iii) Membros do Conselho Fiscal da Companhia;

(iv) Membros de Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas criados por disposição estatutária (os órgãos da Companhia criados por seu estatuto, com funções técnicas ou destinados a aconselhar os seus administradores);

(v) Membros e participantes de Comitês e outras pessoas indicadas pelo mesmo, a seu exclusivo critério; e

(vi) Quaisquer Integrantes que, em virtude de seu cargo, função ou posição, tenham ou possam vir a ter Informações Privilegiadas da Companhia ou suas Controladas.

“Informação Privilegiada” significa: toda informação ainda não divulgada ao mercado, relacionada à Companhia, ao Acionista Controlador, deliberação de órgãos da administração, ou qualquer outro fato de caráter político, administrativo, técnico, negocial ou econômico financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que contém determinada relevância, porém sem ainda ser necessariamente caracterizada(o) como Fato Relevante.

“Fato Relevante” significa: qualquer decisão de Acionista Controlador, deliberação de assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos Valores Mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados, (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter esses Valores Mobiliários; ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

2. Abrangência

A Política de Divulgação e Negociação é aplicável à Companhia e todas as suas Controladas (conforme definição constante na referida Política) no Brasil e no exterior, bem como seus respectivos Integrantes e Pessoas Vinculadas. Os Integrantes e as Pessoas Vinculadas devem zelar para que as regras da Política de Divulgação e Negociação sejam cumpridas, inclusive por suas sociedades controladas direta ou indiretamente, bem como por fundos de investimento exclusivos ou cujas decisões de negociação do administrador possam ser diretamente influenciadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

De acordo com a Política de Divulgação e Negociação, as Pessoas Vinculadas e os Integrantes da Companhia têm o dever de: (i) guardar sigilo de Informação Privilegiada a qual tenham acesso até sua divulgação ao mercado de valores mobiliários; e (ii) zelar para que seus liderados e Terceiros (conforme definição constante na referida Política) que precisem tomar ciência de Informação Privilegiada também o façam, mediante a assinatura prévia de Termo de Confidencialidade.

Para assegurar a manutenção do sigilo das Informações Privilegiadas, devem ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a) A divulgação de Informação Privilegiada deve se dar estritamente àquelas pessoas que, em razão do cargo ou função, precisem dela ter conhecimento, deixando clara a sua confidencialidade;

b) Exigir de quem quer que precise ter acesso à Informação Privilegiada, a assinatura de um Termo de Confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa por período de tempo não inferior a 2 anos ou até que tal informação seja de domínio público, bem como se comprometendo a não negociar Valores Mobiliários da Companhia utilizando a Informação Privilegiada antes de sua divulgação ao mercado. A assinatura de Termo de Confidencialidade específico não é necessária para aqueles que já tiverem assumido em contrato com a Companhia ou suas Controladas obrigação de sigilo ou que estiverem sujeitos a dever legal de sigilo;

c) Não discutir Informação Privilegiada na presença de Terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se espere que o referido Terceiro não possa intuir o significado da conversa;

d) Tomar os cuidados razoáveis para assegurar que, nas reuniões, conferências telefônicas ou vídeo conferências em que for discutida a Informação Privilegiada, somente estejam participando as pessoas que, em razão do cargo ou função, precisem dela participar, deixando claro em tais conversas a confidencialidade de tais informações;

e) Não fazer quaisquer comentários sobre a Informação Privilegiada a Terceiros, incluindo familiares, colegas e conhecidos;

f) Manter documentos de qualquer espécie referentes à Informação Privilegiada, inclusive anotações pessoais manuscritas, sem acesso a pessoas não autorizadas a conhecê-los;

g) Não fornecer login e senha do computador profissional para Terceiros;

h) Circular internamente os documentos que contenham Informação Privilegiada em envelopes lacrados, deixando explícita a sua confidencialidade; e

i) Evitar induzir qualquer pessoa e não fazer recomendações de compra ou venda de Valores Mobiliários da Companhia com base em Informação Privilegiada (*Tipping*).

As Pessoas Vinculadas, os Integrantes devem seguir as seguintes orientações de conduta para a comunicação com Terceiros sobre informação da Companhia:

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- a) Direcionar qualquer contato externo feito por áreas de pesquisa (*research*) ou investidores para a Área de Relações com Investidores da Companhia ou para o Diretor de Relações com Investidores;
- b) enviar para a área de Relações com Investidores da Companhia ou para o Diretor de Relações com Investidores o formulário preenchido para fins do cumprimento da Instrução CVM nº 480/09 ou qualquer outra regulamentação que a substitua;
- c) Não conceder entrevistas ou fazer qualquer pronunciamento à imprensa onde seja tratada qualquer Informação Privilegiada ou que trate da expectativa de resultados futuros financeiros ou operacionais da Companhia ou ainda que tenha o potencial de afetar a cotação e as decisões de investimento relativas aos Valores Mobiliários de emissão da Companhia;
- d) Direcionar qualquer contato de jornalista para a área de assessoria de imprensa da Companhia que, caso seja necessário informar qualquer posicionamento sobre o desempenho passado ou futuro da Companhia ou que impactem a sua relação com investidores, deve ser realizado conforme orientação da área de Relações com Investidores;
- e) Antes de participar de eventos externos como representante da Companhia, se certificar que seu discurso e eventual material a ser apresentado contemple apenas informações já públicas e que esteja em alinhamento com esta Política;
- f) Se certificar de que as apresentações feitas ou material distribuído ao público externo contenham a adequada advertência quanto ao uso e finalidade das informações ali contidas; e
- g) Caso um Terceiro comente ou questione sobre alguma Informação Privilegiada, informar, imediatamente, tal fato à área de Relações com Investidores ou ao Diretor de Relações com Investidores.

O relacionamento da Companhia com os investidores e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários deve ocorrer, exclusivamente, por meio do Diretor Presidente, do Diretor de Relações com Investidores e da área de Relações com Investidores e/ou Integrantes da Braskem convidados por estes.

Ademais, a verificação da ocorrência de Fatos Relevantes deve sempre ter em conta sua materialidade no contexto das atividades e da dimensão conjunta da Companhia e de suas Controladas, considerando-se o potencial que determinada informação tenha de afetar a cotação e as decisões de investimento relativas aos Valores Mobiliários de emissão da Companhia. A Política de Divulgação e Negociação traz um rol exemplificativo e não exaustivo de fatos que potencialmente podem ser considerados como Fatos Relevantes.

Em caso de dúvida a respeito da caracterização de um fato como Fato Relevante, o Diretor de Relações com Investidores pode submetê-la à apreciação da Área Jurídica da Companhia e, se for o caso, à discussão do Comitê.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que os Fatos Relevantes sejam divulgados na forma prevista na lei, na regulamentação aplicável e na Política de Divulgação e Negociação, de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação simultânea em todos os mercados em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia sejam negociados.

Formulário de Referência - 2020 - BRASKEM S.A. Versão: 1

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Salvo em situações excepcionais, a divulgação de quaisquer Fatos Relevantes deve ocorrer, preferencialmente, antes do início ou após o encerramento dos negócios nos mercados em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia sejam negociados, sendo certo que, em caso de incompatibilidade de horários com outros mercados, deve prevalecer o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caso a Companhia entenda que é necessária a divulgação do Fato Relevante antes do início dos negócios no mercado brasileiro em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia sejam negociados, tal divulgação deve ocorrer, sempre que possível, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência da abertura do pregão.

Na impossibilidade de divulgar antes do início ou de aguardar o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores para efetuar uma divulgação, e caso seja imperativo que a divulgação do Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores deve solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores e às entidades de balcão organizado, nacionais e estrangeiras, em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, a suspensão da negociação pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, observados os procedimentos previstos no Manual do Emissor da B3 e/ou em outros procedimentos aplicáveis.

Quando se tratar de divulgação de informação que não se constitua em Fato Relevante, devem ser utilizados outros meios de divulgação como os comunicados ao mercado, releases de resultados, avisos aos acionistas, conforme o caso.

Nas hipóteses em que a CVM ou a B3 solicite informações à Companhia ou em que ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deve inquirir pessoas que eventualmente possam ter acesso a Informações Privilegiadas, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado e, neste caso, deverá tomar as medidas cabíveis nos termos desta Política. Em relação aos prazos para informar e divulgar, o Diretor de Relações com Investidores deve:

- a)** Comunicar e divulgar o Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, imediatamente, após tomar conhecimento da sua ocorrência;
- b)** Divulgar, concomitantemente ao mercado, o Fato Relevante veiculado em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e
- c)** Comunicar simultaneamente à CVM, à SEC e às Bolsas de Valores o Fato Relevante que deve ser divulgado ao mercado, além de divulgá-lo no *website* da Companhia e em portal de notícias com abrangência no Brasil por ela escolhido, nos termos da regulamentação aplicável.

Excepcionalmente, um Fato Relevante pode não ser divulgado imediatamente, a critério do Diretor de Relações com Investidores, que pode consultar a área Jurídica e/ou o Comitê a este respeito, tendo em vista o risco que possa oferecer a interesse legítimo da Companhia.

Na hipótese de a informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia, o Diretor de Relações

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

com Investidores ou, na sua ausência, os demais Administradores ou, ainda, os Acionistas Controladores devem divulgar, imediatamente, o Fato Relevante.

Por sua vez, o Comunicado ao Mercado é o instrumento pelo qual a Companhia divulga informação que julgue pertinente levar ao conhecimento dos investidores e ao mercado em geral, ainda que a divulgação não seja exigida pela legislação e regulamentação em vigor.

Por fim, conforme disposto no item 21.1 deste Formulário de Referência, a Política de Divulgação e Negociação está disponível nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

Conforme disposto no item 4 da Política de Divulgação e Negociação, caberá ao Conselho de Administração da Companhia:

- Aprovar as alterações no conteúdo da Política de Divulgação e Negociação; e
- Verificar, ao menos semestralmente, a aderência das negociações realizadas pelos Participantes aos Planos de Investimento por eles formalizados.

Caberá ao Comitê de Estratégia e Comunicação da Companhia:

- Acompanhar o cumprimento das diretrizes fixadas na Política de Divulgação e Negociação; e
- Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as propostas do Líder de Negócio da Braskem ("LN-Braskem") de atualização das políticas.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia:

- Divulgar, simultaneamente, em todos os mercados em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia sejam negociados e no *website* de Relações com Investidores da Companhia quaisquer informações periódicas ou eventuais da Companhia em observância a legislação aplicável; e
- Assegurar que a divulgação de informações sobre a Companhia seja feita de acordo com a Política de Divulgação e Negociação e na legislação em vigor.

Caberá ao Diretor não estatutário responsável pela Área de Relações com Investidores da Companhia:

- Coordenar o Comitê de Divulgação e Negociação da Companhia.

Caberá ao Comitê de Divulgação e Negociação da Companhia:

- Revisar e opinar sobre as divulgações de informações da Companhia, tais como o Formulário 20-F, Formulário de Referência, Demonstrações Financeiras Anuais (DFP) e Trimestrais (ITR), Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercado, Instrução CVM nº 480/09 ou qualquer outra regulamentação que a substitua, relatórios anuais, release de resultado, bem como quaisquer outras informações que sejam necessárias, de forma a garantir que as informações divulgadas estejam corretas, completas, claras e sejam tempestiva;
- Discutir as informações trazidas pelo Coordenador ou qualquer membro do Comitê para ciência a fim de verificar eventual necessidade de divulgação ao mercado com vistas a assegurar a equidade de informações; e
- Indicar outras pessoas que tenham ou possam vir a ter acesso a Informações Privilegiadas da Companhia, e suas Controladas, e que devam submeter-se às obrigações previstas na Política de Divulgação e Negociação.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes sobre este item já foram apresentadas nos itens anteriores, portanto, não há informações adicionais relevantes a serem apresentadas.